

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

TEXTO E COMENTÁRIO

VISÃO INICIAL.

Este é um comentário, capítulo por capítulo, parágrafo por parágrafo, do mais completo texto confessional da teologia reformada: um resumo doutrinário de extraordinário valor e impressionante atualidade.

ELABORAÇÃO CONFESSIONAL

O parlamento da Inglaterra, sentindo que o país, política e religiosamente separado de Roma, precisava de uma religião estatal sistematizada, que servisse de parâmetro oficial de fé e comportamento ético aos seus cidadãos, convocou uma Assembléia (de julho de 1643 a fevereiro de 1649), que se reuniu na Abadia de Westminster, composta de cento e vinte clérigos, os seus melhores teólogos, mais dez membros da Casa dos Lordes, vinte da Casa dos Comuns e oito representantes puritanos ou puritarizados da Escócia, sem direito a voto. Estes exerceram influência decisiva¹. Foram eles que determinaram o conteúdo reformado e calvinista do documento contra o arminianismo, fortemente arraigado, especialmente nos seguimentos populares. O antropocentrismo arminiano favorece a crença dos social e intelectualmente desfavorecidos, pois coloca a salvação no âmbito das possibilidades humanas mediante esforço místico, privações econômicas e renúncias dos prazeres sensoriais, sendo-lhes a fé, não um dom da graça, mas uma virtude natural pela qual se conquista a benemerência divina da redenção.

A presbiterianização do texto confessional impediu que se centralizasse o múnus espiritual num clérigo ou clero proeminente, como acontecia no romanismo pontifício, mas que se transferisse a autoridade em matéria de fé e de moral, como entendia Calvino, para as Escrituras Sagradas, *única regra de fé e de conduta*, base sobre a qual a Igreja se apoia e se estrutura. Ouve-se a Palavra de Deus pelas Escrituras. Escuta-se o pensamento da Igreja pelos concílios democraticamente instituídos. Sendo a Bíblia o cerne e o centro da fé revelada, o texto confessional confere-lhe acentuada proeminência e inconfundível destaque não somente no primeiro capítulo, que dela trata especificamente, mas em todos os tópicos de natureza e fundamentos doutrinários. A bibliocentricidade da Confissão de Fé de Westminster é fato nitidamente constatável. Tendo e aceitando a Confissão de Fé de Westminster como exposição fiel das Escrituras Sagradas à luz do credo reformado, a Igreja Presbiteriana coloca-a na condição de instrumento parametral de suas postulações teológicas e regenciais comunitárias e baliza mestra de seus cursos de teologia.

ALGUMAS MODIFICAÇÕES TEXTUAIS.

O atual texto da CFW, adotado pela Igreja Presbiteriana do Brasil, sofreu mutilações e modificações necessárias e um acréscimo desnecessário, no meu

¹- Confissão de Fé de Westminster, J. M. Frame, em Enciclopédia Histórico Teológica da Igreja Cristã, Ed. Walter A. Flwell, vol. I, Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, SP, 1ª Edição. 1988, pág. 333.

A Confissão de Fé de Westminster, H. Bettenson em Documentos da Igreja Cristã. ASTE, SP, 1967, págs. 278 a 283.

entendimento, pelo presbiterianismo da América do Norte, nos séculos XVIII, XIX e XX:

a- A retirada da obrigatoriedade do vínculo entre Igreja e Estado, postulado no capítulo XXIII, por não condizer mais com as novas relações de independência entre os poderes religioso e estatal. Tal exclusão foi benéfica para a adequação dos postulados confessionais aos novos tempos. O fato se deu em 1788, por ocasião da organização da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. O primeiro sínodo da IPB (1888) homologou a decisão americana.

b- Em 1887, a Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos excluiu do capítulo XXIV.4 a proibição do(a) viúvo(a) casar-se com parentes do falecido(a) do mesmo grau de consangüinidade de seus parentes, com os quais não pudesse, legalmente, contrair matrimônio. O texto eliminado não tinha sentido legal nem teológico.

c- O acréscimo, no entanto, da referida Igreja, (capítulos XXXIV e XXXV), na minha avaliação, pouco acrescentou e muito se afastou do autêntico calvinismo. Eis algumas afirmações questionáveis:

c.1- *Deve-se amar, obedecer e adorar o Espírito Santo.* Sustenta-se, na verdade, uma *pneumatolatria*, pois se manda amar, obedecer e adorar o Espírito Santo, individualizadamente (Cf cap. XXXIV.1), embora se diga que isto deve ser feito “juntamente” com o Pai e o Filho; isto é, as três pessoas da unidade trina são tricotomizadas nos atos humanos de amor, obediência e adoração. O Espírito Santo, no contexto da Trindade, é uma pessoa distinta em termos de unidade trina e de ministérios, mas não de consensualidade e consubstancialidade, a ponto de merecer culto separado, mesmo sendo “juntamente” com as outras pessoas. A adoração a Deus inclui as pessoas integradas na ordem trinitária. Isolar o Espírito Santo é tricotomizar a divindade, endereçando a uma das pessoas o que é devido à unidade. O carismatismo posterior, especialmente o neopentecostismo, veio a ser pneumocêntrico e pneumatolátrico. Deus subsiste e é uno na ordem trina.

c.2- *O Espírito Santo está presente em toda parte na natureza* (XXXIV.2). Isto não passa de panteísmo injustificável num texto teocêntrico quanto à individualização da divindade, à manifestação de seu ser pessoal e à revelação de sua vontade redentora. Se ele está presente na natureza, pode-se, porventura, identificá-lo em uma árvore ou em animal? Quando se adora um boi, reverencia-se nele o Espírito Santo? Vejam que este acréscimo foi absurdo.

c.3- *O “Espírito Santo recomenda a mensagem do Evangelho à razão e à consciência”* (XXXV.2). Conclui-se que, deste modo, os ouvintes ficam, racionalmente, desafiados à aceitação ou à rejeição, como se a salvação, a partir da pregação iluminada pelo Espírito, fosse opção humana. E um eleito de Deus com problemas mentais e uma criança em tenra idade preordenada à salvação, ficam fora da orientação e da preservação do Espírito? A mensagem do evangelho atinge mais os humildes e convence mais os pobres de espírito que os lúcidos racionais.

c.4- *O Espírito Santo é a fonte de todos os pensamentos bons, desejos puros e conselhos santos, que se encontram nos homens* (XXXIV.2). Será que os teólogos americanos entendiam que o *pneuma* ou *ruach* que o Criador soprou nas narinas de Adão (Gn 2.7), para que se tornasse “alma (ou ser) vivente” foi o Espírito Santo, passando ele a ser uma dádiva de toda a raça humana, eleitos e réprobos? Será que os aludidos doutrinadores esqueceram-se de que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, dotado de racionalidade, sentimentalidade, solidariedade, percepção e sentimento de amor, respeito e justiça, qualidades e virtudes não totalmente eliminadas pela queda? Pensavam eles, porventura, que o homem é um simples autômato do Espírito, incapaz de produzir, mentalmente, coisas boas? Não

fala a CFW favoravelmente, dentro de certos limites, sobre as obras dos irregenerados (CFW XVI.7)? Um descrente não pode pensar e fazer coisas boas em virtude de sua natureza humana racional e emocional? E a doutrina da graça comum como fica?

c.5- *O Pai dá o Espírito Santo a todos que lho pedirem.* Não se restringe o direito de pedir e o de receber semelhante dádiva aos eleitos, eternamente preconditionados à recepção da graça em Cristo pela fé salvadora. O texto generaliza a doação do Espírito, o que me parece universalismo calvinisticamente insustentável (Cf XXXIV.3). Os doutos teólogos da emenda à CFW, a mim parece, confundiram o aquinhoamento de dons profissionais e artísticos com a dádiva do Espírito. São coisas diferentes e distintas..

SOBRE MISSÕES.

O acréscimo americano é nitidamente arminiano, pois omite a eleição incondicional, estabelecendo o princípio não reformado: *O Espírito atua pelas Escrituras para que a Palavra penetre e estimule a razão e a consciência humanas, para que os homens, informados, possam aceitar a redenção proposta ou rejeitá-la.* Imagina-se a fé como um dom racional, que capacita o homem à crença, exercida conforme seu livre arbítrio. Deus não pode salvar quem “não quer ser salvo”, quem recusa o pacto da graça conquistado e oferecido por Cristo. A salvação, pois, segundo o “acréscimo confessional americano”, depende inteiramente do homem: de quem prega e de quem aceita. Se o missionário não pregar, as almas não ouvirem, Deus, que deixa de ser soberano, fica sem meios de trazer os pecadores à salvação em Cristo Jesus. Os textos seguintes não nos deixam em dúvida sobre a missiologia arminiana do presbiterianamente inadequado apêndice:

Em seu amor infinito e perfeito - e tendo provido no pacto da graça, pela mediação e sacrifício do Senhor Jesus Cristo, um caminho de vida e salvação suficiente e adaptado a toda a raça humana decaída como está – Deus determinou que a todos os homens esta salvação de graça seja anunciada no Evangelho (XXXV.1).

Deus, no Evangelho, assegura vida eterna a todos quantos verdadeiramente se arrependem e crêem em Cristo, e ordena que esta salvação seja anunciada a todos os homens, a fim de que conheçam a misericórdia oferecida e, pela ação de seu Espírito, a aceitem como dádiva da graça (XXXV.2 cf XXXV.3).

Ao homem, pois, confere-se a opção de receber a pregação e a decisão de aceitar a salvação comunicada, tudo sem qualquer menção à eleição incondicional, ao chamado irresistível, ao soberano direito de Deus de escolher quem lhe apraz e rejeitar, segundo o seu retíssimo arbítrio, a quem quer, segundo o seu propósito eterno. Atentem bem para a declaração: *Caminho de vida e salvação suficiente e adaptado a toda a raça humana decaída.* Não pode haver um arminianismo mais claro. Conforme a linha missiológica do “adendo confessional”; não é Deus quem elege, chama e salva seus eleitos, mas o “Conselho Missionário” (ou outra nomenclatura), com “bom projeto de missões”, quem “planta igrejas” onde o “planejamento estratégico” indicar. O homem “decide” para Deus, como “agente” de conversões, as estratégias e as “iscas” de “conquistas de almas” para o Salvador. Presenciei um “Curso de Planejamento Estratégico”, introduzido pelo filme: “Esqueceram de Mim”, em que uma criança, deixada só pelos pais, “venceu” adversários, assaltantes e inimigos com truques, enganações e armadilhas. Fiquei estarecido com a filosofia jesuítica do filme, apresentado como exemplo de boa estratégia e bom estrategista: **O fim justifica os meios.**

O calvinista tem de pregar a tempo e fora de tempo, a judeus e gentios, mesmo que seja uma voz clamando no deserto, porque é arauto escolhido por Deus para que o *chamado* chegue, segundo os planos divinos, não nossos, aos corações previamente escolhidos, aos ouvidos preparados de antemão para ouvirem, às mentes condicionadas ao entendimento. Deus elege os fins e os meios. Os dotados da fé salvadora receberão, aceitarão e serão conduzidos pelo Espírito a Jesus Cristo, o alvo e objeto da fé. Quem envia missionários é Deus, por meio de seu Paráclito. Aqueles que os homens chamam por intermédio de recursos humanos da mídia, da psicologia, das comunicações e das persuasões de pregadores carismáticos, enchem a igreja de “convencidos”, mas não necessariamente de “convertidos”. Deus constitui sua Igreja exclusivamente de eleitos, regenerados e salvos por Cristo e nele unificados em um só corpo, a Igreja invisível, razão de ser da visível, que pode encher-se de joio, quando a interferência humana supera a divina e sobrepõe-se a ela. Cristo chama, envia e comanda seus missionários obedientes e submetidos a ele.

O acréscimo americano à Confissão de Westminster sobre o Espírito Santo e Missões representa uma tremenda contradição, um retrocesso doutrinário no vetor teológico de missões reformadas. A CFW é calvinista, apesar de algumas pinceladas do puritanismo radical daqueles dias.

NECESSIDADE DE UMA CONFISSÃO FORMAL.

Consagrou-se entre nós, nos últimos tempos, o jargão: “*Somos unidos no primário ou central e separados no secundário ou periférico*” ou: “*unidos no essencial e separados no acidental*”. Acontece, porém, que o que é secundário ou acidental para nós, é primário e essencial para outras denominações. Exemplos: a- *A guarda do Sábado*, doutrina que nos parece despida de qualquer essencialidade ou fundamentalidade na economia da expiação e da redenção, é básica e pétrea para o Adventismo do Sétimo Dia. b- *A forma batismal*, que consideramos apenas como *modus faciendi* do batismo, é fundamental e essencial nas denominações batistas, pois, para elas, significa “morrer e ressurgir com Cristo”. c- *A glossolalia*, que se nos apresenta como um carisma espiritual inferior aos do amor e da profecia (I Co 13; I Co 14. 1-11), vazia de conteúdo edificativo para a Igreja (I Co 14. 6, 11,12), é doutrina básica do pentecostismo. Nele, quem não falou e fala em línguas estranhas não foi e não é batizado com o Espírito Santo. É impraticável sermos “unidos” no nosso “essencial”, admitindo nas nossas comunidades, em conseqüência de tão inconseqüente união, sabatistas, antipedobatistas, dispensacionalistas, arminianistas, prosperistas e outros; cada “periférico”, com sua essencialidade doutrinária central. Nem consigo imaginar tamanha aberração!

As nossas igrejas, saibam disso, estão se dividindo ou pervertendo-se doutrinária e liturgicamente não em razão do que poderíamos chamar de essencial (absoluta soberania de Deus), mas em conseqüência do que denominamos freqüentemente de acidental, contingencial, contextual, cultural e, portanto, perfeitamente tolerável: *ludinismo, hedonismo e hilarismo cúlticos; curandeirismos, exorcismos, milagristismos, premonicistismos e magismos*. O culto, que deveria ser um ato de tributação a Deus, segundo as normas reveladas pelo seu instituidor nas Santas Escrituras, converteu-se em “festa” de suposta alegria espiritual dos pretensos adoradores, para quem a liturgia destina-se à satisfação pessoal e à estimulação do auditório ou público, algumas vezes e por alguns dirigentes chamado de “galera”. O mar é agitado na superfície e tranqüilo nas profundezas. As tempestades periféricas podem ser devastadoras. As marolas da religião dos prazeres rapidamente se transformaram em gigantescas, encapeladas e tempestuosas ondas, deixando à deriva

e desolada a nau da Igreja da submissão a Cristo, da servitude incondicional, da renúncia do *ego*, do desapego aos bens temporais e do sacrifício consagrador ao Rei dos reis. A comunidade, quanto mais superficial, mais sensorial, mais emocional, mais barulhenta, não almeja, geralmente, **ser**, mas **aparecer**. O antropocentrismo pragmático predomina nas liturgias neopentecostais, geralmente espontâneas e, em consequência da espontaneidade, desordenadas.

Cada denominação tem a sua *doutrina essencial*. A nossa é a da *absoluta soberania de Deus e da resultante limitação do homem*. As Escrituras são por nós interpretadas à luz das normas basilares: *O Deus trino da revelação é Criador soberano; o Criador é Rei soberano; o Rei é salvador soberano; o Salvador é Senhor soberano da Igreja*. Tais princípios fundamentais estão inclusos em todos os postulados confessionais da Confissão de Fé de Westminster. A comunidade que por ela se deixa orientar não será jamais doutrinária, eclesial e liturgicamente eclética, mas não será socialmente hermética. A Igreja do “tanto faz” não é confessional: Tanto faz o Domingo como o Sábado; tanto faz o batismo de crianças como o exclusivo de adultos; tanto faz a justificação somente pela fé como aquela pela fé e pelas obras; tanto faz a salvação somente pela graça divina como aquela em que o homem coopera com a graça; tanto faz o culto com glossolalia ou sem ela; tanto faz a graça irresistível como a resistível. O agrupamento de todas as tendências, o ajuntamento de todas as confissões e credos, o acolhimento de todas as identidades denominacionais não se há de denominar-se Igreja, mas público heterogêneo sem unidade, sem confessionalidade, sem consensualidade e sem corporalidade. Cada Igreja precisa ter uma base confessional estabelecida que lhe caracterize o passado, que lhe estabeleça no presente, que lhe norteie no futuro. A Confissão de Fé de Westminster² tem exercido o papel de manter o fulcro da fé presbiteriana reformada e calvinista ao longo de seu glorioso percurso, embora com lutas intensas e sacrifícios inomináveis; de firmar e sustentar as bases reformadas do presbiterianismo histórico; dar ao pensamento presbiteriano forma universal e solidez teológica. A necessidade de retorno aos pressupostos genebrinos da Reforma está candente, explícita, e sua efetivação faz-se urgente, a não ser que queiramos liquidar os ideais, o pensamento e os objetivos de nossos pais. Grande parte dos “reformados” deu a mão ao romanismo, especialmente ao carismático. Outros, e são numerosos, aderiram ao arminianismo, especialmente no campo da missiologia. Tais adversários dos reformadores calvinistas predominam sobre nós, minam nossas convicções e enfraquecem nossas posições reformadas no contexto geral do protestantismo e no universo complexo e polivalente do evangelismo carismático neopentecostal. Ou a Igreja retorna à fé confessional, aos princípios fundamentais da Reforma ou morre. Ecumenismo e arminianismo são incompatíveis com calvinismo. Deixei a minha preocupação com a urgência de restauração dos fundamentos da Reforma no seguinte soneto:

² A Confissão de Fé de Westminster, concluída em 1647, conforme o Livro de Confissões da Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos, § 6001, nota de rodapé, foi publicada sob o título representativo: *The Humble Advice of the Assembly of Divines, Now by Authority of Parliament Sitting at Westminster, Concerning a Confession of Faith: with the Quatations and Text of Scripture Annexed, Presented by Them Lately to Houses of Parliament.*

RETORNO

Retornemos às bases, às matrizes,
Às fontes do vetusto calvinismo:
As Institutas, velhas geratrizes
Do reformado e vero cristianismo.

Retornemos à Bíblia santa e pura;
A palavra sagrada que transforma,
Mensagem revelada que perdura.
Voltemos aos primados da Reforma!

Reneguemos teológica disputa;
Ao crente bastam Sacras Escrituras,
Nossa norma de fé e de conduta.

A Igreja de Jesus, sem falsas juras,
Escuta seu Pastor e, resoluta,
Não teme Satanás e as lutas duras.

Onezio

A Confissão de Westminster, com material estritamente bíblico, constrói o fundamento de nossa Igreja. As comunidades locais e nacionais ligam-se, identificam-se e se consensualizam por meio de sua confissão comum, que lhes estabelecem os parâmetros doutrinários, disciplinares, litúrgicos e governamentais. A unanimidade geral da fé, do discurso, das expressões cúlticas e do testemunho da Igreja Presbiteriana deve-se à voz aglutinadora e norteadora da Confissão de Fé de Westminster, interpretada, especificada e popularizada nos catecismos Maior e Breve, gerados na mesma ocasião e pela mesma assembléia de consagrados e responsáveis servos de Deus. O afastamento da Confissão, conjunto de princípios fundamentais e essenciais de nossa teologia, pode causar, e tem causado, indefinições generalizadas e perda da identidade eclesial reformada. Quem não sabe o que crê e em quem se crê, não sabe o que é fé, não entende Jesus Cristo.

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

DA SAGRADA ESCRITURA

Capítulo I

I.1- Revelação Plena*

Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus¹ de tal modo que os homens fiquem inescusáveis², contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação³. Por isso, foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade⁴. E depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda⁵. Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade⁶. Ref.:

1- Sl 19.1-4.

2- Rm 1.19,20; Rm 2.14,15; Rm 1.32.

3- I Co 1.21; I Co 2.9-14; At 4.12; Rm 10.13,14.

4- Hb 1.1,2; Gl 1.11,12; Dt 4.12-14.

5- Lc 24.27; II Tm 3.16; Rm 15.4; II Pe 3.15,16.

6- Lc 16.29-31; Hb 2.1-3; II Pe 1.10.

* Os subtítulos dos itens são inclusões do comentarista.

Síntese

- 01- A revelação da natureza indica-nos a existência de um ser criador, mas não nos revela um Deus pessoal, sacerdotal e salvador.
- 02- A providência, embora miraculosa, apenas nos mostra que um poder superior sustenta e mantém a obra criada.
- 03- Deus revelado pela ordem natural, embora despido de pessoalidade, deixa os homens em condição de indesculpabilidade.
- 04- O Deus da Criação e da providência revela-se o Deus da graça e da redenção.
- 05- A vontade de Deus é comunicada aos homens pela revelação neo e vetotestamentária.
- 06- Deus determina que a revelação oral seja registrada para arquivo e conhecimento da posteridade e para instrução e edificação da Igreja.
- 07- Consumada a revelação, o registro dela, as Escrituras, torna-se indispensável ao conhecimento de Deus, de seus objetivos e de suas obras: Criação, providência, revelação de sua vontade, redenção e consumação.

DO DEUS DA REVELAÇÃO AO DEUS DA CRIAÇÃO

As obras da criação e o mistério da providência universal podem levar, pela via da observação racional ou da contemplação mística, à conclusão da existência de

um poder superior, imensuravelmente grande, capaz de ter criado o universo, e infinitamente poderoso para sustentá-lo e mantê-lo. Contudo, o Deus pessoal, que se relaciona com o homem, a ele se revela e com ele se identifica, unicamente pode ser conhecido pelas Escrituras Sagradas. O Deus do cristianismo não reside na natureza: habita a sua Igreja e tabernacula conosco, em cada regenerado, templo de seu Espírito. A divindade revelada, nos documentos sacros, não é somente aquela que cria e preserva, mas a que elege, vocaciona, salva e reúne em Cristo Jesus um povo exclusivamente seu. Sem a revelação bíblica, certamente se criaria uma indesejável dicotomia entre o Deus pessoal, que se descobre aos seus eleitos, e o “deus das energias naturais”. Entre a religião revelada e a deduzida da grandeza e da inexplicabilidade da natureza, a diferença é: revelacionalidade da primeira e racionalidade dedutiva da segunda. A luz da natureza (informações que ela nos fornece via sentidos) podem revelar um Deus criador, jamais o Redentor, Governador e Mantenedor. O positivismo de Augusto Comte (século XIX) sustenta que nenhum conhecimento real e concreto, verificável cientificamente, existe à margem e além da natureza. Ele ignorou totalmente o conhecimento revelado. Afirmamos, à luz das Escrituras e da CFW, que se revelou e revelou sua vontade aos seus eleitos. A criação, portanto, somente pode ser corretamente vista e compreendida à luz da revelação. É a partir do Deus revelado que se entende o Deus criador. Sabemos, pelas Escrituras, que o Criador é um Deus real e pessoal; que é uno em três pessoas distintas e com ministérios específicos, mas integradas na consensualidade da união trina. O deus da dedução e das intuições práticas é o do animismo e o do panteísmo. Os deuses emanados exclusivamente das conclusões retiradas da ordem natural e de seus fenômenos são ligados ao deísmo³ e ao teísmo⁴, ambos identificados com os mistérios e os poderes da natureza. Eles se fundem, confundem-se ou se consubstanciam nas coisas ou seres da criação, e supostamente se manifestam por meio das leis e dos fenômenos físicos e biofísicos, químicos e bioquímicos.

Deus usou os homens e os meios naturais para revelar-se a nós e revelar-nos a sua vontade. O registro dos procedimentos reveladores da divindade é a Escritura Sagrada. Nela se encontram explícitas tanto as virtudes como as fraquezas do instrumento da revelação, o homem. Tudo que se registrou na Bíblia ou foi por expressa determinação divina ou por sua soberana permissão. Nela Deus se revela; por ela comunica o que deseja dos seus eleitos; o que podemos saber sobre ele; o que devemos crer e fazer para glorificação de seu nome; o que nos compete realizar em benefício de nós mesmos, dos que nos cercam, da sociedade de que fazemos parte. Eis porque as Escrituras são, para os evangélicos, *única regra de fé e norma de comportamento*. Elas contêm o necessário à compreensão do Revelador; ao entendimento do que devemos crer sobre sua vontade imperativa e diretiva; ao que necessitamos saber sobre a conduta que ele requer de seus eleitos. A Bíblia não é perfeitamente inteligível aos réprobos, pois é mensagem do Pai celeste aos seus filhos terrestres: por ela ouvem-no; acatam-lhe as ordenanças, os conselhos e as orientações; respeitam-lhe as reprimendas e se submetem às disciplinas impostas; seguem-lhe os passos; andam nos caminhos de seu Filho, Jesus Cristo. Um crente sem a Bíblia na mão é como um navegante sem a bússola. Ela é a luz e o fanal do redimido. Por ela, ele tem consciência do correto direcionamento de sua fé. Nela, ele

³ - Deísmo, M. H. Macdonald em Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã, Editor Walter A. Flwell, Soc. Religiosa Edições Vida Nova, vol. I, SP, 1988, pág. 402.

⁴ - Teísmo: Idem, vol. III, pág. 438, P. G. Chappell.

escuta a voz de seu Redentor; por meio dela ele sabe onde está e para onde vai, podendo dizer com seu irmão Paulo: *Eu sei em quem tenho crido...* (II Tm 1.12).

Deus revelou-se nas Escrituras e por elas revelou sua vontade aos homens em geral, mas particular e especialmente aos seus eleitos; nelas fez registrar a sua Palavra, que criou e recria a Igreja que, por sua vez, é instrumentalizada pela Palavra. O Espírito Santo ilumina-nos para o bom entendimento das verdades escriturísticas, ensinando-nos por meio dos escritos sacros a verdade necessária à aceitação de Cristo, à salvação e à santificação. As Escrituras, pois, como revelação dos propósitos do Revelador, é a Palavra de Deus endereçada, prioritariamente, a todos os escolhidos do Pai, regenerados pelo Filho. Quem é de Deus, ouve a Palavra de Deus (Jo 8.47). Deus dirige, edifica e santifica sua Igreja por meio da Palavra revelada e registrada nas Santas Escrituras, revelação que o Espírito Santo imprime no corpo eclesial, promovendo-lhe a autenticidade, a unidade, a consensualidade e a santidade, qualificando-o como comunhão universal dos redimidos, que se expressa por meio de corpos locais, todos regidas pela mesma batuta: a Bíblia Sagrada. Ela é a lâmpada para os pés de cada crente, a luz que indica o rumo do porvir, a lente pela qual se enxerga a si mesmo, o “raio x” que lhe indica as enfermidades morais, o diagnóstico de seus pecados, o caminho do perdão e a cura dos males da alma.

I.2- Cânon Sagrado.

Sob o nome de Escritura¹ Sagrada ou Palavra de Deus², incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamentos, que são os seguintes, todos dados por inspiração de Deus³ para serem a regra de fé e de prática:

Velho Testamento: *Gênesis, êxodo, Levítico, Número, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, I e II Samuel, I e II Reis, I e II Crônicas, Esdras, Neemias, Ester, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Isaías, Jeremias, Lamentações, Ezequiel, Daniel, Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias. Ref. Ef 2.20; Ap 22.18,19; II Tm 3.16; Mt 11.27.*

Novo Testamento: *Mateus, Marcos, Lucas, João, Atos, Romanos, I e II Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, I e II Tessalonicenses, I e II Timóteo, Tito, Filemon, Hebreus, Tiago, I e II Pedro, I, II e III João, Judas, Apocalipse. Ref.:*

- 1- Jo 5.39.
- 2- I Ts 2.13.
- 3- II Tm 3.16; II Pe 1.21.

Síntese

- 1- O Cânon do Velho Testamento, conforme a coleção judaica, e o do Novo Testamento, segundo a seleção da Igreja iluminada pelo Paráclito, estão completos e são inspirados pelo Espírito Santo.
- 2- Estes livros destinam-se à criação, ao norteamento e à fundamentação da fé reformada: *Assim, a fé vem pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo (Rm 10. 17).*

O CÂNON JUDAICO E PROTESTANTE – VELHO TESTAMENTO.

O conteúdo da Bíblia adotada pelos hebreus e definitivamente canonizada por eles no Concílio de Jamnia (90 d. C.), nas proximidades de Jafa,⁵ centro do

⁵ - Hist. Doutrina e Interpretação da Bíblia, Joseph Angus. Casa Ed. Batista, Vol. I, 1ª Edição, RJ, 1951, pág.15.

judaísmo palestino, é o mesmíssimo das bíblias protestantes, mas o número de livros é menor, 24, por causa das agregações de documentos. Eis a ordem:

Pentateuco: 1º- Gênesis; 2º- Êxodo; 3º- Levítico; 4º- Número; 5º- Deteronômio.

Os Livros Proéticos:

a- **Primeiros:** 6º - Josué; 7º- Juízes; 8º- Samuel (I e II); 9º- Reis (I e II).

b- **Últimos:** 10º- Isaias; 11º- Jeremias; 12º- Ezequiel.

c- **Os Doze livros Proféticos:** Oséias; Amós; Joel; Obadias; Jonas; Miquéias ; Naum; Habacuque; Sofonia; Ageu; Zacarias; e Malaquias (13º).

d- Escritos (Hagiógrafa):

14º- Salmos; 15º- Provérbios; 16º- Jó; 17º- Cânticos; 18º- Rute; 19º- Lamentações; 20º- Eclesiastes; 21º- Ester; 22º- Daniel; 23º- Esdras e Neemias; 24º- Crônicas (I e II). Há três coleções, mas sem alteração de conteúdo, das Escrituras judaicas: A dos *massoretas* (24 livros); a dos *talmudistas* (24 livros); a de Flávio Josefo (22 livros). Ele apensou o livro de Lamentações ao de Jeremias, e o de Rute ao de Juízes⁶. Isto para fazer o número dos volumes sacros corresponderem ao das 22 letras do alfabeto hebraico⁷.

O cânon hebraico (24 rolos) e o protestante (39 livros) são essencialmente os mesmos e, portanto, mais historicamente autoritativos por serem usados pelos dois povos de Deus: o da velha e o da nova dispensação.

O cânon do Novo Testamento resultou da triagem intuitiva e comparativa da Igreja Primitiva que, iluminada pelo Espírito Santo, foi eliminando todos os escritos que iam aparecendo, alguns usurpando a autoridade apostólica, até permanecerem os que temos hoje. As bases em que se fundamentava a escolha de alguns documentos e a rejeição de outros foram, na verdade, três: A cristocentricidade, a biblicidade e a apostolicidade. Qualquer ensino, para ser verdadeiro e merecer o crédito da Igreja, deveria firmar-se explicitamente nos pressupostos seguintes: a- O Cristo encarnado é Senhor dos eleitos e cabeça da Igreja; b- As Escrituras são a Palavra revelada de Deus; c- Os apóstolos são as testemunhas diretas da vida, do ministério, da morte e da ressurreição de Cristo, do nascimento da Igreja e de sua comissão missionária. A seleção, que alguns entendem ser natural, por um lado, e preferencial, por outro, tudo conforme os conseqüentes de um judaísmo transformado pela nova mensagem do Messias vitimado por seus compatriotas, foi, segundo o nosso entendimento, resultado do testemunho interno do Espírito Santo e da inspiração divina por ação direta do Inspirador, que levou o povo de Cristo a distinguir a voz do Deus trino em meio à vozearia dos profetas da mentira e dos falsos cristos. Deus inspirou os escritores neotestamentários; dirigiu os registros, iluminou a Igreja e os crentes para distingui-los, aceitá-los e divulgá-los. O papel posterior foi apenas o de catalogar os documentos esparsos, mas universalmente aceitos pela cristandade verdadeira. Esse “modus openrandi” permitiu, no Oriente, a Atanásio, em 367, pela sua importante “39ª Carta Pastoral”, legar-nos a relação completa do Novo Testamento, exatamente como a temos hoje. Ele não *canonizou*, apenas *catalogou* os documentos sacros da nova dispensação. Certamente influenciado pela coletânea de Atanásio, o Concílio de Cartago, no Ocidente, em 397, fixou definitivamente o cânon: Evangelhos; Atos dos Apóstolos; Cartas Paulinas; Cartas Universais; Apocalipse.⁸

⁶ - Curso de Doutrina Bíblica, A. Almeida, CEP, São Paulo, 1979, pág. 14.

⁷ - Joseph Angus em Hist. Dout. e Int. da Bíblia, Casa Publicadora Batista, vol. I, RJ, 1951, pág. 5.

⁸ - O Novo Dicionário da Bíblia, Vol. I, Ed. Vida Nova, 1ª Ed., 1966, SP, pág. 259.

Jerônimo (por volta de 382 d. C.), traduziu para o latim a Bíblia Hebraica, incluindo os apócrifos (dos quais falaremos depois), constantes da Septuaginta, mas com a recomendação de que eles não deveriam servir como base de fundamentação doutrinária. A sua versão, conhecida como Vulgata, tornou-se padrão na Europa Ocidental. Até hoje é a tradução oficial da Igreja Romana, inclusive com os apócrifos. Os documentos neotestamentários e sua ordem são os mesmos da relação de Atanásio (367 d. C.)⁹. Assim, o Novo Testamento ficou definitivamente catalogado tanto para o Oriente como para o Ocidente, catálogo que permanece inalterável.

A divisão em capítulos do Novo Testamento teve origem em 459, quando Eutácio, diácono de Alexandria, publicou uma edição das cartas paulinas, divididas em capítulos. Mas a atual forma capitular dos escritos sacros bem como a inserção de versículos para facilitar-lhes a leitura recitativa e responsiva, bem como a identificação rápida das citações e memorizações de trechos isolados, tem sido atribuídos, respectivamente, a Estêvão Langton (falecido em 1228) e a Roberto Stephens (1551)¹⁰. Portanto, capítulos e versículos não fazem parte dos textos originais, mas são necessários, até mesmo didaticamente imprescindíveis: facilitam o manuseio e ordenam a leitura individual, coletiva e litúrgica das Escrituras.

I.3- Apócrifos.

Os livros geralmente chamados apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura¹; não são, portanto, de autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos. Ref.: Lc 24.27,44; Rm 3.2; II Pe 1.21.

Síntese

- 1- Os livros apócrifos, adicionados ao Velho Testamento pela Septuaginta, não constam da Bíblia Hebraica e, por este motivo, foram excluídos das versões protestantes.
- 2- Não consideramos tais acréscimos inspirados, como, antes de nós, já o fizeram os judeus, antigo povo eleito de Deus, a quem a revelação vetotestamentária dirigiu-se.
- 3- Consideramo-los produções humanas, embora religiosos. Eles, para nós, são inteiramente destituídos de autoridade revelacional e espiritual.

Os livros apócrifos são excluídos no Velho Testamento hebraico porque o velho povo de Deus por seus líderes espirituais, certamente iluminados pelo Espírito Santo, não lhes reconheceram a inspiração. Sendo as traduções protestantes, especialmente as posteriores ao período da Reforma, já sob a influência das grandes confissões da fé reformada, feitas diretamente dos textos canônicos procedentes do judaísmo palestino, não contêm os apócrifos. A Sociedade Bíblica de Londres, principal divulgadora das edições protestantes das Escrituras na Europa, especialmente a autorizada pelo Rei Tiago (King James Version), por volta de 1826, eliminou de suas edições os apócrifos, até então alistados no final do Velho Testamento e recomendados como “leituras instrutivas”, segundo o Artigo 6º dos *Trinta e Nove Artigos* (1562) da Igreja Anglicana¹¹.

A palavra *apócrifo* vem do grego *apokrypha*, significando: escondido, oculto, misterioso. Este termo, quando no uso específico dos colecionadores dos documentos

⁹ Edgar J. Goodspeed em “Como Nos Veio a Bíblia”, Imprensa Metodista, SP, 1957, pág. 90.

¹⁰ Joseph Angus, obra citada, vol. I, págs 38 e 39.

¹¹ John Davis, em “Dicionário da Bíblia”, verbete “Apócrifo”, JUERP, RJ, 1989, 15ª Ed., pág. 44,

sacros, significa: origem ignorada ou duvidosa; literatura revelacionalmente falsa ou espúria; documentos não canônicos.¹²

Apócrifos da Septuaginta. Os livros e adições apócrifos acrescentados ao cânon hebraico pelos editores da Septuaginta são: 1º e 2º Esdras; Tobias, Judite; Repouso de Ester; Sabedoria de Salomão; Eclesiástico; Baruque e Epístola de Jeremias; Cântico dos Três Jovens; História de Susana; Bel e o Dragão; Oração de Manassés; 1º, 2º, 3º e 4º Macabeus.

Apócrifos da Bíblia romana. O Concílio de Trento, no dia 15 de abril de 1546, decretou, sob anátema para quem os rejeitasse, que 11 dos 16 livros apócrifos, a partir da publicação do referido decreto, transformar-se-iam em canônicos para a fé católica romana. Os livros e acréscimos incluídos na Bíblia tridentina são: Tobias; Judite; Sabedoria; Eclesiástico; Baruque; 1º e 2º Macabeus; Repouso de Ester, acrescentado ao livro de Ester. História de Susana, História dos Três Jovens, História de Bel e o Dragão, foram acrescentados ao livro de Daniel. Tal literatura apócrifa pode ser examinada em qualquer Bíblia católica. Eis a “ordem bíblica dos livros” do Velho Testamento em “A Bíblia de Jerusalém”, Edições Paulinas. SP, 1981, com imprimatur papal:

Pentateuco: Gênesis; Êxodo; Levítico; Número; Deuteronômio.

Livros Históricos: Josué; Juízes; Rute; 1º e 2º Samuel; 1º e 2º Reis; 1º e 2º Crônicas (em algumas versões, chamados Paralipômenos); Esdras; Neemias; Tobias (Apócrifo); Judite (Apócrifo); Ester (Acréscimo apócrifo); 1º e 2º Macabeus (Apócrifos).

Livros poéticos e sapienciais: Jó; Salmos; Provérbios; Eclesiastes; Cântico dos Cânticos; Sabedoria (Apócrifo); Eclesiástico (Apócrifo).

Livros proféticos: Isaías; Jeremias; Lamentações; Baruque (Apócrifo); Ezequiel; Daniel (Acréscimo apócrifo); Oséias; Joel; Amós; Obdias; Jonas; Miquéias; Naum; Habacuc; Sofonias; Ageu; Zacarias; Malaquias.

Por que a Bíblia protestante não inclui os apócrifos?

-Porque o povo eleito de Deus, receptor e depositário da revelação vetotestamentária, rejeitou-os.

-Porque Jesus, a encarnação do Verbo eterno, consumidor da revelação, e ele mesmo revelador do Pai, não citou os apócrifos.

-Porque tais livros constam apenas da Septuaginta, tradução grega das Escrituras, jamais aceita pelos judeus palestinos ortodoxos.

-Jerônimo (tradução de 390 a 406 d. C. criou a Hécaxpla: Textos latinos, hebraicos e gregos. A Septuaginta ele a traduziu para o latim da Vulgata, incluindo os apócrifos, não os recomendados por ele como matéria doutrinária¹³.

A Bíblia católica é maior que a protestante, mas cresceu por decisão de Trento com textos apócrifos, que os teólogos romanos chamam de “deuterocanônicos”.

¹² - John D. Davis, obra citada, pág. 44.

¹³ - Sobre a exclusão dos apócrifos do cânon do Velho Testamento, útil seria ler Eduardo Carlos Pereira em sua obra apologética “O Problema Religioso da América Latina, Livraria Independente Editora, SP, 2ª Edição, prefácio de Mário Amaral Novais, Assis, SP, datado de 1949. Ele cita a opinião de Jerônimo, referida, de Josefo e de muitos outros sobre a não inspiração dos apócrifos. Proveitosa também seria uma consulta a “Nossa Crença e a de Nossos Pais” de David S. Schaff, Imprensa Metodista, SP, 1964, 2ª Ed., cap. XI – O Uso das Escrituras, págs. 169 a 185.

I.4- Autoridade das Escrituras-

A autoridade¹ da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade), que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a Palavra de Deus². Ref.:

- 1- *Jo 5. 39; II Tm 3.16;*
- 2- *I Ts 2. 13; Gl 1.11,12.*

Síntese

- 1- A autoridade das Escrituras procede da autoridade de seu autor, Deus.
- 2- Sendo de origem divina, sua autoridade não emana de qualquer homem e de nenhuma igreja. Ninguém pode falar em lugar de Deus.
- 3- Na qualidade de Palavra de Deus é que os filhos de Deus recebem-na, pois é natural que filhos ouçam o pai.

A Bíblia para o cristão reformado

O cristão reformado é bibliocêntrico para ser cristocêntrico, pois Cristo é o centro da revelação bíblica. Quanto mais submisso às Escrituras, mais centralizado no Verbo, o Deus encarnado; e quanto mais forte o vínculo do salvo com o Salvador, mais clara se torna para ele a revelação. As Escrituras apontam para Cristo; este as ilumina e autentica-as verdadeiramente. O universo foi criado pela Palavra do Criador; por sua ordem imperativa ao nada, tudo se fez. A revelação da vontade do Redentor veio aos homens pela Palavra do Revelador. A concretização do plano da redenção efetivou-se na encarnação do Verbo eterno, Jesus Cristo. As Escrituras, fonte única da poderosa Palavra de Deus, não é apenas o “registro da revelação” feita por “revelados”, mas a ação divina na sua execução. Deus determinou o registro da mensagem, profecia ou fatos históricos reveladores.

A Autoridade das Escrituras baseia-se na autoridade de seu autor final, Deus; fundamentando-se, portanto, nos seguintes pressupostos:

a- **A divina revelação.** A Bíblia não é produção humana, mas divina; procedeu da vontade do Rei dos reis e se destina aos seus eleitos, povo de sua propriedade exclusiva: *Quem é de Deus ouve as palavra de Deus...* (*Jo 8.47*). Todos os fatos, eventos, acontecimentos, histórias, oráculos e ordenanças, tanto os revestidos de miraculosidade como os emanados ou ligados ao universo natural, são produzidos ou permitidos por Deus, constituindo-se em “mensagem reveladora”. Eis porque dizemos, e acertadamente, que a Bíblia é a Palavra de Deus, isto é, o instrumento e o meio de sua revelação. O Revelador usou o homem (sua inteligência, linguagem, percepção e cultura) para revelar-se, identificar-se e revelar sua vontade e seus propósitos. O desvendamento do divino não ficou apenas no âmbito subjetivo, gravado nas consciências dos destinatários; foi além: estabeleceu relação pessoal e concreta com os escolhidos por meio de pactos objetivos com Adão, Noé, Abraão, Moisés, Davi e o Messias. Hoje, o Deus da revelação possui “identidade humana” na pessoa de seu enviado, nosso Senhor Jesus Cristo que, pela sua encarnação, sancionou sumária e definitivamente a revelação vetotestamentária e gerou a dispensação da graça, consubstanciada exclusivamente nele. A cristocentricidade das Escrituras confere-lhe indiscutível autoridade. Não há Escritura Sagrada sem Cristo; não há conhecimento de Cristo sem revelação escriturística.

b- **A divina inspiração.** A autoridade das Escrituras firma-se, por outro lado, na “inspiração”, obra do Espírito, que faz da Bíblia um livro autoritativo de nossa fé e normativo de nossa conduta. A inspiração pode ser:

b.1- ***De homens separados***, segundo a teologia petrina:

Sabendo, primeiramente, isto: que nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação; porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens [santos] falaram da parte de Deus movidos pela Espirito Santo (II Pe 1.20,21).

b.2- **De textos sacros**, provenientes dos escritos revelados, conforme o ensino paulino:

Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça (II Tm 3.16).

Na instrução de Paulo a Timóteo, como se observa, “inspirado” não é o “homem”, mas a Escritura.

c- **Jesus Cristo, centro das Escrituras.** O Messias, além de Rei coroado do universo e de sua nação, a Igreja, é a Palavra encarnada de Deus, que esteve na criação, está na providência e na redenção. Ele é o vocalizador da Trindade. A Palavra divina chegou à humanidade por intermédio dele. Crer em Cristo é crer nas Escrituras; e a recíproca é verdadeira, pois ele é o Verbo de Deus (Jo 1. 1,14). Tendo a revelação como a Palavra de Deus mediada pela Verbo, a autoridade das Escrituras torna-se indiscutível e indisputável; sendo a síntese seguinte conclusivamente verdadeira: **Cristo fala nas Escrituras e por elas; as Escrituras falam de Cristo:** *Examinais as Escrituras, porque julgais ter nelas a vida eterna, e são elas mesmas que testificam de mim (Jo 5.39).* Admitindo que Jesus é o Verbo de Deus, o Redentor dos eleitos, o Cabeça e Mestre da Igreja, o Revelador do Pai; e tendo em mente que não se pode separar a revelação de Cristo da revelação que dele faz a Escritura, sua autoridade e a da Bíblia possuem evidente identidade. A autoridade das Escrituras fundamenta-se na autoridade de Cristo e vice-versa; e é ele mesmo que afirma: *A Escritura não pode falhar (Jo 10. 35).*

d- **O Poder da Palavra de Deus.** A história da redenção tem mostrado e demonstrado que as Escrituras Sagradas não são literaturas quaisquer. As pessoas e nações por cujos ouvidos penetram e nelas permanecem são internamente transformadas. Os povos moralizam-se; os indivíduos regeneram-se; e ambos se dignificam. Deus, o autor da revelação, mostra-nos, em sacros registros, o incrível e penetrante poder inquiridor, discernidor e regenerador de sua Palavra:

Assim será a palavra que sair da minha boca; não voltará para mim vazia, mas fará o que me apraz, e prosperará naquilo para que a designei (Is 55. 11).

Porque a Palavra de Deus é viva e eficaz, e mais cortante do que qualquer espada de dois gumes, e penetra até ao ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas, e apta para discernir os pensamentos e propósitos do coração (Hb 4. 12).

A Palavra de Deus, em virtude de sua santa procedência, é autoridade em si mesma, e tem demonstrado isso ao longo dos tempos, regenerando e salvando milhares de pecadores, pois ...*A fé vem pela pregação e a pregação, pela palavra de Cristo (Rm 10.17).*

I.5- Autoridade das Escrituras sobre a autoridade da Igreja.

Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço da Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, e eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do

Espírito Santo, que pela palavra e com a palavra testifica em nossos corações.
Ref.: I Tm 3.15; I Jo 2.20, 27; Jo 16.13,14; I Co 2.10-12.

Síntese

- 1- A Igreja incita e move seus membros ao estudo das Escrituras, mas sua fala obrigatoriamente dela procede ou nela se apoia.
- 2- Não há maior excelência de conteúdo do que o das Escrituras.
- 3- Seus ensinamentos são eficazes, seu estilo é nobre, suas partes são harmônicas.
- 4- O escopo das Escrituras é revelar a vontade de Deus aos homens e dar a glória devida ao seu nome.
- 5- As Escrituras revelam o único meio de salvação: Jesus Cristo.
- 6- Sabemos que ela é a Palavra de Deus pelas evidentes virtudes textuais, pelo convencimento de sua mensagem e pelo testemunho interno do Espírito Santo, que age em nós por meio delas.
- 7- A Bíblia é, para nós, a suprema verdade revelada e a conseqüente autoridade divina para nossa fé confessional e nossa conduta cristã.

O papel da Igreja

A Igreja testemunha a Palavra de Deus; não a cria, não a determina, não a supera. No tempo da Reforma e de sua consolidação, necessário se fazia firmar bem solidamente os primados confessionais na autoridade ímpar e exclusiva das Sagradas Escrituras contra a pregação romana, que impunha às mentes desinformadas a tese de que Deus falava não somente pela Bíblia, mas igualmente pela tradição e pelo magistério eclesiástico; este último sumariado na pessoa do sumo pontífice, a partir de 1870, com a implantação do decreto da infalibilidade papal. A centralização no Papa da autoridade suprema em todas as questões de fé e de moral bem como o poder de receber, produzir e comunicar novas revelações sagradas está magisterialmente colocado pelo lúcido e combativo Eduardo Carlos Pereira em sua obra: *O Problema Religioso da América Latina*:

*Com o decreto, porém, da infalibilidade papal, pelo concílio Vaticano, em 1870, a “voz da Igreja” fundiu-se na voz do papa, e Pio IX, o primeiro infalível, assim interpretando esse decreto, declarou: **La tradizione son io, a tradizione sou eu!***

Operou-se uma franca evolução da autoridade infalível no seio do catolicismo romano¹⁴: das Santas Escrituras passou ela virtualmente para a Igreja; a Igreja restringiu-se ao claro; o clero absorveu-se no papa. Assim, de 1870 para cá, o Papa tornou-se oficialmente o órgão da infalibilidade divina na terra¹⁵.

Para os reformados, a Igreja de Cristo é filha das Escrituras e, na qualidade e condição de filha, é por ela educada. E assim gerada, formada e mantida pela mãe, torna-se apaixonada encarnadora, continuadora e divulgadora de seus princípios, ensinamentos e ordenanças. A Igreja nasce das Escrituras para viver delas e pregá-las. Eis porque um dos mais consagrados postulados da Reforma é o do *Sola Scriptura*, isto é, *nossa única regra de fé e norma de conduta*. Além dela, fora dela, ao lado dela e acima dela nada mais: nem tradição, nem magistério clerical, nem sumo pontífice.

Para os reformados, a autoridade final em matéria de revelação de Deus e de sua vontade, tanto em assuntos de fé como de comportamento ético, é a Escritura

¹⁴ - Consultar Ernesto Luiz de Oliveira em sua Obra: “Roma, a Igreja e o Anticristo”, respondendo o libelo de Pe Leonel Franca: “A Igreja, A Reforma e a Civilização”, CEP, SP, 1960. O 1º cap. Do livro de Ernesto de Oliveira é oportuniíssimo.

Útil seria ler também “Scripture, Authority of”, de Alan Richardson em *The Interpreter’s Dictionary of the Bible*, 4º vol. Abingdon Press, NY, pág. 248.

¹⁵ - Eduardo C. Pereira em “Problema Religioso da América Latina, Livraria Independente Editora, SP, 2ª Edição, 1949, pág. 35.

Sagrada, escoimada dos apócrifos; não a Igreja com sua tradição e seu ministério episcopal. A palavra da Igreja deve ser crida, quando emana das Escrituras. Ela merece a confiança dos fiéis na medida em que expressa irrestrita fidelidade na missão, na pregação, no ensino e no testemunho à Palavra de Deus. Para o romanismo, sempre submisso ao papa e aos concílios por ele convocados, nas Escrituras e na Tradição estão contidas as verdades salvadoras inspiradas pelo Espírito Santo, inspiração igualmente concedida a ambas as fontes. Poder-se-ia dizer que tal posição não mais se observa no novo catolicismo. Para os que dessa maneira pensam, ouçamos o que diz a respeito o Catecismo da Igreja Católica, redigido depois do Concílio Vaticano II, sendo intérprete de suas resoluções dogmáticas:

A relação entre a Tradição e a Sagrada Escritura- Uma fonte comum...

Elas estão entre si estreitamente unidas e comunicantes. Pois promanando ambas da mesma fonte divina, formam de certo modo um só todo e tendem para o mesmo fim (CIC - Catecismo da Igreja Católica- cap. II, § 80).

Daí resulta que a Igreja, à qual estão confiadas a transmissão e a interpretação da Revelação, “não deriva a sua certeza a respeito de tudo o que foi revelado somente da Sagrada Escritura” (CIC, cap. II, § 82).

“O patrimônio sagrado” da fé (depósitum fidei) contido na Sagrada Tradição e na Sagrada Escritura, foi confiado pelos apóstolos à totalidade da Igreja (CIC, cap. III, § 84).

Fica, portanto, claro que segundo o sapientíssimo plano divino, a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja estão de tal modo entrelaçados e unidos, que um não tem consistência sem os outros, e que juntos, cada qual a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas (CIC, cap. III, § 95).¹⁶

A Igreja romana afirma peremptoriamente que as almas são salvas pelo conjunto de três agentes salvadores em ação unificada: A Tradição (alinhada em primeiro lugar), as Escrituras e o Magistério eclesial (clero). Contra tais absurdos de ontem e de hoje é que a Reforma continua sustentando o primado do *Sola Scriptura*, a Palavra de Deus, à qual nada se acrescentará. Contra a doutrina e a prática da “insuficiência” da revelação escriturística os reformados sustentam e testemunham a sua absoluta e plena *suficiência*. O autorizado Catecismo, citado acima, mantém a posição tridentina da insuficiência das Escrituras: *Tradição, Sagrada Escritura e Magistério da Igreja estão de tal modo entrelaçados e unidos, que um não tem consistência sem os outros*. A Bíblia, verbera o romanismo, é *inconsistente* sem o concurso da tradição e do Magistério clerical romano.

A Igreja, entendia a Reforma, gerada pelo Verbo divino revelado nas Escrituras e encarnado entre os homens, tem por objetivos essenciais: viver a Palavra de Deus, ensiná-la aos seus fiéis, testemunhá-la diante do mundo, pregá-la aos pecadores.

Resumindo: A Igreja é filha da Palavra de Deus revelada e encarnada, não mãe. E ninguém melhor que a filha para entendê-la, submeter-se a ela e proclamá-la pela pregação, pelo ensino e pelo testemunho. A Bíblia, para o reformado, é suficiente e eficiente instrumento divino na salvação, na habilitação e na santificação dos fiéis:

Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra (II Tm 3. 16,17).

¹⁶ Catecismo da Igreja Católica, 7ª Ed, introduzida com o lema: “Constituição Apostólica – Fidei depositum, 1997.

I. 6- Escrituras: Revelação da vontade de Deus.

Todo o conselho de Deus concernente a todas as cousas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela¹. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens²; reconhecemos, entretanto, ser necessária a íntima iluminação do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das cousas reveladas na palavra³, e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comuns às nações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da palavra, que sempre devem ser observadas⁴. Ref.:

- 1- Mc 6.5-7.
- 2- Mt 15.6.
- 3- Jo 6.45: I Co 2.9-12.
- 4- I Co 11.13,14.

Síntese

- 1- As Escrituras revelam-nos a vontade de Deus para nossa fé e nossa conduta.
- 2- Nada se acrescentará às Escrituras Sagradas.
- 3- Rejeitamos, em decorrência da suficiência das Escrituras, novas revelações, a tradição e o magistério eclesiástico, criador de dogmas.
- 4- Recebemos o ensino das Escrituras pela iluminação do Espírito Santo a nós, ao ministério docente da verdadeira Igreja, ao pregador, ao doutrinador. Sem o concurso do Espírito, testemunhando internamente e iluminando, as Escrituras não nos falam.
- 5- O culto e o governo da Igreja devem ser bíblicos na organização e na execução.

Bíblia, livro realista

Deus, no registro da revelação, não oculta a situação real do ser humano, não mascara os fatos, não omite as circunstâncias factuais, não camufla a realidade, não esconde a verdade. A degeneração é apontada, a imagem do homem caído é esculpida e exposta; tudo para que se patenteie o estado depravado da humanidade e se revelem a incapacidade e a inabilidade do pecador de salvar-se a si mesmo. Então, a graça ressalta-se, evidencia-se. É ao antigo e ao atual “homo sapiens” degenerado que o divino Redentor se dirige direta e salvadoramente pelas Escrituras. O corpo clerical romano também é parte da humanidade corrompida pela queda e, em decorrência, igualmente incapaz de qualquer justiça própria de autojustificação ou auto-regeneração. A Reforma libertou-nos da tutela espiritual e mental do catolicismo, que submete seus fiéis ao ensino de uma tradição sem código, sem definição e sem limites, e a um magistério clerical supostamente infalível. De tais fontes extremamente suspeitas derivaram dogmas de fé proeminentes como: Perpétua Virgindade de Maria; Assunção de Maria; Infalibilidade do Papa; Imaculada Conceição de Maria¹⁷; o sacrifício incruento de Cristo na Missa; a Transubstanciação e outros. Foi com base no “depósito sagrado da tradição” e no “magistério clerical”

¹⁷ - O § 491 do Catecismo da Igreja Católica diz: *Ao longo dos séculos a Igreja tomou consciência de que Maria, “cumulada de graça” por Deus (Lc 1. 28), foi redimida desde a concepção. É isto que confessa o dogma da Imaculada Conceição, proclamado em 1854 pelo Papa Pio IX: “ A beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante de sua concepção, por singular graça e privilégio de Deus onipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, foi preservada imune de toda mancha de pecado original⁶²⁶”.*

que o clero tornou-se sucessor de Cristo, e o batismo recebeu acréscimos: vela, saliva sacerdotal, óleo bento, sal e padrinhos, além de receber o poder de ser “opere operato”, isto é, poder salvador em si mesmo no momento da celebração e pelo ato em si, pois nele e por ele se crê atuarem Cristo e o Espírito Santo¹⁸.

Creemos firmemente que as Escrituras são a real e completa revelação de Deus e de sua vontade aos eleitos; que o Revelador determinou o registro da revelação, necessário e indispensável à edificação e à santificação do povo escolhido (Jo 20.31); que ele mesmo providenciou a preservação dos documentos sacros, contendo o assento da revelação, permitindo a descoberta de cada documento e a reunião de todos no conjunto que temos hoje, a Bíblia.

As Escrituras mostram-nos o Deus eterno, transcendente e único, agindo no seio da humanidade real, utilizando a vida e a inteligência de homens pecadores, inseridos na cultura de seu tempo, falíveis como os demais, para revelar o que deseja que seus eleitos conheçam a seu respeito e comunicar o que exige em termos de submissão, obediência e comportamento. Para o reformado, as Escrituras são eficientes, completas e suficientes em matéria de revelação, de fé e de conduta.

I. 7- Interpretação da Bíblia.

Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos¹; contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em um ou outro passo da Escritura são tão claramente expostas e explicadas, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas². Ref.:

- 1- II Pe 3.16; Jo 16. 17; Jo 6. 60.
- 2- Sl 119. 105, 130; At 17. 11, 12.

Síntese

- 1- Há fatos, informações e afirmações nas Escrituras, que não os compreendemos claramente; mas esses, por obra do Espírito Santo, não interferem na nossa fé.
- 2- Há textos que carecem de interpretação. Para isso, havia em Israel os “intérpretes da Lei” e há na Igreja os teólogos, certamente por permissão divina.
- 3- O que é necessário à compreensão do pecador para recepção da salvação em Cristo Jesus e o conseqüente crescimento espiritual está claríssimo na Bíblia.
- 4- O indispensável à edificação da Igreja e à santificação do fiel registra-se com diamantina clareza e indubitável precisão.
- 5- As Escrituras atingem a todos os iluminados pelo Espírito Santo, doutos e indoutos.

Os escritos bíblicos, por si mesmos, não possuem qualquer poder soteriológico; eles revelam o Deus Salvador, são os instrumentos comunicativos, informativos e formativos de tudo que Deus realizou e está realizando para efetivar a salvação de seus escolhidos. O eleito, ao receber, iluminado pelo Espírito Santo, a sagrada mensagem pela pregação, pelo ensino ou pela leitura direta das Escrituras, é imediatamente convencido da necessidade da graça e chamado a unir-se a Cristo. A Palavra de Deus remove a sua incredulidade e o move à conversão, à aceitação incondicional de Cristo como seu único Salvador. Elas têm agido assim em milhares de seres humanos de todas as etnias e espaços geográficos. As interpretações diversas e divergentes surgem, não dos humildes crentes tocados e transformados pelas

¹⁸ - § 1128 do Catecismo da Igreja Católica, ob. cit.

Escrituras, mas procedem tanto de teólogos sectários denominacionais como de togados clericais que o romanismo reveste de múnus autoritativo de interpretação do que chama de “depositum fidei”¹⁹.

A Reforma colocou as Escrituras na mão do povo e o mandou lê-las. Isso, entendido distorcidamente pelos “mestres de Roma”, levou-os a acusar os reformados de “livres examinadores” e “livres intérpretes” da sacra revelação escriturística. A livre leitura e o livre exame nada tem a ver com “livre interpretação”. A comprovação de que a Igreja da Reforma não pregou e não aceitou a livre interpretação está contundentemente demonstrado pelo presente documento confessional da Confissão de Fé de Westminster (1643), por seus catecismos Breve e Maior e por catecismos e confissões reformados emergidos das origens do movimento reformador como: Catecismo de Genebra (1537), redigido por Calvino; Catecismo de Heidelberg (1563), redigido por Gaspar Oleviano e Zacarias Ursino; Confissão de Augsburgo (1530), redigida por Filipe Melancton, seguindo a teologia de Lutero; Confissão Belga (1561), redigida por Guido de Bress; Confissão Escocesa (1560), redigida por John Knox, John Spottiswood, John Row, John Douglas e John Winram; Confissão Gaulesa (1559), redigida sob orientação de François de Morel; Confissão de Wurtemberg (1552), redigida por John Brenz; II Confissão Helvética (1562), redigida em latim por Bullinger.²⁰ Todos estes parâmetros confessionais constituem argumentos fortíssimos e irrefutáveis contra a acusação de que a Reforma produziu ou estimulou o caos religioso ao estabelecer o princípio da “livre interpretação das Escrituras”. Ela implantou, contra a escravidão das consciências pela interdição de acesso do povo aos escritos santos, a “livre leitura da Bíblia” e o “livre exame dos textos sacros” na língua pátria e na linguagem popular. O desejo de ver as massas empunhando a Bíblia levou Lutero a traduzi-la dos originais para o alemão popular, mas gramaticalmente bem estruturado. Compete aos teólogos, arregimentados pela Igreja, e dentro de seu sistema doutrinário bíblicamente estabelecido, interpretá-la para que os examinadores sejam orientados. “Orientados”, não impedidos ou proibidos. A necessidade de tornar as Escrituras assimiláveis por todos os níveis de pessoas e de estabelecer normas bíblicas doutrinárias para as comunidades reformadas, levou os mestres da Reforma e do movimento reformado a criar diretrizes teológicas por meio de textos catecismais e confessionais, o que fez eficiente e abundantemente. O documento geral base de todos os catecismos e confissões calvinistas são as Institutas de Calvino, documento redigido com clareza, firmeza, nobreza e incrível biblicidade. Não se concedeu, pois, aos leigos a tarefa de interpretar as Escrituras para a Igreja, mas aos seus mestres espiritual e intelectualmente habilitados para fazê-lo. A Igreja tem pastores e mestres (Ef 4.11).

O Artigo primeiro da Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, dentro da linha exposta acima, declara: *A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma federação de Igrejas locais, que adota como única regra de fé e prática as Escrituras Sagradas do Velho e do Novo Testamentos e como sistema expositivo de doutrina e prática a sua Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Breve...*

A Bíblia é aberta, sem restrições, a todos os membros da Igreja protestante reformada: *nas escolas bíblicas dominicais, nos estudos bíblicos semanais, nos encontros, acampamentos, congressos e concílios, concedendo plena liberdade a*

¹⁹ - §§ 84, 85 e 86. Sob a autoridade e requisito do múnus interpretativo, heresias supostamente bíblicas têm se tornado dogmas de fé na Igreja romana: Celibato, vários sacramentos, purgatório, relíquias, indulgências, transubstanciação etc....

²⁰ - Enciclopédia Histórico Teológica da Igreja Cristã, vol. I, Soc. Rel. Edições Vida Nova, SP, 1988, páginas: 246, 247 (catecismos); 328 a 342 (confissões).

cada membro, independentemente de seu grau de instrução, de perguntar, questionar e debater as questões bíblicas suscitadas. Assim, a Igreja é iniciada no ensino da Palavra de Deus e habilitada para transmiti-la a outras pessoas, especialmente as informações sobre Deus, a obra redentora de Cristo, a Igreja, o comportamento cristão, o testemunho comunitário e individual e as doutrinas básicas da comunidade. Deve acrescentar-se que os candidatos a profissão de fé são matriculados em classe especial preparatória, eminentemente bíblica, para serem discipulados; é o catecumenato. A Igreja recebe instrução interpretativa das Escrituras para ministrá-las aos não convertidos, e isto no exercício do livre exame. Quem livremente examina condiciona-se a receber a interpretação adequada dos textos mais difíceis ou mais confusos.

1.8- Documentos Originais.

O Velho Testamento em hebraico (língua vulgar do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que ele foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus,¹ e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos, são por isso autênticos e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar para eles como para um supremo tribunal²; mas, não sendo essas línguas conhecidas por todo o povo de Deus, que tem direito e interesse nas Escrituras e que deve no temor de Deus lê-las e estudá-las³, esses livros têm de ser traduzidos nas línguas vulgares de todas as nações aonde chegarem, a fim de que a palavra de Deus, permanecendo nelas abundantemente, adorem a Deus de modo aceitável e possuam a esperança pela paciência e conforto das Escrituras⁴. Ref.

1- Mt 5. 18.

2- Is 8. 20; At 15. 14-18.

3- Jo 5. 39; II Tm 3. 14,15; II Pe 1.19.

4- I Co 14. 6, 9, 11, 12, 24, 27, 28; Mt 28. 19, 20; Cl 3. 16; Rm 15. 4.

Síntese

- 1- Para os reformados, os documentos bíblicos credenciados e autoritativos são os produzidos em Hebraico (Velho Testamento) e Grego (Novo Testamento).
- 2- As fontes hebraicas e gregas das Escrituras, além de serem informações diretas, foram diretamente inspiradas por Deus.
- 3- Em caso de dúvida, afirmação doutrinária, recorrência exegética ou apelação de natureza hermenêutica e apologética, consultar-se-ão os referidos originais.
- 4- As traduções reformadas da Escrituras obrigatoriamente procedem do cânon estabelecido em hebraico e grego.
- 5- Embora se permitam versões eruditas, as destinadas ao vulgo devem ser em linguagem popular, mas respeitosa e nobre.
- 6- A fé confessional e o culto, para serem agradáveis a Deus, devem proceder da correta compreensão da Palavra de Deus.

A BÍBLIA PARA OS ELEITOS

A Igreja não precisa ter medo da liberdade de acesso e leitura da Bíblia por duas razões fundamentais:

Primeira: ela se destina aos chamados por Deus para constituírem seu povo; desses chamados, alguns são escolhidos (Mt 22. 14) outros ficam apenas como aderentes, mas doutrinados e controlados pelo ministério docente e pastoral da Igreja. Nem todos os judeus, chamados para dentro do corpo institucional de Israel, eram servos eleitos de Deus. Nem todos os que integram a Igreja visível de Cristo são

regenerados, herdeiros da vida eterna. A Palavra de Deus age regeneradoramente nos predestinados à salvação, à regeneração. Nos irregenerados, mas dentro da instituição eclesial como joio no trigal, ela atua apenas como força controladora, até certo ponto, dos impulsos individuais depravantes e degradantes. A história e a prática atestam-no sobejamente.

Segunda: Deus, o revelador, vela e controla todos os feitos consequenciais de sua revelação, não permitindo que o homem e o maligno transformem-na em instrumento e arma contra Ele e o rebanho de seu Filho. A pregação distorcida e corrompida do Evangelho atingirá apenas os “rejeitados”, que se tornarão falsos cristãos, mas, por mais persuasiva que seja, não atrairá os eleitos, porque o Pai eterno não permitirá. Eis dois textos probatórios importantíssimos:

Porque surgirão falsos cristos e falsos profetas operando grandes sinais e prodígios para enganar, se possível, os próprios eleitos (Mt 24. 24).

Muitos, naquele dia, hão de dizer-me: Senhor, Senhor! Porventura, não temos profetizado em teu nome, e em teu nome não expelimos demônios, e em teu nome não fizemos muitos milagres? Então, lhes direi explicitamente: nunca vos conheci. Apartai-vos de mim, os que praticais a iniquidade (Mt 7. 22, 23).

A Palavra de Deus tem de ser comunicada a todas as pessoas; nos escolhidos, ela agirá redentora e santificadoramente; nos réprobos, atuará condenadora e julgadoramente. Todos devem ter acesso à Palavra de Deus, uns para redenção, outros para juízo.

A língua oficial

A Igreja romana elegeu a Vulgata de Jerônimo, em latim, com acréscimo dos apócrifos, sua versão oficial. Portanto, a ela recorre em todas as questões teológicas e eclesiológicas. A Igreja reformada apela ao cânon judaico do Velho Testamento, escrito em hebraico, ao do Novo Testamento, produzido em grego. Prefere a fonte primária à secundária, por ser mais limpa, sem os defeitos naturais da tradução. Os pastores reformados devem saber, pelo menos para consulta, hebraico e grego, para não serem “papagaios” de traduções no preparo de mensagens e de estudos bíblicos. Os originais devem ser consultados em todos os casos de dúvidas e em quaisquer dificuldades hermenêuticas e exegéticas. Exatamente esta é a recomendação da CFW, no item discutido.

Fé e culto

A nossa fé, em termos confessionais, firma-se estrita e exclusivamente nas Escrituras Sagradas. cremos o que a Bíblia ordena que creiamos, pois ela é a nossa única regra de fé.

O culto, embora com as modificações decorrentes da implantação do domínio da graça em Cristo Jesus, firma-se, basicamente, nos princípios litúrgicos estabelecidos por Deus no Velho Testamento:

- a- Consciência de pecado.** Ninguém tem mais consciência de ser pecador, que o verdadeiro adorador de Deus.
- b- Confissão de pecado.** Quem acha que não tem pecado, considera-se “justo”; e justo não necessita de arrependimento (Lc 15.7). O Culto efetivar-se-á verdadeiramente pelos confessantes, e somente por eles. Sem confissão não há culto.

- c- **Sacrifício.** Confessados os pecados, a pena correspondente aplicava-se, vitimando o cordeiro sacrificial substituto. Sem a visão e a incorporação do sacrifício de Cristo não há adoração.
- d- **Comunicação do perdão.** Morto o pecado pela morte do cordeiro, o pecador substituído recebia a informação de que seus pecados estavam perdoados.
- e- **Glorificação gratulatória.** O pecador perdoado tinha o dever moral e espiritual de agradecer a Deus a providência do perdão.
- f- **Edificação do perdoado,** para que não continuasse na mesma linha de pecados.
- g- **Retorno às atividades costumeiras,** quando o pecador, perdoado por Deus e a ele dedicado, faz de suas atividades um culto ao Redentor.

Esta ordem esquemática está contida e explícita no culto organizado por Deus no Velho Testamento, que se repete no Novo com o sacrifício único de Cristo por todos nós, rememorado e revivido no ritual da Santa Ceia.

I. 9- Interpretação das Escrituras.

A regra infalível de interpretação da Escritura é a mesma Escritura; portanto, quando houver questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), esse texto pode ser estudado e compreendido por outros textos que falem mais claramente¹. Refs.:

1- At 15. 15; Jo 5. 46; II Pe 1. 20,21.

Síntese.

Interpreta-se a Escritura pela própria Escritura.

- 1- Um texto que não pode ser iluminado por outros textos, não servirá de base dogmática; sobre ele não se firmará doutrina.
- 2- Um texto não pode ter múltiplos sentidos ou conteúdos divergentes.
- 3- A autoridade de um texto profético firma-se, por um lado, na idoneidade do profeta bíblico e, por outro, no cumprimento da profecia.
- 4- Cada parábola tem, geralmente, um só sentido, uma só mensagem, um só objetivo.
- 5- O magistério eclesiástico e a tradição não podem definir ou alterar o pronunciamento e o ensino de um texto bíblico.

AS ESCRITURAS E O REBANHO DE CRISTO

A Igreja é rebanho, composto de ovelhas do Pai entregues ao pastoreio do Filho. Ela ouve somente a voz do Sumo Pastor, seu único mestre:

Vós, porém, não sereis chamados mestres, porque um só é vosso Mestre, e vós todos sois irmãos (Mt 23.8).

Cristo é o Verbo pelo qual o Pai fala nas Escrituras, revelando-se e revelando a sua vontade. Enquanto ele esteve no mundo, encarnado, ensinou a Palavra do Pai aos seus discípulos (Jo 6. 45; Jo 17. 8, 14, 26). Cristo não se faz revelar pela razão, aculturada, de intermediários; revela, por si mesmo, o conhecimento da redenção e da santificação, não aos grandes, ricos e sábios, mas aos pequeninos:

Por aquele tempo exclamou Jesus: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado (Mt 11. 25,16).

O mesmo Deus que se desvendou a nós por sua palavra comunicada aos pais e aos profetas, encarnada e verbalizada diretamente pelo Filho, ilumina-nos pelo Espírito Santo para entendê-la e transmiti-la (I Co 2. 13), independentemente de

sabedoria secular e teológica. Aliás, os teólogos de seu tempo ignoraram-no completamente, não assimilando seus ensinamentos, não aceitando sua mensagem.

Cada texto bíblico deve ser entendido à luz do contexto imediato e do remoto, à luz das denotações e conotações próprias da língua original, à luz dos propósitos didáticos da informação ou da ordenança. Deve-se também levar em conta, como elementos auxiliares: o tempo; o lugar; a situação social, religiosa e política; a expectativa do ouvinte e a natureza do conteúdo comunicado. Os sentidos literal e espiritual devem coadunar-se, completarem-se; um depende do outro. A Reforma optou pelo método exegético *gramático-histórico da revelação*, relegando à segunda plana a opinião da patrística e dos mestres de tendências diversas. Tal processo interpretativo eliminou quase completamente o alegorismo, próprio de alguns dos filósofos alexandrinos.

As Escrituras falam por si mesmas de maneira coerente, eficiente e edificante, não aos intelectos, mas ao coração e às consciências.

I. 10- Bíblia, Juiz Supremo em matéria de fé e de moral.

O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares; o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo, falando na Escritura. Ref.

1- Mt 22. 29, 31; At 28. 25; Gl 1.10.

Síntese

- 1- A Bíblia é a corte final de apelação em todas as pendências religiosas, em todos os conflitos doutrinários, em todas as dúvidas eclesiológicas, em todos os desvios comportamentais da Igreja e de cada um de seus membros.
- 2- A Bíblia está acima dos teólogos do passado e da tradição
- 3- A Bíblia está acima do magistério da Igreja.
- 4- A Bíblia está acima do clero, coletiva e individualmente.
- 5- Quem dá autoridade suprema às Escrituras é o Espírito Santo, que fala nelas e por elas.

ESCRITURAS- DEFESA DE NOSSA FÉ

A Confissão de Fé de Westminster não admite outra fonte de origem ou outro alvo de recorrência, em matéria de revelação, de doutrina e conduta religiosa, acima e além das Escrituras: nem tradição nem Papa. Para os evangélicos reformados a Palavra de Deus está consubstanciada e definitivamente consumada nos registros sacros inspirados do Velho e do Novo Testamentos. Deus se dirige à Igreja exclusiva, clara e definitivamente pelas Escrituras. Dela, portanto, o reformado deriva sua fé, suas doutrinas e sua ética. Fora da Bíblia não há revelação de procedência divina. O meio de avaliação da autenticidade de um profeta e da veracidade de sua pregação profética é a Escritura Sagrada. Qualquer profecia que não se derive da Palavra de Deus ou com ela não se harmonize integralmente é falsa, não merecendo a credibilidade da Igreja. Qualquer dogma que não proceda diretamente da revelação veto e neotestamentária ou nela não se fundamente solidamente deve ser considerado improcedente, ilegítimo e espiritualmente espúrio.

O reformado não espera receber doutrina, ordenanças e normas éticas da autoridade humana da Igreja, mas do Espírito Santo, que atua no *corpo dos eleitos* redimidos e habita cada um de seus membros regenerados. Sem a iluminação e o

testemunho interno do Paráclito, Deus não nos fala pelas Escrituras. A Palavra de Deus tem por objetivo convocar, informar, formar, disciplinar e conduzir os escolhidos, segundo os propósitos de Deus. O seu fulcro é a inserção do espiritual, próprio da transcendência, no universo material, criando nas mentes dos eleitos a base para o entendimento das coisas, eventos e fatos revelados. A revelação produz a espiritualização, e esta permite a avaliação e ajuizamento do revelado: As coisas espirituais discernem-se espiritualmente, mas isto só é possível aos regenerados, habitações do Espírito, possuidores da mente de Cristo. Sobre a capacitação do crente, douto ou indouto, para a percepção espiritual, fala-nos o Apóstolo Paulo: *Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucuras; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente. Porém, o homem espiritual julga todas as coisas, mas ele mesmo não é julgado por ninguém. Pois quem conheceu a mente do Senhor, que o possa instruir? Nós, porém, temos a mente de Cristo (I Co 2.14-16).*

Não há, pois, nenhuma dificuldade de se entender a essência da revelação, pois o mesmo Deus que comunica o fato revelado, condiciona e habilita o receptor humano para recebê-lo, independentemente de sua intelectualidade. Perante a revelação, todas as criaturas humanas são iguais. As Escrituras podem oferecer algumas dificuldades de entendimento no campo doutrinário, quando submetidas à racionalização, especialmente a denominacionalista, mas na área soteriológica elas são diamantinamente claras às mentes e aos corações. Percebendo a universalidade da revelação e a dependência de sua apreensão e compreensão exclusivamente do Revelador mediante o Espírito Santo, a Reforma colocou a Bíblia na mão do povo, e em sua linguagem. Ela fez e está fazendo a grande revolução espiritual, eclodida no movimento reformado, continuando nos nossos dias.

Pela Bíblia Deus fala a cada pessoa, em cada tempo, em cada lugar e em cada situação. A mensagem bíblica revelada é uma só, que o Espírito aplica a cada ouvinte, conforme os objetivos do Filho e os propósitos do Pai.

FONTES AUXILIARES

- 01- As Santas Escrituras, Roberto C. Dentan, Publicadora Ecclesia, Porto Alegre, RS, 2ª Edição, 1961.
- 02- Como nos Veio a Bíblia, Edgar J. Goodspeed, Junta Geral de Publicações, Imprensa Metodista, SP, 1957.
- 03- Nossa Crença e a de Nossos Pais, David S. Schaff, Imprensa Metodista, 1964, 2ª Edição.
- 04- História, Doutrina e Interpretação da Bíblia, Joseph Angus, vol. I, Casa Publicadora Batista, Rio de Janeiro, 1951.
- 05- A Bíblia e o Catolicismo Romano, Dreyer e Weller, Casa Editora Evangélica LTDA, Teresópolis, Rio de Janeiro, 1ª Edição.
- 06- Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, Edições Vida Nova, SP, 1982, 1ª Edição, verbete “Escritura”.
- 07- Theological Dictionary of the New Testament, compiled by Ronald E. Pitkin, WM. B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan, USA, conforme Gerhard Kittel, 1977, verbete “Scripture”, vol. I, da página 749 a 769.
- 08- The Interpreter’s Dictionary of the Bible, vol. de R a Z, Abingdon Press, New York – Nashville, USA, 1962, verbete “Scripture, Authority of”, da pág. 248 a 250.

- 09- Compêndio de Teologia Sistemática, David S. Clark, CEP; sem data e número da edição.
- 10- Institutas, João Calvino, Cânon das Escrituras, vol. IV, cap. VIII. §§ 8, e cap. IX, § 14.
- 11- O Problema Religioso da América Latina, Eduardo Carlos Pereira, 2ª Edição, Livraria Independente Editora, SP, 1949.
- 12- Introdução ao Antigo Testamento, William S. Lasor, David A. Hubbvard, Frederic W. Bush, Edições Vida Nova, SP, 1ª Edição, 1999, Parte Quatro, a partir da pág. 635.

DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Capítulo II

II.1- Unidade Trina.

Há um só Deus vivo e verdadeiro¹, o qual é infinito em seu ser e perfeições². Ele é um Espírito puríssimo³, invisível⁴, sem corpo, membros e paixões⁵; é imutável⁶, imenso⁷, eterno⁸, incompreensível⁹, onipotente¹⁰, onisciente¹¹, santíssimo¹², completamente livre¹³ e absoluto¹⁴, fazendo tudo para a sua própria glória¹⁵ e segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e imutável¹⁶. É cheio de amor¹⁷, é gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro remunerador dos que o buscam¹⁸ e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos¹⁹, pois odeia todo o pecado²⁰; de modo algum terá por inocente o culpado²¹. Ref.

- 01- Dt 6.4; I Co 8.4,6; I Ts 1.9; Jr 10.10.
- 02- Jr 23.24; Sl 147.5; I Rs 8.27; Sl 134.
- 03- Jo 4.24.
- 04- I Tm 1. 17.
- 05- Lc 24.39; Dt 4.15,16.
- 06- Tg 1.17.
- 07- I Rs 8.27; Jr 23. 23,24.
- 08- Sl 90.2; I Tm 1.17.
- 09- Rm 11.33; Sl 145. 3.
- 10- Ap 4.8;
- 11- Rm 14. 17.
- 12- Is 6.3.
- 13- Sl 115.3.
- 14- Is 44.6; At 17. 24,25.
- 15- Rm 11.36; Ap 4.11.
- 16- Ef 1.11.
- 17- I Jo 4.8-10.
- 18- Hb 11. 6.
- 19- Ne 9. 32,33;
- 20- Hc 1.13.
- 21- Ex 34. 6,7; NA 1.2,3.

Síntese

- 01- Há um só Deus de existência real, quinta-essência da realidade, causa não causada.
- 02- Deus é infinito e infinitas são suas perfeições.

- 03- Deus é puro, impecável e imutável.
- 04- Os atributos de Deus.
- 05- Deus não tem assessores; age segundo sua auto-vontade.
- 06- Deus é amor e luz, tudo com a mais absoluta perfeição.
- 07- Deus é justiça plena e perfeitíssima.

Deus uno

O Deus das Escrituras não é um dentre vários: *henoteísmo*. Não é um Deus privativo de Israel, concorrente de outros deuses; isto seria *monolatria* em oposição à polilatria. Ele é o Deus único, *monoteísmo*²¹, não porque Israel o elegeu para si e o transformou, à vista de um sacerdócio *monolátrico*, em divindade exclusiva. Não. Foi o *Deus único* e real que escolheu, da semente de Abraão, uma nação de peregrinos e forasteiros para ser o seu povo. Foi Ele que se revelou como “*uni e plenexistente*”, capaz de eleger seus verdadeiros adoradores, e realmente o fez. Os falsos deuses de outras pátrias ou clãs resultaram da escolha de seus adoradores, sendo, em conseqüência, divindades geradas pela credence idolátrica e, portanto, inexistentes. A una e absoluta existência de Deus está por ele mesmo declarada:

Eu sou o Senhor, e não há outro; além de mim não há Deus (Is 45.5 cf Is 45.14,18; 44.8).

Outras religiões foram henoteístas e monolátricas, inclusive aquelas que divinizavam o rei como divindade oficial de seu reinado. Israel, porém, por ordenação de seu Vocacionador, acreditava em uma divindade singular e adorava um único Deus, Javé.

Deus real, verdadeiro e espiritual

Os deuses pagãos eram produtos da imaginação piedosa, emergidos da crença idolátrica de que “poderes superiores” personificados, procedentes de outras “esferas”, emanados de “outras dimensões”, encarnavam-se em coisas e seres da natureza – panteísmo- ou existiam no cosmo em forma de astros. Eventualmente, tais divindades imaginárias “apossavam-se” de criaturas humanas, que se tornavam poderosas, convertendo-se em profetas místicos, sacerdotes das divindades icônicas ou reis divinizados.

O Deus da Bíblia, além de ser absolutamente real, nada tem com a ordem física, pois é inteiramente despido de materialidade. Para que a sua espiritualidade se evidenciasse, não havendo, por outro lado, nenhuma conexão com pessoas, animais ou objetos, ele proibiu, sob pena de morte, a feitura e adoração de imagens e esculturas de seu ser e quaisquer seres biológicos e fisiológicos imanentes e de qualquer figura imaginária do universo transcendente:

Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra (Ex 20. 4).

A adoração de um Deus espiritual como o das Escrituras não se fará por meio de representação icônica ou objetivação material. A percepção do adorador e a emergência de sua adoração dar-se-ão por meio da conexão interativa do Espírito divino com o espírito humano. Esta é a base compreensiva consoante a qual Jesus declarou à mulher samaritana:

²¹ - Monoteísmo: Dicionário Enciclopédia da Bíblia, Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1ª Ed., 1972, pág. 1009.

Deus é Espírito; e importa que os seus adoradores o adorem em espírito e em verdade (Jo 8. 24).

Deus não é perceptível pela razão pura, mas pelo espírito regenerado em harmonia com o Espírito regenerador. A objetivação do culto por meio de símbolos e figuras icônicas, humanos ou não, redundando na sua desespirtualização. Deus é quem faz o adorador apreendê-lo e, conseqüentemente, cultuá-lo. Quem não é templo do Espírito Santo não pode adorá-lo “em espírito e em verdade”. A idolatria geral, a santolatria, a crucilatria e qualquer antropolatria são ofensivas ao Deus real, que atua nos eleitos direta e pessoalmente, produzindo neles redenção, santificação e adoração.

Infinitude e santidade de Deus

O único ser realmente infinito, imensurável, é Deus. Não se aplica a ele nenhuma categoria de natureza temporal: história, existência, origem, fim, cronologia, cronometria e *kairói* (pontos temporais salientes ou culminantes de sua vida). Ele é o Criador e o Senhor do “tempo” categorizado, definido, determinado, cronometrado:

- >tempo vital (curso de uma existência);
- >tempo histórico (princípio e fim de uma civilização, espaço temporal de fatos, contundentes, relevantes e modificadores da ordem social);
- >tempo “alfa” (origem da criação e do homem);
- >tempo “ômega” (fim da atual ordem criada e da humanidade adâmica);
- >tempo escatológico ou da consumação glorificante (reino eterno do Cordeiro com os seus redimidos), a partir do “tempo ômega”.

Tudo que se move dentro do espaço geográfico, move-se num tempo determinado, o “tempo de Deus”. A correlação “espaço – tempo” inexistente para o Senhor do infinito; é criação dele para suas criaturas finitas. Nós, produtos de “princípio” e destinados a um “fim”, a um “alvo”; submetidos às contingências da nossa finitude - tempo e espaço – temos dificuldades para entender o “Infinito”, o “Absoluto”, o “Intemporal”, o “Eterno”. Deus é simplesmente o inimaginável. Nossas categorias mentais, nossos símbolos representativos (vocálicos e gráficos) de idéias e pensamentos circunscrevem-se ao nosso universo existencial limitadíssimo. Não temos condições de descrever, definir e entender um Deus *absoluto* em seu ser, existência, vontade, ação criadora, preservadora e governadora, bem como as divinas decisões imutáveis no campo da redenção. Deus é essencialmente perfeitíssimo, e tudo que falou e fala, tudo que fez e faz é completo e revestido de perfeição irretocável. De sua perfeição procede o que é perfeito, inclusive a sua Palavra revelada aos eleitos. A Palavra divina é perfeita e completa porque procede de um Revelador absolutamente imutável e inerrante em todas as suas obras. Ele não submete à experiência qualquer decreto da criação para verificar a exequibilidade do projeto, não testa a obra criada para avaliar seu desempenho; não inventa a partir de conhecimentos prévios: cria e dá existência à criação com certeza absoluta de que os propósitos serão realizados conforme a sua preordenação. Para o Deus perfeito não há circunstância nem acaso, nem opositores ou oposições capazes de frustrar-lhe os planos. Não se pode falar de “imperfeição” de Deus, julgando que algo de sua criação, providência ou redenção “poderia ter sido melhor”. Por outro lado, é inconcebível “procurar fraquezas” no ser divino, ou mesmo alguma diferença qualitativa de suas ações ou de seus atributos. Não se justifica, por exemplo, afirmar que ele seja excelente no amor, mas fraco na justiça; que sua perfeição é inatingível na criação, mas sofrível no governo ou na providência. Ele é um ser absolutamente completo e, conseqüentemente, perfeito em tudo que fez e está fazendo: criação, providência, eleição e redenção. Nenhuma qualificação adjetiva ou atributiva conferir-nos-á a correta descrição e a adequada definição do ser de Deus.

Ele é a “totalidade” e a “integridade” em si mesmo e em tudo que realiza. A sua melhor imagem auto-definidora é a que ele revelou a Moisés: *Eu Sou o que Sou*²². Se de alguma maneira pudéssemos descrever Deus, partiríamos de sua auto-definição para dizer que ele é auto-existente e auto-suficiente, pleno em si mesmo, absoluto e infinito. Como o “absoluto” e o “infinito” podem ser compreendidos pelo “relativo” e o “limitado?” Na verdade, Deus é “apreendido” mais que “compreendido”. A compreensão vem-nos pela revelação, jamais pela razão. Além do mais, a ligação de Deus conosco não se viabiliza por discursos didáticos informativos, mas por meio de atos libertadores concretos, sentidos diretamente pela experiência objetiva dos beneficiários revelados. Sei quem é meu pai, não porque os filósofos o definiram para mim, mas porque tenho com ele relação interativa de existência e experiência. No nível existencial e experiencial é que Deus se fez revelar aos seus eleitos. Um filho da promessa não tem a mínima dúvida sobre Deus, sua realidade, sua personalidade, sua paternidade e seu governo. É dessa maneira que o “Absoluto” e o “Infinito” entram no nosso universo humano e interagem conosco. Deus é indefinido e indefinível.

Deus é Santo (I Pe 1.14-16)

A santidade do homem mortal depende de Deus, de sua escolha eletiva e da atuação do Espírito Santo no escolhido, processando a santificação. Deus não é santo por ser “separado” por alguém ou por algum poder, mas por ser radicalmente “outro”, por pertencer a um universo transcendente, absolutamente espiritual, onde o pecado não existe nem poderá existir. O universo estritamente divino somente “tocou” o universo humano por meio da encarnação do Filho humilhado. Sendo de outra esfera, acima e além da matéria (sua criação), autêntico e autônomo, torna-se indefinível, inclassificável, indeterminável pelas categorias e símbolos próprios do conhecimento e da experiência humanos. Para revelar-se, deixar-se compreender por criaturas tão limitadas, valeu-se, no processo histórico da revelação, do antropomorfismo. Usando recurso didático revelacional, as Santas Escrituras transferem para a divindade as idéias de corporalidade pneumossomática, psiquismo, virtudes, sentimentos, ações e reações próprios do ser humano como: “dedo de Deus” (Ex 31. 18 cf Dt 9.10); “mão de Deus” (Ex 13. 3,9,14); “braço de Deus” (Ex 6.6; Dt 5. 15; Dt 7.19); “olhos de Deus” (Ex 33. 13; Dt 11. 12; Ed 5.5; “face de Deus” (Ex 33. 20,23; Jó 33.26). O antropomorfismo abrange também a área psicológica, quando fala, por exemplo, da “ira de Deus” (Ex 4.14) e do “arrepentimento de Deus” (Gn 6.6). Tratando-se de um ser infinitamente superior a nós, sem qualquer materialidade, empirismo ou temporalidade, apreendê-lo perfeitamente é impossível (ver Is 55.8,9). O que nos revelou sobre si mesmo e sobre sua vontade nos é suficiente à fé, ao amor e ao testemunho devidos a ele.

Os atributos de Deus

A teologia dogmática, mais filosófica que bíblica, define Deus por meio de atributos incomunicáveis (os que não são conferidos ao homem), e atributos comunicáveis (os que o Criador, em parte, conferiu ao homem). Os atributos incomunicáveis: auto-existência; imutabilidade; eternidade; perfeição absoluta; imensidade e unicidade (trindade perfeita, consubstancial e consensual). Atributos comunicáveis: espiritualidade; racionalidade; intelectualidade; veracidade; bondade;

²² - R. Alan Cole em Êxodo- Introdução e Comentário, Mundo Cristão, Ed. Vida Nova, SP, 1963, pág. 67. A leitura da introdução desta obra, que fala sobre o Deus de Israel, é Recomendável.

amor; santidade; vontade; justiça; liberdade e regencialidade²³. Deus é absoluto em seu ser e em todos os seus atributos. O homem é relativo e limitado na posse e no exercício dos atributos divinos a ele parcialmente comunicados. Ao ser humano não se atribui o prefixo “oni”: Onisciência, onipotência, onipresença, onividência. Do Criador o homem recebe em grau considerável, mas não absoluto: ciência, potência, presença e vidência Cf Jó 11. 7,8; 37.16; Is 40.28; Sl 147.5; I Jo 1.20; Rm 11. 33; Pv 5.21; Pv 15.3; Sl 139. 2,3; Sl 46. 9,10.

Entendemos que Deus pode ser apreendido, mas não definido, a partir do que expressa ou manifestamente faz, não com base em suposto conhecimento filosófico de seu ser. Uma das melhores visões da expressividade divina, talvez a mais próxima da idéia reformada de Deus, é a do Breve Catecismo de Westminster, resposta à pergunta 4: *Deus é espírito, infinito, eterno e imutável em seu ser, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade*. Deus, em suma, é indefinível, mas apreensível pelos seus eleitos, não racionalmente, mas existencial e piedosamente.

Auto-regência e auto-gerência de Deus

Antropomorficamente podemos falar da “perfeitíssima e completíssima” mente de Deus, aquela que contém a sabedoria abrangente, depositária da ciência integral e universal de onde derivam todas as culturas imagináveis e inimagináveis, assimiláveis e não assimiláveis pelo cérebro do “homo sapiens”. Há muitas informações transcendentais, de natureza espiritual, não reveladas ao homem. Qualquer governante necessita de assessores nas áreas que não são de sua especialidade ou domínio. Deus não carece de conselheiros e de conselhos; ele realiza tudo conforme a sua própria vontade, que não é limitada por nenhum desconhecimento de quaisquer naturezas. Deus não precisa de ninguém e de nada fora de si mesmo. Os seres criados é que dependem do Criador, pois existem porque ele lhes determinou existência; e permanecem porque a sua providência lhes garante a permanência. É Deus quem controla a obra criada e todas as criaturas, especialmente o ser humano. O homem não tem potência essencial ou original capaz de exercer o menor controle sobre a divindade. *Relativo e limitado*, não pode controlar, nem mesmo influenciar, o absolutamente ilimitado e soberanamente onipotente: o Ser Supremo. A fé, carisma concedido ao crente por misericordiosa graça, e a oração, clamor emanado do interior do salvo, mas gerado pelo Espírito Santo (Rm 8.26), não têm poder para alterar a vontade ou o propósito de Supremo Criador. Um Deus alterável deixa de ser soberano e, perdendo a soberania, perde, conseqüentemente, a imutabilidade absoluta; passa a ser uma divindade contingencial, de vontade variável, sujeita à maleabilidade induzida, conduzida ou influenciável.

Deus é simplesmente absoluto

O absoluto é, por si mesmo, indefinível, indescritível e indecifrável. Deus, porém, é um absoluto que permite ao ser humano compreendê-lo, apreendê-lo, submeter-se a ele pelo vínculo espiritual. O Deus, espírito puro, criou o homem espiritualizado, circunstância que o capacita à interação e ao diálogo místico com o seu Criador. O eleito não o entende racionalmente, mas o recebe na sua “intimidade espiritual” como um filho recebe o seu pai. E assim, o milagre se estabelece: o Absoluto transcendente relaciona-se com o relativo imanente, e no nível de sua limitação e relatividade. Ele faz o homem unir-se a ele, numa unidade interativa miraculosa, incompreensível, segundo os padrões empíricos do conhecimento e da

²³ - Louis Berkhof em Teologia Sistemática, Luz para o Caminho, SP, 1990, págs. 60 a 83.

lógica. Deus não tem precedentes, antecedentes ou antecessores; não possui sucessores: Nada e ninguém antes; nada e ninguém depois; nada e ninguém acima do Ser Supremo, nosso Deus, que não é outro senão aquele que habita o regenerado pela Terceira Pessoa da santíssima Trindade.

Deus é amor²⁴ e luz

Não estando Deus sujeito a qualquer limitação nem de origem interna nem de procedência externa, seus atributos como, por exemplo, o do amor, são imensuráveis, incontingenciáveis e perfeitíssimos. Não há possibilidade de analogia do amor de Deus, espírito puro, com o do homem, sujeito aos sentidos, à cognoscibilidade, à sentimentalidade e à sensibilidade. O amor humano requer a reciprocidade ou a correspondência. O ser humano realiza-se amando e sendo amado. Deus é plenamente realizado; não carece de nosso amor. Nós é que necessitamos, insubstituivelmente, do amor de Deus para que nos realizemos como imagens do Criador e sejamos úteis ao nosso eterno Senhor. Sem o *ágape* divino, nossa vida se desorienta e a angústia se apodera de nós. Somos carentes do apreço, da proteção, do carinho e do desvelo do Pai eterno. Sob o amor do augusto Redentor, a consciência de que somos pecadores permanece em nós, mas a certeza do amparo divino sustenta-nos nos momentos de dúvida, de crise e de desespero. Quando o Novo Testamento declara que *Deus é amor* (*I Jo 4.8*), repete uma das manifestações da identidade de Deus no Velho Testamento: *Senhor, Senhor Deus compassivo, clemente e longânimo e grande em misericórdia e fidelidade* (*Ex 34. 6 cf 34.5,7*). O *ágape* de Deus não é movido ou estimulado por nenhum estímulo externo. Ele não ama por condolência nem por reciprocidade ou por simpatia; ama incondicionalmente. O amor é uma virtude moral, e a mais nobre de todas, além de ser o principal carisma do eleito (*I Co 13*).

A luz, que analogicamente se aplica a Deus, é a fundamental emanção física do universo e essencial fonte energética do cosmo. A teologia, à semelhança de sua visão do amor, conhece a luz de origem física e a de origem espiritual, ambas alterando a nossa vida pela experiência diária e vital. Todos estamos sob a ação da luz, pobres e ricos, doutos e indoutos. A necessidade imprescindível e a universalidade da luz, tanto a natural como a espiritual, fazem dela uma boa imagem da imprescindibilidade, da onipresença, da imensidade e do poder vitalizante do ser divino. Eis porque as Escrituras definem o Pai e o Filho como luzes:

Ora, a mensagem que, da parte dele, temos ouvido e vos anunciamos é esta: que Deus é luz, e não há nele treva nenhuma (*I Jo 1.5*).

Eu sou a luz do mundo; quem me segue não andarás em trevas; pelo contrário, terá a luz da vida (*Jo 8. 123*).

Deus é luz inescurecível. Nele não há trevas nem variações de luminosidade. Diante dele, fonte da luz, a iluminação é absoluta, e a possibilidade de perda, tropeço e ocultamento não existem. No mundo material, o homem deixa-se dirigir pela luz física; no espiritual, pela luz originária, castíssima, da luminescência divina quintessenciada. O homem, ser pneumofísico, carece tanto da luz física como da espiritual. Sem esta, não percebe o espiritual, não encontra o caminho da retidão; caindo, certamente, no abismo da perdição.

Deus é justiça

²⁴ - W. E. Best em “ *Dios es Amor*, W. E. Best Book, Missionary Trust, Houston, Texas, USA, 1992. Esta obra trata do amor de Deus no decreto da eleição.

A nós nos parece que o mundo é e sempre foi caótico. Nele o mal sobrepuja o bem. Os bons, por serem honestos, são ridicularizados, prejudicados, maltratados. Os filhos das trevas, geralmente, tornam-se bem sucedidos e “realizados” material e sensorialmente. Os justos, dos quais Deus exige correção e submissão, são disciplinados na vida presente, porque o Pai celeste não permite a indisciplina de seus filhos (Hb 12.4-13). Os injustos, bastardos em relação a Deus, não são corrigidos no curso da existência terrena, mas o são na eterna (Mt 25.41, 46 cf Mt 7.23). A justiça de Deus é corretíssima, perfeitíssima, concludente.

II.2- Deus, soberano auto-existente e auto-suficiente.

Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda vida, glória, bondade e bem-aventurança¹. Ele todo suficiente em si e para si, pois precisa das criaturas que trouxe à existência, não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas². Ele é a única origem de todo ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas³ e sobre elas tem soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser⁴. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele⁵; o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura⁶, de sorte que para ele nada é contingente ou incerto⁷. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos⁸. Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo o culto, todo o serviço e obediência, que há por bem requerer deles⁹. Ref.:

01- Jo 5.26; At 7.2; Sl 119. 68; I Tm 6.15; Rm 9.5.

02- At 17.24,25.

03- Rm 11.36; Is 40. 12-17.

04- Dn 4.25; Ef 1.11.

05- Hb 4.13.

06- Rm 11.33,34; Sl 147.5.

07- Is 46.9-11; At 15.18; Ez 11. 5.

08- Sl 145.17; Rm 7.12.

09- Ap 7.11,12; Ap 5. 12-14.

Síntese-

01- A vida espiritual reside em Deus.

02- Deus, suficiente em si mesmo.

03- Deus criou e mantém todas as coisas para si mesmo.

04- Deus não tem incertezas nem inseguranças.

05- A criação destina-se à sua glória e ao seu louvor.

Doador da vida

Deus criou a matéria inanimada e os seres biofísicos animados, moleculares e celulares, e estabeleceu entre eles coexistência interrompível. Os elementos vitais são extraídos da natureza e a ela devolvidos no fim de cada ciclo de vida. Cada ser vivo é formado de células vivas. Os viventes podem ser uni e pluricelulares. A permuta vital não ultrapassa o ciclo da ordem natural: da matéria morta à matéria viva, e retorno à matéria morta. O homem, enquanto ser biofísico, participa desse mesmo processo. Porém, Deus o dotou de uma existência diferenciada, doando-lhe a vida espiritual, identificada com a essência da divindade: Deus é espírito. A vida que Deus tem em si mesmo, tão eterna quanto eterno é a sua fonte natural, ele, segundo seus augustos e soberanos propósitos, compartilha-a com a sua “imagem dei”, obra prima da criação. O seu corpo, animado por uma vida biofísica, segue o destino das outras criaturas: volta

ao pó; mas seu espírito (alento vital), que procede de Deus, ao terminar sua jornada terrestre, retorna às origens, ao Criador: ... e o pó volte à terra, como o era, e o espírito volte a Deus, que o deu (Ec 12.7). Deus, que eterniza o homem pelo espírito, eternizará também a sua estrutura corporal pela ressurreição, pois a “imago Dei” não é, proposital e originalmente, um ente dicotômico, mas pneumossomático. Eis porque o Salvador, no último dia, fixará eternamente a unidade corpo-espírito, mas revestida de incorruptibilidade e imortalidade (I Co 15. 53,54). O organismo humano, durante o ciclo vital na terra, em nada se diferencia dos organismos de animais superiores. Morto, a identidade continua. A diferença aparecerá no miraculoso ato da ressurreição de que Cristo Jesus foi o protótipo. Aí é que se verificará o quanto o homem é superior aos irracionais, o quanto é nobre e excelsa a sua grandeza.

A matéria não detém nem escraviza o espírito; este a engrandece, nobilita e eterniza. A vida eterna, uma doação de Deus, pode ser qualificada, quando redimida; e desqualificada, quando perdida, pois viverá eternamente sob o juízo do Supremo Juiz tanto no estado intermediário como no ressurto glorificado em Cristo.

Deus, auto-suficiente

Deus é suficiente em si mesmo: autoformado, autodeterminado, autocontrolado e auto-satisfeito. O homem precisa de outros seres humanos para realizar-se e equilibrar-se social e emocionalmente. Necessita de amparo, ajuda e socorro, especialmente na infância, na velhice e nas crises de saúde mental, psicológica e física; sofre ameaça externa ao corpo, aos bens materiais, morais e espirituais. Sua vida é de inteira dependência de alimentos, ar, água, luz, condições produtivas e habitação. Deus, além de sua genuína espiritualidade, é vida autônoma, independente de quaisquer auxílios. Sua pessoa não tem carências sociais, afetivas e psicológicas. Deus é perfeito, perfeição que lhe dá auto-satisfação. Ele não tem decepções, não padece angústias, não experimenta frustrações, não conhece fracassos, não tem tristezas. Deus é eternamente feliz, bem-aventurado.

A criação é dele e para ele

Houve uma época em que se pensou que o homem era a medida de todas as coisas, o senhor da terra, o ser pensante único e superior, dono de si mesmo, da tecnologia, da ciência, das artes e das forças produtivas do mundo. Esse antropocentrismo está decadente, mas ainda permanece. Segundo as Santas Escrituras, a criação pertence ao Criador e existe para glória do inimitável Artista: *Os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras de sua mão (Sl 19.1)*. E sobre o homem, Deus, pela boca do salmista, assim se pronuncia: *Quando contemplo os teus céus, obra dos teus dedos, e a lua e as estrelas que estabeleceste, que é o homem, que dele te lembres, e o filho do homem, que o visites? Fizeste-o, no entanto, por um pouco, menor do que Deus e de glória e de honra o coroaste (Sl 8. 3-5)*. O homem foi criado para a glória de Deus. A resposta à primeira pergunta do Breve Catecismo é pertinente: *O fim principal do homem é glorificar a Deus, e gozá-lo para sempre. Ref. Rm 11.36; I Co 10.31; Sl 73.24-26; Jo 17.22,24*. Como a arte glorifica o artista, a criação glorifica o Criador.

Deus não tem inseguranças e incertezas

Incertezas e inseguranças são próprias do ser finito, limitado, imperfeito e incompleto. Deus, absoluto em seu ser e em suas obras, onisciente e onipotente, não tem e não pode ter os problemas psicológicos da dúvida e da falta de confiança em si mesmo. Quando a Bíblia fala do “arrependimento de Deus” (Gn 6.6; II Sm 24.16; Jr 18.8 e 26.13,19), não se refere a um “arrependimento” de base psicológica, próprio do homem pecador, que “necessita de arrependimento”, mas ao seu juízo, à aplicação de sua justiça implacável (o caso de Gn 6.6), ou a concessão de seu perdão, expressão do amor e da graça divinos, como se observa em II Sm 24.16; Jr 18.8; Jr 26.13,19. Nessas duas circunstâncias (aplicação de justiça e concessão do perdão gracioso) descreve-se como formas concessivas da disciplina e da misericórdia. O arrependimento por erro cometido não se verifica em Deus, o absolutamente inerrante. Eis um texto esclarecedor: *Deus não é homem, para que minta; nem filho de homem, para que se arrependa. Porventura, tendo ele prometido, não o fará? Ou, tendo falado, não o cumprirá?* (Nm 23.19). Deus não fracassa, não falha.

Criação, glória e louvor do Criador

No nosso hinário há belíssimos hinos com a anotação, em lugar do nome de quem o criou: Autor anônimo. Todos sabemos que alguém, em algum lugar, em determinado tempo, escreveu-o e musicou seus versos, porque nenhuma poesia nasce de si mesma, nenhuma melodia surge ao acaso; tem de ter, necessariamente, um autor. Assim é a monumental, gigantesca, belíssima e complexa obra da criação, algo que demonstra a arte plástica realista e também arquitetônica do Criador poderosíssimo e inteligentíssimo. O perfeito, o nobre, o harmônico, o funcional e o necessário obrigatoriamente requerem um autor: No caso do universo, um Artista sábio, original e eficiente. A arte divina, dentro da qual figuramos como personagens principais, é uma eterna glória e um louvor perene ao Criador, não só do ponto de vista visual mas, e principalmente, do funcional e servil: forma intrínseca de culto, que é serviço obediente e submisso ao Rei dos reis, incluindo, naturalmente, o louvor.

II.3- Santíssima Trindade.

Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade – Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo¹. O Pai não é de ninguém – não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai²; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho³. Ref.:

- 01- Mt 28.19 (Trindade na ordem batismal).II Co 13.13 (Trindade na Bênção Apostólica). Mt 3. 16,17 (Trindade no batismo de Jesus).
- 02- Jo 1.14,18; Jo 17.24.
- 03- Gl 4.6; Jo 15. 26.

Síntese-

Deus é uno em três pessoas distintas.

O Pai não é de ninguém, não tem procedência.

O Filho é eternamente gerado do Pai.

O Espírito procede do Pai e do Filho.

A Trindade

A palavra Trindade não se encontra nas Escrituras, mas a doutrina, sim. Especialmente no Novo Testamento, a revelação de Deus na ação conjunta de Pai, Filho e Espírito Santo não nos deixa em dúvida sobre a triunidade divina, conforme os textos referenciados na resposta.

Deus não é múltiplo, não é uma sociedade de três sócios; não é uma união passional: é exclusivamente singular, único. As três pessoas não se unem e mantêm a unidade pelos vínculos de um amor sentimental e recíproco. O amor de Deus, despido de influências ou ingerências sensórias, de sentimentalidade, é de natureza puramente espiritual, transcendente. Não subsiste auto ou hétero-alimentado, isto é, não se estimula por amor próprio ou de alguém. É *ágape* em si mesmo; existe como uma qualidade essencial e estrutural do ser divino. O amor não é a causa da união trinitária, pois ela existe desde a eternidade sem qualquer causalidade. O amor perfeito, eterno e absoluto, faz parte da essência da divindade, nada tendo a ver com paixão, não derivando a existência ou permanência à reciprocidade. O isolamento do homem, circunstância em que o amor desaparece, a personalidade destrói-se, o caráter deteriora-se. Essa carência de amor não existe em Deus. Portanto, a união trina não se efetiva sob a base nutritiva do amor, como se cada pessoa trina necessitasse do afeto compartilhado e correspondido de seus pares amantes para existir e expressar-se. Se tal coisa fosse verdade, Deus não seria absoluto e nem uno; seria tricotômico com pessoas interdependentes. As três pessoas da trindade não são três deuses associados e integrados pelos laços interativos e vinculares do amor agápico; é uma unidade absolutamente singular, autônoma, co-igual, consubstancial, consensual e co-eterna. A unidade trina não se baseia na psicologia das individualidades, mas na essencialidade específica do ser divino, uno em três pessoas. Assim sendo, é ilegítimo tentar detectar e descrever, por exemplo, a “personalidade” de cada pessoa trina ou separá-las em individualidades independentes: as três são unas na essência, na existência, nos propósitos e nas ações. É difícil definir o ser do Deus trino, quando se considera o problema teológico da “distinção” das pessoas trinitárias: *Deus é UM em três pessoas distintas*. Não temos, nos nossos parcos recursos lógicos, instrumentos racionais para definir o Indefinível, Deus.

Há indícios no Velho Testamento da unidade trinitária: o plural de ação criadora no Gênesis (Gn 1.26); o Espírito de Deus no contexto da criação (Gn 1.2); a sabedoria personificada, identificada com o *Logos* do Novo Testamento (Pv 8.22-31; Jó 28. 12-27)²⁵; o Anjo do Senhor - *Mal'akh Yahweh* – (Gn 16.7; Gn 24. 7; Gn 31. 11-13; Gn 48.16; Ex 3.2,3; Ex 13. 21,22)²⁶. Cita-se um caso específico, o de Manoá (Jz 13), casado com uma mulher estéril, a quem o Anjo de Yahweh anuncia a concepção de um filho, que seria nazireu. Esse anjo aceita a adoração do marido grato (Gn 13. 19,20), deixando evidente que se tratava de um ser divino, identificado, posteriormente, com o Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade.

A doutrina da Trindade, no Novo Testamento, é indubitavelmente manifesta, patentíssima, não teoricamente, mas revelacionalmente em acontecimentos e ordenanças sacratíssimas. Eis alguns textos, que a confirmam:

01- No nascimento de Jesus:

Respondeu-lhe o anjo: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso, também o ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus (Lc 1. 35). No ato da encarnação, operam e cooperam as pessoas divinas do Pai (Altíssimo), do Filho (sendo encarnado), e do Espírito Santo (operando o mistério da encarnação).

02- No batismo de Jesus:

²⁵ - Trindade em “ O Dicionário da Bíblia”, Ed. Vida Nova, SP, vol. III, págs. 1633 a 1636.

²⁶ - Gerard Van Groning em “Revelação Messiânica no Velho Testamento”, Luz Para o Caminho, SP, 1995, págs. 196 a 201. O autor chega à seguinte conclusão: *A expressão “Ma' lakh Yahweh” no sentido mais estrito é realmente messiânica – ele é o Messias em manifestações pré-encarnadas.*

Logo, ao sair da água, viu os céus rasgarem-se e o Espírito descendo como pomba sobre ele. Então, foi ouvida uma voz dos céus: Tu és o meu filho amado, em ti me comprazo(Mc 1.10,11 cf Mt 3. 13-17; Lc 3. 21,22; Jo 1. 32,34).

Aqui, as três pessoas aparecem em situações e ações diferenciadas, evidenciando a individualidade consensual de cada uma.

03- Na ordenação batismal saída dos lábios do Filho de Deus:

Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo (Mt 28.19).

Jesus ordena expressamente que o convertido seja batizado em nome da Trindade cujas pessoas ele as cita individualmente. O batismo introduz o converso na Igreja de Cristo, o povo de Deus, ensinado e consolado pelo Espírito Santo. Ela é, portanto, uma comunidade do Deus trino.

04- Na instituição e impetração da Bênção Apostólica:

A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós (II Co 13.13).

A graça, o amor e a comunhão ligados, respectivamente, ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, são atribuições da Trindade, mistérios de fonte única na unidade trina..

05- Na promessa de envio e comissionamento do Espírito Santo:

Quando, porém, vier o Consolador, que eu vos enviarei da parte do Pai, o Espírito Santo, que dele procede, esse dará testemunho de mim (Jo 15.16).

O Espírito é concedido à Igreja e, conseqüentemente a cada um de seus membros, procedente do Pai e do Filho, em ação conjunta e unitária.

06- Na organização da Igreja:

A este Jesus Deus ressuscitou, do que todos nós somos testemunhas. Exaltado, pois, à destra de Deus, tendo recebido do Pai a promessa do Espírito, derramou isto que vedes e ouvis (At 2.32,33).

O Filho, à destra do Pai, derrama o Espírito sobre a Igreja. O fato de o Pai, o Filho e o Espírito Santo operarem conjunta e consensualmente, como demonstram os passos bíblicos citados, bastaria para se concluir que a divindade é compartilhada, sendo, portanto, conclusivo que o Deus uno existe na triunidade das pessoas co-iguais, consensuais, consubstanciais, co-dinâmicas e co-eternas. Na unidade trina, Cristo é Deus tanto quanto o Espírito Santo. Eis alguns textos alusivos à divindade de Cristo e do Espírito:

Cristo é Deus: Jo 1.1,2; I Jo 5.20; Cl 2.9 cf Fp 2.5-8; Rm 9.5; Mt 1.23; Is 9.6; Hb 1.8; II Pe 1.1; Jo 10.30,31,33; Tt 2.13; II Co 5.19; Ap 1.4,8; Ap 11.17.

Processão do Espírito: O Espírito Santo é uma pessoa distinta na deidade, procedente do Pai e do Filho e, nesta condição, age em lugar e em nome de ambos (Jo 14.16; Jo 16. 7,14; Ef 1.13,14; Rm 8.9-11). O Paráclito, estando unido ao Pai e ao Filho, atua como Espírito do Pai e do Filho (Rm 8.9; Ef 4.4-6). O Espírito é a divindade ministradora, missionária, do Pai e do Filho, inspirando os profetas e iluminando os eleitos para o entendimento da revelação pessoal de Deus e de sua vontade, e clarificar a proclamação do Verbo, de seus atos redentores e de sua palavra salvadora e doutrinadora.

Atos pessoais inteligentes do Espírito no contexto ministerial do Deus trino, agindo na e por sua Igreja:

Intercede: Rm 8.26,27; **ensina:** Lc 12.12; **convence:** Jo 16. 8; **concede:** At 2.4; **fala:** At 13.2; **impede:** At 16.6,7; **perscruta:** I Co 2.10,11; **administra:** I Co 12.11; **guia:** Gl 5.18; Rm 8. 14; **testifica:** Rm 8. 16; **habita:** Rm 8.11.

Como pessoa atuante, ele pode ser: blasfemado e difamado, Mt 12.31,32; tentado, At 5.9; resistido, At 7.51; entristecido, Ef 4.30²⁷.

²⁷ - Abdênego Lisboa em *Seja Deus Verdadeiro*, Editora Canaã, BH, MG, 1962, págs 34 a 64.

O Pai não é de ninguém

O que a CFW quer dizer é que o Pai não tem ascendente nem descendente; não tem predecessores iguais ou superiores nem pósteros do mesmo nível ou acima dele; não tem subalternidade de espécie alguma; não está submetido a quaisquer laços geracionais; nada e ninguém existe acima dele, que lhe determine os atos ou exerça juízo sobre seus feitos. Ele é absolutamente original em si mesmo e singularmente autônomo. É um Pai que jamais foi filho, um Criador incriado.

O Filho é eternamente gerado

O Pai não criou o Filho. A condição de Filho nada tem a ver com descendência nem nos deve levar à hipótese de que o Pai possui, de alguma maneira, sistema reprodutivo do qual teria procedido o Filho. Não devemos pensar que o Filho é “a primeira criatura” do Pai, o primeiro ser criado, um “primogênito” e não o “Unigênito” (Jo 1. 18). A expressão: *eternamente gerado* significa, por um lado, a incriabilidade e a eternidade da Segunda Pessoa da Trindade e, por outro, sua divina condição de Filho na eterna relação da unidade trina: Pai – Filho – Espírito Santo. Deus sempre existiu na inescrutável união trina integralizada: “único Deus”. Conclui-se que o Filho é Deus eterno, mas sempre na condição de Filho, pois ele assim eternamente existe na estrutura da unidade trina, interagindo como Filho, tão infinito quanto o Pai, sem qualquer inferioridade ou subalternidade. A relação Pai – Filho não teve origem, não tem conflitos, e não terá fim. Dizer que Jesus Cristo é Filho de Deus significa: ele possui a mesma natureza e a mesma essência do Pai, portanto, é igualmente divino.

Os Nomes de Deus

Deus é um só, mas se revelou nas Escrituras vetotestamentárias com vários nomes, quase todos compostos das bases derivantes de **El**²⁸ e **Yah**²⁹. Não cabe aqui a discussão das origens e da etimologia destas palavras; apenas citaremos os derivados de **El** e a composição dos derivados de **Yah**, inclusive **YHWH** no comissionamento mosaico do Sinai.

El, o nome de Deus mais conhecido nos tempos pré-mosaicos. Dele derivaram: **Elohim** (plural de Eloah - Dt 15. 32.15,17); este nome aparece com exclusividade no 1º capítulo de Gênesis como o Deus criador do universo e do homem;

El Olam, Deus eterno (Gn 21.33);

El Elyon (Gn 14.18s), Deus altíssimo;

El Shadday, Deus Todo poderoso, onipotente (Gn 17.1);

El Elohe, Deus de Israel, do patriarca Abraão;

El Betel, Deus de Betel (Gn 31.13; 35. 7);

El Roi, Deus onividente, Deus que me vê;

El Berith, Deus do pacto (Jz 9.46).³⁰

²⁸ - Sobre El, consultar Theological Dictionary of the Old Testament, William B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan, USA, 1977, vol. I, pág. 253s, em artigo escrito por Cross, Frank M. sobre “El”, no capítulo: El in the OT.

²⁹ - Yah, YHWH (Yahweh), obra anteriormente citada, vol. V, em artigo de D. N. Freedman, Ann Arbor, pág. 500s, especialmente o capítulo: The Figure of Yahweh (pág. 517).

³⁰ - B. W. Anderson em “God, Names of”, artigo no The Interpreter’s Dictionary of the Bible, vol. E a J, Abingdon Prees, New York, USA, 1962, § C- Appellations Appropriated By Israel, pág. 411.

Derivados de Yah

YAH, originalmente, uma interjeição litúrgica invocativa, um tipo de grito ou apelo ao divino. Neste caso, a origem seria paronomásica, não etimológica. Posteriormente **Yah** se associou à raiz hebraica do verbo ser, **hyh**, resultando, presumivelmente, no tetragrama sagrado do Deus único – **YHWH** - revelado a Moisés (Ex 3.14): “Eu sou”.³¹ Acompanhemos o raciocínio de J. Bright em sua erudita História de Israel³²: Há uma possibilidade de o nome Yahweh ter sido formado do presente causativo do verbo ser (Yahwi-’Il, significando “ o Deus que cria”; “o Deus que produz”). A forma original do nome do Deus do pacto mosaico poderia ter sido, por outro lado, derivado de “Yahweh asher yahwh: Yahweh que cria, traz à existência”.

Os faraós, especialmente Amun-Re e Aten, para fixarem a autoridade real perante os súditos, no exercício da realeza, iniciavam seus pronunciamentos públicos dizendo: *Eu sou enquanto sou*. O Deus real de Israel, eterno e onipotente, elimina o “enquanto”, reduzindo a frase: “Eu sou” ou “Eu sou o que sou”, isto é, tenho autoridade perene e absoluta sobre o meu povo.

O judeu, receoso de quebrar o terceiro mandamento (Ex 20.7), não pronunciava o nome do Deus dos deuses, embora conhecesse a pronúncia oralmente, pois dispunha de uma língua consonantal. Quando se necessitava pronunciar o nome YHWH, o tetragrama inefável, substituía-o por **Adonai**, Senhor, que veio a ser, por substituição, o popular nome de **Yahweh**, derivando vários outros nomes da divindade como: **Yahweh Jireh** (**Yir’eh**), Deus da provisão (o Senhor provê); **Yahweh Nisse**, Deus da proteção (o Senhor é minha bandeira); **Yahweh Shalom**, Deus da paz; **Yahweh Tsidkenu**, Deus da justiça (o Senhor nossa justiça); **Yahweh Shammah**, Deus presente (o Senhor está ali); **Yahweh S’bha’oth**, Deus dos exércitos; **Yahweh Q’dhosh**, Deus santo ou Deus de santidade.³³

Não há nenhum esforço no Velho Testamento para alinhar provas da existência, essência, natureza e personalidade de Deus, porque a divindade vetotestamentária é a que se auto-revela, que age, que comunica sua vontade, que escolhe, protege e salva os escolhidos: é o Deus da experiência, não da especulação.³⁴ Nem seu nome ele quis dizer ao seu servo Moisés, para que não se especulassem sobre sua identidade. Aliás, o absoluto é inidentificável, indefinível, indecifrável e inescrutável.

Resumo: Deus é uno e trino (triúno) na mesma divindade e ao mesmo tempo.

Suas obras fundamentais: Criação, providência, eleição, redenção, justificação e consumação.

FONTES AUXILIARES

- 01- Deus no Antigo Testamento, Erhard S. Gerstenberger, organizador, ASTE, Capinas, SP, 1981, 1ª Edição.
- 02- Êxodo- Introdução e comentário- R. Alan Cole, Mundo Cristão, Edições Vida Nova, SP, 1963.
- 03- O Deus que Age, G. Ernest Wright, ASTE, SP, 1967, 1ª Edição.
- 04- O Deus que Intervém, Francis A. Schaeffer, Refúgio Editora Ltda, SP, 1985, 2ª Edição

³¹ - Siegfried Herrmann em “O Nome de Deus no Antigo Testamento”, capítulo do livro “Deus no Antigo Testamento, organizado por Erhard S. Gerstenberger, ASTE, 1981, 1ª Ed., pág. 135s.

³² - J. Bright em História de Israel, Paulus, 1980, SP, 5ª Ed, págs. 200s, § 3- O Deus da Aliança.

³³ F. F. Bruce em artigo sobre Deus, Nomes de, em O Novo Dicionário da Bíblia, vol. I, Edições Vida Nova, SP, 1ª Ed., 1966, págs 408s.

³⁴ - H. H. Rowley em A Fé em Israel – Aspectos do pensamento do Antigo Testamento- Edições Paulinas, SP, 1977, “A Natureza de Deus”, págs. 49s.

- 05- História de Israel, J Bright, Ed. Paulus, 5ª Edição, 1980.
- 06- A Fé em Israel – Aspectos do Pensamento do Antigo Testamento – H. H. Rowley, Edições Paulinas, 1ª Edição, SP, 1977.
- 07- Dios Es Amor, W. E. Best, Editora W. E. Best Book Missionary Trust, Houston, Texas, USA, 1992.
- 08- À Procura de Deus, A. W. Tozer, Editora Betânia, Venda Nova, MG, 4ª Edição.
- 09- Teologia do Antigo Testamento, Walter C. Kaiser Jr., Edições Vida Nova, SP, 1ª Edição, 1980.
- 10- Teologia do Antigo Testamento, G. von Rad, vol. I, ASTE, SP, 1ª Edição.
- 11- Theological Dictionary of the Old Testament, edited by G. Hohannes Botterweck and Helmer Ringgren, William B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan, USA, 1990, vol. I. Consulta sobre “El”, pág. 242s.
- 12- Idem, anteriormente citada, vol. V. Palavra consultada, YHWH, pág. 500s.
- 13- The Interpreter’s Dictionary of the Bible, Abingdon Press, New York-Nashville, 1962, vol. E – J. Verbete consultado: Names of God, pág. 408s.
- 14- Idem, anteriormente citado, mesmo volume. Verbetes consultados: “God, OT View of,” pág. 417s. e “God, NT, pág. 430s.
- 15- Theological Dictionary of the New Testament, WM. B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan, USA, 1977, vol.VII, págs. 65s.
- 16- O Novo Dicionário da Bíblia, vol. I, Edições Vida Nova, SP, 1966, págs. 405s.
O Ser de Deus, Heber Carlos de Campos, Coleção Fé Evangélica, Editora Cultura Cristã, SP, 1ª Edição, 1999.

DOS ETERNOS DECRETOS DE DEUS

Capítulo III

III.1- A eterna preordenação de Deus.

Desde toda eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou, livre e inalteravelmente, tudo quanto acontece¹; porém, de modo que nem Deus é o autor do pecado², nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias antes estabelecidas³. Ref.:

- 01- Ef 1.11; At 4. 27,28; Mt 10.29,30; Ef 2.10.
- 02- Tg 1.13; I Jo 1.5.
- 03- At 3.23; Mt 17.12; At 4.27,28; Jo 19.11; Pv 16.23; At 27. 23,24, 34,44.

Síntese

- 01- Deus eternamente decretou o que haveria de criar, estabelecer, preservar e conduzir.**
- 02- Deus não é o autor do pecado, mas permitiu o seu ingresso no mundo.**
- 03- Deus não interferiu na vontade do homem nem para pecar, nem para deixar de pecar.**

Da Eternidade do Criador e dos planos da criação

Deus, em virtude de sua essencialidade imutável, não evolui, não gera idéias novas, nem as amadurece mentalmente, não as testa experiencialmente em algum tipo de laboratório transcendente, para verificar sua aplicabilidade, sua funcionalidade e sua utilidade. Deus não é um ser que num dia perdido na eternidade apareceu do nada,

desenvolveu-se psicológica e culturalmente, atingiu o clímax da perfeição, virou divindade, adquiriu auto-experiência, concebeu o universo, conferiu-lhe, em projeto, a perfeição para, depois de racional e cientificamente maturado, criá-lo. Esta idéia de um Deus que “veio a ser”, que fez “emergir de sua mente” o cosmo e as criaturas, não é o das Escrituras: Deus absoluto e imutável em seu ser, em seus decretos e em suas obras. Deus não é um arquiteto limitado, que “produziu” ou “projetou”, em determinado tempo e em algum estágio tecnológico de sua inter-habilitação científica, e executou o imenso e complexíssimo universo. Não, Deus é eterno e eternos são os seus decretos; sua eternidade bem como sua imutabilidade são-lhe atributos pessoais, causas não causadas e, ao mesmo tempo, efeitos igualmente eternos na sua vontade, nos seus planos, nos seus desígnios, nas suas determinações criadoras, preservadoras e redentoras. Em Deus não há circunstância, acidente, incidente, contingência, imprevisto, defeito ou falha, tanto no que eternamente é, como no que eternamente faz. A criação vista como concretização do plano divino, inclui as transformações fisiológicas, as combinações químicas e as mutações genéticas, sem que haja mudanças de natureza ou de espécie nos modelos derivados. A essência do original conserva-se de geração em geração ou de transformação em transformação. É possível que de um só ancestral tenham surgido todos os felinos, mas nenhum deles mudou de espécie, deixou de ser felino. As matrizes do gênero perpetuam-se nas espécies por mais variadas que sejam. O imperativo da reprodução efetiva-se dentro de absoluta ordem e perfeito equilíbrio: tudo conforme a vontade criadora e preservadora do Supremo Criador. Cada indivíduo de cada espécie o Criador equipou com mecanismos de defesa e de ataque, preservando-lhe e perpetuando-o. Nada na ordem criada acontece à revelia do Criador; tudo se previu e determinou-se. Deus rege o universo por meio de leis preestabelecidas e preordenadas. Qualquer acontecimento ou fenômeno extraordinário efetiva-se por intervenção direta daquele que tem poder para quebrar ou interromper suas próprias leis; tudo, porém, dentro de seus eternos propósitos; nada por acidente, por emergencialidade ou circunstancialidade.

A morte física faz parte da criação, inclusive a do homem. Por ela as gerações sucedem-se, revezam-se, mas as anteriores lançam as bases físicas, experienciais e ideológicas sobre as quais as posteriores edificam suas condições e ideais de vida. Desta maneira, de geração em geração, a humanidade caminha sob a direção de Deus. A vida animal cessa com a morte, mas a humana continua na eternidade, pois, diferentemente do irracional, o homem foi criado à imagem e semelhança do Criador, herdando-lhe o atributo da eternidade que, na imagem, é derivada, isto é, o homem recebe a dádiva da vida eterna do Eterno Criador. Ele não se eterniza a si mesmo, sua eternização deriva do Criador e dele depende.

Deus não é o autor do pecado

O pecado, para as Escrituras Sagradas e para a cristandade, é um fato, pois se trata de rebeldia contra Deus viabilizada pelo não acatamento de sua palavra, pela quebra de seus mandamentos e ordenanças e pela incredulidade. Deus jamais criaria e institucionaria o desrespeito a si mesmo. Nos seus eternos planos o pecado estava previsto, pois desde a eternidade os redimidos já estavam preordenados à redenção, que seria inexecutável sem a previsão da queda de todos para que os eleitos fossem chamados do fosso da perdição para a salvação em Cristo, o Eleito dos eleitos. Não pode haver preordenação para a redenção sem previsão de queda. O pecado, portanto, estava previsto, não para que Deus o introduzisse, mas para que o homem, no uso de seu livre arbítrio, também previsível, o introduzisse no seio da humanidade, que caiu total e integralmente. *O homem, portanto, é o autor do pecado*, autoria prevista em decorrência

de sua responsabilidade pessoal e liberdade de ação. O maligno tentou, mas a responsabilidade de pecar coube ao casal primevo, Adão e Eva, nossos ancestrais. Da massa depravada, conforme as eternas previsões divinas, Deus retira seus eleitos que, embora pecadores, são adotados como filhos pela Pai celeste na pessoa de seu Unigênito Filho e nosso primogênito irmão, Jesus Cristo. Na eternidade Deus previu o pecado e prescreveu a expiação no Eleito, inclusive com executores caracterizados: *Porque verdadeiramente se ajuntaram nesta cidade contra o teu santo Servo Jesus, ao qual ungieste, Herodes e Pôncio Pilatos, com gentios e povos de Israel, para fazerem tudo o que a tua mão e o teu propósito predeterminaram (grifo nosso) (At 4.27,28)*. Não devemos confundir o pecado, rompimento de relações da criatura com o seu Criador, com o mal geral, segundo o juízo que fazemos do que é bom e do que ruim. O critério do ser humano sobre o que lhe é para o bem e o que lhe ocorre para o mal é tão relativo como relativo é o seu conhecimento sobre o curso temporal e eterno de sua existência. Deus, efetivamente não criou o pecado, mas Isaías afirma que o Deus único e soberano criou o mal: *Para que se saiba até ao nascente do sol e até o poente, que além de mim não há outro; eu sou o Senhor, e não há outro. Eu formo a luz, e crio as trevas; faço a paz, e crio o mal; eu o Senhor, faço todas estas coisas (Is 45.6,7)*. **A morte, por exemplo, é um mal para o indivíduo e para sua família, mas, por ser necessária, é um bem para a humanidade.** Novas gerações não podem surgir sem o desaparecimento das antecessoras. O bastão sucessório é passado de geração a geração, e esta bênção nos é proporcionada pela morte que, embora sendo “preciosa” aos olhos do Senhor (Sl 116.15), não deixa de ser o “salário do pecado” (Rm 6.23), nada apreciada pelos homens. O mal espiritual do pecado, mesmo correlacionado com os diversos tipos de males do mundo, não deve ser confundido com eles. Há pessoas que sofrem males terríveis ao longo da existência sem serem pecadoras contumazes. O próprio Cristo sofreu sem pecado; o mendigo da parábola (Lc 16.19ss) padeceu horrores, mas herdou vida eterna em Cristo Jesus. O rico, que só teve alegrias, foi para o inferno. Os que nascem com defeitos físicos ou mentais irreversíveis, mesmo não cometendo pecados conscientes, são vítimas de males inomináveis. A queda danificou a criação (Gn 3.16-19), mas o pecado continuou distinto de todos os males físicos e sociais, pois é o que interrompe a relação da criatura com o seu Pai, o Criador, causando-lhe a morte espiritual. Todos os males temporais cessam com cessação da vida biofísica, mas o mal do pecado, para os réprobos, continua após o fim da existência terrena. A origem do mal geral, segundo as Escrituras, encontra-se no pecado, no momento da consciente quebra do pacto edênico por parte do homem (Gn 3.9-19), mas não se deve misturar o pecado em si, que passou a fazer parte da natureza do homem (Sl 51.5), corrompendo-lhe a relação com o Criador e danificando-lhe a vida transcendente, com o mal existente no mundo, de natureza social, física e psicológica. O mal espiritual, consequenciando o moral, este sim, deve ser creditado exclusivamente ao pecado.

Confessamos que Deus não pode ser nem a origem nem a causa do pecado. Este postulado confessional tem levado a Igreja a rejeitar tanto o dualismo como o demonismo.

O **dualismo** é a doutrina que sustenta a existência de dois poderes concorrentes: o bem e o mal, a luz e as trevas. As forças do bem são criadas e operadas por Deus; as do mal, por Satanás. Há, sobre o dualismo, as seguintes pressuposições: a- As potências antagônicas evidenciaram-se a partir da queda, mas coexistiam eternamente, pois o mundo moral é existencial e naturalmente dualista. Neste caso, e para tais heréticos, o mal é tão eterno quanto o bem. b- A partir da queda, o mundo dualizou-se; o Diabo, até então sem ingerência na ordem criada, transformou-se no comandante das potências pecaminosas, todas arregimentadas contra Deus, utilizando-se do homem caído. Hoje, Deus lidera o bem; o Diabo, o mal, e todo mundo está posto nele. c- O dualismo teve

início nos céus, no reino espiritual de Deus, quando Lúcifer e seus liderados rebelaram-se, mas foram vencidos por Javé. Perdendo a liderança celeste, o maligno assumiu a terrestre, onde claramente predomina sobre o seu inimigo original, Deus; e há de predominar até que seja vencido e aprisionado na Geena por ocasião do juízo final.

O **demonismo** é a doutrina que atribui ao Demônio o pecado e a emergência de todos os males. Não há um poder exorcista que expulse o demonismo do mundo, que o tire da arena histórica, mas existem “carismáticos” que têm poder para exorcizar, pontilharmente, demônios específicos como do câncer, da AIDs, do adultério, da pobreza, do desemprego, dos desentendimentos conjugais e outros. Tudo se atribui ao Diabo, deixando o homem apenas como vítima, isento de culpa, pois os pecados, tanto o original como os factuais, são de origem demoníaca. Finalmente, segundo tal doutrina, muito em voga no neopentecostismo, o Maligno é o único culpado. Ele manda seus liderados, que se contam aos milhares, “encostar” nos seres humanos, causando-lhes “pecados” e enormes estragos morais e financeiros³⁵. O homem não é responsável nem culpado por seus erros, fracassos e sofrimentos: tudo é causado pelo Diabo.

A responsabilidade do homem

O Diabo teve a sua culpa e por ela vai pagar, no juízo final, segundo as Escrituras (Ap 20. 10), mas o homem, superior a ele, responde pela quebra do pacto. Não se diz que o anjo, que se rebelou contra Deus no céu, tenha sido criado à imagem de seu Criador. Tal proeminência é dada ao homem (Gn 1.26, 27). Ouçam sobre ele o que diz o salmista: *Que é o homem, que dele te lembres? E o filho do homem, que o visites? Fizeste-o, no entanto, por um pouco, menor do que Deus, e de glória e de honra o coroaste (Sl 8. 4,5)*. Este homem, dotado de proeminência e de privilégios, foi também revestido de autoridade e responsabilidade, e, principalmente, da obrigação de honrar o Criador e cultuá-lo continuamente, não só cerimonial, mas existencialmente. A *Imago Dei* deveria ser uma natural e perene adoração àquele que, por desiderato da criação, passa a representá-lo em toda a ordem criada. Grande, imensurável mesmo, foi a sua culpa, pois não se tratava de um “ser comum”, mas da mais eminente e extraordinária das criaturas, destinada a agir em nome e em lugar de Deus. Daí, a profundidade de seu pecado e as imensas repercussões continuadas. A imensurabilidade e as conseqüências do ato de rebeldia contra o Supremo Pai são provas da grandeza do “homo Sapiens”. Os animais, seres infinitamente inferiores, mantinham-se perpetuamente nas espécies por meio exclusivo da reprodução. O homem, embora se reproduza à semelhança dos irracionais, deveria manter-se eternamente por meio do pacto ou aliança de convivência, relacionamento, comunhão, mordomia e respeito ao Criador. Rompido o liame entre o Pai eterno e o filho, sua imagem, pela ab-rogação do pacto, o homem perdeu a perpetuidade normal, permutando a “aliança” de bênção que o pacto lhe garantia por uma “herança” de corrupção. Pela aliança original, todos os seus descendentes nasceriam sob o signo abençoado da eternidade. Pelo rompimento do concerto edênico, todos os descendentes do casal original submetem-se à mesma herança indesejável: alienados e atirados ao estado de depravação. Cada um de nós, embora não sendo diretamente culpado pelo “ato pecaminoso pessoal de Adão”, somos incluídos nas conseqüências, pois “rompeu”, em nosso nome, como nosso ancestral e representante, a nossa comunhão com o Pai celeste. Adão, que não tinha pecado, mas possibilidade de pecar, optou, conscientemente, pela rebeldia. Deixou de ouvir a voz contínua de seu Criador e Protetor, para ouvir “outra voz” contradizente, e a ela deu crédito, a ela obedeceu, arcando com a responsabilização de suas rebeldes atitudes. O

³⁵ - Recomenda-se a leitura de “Doutrina Bíblica do Pecado”, de Gerrit C. Berkouwer, ASTE, 1ª Ed., 1970, SP; especialmente os capítulos I, II e III.

homem é o responsável direto pela introdução do pecado na humanidade inteira dele procedente. Podemos dizer que Deus previu tudo isso, mas não devemos afirmar que ele é o *autor do pecado*. O Demônio, também vítima do pecado, mas sem possibilidade de remissão, agiu como tentador, mas não “forçou” o homem a ceder à suas tentações: ele o fez livremente³⁶. Nada aconteceu, porém, à revelia de Deus, nem circunstancialmente. A criação de um ser responsável, imagem do Criador, constava, preordenadamente, nos eternos propósitos do Deus soberano. Lá também, prescritivamente, encontrava-se, não como contraditório, mas como dado integrante, a queda da *imago dei* pelo uso abusivo de sua liberdade, do direito de pecar, de descrever, de optar por outra direção. A preordenação do pecado, permissiva ou não, leva-nos a concluir: a- Deus não desejava para o homem uma salvação compulsória, mas mediante a fé, plantada na sua consciência. b- A queda separaria os predestinados à redenção dos réprobos preordenados à perdição. c- A queda constava do plano de salvação na pessoa do eternamente Eleito, nosso Senhor Jesus Cristo, aquele que, desde a eternidade, é (não era) o nosso Salvador; mas Salvador de quem? – dos pecadores eleitos. d- A queda serviu para estabelecer a ordem: Primeiro Adão e Segundo Adão; primeiro o natural, depois o espiritual: *Pois assim está escrito: O primeiro homem, Adão, foi feito alma vivente. O último Adão, porém, é espírito vivificante. Mas não é primeiro o espiritual, e sim, o natural; depois, o espiritual. O primeiro homem, formado da terra, é terreno; o segundo homem é do céu. Como foi o primeiro homem, o terreno, tais são também os demais homens terrenos; e, como é o homem celestial, tais também os celestiais. E, assim como trouxemos a imagem do que é terreno, devemos trazer também a imagem do celestial (I Co 15.45-49).*

A queda e, conseqüentemente o pecado, incluem-se no plano de salvação, que não surgiu emergentemente, mas é de natureza eterna. Deus, soberano, sabe o que faz.

A livre vontade do homem

A Confissão nos diz que *nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das coisas secundárias, antes estabelecidas (CFW, III,1)*. Deus criou o homem de tal maneira, que ele podia manter-se sem pecado por sua própria vontade livre ou, usando de sua plena liberdade de escolha, pecar. Pecou. Deus não o tentou para cometer pecado, porque Ele a ninguém tenta (Tg 1.13). Adão, de livre vontade, aceitou a sugestão maligna, sendo de maior dignidade que todos os anjos. A vontade livre levou o homem a pecar. Depois do pecado, alienado de Deus, não é livre mais para restaurar-se à situação anterior. Agora, o homem não tem vontade livre para não pecar, pois sua natureza, em virtude do estado genérico de alienação espiritual, está corrompida. As liberdades naturais e contingenciais permanecem nele, mas sua vontade de reaver a situação primitiva de comunhão plena com Deus tornou-se inexequível (Rm 7. 15-24), pois o mal predomina (no seu interior) sobre o bem. Somente a misericórdia de Deus em Cristo, o Justo, o justifica e o reconcilia com o Salvador. Em tudo mais o homem é livre (liberdade de locomoção, expressão, criação artística, reprodução, associação, escolha, etc.), menos para salvar-se. Cada ser humano possui liberdade relativa e limitada, contingenciada por sua natureza, delimitada por seu ciclo vital, relativizada por suas condições biofísicas, genéticas, psicológicas e culturais. Decidir, porém, o seu destino eterno lhe é totalmente vedado.

A presciência de Deus.

³⁶ - Sobre a questão debatida, ler “Pecado e Salvação” de Lesslei Newbiggin, Junta Geral de Educação Cristã, SP, 1963, 1ª Ed., cap. II: Que é Pecado?

III.2- Ainda que Deus saiba tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis¹, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições². Ref.:

1- I Sm 23.11,12; Mt 11. 21-23; Sl 139.1-4.

2- Rm 9. 11, 13, 16, 18; II Tm 1.9; Ef 1.4,5.

Síntese:

- 01- Deus predetermina, em decreto, o que vai acontecer; não o que vai acontecer predetermina a decretação divina.
- 02- Deus predetermina o que vai acontecer, como, onde, quando e em que circunstâncias acontecerá.

Predestinação presciente

O arminianismo, negando a absoluta soberania de Deus, sustentava a doutrina da fé preveniente, supostamente firmada em Rm 8.29, especificamente na afirmação: *Porquanto aos que antemão conheceu*. O texto todo (Rm 8.29,30) em nada favorece o “prescientismo”. No fundo, o arminiano quer dizer: *Deus elegeu para salvação os que ele sabia, desde a eternidade, que haveriam de crer no Salvador. Entendiam, porém, que a fé não procede da graça, mas da capacidade humana de crer ou descrever*. Desta afirmação arminiana deduzimos: a- Deus não é soberano sobre o homem, sua imagem. Este decide o seu destino tanto para o tempo como para a eternidade. b- A salvação ou a perdição vincula-se restritiva e exclusivamente à decisão racional daqueles que, no curso da vida, optam pela fé ou pela incredulidade. c- Por que Deus sabia, desde a eternidade, que alguns não creriam? Tal rejeição foi preordenada previsivelmente? A descrença prevista e a conseqüente perdição não “cheiram” fatalidade inconseqüente? d- Se Deus sabia, antes da criação, que alguns de suas criaturas humanas, pelo mau uso ou atitude inconsciente da vontade livre “não creriam”, por que não os livrou de semelhante “descrença presciente”? e- Deus, segundo Rm 8.29,30, “conhecia” o homem que criaria, o ser constante de seus eternos planos, e preconizou as liberdades gerais, a consciência religiosa e os direitos de opção que lhe concederia, inclusive os diversos dons com os quais lhe dotaria tanto para suas funções operativas e criativas no mundo, como para sua expressividade adoradora e missionária. O homem é instrumento da vontade de Deus; não este, instrumento dos desejos humanos. f- A fé preveniente do homem livre condicionaria o ato eletivo de Deus. Não podemos imaginar, calvinisticamente, um Deus, soberano Criador, sendo condicionado pela fé da Criatura.

A crença arminiana de que *Deus nos escolhe porque sabe de antemão que o escolheremos* concebe o absurdo de que: os *eternamente escolhidos* são aqueles que escolhem Deus, não os que Deus escolheu. Neste esquema doutrinário, o antropocentrismo é enfaticamente acentuado em detrimento do teocentrismo. Desta maneira, a declaração de Cristo de que *muitos são chamados, mas poucos escolhidos (Mt 22.14)* ficaria assim: Muitos são chamados, mas somente os “escolhedores” pela fé prescientemente eterna são escolhidos. Os que, pela incredulidade presciente, recusam o chamado, estes, prescientemente, rejeitam a vocação, para eles, ineficaz.³⁷ Tudo isso é inconcebível à luz da doutrina da absoluta soberania de Deus.

Criador perfeito: criação irretocável

³⁷ - Consultem “Eleitos de Deus” de R. C. Sproul, ECC, SP, 1998, 1ª Ed., cap. 6, Presciência e Predestinação. O autor se vale de sua experiência de ex-arminiano nesta questão para expor com clareza a predestinação.

Deus conhece de antemão a pessoa que cria, bem como todos os seus atos e atitudes, pois seu plano perfeito faz emergir o eternamente concebido de maneira completa: o ser, a sua vitalização, a sua qualificação para existência, o tempo de sua inserção na história, seu papel no mundo, sua expressão pessoal, sua racionalidade e pendores, sua espiritualidade, isto é, capacidade de entender a divindade e sua possibilidade de crer ou descrever, conforme decretado previamente. Deus, desde toda eternidade, decretou o *vir a ser* de cada criatura bem como suas contingências existenciais. Nada existe à margem ou à revelia da vontade decretiva do soberano Criador e Administrador de todas as coisas e de cada ser humano. A providência estava contida na previdência do Criador, que é totalmente inclusiva: temporalidade, historicidade e eternidade.

III.3- Eleitos e não eleitos.

Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna¹ e outros preordenados para a morte eterna.² Ref.:

- 1- I Tm 5.21; At 13. 48; Rm 8.29,30; Jo 10.27-29.
- 2- Mt 25.41; Rm 9. 22,23; Jd 4.

Síntese:

- 1- Uns são predestinados para salvação, outros preordenados para perdição.
- 2- A predestinação inclui homens e anjos.

A doutrina da predestinação escapa à compreensão humana, mas, a mim me parece, é inegável à luz das Escrituras. Alguns antipredestinistas sustentam que a eleição é somente para funções especiais, ofícios, ministérios, santificação ou comportamento ético, nunca para a salvação. A Palavra de Deus, no entanto, contradiz explicitamente tal pressuposto doutrinário:

Os gentios, ouvindo isso, regozijavam-se e glorificavam a palavra do Senhor, e creram todos os que haviam sido destinados para vida eterna (At 13.48).

Porquanto, aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou, e aos que justificou, a esses também glorificou (Rm 8.29,30).

As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me conhecem. Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, eternamente, e ninguém as arrebatará da minha mão. Aquilo que meu Pai me deu é maior do que tudo; e da mão do Pai ninguém as pode arrebatá-las (Jo 10. 27-29).

Todos estes textos falam explicitamente de salvação, não de ofícios, funções ou missões. Portanto, as Escrituras mencionam “predestinação para salvação”, embora não omitam a eleição para ofícios ou testemunhos morais de indivíduos ou nações (Rm 1.1; I Co 1.1; Ef 1. 4; Rm 9.17; Rm 9.25-29). Se em Ef 1.4 a escolha é para santificação e testemunho cristão, em Ef 1.5 é para a “adoção”, para a filiação ao Pai: “*Nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade*”. O que se conclui é: Deus pode eleger exclusivamente para ofícios, sem salvação; ou pode eleger, e efetivamente o faz, para salvação e ofícios.

Deus preordena para a perdição

Os textos seguintes revelam-nos que o Supremo Criador e Salvador tanto predestinou de antemão os que seriam chamados, justificados e regenerados quanto os

que não seriam chamados internamente e, portanto, ficariam privados da redenção ou simplesmente deixados como vítimas eternas da queda, quer homens reprovados quer anjos caídos:

Conjuro-te perante Deus, Cristo Jesus e os anjos eleitos, que guardes estes conselhos, sem reprovação, nada fazendo com parcialidade (I Tm 5.21). Aqui, Paulo fala de “anjos eleitos” e, conseqüentemente, os que caíram eram reprovados.

Então o Rei dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o Diabo e seus anjos (Mt 25.41). Jesus decreta a mesma destinação final de perdição eterna tanto aos homens “malditos” como aos anjos reprovados.

Que diremos, pois, se Deus, querendo mostrar a sua ira e dar a conhecer o seu poder, suportou com longanimidade os vasos de ira, preparados para a perdição, a fim de que também desse a conhecer as riquezas da sua glória em vasos de misericórdia, que para a glória preparou de antemão (Rm 9. 22,23). Alan Richardson entende que esses “vasos de ira” são povos ou nações; e que Deus tem misericórdia de quem quer, e também endurece a quem lhe apraz em termos de lideranças nacionais. Diz o referido autor: *Deus é Senhor das nações, e pertence inteiramente à sua vontade e graça que esta ou aquela nação seja eleita ao serviço de seu propósito universal*³⁸. A nação que Deus escolheu, com propósitos missionários, foi somente Israel. Esta, porém, cumprido o seu papel, perdeu o “direito de Povo de Deus”. Hoje, a Igreja não se estrutura por nações, mas se constitui de eleitos vocacionados de todas as raças, etnias e nações:

Depois destas coisas vi, e eis grande multidão que ninguém podia enumerar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono e diante do Cordeiro, vestidos de vestiduras brancas, com palmas nas mãos; e aclamavam em grande voz, dizendo: Ao nosso Deus que se assenta no trono, e ao Cordeiro, pertence a Salvação (Ap 7.9,10). Portanto, o chamamento é individual, não nacional. O atual Povo de Cristo não tem nenhuma vinculação coletiva de natureza espiritual com qualquer nação, por mais cristã que seja. Reprovados são indivíduos de quaisquer nacionalidades, não suas nações. Esta assertiva se comprova pelo seguinte texto, dentre outros:

Pois, certos indivíduos se introduziram com dissimulação, os quais, desde muito, foram antecipadamente pronunciados para esta condenação, homens ímpios, que transformam em libertinagem a graça de nosso Deus, e negam o nosso único Soberano e Senhor, Jesus Cristo (Jd 4). As pessoas ímpias, preordenadas à impiedade, respondem individualmente por seus atos, embora não lhes reste outra opção, como exatamente aconteceu a Judas Iscariotes:

Quando eu estava com eles, guardava-os no teu nome, que me deste, e protegi-os, e nenhum deles se perdeu, exceto o filho da perdição (grifo nosso), para que se cumprisse a Escritura (Jo 17. 12).

O eleito é predestinado à santidade e às boas obras (Ef 1.4 cf Tt 2.14); o ímpio, à impiedade e às obras das trevas. O caso de Jacó e Esaú é típico (Rm 9. 11-13). Embora viessem a representar dois povos, no momento do nascimento, eram indivíduos e mantiveram relações pessoais, mesmo conflitantes, um com o outro. Jacó, amado por Deus; Esaú, de quem o Criador se aborrecia preordenadamente. A predestinação à salvação e a preordenação à perdição podem ser revelações bíblicas acima da nossa compreensão, mas não da nossa aceitação, pois somos eleitos para crermos no Deus trino e aceitar os seus eternos decretos.

III.4- O número dos predestinados.

³⁸ - Alan Richardson em “Introdução à Teologia do Novo Testamento”, ASTE, SP, 1ª Ed., 1966, pág. 273. Ver todo os capítulos: O Eleito de Deus”, “Eleição e Graça” e “A Graça de Deus”, da pág. 270 a 282.

Esses homens e esses anjos, assim predestinados e preordenados, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído. Ref.:

Jo 10.14-16, 27-29; Jo 6.37-39; Jo 13.18; II Tm 2.19 Ap 6.11; Ap 7.4.

Síntese:

A fixação do número exato dos eleitos decorre da imutabilidade do Criador e da predestinação individualizada.

Fixação dos anjos

O anjo que não caiu por ocasião da rebelião liderada por Lúcifer nos céus, é porque estava predestinado à preservação no seu estado de obediência permanente e eterna fidelidade ao seu Rei supremo. O anjo caído, igualmente preordenado à queda, à perdição, jamais receberá a comiserção do Deus a quem traiu. O número, portanto, dos eleitos angélicos permanece o mesmo, e assim será eternamente. Por outro lado, o número dos excluídos do estado de graça, tornando-se “demônios”, “adversários” de Deus, “promotores” do cisma da ordem angélica e “participantes” da divisão entre eleitos e réprobos no seio da humanidade, esses jamais retornarão à condição privilegiada anterior. Anjos preservados e anjos reprovados formam duas castas fixas inalteráveis; isto é, não haverá “diminuição” dos que permaneceram sob a autoridade divina em submissão e adoração, como também não acontecerá “acréscimo” dos rebeldes demonizados, diabolizados, satanizados; todos definitivamente arregimentados contra o Rei dos reis. O homem, por mais perverso e incrédulo que seja, jamais se transubstanciará em demônio, embora possa ser “endemoninhado”, isto é, assumir o papel de demônio contra o seu Criador. Por outro lado, o crente, com toda sua fidelidade a Deus, elevadíssimo grau de santificação, indiscutíveis obras pias e caritativas, nunca se transmutará, ao morrer, em anjo celeste. O universo do anjo é um, o do homem, outro.

Fixação dos eleitos e dos réprobos

Deus preordena a existência, a vida e o destino de cada ser humano pessoal e individualizadamente. A nós, que a tudo enxergamos e percebemos parcialmente, nos parece que os “nascimentos” são resultados ou do “planejamento familiar” ou do “ato sexual irresponsável”. Enfim, é o homem que “introduz” no mundo os seres humanos, não Deus. Ninguém, à luz do que ensinam as Escrituras, é concebido sem a atuação direta de Deus ou sua permissão, porque cada indivíduo que “emerge” do ventre materno, estava preordenado à existência biofísica e predestinado à salvação ou à perdição. Deus, eterno Criador, é também o mentor e o governador da obra criada, que ele continua recriando em cada indivíduo que nasce, em cada nova geração. Ao completar o número dos predestinados, tanto de eleitos como de réprobos, a atual história da humanidade chegará ao fim. Então se dará a separação: os redimidos, nos céus; os reprovados, na Geena. Ao vidente de Patmos a fixação dos eleitos foi revelada e, por dedução, a dos preordenados à perdição eterna:

Então, a cada um deles foi dada uma vestidura branca, e lhes disseram que repousassem ainda por um pouco, até que também se completasse o número dos seus conservos e seus irmãos que iam ser mortos como igualmente eles o foram (Ap 6. 11).

Então ouvi o número dos que foram selados, que era cento e quarenta e quatro mil, de todas as tribos dos filhos de Israel (Ap 7.4).

“Cento e quarenta e quatro mil” é um número simbólico, conseguido com múltiplos numéricos da perfeição, segundo a cabala judaica: 3 x 4 x 12 x 1000 =

144.000. Eis o número representativo, completo, perfeito e final dos eleitos de Deus, que são, na verdade, em cifras reais, inumeráveis, mas nunca imprevisíveis:

Depois desta coisas, vi, e eis grande multidão que ninguém podia enumerar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono e diante do Cordeiro, vestidos de vestiduras brancas, com palmas nas mãos...(Ap 7.9).

Deus, portanto, previu o número exato de seres humanos, que traria à existência, e desses, a soma completa dos eleitos tanto quanto a dos rejeitados. As Escrituras, no entanto, não se preocupam com a descrição nem com a destinação final dos reprovados, pois é revelação destinada aos eleitos do Cordeiro.

Preordenados em Cristo Jesus.

III.5- *Segundo o seu eterno e imutável propósito¹ e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade², Deus, antes que fosse o mundo criado³, escolheu em Cristo⁴ para a glória eterna⁵ os homens que são predestinados para vida; para louvor da sua gloriosa graça, ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor⁶, e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura, que a isso o movesse, como condição ou causa⁷. Ref.:*

- 1- Ef 1.11.
- 2- Ef 1.9.
- 3- Ef 1.4.
- 4- II Tm 1.9.
- 5- Rm 8.30.
- 6- Ef 1. 5,6,12.
- 7- II Tm 1.9; Ef 1.6; Ef 2.8,9.

Síntese.

A predestinação é segundo a vontade e os propósitos de Deus.

A predestinação realizou-se na eternidade.

Os propósitos imediatos da predestinação: santificação e glorificação do Criador.

A eleição eterna é incondicional.

A inescrutabilidade dos propósitos divinos

Nós, seres criados, infinitamente inferiores ao Criador e, por isso mesmo, extremamente limitados, não dispomos da mínima condição para entendermos Deus, seu amor, sua justiça e seus propósitos:

Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: por que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro, para desonra (Rm 9.20,21)?

Predestinação soberana segundo os propósitos de Deus

O “Absoluto” não pode ser entendido plenamente pelo “relativo”; o Criador não se submete à dissecação da criatura; não se sonda o Insondável. O homem, no pedestal de sua suposta grandeza, no trono da racionalidade concedida, tem procurado definir a divindade, descrever os seus atos e desvendar os mistérios de seus eternos decretos. O resultado tem sido o pior possível: negação de sua soberania; relativização de sua vontade expressa em seu plano criador e preservador; antropocentrização completa do meio de redenção ou a intromissão da vontade humana nos mistérios divinos por intermédio da chamada “fé cooperante” ou da inventada “fé preveniente”. O que o Supremo Absoluto fez e está fazendo por nós ele no-lo revela nas Escrituras, dando-nos

a conhecer o que “devemos e podemos” saber. “Revelação”, por sua própria natureza, tem de ser, “necessariamente”, objeto da fé, um dom do Salvador aos destinados à salvação:

Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não [vem] de obras, para que ninguém se glorie (Ef 2.8,9).

Deus, portanto, é o promotor da salvação e o doador da fé salvadora aos seus eleitos (Hb 12.2). Deste modo, a remissão é obra exclusiva de Deus, que nos elegeu desde a eternidade para a salvação; providenciou a expiação em Cristo Jesus, seu Filho Amado, Segunda Pessoa da Trindade, e, pelo ministério do Espírito Santo, a Terceira Pessoa da ordem trina, implanta no eleito a fé, que o move à aceitação do Redentor e à recepção da graça regeneradora. Neste sentido, o primado da Reforma, “somente pela fé”, equívale, rigorosamente, a “exclusivamente por Deus”. Centralizada em Deus, a predestinação não pode ser temporal, porque o Criador é eterno e eternos são seus planos e propósitos. Antes que o homem existisse no espaço, no tempo e na história, já constava, eternamente planejado, na mente do Criador. Cada indivíduo lá estava, projetadamente, para vir ao mundo na época preordenada, e ser exatamente a individualidade e a personalidade previstas. Todos os seres humanos foram predestinados à existência, trazidos à vida no tempo oportuno, e destinados a executarem os papéis que lhes foram prescritos pelo Criador. O Deus soberano e sua vontade são imutáveis, não podendo sofrer mudanças de quaisquer espécies, especialmente as impostas pelos desejos humanos, que nem “desejar” correta e santamente sabe. Sem a soberana predestinação, o céu estaria povoado de “pessoas de boa vontade”, e o inferno, de “ pecadores de má vontade.” Deus, nestes casos, apenas “presencia” a salvação e a perdição, sem poder algum de ação interventora ou decisória: uma divindade limitada e, portanto, sem soberania.

Predestinação para o testemunho cristão

O testemunho cristão autêntico, transparente, sincero, é um indicador poderoso da regeneração, um sinal visível da graça invisível da redenção. A predestinação implica em chamado ou vocação eficaz; a vocação eficaz insere o vocacionado em Cristo Jesus, o Tronco da Videira, a Cabeça do Corpo, a Pedra do Edifício. Desse modo, não pode existir “chamado” fora da Igreja de Cristo, porque quem está realmente no Salvador, esse, obrigatoriamente, integra-se na comunhão dos redimidos. E quem se confraterniza na família de Cristo, certamente vive a vida segundo os preceitos da Palavra de Deus, crescendo espiritualmente, porque para a remissão e conseqüente santificação foi predestinado:

Assim nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1. 4,5).

O eleito regenerado é templo do Espírito Santo, filho de Deus por adoção, adquirindo a natureza espiritual do regenerador, de tal modo que pode dizer com seu irmão Paulo:

Logo, já não sou eu mais quem vive, mas Cristo vive em mim (Gl 2.20). A árvore boa produz bons frutos. A bondade dos frutos procede da boa qualidade da árvore. As boas obras, aquelas feitas segundo a vontade e a determinação de Deus, emanam da nova criatura, eleita desde a eternidade para ser santa. Erram os que tentam inverter a ordem da graça, estabelecendo o princípio antropocêntrico de que o homem, no uso de seu livre arbítrio e valendo-se de sua racionalidade, pode decidir o seu destino espiritual por meio de recursos como: a- *Fé preveniente*: a fé prevista dos que haveriam de crer no plano divino e eterno da redenção. b- *Fé racional*: a fé criadora da opção por

Deus, a que aparece na idade madura e leva o indivíduo a “aceitar ou a rejeitar o Salvador”. Quem não professa semelhante fé, não tem acesso à vida eterna, afirmam os defensores da *fidúcia suficiente*. c- *Obras meritórias*: São aquelas que, conforme a crença de muitos cristãos, agradam a Deus, quando o bem supera, em valor meritório, os males que praticaram, anulando-os. Assim, a salvação se torna uma “conquista” do fiel. Essas obras podem ser “caritativas” ou “piedosas”. Caritativas, as dedicadas ao próximo. Piedosas, as destinadas a Deus como: Jejuns, sacrifícios, submissão à Igreja, confissão, comunhão eucarística, assistência à missa, devoções, consagrações, penitências e outras.

Deus é um Pai que nos converte em filhos e cuida de nós formativa, educativa e informativamente, além de proteger-nos e manter-nos sob sua paternidade eterna.

III.6- Predestinação dos fins e dos meios.

Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim¹; os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo², são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito, que opera no tempo devido³; são justificados⁴, adotados⁵ santificados⁶ e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora⁸. Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo⁸.

Ref.:

- 1- Ef 2.10; II Ts 2.13; I Pe 1.2; Ef 1.4.
- 2- Rm 5.19; I Ts 5.9,10; Tt 2.14.
- 3- Rm 9.11; II Ts 2. 13,14; I Co 1.9.
- 4- Rm 8.30.
- 5- Ef 1.5.
- 6- Ef 1.4; I Ts 4.3; II Ts 2.13.
- 7- I Pe 1.5; Jo 10.28.
- 8- Jo 17.9; Jo 6. 64,65; Jo 8.47; Jo 10.26; At 13.48; I Jo 2.19.

Síntese.

Deus predestina a salvação dos eleitos e os meios de efetivá-la.

Todo eleito é eficazmente chamado.

Todo eleito chamado é justificado, adotado e santificado.

O nascimento do escolhido, sua inserção no espaço, no tempo, na história e na comunhão dos redimidos são todos preordenados por Deus, que elege para salvação e predetermina os meios pelos quais o chamamento, obrigatoriamente, atinge a mente e o coração do predestinado. A decisão de preordenar aquele que será chamado, tanto quanto a “oportunidade” que há de emergir para realização do que foi preestabelecido são preordenações do Criador de todas as coisas, Governador do universo e dos homens e nosso Salvador. Não é, portanto, a Igreja que “chama”; quem o faz é Deus, que ordinariamente se utiliza da sua Igreja para comunicação da graça vocativa, mas nunca se deve pensar que ele “depende exclusivamente” dela, de sua missão e de seus evangelistas para a salvação dos eleitos. Deus é Senhor; a Igreja é serva, instrumento da ação de Deus, não sua regente ou agente. O Deus que predestinou para a salvação também preordenou os meios pelos quais o eleito seja chamado. O arminianismo, crendo que o homem “coopera” com Deus na obra da salvação, e entendendo que cabe ao pecador a “decisão” sobre o seu destino eterno (salvação ou perdição), “menospreza o eterno plano preordenado de redenção”, para criar “planos estratégicos” de evangelização, destinados a “conquistas de almas para Jesus”. Nesse caso, e para eles, Deus preordena, mas o homem “ordena”, e se este não “ordenar”, a preordenação divina

não se realiza. A última palavra não é a de Deus, mas a da igreja arminiana. O que a Confissão de Fé de Westminster nos diz a respeito é: *Deus predestina, elege, chama, justifica, regenera e santifica*. Nada faz e nada pode fazer o homem, nem a favor de si mesmo nem a favor dos outros, pois tudo procede de Deus: os fins e os meios estão prescritos nos eternos da divindade. A Igreja e seus ministros são meios estabelecidos pelo Salvador de realização de sua obra redentora preordenada. Deus não se submete aos projetos eclesiásticos e missionários; a própria Igreja procede da eleição e existe pela misericordiosa graça do Redentor. O arminianismo, atualmente arraigado convincentemente na missiologia das igrejas de teologia reformada, ensina que:

a- O homem decide o seu destino eterno. Compete-lhe, no exercício de seu livre arbítrio e de sua vontade própria, o direito de opção pelo céu ou pelo inferno, pelo bem ou pelo mal, por Cristo ou por Satã. Um homem livre, pregam, não pode ser forçado por Deus a lhe dizer “sim”. Ele o diz “se quiser dizê-lo”. Paulo, no entanto, não pensa da mesma maneira, porque sente sua vontade tão dominada pelo pecado, tão escravizada pelo mal e tão acusada pela lei, que chegou a exclamar, certamente cheio de angústia por seu estado natural de alienação:

Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e sim, o que detesto. Ora, se faço o que não quero, consinto com a lei, que é boa. Neste caso, quem faz isto já não sou eu, mas o pecado que habita em mim. Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum, pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetua-lo (Rm 7.15-18).

O apóstolo dos gentios, interpretado pela Confissão de Fé de Westminster, partindo de seu exemplo pessoal, modelo de todos os eleitos, conclui: O homem é absolutamente inabilitado, em consequência da depravação causada pela queda, de salvar-se a si mesmo ou de ser salvo pelos seus congêneres. Somente Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, pode, incondicionalmente, salvá-lo.

b- A Igreja é a comunhão dos eleitos salvos, o Corpo de Cristo para onde o Espírito Santo conduz o predestinado vocacionado pela Palavra do Filho do Homem, e onde o congrega na fraternidade dos irmãos. Ela não é, como entende o catolicismo, a “representante de Cristo na terra” por meio do clero mediador e intercessor; nem pode ser, segundo ensina o arminianismo, agente exclusiva ou mediadora judicante da “palavra salvadora”, e isto a tal ponto, que se ela não “convencer”, não “persuadir”, não “implantar” o “mandato redentor” na mente e no coração dos homens, estes não se salvarão. A Igreja é mais que o “corpo dos eleitos”, é a única agência autorizada para converter os pecadores pela aplicação da mensagem do Evangelho. Se ela não “cumprir” o seu dever, Deus fica sem redimidos. Assim, o Deus do romanismo e do arminianismo é inteiramente “dependente” da ação “poderosa” e “salvadora” da Igreja. A autoridade da Palavra de Deus vem do Espírito Santo, não propriamente da Igreja. Se o Espírito não iluminar, não convencer e não aplicar a mensagem, o esforço da Igreja será totalmente inútil.

Não nos esqueçamos, que o Deus da Igreja Reformada é absolutamente soberano, não se deixando “condicionar” por quaisquer instituições criadas por ele. A Igreja, obra da misericordiosa graça de Deus em Cristo Jesus, é serva submissa, conduzida por Cristo, não criadora ou detentora de poderes sobre as almas e seus destinos eternos. A Igreja não determina o que Deus deve fazer, ela faz o que Deus determina pela agência direta do Espírito Santo.

Ordinariamente Deus chama o eleito para salvá-lo em Cristo Jesus por meio de outro eleito salvo ou da própria comunidade. Deus preordena a ambos, tanto o predestinado à salvação como o escolhido para chamá-lo; e este, consciente ou inconscientemente, realiza o mandato divino. Evangelizar, pois, é um imperativo divina, jamais uma decisão humano.

Predestinação: misericórdia e justiça.

III.7- Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas¹; o resto dos homens, para louvor da sua gloriosa justiça², foi Deus servido não contemplar e ordená-los para a desonra e ira por causa dos seus pecados³. Ref.:

1 Mt 11.25,26.

2 Ap 15.3,4.

3 Rm 2.8,9; II Ts 2.10-12; Rm 9. 14-22.

Síntese

Eleitos e réprobos estão sob a justiça divina; tudo para sua glória.

Eleitos e réprobos

No mundo, Deus semeia a boa semente; o Diabo, a semente má, e ambas, por ordenação divina, crescem juntas até o juízo final:

O que semeia a boa semente é o Filho do Homem; o campo é o mundo; a boa semente são os filhos do reino; o joio são os filhos do maligno; o inimigo que semeou é o Diabo (Mt 13. 37-39^a).

A humanidade não é um caos, não está desgovernada, nem se submete a dupla regência: Deus e Satanás. A coexistência de filhos eleitos de Deus e filhos reprovados do maligno, segundo os textos sagrados, que nos foram outorgados por revelação, estava prevista nos decretos eternos do Criador. A preordenação de eleitos e réprobos manifesta-se na humanidade, constituída de indivíduos maus, alguns extremamente perversos como Nero, Hitler e Bin Laden; outros bons e justos como o Apóstolo João, o Apóstolo Paulo, Agostinho e tantos outros. Constatável é, logo à primeira vista, que os homens se dividem entre humanizados e desumanizados, deixando explícita a sua dupla direção: o caminho do bem e o caminho do mal, os frutos bons e os maus. O Espírito Santo, por predeterminação divina, atua nos eleitos, conduzindo-lhes a fé, a mente e os sentimentos para a retidão e a justiça. Por outro lado, o espírito do maligno, regendo a consciência dos reprovados, impulsiona-os à malignidade, à perversidade:

Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados, nos quais andastes outrora, segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe da potestade do ar, do espírito que agora atua nos filhos da desobediência; entre os quais andastes outrora, segundo as inclinações da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos, por natureza, filhos da ira, como também os demais (Ef 2.1-3).

Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus(Rm 8.14 cf Rm 8.5-17).

Ninguém é justo perante Deus por justificação própria, mas por justiça divina; e ele justifica os seus predestinados, mas deixa injustificados os reprovados, que a si mesmos se corrompem continuamente no curso da existência. A justiça de Deus, estando fora de nosso universo empírico, não se submete à lógica do direito humano, tornando-se, portanto, incompreensível. Paulo afirma explicitamente que Deus, na preordenação eterna, não comete injustiça:

Como está escrito: Amei Jacó, porém, me aborreci de Esaú. A rejeição de Israel não é incompatível com a justiça de Deus. Que diremos, pois? Há injustiça da parte de Deus? De modo nenhum! Pois ele diz a Moisés: Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua

misericórdia. Porque a Escritura diz a Faraó: Para isto mesmo te levantei, para mostrar em ti o meu poder e para que o meu nome seja anunciado por toda a terra. Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz (Rm 9. 9.13-18).

A aceitação de Israel procedeu da eleição de Jacó tanto quanto a rejeição dos gentios teve origem na rejeição de Esaú; em ambos os casos, antes dos respectivos nascimentos. Da mesma maneira, a queda da humanidade originou-se na queda de Adão, e a eleição dos regenerados, desde a eternidade, vinculou-se a Jesus Cristo, o Eleito dos eleitos (Cf Rm 5.12-21).

A misericórdia de Deus concretiza-se na pessoa de Jesus Cristo, que, por sua morte vicária, expiou os pecados dos escolhidos do Pai. O juízo, entretanto, se estabelece pela condenação dos pecadores irremissos, que realmente merecem o que recebem, porque praticam atos abomináveis por Deus e exercem ofensivamente a incredulidade prática, mesmo sob o disfarce da religiosidade.

Predestinação, doutrina edificante.

III.8- *A doutrina deste alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado, a fim de que os homens, atendendo à vontade revelada em sua palavra e prestando obediência a ela, possam, pela evidência da sua vocação eficaz, certificar-se da sua eterna eleição. Assim, a todos os que sinceramente obedecem ao Evangelho esta doutrina fornece motivo de louvor, reverência e admiração de Deus, como de humildade, diligência e abundante consolação. Ref.:*

Rm 9.20; Rm 11. 23; Dt 29.29; II Pe 1.10; Ef 1.6; Lc 10.20; Rm 8.33; Rm 11.5,6,10.

Síntese.

Deve-se estudar com prudência a predestinação, pois é doutrina revelada, devendo ser aceita pela fé, não pela razão.

A predestinação gera consolo e firmeza nos eleitos de Deus.

Sinais externos do predestinado: santificação e adoração ergológica e litúrgica.

Efeitos benéficos da Predestinação

A predestinação habilita o predestinado à crença na revelação, à submissão ao Rei dos reis, à integração na Igreja, onde os eleitos se irmanam para a santidade, a comunhão, o ministério corporativo, o crescimento individual, o aprendizado da Palavra de Deus, a obra missionária, a consolidação da fé e o aprofundamento da esperança escatológica. O predestinado, portanto, depois de chamado, justificado, redimido, regenerado e colocado na rota da santificação, torna-se habitação do Espírito Santo e, em consequência, habilitado para “toda a boa obra”. A predestinação para a salvação inclui, naturalmente, a adoção, a vinculação a Cristo, a santificação, a gratidão laudatória e a servitude constante a Deus (Ef 1.4-6). A segurança e a certeza do predestinado eleito, vocacionado e salvo, emanam de sua natureza regenerada, explicitando-se, conseqüentemente, de maneira espontânea. O salvo expressa-se como salvo, vivendo como filho de Deus, submisso e obediente ao seu Pai celeste. A certeza da salvação quem lho dá é o Espírito Santo, que nele habita:

O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus (Rm 8.16).

O verdadeiro predestinado não vive a indagar-se sobre se é ou não um eleito de Deus, pois a convicção lhe é inerente em virtude da própria eleição. Tal estado de espírito lhe traz profundo consolo, imensa alegria e incontido desejo de adorar ao Deus

que o adotou como filho, concedeu-lhe o dom da graça e da fé, perdoou-lhe os pecados e deu-lhe a gloriosa herança da vida eterna.

A predestinação, para o realmente predestinado, é a mais extraordinária bênção e o mais poderoso estímulo interno de satisfação espiritual em Cristo Jesus.

FONTES AUXILIARES.

- 01- TULIP- Os Cinco Pontos do Calvinismo à Luz das Escrituras, de Duane Edward Spencer, 1ª Edição em Português, 1992, CEP, SP.
- 02- Os Cânones de Dort- CEP, SP, sem data. Editor, Cláudio Marra, edição custeada pela Igreja Reformada Libertada da Holanda.
- 03- Eleitos de Deus, de R.C. Sproul, Editora Cultura Cristã, 1ª Edição, 1998, SP.
- 04- A Soberania Banida – Redenção para a Cultura Pós-moderna, de R. K. Mc Gregor Wright, Editora Cultura Cristã, 1ª Edição, 1998.
- 05- Sola Gratia, A Controvérsia sobre livre – arbítrio na História, de R. C. Eproul, Editora Cultura Cristã, 2001, SP.
- 06- La Libre Gracia En Contra Del Libre Albedrio, de W. E. Best, W. E. Best Book Missionary Trust, Houston, Texas, USA, 1992.
- 07- As Doutrinas da Graça, de John Benton e Nohn Peet, - Roteiro de estudos bíblicos para uso em classes de novos membros, grupos de discipulado, células familiares e classes de escola dominical, Editora Cultura Cristã, 1998, 1ª Edição.
- 08- Predestinação e Livre Arbítrio de John Feinberg, Norman Geisler, Bruce Reichenbach e Clark Pinnock, Editora Mundo Cristão, 2ª Edição Brasileira, 1996.
- 09- Εκλογή ε Εκλετοσ, de G. Schrenk, artigos em Theological Dictionary of the New Testament, vol. IV, págs. 176 a 192, Dited By Gerhard Kittel, Grand Rapids, Michigan, USA, 1973.
- 10- A Fé Cristã Através dos Tempos, de Bernhard Lohse, Editora Sinodal, 2ª Edição, 1981, São Leopoldo, RS, os capítulos: Quarto e Sexto sobre “A Doutrina do Pecado e da Graça” e a “Justificação”, respectivamente.
- 11- A Epístola aos Romanos, Comentário Exagético, de F. J. Leenhardt, ASTE, SP, 1969,
- 12- Romanos, Introdução e Comentário, de F. F. Bruce, Editora Mundo Cristão, Série Cultura Cristã, Edições Vida Nova, SP, 1ª Edição, 1979.
- 13- Romanos, de João Calvino, Edições Paráclitos, 1ª Edição em Português, 1997.
- 14- Teologia Sistemática, de Louis Berkhof, Luz Para o Caminho- Publicações, 4ª Edição, 1996.
- 15- A Eterna Predestinação, de Onezio Figueiredo; obra inédita em disquete.

DA CRIAÇÃO

Capítulo IV

Criação do Nada.

IV. 1- Ao princípio aprovou a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para a manifestação da glória do seu eterno poder, sabedoria e bondade, criar ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bom, o mundo e tudo o que nele há, visíveis ou invisíveis. Ref.:

Rm 9.36; Hb 1.2; Jo 1.2,3; Rm 1.20; Sl 104. 24; Jr 10. 12; Gn 1; At 17. 24; Cl 1. 16; Ex 20. 11.

Síntese

O universo foi criado do nada. Nenhuma matéria existia, nem mesmo em forma de energia.

Deus criou o tempo relacionado com o espaço e os movimentos dos corpos siderais.

Deus Criou o visível e o invisível.

O tempo da criação: seis dias criacionais, a semana original.

Preexistência de Deus, não da matéria.

Todas as teorias da “origem do universo” partem do pressuposto de que a matéria preexistia, ou em forma sólida, concentrada, ou em estado energético. Os cientistas materialistas negam a existência e a realidade de um ser supremo inteligente, um Deus onisciente e onipotente. Preferem defender a tese pressuposta, ilógica, inconcebível, da preexistência material, mesmo que seja por meio de elementos dispersos no cosmo, extremamente desintegrados e rarefeitos, posteriormente concentrados em blocos ou núcleos imensos de energia. Outros sustentam que, antes do aparecimento do “concreto”, havia somente energia, que nada mais é que matéria desintegrada ou rarefeita, que o “acaso” concentrou e, posteriormente, fez explodir. As Escrituras, no entanto, revelam um poder criador imensurável, mas personalizado e espiritualizado, colocado além e acima da ordem material de tal modo que com ela jamais se confundiu. Essa potência individualizada, por sua livre iniciativa, colocou no mundo uma “imagem sua” (imago dei) à qual transferiu parte de seus atributos: inteligência, raciocínio, memória, sensibilidade, criatividade, inventividade, sentimentalidade, percepção e visão global de fenômenos no conjunto “espaço-tempo–eventos”. O homem é uma amostra representativa, embora pálida, reduzida e limitada, do que Deus é em plenitude, grandeza e perfeição. A Bíblia nos revela, e nós cremos em sua divina revelação, que Deus criou o mundo do nada (creatio *ex nihilo*). Tudo que existe procedeu exclusivamente do poder criador da divindade trina, sendo, conseqüentemente, um milagre. A miraculosidade explicita-se no gigantismo, imensurabilidade e complexidade do universo e de sua natureza bem como das conexões complicadíssimas do sistema de elementos correlacionados de espaço, tempo e matéria, dentro do qual todos os fenômenos realizam-se, mensuram-se e se identificam, inclusive o fenômeno da vida.

A teoria da espontaneidade.

A fé materialista dos cientistas leva-os à crença na eternidade da matéria, mesmo que ela fosse, antes de surgirem os corpos siderais, constituída de átomos dispersos. A crença na preexistência eterna da matéria vem desde Aristóteles³⁹. Como surgiu a matéria? Ela se auto-gerou? A ciência não explica o seu aparecimento; trabalha com ela no pressuposto de sua eternidade. Stromberg entendia que a matéria, orgânica e inorgânica, procedeu de um “mundo não físico” por meio de “campos energéticos organizadores”, especialmente dos seres vivos. Há um poder não físico do qual se derivaram o universo e a vida⁴⁰; a essa potência Stromberg chamou Deus. Depois que

³⁹ - Alan Richardson em Génesis –I – XI, Comentários Antorcha Editora Aurora – Buenos Aires- e Casa Unida de Publicaciones - ,México, 1963, pág.47.

⁴⁰ - Gustaf Stromberg, segundo James Crenshaw em artigo (O Mundo não físico do Dr Gustaf Stromberg, publicado em O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo, A Sociedade Religiosa: A Voz Bíblica, 1ª Edição, vol. 1, pág. 79).

apareceu o sistema solar, resultado de uma gigantesca explosão cósmica, emerge a terra, oferecendo um ambiente adequado - isso no decorrer de milhões de anos, ao aparecimento espontâneo, miraculoso, de células vitais. Eram vidas unicelulares primitivíssimas, seres orgânicos “gerados” por matéria inorgânica. E elas, muito bem adaptadas, à semelhança de suas congêneres atuais, “evoluíram” do invertebrado para o vertebrado, tornando-se peixes, répteis, quadrúpedes, aves, primatas, homínídeos e seres humanos. E tudo isso movido por uma divindade chamada “natureza,” que agiu divinamente por ação contínua, visando o fim determinado, que os evolucionistas chamam de “evolução biológica”. Necessária se faz a presença de uma imensa e irracional fé para se crer em tudo isso; para aceitar-se a “espontaneidade inteligente” e “planejadora” do atual universo biológico, dentro do qual se insere o homem. Muitas espécies e variedades “evoluídas” e, portanto, “melhoradas” e “adaptadas” à existência, desapareceram, mas as vidas unicelulares continuam, e com incríveis mecanismos de defesa e conseqüente adaptação. Macroorganismos estacionados num estágio primitivo do evolucionismo, como o do tubarão, são os mais adaptados, mais resistentes, de melhor defesa orgânica por meio de invejável imunologia. Muitas espécies “evoluíram” para morrerem por inadaptação ao meio ambiente.

A criação com base nas “conclusões científicas” da eternidade da matéria e da espontaneidade do surgimento e da evolução biológica é mais contrárias à razão que a fé, **dom da graça, numa super inteligência criadora, o Deus de que falam as Escrituras.** Prefiro ficar com elas (as Escrituras), que nos ensinam a procedência divina da criação, a existência de um ser criador, o Deus trino, a crer na preexistência da matéria, na geração espontânea da vida biofísica, na evolução de amebas a partir de um “pantanal mineral” qualquer, até Paulo de Tarso, Agostinho, Calvino e Einstein. Deus é criador de todas as coisas e todos os seres: as visíveis e as invisíveis, as materiais e as imateriais, os organismos vivos, os homens e os anjos. Além do mais, ele criou o tempo, a eternidade, o espaço, a imensidade, as leis físicas, químicas e biológicas, e as colocou em funcionamento perfeito e contínuo.

O tempo da criação

O mundo foi criado, segundo as Escrituras, em seis dias. Podem ser dias semanais. Deus é soberano, tendo poder para fazer o mundo vir à existência até em seis horas, seis minutos, seis segundos ou seis milésimos de segundo. A cronometria temporal é importante para nós, seres finitos e vinculados à matéria, ao espaço e ao tempo, mas não para Deus, o eternamente infinito e absoluto. O “dia da criação”, também condicionado ao intercâmbio sucessório entre as luz e as trevas, foi criado antes do “dia solar”: *Disse Deus: Haja luz, e houve luz. E viu Deus que a luz era boa; e fez separação entre a luz e as trevas. Chamou Deus à luz Dia e às trevas, Noite. Houve tarde e manhã, o primeiro dia (Gn 1. 3-5).* O dia solar somente apareceu no “quarto dia da criação”: *Disse também Deus: Haja luzeiros no firmamento dos céus, para fazerem separação entre o dia e a noite; e sejam eles para sinais, para estações, para dias e anos. E sejam para luzeiros no firmamento dos céus, para alumiar a terra. E assim se fez. Fez Deus os dois grandes luzeiros: o maior para governar o dia, e o menor para governar a noite; e fez também as estrelas; e os colocou no firmamento dos céus para alumiar a terra, para governarem o dia e a noite e fazerem separação entre a luz e as trevas. E viu Deus que isso era bom. Houve tarde e manhã, o quarto dia (Gn 1. 14-19).* Pelo que a Palavra de Deus nos relata em Gênesis, não podemos ter certeza de que os seis dias da criação correspondem exatamente aos da semana no calendário gregoriano, mas também não nos autoriza afirmar que se tratam de eras geológicas. O que sabemos, pelas informações de que dispomos, é que Deus criou o

universo, a vida biofísica e o homem em seis “dias criacionais”, separando claramente a luz e as trevas, isto é, dia e noite. Os dias e as noites formam-se da correlação sol-terra. Nos pólos terrestres, onde a correlação se altera, alteram-se também os dias e as noites, prolongando-os.

O Sétimo Dia. Na verdade, embora a tradição e a nossa teologia ensinem diferentemente, o universo, a flora, a fauna e a humanidade, foram concluídos no sétimo dia, não no sexto: *Assim, pois, foram acabados os céus e a terra e todo o seu exército. E, havendo Deus terminado no dia sétimo a sua obra, que fizera, descansou nesse dia de toda a sua obra que tinha feito (Gn 2, 1,2).* Deus começa o seu “descanso” no curso do dia sete. O Criador, completada a obra da criação no sétimo dia, descansou, isto é, chegou ao final de uma tarefa, descansando-se de suas respectivas parcelas sequenciais. Começa aí, exatamente nesse ponto (o sétimo dia), o trabalho da providência, da previdência, e da regência da ordem e dos seres criados, pois Deus não descansa, nem sequer pestaneja (Sl 121 cf Jo 5.17). Jesus, em Jo 5.17, revela-nos que o Pai trabalha sem descanso sabático, e ele, Segunda Pessoa da unidade trina, faz o mesmo.

A semana do homem, na qual ele jamais termina obra alguma, é apenas símbolo, imagem, da semana da criação, existindo no calendário civil dos povos e na liturgia da Igreja para que nos lembremos: a- Deus, sendo todo poderoso, é incansável, passando de tarefa a tarefa sem intercurso e sem descanso; mas o homem é cansável, necessitando de “repouso” e de “pausa” nas lutas semanais. b- Deus é criador de todas as coisas, preservador da criação, governador dos povos, salvador do homem. c- O homem precisa de tempo para descanso pessoal e para descansar os que trabalham para ele (Dt 5. 14). d- O Criador concede ao salvo o tempo necessário à adoração, ao serviço litúrgico. Pelo culto ao Criador o redimido santifica o sétimo dia, isto é, separa-o para Deus (Dt 5.12).

E viu Deus que tudo quanto fizera, e eis que era muito bom (Gn 1. 31).

Tudo foi criado bom, o conjunto universal e as partes. As coisas foram dotadas de bondade inerente quanto à natureza e essência e quanto ao objetivo para que foram criadas. Não existe malignidade em nada e no total da criação de Deus, nem intrínseca nem adquirida. A matéria inanimada não é suja e corruptível em si mesma, como entendiam os gregos, nem os seres animados o são. As leis impulsivas e compulsivas da sobrevivência animal expressas nos mecanismos de ataque e defesa, embora nos pareçam bárbaras, não se revestem de qualquer maldade, de nenhuma perversidade; acontecem, no fundo, para estabelecimento do equilíbrio ecológico, tendo como escopo final a preservação das espécies, quando deixadas no ambiente natural, sem a indesejável interferência do homem. Por outro lado, a “bondade essencial” dos seres naturais, estabelecida pelo Criador no ato da criação, elimina o pensamento panteísta de que alguns animais e alguns vegetais são malignos ou “possuídos” de maus fluidos (mau agouro) como, por exemplo, os animais: o gato preto, a galinha preta, o urubu, o porco, o elefante; e os vegetais: guiné, arruda, figueira e outros. O mal, especialmente o espiritual, não reside nas coisas, mas nas pessoas que o concebem, planejam e praticam. O homem sim, que deveria ser a melhor das criaturas, posto que, feito à imagem do Criador, tornou-se corrompido, pervertido; passou a ser maligno e gerador de malignidade, perversidade e crueldade.

IV.2- Homem, Imago dei

Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea¹, com almas racionais e imortais², dotando-os de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem³, tendo a lei de Deus escrita em seus corações⁴ e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo

deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável⁵. Além dessa escrita em seus corações, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal⁶; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus⁷ e tiveram domínio sobre as criaturas⁸. Ref.:

- 1- Gn 1.27; Gn 2.7.
- 2- Sl 8.5,6; Gn 2.19,20; Ec 12.7; Mt 10.28; Lc 23.43.
- 3- Gn 1.26; Cl 3.10; Ef 4.24.
- 4- Rm 2. 14,15.
- 5- Gn 2.16,17; Gn 3.,6,17.
- 6- Gn 2.16,17.
- 7- Gn 2.16,17; Gn 3. 8,11,23.
- 8- Gn 1.28; Sl 8.6-8.

SÍNTESE

Homem, macho e fêmea, como imagem de Deus.

A imortalidade do homem é dom de Deus.

O homem submetido à Lei natural e à lei formal.

O preceito da lei formal como sinal do pacto de obras.

O homem foi criado sem pecado, mas sujeito a pecar.

Homem - mulher: imagem de Deus

Deus, conforme a narrativa da criação, criou o homem, utilizando-se da matéria inerme e inerte (Gn 2. 7), dando-lhe vida pelo hálito vital de seu “pneuma” (*Ruach*), transformando-o num “ser vivente” (alma vivente). Do homem, de seu corpo (*soma*), retirou a mulher, para que os dois fossem “uma só carne” (Gn 2.21-24). A esta unidade interativa em que um se funde no outro, compartilhando a existência em comum como matrizes dos pósteros, as Escrituras denominam “imagem de Deus”:

Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou (Gn 1.27).

Homem e mulher os criou, e os abençoou, e lhes chamou pelo nome de Adão, no dia em que foram criados (Gn 5. 2).

Como Deus é trino, desejou que a unidade básica, celular, da raça humana fosse binária: conjunto bivalente recíproco, consensual, consubstancial e bilateralmente agápico. E assim foi, até o advento do pecado, quando os conflitos se instalaram na família primeva: transferência de culpa e fratricídio (Gn 3.12: Gn 4.8). Imagem do Criador, portanto, não é o indivíduo isolado, solitário, mas o casal humano que, em virtude dos vínculos matrimoniais, tornaram-se uma só carne, deixando de ser “dois”, convertendo-se em UM. Este é um dos mistérios da criação, que continua efetivo e real no casal de eleitos à unidade e comunhão com Deus e um com o outro no vínculo conjugal. O cônjuge não está apenas próximo, mas no interior do consorte, na sua essência. Casamento, para as Escrituras, não é uma simples convenção legalizada mediante contrato, mas uma indissolúvel integração de vidas que se fundem uma na outra, resultando em uma unidade consubstanciada.

Imortalidade do homem, dom de Deus

O homem não é imortal por origem e natureza. A sua imortalidade procedeu do Criador, imortal em si mesmo. A vida foi insuflada no homem por seu artífice celeste e, conseqüentemente, passou a ser “alma vivente”, diferenciado dos irracionais, cujas vidas resultaram de ordenações imperativas do Criador. O corpo humano é uma obra de arte do divino construtor; e o seu espírito lhe foi outorgado como dádiva pelo Pai

dadivoso. O homem, portanto, pertence a Deus, que o fez e sobre ele assumiu paternidade. Aos réprobos, em decorrência da queda, deserdou; aos eleitos, apesar dela, preservou-os. O espírito, no momento da morte, retorna a Deus; o corpo também um dia retornará, reunindo-se ao seu espírito, no juízo final. O homem todo, unidade psicossomática, destina-se à eternidade, porque se originou do beneplácito do Eterno.

Deus, por intermédio do homem, introduziu no mundo material a espiritualidade. O transcendente não físico uniu-se ao imanente biológico e biofísico na pessoa de Adão, fazendo convergir nele os dois universos: o espiritual e o material.

Homem sob as leis

O homem, por ser de procedência divina, foi dotado, originalmente, de uma consciência racional, de modo que, desde sua formação, sabia distinguir o bom e o ruim, o certo e o errado, o justo e o injusto, o material e o espiritual. A esta capacidade de ajuizamento das coisas e dos fatos, dos procedimentos sociais e morais, dos dons e tendências naturais, dos carismas espirituais, a CFW chama de “leis escritas no coração.” Além do sistema interno de avaliação das coisas implantado na consciência, Deus impôs ao homem uma determinação externa: Não apropriar-se da árvore da ciência do bem e do mal, a única na qual não podia, por força de lei, tocar. Tocou. Resultado: pecou contra o supremo Legislador, foi expulso do Éden, corrompendo também o “código interno” de princípios e de normas. Resultado: depravação completa, desordem social, desajustamento psíquico, alienação de Deus.

O ser humano rege-se por leis naturais, na condição de partícipe da natureza; por princípios psicológicos internos, em virtude de sua estrutura psicossomática e de sua sentimentalidade inerente; por normas externas formais, em decorrência de sua inserção na ordem social; por regras econômicas, por ser consumidor e agente mercantil; por ordenanças espirituais, por causa de sua natureza espiritual e sua vinculação, direta ou indireta, com Deus.

O Sinal do Pacto de obras

A *Árvore da Ciência do Bem e do Mal*, não continha malignidade alguma, pois tudo que Deus fizera era essencialmente bom. O pecado ou a sedução não estavam impregnados nela. O Criador colocou-a como desafio à fidelidade do casal primevo, como sinal concreto de uma lei proibitiva: algo no qual o homem estava “impedido”, sob pena de morte, de tocar. Era um teste de obediência, de submissão, de acatamento e de respeito a que Deus submetera a sua *Imago Dei*. A árvore – símbolo - era o sinal da “autoridade divina”, estabelecendo o “direito e o senhorio do Criador” sobre a sua criatura. O homem, ouvindo proposta contrária, livremente optou pela “desobediência”, pelo “rompimento” da aliança com Deus. Esse acordo pactual e legal tem sido designado de “Pacto de Obras”, pois dependia exclusivamente do homem, de sua fidelidade, para ser cumprido e mantido.

Adão sem pecado, mas sujeito a pecar

A experiência do Éden indica-nos que Deus não concebe nem concede liberdade ou livre arbítrio sem responsabilidade pessoal e sem limites. Os opostos “correto e incorreto” estavam presentes, embora simbolicamente, no ambiente natural do homem, figurados na “Árvore da Ciência do Bem e do Mal”. O bem dominava completamente a vida e a mente do homem, mas a tendência ao mal despontou-se, aguçando a curiosidade de experimentação do oponente. O livre arbítrio permitiu a prática do mal, o

direito de oposição a Deus, a prerrogativa de opção por propostas discordantes. No uso de sua vontade não contrariada e não obstaculada por Deus, o homem desobedeceu, rompeu seus laços relacionais com o Pai celeste, tornou-se insubmisso, pecou. A sentença foi-lhe aplicada imediatamente: morte espiritual imediata, morte física mediata, expulsão do Éden, isto é, exclusão da paternidade e proteção do Pai. Aí, o homem entrou num estado de total inabilitação para reconciliar-se com Deus e retornar à plena e perfeita comunhão com o Criador e com seus semelhantes; especialmente os mais próximos. O homem teve livre arbítrio para pecar, mas não o tem para deixar de pecar, uma vez corrompida e minada sua natureza pelo pecado. Em questões espirituais, o livre arbítrio do homem inexistente. Nas áreas sociais, psicológicas, culturais, políticas, religiosas e econômicas o homem continua com livre arbítrio para optar, escolher, selecionar, assumir ou recusar; arcando com o ônus de seus desacertos, falhas e erros. Quem decide sua destinação espiritual é só e exclusivamente Deus. Nada ele pode fazer para salvar-se. Deus, porém, o faz conforme o beneplácito de sua vontade, e o mantém sob condicionamento privativo de sua regência e sob a proteção misericordiosa de seu imensurável e insondável amor.

Evolucionismo

Houve um euforismo generalizado, supostamente científico, quando o naturalista inglês Charles Darwin (1809 – 1882) publicou seu livro, “A Origem das Espécies” (1859). Pensou-se que o problema das origens estava resolvido, especialmente a do homem. Atualmente, o darwinismo reduz-se a poucos defensores realmente qualificados cientificamente. A tendência hoje tem sido a de substituir a hipótese da origem das espécies, mediante o processo espontâneo de geração e evolução, pela tese da “seleção natural”, que não trata de evolução biológica, mas de aprimoramento e adaptação de cada espécie ao ambiente natural permanente ou de longa duração. Os princípios que norteiam a seleção natural são: Sobrevivência, perpetuação e equilíbrio ecológico. Mais uma vez se percebe que “ a Bíblia tinha razão”, que o criacionismo, embora seja objeto da fé cristã, é mais racional que o evolucionismo pelas seguintes razões:

1- A hipótese do evolucionismo não se sustenta sem o pressuposto da preexistência da matéria, o que não está cientificamente provado. Não se concebe a admissão de uma matéria eterna e, ao mesmo tempo, a negação de um Criador eterno.

2- A evolução não explica a origem da vida, apenas afirma, hipoteticamente, que ela surgiu por “geração espontânea” e “evolui” inexplicavelmente. O certo é que cada vida origina-se de outra vida antecedente, numa sucessão geracional contínua. O evolucionismo não resolve o mistério da origem da vida.

3- O evolucionismo não explica a origem das espécies. Não há nenhuma comprovação científica de que, no desenrolar da evolução, uma espécie se transmudou em outra. A seleção natural pode causar variações familiares e até individuais na mesma espécie, jamais transformação em espécie diferente. Um felino não se converte em ovino. As leis de Mendel comprovam, mediante cruzamentos, variações individuais na mesma espécie. A natureza, pela seleção natural, não mistura as espécies. A engenharia biogenética tem feito isso, mas representa violação da lei natural e violentação da integridade original e genérica das espécies. Não temos condições presentes de prever as conseqüências futuras de tal interferência científica. Os organismos geneticamente modificados (OGMs) ou transgênicos são aqueles cujas estruturas originais foram geneticamente alteradas para fins econômicos⁴¹. Estes, admissivelmente, contaminarão as espécies naturais numa progressão imprevisível, certamente até atingir a totalidade.

⁴¹ - Transgênicos – Os dois lados da moeda, Revista Galileu, Editora Globo, novembro de 2003, nº 148.

Uma natureza artificialmente modificada poderá ser, previsivelmente, danificada e até destruída.

4- Até agora (e fica cada vez mais difícil) o evolucionismo não provou a origem do homem. Sustenta o absurdo científico que a “gênero humana”, hipoteticamente, procedeu de um primata homínídeo; e divulgam essa “lenda evolucionista” como “conclusão científica”. Nenhuma comprovação arqueológica existe, nenhuma seqüência fóssil, nenhum elo, “que estava perdido”, foi achado perdido, nenhuma estrutura óssea completa apareceu para comprovar ou sustentar a hipótese da evolução do ser humano. Decepcionado, mas não querendo abandonar o evolucionismo, J. A. Thomson em “The Outline of Science” (Esboço de Ciência), afirma que o homem nunca foi um animal, “uma criatura de aparência feroz e animalesca”. Ele surgiu abruptamente, num salto genético, transferindo-se, inopinadamente, do tronco dos primatas para um ser humano⁴². Thomson não esclarece se um sexo somente “saltou” ou se foram dois “saltos”, um masculino e outro feminino. Se foi um só, como se processou a reprodução? Melhor é crer que Deus criou o homem originalmente nobre, elevado, feito à sua imagem e semelhança: macho e fêmea os criou.

5- O evolucionismo não explica a origem da razão, da inteligência, da moralidade, da sensibilidade, da criatividade progressiva, da inventividade, do psiquismo e da espiritualidade do ser humano. De onde o homem retirou tudo isso? E de entre os homens “evoluídos” por que uns são mais inteligentes que outros? Como se explica um Aristóteles, um Newton, um Thomas Edson, um Bethoven um Einstein á luz da evolução padronizada? Preferimos crer num Deus criador e onisciente, que criou o homem como ser diferenciado e individualizado, muito acima das demais criaturas, exatamente porque o dotou de espírito, para ser religioso, e de inteligência, para relacionar-se com os semelhantes e ser criativo e dominante, mas, ao mesmo tempo, emotivo, sensível, emocional e sentimental.

FONTES AUXILIARES.

- 01- Génesis, de Alan Richardson, Comentários Antorcha, Editorial La Aurora, Buenos Aires, Argentina, 1963.
- 02- Gênese, Introdução e Comentário, de Derek Kidner, Série Cultura Bíblica, Mundo Cristão, Edições Vida Nova, 1ª Edição, 1979, SP.
- 03- Criação, de P. A. Blair, Artigo em “O Novo Dicionário da Bíblia”, vol. 1, Junta Editorial Cristã. Edições Vida Nova, 1ª Edição, 1966, pág. 344.
- 04- Criação- Fundação, Criatura, Criador, de Hans H Esser e I. H. Marshall, em Artigos publicados em “Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento”, Edições Vida Nova, 1ª Edição, 1981. Da página 534 a 545.
- 05- Genesis, Introdução, de Cuthbeert A. Simpson e Exposição, de Walter Russel Bowie, em “The Interpreter’s Bible, Vol 1, Abingdon Press, New York, USA, 1939.
- 06- Creation, de Bernhard W. Anderson, em “The Interpreter’s Dictionary of the Bible”, vol. 1, 1957, Abingdon Press, New York, USA, da página 725 a 732.
- 07- Teologia Sistemática, Louis Berkhof, Luz para o Caminho, Campinas, SP, 4ª Edição, 1996.
- 08- Como Derrotar o Evolucionismo, Phillip E. Johnson, Editora Cultura Cristã, 1ª Edição, 2000, S P.

⁴² - Louis Berkhof em Teologia Sistemática, Luz Para o Caminho, Capinas, SP, 4ª Edição, 1996, pág. 161.

da providência

Capítulo V

Governo, direção e manutenção da ordem criada.

V.1- *Pela sua muito sábia providência¹, segundo a sua infalível presciência² e o livre e imutável conselho da sua própria vontade³, Deus, grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória da sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia⁴, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas, desde a maior até a menor⁵. Ref.:*

- 1- Pv 15.3; II Cr 16.9; Sl 145. 17; Sl 104. 24.
- 2- At 15.18.
- 3- Ef 1.11; Sl 33. 11.
- 4- Ef 3.10; Rm 9.17.
- 5- Ne 9.6; Hb 1.3; Sl 135.6; Mt 10.29-31; At 17. 25,28; Mt 6. 26,30; Jó 38 a 41.

Síntese.

O universo retrata a incomparável grandeza e a arte inigualável do Criador.

A criação, as criaturas e os seres humanos são governados e preservados pelo Criador.

A Criação exalta o Criador

O artista expressa-se e se identifica em sua arte, e esta retrata a sensibilidade, a criatividade, a grandeza e a especificidade de seu autor. Quem contempla o universo em sua imensidade e complexidade; aquele que pesquisa e esquadrinha qualquer ser criado, é levado a compreender a insondável inteligência e inigualável capacidade do Supremo Criador dos átomos às células vitais, dos micros aos macroorganismos, dos diminutos cristais aos gigantescos corpos siderais. Tudo Deus fez para sua própria glória, para exaltação de seu inefável nome. O universo, por sua imensurabilidade, perfeição, harmonia e impenetrabilidade, revela àqueles que têm olhos para ver e ouvidos para ouvir, a infinita sabedoria e a onipotência de quem o criou. A obra enaltece e glorifica o seu Criador. O Salmo 19. 1-4, um texto hinológico, mostra-nos o coro universal laudatório na sinfonia harmônica dos sistemas estelares em perene, submissa, e respeitosa adoração ao Criador tanto quanto a proclamação da essencialidade e da bondade de Deus pela sucessão contínua dos dias e das noites:

Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das suas mãos. Um dia discursa a outro dia, e uma noite revela conhecimento a outra noite. Não há linguagem, nem há palavras, e deles não se ouve nenhum som; no entanto, por toda a terra se faz ouvir a sua voz, e as suas palavras até aos confins do mundo.

Deus criou e preserva a obra criada

Deus estabeleceu leis naturais – morais, físicas, químicas e biológicas - pelas quais governa todas as coisas, e tudo em perfeito equilíbrio, precisão e harmonização. Sendo Criador, com domínio completo sobre a ordem criada, ele pode alterar ou até interromper, temporariamente, se lhe convier, e segundo seus propósitos, qualquer lei da natureza. Pelas suas atribuições soberanas de domínio, ele fez o tempo estacionar (Js 10. 12-15), ressuscitou um morto já em estado de decomposição (Jo 11.39-44). A quebra de uma lei ou norma natural chama-se “milagre”, e este, quando verdadeiro, somente Deus pode fazer. Neemias, falando sobre a atuação do Deus de Israel na

libertação miraculosa de seu povo, descreve a sua absoluta soberania, que o credencia a fazer o que fez:

Só tu és Senhor, tu fizeste o céu, o céu dos céus, e todo o seu exército, a terra e tudo quanto nela há, os mares e tudo quanto há neles; e tu os preservas a todos com vida, e o exército dos céus te adora (Ne 9. 6).

No universo, o Criador pode exterminar estrelas e sistemas solares, mas pode também fazer nascer novos astros ou conjuntos estelares. Corpos celestes permanecem por tempos imemoriais; outros desaparecem; outros surgem. A mão de Deus faz tudo isso no exercício do governo, do controle e da preservação do cosmo e das vidas a ele relacionadas ou condicionadas. Nos âmbitos vegetal e animal o mesmo acontece. Vegetais surgem e desaparecem; animais emergem no cenário das faunas geológicas locais e gerais e delas são retirados. Nada, porém, à revelia da regência divina.

Deus cuida das mínimas coisas por ele criadas

Deus criou a flora variadíssima e rica (Gn 1.11-12); criou os peixes e as aves, segundo as suas respectivas espécies, dando-lhes capacidade reprodutiva para povoarem os mares e todas as águas (Gn 1.20-22), dando ao reino vegetal e ao animal leis vitais e mecanismos de reprodução, de propagação das espécies, de sobrevivência e de preservação, mas não os abandonou à própria sorte. Deus mantém e protege cada variedade e, nesta, cada unidade ou ser vivente: Cuida dos vegetais:

Considerai como crescem os lírios do campo: eles não trabalham, nem fiam. Eu, contudo, vos afirmo que nem Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles. Ora, se Deus veste assim a erva do campo, que hoje existe e amanhã é lançada no forno, quanto mais a vós outros, homens de pequena fé? (Mt 6. 28b – 30).

Deus enfeitou o seu mundo com uma vegetação exuberante, com plantas ornamentais e medicinais incrivelmente eficientes na cura de várias enfermidades e maravilhosamente úteis como fontes alimentícias. Fez flores multicoloridas e individualmente perfumadas. E tudo para deleite e sobrevivência dos homens, plantadas em seu ambiente existencial, o Jardim do Éden, circundado de belos rios com águas cristalinas e potáveis (Gn 2. 8-15). O mundo vegetal e o animal foram entregues aos cuidados do homem, mordomo do Criador, para ajudá-lo na preservação e na propagação de cada espécie (Gn 2. 15).

Deus cuida dos animais, especialmente dos homens

Não andeis ansiosos pela vossa vida, quando ao que haveis de comer ou beber; nem pelo vosso corpo, quanto ao que haveis de vestir. Não é a vida mais do que o alimento, e o corpo, mais do que as vestes? Observai as aves do céu: não semeiam, não colhem, nem ajuntam em celeiros; contudo, vosso Pai celeste as sustenta. Porventura, não valeis vós muito mais do que as aves?(Mt 6.25b –26).

Não se vendem dois pardais por um asse? E nenhum deles cairá em terra sem o consentimento de vosso Pai. E, quanto a vós, até os cabelos todos da cabeça estão contados. Não temais, pois! Bem mais valeis vós do que muitos pardais (Mt 10. 29-31).

A cadeia alimentar para provimento de todos os seres vivos, quando não alterada pelo homem, funciona perfeitamente, mantendo o equilíbrio ecológico e a preservação das espécies. Somente uma inteligência superior poderia ter criado um mundo natural tão belo, rico, complexo, organizado e equilibrado. Enfeitando e ornamentando a natureza estão as pedras preciosas; as flores aromáticas e lindíssimas; os pássaros coloridíssimos, alguns canoros; os animais variadíssimos; as florestas exuberantes;

insetos de todos os tipos. Tudo harmoniosamente estabelecido e integrado de forma impressionantemente sábia.

O homem, obra prima da criação, dotado de dupla dimensão, material e espiritual, recebe cuidado especial do Criador, não somente para que sua vida física seja de qualidade, expressividade e utilidade, mas, acima de tudo, o Salvador zela por sua espiritualidade, providenciando para que lhe seja concedida a vida eterna, repleta de gozo e estabilizadamente realizada em Cristo Jesus. A grandeza do homem está sabiamente revelada no Salmo 8:

Quando contemplo os teus céus, obra dos teus dedos, e a lua e as estrelas que estabeleceste, que é o homem que dele te lembres, e o filho do homem que o visites? Fizeste-o, no entanto, por um pouco, menor do que Deus e de glória e de honra o coroaste. Deste-lhe domínio sobre as obras da tua mão e sob seus pés tudo lhe puseste: ovelhas e bois, todos, e também os animais do campo; as aves do céu, e os peixes do mar, e tudo o que percorre as sendas dos mares. Ó Senhor, Senhor nosso, quão magnífico em toda a terra é o teu nome! (Sl 8. 3-9).

O ser humano teve o corpo diretamente plasmado por Deus (Gn 2. 7). A sua vida procedeu da própria vitalidade do Criador: ... *e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, o homem passou a ser alma vivente (Gn 2. 7b cf I Co 15.45)*. Deus plantou-lhe um jardim, fertilizou-lhe a terra, circundou-lhe a morada com belíssimos rios, deu-lhe uma existência eterna figurada na “Árvore da Vida”, responsabilizou-o pelos seus atos, bons e maus, colocando diante dele tanto o bem como o mal, simbolizados na “Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal” (Gn 2. 8 – 15). Assim, o homem foi criado muitíssimo superior a todos os demais seres viventes e, como tal, dignificado e honrado. Mesmo depois da queda, Deus jamais o desprezou, culminando seu amor por ele na encarnação do Verbo eterno, Jesus Cristo. A sua humanidade foi tão dignificada, que hoje ela se encontra inclusa na própria Trindade por meio da pessoa do Filho de Deus ressurreto, exaltado e postado à destra do Pai no trono celeste.

Deus preordenou a existência das coisas para serem o que são.

V.2. *Posto que, em relação à presciência e ao decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente¹, contudo, pela mesma providência, Deus ordena que elas sucedam, necessária, livre ou contingentemente², conforme a natureza das coisas secundárias³. Ref.:*

- 1- Jr 32. 19; At 2. 23.
- 2- Ex 21. 13; Gn 1. 19,20; I Rs 22. 34; Is 10. 6,7.
- 3- Gn 8. 22; Jr 31. 35.

Síntese.

A causa primária da criação é o Decreto de Deus.

As individualidades, a existência e a expressão de cada ser foram preordenadas e estabelecidas por Deus.

Preordenação, não causalidade ou espontaneidade

A ciência crê numa causalidade dinâmica e criadora, que explica a origem do universo. Um poder ou uma força inexplicável fez gerar energias cósmicas incalculavelmente potentes, para depois concentrá-las em um núcleo energético gigantesco que, explodindo, fez originar todos os sistemas solares conhecidos e desconhecidos (é a hipótese ou teoria do “Bigue-Bangue”). Considerando que o universo é imensurável, imaginem o tamanho de tal explosão. Por outro lado, originado o cosmo pelo processo casual, sem causa inteligente ordenadora, o nosso sistema solar teve um fragmento, que passou a girar em torno de sua estrela líder, chamado Terra.

Nesta, pelo processo da causalidade, segundo a ciência, surgiu a vida em forma unicelular, sem nenhum precedente orgânico. Assim, os poderosos átomos da matéria sólida e as miraculosas células dos seres vivos apareceram, afirmam os materialistas.

Deus, o Criador de tudo e de todos, revela-nos, pelas Escrituras, que toda ordem criada estava eternamente preestabelecida com rigorosidade de detalhes no geral e no particular, no conjuntural e no individual. Nada veio à existência por si mesmo; nada existe sem propósito; e as mínimas partes componentes de cada conjunto foram ali colocadas cuidadosamente pelo Criador: cada lírio do campo, cada pardal, cada ave de uma revoada, cada cabelo na cabeça de um ser humano. O universo, imenso e complexo, não pode ter saído da inexistência à existência por mero acaso. A natureza lógica, equilibrada, funcional, dinâmica, viva, portentosa e variadíssima, certamente foi antecipadamente planejada, minuciosamente projetada e zelosamente executada pelo Projetista onipotente e onisciente, o Supremo Criador. A teoria da geração espontânea da vida, além de absurda, ofende o augusto e inimitável Artista que a idealizou na eternidade e decretou sua emergência no tempo e na ordem natural.

Cada coisa e cada ser

Cada coisa tem sua especificidade, suas características próprias e sua utilidade no contexto geral da criação. Não há duas árvores iguais, dois rios iguais, dois planetas iguais, duas estrelas iguais, dois sistemas solares iguais; não existem dois animais iguais, dois seres humanos iguais. As estruturas internas, físicas e químicas, podem ser idênticas, mas as individualizações concretas externas são diferentes. Plantam-se duas sementes aparentemente semelhantes: nascem duas plantas fenotipicamente diferenciadas. A ciência nos ensina que as diferenciações individuais (fenótipo) resultam do genótipo de cada ser e do seu meio ambiente. Como se explica, então, que sementes do mesmo genótipo, semeadas no mesmo solo, até na mesma cova, dão árvores diferenciadas, que se tornam “personalizadas” entre as demais? O padronismo não existe na obra de Deus, especialmente na criação do ser humano: a individualidade estabelece a variedade; a variedade gera a beleza da ordem criada. Que Deus majestoso!

A liberdade natural de cada ser vivo, movida pela necessidade de alimentação, de defesa e de procriação é, nos seres irracionais, puramente instintiva; nas criaturas humanas, o instinto subordina-se à razão, estabelecendo limites, gerando direitos e deveres. Tudo, porém, estava contido no planejamento do Criador, efetivado na criação.

Milagres ou interferências miraculosas providentes.

V.III- Na sua providência ordinária Deus emprega meios¹; todavia, ele é livre para operar sem eles², sobre eles³ ou contra eles, segundo o seu arbítrio⁴. Ref.:

1- At 27. 24,31,44; Is 55. 10,11.

2- Os 1.7.

3- Rm 4. 29,21.

4- II Rs 6.6; Dt 3. 27.

5- **Síntese.**

Deus executa a sua providência por meios naturais, artificiais, científicos e espirituais.

Deus não faz milagres sem objetivos ou propósitos.

A Providência

Deus providenciou remédios naturais para a cura de enfermidades disfuncionais, viróticas e bacterianas: folhas, raízes, sementes, frutas medicinais e sais minerais.

Dirigiu o homem na descoberta de anticorpos; no desenvolvimento da farmacologia; na origem e evolução de exames laboratoriais diversos; no aprimoramento de clínicas especializadas; no surgimento das ciências médicas (tecnologia e artes cirúrgicas), viabilizando e efetivando extirpação de tumores internos e reparos de defeitos congênitos. Tudo procede de Deus, que cuida dos seres humanos, até onde este cuidado se faz necessário, segundo os seus eternos propósitos. Nenhum remédio curará, nenhuma intervenção cirúrgica livrará o paciente de enfermidades, se Deus não quiser ou não permitir.

Deus pode salvar náufragos por coletes salva-vidas, por fragmentos da embarcação ou por intervenção direta, sem nada disso. No entanto, todas as possibilidades pressupostas de salvamento podem não funcionar, vitimando alguns, eliminando todos ou livrando outros, tudo conforme a vontade diretiva ou permissiva de Deus. As providências humanas são falíveis; as divinas, não. Se Deus, num acidente, livra uns e não outros, porque era de seu propósito que alguns ficassem, passando pela experiência de risco, e outros partissem. O Criador gere todas as coisas, governa todos os seres, reina sobre toda a humanidade, e exerce o senhorio especial sobre seus eleitos. Deus pode usar a circunstância do carisma da fé para curar o próprio crente ou restabelecer outra pessoa, mas, se for de sua livre vontade curar sem o concurso da fé, ele o fará, e tem feito. Muitos incrédulos são curados por medicamentos ou cirurgias, enquanto crentes sinceros e verdadeiros não o são, nem sequer por intervenção milagrosa. Deus usa meios ou atua sem eles. Na verdade, o que se chama “sorte”, quando se livra de um mal ou se salva em um acidente; e “azar”, se o oposto acontece; em ambos os casos atuou a “providência” divina, porque a existência é uma concessão do Senhor da vida, e a morte, uma decisão de quem tem poder sobre ela.

Deus não é um milagreiro de aluguel nem um taumaturgo à disposição da fé carismática de alguns caudilhos religiosos. Ele é o poderoso regente do universo, o soberano governador da humanidade, o amoroso Salvador e preservador dos eleitos, salvos em Cristo Jesus.

As contradições do pecado diante da providência.

V. 4- *A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até a primeira queda¹ e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens², e isto não por uma mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santo desígnios³, sábia e poderosamente os limita⁴, regula e governa em uma múltipla dispensação; mas essa permissão é tal, que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão somente da criatura e não de Deus, que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado nem pode aprová-lo⁵. Ref.:*

- 1- Is 45. 7.
- 2- Rm 11. 32,33; II Sm 24. 1; At 4. 27,28.
- 3- Gn 1.20.
- 4- II Rs 19. 28 Is 10. 5-7, 12, 15.
- 5- I Jo 2. 16; Sl 50. 21; Tg 1. 13,14.

Síntese.

A presença do pecado no mundo e a conseqüente existência do mal, são atos providenciais de Deus por ação executiva ou permissiva.

Deus não é, e nem pode ser, o autor do pecado, mas permitiu que o homem, sob sua responsabilidade pessoal, o introduzisse na humanidade.

Deus, que permite a atuação do tentador, limita-lhe os poderes e as ações.

O enigma do pecado

Estamos diante dos seguintes enigmas:

a- Se Deus fosse o autor do pecado, ele não seria puro nem justo; pois dele emanaria a malignidade, e dele procederia o delito pelo qual condenaria o homem à morte eterna, transferindo a culpa de si mesmo para a sua indefesa criatura humana.

b- Se o Diabo é o autor do pecado, como pensam alguns, temos de admitir um governo dicotômico do mundo, sendo o oponente de Deus extremamente poderoso, pois foi capaz, mesmo depois de ter sido expulso do Céu, de danificar a obra prima da criação, o homem, envolvendo-o em sua pecaminosidade, transferindo-lhe sua malignidade. Se o pecado é obra satânica, não cabe imputabilidade ao homem, mas alegação de inocência; se é que ele peca por compulsão externa irresistível do maligno. O movimento exorcista do neocarismatismo atribui ao Diabo todas as mazelas humanas: pecado, desajustes familiares, desemprego, pobreza, incredulidade e quaisquer tipos de enfermidades.

c- Se o homem é o autor do pecado à revelia da vontade do Criador, então Deus, como se há de admitir com relação ao Diabo na hipótese anterior, não é soberano sobre a obra criada, não tendo sobre ela autoridade suprema irrecorrível. O destino da sua *imago dei* ficaria entregue a ela mesma, e tanto o Céu como o Inferno nada mais seriam do que seus direitos de opção. Ir para o inferno contra a vontade de Deus, admite-se; mas entrar no Céu por vontade própria, sem o livre desejo expresso daquele que lá tem o seu trono, é inadmissível. Há, porém, quem sustente tal doutrina.

O pecado entrou no mundo por eterna preordenação permissiva de Deus, mas a responsabilidade do pecado original coube ao nosso ancestral; e a dos pecados fatuais a cada um de nós, individualmente. O instinto do carnívoro predador lhe foi colocado por Deus, mas o abate da presa lhe é opção própria. A possibilidade de pecar, as circunstâncias de fazê-lo, e a consciência de que o fazia, podem ser atribuídos a Deus, não o ato pessoal do homem primevo, rebelando-se contra o Criador, quebrou o pacto edênico de suserania. A responsabilidade e a culpa do pecado são do pecador original, não de Deus.

Os males decorrentes do pecado foram criados por Deus e impostos ao homem como castigo: *E à mulher disse: Multiplicarei sobremodo os sofrimentos da tua gravidez; em meio a dores darás à luz filhos; o teu desejo será para o teu marido, ele te governará (Gn 3. 16).*

A humanidade, até então, desconhecia a dor, o sofrimento e a submissão a outra pessoa. Esses males, embora sejam conseqüências do pecado, foram arbitrados por Deus, não pelo Diabo.

E a Adão disse: Visto que atendeste a voz de tua mulher, e comeste da árvore que eu te ordenara não comesses: maldita é a terra por tua causa; em fadigas obterás dela o sustento durante os dias de tua vida. Ela produzirá também cardos e abrolhos, e tu comerá a erva do campo. No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado: porque tu és pó e ao pó tornarás(Gn 3.17-19).

A possibilidade de nos tornarmos pecadores em decorrência de relações sociais, a intersolidariedade do pecado; a dura batalha pela sobrevivência; a luta para vencer os obstáculos da natureza; a sombra da morte acompanhando-nos dia a dia, até nos dizimar; todos estes males foram impostos por Deus como penalidades pela quebra do pacto de obras, além do pior, da expulsão do homem de sua presença protetora e abençoadora (Gn 3.22-24). Pelo profeta Isaias Deus revela, em outras palavras, o que já estava decretado em Gênesis:

Eu formo a luz e crio as trevas; faço a paz e crio o mal; eu, o Senhor, faço todas essas coisas (Is 45. 7).

O Diabo e seus anjos, por decreto permissivo de Deus, existem, mas estão sob o comando divino. A liberdade do maligno é limitadíssima, como o é a do homem. O que Deus não quer, o poder maligno não realiza.

Deus usa as tentações.

V. 5- *O mui sábio, justo e gracioso Deus muitas vezes deixa, por algum tempo, seus filhos entregues a muitas tentações e à corrupção de seus próprios corações, para castigá-los pelos seus pecados anteriores ou fazer-lhes conhecer o poder oculto da corrupção e dolo de seus corações, a fim de que eles sejam humilhados¹; para animá-los a dependerem mais íntima e constantemente do apoio dele e torná-los mais vigilantes contra as futuras ocasiões de pecar, bem como para vários outros fins justos e santos². Ref.:*

1- Dt 8.2; II Cr 32. 25,26,31.

2- II Cr 12. 7-9; Sl 77. 1-12; Mc 14. 66-72; Jo 21. 15-17.

Síntese.

A providência, algumas vezes, inclui a provação, que pode vir até por meio da tentação.

A tentação destrói os réprobos, mas fortifica o regenerado.

Os Caminhos da providência

Deus permitiu ao Diabo tentar Jó, sem direito de tirar-lhe a vida, no grau máximo de suporte de um ser humano. Enquanto durou a tentação, exercida por meio de provações crudelíssimas, as evidências externas pareciam mostrar que a proteção divina e as misericórdias da graça haviam abandonado o único verdadeiro servo de Deus. Realmente, porém, não foi assim. O Espírito de Deus, que não se mede por benefícios materiais ou sucessos pessoais, estava com o “servo sofredor”, fortalecendo-o e enrijecendo-lhe a fé, para que esta sobrevivesse na ausência de quaisquer bênçãos temporais. E a fé venceu, removendo montanhas humanamente intransponíveis. No fundo, o sofrimento de Jó foi providente para ele e para todos os eleitos de Deus depois dele.

Deus submeteu seu povo ao sacrifício da peregrinação no deserto durante o Êxodo, não para destruí-lo, mas para prová-lo e prepará-lo, no cadinho do sofrimento, à servitude sem orgulho, recalitração e desvios morais, na terra prometida:

Recordar-te-ás de todo o caminho pelo qual o Senhor te guiou no deserto estes quarenta anos, para te humilhar, para te provar, para saber o que estava no teu coração, se guardarias ou não os seus mandamentos (Dt 8.2).

Deus não nos evita a tentação, mas impede que, uma vez tentados, sejamos enfraquecidos ou destruídos. A ordem ao crente é: *Não te deixes vencer do mal, mas vence o mal com o bem (Rm 12. 21).* O servo de Cristo foi salvo e regenerado para tornar-se agente moral e espiritual do bem contra o mal. Sua luta, portanto, é constante, sem tréguas.

Cristo permitiu ao Diabo tentar o apóstolo Pedro, mas por ele intercedeu para que sua fé não desfalecesse, mas fosse fortificado para fortalecimento dos irmãos, suas futuras ovelhas: *Simão, Simão, eis que Satanás vos reclamou para vos peneirar como trigo! Eu, porém, roguei por ti, para que a tua fé não desfaleça; tu, pois, quando te converteres, fortalece os teus irmãos (Lc 22. 31,32).*

A petição: “Não nos deixes cair em tentação”, na verdade, significa: “ Não permitas a nossa queda, quando tentados”. Todo regenerado, no curso da existência terrena, tem de confrontar-se com o tentador e as tentações: sua vitória final, no entanto,

já está garantida em Cristo Jesus. O tentador e a tentação, quanto mais atuam contra os eleitos de Deus, mais lhes fortalece a fé, mais os habilita à luta e à santificação.

A situação dos réprobos.

V.6- *Quanto àqueles homens malvados e ímpios que Deus, como justo juiz, cega e endurece¹ em razão de pecados anteriores, ele não só lhes recusa a graça pela qual poderiam ser iluminados em seus entendimentos e movidos em seus corações², mas às vezes tira os dons que já possuíam³, e os expõe a objetos que, por sua corrupção, tornam ocasiões de pecado⁴; além disso, os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás⁵; assim, acontece que eles se endurecem sob influências dos meios que Deus emprega para o abrandamento dos outros⁶. Ref.:*

1- Rm 1.24,26,28; Rm 11. 7,8; II Ts 2.11,12.

2- Dt 29.4; Mc 4.11,12.

3- Mt 13.12.

4- II Rs 8. 12,13.

5- Sl 81. 11,12; II Ts 2. 10-12.

6- Ex 8.15,32; II Co 2. 15,16; Is 8.4; Ex 7.3; I Pe 2.7,8; Is 6. 9,10; At 28. 26,27.

Síntese.

Deus endurece os réprobos, porque não lhes é próprio o dom da fé salvadora.

Deus expõe os reprovados ao pecado.

Os predestinados à rejeição são entregues às suas próprias paixões e às influências de Satanás.

O endurecimento dos réprobos para enriquecimento dos justos

Deus, usando homens ímpios como Faraó, manifestou a sua glória, para que o seu povo pudesse confiar nele e recebê-lo como o seu Rei soberanamente poderoso (Ex 7.3). Na verdade, só rejeitam a Deus aqueles que por ele foram eternamente rejeitados. Os preordenadamente reprovados tornam-se oponentes sistemáticos do Criador e inimigos declarados ou velados de seu povo. No entanto, segundo os propósitos do Pai celeste, os predestinados à rejeição e à perdição, homens e anjos, podem ser usados, de maneiras diversas, para fortalecer a confiança, a esperança e a fé dos redimidos. Deus usou o Diabo para provar a fé de Jó (Jó 1 e 2) e a fidelidade do apóstolo Pedro (Lc 22. 31,32). Quanto mais forte e temível é o inimigo, mais habilitado e equipado deve estar o seu combatente. As pequenas derrotas preparam os momentaneamente derrotados para a vitória final. A derrota de Cristo, arquitetada e efetivada pelas forças malignas, redundou na definitiva derrocada das potências infernais e dos poderes da morte. Quanto mais tentada, mais provada se torna a Igreja; quando mais provada, mais firme na fé; quando mais firme na fé, mais confraternizada; quanto mais confraternizada, mais santificada; quanto mais santificada, mais consagrada; quanto mais consagrada, mais evangelizadora. A oposição do Diabo e do mundo, em última análise, pela providência de Deus, beneficia a Igreja de Cristo. A sua história o atesta.

Deus destina os maus ao mal

Os homens malignos exercem a malignidade em virtude da natureza corrompida de que foram preordenadamente dotados. A natureza do Diabo é essencialmente maligna, para que exerça as obras indesejáveis da falsidade, do engano, da mentira, da intriga e do homicídio: *Vós sois do Diabo, que é vosso pai, e quereis satisfazer-lhe os desejos. Ele foi homicida desde o princípio e jamais se firmou na verdade, porque nele não há verdade. Quando ele profere mentira, fala do que lhe é próprio, porque é*

mentiroso e pai da mentira (Jo 8. 44). O filho de Deus, dirigido por ele e com ele identificado, adquire do Pai a essencialidade da justiça, da verdade e da vida. O filho do Diabo, herda de seu pai a natureza genuinamente corrompida, voltada para a falsidade e para depravação. E Deus, o governador de tudo e de todos os seres, viabilizou a existência de Satanás e permite as suas tentações aos eleitos e sua liderança sobre os reprovados. Paulo, entendendo melhor que os outros escritores neotestamentários, as doutrinas da eleição e da reprovação, que atingiram anjos e homens, mas sob a permissão divina, tornando os corruptos e corruptores indesculpáveis, escreve:

Porquanto, tendo conhecimento de Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças; antes, se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, obscurecendo-se-lhes o coração insensato. Inculcando-se por sábios, tornaram-se loucos e mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança da imagem de homem corruptível, bem como de aves, quadrúpedes e répteis. Por isso, Deus entregou tais homens à imundície, pelas concupiscências de seu próprio coração, para desonrarem seu corpo entre si; pois eles mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura em lugar do Criador, o qual é bendito eternamente. Amém! Por causa disso, os entregou Deus a paixões infames; porque até as mulheres mudaram o modo natural de suas relações íntimas por outro, contrário à natureza; semelhantemente, os homens também, deixando o contato natural da mulher, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo torpeza, homens com homens, e recebendo, em si mesmos, a merecida punição do seu erro (Rm 1.21-28). Deus permite a devassidão para, por meio dela, punir os devassos no curso da existência terrena, sendo que se lhes aplicarão as penalidades eternas previstas aos concupiscentes tanto nesta vida como na vindoura:

Ou não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não vos enganéis: nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem sodomitas, nem ladrões, nem avarentos, nem bêbados, nem maldizentes, nem roubadores, herdarão o reino de Deus (I Co 6. 9,10).

Quanto, porém, aos covardes, aos incrédulos, aos abomináveis, aos assassinos, aos impuros, aos feiticeiros, aos idólatras e a todos os mentirosos, a parte que lhes cabe será no lago que arde com fogo e enxofre, a saber, a segunda morte (Ap 21. 8).

O pecado da lassidão moral conduz aos vícios e à concupiscência, trazendo conseqüências punitivas terríveis: câncer do pulmão, das vias respiratórias, do fígado; cirrose hepática; doenças venéreas (especialmente a sífilis); a AIDs. O devasso é, no fundo, um suicida, daqueles que se matam lenta, mas inexoravelmente. Embora conhecendo Deus mentalmente, chegando até “invocá-lo” na prática de atos libidinosos e criminosos, não o respeitam, não o seguem, não o servem, não o adoram. O nome castíssimo de Deus é jogado na lama imunda em que vivem. Querem que Deus lhes seja servo, mas não pretendem servi-lo em hipótese alguma. Além do castigo temporal, advindo por via de conseqüência, receberão severíssimo castigo na eternidade. Deus cega e ensurdece aqueles aos quais não deseja comunicar-lhes a revelação, para que vendo, não vejam, e ouvindo, não ouçam:

**VAI A ESTE POVO E DIZE-LHE: DE OUVIDO,
OUVIREIS E NÃO ENTENDEREIS; VENDENDO, VEREIS E
NÃO PERCEBEREIS. PORQUANTO O CORAÇÃO DESTE
POVO SE TORNOU ENDURECIDO; COM OS OUVIDOS
OUVIRAM TARDIAMENTE E FECHARAM OS OLHOS,
PARA QUE JAMAIS VEJAM COM OS OLHOS, NEM
OUÇAM COM OS OUVIDOS, PARA QUE NÃO**

ENTENDAM COM O CORAÇÃO, E SE CONVERTAM, E POR MIM SEJAM CURADOS (AT 28. 26,27).

PROVIDÊNCIA ESPECIAL

V. 7 *Como a providência de Deus se estende, em geral, a todos os crentes, também de um modo especial ele cuida da Igreja e tudo dispõe a bem dela. Ref.:*

1- Am 9.8,9; Mt 16.18; Rm 8. 28; I Tm 4.10; Ef 1.22.

Síntese.

Sendo a Igreja o povo exclusivo de Deus, a comunhão de todos os eleitos, a providência de Deus sobre ela tem de ser, necessariamente, especial.

Igreja, filha da providência

A Igreja recebe um tratamento especialíssimo de Deus, porque se constitui de seus eleitos chamadas, justificados, regenerados, santificados e irmanados para sempre na família de Cristo:

Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz; vós, sim, que, antes, não éreis povo, mas, agora, sois povo de Deus, que não tínheis alcançado misericórdia, mas, agora, alcançastes misericórdia (I Pe 2.9,10).

A Igreja é a menina dos olhos de Deus, a comunhão de seus eleitos queridos no seu Filho amado. Ela está sujeita às tentações por contingência do mundo em que vive ou por ação de Satanás, seu inimigo com derrota preordenada. As portas do inferno, no entanto, jamais prevalecerão contra ela (Mt 16. 18). As relações de Cristo com sua Igreja são descritas por figuras que denotam o intensíssimo grau de unidade, de interatividade e de intimidade: Cristo é a videira, nós somos os ramos (Jo 15. 1-6); Cristo é a cabeça, nós somos os membros de seu corpo (I Co 12.12 – 27); Cristo é a pedra angular, nós somos pedras do edifício sobre ele construído (I Pe 2.4 – 8); Cristo é o Esposo, a Igreja é a esposa (Ef 5. 22 – 32). O Pai, o Filho e os redimidos formam um só corpo místico por meio do ministério do Espírito Santo: *...a fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste (Jo 17. 21). Há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos (Ef 4.4-6).* A Igreja é nascida de Deus, vive sob sua proteção e graça. Fora dele ela nada representa, não se move, inexistente (At 17.28).

Deus mantém o mundo e os homens pela graça comum, mas preserva a sua Igreja com o carinho dulcíssimo de Pai, pois se trata do povo de sua preferência e escolha, dos filhos de seu coração paterno, dos seus eternamente eleitos, protegidos e salvos em Cristo Jesus, seu Filho amado. *A Palavra de Deus*, que alimenta, conforta e dirige espiritualmente os fiéis; *a Santa Ceia*, que lhes confirma o pacto da graça e lhes fortalece a esperança; *a Oração*, que mantém a intimidade beatífica entre o servo e seu Senhor; *a União dos santos*, que lhes preserva o calor da fé e lhes possibilita o exercício do amor cristão, são graças providenciais, preparadas por Deus para todos os regenerados do Corpo de Cristo.

FONTES AUXILIARES

1- Deus Estava em Cristo, Donald Baillie, ASTE, SP, 1964, 1ª Edição, capítulos: Sétimo, Oitavo e Nono.

- 2- Gustaf Aulén, A Fé Cristã, ASTE, SP, 1965, 1ª Edição, capítulos sobre: A Natureza da Igreja (V); Os Fatores Constitutivos da Igreja (VI).
- 3- J. I Paker, em Artigo sobre a “Providência” Em O Novo Dicionário da Bíblia, Edições Vida Nova, 1ª Edição, Vol. III, da pág. 1336 a 1338.
- 4- A Providência e a sua realização na história (O Ser de Deus e as suas obras), Rev. Prof., Héber Carlos de Campos, Editora Cultura Cristã, SP, 2001, 1ª Edição.
- 6- Eleitos de Deus, R. C. Sproul, Editora Cultura Cristã, SP, 1ª Edição. 1998.
- 7- **Prononoew**, prónoia- Providência, J. Behm, em artigos no Theological Dictionary of the New Testament, Gerhard Kittel, Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan, USA, Vol. IV, Edição de 1973, da pág. 1009 a 1022.

DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DO CASTIGO.

Capítulo VI

A queda dos primeiros pais da humanidade.

VI.1- Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo do fruto proibido¹. Segundo o seu sábio e santo conselho, foi Deus servido permitir este pecado deles, havendo determinado ordená-lo para a sua própria glória². Ref.:

- 1- Gn 3.13; II 11.3.
- 2- Rm 5.19-21.
- 3-

Síntese.

O PECADO ENTROU NO MUNDO PELA SEDUÇÃO DE SATANÁS.

Deus permitiu o pecado; logo, o Maligno tentou com permissão divina.

A presença do pecado no mundo serve para ressaltar a fragilidade humana e a potencialidade de Deus.

Pecado, resultado da tentação

A influência externa alterou o comportamento do casal primevo porque havia, internamente, uma *propensão* velada e adormecida ao egocentrismo e à desobediência, despertada pela sedução maligna. Se Adão fosse moral e espiritualmente inalterável e incontaminável, todo e qualquer artifício do tentador seria em vão. O primeiro par humano, na verdade, foi criado sem pecado, mas com possibilidade de pecar. Tentação alguma, tanto a exercida por sedução como a efetivada por usurpação ou opressão não atinge a divindade, em virtude de sua absoluta imutabilidade e, conseqüentemente, de sua impecabilidade. As tentações contra Jesus Cristo foram maiores, mais pesadas e mais intensas, exatamente quando ele se encontrava solitário no deserto, faminto e sedento, depois de um prolongado jejum de quarenta dias e quarenta noites. Eis os modos e a rigorosidade das tentações do Segundo Adão:

Primeira tentação:

Se és Filho de Deus, manda que estas pedras se transformem em pães.

Resposta de Jesus: *Está escrito: Não só de pão viverá o homem, mas de toda a palavra que procede da boca de Deus (Mt 4.3,4).*

Oferta de alimento, via milagre, a um faminto é, humanamente insuportável. Por outro lado, o desafio à comprovação de filiação divina foi, com certeza, fortemente sedutor. Cristo não cedeu.

Segunda tentação.

Depois de conduzido pelo tentador ao pináculo do templo, o Diabo lhe disse:

Se és Filho de Deus, atira-te abaixo, porque está escrito: Aos seus anjos ordenará a teu respeito que te guardem e: Eles de sustarão nas suas mãos, para que não tropeces nalguma pedra. O Diabo citou Sl 91.11,12.

Resposta de Jesus: *Também está escrito: Não tentará o Senhor teu Deus (Dt 6.16).*

As propostas de demonstração de poder, de evidenciamento da messianidade e de cumprimento das profecias relativas ao Filho de Deus, pareceram ao tentador fortíssimas e realmente o foram, mas o Messias resistiu-as decididamente.

Terceira tentação.

Levado pelo maligno a um monte altíssimo, este lhe mostrou todos os reinos do mundo com suas glórias, dizendo-lhe:

Tudo isto te darei se, prostrado, me adorares.

Resposta de Jesus: *Retira-te, Satanás, porque está escrito: Ao Senhor, teu Deus, adorarás, e só a ele darás culto (Dt 6. 13).*

Culto ao maligno em troca de riqueza, fama e glória terrenas foi, evidentemente, uma extrapolação satânica, que Cristo não tolerou, expulsando o importuno e inoportuno tentador.

Por que Jesus, submetido às mais fortes e apelativas tentações, não pecou? Porque ele, embora sendo verdadeiramente homem, também é verdadeiramente Deus, e a divindade é imutável e perfeitamente santa, não tendo qualquer tendência, em sua natureza intransformável, ao pecado.

O Diabo seduziu o homem primitivo ao erro, à rebeldia contra Deus, porque conhecia, certamente, suas fraquezas, explorando-as. Ele sabia que, despertando-lhe a cobiça potencial e os interesses de domínio e divinização, derrubá-lo-ia. E derrubou. No momento e à vista da tentação, Adão e Eva entenderam, erradamente, que a Árvore da Ciência do Bem e do Mal não era um “sinal” do pacto, mas uma medida restritiva da plena liberdade do homem e de seus direitos à totalidade do Jardim. O maligno desviou o objetivo do signo pactual, transformando-o em objeto mântico, capaz de transformar o humano em divino, em competidor de Deus. O homem moderno, à semelhança do ancestral, continua endeusando-se e preferindo os bens materiais aos espirituais, adorando a criatura em lugar do Criador; mas, especialmente, usando os símbolos revelacionais, as Santas Escrituras, para potencializar misticamente líderes carismáticos, convertendo-os em “comandantes” da divindade.

Deus permitiu o pecado

Deus é amor, justiça, santidade e perfeição em graus absolutos e, portanto, não pode ser o autor do pecado; mas este apareceu e continua existindo. À revelia do Criador ele não teria surgido, pois aquele que fez todas as coisas, também as controla soberanamente e de modo perfeitíssimo. À margem de Deus e contra ele nada existe, inclusive o pecado, pois a sua existência, independentemente do supremo Criador, seria a negação da divindade única, augusta e onipotente. Não conhecemos os propósitos do excelso Rei, nem as razões pelas quais o mal entrou na ordem criada, mas aceitamos o aparecimento do pecado e sua duríssima realidade como ato permissivo do Criador, certamente para “separar eleitos e não eleitos”, mostrar a sua misericórdia aos escolhidos e sua justiça aos réprobos, tudo para sua própria glória, conforme declara a Confissão. A presença do mal coloca em evidência o bem e sua necessidade. Onde o

mal predomina, o caos se instala; onde o bem domina, a ordem impera, a justiça reina, a paz se estabelece.

O pecado entrou na humanidade por decisão permissiva de Deus; logo, o maligno teve autorização para tentar e seduzir o casal das origens, pois ele também existe e opera porque o Supremo Criador e soberano Gerente da criação lhe permite a existência e a atuação. O governo de Deus é ilimitado e totalmente abrangente, incluindo o mundo material e o espiritual: espíritos bons e maus.

Pecado e limitação humana

A presença do pecado coloca em destaque dois fatos revelados e constatados existencialmente: a- A fragilidade humana, sua completa incapacidade de livrar-se das tendências malignas internas e da malignidade externa presente em todas e quaisquer sociedades. O pecado é um mal humanamente inescapável. b- A misericórdia de Deus, efetivada em Cristo Jesus, é o único meio de libertação de que o homem dispõe; mas essa bênção procede exclusivamente da bondade de Deus, sendo aplicada aos seus escolhidos conforme o seu beneplácito. A inescapabilidade do pecado demonstra ao homem não somente a sua insignificância diante do mal, mas, e principalmente, a sua incapacidade de, por si mesmo, triunfar sobre ele. Aí, aparece a gigante figura do Filho de Deus para derrotar o pecado, o tentador, o mundo contaminado e a morte. Então, finalmente, Deus é glorificado na vitória de seu Cristo e na salvação de seus eleitos.

A malignidade tem duas procedências: uma reside no interior do ser humano, corrompido por natureza em decorrência do pecado original; outra vem da sociedade circundante, seguimento da humanidade caída e rebelada contra Deus. Um homem corrompido e, por sua vez, corruptor, inserido num meio ambiente, igualmente contaminado e também profundamente contaminante. Não há, pois, como escapar, como salvar-se. Exclusivamente a misericórdia de Deus mediada pelo seu Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, pode livrar o homem da malignidade e da pecaminosidade.

A queda da humanidade.

VI.2- *Por este pecado eles decaíram da sua retidão original e da comunhão com Deus¹, e assim se tornaram mortos em pecado² e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e parte do corpo e da alma³. Rf.:*

1- Gn 3.6-8; Gn 2.17.

2- Rm 5. 12; Ef 2.3.

3- Gn 6.5; Jr 17.9; Rm 3.10-19; Rm 8. 6-8; Sl 58. 1-5.

Síntese.

A queda eliminou a perfeição original, que estava na essência do homem.

A quebra do pacto de fidelidade, que dependia da obediência do homem, gerou o rompimento da comunhão com Deus.

O pecado original corrompeu o homem, inabilitando-o à retidão espiritual.

Casal Original, isento do mal

O mal, antes do rompimento do pacto com o Criador, não se fazia presente no cérebro do homem e, portanto, não invadia o seu pensamento, não maculava suas emoções, não distorcia ou corrompia seus sentimentos. A malignidade não constava da estrutura pneumossomática de nossos primeiros pais, pois eles eram, originalmente, “imagens” ou “semelhanças” do Pai eterno em quem não existe mal algum. Anteriormente ao pecado, quando o ser humano ainda era filho direto de Deus por criação, não por adoção (adotivos são os regenerados em Cristo), a sua relação com o

Criador era de tal ordem íntima e profunda que o diálogo existencial constante e ininterrupto era perfeitamente interagido com o Espírito de Deus. Pai e filho comungavam-se interativamente, estabelecendo um intercâmbio indefectível do divino com o humano, mais ou menos nos termos das proposições paulinas: *Todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus (Rm 8. 14). O Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus (Rm 8.16).* O homem, antes de pecar, não agasalhava em seu ser nenhuma contaminação pecaminosa, mas possui tendência ou potencialidade ao pecado, isto é, era sujeito a falhas e erros morais e espirituais. O impecável não peca.

O pecado, quebrando o elo Pai-filho, alterou a natureza original do infrator direto e, conseqüentemente, de sua posteridade. Os descendentes de Adão nascem de relações cortadas com Deus, verdadeiros filhos da ira (Ef 2.3 cf Sl 51.5), excluídos da filiação divina. Hoje, somos filhos de Deus por adoção em virtude da misericórdia do Redentor que, graciosamente, nos justifica; mas continuamos pecadores, vítimas do pecado original, que conturba e perturba nossa relação com Deus e fragiliza nossa fidelidade (ver Rm 7. 15-24). Filhos de caídos, nascem caídos.

Homem original justo, mas corruptível

Adão, antes de pecar, era justo em suas relações horizontais, com o semelhante, e verticais, com Deus. A ab-rogação do pacto transformou-o em injusto e, além do mais, excluído da fonte de justiça, o Criador. Com o ancestral, e em decorrência da queda, a humanidade inteira foi submetida à condição de injustiça e depravada moral e espiritualmente:

Como está escrito: Não há justo, nem um sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer (Rm 3.10-12).

O homem, antes do pecado, era pecador potencial, embora fosse “*imago Dei*.” Tal potencialidade, certamente, derivava da preordenação à queda por decreto permissivo do Criador. A preordenação à egocentrismo e ao desejo de sublimação, gerara em Adão e Eva a propensão ao pecado, embora dormente até o advento da tentação. Portanto, a sua predisposição levá-lo-ia à pecaminosidade, para que nele e nos seus descendentes fossem revelados que: a- Desde a eternidade Deus elegera uns para a salvação e outros para perdição. De Adão e Eva eleitos e reprovados procederiam; como de fato procedem. b- A presença do pecado possibilitaria a manifestação da misericórdia de Deus, por um lado, e sua justiça, por outro. O pecado e a morte, mesmo sendo de difícil apreensão por via racional, faziam parte dos eternos propósitos decretivos do Criador. Hoje, sabemos que Deus revela sua justiça na condenação dos réprobos, e seu amor misericordioso na salvação dos eternamente escolhidos. Danificados pelo pecado, mas restaurados pela graça, eis a bênção inescrutável de que são galardoados todos os eleitos e salvos em Cristo Jesus.

O Pecado original.

VI. 3- *Sendo eles (nossos ancestrais primevos) o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus pecados foi imputado a seus filhos¹; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária². Ref.:*

- 1- At 17. 26; Gn 2. 16, 17; Rm 5. 12, 15-19; I Co 15. 21,22, 45,49.
- 2- Sl 51. 5; Gn 5.3; Jo 3. 6; Rm 3. 10-18.

Síntese.

A queda da humanidade se deu nas pessoas representativas de Adão e Eva.

A humanidade tornou-se, pelo pecado de suas matrizes, em culpada, corrompida e alienada de Deus, mesmo aquelas pessoas irresponsáveis como as crianças e os débeis mentais. Somos concebidos em pecado.

Adão e nós

Na verdade, Adão e Eva eram mais que figuras representativas de todos os pósteros; constituíam-se em pessoas corporativas; nelas, em essência, todos nós estávamos, tanto geracional, moral, psicológica, como espiritualmente. A corrupção do tronco causa a dos ramos ou de suas sementes. O pecado de Adão não nos é imposto por imputação, mas por solidariedade ou herança. Descendemos, física, moral, psicológica e espiritualmente de matrizes corrompidas. O pecado original, desta maneira, é, ao mesmo tempo, um mal da espécie humana e de cada um de seus representantes. O pecado fatual procede do original.

A universalidade do pecado comprova a tese da origem comum, quer dizer: todos caímos em um casal representativo; mais do que isso, em uma unidade prototípica corporativa, figurada no casal inicial, Adão e Eva. Todos os descendentes encontram-se no ancestral, que se repete e se perpetua por geração natural. Porém, se a herança nos é transmitida geracionalmente, isto não acontece com a individualidade ou com as responsabilidades pessoais. O pecado fatual é da responsabilidade de cada um.

Assim como estávamos todos em Adão e nele pecamos, todos os eleitos estão em Cristo e nele são justificados e salvos (ver Rm 5. 12 – 21).

Pecado original fonte dos pecados fatuais.

VI. 4- *Desta corrupção original pela qual ficamos totalmente indispostos, adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo mal^l, é que procedem todas as transgressões atuais². Ref.:*

- 1- Rm 5. 6; Rm 7.18; Rm 8.7; Cl 1.21; Gn 6.5; Gn 8.21; Rm 3. 10-12.
- 2- Tg 1. 14,15; Ef 2.2,3; Mt 15.19.

Síntese.

O Pecado original não tem graduação: é o mesmo em todos os seres humanos.

Dele procedem os pecados fatuais.

A universalidade do pecado original

O pecado original, estando incluso na essência de nossa humanidade, fazendo parte integrante de nossa natureza, é sempre o mesmo para qualquer pessoa. Para sermos verdadeiramente humanos temos de, necessariamente, nascermos pecadores, isto é, dotados de herança pecaminosa. Davi, certamente inspirado por Deus, entendeu a nossa condição geral de pecadores: *Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe (Sl 51.5).*

Quebrada a comunhão com Deus em nossas matrizes, convertemo-nos em humanidade excluída da relação direta e íntima com o Criador. Desta maneira, cada um de nós é concebido, gerado e nascido em pecado. A afirmação dogmática de que Maria, a mãe de Jesus, foi concebida sem pecado original⁴³, nega-lhe a verdadeira humanidade e, conseqüentemente, a humanidade real de seu Filho que, nesse caso, não pode ter sido “verdadeiramente homem”, pois se encarnou em “regime de exceção,” não participando

⁴³ - Catecismo da Igreja Católica, Editoras: Vozes, Paulinas, Loyola, Ave Maria, SP, 1997, 7ª Edição, pág. 122, §§ 490, 491 e 492.

autenticamente da situação universal de todas as criaturas humanas: ...*Porque não há distinção, pois todos pecaram e carecem da glória de Deus (Rm 3.22b,23)*.

Se não há distinção, Maria não é exceção, não esteve isenta do pecado original. Ela participou de nossa natureza, comum a todas as pessoas. A excepcionalidade de Maria, concebida sem pecado original e perpetuamente virgem, segundo a mariologia vaticana, desqualifica a verdadeira encarnação do Verbo e retira-lhe a qualidade, necessária à expiação, de “homem real”, que não pecou faturalmente, mas se fez pecador como nós para ser nosso Cordeiro sacrificial, o Mediador da graça: *Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus (II Co 5. 21)*.

Creemos que a vitória de Cristo sobre o pecado foi muito maior do que se imagina, pois nasceu sob o signo do pecado original, embora isento de sua impregnação pessoal, mas não de seu peso imposto, por herança, à humanidade. Todos os horrores caíram sobre ele, na condição de homem real. A encarnação do Verbo não foi uma fantasia, mas uma realidade, cuja veracidade atingiu o clímax do realismo. Cristo triunfou sobre as próprias fraquezas; derrotou o mal potencial em si mesmo; venceu a batalha, que todos os homens a perdem, contra o inimigo, a carne, o mundo e a morte confederados. Ainda mais, assumiu o ônus da culpabilidade de todos os eleitos de Deus, morrendo expiatoriamente por eles. Não se concebe um Cristo que não seja verdadeiramente humano e, ao mesmo tempo, verdadeiramente divino.

Pecados fatuais procedem do original

Não há a mínima possibilidade de um ser humano ser “santo” no sentido de ser isento da mácula original e não ter cometido pecado. A herança do pecado adâmico, que atinge todas as pessoas, corrompe-nos e gera em nós tendências, pensamentos e atos pecaminosos. Sinais externos de santidade, ausência de atos “testemunhados” de pecado, não servem de prova para “beatificações”. Os que “escondem” os pecados são, geralmente, mais pecadores que os outros, como acontecia aos escribas e fariseus (Mt 23. 13- 16, 23, 25, 27 29). Somos concebidos em pecado e nascemos com irresistível propensão à malignidade. O pecador eleito, vocacionado, justificado e regenerado por Cristo, torna-se *santo* no sentido de “separado” por Deus e para ele, embora continue pecador. Sem pecado, somente Jesus Cristo, ninguém mais.

A regeneração não elimina o pecado original.

VI. 5- *Esta corrupção da natureza persiste, durante esta vida, naqueles que são regenerados¹; e, embora seja ela perdoada e mortificada por Cristo, todavia tanto ela, como os seus impulsos, são real e propriamente pecado². Ref.*

1- Rm 7. 14, 17, 18-23; Tg 3. 2; I Jo 1. 8-10; Pv 20. 9.

2- Rm 7. 5, 7, 8, 8-25.

Síntese.

O pecado original persiste no regenerado.

O perdão remidor atinge os pecados pessoais.

O Pecado original

O pecado original, pelo fato de independer do pecador, não sendo consequência de atos pessoais de rebeldia contra Deus, constituindo-se em mal da raça humana, não é eliminado pelo novo nascimento, resultado da expiação do Calvário. Ninguém pode ser incriminado por culpas de seus ancestrais, mas o

pecado deles afeta a existência da posteridade. Como seres humanos, todos herdamos a herança e as conseqüências do erro de nosso pai Adão, mas não podemos ser imputados por ele. Em virtude da descendência adâmica, nascemos pecadores, mas respondemos apenas por nossos delitos pessoais, procedentes de nossa natureza pecaminosa. **Não somos condenados porque nascemos pecadores**, mas porque pecamos; e pecamos, porque nascemos pecadores, inclusive os regenerados. A permanência do pecado original no redimido cria um paradoxo: ele é, ao mesmo tempo, justo e pecador.

O crente pede perdão pelos seus pecados atuais e individuais, não pelo pecado original, que não lhe adveio de culpa pessoal. A morte vicária de Cristo, certamente, elimina o pecado original, mas não no curso desta existência. Esse tema fica melhor esclarecido no item seguinte.

Pela original, culpa da raça caída.

VI. 6- *Todo o pecado, tanto o original como o atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrária torna, pela sua própria natureza, culpado o pecador¹ e por essa culpa está ele sujeito à ira de Deus² e à maldição da lei³ e, portanto, exposto à morte⁴, com todas as misérias espirituais, temporais e eternas⁵. Ref.:*

- 1- I Jo 3.4; Rm 2.15; Rm 3. 9-19.
- 2- Ef 2.3.
- 3- Gl 3.10.
- 4- Rm 6. 23.
- 5- Ef 4.18; Rm 1. 21 – 28; Mt 25. 41; II Ts 1. 9.

Síntese.

A transgressão da lei por Adão e a nossa transgressão.
A condenação da raça e do indivíduo.

Pecado original, herança, não ato

O pecado original, como herança, não é ab-rogação pessoal da lei nem imputação de delitos de nossos antepassados, mas a conseqüência ou resultado da transgressão do primeiro casal em quem nos encontrávamos consubstancialmente. Cada pecador responde por seus pecados mentais, verbais e concretizados em atos, mas não pelo pecado original diretamente que, embora seja a causa de toda impiedade, infidelidade e perversidade, não resultou de sua decisão consciente, responsável; veio-lhe no bojo de sua natureza pecaminosa em virtude de sua inserção na humanidade caída e depravada pelo afastamento original e atual de Deus e por conseqüente egocentrização. Não nos tornamos pecadores imputáveis por geração; por concepção e nascimento herdamos a tendência pecaminosa. Cada ser humano vem ao mundo com a inescapável potencialidade ao mal, à malignidade, à rebeldia contra o Pai celeste. Todos somos dados à luz da existência física sob o signo da queda. Nascemos caídos. O nascimento representa a inclusão na humanidade depravada e corrompida. Em decorrência do pecado original, cada nascituro traz a marca da pecaminosidade e se destina ao pecado. Em síntese, o pecado original faz-nos nascer na humanidade pecadora, transgressora da lei de Deus em Adão, mas não resulta de culpas individuais de nossos antepassados nem de nossos pecados pessoais, pelos quais respondemos perante Deus. Adão respondeu pelos seus erros, e por eles causou a ruína de seus pósteros; nós temos de assumir o ônus de nossos delitos pessoais perante o Justo Juiz. Nossas culpas pessoais não afetam nossos filhos; mas eles, certamente, sofrerão as conseqüências. Os efeitos danosos da quebra da lei, ou do pacto de obras, da parte do

casal primevo, atingem a humanidade inteira. As ab-rogações individuais das ordenanças divinas afetam o pecador individualmente e corrompe a sociedade na qual se insere. Todos os seres humanos estão sob o signo ou maldição da queda, que os alienam de Deus e os depravam; estado que se expressa em cada um pelo pecado original. Imputa-se, porém, ao pecador, individualmente, a culpabilidade de infrator da Lei de Deus, impondo-lhe penalidades vindicantes e penalizantes de seus pecados atuais; cobram-se-lhe os delitos pessoais. A degeneração moral e espiritual do homem, causada pela transgressão das matrizes da humanidade, resulta do ônus de ser descendente dos quebradores do pacto edênico, sendo pessoas corporativas e representativas da raça humana. Pagamos o tributo de nossos primeiros pais, Adão e Eva, que optaram pelo afastamento do Pai celeste com quem viviam e conviviam na mais íntima e harmoniosa relação. Cada pecador contribui com seus pecados pessoais para sujidade da raça, para a corrupção da sociedade.

FONTES AUXILIARES

- 1- Doutrina Bíblica do Pecado, G. C. Berkouwer, ASTE, SP, 1970, 1ª Edição.
- 2- Pecado e Salvação, **Lesslie** Newbigin, Junta Geral de Educação Cristã, Igreja Metodista do Brasil, SP, 1963, 1ª Edição.
- 3- Vocábulo de Deus, J. I. Packer, cap, sobre o Pecado, Editora Fiel, 1ª Edição, 1994.
- 4- Teologia Sistemática, Louis Berkhof, Luz Para o Caminho, Campinas, SP, 1996, 4ª Edição, capítulo sobre “O Homem no Estado de Pecado”, a partir da pág. 220.
- 5- Sin, Sinners, Artigo de S. J. de Vries no The Interpreter’s Dictionary of the Bible, vol. 4. Abingdon Press, New York, USA, 1962, vol. 4, da página 361 a 276.

DO PACTO DE DEUS COM O HOMEM

Capítulo VII

O benefício do pacto.

VII. 1- *Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como ao seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto. Ref.:*

Jó 9. 32,33; Sl 114. 5, 6; At 17. 24, 25.

Síntese.

O pacto foi proposto pelo Criador em benefício do homem.

Deus não se beneficia do pacto, pois ele é auto-suficiente, não carecendo de coisa alguma do homem ou da natureza.

Bem-aventurança e recompensa são dádivas do Deus gracioso.

O Deus absoluto

Não se pode imaginar um Deus absoluto em seu ser e em todos os seus atributos precisando, para realizar-se, de alguma coisa ou de alguém fora de si mesmo, na ordem física ou no universo espiritual. Deus não é um *amor* que se alimenta de amor externo;

uma *santidade* que se comprova e se sustenta com atos pios; um *eu* que careça de um tu para definir-se; um *sentimento* que necessite interagir-se com outros sentimentos; um *rei* que precise de súditos para demonstrar autoridade, poder e comando. Em suma: O Criador em nada, absolutamente nada, depende de sua criatura. O homem, criado à sua imagem e semelhança, é produto de seu beneplácito, fruto de sua graciosa misericórdia. O pacto, portanto, visa exclusivamente o bem estar do ser humano, sua realização e seu papel como servo do Criador. O homem carece de Deus; Deus não necessita do homem; Ele é pleno, um ser completo em si mesmo, Criador, Senhor e Governador de todas as coisas, todos os seres, especialmente de sua maior criatura, o homem. Este, sim, dependente da natureza, por um lado, e do Pai celeste, por outro, em virtude de sua dupla e integrada composição: matéria e espírito. Desta maneira, o pacto de suserania a que se submeteu lhe foi, insubstituivelmente, indispensável, pois o mantinha no ambiente propício, o Éden, preparado especialmente para ele, e na comunhão estreita com o seu Criador, na mais harmoniosa relação Pai – filho. O pacto possibilitava a manutenção e sustentação de sua bivalência: material e espiritual, danificada pela transgressão, que resultou no rompimento da maravilhosa aliança do Criador com sua criatura nobilíssima. A suficiência de Deus e a insuficiência do homem podem ser aquilatadas no seguinte texto de Lucas, transcrevendo um discurso apologético de Paulo:

O Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe, sendo ele Senhor do céu e da terra, não habita em santuários feitos por mãos humanas; nem é servido por mãos humanas, como se de alguma coisa precisasse; pois ele mesmo é quem a todos dá vida, respiração e tudo mais; de um só fez toda a raça humana para habitar sobre a face da terra, havendo fixado os tempos previamente estabelecidos e os limites da sua habitação (At 17. 24 – 26).

Deus, pois, não realizou um pacto de favores mútuos, nem um acordo de direitos maiores concedidos ao suserano, em que o Rei explora o servo submisso em seu próprio benefício e exaltação, mas acentuadamente em favor do homem, o privilegiadamente favorecido. Deus de nada carece e, portanto, não precisa beneficiar-se do pacto. Carente é sua criatura, mortal e limitada e, em consequência, beneficiária da aliança.

As bem-aventuranças dispensadas ao homem, bem como as recompensas ao seu trabalho, à sua moral e à sua fé, não resultam de seus merecimentos, mas procedem da misericórdia do Criador para com sua frágil mas privilegiada criatura. O pacto da graça realiza-se entre Deus e ele mesmo, na pessoa do Emanuel que, encarnado, incluiu o ser humano, mantendo a bilateralidade da aliança na pessoa “divino – humana”, “Deus-homem”, nosso Senhor Jesus Cristo.

O Pacto de Obras.

VII. 2- O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras¹; nesse pacto foi a vida prometida a Adão e nele à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal². Ref.:

- 1- Gn 2. 16,17; Gl 3.10; Os 6.7; I Co 15. 22, 47.
- 2- Gn 2. 16,17; Rm 5. 12-14; Rm 10. 5; Lc 10. 25-28.

Síntese.

O primeiro pacto firmava-se na fidelidade do homem.

Desse pacto dependiam a vida espiritual e a comunhão com Deus do primeiro casal.

O Pacto de Obras

O pacto de obras, imposto ao homem original no Jardim do Éden, demonstrava:

a- Que todos os seres humanos, potencial, genética e espiritualmente, presentes nas matrizes, Adão e Eva, deviam a existência, a sustentação e a preservação ao Deus Criador.

b- Que o homem seria governado por leis naturais e formais, criadas e ordenadas por Deus, ficando o homem sujeito a elas. O rompimento dos códigos vitais e a ab-rogação das ordenanças decretadas trariam como consequência a morte física e a espiritual, respectivamente.

c- Que o homem era, e continuaria sendo, um ser subordinado ao Criador e, portanto, limitado. A sua pretensão de tornar-se absoluto, igualar-se ao Criador, desvirtuou-lhe a humanidade e introduziu nele conflitos insanáveis internos e externos, pois não foi criado para ser “deus” ou “senhor” de tudo, mas se destinava à servitude e à mordomia sob a regência do Criador. Grande seria por meio da submissão, não da dominação.

A sua exclusão da *Árvore da Ciência do Bem e do Mal* e a proibição de dela não se apropriar evidenciavam o seguinte: a- O homem foi criado com limitações de domínio e de autoridade. Senhor dele e de tudo é Deus. b- A ele se proibiu a invasão e apropriação dos bens próprios de seu Criador. O que é de César, a César pertence; mas o que é de Deus não se pode tocar sob pena de condenação. O universo tem dono, e este é o seu Criador. c- O homem é servo de Deus, por ele governado mediante leis, que não podem ser quebradas em hipótese alguma. Uma ordenança de Deus é para ser irrestritamente acatada e obedecida. O “marginal” é o “infrator” e o “quebrador” das leis do Estado, que paga penalmente seu crime. “Alienado” do reino dos céus é o “ab-rogador” das ordenanças divinas, sobre quem pesa o decreto da pena capital. Dela somente o próprio Deus poderá livrá-lo em Cristo Jesus. O cidadão livre vincula-se ao Estado; o “sentenciado”, recolhido a um cárcere público, pertence-lhe diretamente. O réprobo é “patrimônio de Deus”, mas como ofensor condenado.

O Pacto da Graça

VII. 3- *O homem, tendo se tornado pela queda, incapaz de viver por esse pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça¹; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé nele para que sejam salvos²; e prometendo dar a todos os que estão ordenados para vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer³. Ref.*

1- Mt 26.28; Gl 3. 21; Is 42. 6; Gn 3. 15; Hb 10. 5-10.

2- JO 3. 16; At 16. 30,31.

3- Jo 3. 5-8; Jo 6. 37, 44; Ez 36. 26,27.

4-

Síntese.

A queda incapacitou o homem por depravação e por alienação.

Desfeito o pacto de obras por causa da infidelidade de Adão, Deus ofereceu ao homem o pacto da graça em Jesus Cristo, realizado e mantido unilateralmente por Deus é firmado exclusivamente na sua imensurável misericórdia.

A morte veio por meio de um homem, Adão, eliminando as bênçãos do primeiro pacto; a vida é doação de Deus em Cristo Jesus, seu Filho amado.

Infidelidade do homem; fidelidade de Deus

O pacto de obras, em virtude de sua bilateralidade, em que se requeria, para efetivação e manutenção, a mutualidade de direitos, compromissos e deveres tanto do imutável Criador como da mutável criatura. Resultado: Deus, o absolutamente fiel, manteve-se inalterável no cumprimento dos preceitos pactuais, mas o homem, falível, quebrou-o. A onipotência do Criador, confrontada, em termos pactuais, com a impotência do ser criado, evidenciou o fato, agora revelado e constatado, que qualquer plano redimidor somente se efetiva sob a inteira responsabilidade e exclusiva dependência do Rei dos reis, o soberano absoluto. Um pacto de caráter e dimensão eternos não podia perpetuar-se sobre base tão falível e efêmera, o homem. Um pacto, para ser permanente e perfeito, teria de firmar-se sobre um proponente e realizador que fosse incorruptível, imaculado, inalterável e eterno. Por isso, foi indispensável a encarnação de Verbo de Deus, que assumiu a responsabilidade e o ônus do pacto da graça, sendo rigorosamente correto em seu cumprimento tanto na obediência aos decretos de Deus quanto na missão sacerdotal de substituto do pecador, mediador do perdão e da graça e intercessor junto ao trono celeste. O pacto de obras foi necessário para demonstrar a fragilidade, a condicionalidade e a incapacidade do homem de sustentar, perante o tentador e as tentações, a fidelidade e a santidade diante de Deus. A queda deixou evidente que o homem não tem firmeza em si mesmo; necessita da misericordiosa proteção do Pai celeste.

A morte em Adão e a vida em Cristo

A queda comprovou que o homem, mesmo antes de pecar, não podia assumir o compromisso de irrestrita fidelidade e méritos pessoais com o objetivo de manter-se salvo ou de salvar-se. A vida eterna não é, e não podia ser, uma conquista do homem. Se ele tivesse cumprido o pacto de obras, respeitando, de sua parte, todas as cláusulas do acordo, a salvação poderia ser interpretada como sendo o resultado normal de suas boas obras, da obediência legal. E ele, preservado por si mesmo, nenhum favor ficaria devendo ao seu Senhor quanto à salvação. O Criador e a criatura estariam nivelados em termos pactuais, se a fidelidade tivesse realmente acontecido. Não aconteceu, porque o finito não sustenta nem suporta o infinito; o falível e mutável não agüenta nem tolera o infalível e imutável. Assim, Adão, que se mostrou limitado, trouxe, para sua própria pessoa e para a posteridade, o pecado e a morte, como afirma Paulo:

Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram (Rm 5. 12 cf I Co 15. 21).

Pois assim como, por uma só ofensa, veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça, veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida (Rm 5. 18).

Quando Deus fez a salvação depender do homem, este foi incapaz de realizá-la por fraqueza, limitação, influenciabilidade e mortalidade. Ao assumir o ministério da redenção, estabelecendo em si mesmo, na Segunda Pessoa da Trindade, a graciosa responsabilidade da remissão do pecador, a obra se concretizou, aperfeiçoou-se e eternizou-se, em virtude de sua fundamentação num representante divino santo, impecável e infalível: o Filho de Deus. O ato redentor perfeito e eterno deriva-se do absolutamente onipotente, onisciente, poderoso e essencialmente investido de eternidade, Jesus Cristo, o Segundo Adão, pelo qual a vida eterna, que nos havia sido retirada no primeiro homem, foi-nos outorgada, a nós, os seus eleitos. O primeiro homem, conforme Paulo, é terreno, mas o segundo Homem é do céu (I Co 15.47),

sendo, portando, originalmente espiritual, qualificado para realizar e manter o pacto da graça em benefício de todos os eleitos.

O Novo Testamento ou Novo Pacto.

VII. 4- Este pacto da graça é freqüentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de Novo Testamento, em referência à morte de Cristo, o testador, à perdurável herança, com tudo que lhe pertence, legada neste pacto. Ref.:

Hb 9. 15-17.

Síntese.

O pacto da graça ou Novo Testamento é consumação do previsto no Velho Testamento.

Jesus Cristo, o realizador do novo concerto.

A consumação do Pacto da Graça

O único pacto que dependeu de méritos humanos para sua perpetuação foi o de “obras” no Éden. Não perdurou, pois a corresponsabilidade paritária não era, de forma alguma, igualitária: o homem, sendo infinitamente inferior a Deus, propenso ao pecado, não teve condições de sustentá-lo. À vista da fraqueza humana e de sua corrupção decorrente da queda, Deus assumiu a responsabilidade de chamar, regenerar, justificar e adotar como filhos todos os seus eternamente eleitos. O pacto da graça, excluindo tanto as fraquezas do homem como seus méritos e virtudes, aprouve a Deus efetivá-lo de maneira miraculosa na pessoa de seu Filho, partícipe da unidade trina, por um lado, e da humanidade, por outro, por meio de sua real encarnação, tornando-se *Verdadeiro Deus e verdadeiro homem* em uma só pessoa. Assim, Deus resolveu o problema da bilateralidade do pacto, com absoluta igualdade entre o puramente espiritual, o Pai, e a sua autêntica “imagem Dei”, Jesus Cristo, o Filho, homem perfeito:

Este [Jesus] é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação (Cl 1. 15).

Como “imagem Dei”, Jesus revelou-nos definitivamente o Pai: *Ninguém jamais viu a Deus; o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem o revelou (Jo 1. 18).* E esta revelação é tão perfeita que, quem vê o Filho, vê o Pai (Jo 14. 8-11). Sendo perfeitamente divino e perfeitamente humano, Jesus tem credenciais indiscutíveis para realizar o pacto da graça, entronizar Deus no universo humano e introduzir o homem, a natureza humana, na unidade trinitária: ele está à destra do Pai no trono celeste. Com tais qualificações, ele realizou, e realiza, a obra descrita por Paulo aos colossenses:

Ele é antes de todas as coisas. Nele, tudo subsiste. Ele é a cabeça do corpo, da Igreja. Ele é o princípio, o primogênito de entre os mortos, para em todas as coisas ter a primazia, porque aprouve a Deus que, nele, residisse toda plenitude e que, havendo feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele, reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, quer sobre a terra, quer nos céus. E a vós outros também que, outrora, éreis estranhos e inimigos no entendimento pelas vossas obras malignas, agora, porém, vos reconciliou no corpo da sua carne, mediante a sua morte, para apresentar-vos perante ele santos, inculpáveis e irrepreensíveis (Cl 1. 17-22).

As mediações sacerdotais veterotestamentárias cederam lugar ao ministério mediador do Filho de Deus: *Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem, o qual a si mesmo se deu em resgate por todos: testemunho que se deve prestar em tempos oportunos (I Tm 2.5,6).*

O pacto da graça não representa rompimento ou eliminação dos pactos anteriores, propostos por Deus ao homem caído, mas a realização e a consumação deles. Todos foram figuras ou tipos do que seria realizado em Cristo Jesus. Deve-se notar que

os pactos visavam, responsabilizavam e privilegiavam o povo escolhido de Javé: o noético, o abraâmico e o mosaico. O pacto da graça neles prefigurado não foge à regra: Cristo morreu por suas próprias ovelhas, que lhe foram dadas pelo Pai (Jo 10. 1-18 cf Jo 17. 6).

Cristo, pois, é o testador divino-humano do novo concerto, último e definitivo.

O Pacto da Graça do Velho Testamento.

VII. 5-*Este pacto no tempo da lei não foi administrado como no tempo do Evangelho¹. Sob a lei foi administrado por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir²; por aquele tempo essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias³ prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a vida eterna: essa dispensação chama-se Velho Testamento⁴. Ref.:*

- 1- Hb 1. 1,2; II Co 3. 6-9.
- 2- Rm 4. 11.
- 3- Hb 11. 13; Jo. 8. 56; Gl 3. 6-8.
- 4- At 15. 11; m 3. 30; Gl 3. 8, 9, 14.

Síntese.

Há um só pacto da graça com dois modos de administração, um no Velho Testamento, outro, no Novo.

O Messias é o centro de ambos os estágios do pacto da graça.

O Espírito Santo operou tanto no Velho como no Novo testamento para emergência, implantação e efetivação do pacto da graça.

O mesmo Pacto nas duas dispensações

Todos os pactos posteriores à queda da humanidade em Adão caracterizam-se por dois aspectos: Primeiro, a unilateralidade. O homem, inabilitado espiritualmente, alienado de Deus e impossibilitado de, por si mesmo, reconciliar-se com o Criador, nada podia fazer para eliminar o pecado e anular os seus efeitos. Deus, por sua infinita bondade e imensurável misericórdia, veio-lhe em socorro, estabelecendo “protótipos” factuais, verdadeiros meios provisórios de redenção, que prefiguravam o que seria consumada definitivamente na pessoa do Messias prometido. Mesmo o figurativo pacto mosaico, que alguns chamam de “obras da Lei” em contraste com as “obras da fé” foi, na verdade, a mais clara figura vetotestamentária do Pacto da Graça. Eis um resumo explicativo do que afirmamos: a- Deus retira o seu povo do Egito sem o desejo expresso do instrumento humano utilizado, Moisés. Ele alegou impossibilidades pessoais de atender ao desafio propositivo de Javé (Ex 3. 11; Ex 4. 10-14). Se Deus dependesse da vontade do “homem” Moisés, seu povo não teria sido retirado do Egito, onde se encontrava sob duríssima escravidão. b- O povo não esperava nem acreditava na atuação direta de Deus para libertá-lo das garras escravizadoras e repressoras de Faraó; e, libertados, queixavam-se do Libertador, que os submetia a penúrias no deserto (Ex 5. 20-23; Ex 17. 2- 4). Deus operou contra o desejo do povo, mas segundo sua irrecusável decisão, emanada livremente de sua augusta vontade. c- A lei não foi, pois, um instrumento de salvação, mas de disciplina, de regenciamento, de controle social, ético e religioso dos libertos. O enunciado do decálogo confirma o que acabamos de relatar: *Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão (Ex 20. 2).* A graça salvou o povo de Deus da dominação faraônica; a lei, também uma dádiva da graça, o disciplinou sob o senhorio de Javé. A lei controla os que a graça redime.

Os protótipos simbólicos do Velho Testamento

As prefigurações simbólicas do Velho Testamento continham, em figuras, todos os elementos da graça realizada por Cristo no Novo Testamento, sendo suficientes, como emuladoras da esperança no Messias da promessa e geradoras da fé, um dom carismático. Eis alguns símbolos: a- O Sumo Sacerdote, único autorizado a penetrar o Santo dos Santos para mediar pelo povo, era tipo de Cristo, o Mediador exclusivo, que entrou no Santo dos Santos celeste, e lá intercede por seus redimidos (Hb 4. 14 – 16). b- O sacerdócio levítico apontava para o de Cristo, estabelecido para sempre e imaculadamente, posto que firmado no eterno e santíssimo Filho de Deus (Hb 7. 21-27). c- O tabernáculo e o templo representavam a “presença” de Deus no meio de seu povo, previsões do que Jesus Cristo seria (Hb 9. 1- 10; Jo 2. 18 –22; Ap 21. 3). d- A morte do cordeiro substituto prefigurava o sacrifício expiatório de Cristo em lugar e em favor de todos os eleitos de Deus (Hb 9. 11 –28). Ele morreu para livrar da morte cada um de seus escolhidos. e- A *circuncisão*, sinal secreto ou invisível do pacto, marca indelével da inclusão no povo de Deus, foi substituído pelo *batismo*, “sinal visível da graça invisível”. A fé pessoal, racional, não era exigida no ato da circuncisão, pois se tratava de um “sinal” da graça, não um selo sobre méritos humanos. Deus assinala os seus, aqueles que foram preordenados desde a eternidade. f- A *Páscoa*, com vítima abatida e repartida aos membros da família, sendo o seu sangue aspergido nos umbrais da porta para proteger o primogênito contra a ameaça do anjo exterminador, cedeu lugar à *Santa Ceia*, não com elementos representativos e figurativos, mas com símbolos da realidade pactual: O pão, cortado em pedaços, lembrando o corpo do Cordeiro, partido e distribuído aos componentes da unidade inicial da Igreja, os apóstolos, significando a morte vicária de Cristo em favor de seus eleitos. A célula familiar dentro da qual se celebrava a Páscoa transferiu-se para a família de Cristo por cujos membros o Filho de Deus foi sacrificado, tornando-se a Cabeça do organismo eclesial. O vinho, entregue a todos os que realmente integram a irmandade cristã, simboliza os vínculos consanguíneos, espiritualmente falando, de todos os filhos de Deus em Cristo Jesus. Quem é assinalado pelo signo gracioso do sangue de Cristo, livra-se do anjo da morte.

O Espírito Santo e os velhos símbolos pactuais

O Paráclito de Deus operou eficientemente no coração e na mente do povo de Deus no Antigo Testamento para que percebesse e entendesse os mistérios subjacentes nos modelos da aliança, sinais tipológicos no velho concerto do que aconteceria no novo; isto é, a remissão pelo sacrifício de Cristo, antecipada nos protótipos pactuais. Sem a atuação eficaz e necessária do Espírito Santo tais tipos não passariam de simples figuras premonitórias, sem efeitos concretos e práticos na vida, na crença e na fé salvadora dos irmãos, que viveram antes do advento de Cristo, sob o regime da antiga dispensação.

O Pacto da graça, como nos ensina a Confissão, foi administrado no Velho Testamento, sob o imperativo da Lei, por meio de promessas, profecias, sacrifícios, circuncisão, páscoa e ordenanças, tudo prefigurando o Messias que havia de vir.

O Pacto da Graça no Novo Testamento.

VII. 6- *Sob o Evangelho, quando foi manifestado Cristo, a substância, as ordenanças pelas quais este pacto é dispensado são a pregação da palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor¹; por estas ordenanças, posto que poucas em número e administradas com maior simplicidade e menor glória externa, o pacto é*

manifestado com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual², a todas as nações, aos judeus bem como aos gentios³. É chamado o Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos da graça diferentes em substância, mas um e o mesmo sob várias dispensações⁴. Ref.:

- 1- Cl 2. 17; Mt 28. 19,20; I Co 11. 23-25.
- 2- Hb 8. 6-13; II Co 3. 9-11.
- 3- Ef 2. 15-19.
- 4- Gl 3. 17, 29.

Síntese.

A realização e a administração do pacto da graça são cristocêntricas.

O pacto da graça, que inclui a humanidade, é diferente dos pactos anteriores, celebrados com e para os judeus.

Há um só pacto da graça em dois estágios e diferentes administrações.

O cristocentrismo do pacto da graça

As figuras centralizadoras do pacto da graça sob o regime da lei foram: O *rei*, o *sacerdote* (responsável pela profecia oracular) e a *vítima sacrificada*; esta, substituta do pecador confessante. Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, tornou-se a substância do pacto e seu perfeito e único realizador. Nele, todas as prefigurações pactuais do Velho Testamento consubstanciam-se: Ele é Rei, Sumo Sacerdote, Profeta ideal, Vítima vicária. O que era símbolo ou sombra no antigo concerto, inclusive o sábado, tornou-se concreta realidade no novo: *Ninguém, pois, vos julgue por causa de comida e bebida, ou dia de festa, ou lua nova, ou sábados, porque tudo isso tem sido sombra das coisas que haviam de vir; porém o corpo é Cristo (Cl 2. 16,17). Ora, visto que a lei tem sombra dos bens vindouros, não a imagem real das coisas, nunca jamais pode tornar perfeitos os ofertantes, com os mesmos sacrifícios que, ano após ano, perpetuamente eles oferecem (Hb 10 1).* O ofertante da nova dispensação, também vítima sacrificial, Jesus Cristo, em virtude de sua imacularidade, realizou, em holocausto, o perfeitíssimo sacrifício expiatório e, por isso mesmo, irrepetível, eficaz e eterno: *Quando, porém, veio Cristo como sumo sacerdote dos bens já realizados, mediante o maior e mais perfeito tabernáculo, não feito por mãos, quer dizer, não desta criação, não por meio de sangue de bodes e de bezerras, mas pelo seu próprio sangue, entrou no Santo dos Santos, uma vez por todas, tendo obtido eterna redenção (Hb 9. 11,12: leia os caps. De 7 a 10).*

Adão, Abraão, Moisés e Davi serviram de bases, instrumentos e veículos pactuais, mas todos prefiguraram o Messias prometido que, concludentemente objetivou e consumou a promessa, legando aos eleitos o pacto definitivo. O Novo Testamento (ou a nova aliança) é cristocêntrico, e contempla exclusivamente os escolhidos, condicionando-os à dupla cidadania: a terrestre e a celeste; a primeira de natureza social, e a segunda, espiritual.

O Pacto da Graça é universal

Enquanto os pactos no Velho Testamento, figurativos e representativos da pacto da graça, celebravam-se entre Javé e seu povo escolhido, os judeus, o pacto neotestamentário é de caráter inteiramente universal, incluindo eleitos de todas as etnias, sem qualquer concessão de privilégios aos hebreus. O Cordeiro sacrificial foi “entregue à morte” por judeus e gentios, sendo, portanto, sacrificado por eles. Da cruz erguida no Calvário o Cordeiro vicário estendeu o seu perdão a todos que se encontravam diante dele como participantes diretos ou indiretos de seu martírio (Lc 23.

34). Os pactos anteriores previam a salvação dos judeus, os únicos considerados eleitos, privilegiados por Deus. Agora, sob o regime do Novo Testamento, escolhidos não são os que nascem judeus, mas os que crêm em Jesus pelo carisma da fé salvadora: *Veio para o que era seu, e os seus não o receberam. Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, a saber, aos que crêm no seu nome (Jo 1. 11, 12 cf Ap 7.9)*. O exclusivismo judaico não existe mais. O corpo de Cristo, a “comunhão internacional dos santos” congrega os eleitos de todas as nações, raças e etnias. Em virtude da ecumenicidade da graça é que fazemos parte da Igreja do Filho de Deus, e estamos sob o seu reinado direto, que começa aqui e se entende na eternidade.

Há um só pacto da graça

O contraste que alguns fazem entre lei e graça, opondo um ao outro, não é correto. Além de estabelecer uma injusta diferença entre o *Deus da lei*, extremamente rigoroso, inteiramente despido de amor e indisposto ao perdão, aplicador implacável das penalidades legais, e o *Deus da graça*, excessivamente tolerante, capaz de perdoar infinitamente, sem levar em conta a “justiça divina”, em si mesma implacável, ainda gera a heresia do menosprezo, abandono ou mesmo eliminação, na teoria e na prática, da literatura legal Revelada do Velho Testamento, como se Deus tivesse mudado de opinião e revisado seu plano redentor. A mutabilidade de Deus é incompatível com sua soberania. A quebra da unidade vétero e neotestamentária tem levado muitos a optarem pelos textos proféticos, salteriais e devocionais em detrimento dos que tratam das ordenanças. Um reformado convicto não dicotomiza a revelação, valorizando o Novo Testamento e desconsiderando o Velho ou relegando-o à segunda plana.

O decálogo é uma dádiva da graça, pois concedido por Deus sem intervenção de seu povo e dado aos que chamou do Egito, libertou e congregou em uma nação santa. A lei não foi concebida como meio de salvação, mas como instrumento de controle e governo dos salvos. É justo afirmar, pois, como faz a Confissão, que a graça, nos tempos de Moisés e pós-mosaicos, até o advento de Cristo, foi administrada pela lei e pelos demais símbolos pactuais.

O pacto da graça é um só, mas com administrações diferentes: as do Velho Testamento e as do Novo. Ele é administrado na dispensação neotestamentária pelos “meios de graça”: Batismo, Santa Ceia, oração, leitura e pregação da Palavra de Deus. O pacto da graça origina-se em Cristo Jesus, nele se firma, por ele se realiza.

FONTES AUXILIARES

- 1- Cristo dos Pactos, O. Palmer Robertson, Luz para o Caminho, Capinas, SP, 1ª Edição, 1997.
- 2- Teologia Sistemática, Louis Berkhof, Luz para o Caminho, Campinas, SP, 4ª Edição, 1996, capítulo sobre os temas: Aliança da Graça, Aliança da Redenção, Aliança das Obras e Alianças (da pág. 264 a 301; 211 a 217).
- 3- Segundo as Escrituras – Estrutura Fundamental do Novo Testamento, C. H. Dodd, Edições Paulinas, 1ª Edição, SP, 1979.
- 4- Theological Dictionary of the New Testament, Kittel, *Diathêke*, artigo de Bertram Behm, Edição de 1980, vol. II, da pág. 106 a 134.
- 5- Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, Edições Vida Nova, 1ª Edição, 1981, artigo sobre Aliança de O. Becker, no vol. 1º, da pág. 138 a 148.
- 6- *Sola Gratia*, a controvérsia sobre livre arbítrio na história, R. C. Sproul, Editora Cultura Cristã, SP, 1ª Edição, 2001.

DE CRISTO, O MEDIADOR

Capítulo VIII.

VIII. 1- *Aprove a Deus, em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem¹, o Profeta², Sacerdote³ e Rei⁴, o Cabeça e Salvador de sua Igreja⁵, o Herdeiro de todas as coisas⁶ e o Juiz do mundo⁷; e deu-lhe desde toda a eternidade um povo para ser sua semente⁸ e para, no tempo devido, ser por remido, chamado, justificado, santificado e glorificado⁹.Ref.:*

- 1- Is 42. 1; I Pe 1. 19,20; I Tm 3.5; Jo 3.16.
- 2- Dt 18.15; At 3. 20-22.
- 3- Hb 5. 5,6.
- 4- Is 9.6,7; Sl 2.6.
- 5- Lc 1. 33; Ef 5. 23.
- 6- Hb 1.2.
- 7- At 17.31; II Co 5.10.
- 8- Jo 17. 6; Ef 1.4; Jo 6. 37,39; Is 53. 10.
- 9- I Tm 2. 5,6; I Co 1. 30; Rm 8. 30; Mc 10. 45.

Síntese.

Cristo, sendo o Eleito dos eleitos, foi eternamente ordenado para ser o que é e fazer o que fez.

O povo de Cristo foi por Deus dado a ele desde a eternidade.

Cada remido preordenado é, por Jesus Cristo, chamado no devido tempo.

Cristo, o Eterno Salvador

Conforme os eternos propósitos de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, antes que o universo existisse, já estava eternamente ordenado como Salvador dos eleitos do Pai, que também com toda a humanidade cairiam, mas seriam restaurados por Cristo e reconciliados com Deus. Desta maneira, quando o pecado entrou no mundo por decreto permissivo do Criador, todos os escolhidos, presentes e futuros, embora degenerados em Adão, já contavam com o Redentor para redimi-los e um Mediador para reconciliá-los com o Pai ofendido pelo desrespeito de sua obra prima, embora permissivamente. Alguns premilenistas sustentam a tese do “fracasso” de Cristo, ao deixar-se, por fraqueza, ser crucificado pelos judeus, sendo ele o Messias, o Rei, revestido de poder e investido de autoridade para instaurar na terra o reino messiânico, fato que daria cumprimento à profecia de Daniel da *septuagésima semana de anos*. A “derrota” do Messias na “primeira vinda”, levou Deus a reavaliar a situação, criando a Igreja, comunidade emergente, transitória e não prevista, para não desprestigiar o seu Filho em sua primeira “tentativa”. A realização do vaticínio daniélico sobre fim dos tempos, quando se efetivasse o previsto para a 70ª semana, ficou prorrogado. O “Enviado” retornará com “absoluta” autoridade, “vencendo e para vencer”, pois Deus não quer submeter-se novamente à decepção do *insucesso*. Os premilenistas, não todos, é bom que se repita, entendem que o “sacrifício de Cristo” foi, na verdade, uma “derrota de Deus”, embora temporária, e que a Igreja, não prevista nas profecias, foi uma solução emergencial. O que a doutrina confessional (C.F.W.) nos ensina é que a encarnação e o holocausto do Filho de Deus estavam preordenados desde a eternidade, faziam parte do plano redentor, e teriam que, obrigatoriamente, acontecer. Deus é infalível em seu ser e imutável em seus propósitos. Foi exatamente pela morte que o Cordeiro de Deus nos deu vida e se tornou, conforme o previsto nos decretos eternos, o Mediador. Sem o

sacrifício expiatório, com a conseqüente entrada no quartel da morte (o Sheol), a ressurreição e a exaltação à direita do Pai, Cristo não assumiria o comando dos seres superiores, da humanidade, do céu, da terra e do Hades (Mt 28. 18). Ele é o Rei supremo sobre todas as forças, potestades e autoridades, além de ser o Cabeça da Igreja e o único Mediador entre o Pai e os homens regenerados. Cristo, pois, não é nosso Salvador porque Deus teve de solucionar problemas de erros providenciais ou falhas regenciais na execução dos planos divinos, tanto na queda do primeiro casal (O Criador esperava que o homem não caísse?) como na “morte não prevista” (?) de seu Filho. Será que o homem Adão, no princípio da criação natural, e o “Homem Jesus”, na emergência da nova humanidade, levaram o divino Criador à derrota, tendo de começar tudo de novo? Não, definitivamente, não. Necessário se torna repetir: Deus, o imutável, planejou, decretou, executa e administra todas as coisas, todos os fatos, todos os eventos históricos, todos os seres com absoluta precisão e exatidão. Para o Criador não existe acaso, circunstância ou emergência. Um Deus soberano não pode fracassar, e não fracassou.

O Povo preordenado de Cristo

Desde o início da humanidade Cristo tem o seu povo, composto de todos aqueles que Deus planejou e elegeu para serem dados ao seu Filho, sendo por ele salvos mediante sua morte expiatória. Nenhum ser humano se torna servo de Cristo por opção pessoal livre ou circunstancial, mas por eterna eleição e vocação no tempo oportuno, mas da oportunidade de Deus, não do homem:

Porquanto aos que antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou (Rm 8.29,30).

As circunstâncias, os acidentes, os incidentes e as emergências, coisas próprias da circunstancialidade humana, não interferem nos propósitos de Deus, na decretação de todas as coisas, na execução dos seus planos e, especialmente, na eleição e salvação de seus eleitos em Cristo Jesus. Antes que eu existisse como ser material, já existia, preordenadamente, nos eternos planos propositais do Criador. O que sou é o que Deus preconizou que eu fosse.

O eleito é chamado no tempo de Deus

“Aos que predestinou, a esses também chamou”. Nenhum predestinado à salvação em Cristo Jesus se perde. Deus preordena; preconiza o tempo, o espaço e a etnia de introdução do preordenado na humanidade. Estabelece o *quando*, o *modo* e os *meios* do chamamento. O eleito, portanto, será invariavelmente convocado à aceitação de Cristo, o seu preordenado Salvador. Os instrumentos humanos missiológicos, qualificados, condicionados e determinados para serem mensageiros, são apenas meios secundários, utilizados por Deus, pois *quem elege, chama, justifica, regenera, salva e inclui no corpo dos redimidos* é o próprio Deus pelo poder de sua Palavra e pelo ministério do Espírito Santo. Se a Palavra e o Espírito não atuarem eficazmente, nada poderá fazer, de fato, o *agente missionário*, comissionado pela Igreja. Os que ingressarem na instituição eclesial por persuasão de comunicadores, que se valem de técnicas modernas de comunicação, aproveitando elementos psicologicamente naturais como sentimento, emoção, paixão intensa e frustração, ou utilizando-se de carências afetivas, sociais e financeiras, esses, geralmente, são “convertidos” aos pressupostos do pregador, não “constrangidos” pelo *chamado irresistível* a se tornarem servos de Cristo.

Deus não depende de nós nem para eleger os seus, nem para chamá-los ao redil de seu Filho. Todos os eternamente escolhidos foram, são e serão chamados, segundo os eternos propósitos de Deus. *A Igreja não conquista nem escolhe ovelhas para Cristo; o Pai é que as entrega exatamente àquele preordenado a ser-lhes o Supremo Pastor.* O homem, por mais poderoso que seja, não determina quem deve ou não pertencer a Deus; não tem autoridade para “aumentar” ou “diminuir” o número dos eleitos. Os apelos à decisão por Cristo podem influenciar alguns e levar outros a se filiarem à Igreja do apelante, mas jamais produzirá a *conversão real*⁴⁴, esta é obra do Espírito Santo, e somente atinge os eleitos. Deus não deixa que seus escolhidos se percam; eles serão chamados ou por vias ordinárias (a pregação da Palavra de Deus através de verbalização e testemunho) ou pelos meios excepcionais que o Salvador eternamente preordenou.

A dupla natureza do Filho de Deus.

⁴⁴ - A tese de que a regeneração não resulta de decisão pessoal, que se origina de autodeterminação quer provenha de influências externas por meio de apelo, aconselhamento, pregação ou teologia, está sinteticamente exposta no livresco de James E. Adams, publicado pela Editora Fiel, Atibaia, SP., intitulado: Regeneração por Decisão.

VIII. 2- *O Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre si a natureza humana¹ com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado², sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria e da substância dela³. As duas naturezas, inteiras, perfeitas e distintas – a divindade e a humanidade – foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão, composição ou confusão⁴; essa pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém, um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem⁵. Ref.:*

- 1- Jo 1. 1,14; I Jo 5.20; Fp 2.6; Gl 4.4.
- 2- Hb 2.17; Hb 4.15.
- 3- Lc 1. 26,27,31,35; Mt 16.16.
- 4- Cl 2.9; Rm 9.5.
- 5- Rm 1. 3-4; I Tm 2.5.

Síntese.

O Filho de Deus tomou sobre si a natureza humana: ato de sua livre e consciente escolha.

A natureza humana do Filho de Deus veio de Maria; a *natureza divina* eternamente lhe pertence, e não sofreu alteração no Verbo encarnado.

Ele foi gerado, humanamente falando, pelo “poder” do Espírito Santo, não por conúbio geracional direto, como se o Espírito fosse “pai de Jesus”.

As duas naturezas não existem paralelamente, mas unitariamente em Cristo Jesus. A ressurreição mostrou a biunidade de naturezas do divino Redentor.

A natureza humana de Cristo

O romanismo, ao afirmar que Maria é mãe de Deus, coloca a criatura como geradora do Criador, que passa a ser dependente daquela que, segundo o desiderato da criação, é apenas “imagem” e “semelhança” de seu Criador (Gn 1. 26). O constrangimento causado aos reformados pelo dogma da maternidade mariana do

Verbo divino e o apelo popular do marianismo têm feito o catolicismo defender, cada vez com mais intensidade, a divindade

da genitora de Jesus, propondo a sua inclusão no corpo unitário de Deus, que passaria a ser: *Pai, Mãe, Filho e Espírito Santo*⁴⁵. A

Segunda Pessoa da Trindade, sendo o eterno Filho de Deus, incriado, não pode “proceder”, quanto à essência da divindade, de um óvulo (oosfera) de mulher. Ele é o Criador de Maria, não sua criatura : *Todas as coisas foram feitas por intermédio dele e, sem ele, nada do que foi feito se fez (Jo 1.3)*. A natureza humana ele

a tomou por livre iniciativa, sendo Maria eleita dentre tantas mulheres, igualmente dignas, para servir de instrumento passivo na mão da Trindade, efetivando-se, pelo mistério da encarnação, a inclusão da divindade no universo humano. Maria não “decidiu” ser mãe do Messias, porque não lhe cabia, como ser humano limitado, ser onisciente ou onipotente. A compreensão reformada

da encarnação do Filho de Deus está explícita no texto confessional: *O Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre si a natureza humana*. Ressaltemos bem: Foi a Segunda Pessoa trinitária que *tomou sobre si a natureza humana* por exclusiva decisão e ação próprias, não por “doação de Maria”, a humilde e humaníssima serva de Deus. Foi o Trino Deus que operou o milagre da encarnação, usando um veículo humano, que teria de ser uma mulher, único meio de reprodução da humanidade; e a incondicionada escolha divina recaiu sobre Maria, que poderia ter sido sobre qualquer outra. Deus não gera deus; mulher alguma pode conceber um ser divino.

A natureza humana procedeu de Maria

Não se pode dizer, em face da indivisa pessoa do Filho de Deus, que Maria é mãe do *Jesus humano, não do Jesus divino*. O que se deve declarar é que *de Maria a Segunda Pessoa da Trindade, por livre iniciativa, retirou a natureza humana*. Maria instrumentalizou, por ordenação de Deus, a encarnação do Verbo, que antes dela e apesar dela, existia: *No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus (Jo 1.1,2)*. Foi Deus, portanto, quem assumiu a humanidade, retirando-a de uma mulher, amostra e modelo de todas as mulheres, tão humana quanto todas as demais. Aliás, se ela não fosse autenticamente humana, dela Deus não retiraria a humanidade do Filho, e este não seria verdadeiramente homem. As duas naturezas, embora distintas, fundem-se na pessoa de Cristo inseparavelmente, de modo que todos os seus atos foram, ao mesmo tempo e na

⁴⁵ - Consultar a revista Galileu de dezembro de 2003, nº 149: Reportagem: Maria, a Grande Mãe.

mesma pessoa, atos humanos, por um lado, e atos divinos, por outro. As atitudes de Jesus foram todas, sem qualquer discriminação ou distinção, as do Deus-homem.

Cristo, gerado pelo poder do Espírito Santo

A Confissão, ao declarar que Cristo, para herdar a natureza humana, foi concebido “pelo poder do Espírito Santo”, elimina a possibilidade de declarações heréticas como, por exemplo: “o Espírito Santo é pai de Jesus”; o Espírito Santo ocupou o espaço e as funções de “marido de Maria” no ato da fecundação. Aqui, “poder do Espírito Santo” é sinônimo de “poder de Deus”. Deus é trino e, portanto, as pessoas da divindade não agem separadamente, não atuam com autonomias pessoais. As individualidades trinas são distintas entre si, mas suas atuações ou ministérios não o são. Se o fossem, Deus não seria UM nem único. Deus, ao encarnar-se em Cristo Jesus, assumiu a natureza humana sem nenhum prejuízo da divina. Assim, por um milagre da intervenção do Todo Poderoso, o Verbo encarnado tornou-se “verdadeiramente homem”, continuando a ser “verdadeiramente Deus” em uma só pessoa, a de Cristo Jesus.

O Mediador perfeito.

VIII. 3- *O Senhor Jesus, em sua natureza humana unida à divina, foi santificado e, sem medida, ungido com o Espírito Santo¹, tendo em si todos os tesouros de sabedoria e ciência². Aproveu ao Pai que nele habitasse toda plenitude³, a fim de que, sendo santo, inocente, incontaminado e cheio de graça e verdade, estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador⁴. Este ofício ele não o tomou para si, mas para ele foi chamado pelo Pai⁵, que lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo e lhe ordenou que os exercesse⁶. Ref.:*

- 1- Lc 4. 18,19,21; At 10.38.
- 2- Cl 2. 3,17
- 3- Cl 1.19.
- 4- Hb 7.26; Jo 1.14.
- 5- Hb 5. 4,5.
- 6- Jo 5. 22,27; Mt 28.18.

Síntese.

Cristo foi plenamente ungido com o Espírito Santo para o messiado.

Cristo foi puro, impecável, cheio de graça.

Cristo é nosso Mediador e Fiador.

Cristo foi revestido de poder e autoridade para salvar e reinar.

Jesus Cristo e o Espírito Santo

Como a Segunda Pessoa da Trindade, a relação eterna entre o Pai e o Espírito Santo fundamenta-se na consubstancialidade, na essencialidade e igualdade totalmente interativa entre as pessoas da divindade trina, sem qualquer grau de superioridade entre elas. Na verdade, são “um” os sentimentos, os desejos, os objetivos e o amor dos componentes da unidade trinitária. A Trindade age na e pela ação de cada representante da ordem trina, pois não há contradição nem conflito de interesses, objetivos e propósitos entre as pessoas da divindade una. A unicidade de Deus reside exatamente na real e perfeita consensualidade.

Quanto ao mistério da encarnação do Deus- homem: o Pai enviou o Filho; o Filho e o Pai enviaram o Espírito Santo. Tal primado confessional, sustentado pelas Escrituras, dando-nos a impressão irreal de hierarquia, o que realmente não existe, pois

se trata de uma divindade una, não de deuses individualizados, separados e hierarquizados, com subordinação do Filho ao Pai e do Espírito Santo ao Filho. A Trindade é una em consensualidade e consubstancialidade. Também deve-se evitar a idéia de que a encarnação, a vida e o messianismo do Filho dependeram do Espírito por intermédio da concepção e da unção. Todas as manifestações de Cristo provieram da unidade trinitária, isto é, do Deus único. O Espírito Santo “ungiu” o Filho para o ministério messiânico, sem exercer sobre ele autoridade e controle de quaisquer naturezas. Por outro lado, para que a nova criatura, recriada em Cristo, se tornasse o templo do Espírito Santo, tendo, desta maneira, o concurso da divindade em si mesmo, era necessário que o mesmo Espírito habitasse o protótipo, ancestral, o Segundo Adão, nosso Senhor Jesus Cristo, de quem todos os regenerados derivam. Hoje, verdadeiramente *homem* para o Criador, é o cristão nascido de novo, feito em e por Cristo Jesus imagem e semelhança de Deus. Assim como o Espírito está em Cristo, também habita em nós, que estamos nele. Somos templos do Espírito por instrumentalidade de Cristo. O caminho da revelação é: Pai >Filho >Espírito Santo > homem redimido. O caminho da salvação é: Homem eleito >Espírito Santo > Filho de Deus >Pai eterno. O Espírito leva ao Filho; o Filho leva ao Pai.

Cristo, imaculado e cheio de graça

A natureza humana qualifica o Filho de Deus como integrante perfeito de nossa humanidade, identificado conosco de modo completo e participante tanto de nossas virtudes como de nossas fraquezas, de nossas suficiências e deficiências, de nossos dons e capacidades, de nossas provisões vitais e nossas carências. Porém, esteve e está acima de nós porque não compartilhou conosco de nossos pecados. Cristo não pecou. Superior a nós em decorrência da plenitude da divindade porque, na qualidade de Segunda Pessoa da Trindade, mantida na encarnação, superava-nos em graça, poder, amor e glória. Além do mais, permanece como o eterno Filho de Deus no plano transcendente e o mais glorificado “Filho do Homem”, isto é, representante da humanidade junto ao trono do Augusto Rei, tendo ele mesmo a coroa da realeza eterna, dotado, como ser divino, de toda ciência, sabedoria, potência e autoridade. Ninguém melhor do que ele para restaurar os eleitos do Pai e salvá-los eternamente, governá-los para sempre como Rei dos reis, julgá-los no tempo e na eternidade como Juiz dos juízes. A vitória de Cristo foi maior e mais profunda sobre o pecado, porque ele, para ser autenticamente humano, pode ter herdado de Maria o pecado original, isto é, a “tendência e a possibilidade de pecar”, mas não pecou. Por Maria ele se tornou descendente de Adão, nascido sob o signo da queda; o que é inegável. Se Cristo nasceu, supostamente isento do pecado original, sua humanidade, cremos, não assumiu a perfeição ou a integralidade do homem caído; a não ser que o pecado original seja uma herança estritamente masculina, isto é, de transferência exclusiva do homem. Se assim é, Maria, embora pecadora, não concebeu o Messias com a herança do pecado. Ela, no entanto, segundo o entendimento teológica da Reforma, não foi “concebida sem pecado original.” Os reformados não compartilham tal doutrina com o romanismo. Maria foi humana autêntica entre humanos congêneres. Cristo, por outro lado, não foi humano incompleto, mas se fez pecador em nosso lugar; sem, porém, cometer pecados fatuais. Cristo foi humano, assumindo todas as fraquezas humanas, menos a de pecador pessoal. Sua vida terrena foi incontaminável, impecável.

Cristo, Mediador e Fiador

Qualificado como verdadeiro homem, sem a mancha depreciadora do pecado, e como integrante da unidade trina, igual ao Pai em substância, santidade, imutabilidade e eternidade, o Cordeiro tornou-se o perfeitíssimo e insubstituível elo de ligação entre o divino e o humano, entre o homem pecador, alienado de Deus, e o Salvador. É o Deus-homem que, ao mesmo tempo, no âmago da humanidade e na essência da divindade, representa os eleitos do Pai, fala por eles e por eles intercede como o mais perfeito, suficiente e eficiente Mediador; sendo, além do mais, o nosso Fiador, Sumo Sacerdote e Advogado diante do trono celeste e perante o tribunal eterno do Supremo Juiz. O seu povo tem nele não somente a bênção da redenção, mas da preservação, do amor eterno, da mediação permanente, do perdão constante, da intercessão eficaz. Em Cristo estamos salvos e seguros.

O Mediador vicário

Para que a mediação entre Deus e os homens se efetivasse era necessário que o Mediador fosse:

- a- Verdadeiramente homem, não uma fantasia de ser humano. O homem, para ser autêntico, no entanto, não precisava, necessariamente, ser pecador por natureza e por atos, pois Adão foi absolutamente real antes de pecar. Perdeu parte de sua autenticidade, quando pecou, pois a queda causou distorções na *imago Dei*. Cristo não foi na existência terrena “imagem distorcida” do Pai, pois, embora tentado, à semelhança do primeiro homem, não desobedeceu, quebrando a lei de Deus ou desobedecendo as ordens ou determinações paternas. O genitor biológico da velha humanidade, Adão, transmitiu a morte aos pósteros pela infidelidade; o Pai da nova humanidade, Cristo Jesus, legou-nos a vida eterna pela fidelidade, mesmo diante do suplício cruento na ignominiosa cruz.
- b- Cristo precisava ser casto, incorruptível, para oferecer-se a Deus como Cordeiro vicário, portador dos pecados (original e fatuais) de seus eleitos, mas sem tê-los em si mesmo. Qualquer mancha impedir-lho-ia de ser imolado em favor dos pecadores.
- c- Cristo precisava ser verdadeiro Deus e verdadeiro homem para, na mesma pessoa, “oferecer” o seu imaculado sangue à divindade ofendida e “receber”, no mesmo holocausto, o sacrifício oferecido e expiar os pecados de seus escolhidos.
- d- Cristo precisava “assumir” nosso pecado original, a culpa de nossos primeiros pais e os nossos pecados atuais, para encravá-los na cruz e reconciliar-nos com Deus: *A saber, que Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões. (II Co 5.18a)*. Cristo não procedeu de uma árvore genealógica isenta de herança pecaminosa; seus ascendentes pertenceram, no sentido mais estrito da expressão, à raça caída. Foram pessoas, embora revestidas de ancestralidade do Messias, moralmente nada recomendáveis, como: Davi, Judá, Tamar e Raabe. Ele, porém, não trouxe na sua natureza divina a marca racial da culpa adâmica, nem cometeu pecado pessoal, mas incorporou o ônus da herança pecaminosa para, como culpado, pagar a pena do pecado pela a morte, e conceder-nos a vida eterna: *Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus (II Co 5.21)*. Cristo, portanto, não morreu como alienígena da

humanidade, mas como autêntico ser humano, sem herança de pecado, mas com a responsabilidade de expiá-lo na qualidade e condição de “avalista” do pecador eleito. Certamente a sua natureza era perfeita e completa, como completa e perfeita é a sua natureza divina. Como homem perfeito, trazia a herança da culpabilidade da raça, credenciando-se para expiá-la na cruz.

e- Cristo precisava ser revestido de todo poder e de autoridade suprema para enfrentar as potências materializadas do mal e as potestades demoníacas atuantes nas esferas espirituais, triunfando sobre todas para conceder à sua Igreja perpetuidade, proteção e direção, bem como garantir-lhe o ministério em um mundo hostil, posto no maligno. Assim, depois de triunfar sobre a morte pela ressurreição, ele pode comissionar o seu rebanho e assegurar-lhe a ação: *Toda autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo (Mt 28. 18b, 19)*. A realeza de Cristo é absolutamente soberana sobre o universo, a humanidade e a Igreja, sobre a qual exerce domínio direto e especial. Cristo não nasceu com a degeneração natural do pecado original, que lhe daria a condição negativa de “filho da ira”, mas recebeu-o por imputação, antes que por geração; sentindo, em consequência, as fraquezas humanas e teve de vencê-las obstinadamente em si mesmo para credenciar-se como o Cordeiro imaculado, que tira o pecado do mundo. Cristo, humano como qualquer de nós, herdeiro, por encarnação, da humanidade caída, não pecou, como pecamos.

Voluntariedade, humilhação e exaltação.

VIII. 4- ESTE OFÍCIO O SENHOR JESUS EMPREENDEU MUI VOLUNTARIAMENTE¹. PARA QUE PUDESSE EXERCÊ-LO, FOI FEITO SUJEITO À LEI², QUE CUMPRIU PERFEITAMENTE³; PADECEU IMEDIATAMENTE EM SUA ALMA⁴ OS MAIS CRUÉIS TORMENTOS E EM SEU CORPO OS MAIS PENOSOS SOFRIMENTOS⁵; FOI CRUCIFICADO E MORREU⁶; FOI SEPULTADO E FICOU SOB O PODER DA MORTE, MAS NÃO VIU A CORRUPÇÃO⁷; AO TERCEIRO DIA RESSUSCITOU DOS MORTOS⁸ COM O MESMO CORPO COM QUE TINHA PADECIDO⁹; COM ESSE CORPO SUBIU AO CÉU, ONDE ESTÁ SENTADO À DESTRA DO PAI¹⁰, FAZENDO INTERCESSÃO¹¹; DE LÁ VOLTARÁ NO FIM DO MUNDO PARA JULGAR OS HOMENS E OS ANJOS¹². REF.:

- 1- Sl 40. 7,8; Fp 2. 5-8.
- 2- Gl 4. 4.
- 3- Mt 3. 15; Jo 17.4.
- 4- Mt 26. 37,38; Lc 22. 44; Mt 27. 46.
- 5- Mt, caps 26 e 27.
- 6- Fp 2. 8.
- 7- At 2. 24, 27; At 13. 37.
- 8- I Co 15. 4.
- 9- Jo 20. 25,27.
- 10- Lc 24.50,51; At 1. 9; At 2. 33-36.
- 11- Rm 8. 34; Hb 7. 25.
- 12- At 10. 42; Mt 13. 40-42; Mt 16. 27; Mt 25. 31-33; II Tm 4.1.

Síntese.

Cristo não foi coagido ao sacrifício.

Cristo submeteu-se à Lei para cumpri-la em nosso lugar e por nós.

O Messias padeceu física, moral e espiritualmente.

Cristo foi morto, sepultado, mas ressuscitou e foi exaltado.

Cristo se tornou intercessor dos redimidos.
O Filho de Deus voltará no fim dos tempos.

Cristo entregou-se espontaneamente ao sacrifício

Jamais podemos esquecer o fato, bíblicamente revelado, de que o Messias é “Deus encarnado” e, nesta condição, não havia ninguém acima dele e sobre ele para constrangê-lo. Ele fez a vontade da divindade trina, isto é, satisfaz seus próprios desejos de salvar os eleitos por meio da auto-entrega ao sacrifício e à morte: *Por isso, o Pai me ama, porque eu dou a minha vida para a reassumir. Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou. Tenho autoridade para a entregar e também para reavê-la. Este mandato recebi de meu Pai (Jo 10. 17,18).* Ele, portanto, não foi um deus inferior, manipulado por outro superior; foi e é o Deus todo poderoso que, por amor, assumiu nossa vida com todas as suas misérias, submetendo-se às tentações e aos padecimentos dos seres humanos alienados do Criador:

Aguardando a bendita esperança e manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus, o qual a si mesmo se deu por nós, a fim de remir-nos de toda iniquidade e purificar, para si mesmo, um povo exclusivamente seu, zeloso e de boas obras (Tt 2. 13, 14).

Também sabemos que o Filho de Deus é vindo e nos tem dado entendimento para reconhecermos o verdadeiro; e estamos no verdadeiro, em seu Filho, Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna (I Jo 5. 20).

Cristo, pois, é Deus, Senhor e doador da vida eterna. Ninguém vive eternamente salvo senão em e por Jesus Cristo.

Cristo sob a Lei

O cumprimento integral da lei representou a fidelidade do Filho do Homem no meio das adversidades: oposições dos homens, limitações da carne, persistentes tentações de Satanás. A sua submissão à Lei de Deus vale para nós, porque, à semelhança dos descendentes de Adão, somos dele geração espiritual. Como a infidelidade do primeiro Adão levou à queda a humanidade inteira, a fidelidade do segundo Adão estendeu a bênção do cumprimento da lei a todos os filhos da graça. O fato de estarmos em Cristo Jesus e, conseqüentemente, morrermos nele, cumprindo a sentença imposta aos homens em decorrência da desobediência do homem primevo, coloca-nos em situação de inimizabilidade diante do Supremo Juiz, que não é outro senão o nosso Salvador. A guarda da lei, se fosse possível, poderia isentar o homem dos efeitos condenatórios do pecado fatural, mas não podia “limpar” ou “extirpar” o pecado original. Assim, foi necessário que Cristo guardasse integralmente a lei e ainda morresse por nós vicariamente. Desta maneira, o Filho de Deus, vindo ao mundo por meio de mulher, isto é, um ser humano completo, e nascido sob a Lei, obrigado à obediência como qualquer pecador, realizou a redenção de seus escolhidos e os reconciliou com Deus. A guarda da Lei tornou Cristo imaculado perante o Pai; a sua morte expiatória o fez cumprir a sentença que pesava sobre todos os seres humanos. O ancestral da nova humanidade, Jesus Cristo, recomeçou tudo com base na obediência irrestrita e na fidelidade. Cristo recriou um novo ser humano vinculado a ele e sob sua responsabilidade diante do Pai celeste. Ele responde por suas “crianças”, todas indefesas em seus braços, mas seguramente protegidas, doutrinadas e extremamente amadas.

Cristo padeceu no corpo e no espírito

Os padecimentos do Filho de Deus não foram apenas físicos, mas também emocionais, sentimentais e espirituais. A incredulidade de seu povo, a fuga de seus discípulos, a incompreensão de sua família, a ingratidão daqueles aos quais amou e serviu, a solidão no Gólgota, o escárnio e a zombaria de sua gente, o abandono do próprio Pai nos momentos finais da existência terrena, a sua entrega ao domínio e aos poderes da morte; tudo isso doeu mais, e muito mais, que todos as bofetadas, os açoites, a perfuração dos cravos nas santas mãos e nos missionários pés, os ferimentos dos espinhos em sua sacratíssima frente. A consciência plena de tudo o que acontecia e a visão perfeita da realidade e da gravidade do pecado intensificaram-lhe a dor, acentuaram-lhe as angústias.

Derrotado e triunfante

A morte, depois de padecimentos terríveis, tirou-lhe a vida física. Experimentou o isolamento da sepultura, a alienação do “sheol”. Ao terceiro dia, porém, ressurgiu de entre os mortos, gloriosamente triunfante sobre a morte; subiu ao Céu; assentou-se à destra do Pai; recebeu todo poder; tornou-se Mediador entre Deus e seus eleitos redimidos, regenerados e justificados. O salvo está em Cristo e a ele pertence, tendo, conseqüentemente, herança no seu reino eterno. Paulo, falando aos filipenses, assim descreve a humilhação e a exaltação do Filho de Deus:

Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz (Fp 2. 5-8).

O próprio esvaziamento foi uma humilhação consentida, resultando em alienação e sofrimento.

Cristo, Intercessor dos redimidos

Depois de assumir a vida humana, passar pelas mesmas estradas dos pecadores, sentir no corpo e no espírito os paroxismos agônicos crudelíssimos dos moribundos reprovados por Deus, nosso Salvador subiu para o Céu, tornando-se Sumo Sacerdote para interceder por nós continuamente:

Quem os condenará? É Cristo Jesus quem morreu, ou, antes, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós (Rm 8. 34).

Por isso também pode salvar totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles (Hb 7. 25).

Cristo voltará

O Salvador, que esteve entre nós fisicamente, e permanece conosco espiritualmente, prometeu voltar, separar o trigo do joio, as ovelhas dos bodes, e constituir um reino eterno em um novo céu e uma nova terra, que não sabemos exatamente como serão, mas temos a certeza que estarão livres dos demônios, do pecado e da morte e, por isso mesmo, sob o signo da paz, da harmonia, da fraternidade e do amor agápico.

A redenção eterna em Cristo.

VIII. 5- *O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que, pelo Espírito Santo, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfaz plenamente à justiça de seu Pai¹, e para todos aqueles que o Pai lhe deu, adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus².*

Ref.:

1- Rm 5.19; Hb 9.14; Rm 3. 25,16; Hb 10.14; Ef 5.2.

2- Ef 1.1i,14; Jo 17.2; Hb 9. 12.15.

Síntese.

Cristo satisfaz a justiça divina.

Cristo assumiu o rebanho dos eleitos.

Cristo satisfaz a justiça divina

Deus advertiu o homem sobre a sentença de morte pela quebra do pacto. Este, mesmo avisado, desrespeitou o mandamento expresso do Criador, assumindo o ônus da morte tanto do físico como do espírito. Para poupar os seus eleitos, o Supremo Rei instituiu o sacrifício substitutivo: um animal pagava com a vida, com o derramamento do seu sangue, a vida do ofertante humano; morria substitutivamente, evitando que a pena capital recaísse sobre o pecador, que entregava à morte, não a si mesmo, mas uma vida substituta sem mácula. Este ritual, pragmaticamente horrível, simbolizava o que o Cordeiro de Deus faria pelos pecadores preordenados à redenção no Calvário: morrendo em lugar deles e por eles. Desta maneira, a justiça de Deus foi satisfeita na pessoa da própria divindade encarnada e submetida ao sacrifício vicário. A cruz foi o propiciatório no qual os nossos pecados foram expiados em Cristo Jesus uma vez por todas:

Porque, com uma única oferta aperfeiçoou para sempre quantos estão sendo santificados (Hb 10.14).

Cristo assumiu o rebanho dos eleitos de Deus

Morrendo por nós, Cristo nos adquiriu para ele; somos dele e estamos nele para estarmos onde ele está (Jo 14.3). Éramos, por predestinação, propriedades do Pai que, segundo os planos eternos, seríamos salvos na pessoa do grande Eleito, nosso Senhor Jesus Cristo:

Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo. Eram teus, tu mos confiaste, e eles têm guardado a tua palavra (Jo 17. 6).

É por eles que eu rogo; não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus (Jo 17.9).

Cristo, portanto, o Bom Pastor, responde pelo rebanho de ovelhas recebidas do Pai. Nele elas estão salvas, unidas e protegidas. Fora de Cristo, isto é, do lado externo de seu aprisco, não há salvos nem salvação. As ovelhas eternamente escolhidas e entregues ao pastoreio de Cristo estavam dispersas no meio de todas as povos, judeus e gentios, sendo por ele recolhidas em sua Igreja universal para que se tornassem um só rebanho sob um só Pastor, o Filho de Deus, que morreu por nós (Jo 10. 16). Não se deve buscar salvação ou mediação redentora em nenhum outro, pois Cristo é o único e absolutamente suficiente por ser verdadeiramente Deus, incluso na unidade trinitária.

Cristo, o Salvador de todos os eleitos em todos os tempos.

VIII. 6- *Ainda que a obra da redenção não foi realmente cumprida por Cristo senão depois da sua ressurreição; contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela, em todas as épocas sucessivamente desde o princípio do mundo, foram comunicados aos eleitos naquelas promessas, tipos e sacrifícios, pelos quais ele foi revelado e significado como a semente da mulher, que devia esmagar a cabeça da serpente, como o cordeiro morto desde o princípio do mundo, sendo o mesmo ontem, hoje e para sempre. Ref.:*

1- **Gn 3. 15; Ap 13. 8.**

Síntese.

A redenção centraliza-se em Cristo.

Cristo estava presente em todos os pactos e símbolos messiânicos.

A redenção centralizada em Cristo

Todos os preordenados à salvação o foram em Jesus Cristo desde os tempos eternos. Os que se salvaram antes de sua encarnação e de seu sacrifício expiatório no tempo predeterminado, salvaram-se por sua intermediação vicária, válida para todos os eleitos, não importando a época em que viveram. O Deus eterno, encarnado em Cristo Jesus, não realizaria uma expiação limitada de seus eleitos, deixando agraciados pela eleição sem a bênção da redenção. A obra da salvação centralizada em Cristo, na verdade, teve início antes da criação, já presente nos eternos decretos eletivos do Criador. O Rei dos reis, ao escolher alguns e prescrever-lhes a salvação, preordenou que esta seria exclusiva, privativa e especificamente no Verbo, que haveria de encarnar-se. O ato visível da expiação aconteceu no tempo, mas seus efeitos redentores existem eficazmente desde a criação do homem. Ninguém foi, é ou será salvo senão por Jesus Cristo, o eternamente divino. A eternidade do Cordeiro não pode ser negada, se afirmada a sua real divindade. A infinita existência do Messias e os eternos efeitos de sua obra redentora, levou o Livro das Revelações a registrar:

Adorá-lo-ão todos os que habitam sobre a terra, aqueles cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida do **Cordeiro, que foi morto desde a fundação do mundo** (Ap 13. 8). *O Cristo que apareceu na história existiu antes dela, e já na condição de Filho e com a missão de salvar os escolhidos do Pai pela encarnação e morte expiatória. Os sofrimentos de Cristo antecedem a existência da humanidade.*

O Cristo de todos os eventos

A Segunda Pessoa da Trindade não somente foi protagonista da criação, é também o Mentor dos pactos, o Fiador da redenção, o Consumador de nossa fé: Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele e, sem ele, nada do que foi feito se fez (Jo 1.2,3).

Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação; pois nele foram criadas todas as coisas nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele. Ele é antes de todas as coisas. Nele tudo subsiste. Ele é a cabeça do corpo, da Igreja. Ele é o princípio, o primogênito de entre os mortos, para em todas as coisas ter a primazia, porque aprovou a Deus que, nele, residisse toda plenitude (Cl 1. 15- 19).

O Pai nos escolheu no Filho antes da fundação do mundo, e nos salvou no tempo preordenado de nossa existência. O Escolhido nasce eleito para ser salvo

em Cristo Jesus, e o será, certamente. Ouçamos o que nos ensina, a respeito, o Apóstolo Paulo:

Assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1. 3- 5).

A cristocentricidade da redenção é explicitamente manifestada e ressaltada nas Escrituras pela voz dos profetas e pelos agentes e símbolos litúrgicos: Sumo Sacerdote e animal imaculado substituto.

As naturezas de Cristo.

VIII. 7- Cristo, na obra da mediação, age de conformidade com as suas duas naturezas, fazendo cada natureza o que lhe é próprio¹; contudo, em razão da unidade da pessoa, o que é próprio de uma natureza é às vezes, na Escritura, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza². Ref.:

1- I Pe 3. 18; Hb 9. 14; Jo 10. 17-18.

2- At 20.28; Jo 3.13; I Jo 3. 16.

Síntese.

Cristo é a única pessoa com duas naturezas: Deus-homem.

Todas as atividades terrenas de Cristo foram realizadas pelo Deus – homem.

Cristo, Deus-homem

Não podemos dicotomizar a vida, os feitos e os comportamentos humanos do Filho de Deus, separando-os e atribuindo cada um deles à uma ou à outra natureza. Por exemplo, quando Cristo sentiu fome, teve sede, chorou, entristeceu-se, angustiou-se, sofreu abandono; teria, porventura, aflorado nele a natureza humana? Quando se transfigurou, acalmou o mar, expeliu demônios e ressuscitou Lázaro, então a divindade teria sido nele manifestada? Na verdade, para que a encarnação fosse completa, perfeita e real, a sua natureza humana não poderia ser divinizada, nem a divina, humanizada; isso descaracterizaria o ser humano, tirá-lo-ia de sua realidade e, conseqüentemente, não poderia ser nosso representante autêntico. Na verdade, nele a divindade assumiu integralmente a humanidade, para que fosse homem perfeito. Na pessoa una de Cristo, o divino e o humano integraram-se indissolúvelmente, de tal maneira que tudo o que foi e fez como ser humano, fê-lo também como divino. As fraquezas humanas de Cristo foram experienciadas pela Pessoa do Redentor que se encarnou. Assim, podemos dizer que Deus em Cristo sofreu, teve emoções, necessitou de provimentos biofísicos, sentiu-se solitário e morreu abandonado numa cruz. A dupla natureza de Cristo não fez dele um ser de dupla vontade, duplos desejos e duplos papéis, mas a verdadeira imagem e semelhança de Deus, um homem reconciliado com o Criador, conectado com o transcendente, espiritualizado. Com a encarnação, o homem não se fez Deus, mas Deus se fez homem. Eis porque afirmamos fidedignamente: Deus em Cristo Jesus morreu por nós, e com morte humilhante de cruz. A veraz condição humana do Filho de Deus a teologia denomina de estado de humilhação, apoiada no ensino paulino:

Ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz (Fp 2.6-8).

Creemos, à vista do “estado de humilhação de Deus” em Cristo Jesus, ser melhor dizer que Cristo possuiu “uma natureza de dupla dimensão”, sem se constituir num ser composto anômalo, mas no “homem ideal”, segundo os propósitos de Deus, sua imagem e semelhança. Afirmar, sem as devidas considerações explicativas, que o Filho de Deus tinha duas naturezas, pode levar-nos ao conceito de separação entre o divino e o humano, com atribuições incorretas, a um ou a outro, de atitudes, tendências, feitos, atos e situações. Por exemplo: Morte, fato puramente humano, pois os homens são mortais por natureza. Ressurreição, atribuição divina, pois somente Deus tem poder sobre a morte. Tais distinções são inconvenientes, pois desfiguram a encarnação e tornam o Messias inumano. Cristo foi Deus-homem real. Nesta condição, nasceu, viveu, padeceu, morreu e ressurgiu.

Como a graça nos atinge.

VIII. 8- Cristo, com toda a certeza e eficazmente, aplica e comunica a salvação a todos aqueles para os quais ele a adquiriu¹. Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles² e revelando-lhes na Palavra e pela Palavra os mistérios da salvação³, persuadindo-os eficazmente pelo seu Espírito a crer e a obedecer, dirigindo os corações deles pela sua Palavra e pelo seu onipotente poder e sabedoria⁴, da maneira e pelos meios mais adequados à sua admirável e inescrutável dispensação⁵. Ref.:

1- *Jo 6.37,39; Jo 10.16.*

2- *I Jo 2.1; Rm 8.34.*

3- *Jo 15. 15; Jo 17. 6; Gl 1. 11,12; Ef 1. 7-9.*

4- *Rm 8.9,14; Tt 3.4,5; Rm 15. 18,19; Jo 17.17.*

5- *Sl 110. 1; I Co 15. 25,26; Ml 4. 2,3; Cl 2.15.*

Síntese.

A salvação conquistada por Cristo é comunicada ao eleito e nele aplicada.

A sustentação do salvo reside na intercessão do Salvador.

Cristo, pelo Espírito Santo, ilumina o salvo para compreender os mistérios da salvação.

Cristo conduz a vida do salvo pela Palavra e pelo Espírito.

A redenção chega ao eleito

A morte substitutiva de Cristo é comunicada ao substituído e nele aplicada eficazmente. Todos aqueles pelos quais Cristo morreu tomam ciência e consciência do fato redentor em favor deles. Os meios ordinários de comunicação e de conscientização dos preordenados à salvação são as Escrituras Sagradas e o Mestre dos escolhidos, o Espírito Santo. A Palavra e o Espírito agem interativa e conjuntamente. O ministério fundamental do Paráclito é: Primeiro, fazer a Palavra atingir o eleito, não em seu intelecto, mas no coração. Segundo, aplicar-lhe, por meio da boa nova do Evangelho, o efeito redentor e regenerador do sacrifício vicário do Cordeiro em seu lugar e por sua causa. O impacto desta comunicação penetrante e eficaz é a conversão, a imediata “mudança de rumo”, a “volta incontínente para o Salvador”, o “novo nascimento”, a “introdução na comunhão dos santos”.

A intercessão de Cristo sustenta os salvos

A oração é a conexão estabelecida por Deus entre o salvo e o Salvador, nosso Senhor Jesus Cristo. Este, em virtude de sua divindade, faz parte da unidade trinitária, introduzindo na pessoa trina a humanidade adquirida na encarnação, mas sublimada pela impecabilidade e pela vitória sobre as potências do mal, inclusive a morte. Desta maneira, no contexto da trindade excelsa, Cristo é proprietário de todos os seus redimidos, sustenta-os pela permanente intermediação e pelas intercessões ininterruptas, impedindo assim que a ira do Pai volte-se contra eles, tendo, antes, recaído sobre o próprio Deus em sua pessoa, vindicando nele o pecado original, tanto quanto os fatuais, de cada servo. A nossa intercessão em favor de nossos conservos depende da mediação de Cristo. A intercessão de Cristo em nosso benefício é direta, pois feita pelo próprio Deus na pessoa do Filho, que esteve conosco como um de nós. O culto que a Igreja presta a Deus seria totalmente ineficaz, se não houvesse um sumo sacerdote, que fosse, ao mesmo tempo e na mesma pessoa, o Mediador de seus remidos, o intercessor de seu povo, a Igreja, junto ao trono do Deus supremo. Sem a intercessão mediadora da Segunda Pessoa da Trindade, a Igreja estaria desprotegida, entregue a si mesma e exposta ao mundo e ao tentador.

Espírito Santo, iluminador dos servos de Cristo

A Palavra de Deus torna-se, naquilo que for necessário à salvação e à santificação, inteligível ao eleito regenerado de qualquer condição cultural e de qualquer condição mental. A sabedoria espiritual, isto é, apreensão e compreensão da Palavra de Deus, é dada por revelação, independentemente do grau intelectual. E quem nos revela Cristo e sua vontade por meio das Escrituras é o Espírito Santo. Eis porque, freqüentemente, pessoas humildes, com muitíssimas limitações culturais, são espiritualmente esclarecidas, iluminadas. Pode-se entender este fenômeno de natureza imaterial, pertencente ao universo da graça reveladora, pela inolvidável oração do Filho de Deus: Por aquele tempo exclamou Jesus: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e instruídos e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, porque assim foi do teu agrado (Mt 11. 25,16). A fé salvadora, que leva o eleito à aceitação de Cristo, à compreensão de sua obra vicária e à santificação, é também um carisma do Espírito, não procedendo do intelecto e da emoção de quem quer que seja: Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie (Ef 2.8,9). A Palavra de Deus e o Espírito levam ao coração do eleito o conhecimento de Deus e instaura nele o desejo incontido de adorá-lo, servi-lo, testemunhar o seu nome, propagar o Evangelho da redenção e integrar, cada vez mais firmemente, a fraternidade dos redimidos. Todo cristão verdadeiro sabe que Cristo salva, justifica, regenera, santifica e promove à glória eterna, além de mediar entre nós e Deus e orar pelos escolhidos.

FONTES AUXILIARES

- 01-** *A Pessoa de Cristo, G. C. Berkouwer, ASTE, SP, 1ª Edição, 1964.*
- 02-** *Deus Estava em Cristo, Donald M Baillie, ASTE, SP, 1ª Edição, 1964.*

- 03- *Cristologia del Nuevo Testamento*, Oscar Cullmann, *Biblioteca de Estudos Teológicos*, Methopress, Buenos Aires, Arg. 1ª Edição, 1965.
- 04- *A Glória de Cristo*, R. C. Sproul, Editora Cultura Cristã, SP., 1ª Edição, 1997.
- 05- *A Cruz de Cristo*, John Stott, Editora Vida, SP., 4ª Edição, 1996.
- 06- *Cristologia*, Onezio Figueiredo, Casa Editora Presbiteriana, SP, 1ª Edição.
- 07- *Mediador*, J. Murray, Artigo em o Novo Dicionário da Bíblia, vol. II. Pág. 1018, Edições Vida Nova, SP, 1ª Edição, 1966.
- 08- *Herdeiros da Reforma*, J. de Senarclens, ASTE, SP, 1ª Edição, 1970, especialmente a segunda parte: *Cristologia ou o Centro da Fé*.

DO LIVRE ARBÍTRIO. CAPÍTULO IX

O Livre Arbítrio e as Contingências.

IX. 1- *Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade, que ele nem é forçado para o bem ou para o mal, nem a isso é determinado por qualquer necessidade absoluta da sua natureza. Ref.:*

- 1- Dt 30. 19; Jo 7. 17; Ap 22. 17; Tg 1. 14; Jo 5. 40.

Síntese.

A liberdade do homem e as contingências externas.
A liberdade do homem não se condiciona às necessidades internas absolutas.

O livre arbítrio ou liberdade da vontade

O livre arbítrio é uma dotação de Deus para que o homem, criado à sua imagem e semelhança, possa, dentro dos limites existenciais, naturais e sociais, expressar-se como ser humano nas seguintes áreas:

a - A livre busca ou aquisição dos meios de sobrevivência biológica; necessidade que exige esforço, trabalho, criatividade e perseverança. A escolha dos meios, as habilitações, a fixação na área escolhida e progresso profissional resultam da livre vontade do homem, a quem o Criador equipa com pendores, dons e vocação individuais. Com as divisões do trabalho na sociedade industrial e mercantil, com tarefas cada vez mais específicas e tecnologicamente mais especializadas, a *liberdade da vontade*, no campo profissional, tem sofrido muitas restrições. Este quadro tem traumatizado muitas pessoas por se sentirem “mecanizadas” e

escravizadas aos rígidos sistemas empresariais. A industrialismo e o tecnologismo desnaturalizam os seres humanos, afastam-nos dos ambientes naturais em que viveram seus antepassados, quando a liberdade da vontade, no setor de aquisição de recursos necessários à sobrevivência, era maior e mais espontânea. Hoje, somos mais escravos dos meios de produção industrial, que produtores livres. O progresso, intervenção do homem no mundo de Deus, traz benefícios com malefícios. O saldo positivo, por enquanto, tem permanecido a favor do bem estar humano, mas tudo indica que, num futuro não muito distante, a reversão acontecerá, e as conseqüências serão imprevisíveis.

b - A livre vontade na perpetuação: A escolha do cônjuge, construção do “ninho familiar”, organização da família e criação, manutenção, proteção e educação dos filhos. A formação da família é uma realização do desejo e da vontade do homem, além de ser uma necessidade para a geração e perpetuação da espécie humana. O mesmo impulso sexual pode levar à formação indissolúvel do par humano e à procriação, ou à dissolução da família, à depravação individual e à desintegração da sociedade.

A liberdade da vontade atua para o bem ou para o mal.

c - A liberdade de locomoção, o direito de ir e vir, de escolher os locais de atividades locomotoras e os espaços de visitação, de turismo, de negócios ou de pesquisas. O homem foi, no início de sua história, mais nômade que sedentário. O sedentarismo e a peregrinação são heranças do homem, que nele se harmonizam ou se conflitam.

d - A liberdade de opção e de escolha entre duas ou mais proposições, dois ou mais caminhos, dois ou múltiplos objetos, duas ou mais profissões. A vida nos desafia contínua e sistematicamente a fazermos opção por alguma coisa e decidirmos, até sobre questões insignificantes como, por exemplo, entre uma gravata e outra, uma marca e outra, um produto e outro do mercado, um sabor e outro. Tais liberdades, embora naturais, são todas contingenciadas por várias e múltiplas circunstâncias, de modo que, rigorosamente falando, não existe para o homem, em si mesmo limitado, liberdade absoluta. O querer somente é poder para os que possuem condições intrínsecas e extrínsecas de realização da vontade: quem não possui recursos econômicos

pode ter vontade de passar férias em Londres, mas não terá “poder” e “liberdade” para realização do desejo; quem não é dotado do dom da pintura, pode sonhar em ser um Portinari, mas jamais chegará a tanto. Todo homem se movimenta dentro de um universo pessoal limitado e condicionado a naturais e eventuais circunstâncias restritivas. Liberdade plena não existe para o ser humano finito e cercado de barreiras limitantes contingenciais ou circunstanciais.

Homem, impulsionado por necessidades internas

a - As carências de alimentação e habitação levaram o homem à caça e à construção de abrigo contra as intempéries naturais e as feras predadoras. Das cavernas passou-se às tendas; das tendas às casas, das casas aos edifícios. Dos instrumentos primitivos de caça e pesca passou-se às ferramentas, às máquinas, às indústrias alimentícias, às sofisticadas armas de ataque e defesa. Foram, portanto, as necessidades prementes que condicionaram a vontade e estimularam a liberdade de ação, que evoluíram em construções suntuosíssimas, mantendo os princípios originais de abrigo e segurança, e em armas bélicas moderníssimas de proteção e conquista. No campo da batalha pela aquisição de alimentos, os instrumentos primitivos de madeira e pedra cederam lugar às máquinas agrícolas e às indústrias de transformação e processamento de altíssima produtividade. Tudo isto beneficiou o homem, mas lhe restringiu, e muito, a liberdade de decisão pessoal. O coletivo predomina sobre o individual. À proporção que a tecnologia avança, a liberdade da vontade recua. Em princípio, porém, a carência movimenta a sociedade.

b - O homem é sentimental, possui variadas carências afetivas que, ou são mal realizadas ou até reprimidas na infância e mesmo na vida adulta, gerando nele frustrações acumuladas que, certamente, lhe alterarão a vontade e deturparão os desejos. É muito difícil um desejo realmente efetivado e um amor verdadeiramente correspondido. As gerações estão ficando cada vez mais reprimidas e, conseqüentemente, deprimidas. As frustrações são mais comuns que as realizações. A afetividade que deveria unir e realizar as pessoas, em decorrência da brutalização constante, transmuda-se em desafetos e conflitos relacionais, separando-as, afetando principalmente os cônjuges, os pais e os filhos.

Não se pode falar, atualmente, da existência de ilimitada “liberdade da vontade” ou de autêntico “livre arbítrio” no universo da liberdade natural, existencial. Cada animal tem seu território, isto é, seu limite de habitação e atuação; possui, por natureza, universo nutricional seletivo. Coisa semelhante acontece ao homem, em normais condições de vida. Deus concede vontade livre, mas dentro do “território de cada um e conforme as capacidades individuais”.

Adão, livre, mas propenso à queda.

IX. 2- *O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus¹, mas mudavelmente, de sorte que pudesse decair dessa liberdade e poder². Ref.:*

1- Gn 1. 26.

2- Gn 2. 16,17; Gn 3. 6; Ec 7. 29.

Síntese.

Adão tinha plena liberdade natural.

A liberdade espiritual de Adão era condicionada.

Adão: liberdade plena

Preferimos designar a situação do homem antes de pecar de “estado de impecabilidade” e não como faz a CFW, que a define como “estado de inocência” (CFW, IX. 2). Na verdade, um ser inteligente, maduro e responsável, a quem se atribuem obrigações administrativas e responsabilidades legais, não pode ser qualificado de “inocente”, no sentido de incapacidade para discernir o certo e o errado, o bem e o mal, e ter consciência e conhecimento de Deus e do meio físico. O qualificativo “inocente” não se aplica, portanto, a quem foi criado à imagem e semelhança de Deus e colocado diante da “árvore da Ciência do Bem e do Mal”, isto é, confrontado com o contraditório e desafiado a posicionar-se de um lado ou de outro. Adão saiu maduro física, mental e psicologicamente das mãos do Criador, um ser racional perfeito; não passando pelas fases anteriores de infância e adolescência.

A liberdade natural do primeiro casal não tinha restrições ou obstáculos internos e externos, que surgiram, com a queda, posteriormente. A sua vontade realizava-se, porque possuía liberdade de fazer o que desejava. Entre a vontade e a liberdade não havia barreiras restritivas ou impeditivas provenientes da ordem natural. As contingências pessoais, próprias das limitações impostas pelo pecado, e as oposições do mal não estavam presentes no ambiente do homem primevo. A sua vontade, portanto, era livre, e o seu poder de realizá-la sem obstáculos intransponíveis.

Adão, consciência mutável

O primeiro homem não havia pecado, mas possuía propensão interna para fazê-lo. Na primeira oportunidade que se lhe ofereceu, pecou, pois sua mente, embora até então dominada exclusivamente pelo bem, havia nela possibilidade de penetração e fixação do mal. A outra opção de crença, oferecida pela maligno, foi suficientemente forte para causar mudanças na frágil convicção e na fé mutável de nossos ancestrais. A vontade sólida, certamente, não mudaria com a apresentação de novas oportunidades de “sucesso e promoções pessoais”. Somente muda o que é essencialmente mutável, por falta de solidez. Adão, no que tange à liberdade da vontade para decidir seu destino espiritual, não possuía a firmeza necessária para permanecer aos pés de seu Criador e provedor de todos os bens indispensáveis à existência e à comunhão com Deus.

Livre arbítrio: direito e poder

A liberdade limita-se pelo imperativo do dever e pelo direito individual e coletivo. O Criador impôs ao homem original deveres e estabeleceu-lhe o princípio do direito: obedecer as leis de seu superior e Senhor; respeitar o patrimônio de Deus inserido na propriedade cedida ao homem por concessão; administrar aquelas coisas e seres que fossem possessão direta de Deus: os animais do campo (selvagens), as aves do céu, os peixes do mar e dos rios. A proposição contraditória externa da desobediência, procedente de Satanás, derrubou o nosso ancestral porque encontrou guarida na sua consciência, já propensa à aceitação do mal, à substituição de Deus, em seu ser, como único controlador de sua vida. Sem poder e sem condições não se pratica o que se deseja. Pode-se desejar ardentemente habitar o fundo do mar, lá vivendo confortavelmente como peixe, mas isso é impraticável, mesmo com equipamento

sofisticado de mergulho. O homem não dispõe de poderes e recursos ilimitados. Deus criou cada ser e restringiu-lhe o universo existencial, a liberdade de ação e o poder de agir. A vida de um colibri não é a mesma de um leão, nem se mantém pelo mesmo processo. Cada ser humano é uma individualidade totalmente diferenciada, capacitada e habilitada direcionalmente, conforme os propósitos do Criador.

O homem depravado, sem livre arbítrio.

IX. 3- O homem, caindo em estado de pecado, perdeu totalmente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação¹, de sorte que um homem natural, inteiramente adverso a esse bem² e morto no pecado³, é incapaz de, pelo próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso⁴. Ref.:

- 1- Rm 5.6; Rm 8. 7,8; Jo 15.5.
- 2- Rm 3. 9,12,23.
- 3- Ef 2. 1,5; Cl 2.13.
- 4- Jo 6. 44,65; I Co 2.14; Tt 3.3-5; Rm 8.8.

Síntese.

A vontade natural do homem é prejudicada pelo pecado.

O livre arbítrio de decisão espiritual foi eliminado.

A liberdade natural da vontade sob o pecado

O pecado separou o homem de seu Criador, que o dirigia, protegia e definia em sua consciência, sob o comando da Espírito, o que planejar e executar corretamente, não só do ponto de vista da moralidade da obra, mas também de sua correção funcional e adequação ao conjunto da criação, para evitar desequilíbrios de quaisquer espécies. O homem estava sob o senhorio do mais completo e perfeito Senhor: onipresente, onisciente e onipotente. Viver e trabalhar, liderado por Deus, era uma segurança indubitável. Adão caminhava firme, até resolver mudar de comandante, ouvir a voz de outro, que nenhum bem lhe fizera antes, uma criatura que não deveria merecer crédito, pois nenhum antecedente benéfico conhecia-se dele, Satanás. Adão preferiu o desconhecido, desprezando o seu Senhor e benfeitor. Mudou de pai; mudando, conseqüentemente, de natureza, corrompendo-se completamente, dando uma guinada de cento e oitenta graus, de Deus para o Diabo.

O pecado desorientou o homem, obscureceu-lhe a visão, empobreceu-lhe o entendimento, limitou-lhe a compreensão da vida, prejudicou-lhe a análise dos fatos, dos fenômenos e dos acontecimentos sociais, especialmente os relacionais. Em decorrência da alienação de Deus e da perversão da vontade, as conseqüências foram, e continuam sendo, terríveis: Separação do Pai celeste, seu protetor, orientador e sustentador; desentendimento com a esposa, carne de sua carne e osso de seus ossos; conflito entre os dois primeiros filhos, levando a inimizade interfraternal, à consumação do primeiro fratricídio; a instauração do sofrimento no mundo, começando pelas dores do parto; a conturbação da natureza, que lhe passou a ser hostil, produzindo cardos e espinhos. Esses males todos, causados pelo pecado, distorceram a *imago Dei* no homem, impossibilitando-o de ter vontade justa e perfeita e exercê-la correta e plenamente, mesmo na área existencial, nas atividades vitais de sobrevivência e nos relacionamentos e decisões sociais. Ele conserva a liberdade de ação, opção, escolha e decisão na ordem natural, mas sem a clareza devida e o discernimento lúcido, ingredientes necessários à perfeita consumação da vontade; daí, resultando erros, frustrações, decepções, sonhos não realizados, conflitos e derrotas. Em suma: o homem é incapaz de ter vontade isenta de imperfeições e, tendo-a, não efetivá-la exatamente como deseja, especialmente se a sua efetivação depender do concurso de terceiros.

O Homem caído e o livre arbítrio espiritual

O homem conserva resquício de vontade e, portanto, alguma liberdade no campo natural, mas o pouco que nele permanece reveste-se de imperfeição. A queda o incapacita à correta concepção da vontade perfeita e ao pleno exercício da liberdade. A dimensão espiritual, irrestrita e profunda antes do pecado, quando a comunhão da criatura com o Criador era estreita e íntima, foi totalmente perdida. Alienado de Deus, expulso de sua presença, atirado à própria sorte, entregue ao domínio do maligno e às influências do pecado, o homem perdeu inteiramente a capacidade de relacionar-se, por si mesmo, com Deus e, portanto, de salvar-se. Nenhum ser humano, em tempo algum, salvou-se por méritos pessoais ou esforços próprios. O pecador não se salva, é salvo pela misericórdia de Deus. Não há no pecador nada, absolutamente nada, que possa condicionar a graça salvadora de Deus em seu favor. Ele não opera a salvação nem coopera com ela, pois “está na carne”, isto é, em “estado de alienação”, morto em seus delitos e pecados, impossibilitado de qualquer ação redentora em favor de si mesmo ou de outrem. Os textos bíblicos transcritos abaixo comprovam o que afirmamos:

... O pendor da carne é inimizada contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar. Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus (Rm 8. 7,8).

Como está escrito: Não há justo, nem um sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há que faça o bem, não há nem um sequer (Rm 3.10-12).

A salvação, portanto, é uma graciosa dádiva de Deus aos seus escolhidos. Esta bênção redentora procede do amor incondicionado de Deus, não a favor dos bons, mas dos eleitos, preordenados à redenção. A incapacidade humana de prover o seu destino eterno ressalta o seguinte: a - Só penetram o reino dos céus aqueles que Deus elege, chama, regenera, justifica, e salva. b - Quando o homem toma consciência de sua inteira dependência de Deus, bane de sua mente qualquer orgulho, prepotência, auto-suficiência, pretensão de grandeza e suposta capacidade de influenciar a divindade por quaisquer meios. A suficiência soteriológica absoluta do Salvador e a insuficiência do pecador de conquistar a salvação estão nitidamente expressas nos seguintes textos:

Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecado (Ef 2.1).

Éramos, por natureza, filhos da ira, como também os demais. Mas Deus, sendo rico em misericórdia, por causa do grande amor com que nos amou, e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo – pela graça sois salvos (Ef 2. 3b-5).

Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie (Ef. 2. 8,9).

Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou não o trouxer (Jo 6. 44^a cf Jo 6.65; I Co 2.14; I 2.13; Tt 3. 3-5).]

O homem possui liberdade natural, embora limitada, de provisão e preservação; de procriação e manutenção da espécie; de opinião e execução, de expressão e locomoção; de escolha e rejeição; mas nenhuma liberdade de decisão sobre o seu destino espiritual: filiação a Deus, redenção e vida eterna. Dentro da circunscrição da existência terrena, o homem recebeu livre agência, não para fazer o que deseja, mas o que é devido, correto, justo e necessário. Mesmo a livre agência natural do homem limita-se ao dever, ao recomendável, ao indispensável e ao possível.

Salvação, obra exclusiva de Deus.

IX. 4- Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta da sua natural escravidão ao pecado e, somente pela sua graça, o habilita a querer e fazer com toda a liberdade o que é espiritualmente bom¹, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção, que ainda nele existente, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau². Ref.:

1- Cl 1.13; Jo 8. 34,36; Fp 2.13; Rm 6. 18,22.

2- Gl 5.17; Rm 7.15, 21-23; I Jo 1.8,10.

Síntese.

A conversão do pecador é obra de Deus.

Deus habilita o crente à crença, à obediência, à submissão e à fidelidade.

O crente não é mais escravo do pecado, mas continua pecador.

Deus concede ao regenerado o livre arbítrio de crer em Cristo, mediante o dom divino da fé.

Conversão, obra da graça de Deus

O pecador não se converte e não tem poder para converter outras pessoas. O estado de depravação a que nos submeteu a queda é de tal monta e de tão gigantesca gravidade, que morremos espiritualmente e, portanto, perdemos a capacidade de ação e reação. Excluídos, Deus retirou-nos a paternidade, fato que nos fez perder a natureza de *imago Dei*, que nos conferia a essencialidade espiritual. Em conseqüência, o retorno à vida eterna, que nos havia sido dada originalmente em Adão, tornou-se inviável ao ser humano por meios próprios. Morremos para Deus. Um morto não pode decidir sobre a vida que perdeu. O pecado gerou a morte: *Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram (Rm 5. 12)*. Deus, porém, exclusivamente por sua misericórdia, “ressuscita” o pecador eleito, isto é, dá-lhe nova vida pelo misterioso milagre da regeneração: *Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados (Ef 2.1)*. *Porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor (Rm 6. 23)*. Quem pensa converter-se ou converter outros, engana-se a si mesmo, tem pretensão de beneficiar-se de Deus ou “beneficiá-lo” com sua atuação missionária. Aquele que assim se comporta e dessa maneira procede, não tem consciência de sua incondicionalidade espiritual, de sua finitude e de seu estado comatoso, espiritualmente falando, diante do eterno Rei da vida. Somente a misericórdia de Deus arranca-nos e nos liberta das garras da morte. O livre arbítrio do homem, sempre precário, limita-se às atividades naturais, culturais e sociais; jamais ultrapassa as fronteiras da existência temporal, do universo sensível e fenomenal. Não cabe ao homem decidir questões de um universo, o espiritual, sobre o qual não tem domínio, por estar além de sua alçada. As coisas e os assuntos celestes pertencem a Deus.

O Deus que regenera, também habilita

Ninguém pode dizer: “Quando eu quiser, e entender oportuno, entregar-me-ei a Cristo”. O reino de Deus não é composto dos que “decidiram entrar nele”, mas dos que “Deus decidiu eleger, chamar, regenerar e dar-lhes a vida eterna”. Os salvos, segundo a mesma graça salvadora, não são aqueles que se “santificaram” e, conseqüentemente, “mereceram” a escolha do Salvador; são os que, desde a eternidade, foram predestinados para a santificação:

Assim como nos escolheu nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1. 4,5).

O mesmo Deus que nos elege, também nos regenera para o crescimento espiritual, a santificação. Somos santos porque fomos escolhidos, apartados para pertencermos a Jesus Cristo; não “merecemos” a preferência de Deus” pelo fato de, por esforços pessoais, nos transformarmos em supostos “santos”. Quem nos traça o caminho da santificação e por ele nos conduz é Deus, nosso Criador, preservador, santificador e Salvador. Regenerados, convertidos em templos do Espírito Santo (I Co 3. 16,17; I Co 6. 19; II Co 6. 16), guiados e iluminados por Cristo mediante seu Paráclito (Rm 8. 14,17), ficamos habilitados a palmilharmos, sob a direção divina, a estrada, algumas vezes tormentosa, da santificação.

O crente não se habilita racionalmente nem se “purifica” por meio de autopiedade, pois é edificado espiritualmente pelo Espírito Santo:

Quando ele vier [o Espírito], convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16. 8).

Quando vier, porém, o Espírito da verdade, ele vos guiará a toda verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e vos anunciará as coisas que hão de vir (Jo 16. 13).

Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus, são filhos de Deus (Rm 8. 14).

O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus (Rm 8.16).

No campo espiritual, onde se realiza a espiritualidade, Deus opera em nós, seus filhos submissos e templos de seu Santo Espírito, o querer e o realizar:

Porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade (Fp 2. 13).

Justo e pecador ao mesmo tempo

As Escrituras não dizem que a regeneração, a conversão e a justificação operadas em nós pela expiação dos pecados na cruz, efetivada em e por Cristo, e aplicada a nós por instrumentalidade do Espírito Santo, eliminam nossa depravação interior, transformando-nos em impecáveis, imaculados e imaculáveis. A Palavra de Deus ensina-nos que, embora salvos e adotados como filhos de Deus, continuamos sujeitos ao pecado e efetivamente pecamos em palavras, atos, obras, pensamentos e fraquezas testemunhais:

Se dissermos que não temos pecado nenhum, a nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós. Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda a injustiça. Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso, e a sua Palavra não está em nós (I Jo 1.8-10).

O salvo, mas pecador, comete pecados contra seu Redentor, mas tais ofensas entristecem-no e o aborrecem continuamente, impulsionando-o à confissão diária e conscientizando-o à necessidade permanente do consolador e mitigador perdão de Deus. A consciência de pecado leva-nos à necessidade permanente do Perdoador, à carência da mão protetora e misericordiosa de Deus, à indispensabilidade do culto individual e coletivo, quando os pecadores, congregados em comunidade, em si pecadora, prostram-se em confissão, contrição, submissão e adoração para ouvirem a Palavra de Deus e a ela se submeterem. Não há um “santo de Cristo” que, no culto comunitário, não tenha pecado contra Deus. A santificação é, sumariamente falando, a luta constante contra o pecado em nós e no meio em que vivemos; tudo com a ajuda e misericórdia de Deus.

Porque, no estado de graça, continuamos pecadores, mas Cristo intercede diuturnamente por nós:

Quem os condenará? É Cristo Jesus quem morreu ou, antes, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus e também intercede por nós (Rm 8. 34).

Por isso, também pode salvar totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles (Hb 7.25).

Cristo intercede permanentemente em favor de seus redimidos, que estão *sempre* pecando. O Espírito Santo também intercede (Rm 8. 26).

O regenerado possui, orientado pelo Espírito Santo e sob sua concessão, livre arbítrio de exercício da fé salvadora, que lhe foi outorgada graciosamente. Deus coloca na mente, na consciência e no coração do crente redimido a semente da fé redentora (*semen fidei*). O pecado continua nele, fazendo-lhe oposição, estabelecendo no seu íntimo a batalha entre o bem e o mal (Gl 5. 17; Tg 4.1: Rm 7. 17 – 24; Rm 8. 5 –11). Quem possibilita e viabiliza o livre arbítrio de opção por Cristo e crença nele não é a razão humana, mas a misericórdia de Deus pelo Espírito Santo que habita o regenerado.

Vontade livre no estado de glória

IX. 5- *É no estado de glória¹ que a vontade do homem se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem só². Ref.:*

1- I Jo 3.2; Ap 22. 3,4.

2- II Cr 6. 36; I Jo 1.8-10; I Jo 2. 1-6; Sl 17. 15.

Síntese.

A perfeição nos é dada mediante a ressurreição, bênção concedida somente ao regenerado.

Incorruptibilidade e imutabilidade do redimido ressurreto.

O pecado morre com o justo

O regenerado morre justificado de seus pecados fatuais e liberta-se do pecado original. Seu espírito, em decorrência da regeneração nele efetuada por Cristo Jesus, é recolhido por Deus, sob cuja guarda permanece até o dia da ressurreição final, quando será levantado dos domínios da morte pelas mãos do Redentor, inteiramente livre da mortalidade e da corruptibilidade, tanto física como espiritual:

Num momento, num abrir e fechar de olhos, ao ressoar da última trombeta. A trombeta soar, os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e nós seremos transformados. Porque é necessário que este corpo corruptível se revista de incorruptibilidade, e que o corpo mortal se revista de imortalidade. E, quando este corpo corruptível se revestir de incorruptibilidade, e o que é mortal se revestir de imortalidade, então, se cumprirá a palavra que está escrita: Tragada foi a morte pela vitória (I Co 15. 52-54).

Nunca mais haverá qualquer maldição. Nela [a Nova Jerusalém], estará o trono de Deus e do Cordeiro. Os servos o servirão, contemplarão a sua face, e na sua frente está o nome dele. Então, já não haverá noite, nem precisam eles de luz de candeia, nem da luz do sol, porque o Senhor Deus brilhará sobre eles, e reinarão pelos séculos dos séculos (Ap 22. 3-5 cf Ap 1.5).

Incorruptibilidade do salvo ressurreto

O justo por justificação não leva para a vida eterna nem a herança corruptora do pecado nem suas terríveis mazelas; os injustos levam: lá eles pagam o salário do pecado com a morte eterna e o sofrimento imitigável (Ap 20. 14,15 e Ap 21. 8).

No estado de glória ou de perfeição o servo recupera o seu livre arbítrio, mas exclusivamente para o bem, para o serviço imaculado e sem expectativa de recompensa ao Rei dos reis (Ap 22. 3), para o glorificação sincera, espontânea e feliz do Salvador. Não havendo mais a malignidade, nem no servo nem nos seus conservos, a integridade intrínseca e a extrínseca associam-se no bem pessoal e no comunal. A ausência do pecado, isentando os santos de qualquer perversão, permite a absoluta pureza moral e espiritual. O ressurreto glorificado jamais pecará, pois o pecado e o seu estimulador estão definitivamente excluídos do sacratíssimo ambiente celeste, o Reino do Pai e do Filho (Ap 22. 3).

Livre Arbítrio – apologia, não apologética

A preocupação da Confissão de Westminster, no caso específico do livre arbítrio, não é contrastar a doutrina reformada com a posição arminiana, mas estabelecer e sedimentar, quanto mais solidamente possível, o pensamento calvinista sobre a questão, confrontado sempre com o que revelam as Escrituras Sagradas sobre o arbítrio humano, a soberana vontade Deus e a salvação exclusivamente pela graça, mediante a fé, um dom de Deus. O pressuposto final é: doutrinação, sim; polêmica, não. Nosso povo precisa aprender para saber e comunicar, não para acumular argumentos e polemizar.

Resumindo:

- Nossos ancestrais, antes de pecarem, gozavam de livre arbítrio natural, de vontade boa, poder para realizá-la e liberdade de ação.
- No campo espiritual, Adão, embora sem pecado, trazia a propensão à desobediência, a capacidade negativa de pecar. Pecou.
- Consumada a queda, ele continuou com relativa liberdade natural, liberdade de opção e capacidade de escolha, mas limitado por contingências e circunstâncias várias.
- A queda, que resultou no completo rompimento com Deus, destruiu cabalmente o livre arbítrio do homem, incapacitando-o a qualquer bem de natureza estritamente espiritual: crença real em Deus, comunhão com o seu Criador e incapacidade de salvar-se a si mesmo.
- Ao crente regenerado em Cristo Jesus, Deus concedeu o livre arbítrio da comunhão com ele mediante a operação interna do Espírito e a iluminação para o entendimento das Escrituras; nele o Redentor realiza tanto o desejar como o realizar (Fp 2. 13).
- A ressurreição final dos regenerados desenvolver-lhes-ão a vontade sem mácula, o livre arbítrio para o bem exclusivo, o poder de realizar somente o que é justo, bom, santo e perfeito, nunca em causa própria, mas para a glória do Rei eterno.

FONTES AUXILIARES

- 01- *Sola Gratia*, A Controvérsia sobre o Libre Arbítrio na História, R. C. Sproul, Editora Cultura Cristã, SP, 1ª Edição, 1997.
- 02- *Predestinação e Livre Arbítrio*, John Feinberg; Norman Geisler; Bruce Reichenbach; Clark Pinnock, Mundo Cristão, SP, 2ª Edição, 1996.
- 03- *La Libre Gracia En Contra Del Libre Albetrio*, W. E. Best, W. E. Beste Book, Missionary Trust, Houston, Texas, USA, 1992.
- 04- *Os Cânones de Dort*, Editora Cultura Cristã, 1ª Edição, sem data.

- 05- A Soberania Banida, R. K. McGregor Wright, Editora Cultura Cristã, SP, 1ª Edição, 1998.
- 06- Eleitos de Deus, R. C. Sproul, Editora Cultura Cristã, SP, 1ª Edição, 1998.

DA VOCAÇÃO EFICAZ

Capítulo X

Deus chama eficazmente os eleitos.

X. 1- *Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente pela sua palavra e pelo seu Espírito; tirando-os por Jesus Cristo daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transportando-os para a graça e salvação¹. Isto ele o faz, iluminando os seus entendimentos espiritualmente a fim de compreenderem as coisas de Deus para a salvação², tirando-lhes os corações de pedra e dando-lhes corações de carne³, renovando as suas vontades e determinando-as pela sua onipotência para aquilo que é bom⁴ e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo⁵, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça⁶. Ref.:*

- 1- Rm 11. 7; Rm 8.30; II Ts 2. 13,14; Rm 8.2; II Tm 1. 9,10.
- 2- At 26. 18; I Co 2. 10-12.
- 3- Ez 36. 26.
- 4- Ez 11. 19,20; Ez 36. 27; Fp 4. 13; Dt 30. 6.
- 5- Jo 6. 44,45.
- 6- Jo 6.37.

SÍNTESE

Somente os predestinados são eficazmente chamados e salvos.

Os instrumentos da vocação eficaz são a Palavra de Deus e o Espírito Santo.

Os chamados são regenerados e congregados em um corpo, a Igreja.

Os eleitos são chamados em, e para Jesus Cristo, o Eleito dos eleitos.

O chamamento não é coação, mas mudança de tendência, um teotropismo, pois a graça no regenerado é, naturalmente, impulsiva e compulsiva.

Os predestinados são chamados

Todos os predestinados à salvação, e exclusivamente eles, são eficazmente chamados. Deus não deixa os seus eleitos se perderem por falta de oportunidade de crença no Salvador. Os que viveram antes do advento de Cristo, os que pertenceram ao mundo gentílico, os que não foram alcançados diretamente pela pregação do Evangelho, os que morreram na infância, os que possuíram debilidades mentais natas ou adquiridas, se predestinados por Deus em Cristo Jesus, foram salvos. Cristo não começou a salvação a partir de sua encarnação; ele é eternamente o Salvador e nele, desde toda a eternidade, os seus redimidos estavam preordenados à remissão:

Foi o poder de Deus *que nos salvou e nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras, mas conforme a sua própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus, antes dos tempos eternos, (grifo nosso), e manifestada, agora, pelo aparecimento de nosso Salvador Cristo Jesus, o qual não só destruiu a morte, como trouxe à luz a vida e a imortalidade, mediante o evangelho (II Tm 1. 9,10).*

Assim como nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo (grifo nosso), para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1.4,5).

O Filho de Deus não começou a obra da salvação no tempo de sua encarnação nem no espaço de sua militância terrena; começou-a na eternidade; ele é o eterno Salvador de seus eleitos, que já estavam preordenados nele e a ele pertenciam antes do nascimento. Nós somos temporais, mas Cristo é eterno. Conhecemos o Redentor a partir do momento em que Deus nos coloca em contato com ele no curso de nossa existência. O Filho de Deus nos conhecia, quando ainda não existíamos historicamente, mas já pertencíamos a ele, pois fomos eleitos nele e para ele. Os inseridos em Cristo por eleição, estes nascem destinados a ele. Os ligados eternamente ao Filho de Deus não ficam esquecidos, marginalizados ou perdidos. Deus não vai encontrá-los porque gritaram por socorro ou porque as circunstâncias favoreceram a ação divina, promovendo o encontro. O Redentor jamais os perdeu, porque todos estavam e estão nele por eleição desde a eternidade. O eleito não se perde porque, na verdade, nunca esteve desvinculado do centro eletivo, nosso Senhor Jesus Cristo. O mesmo Deus que eternamente elege, também providencia a vocação do eleito pelos meios ordinários ou não. Deus é soberano, poderoso e livre em suas decisões . Nada acontece à sua revelia ou sem o seu conhecimento e consentimento.

Deus chama pela Palavra e pelo Espírito

Os meios ordinários da vocação são a Palavra de Deus e o Espírito Santo. O Verbo fala pelas Escrituras Sagradas. O Espírito ilumina o eleito para recepção, compreensão e assimilação. Deus revela-se pelo Filho e faz inteligível a revelação e a aplica pelo Espírito, que infunde em nós o amor de Deus: *Ora, a esperança de Deus não confunde, porque o amor de Deus é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi outorgado (Rm 5. 5).* O Espírito Santo, que habita o crente, dirige-o espiritualmente, produzindo nele a crença em Cristo e a oração correta a Deus (Rm 8. 9-11; Rm 8. 14-17; Rm 8. 26,27). O Espírito Santo é o testemunho de Cristo e o mestre da Palavra de Deus, que o Verbo produziu: *Quando, porém, vier o Consolador, que eu vos enviarei da parte do Pai, o Espírito da verdade, que dele procede, esse dará testemunho de mim (Jo 15. 26).*

Quando vier, porém, o Espírito da verdade, ele vos guiará a toda a verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e vos anunciará as coisas que hão de vir. Ele me glorificará, porque há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar (Jo 16.13,14).

A Palavra de Deus e o Espírito sempre estiveram com os eleitos de Deus, desde o Éden até hoje. Portanto, os meios normais e ordinários da vocação eficaz jamais faltaram. Deus continua, permanente e sistematicamente, a falar aos seus eleitos, palavra que o Espírito, pela iluminação das mentes preordenadas à compreensão, aplicou a cada eleito, e continua aplicando. O Filho nunca deixou de falar em nome do Pai e por ele; o Espírito nunca deixou de inserir a sua fala divina na mente e na consciência dos escolhidos. Antes, Deus falava pelo Verbo, usando seres humanos especiais; hoje, fala diretamente pelo seu Enviado:

Havendo Deus, outrora, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o universo (Hb 1. 1,2).

Não se pode conceber a idéia de que o Deus soberano tenha preordenado uma pessoa, fazê-la vir ao mundo para depois não ter condições de chamá-la, por ela ter

ficado “fora de seu alcance”. O Criador, Salvador e Governador é onipotente, onisciente e onipresente, jamais perde cada ser humano de vista, que não tem como esconder-se dele:

Para onde me ausentarei do teu Espírito? Para onde fugirei da tua face? (Sl 139. 7 cf Sl 139. 7-12).

A mensagem externa da Palavra somente penetra a mente do escolhido pela iluminação do Espírito Santo e por seu testemunho interno:

O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus (Rm 8.26).

A obra do Espírito no interior de cada eleito regenerado, além de ser uma atuação livre e incondicionada, é uma graça divina, que não depende de qualquer operação ou cooperação do regenerado:

E aquele que sonda os corações sabe qual é a mente do Espírito, porque segundo a vontade de Deus é que ele intercede pelos santos (grifo nosso) (Rm 8.27).

O ser humano não tem controle sobre a Segunda Pessoa da Trindade, mas é controlado por ela, se predestinado à redenção, à habitação de Deus. O Espírito opera no eleito regenerado não externamente, mas internamente; e isso de tal modo, que a mente do regenerado age livremente em direção do bem prático da glorificação de Deus, do testemunho de Cristo, da expressão existencial e verbal do Evangelho. O crente regenerado morreu, em Cristo Jesus, para o mundo e o pecado e, por instrumentalidade do Espírito, ressuscitou para a vida:

Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito, que em vós habita (Rm 8. 11).

O chamado vem pela pregação; a pregação atinge o pecador por meio de um mensageiro, mas Deus não restringe a mensagem à capacidade, à oportunidade e à vontade do mensageiro, nem a limita a um espaço ou a um povo (Cf Rm 10. 13-15):

E, assim, a fé vem pela pregação, e a pregação, pela palavra de Cristo. Mas pergunto: Porventura, não ouviram? Sim, por certo: Por toda a terra se fez ouvir a sua voz, e as suas palavras, até aos confins do mundo. Pergunto mais: Porventura, não terá chegado isso ao conhecimento de Israel? Moisés já dizia: Eu vos porei em ciúmes com um povo que não é nação, com gente insensata eu vos provocarei à ira. E Isaías a mais se atreve e diz: Fui achado pelos que não me procuravam, revelei-me aos que não perguntavam por mim (grifo nosso) (Rm 10. 17-20).

A Igreja depende de Deus para existir e para servir, pois é filha e serve dele. Em nada o Salvador depende de seus salvos, pois um Soberano não necessita de suas criaturas para ser, ter e realizar-se e realizar a sua vontade.

Os chamados são congregados no Corpo de Cristo

Os eleitos regenerados vinculam-se a Cristo e agregam-se no seu Corpo místico, a Igreja, como os ramos inserem-se no tronco, formando um conjunto interativo visível e frutífero: a videira. Deus chama os seus eleitos, justifica-os, salva-os, regenera-os e os coloca na comunhão dos santos, o Corpo do Eleito dos eleitos, Jesus Cristo. O Diabo pode plantar o joio no *trigal institucional* de Cristo, mas Deus não semeia o seu trigo no *campo de joio do maligno*, isto é, Cristo não tem servos integrados no mundo e associados aos agentes e militantes de Satanás. Os réprobos podem, pela hipocrisia ou por interesses materiais, ingressarem na Igreja visível e nela serem confundidos com os eleitos, mas um redimido não pode ingressar no mundo (no sentido de mundanidade) e nele se equiparar aos mundanos. Entre a luz e as trevas não há, e nem pode haver, nenhuma comunhão (II Co 6. 14). O servo de Deus está no mundo em contradição a

ele, opondo-se às trevas que nele existem e iluminando o ambiente onde o Salvador o inseriu (Mt 5. 14-16). Na Igreja visível há joio; fora dela não há trigo. Na Igreja invisível, de que a melhor imagem é a “Videira Verdadeira”, não há irregenerado, como nela não existe ramo que não seja da vide. As ovelhas do Cordeiro estão no seu aprisco; todos os redimidos formam com o Remidor um só corpo: *A fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste* (Jo 17. 21).

Somos eleitos em Cristo e chamados para ele

Cristo é o centro da criação (Jo 1. 1-3 cf Cl 1. 15,16); o centro do governo divino universal (Mt 28. 18 cf Cl 1. 16, 17; Cl 2.10); o centro do novo povo de Deus, a Igreja (Cl 1. 18; I Co 12. 12- 31; Ef 5. 23); o centro da revelação como Verbo de Deus (Jo 1. 1,2; Jo 17. 6-8); o centro da redenção (Jo 14. 6; At 4. 11,12; I Tm 2.5; Ef 1.7); o centro da eleição (Ef 1. 3-6; Rm 8. 29,30). Em síntese: a nossa fé, por ser revelada, por apoiar-se na doutrina da eleição, por firmar-se nas Escrituras Sagradas, é cristocêntrica. Não existe crente verdadeiro que não seja predestinado em Cristo Jesus, chamado para ele pelo Espírito Santo, justificado por ele de seus pecados, feito nele nova criatura, transformado por ele em filho e servo de Deus. Resumindo: somos eleitos em Cristo para sermos salvos nele e por ele. Todo crente autêntico está em Cristo. Fora e além de Cristo não há redimido:

E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos (At 4.12).

Eleito para ser livre

O eleito regenerado em e por Cristo Jesus, embora continue com manchas pecaminosas gravadas na sua consciência, sua tendência é irresistivelmente teotrópica, por causa da atuação do Espírito Santo que nele habita. Por esta razão, mesmo em estado de fraqueza em virtude da humanidade real, sua vontade de estar com Deus, crer nele e servi-lo firmemente predomina sobre os apelos da carne à materialidade e à incredulidade. O redimido torna-se livre para o exercício da fé, um dom da graça, mas não pratica a fidelidade ao Redentor sem lutar contra as potências opositoras: a carne, o mundo, o pecado e o maligno. A força para crer lhe é dada e mantida por Deus, mas a liberdade e a responsabilidade da fé lhe pertencem. O réprobo é escravo do pecado (Jo 8. 34), incapaz de voltar-se para Deus e ser-lhe servo incondicional ou escravo sem reservas. O regenerado, também pecador, não se deixa escravizar pelo pecado, pois uma força espiritual interna, que controla sua vontade, permite-lhe a resistência aos apelos maléficos e a vitória contra as potências pecaminosas. Somos libertos por Cristo: Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres (Jo 8.36).

O eleito não se faz, mas é feito filho de Deus pelo poder do Espírito Santo (Jo 1. 12), condicionado internamente à fé, à servitude, à adoração e ao testemunho. A velha natureza, escravizada à carnalidade, cede lugar à nova, que nele produz a liberdade voltada para o Criador: Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados, nos quais andastes outrora, segundo o príncipe da potestade do ar, do espírito que agora atua nos filhos da desobediência; entre os quais também todos nós andamos outrora, segundo as inclinações da nossa

carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos, por natureza, filhos da ira, com também os demais (Ef 2. 1-3).

O regenerado é impotente para livrar-se totalmente do pecado, mas potencializado por Deus para não se deixar vencer por ele. A nova criatura é livre para crer, mas a liberdade de crença é dom de Deus. A força que nos impele para Deus é constante, porque a presença do Espírito em nós é permanente e eficaz. O desejo, sedimentado pela vontade liberta por Cristo, leva-nos ao crescimento espiritual e à intensificação da fraternidade cristã.

A incondicional Vocação eficaz.

X.2- Esta vocação eficaz é só da livre e especial graça de Deus e não provém de qualquer coisa prevista no homem¹; na vocação o homem é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo², fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada³. Ref.:

1- II Tm 1.9; Tt 3.4,5; Rm 9.11.

2- I Co 2.14; Rm 8.7-9; Ef 2.5.

3- Jo 6.37; Ez 36.27; Jo 5.25.

Síntese.

Deus livre e irrecusavelmente vocaciona os seus eleitos.

Deus vocaciona o eleito e lhe promove a conversão.

Nada existe no pecador eleito, ou produzido por ele, que o faça “merecedor” da vocação e conseqüente redenção.

A vocação é irresistível

Vocação, segundo os arminianos.

Para eles, Deus, pela sua presciência, sabe de antemão quem terá o mérito da crença em Cristo ou não.

a- Há futuros merecedores?

Deus não elege aqueles que seriam bons, futuros justos por previsão ou presciência daquele que eternamente escolhe e preordena⁴⁶, segundo pensa uma grande parte do arminianismo. Ora, se Deus sabia quem haveria de crer, primeiro no Deus manifesto a Israel, depois no Filho encarnado na pessoa de Jesus Cristo, também tinha perfeita ciência prévia dos que não creriam, pois nada acontece à revelia da intervenção divina. Tal doutrina, mais irracional que a predestinação, leva-nos às seguintes conclusões: 1- A fé salvadora dos que crêem, embora não preordenada por Deus, conforme entendem os arminianos, existe de fato na mente de Deus desde a eternidade, tanto que pode ser “rigorosamente prevista”. Se Deus não preordenou a fé, para que ela fosse “previsível”, quem o fez? 2- A incredulidade, igualmente “prevista” pelo Criador, é pré-conhecida, pelo Salvador, mas não pode ser por ele “preordenada” ou pré-determinada. Pergunta-se: de onde provieram a crença e a descrença, “previstas” por Deus, sem que ele as pudesse alterar? Poderão responder: Deus não pode, mas o homem pode. Neste caso, o homem é maior e mais poderoso que Deus. É preferível crer na predestinação tanto de justos como de injustos, a urdir “saídas” incongruentes e inconseqüentes como as da “crença prevista” e da “descrença previsível”.

b- Deus desconhece os que não de crer?

⁴⁶ - Consultar o cap. 6 – Presciência e Predestinação - do livro, Eleitos de Deus, pág. 111ss, de R. C. Sproul, Editora Cultura Cristã, 1ª Ed. , 1998.

A posição de que Deus desconhece as ações futuras dos seres humanos, tanto dos atuais como dos que surgirão, tem os seguintes desdobramentos: 1- O conhecimento de Deus é muito relativo com referência ao ser humano, limitando-se aos seus atos expressos bem como aos seus pensamentos, mas sem nenhuma capacidade de prevê-los, controlá-los e impedi-los. Para tais pensadores arminianizados, Deus pode antever, como “grande psicólogo”, as intenções do homem, mas não pode intervir, tanto por desconhecimento como por incapacidade ou autoridade de “impedir o seu livre arbítrio”. Se uma pessoa da atual existência ou de existência futura vai crer em Cristo salvadoramente, Deus não saberá dizer, pois isto é da inteira atribuição de cada pessoa, dependendo de seu livre direito de opção. Para os teólogos que pensam assim, tanto a fé prevista como a preordenada são formulações impraticáveis. Para eles, no entanto, o homem é “senhor de si mesmo” e, independentemente do pré-conhecimento de Deus e de sua predeterminação, podem crer em Jesus Cristo ou descreer dele. A crença é uma escolha humana, nunca um dom divino, uma dádiva da graça. Deus pode prever que um determinado indivíduo, em algum tempo e em certo lugar, vai crer, mas tal previsão pode ser contrariada, isto é, a pessoa da fé prevista “resolveu não crer”, ficando Deus com a “sua previsão” descumprida, pois o homem não “é obrigado a crer”; não obrigação negaria seu livre arbítrio. Nesse caso, o “falível” é Deus; infalível, o homem.

Deus vocaciona e leva o vocacionado à conversão

Aqueles que são de Deus, ouvem a Palavra de Deus em consequência do condicionamento da eleição eterna. E quem a ouve, sendo eleito, o Espírito Santo realiza nele a conversão, transformando-o de filho das trevas em filho da luz. O arrependimento, a conversão, a regeneração, a justificação, a filiação e a redenção são obras da misericórdia de Deus na vida dos seus escolhidos. O verdadeiro crente sabe, pelas Escrituras Sagradas e pelo testemunho interno do Espírito Santo, que ninguém é salvo por si mesmo; o eleito é levado ao Pai pelo Filho, e exclusivamente por ele: *Eu sou o caminho, e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim (Jo 14.6)*. A voz do Pastor pode ser audível a todas as ovelhas, mas somente será entendida e obedecida por aquelas que lhe pertencem e lhe são submissas: *Eu sou o bom Pastor. O bom Pastor dá a sua vida pelas ovelhas (Jo 10.11)*. *Eu sou o bom Pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem (Jo 10.14)*. Muitos, recebendo a vocação externa, aderem-se ao cristianismo formal e institucional, sendo acrescentados sacramentalmente à Igreja visível, e até se identificam com ela, embora não sejam eleitos. Muitos são chamados, mas poucos escolhidos (Mt 22). Os não eleitos podem vir a ser bons cristãos sociais, mas nunca serão verdadeiros servos de Deus, integrados em Cristo como ramos na videira, estabelecendo com o Filho de Deus uma misteriosa e graciosa unidade: *...Afim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste. Eu lhes tenho transmitido a glória que me tens dado, para que sejam um, como nós o somos; eu neles e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviaste, e os amaste como amaste a mim (Jo 17.21-23)*. Os não escolhidos, que atendem ao chamamento, podem ser integrantes da Igreja visível; os vocacionados escolhidos são, efetivamente, membros da Igreja invisível, pois formam uma unidade corporativa com Cristo Jesus. Portanto, o eleito será invariavelmente vocacionado, induzido ao arrependimento, convertido, regenerado, justificado e introduzido no corpo espiritual de Cristo, a sua Igreja real, a videira verdadeira. Sendo Deus que elege e chama, não há a mínima possibilidade de um eleito não ser chamado.

A vocação é eficaz, incondicional e irresistível

Como se explicitou anteriormente, o mesmo Deus que elege, também vocaciona o eleito, usando os meios externos que lhe aprouver: as Escrituras, o mensageiro, o testemunho cristão, a Igreja e outros. O que se deve ter em conta é que nenhum eleito fica sem a vocação eficaz, que gera nela a crença em Deus, o arrependimento de seus pecados, a conversão, o apego sincero a Jesus Cristo e o desejo de ser incluído na Igreja do Cordeiro. Um bom exemplo é o carcereiro de Filipos (Lc 16. 27-34). Não existe condicionalidade tanto para a predestinação como para a vocação do predestinado. O homem não cria condições para merecer a salvação, quer por meio de sentimentos nobres, gestos piedosos, atos caritativos, quer por racionalidade: capacidade de entender, apreender e aceitar. Também a eleição e a vocação não discriminam entre o ser humano perfeito e o deficiente mental ou o racionalmente limitado. Se Deus, nos seus inescrutáveis propósitos, elegeu para a salvação em Cristo uma pessoa mentalmente incapaz, essa receberá dele o chamado, que é de natureza espiritual, não racional, e aceitará o Salvador, pois a salvação é inteiramente pela graça, e esta pertence a Deus, não se condiciona a nós nem a nós se submete: *Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie* (Ef 2.8,9). Submeter a salvação à fé racional é anular a graça e deixar ao homem a decisão de seu estado eterno: salvo ou perdido. Quem decide é o Deus eterno e soberano, não o homem finito e limitado.

A revelação redentora é privilégio dos eleitos, não dos intelectuais: *Por aquele tempo exclamou Jesus: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado* (Mt 11.25,26). O céu não é dos racionais, dos que mentalmente estão capacitados à crença e à escolha de sua divindade e de seu destino final.

Deus predestina, e o predestinado, por ação do Espírito Santo, fica habilitado a receber o chamado divino e aceitar o Salvador; e isto acontece tão naturalmente, que ele não percebe que sua aceitação foi condicionada à graça da eleição.

Sobre a salvação das crianças.

X.3- *As crianças que morrem na infância, sendo eleitas, são regeneradas e por Cristo salvas, por meio do Espírito Santo, que opera quando, onde e como quer. Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da Palavra¹. Ref.:*

1- Gn 17. 7; Lc 18.15,16; At 2.39; Jo 3.8; I Jo 5.12; At 4.12.

Síntese.

A criança eleita, se morrer na infância, é salva.

A criança não é regenerada pelo Espírito Santo depois da morte, mas em vida.

As crianças, filhas de pais eleitos e salvos, pertencem ao pacto da graça.

A criança, antes da morte, é chamada interiormente pelo testemunho interno do Espírito Santo.

Os incapazes eleitos são internamente chamados, regenerados e salvos.

A Salvação da criança

Não temos nenhuma dificuldade em aceitar a salvação da criança eleita, que morre na infância, pois a redenção é pela graça, jamais pelos méritos, pelas virtudes piedosas ou pela fé racional. A gratuidade da justificação dos predestinados custou

muito caro para Deus, que permitiu a imolação de seu Filho para que da morte nos livrasse. Batizamos os infantes, filhos de crentes pressupostamente eleitos, porque cremos na dádiva da vida eterna, ofertada por Cristo, a todos os escolhidos, independentemente da idade. É claro que podemos batizar crianças não eleitas, mas o mesmo acontece com adultos. Muitos deles, apenas externamente chamados e racionalmente convencidos ou emocionalmente induzidos, entram para a Igreja mediante o batismo, não sendo preordenados à redenção. A criança eleita batizada nos primeiros dias de vida vai, seguramente, confirmar publicamente a sua fé pelo testemunho e pela confissão formal diante da Igreja, quando Deus lhe der consciência de sua eleição, da filiação a Cristo e da continuidade de vinculação à Igreja. A criança não se salva por ser inocente, mas por Cristo Jesus, que morreu expiatoriamente por todos os seres humanos: *E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos (At 4.12)*. Cristo salva o predestinado nele quer morra na infância quer em idade adulta. O eternamente eleito em Cristo não se perde. A salvação, reiteremos, é um ato da graça divina. Pela razão não se vai ao céu; o homem não caminha para Deus pela via da escolha pessoal, mas pela do Salvador. Aquele que Deus não elegeu, escolheu, chamou, justificou, regenerou e salvou, não herdará a vida eterna, por mais esforço que faça, por mais religioso que seja. A criança eleita, se morta na infância, antes da idade da razão, está salva; pois salva estaria se falecesse na idade adulta, tendo a oportunidade, concedida por Deus, do chamamento eficaz. Nada acontece à revelia do soberano Redentor. A criança não morre, se o Criador não permitir.

Crianças regeneradas

As crianças, eleitas ou não, nascem com a herança do pecado original e, portanto, são essencialmente pecadoras: *Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe (Sl 51.5)*. *E éramos por natureza filhos da ira, como também os demais (Ef 2.3 in fine)*. É necessário, portanto, para filiação em Deus mediante Cristo, haver um “novo nascimento” sem o qual não se verá o reino de Deus (Jo 3.3). Isto nos leva a crer que uma criança predestinada à salvação, mas também preordenada a falecer ainda infante, o Salvador não a retirará deste mundo sem regenerá-la, sem fazer dela uma nova criatura inteiramente liberta da malignidade espiritualmente congênita do pecado original. Tal regeneração somente é possível por duas causas independentes da criança eleita, e também do adulto predestinado: Primeira: a eterna eleição em Cristo Jesus. Segunda: A morte vicária do Eleito dos eleitos, o Filho de Deus, fiador de todos os redimidos, os que partiram e os que ainda militam na terra. Uma criança, já nos primeiros dias da vida intra-uterina, tem relações interativas com a mãe, não somente vitais ou biofísicas, mas também psicológicas: sentimentais, afetivas e emocionais. Ora, por que razão não poderia um infante eleito, filho de Deus, relacionar-se interativamente com seu Pai celeste no íntimo e profundo nível do espírito? A comunhão espiritual do salvo com o Salvador, independente da idade, não necessita do aval da consciência ou do arbítrio racional para efetivar-se real e positivamente, embora de maneira sensorialmente imperceptível. O Salmo 8 deixa-nos um valioso postulado: *Da boca de pequeninos e crianças de peito suscitaste força (Sl 8.2)*. Jesus cita o presente tópico, substituindo a expressão: “suscitaste força” por “tiraste perfeito louvor”. Eis o texto do Divino Mestre: *Nunca lestes: Da boca de pequeninos e crianças de peito tiraste perfeito louvor?* A criança, para Jesus Cristo, não é neutra nem espiritualmente nula. Deus extrai dela, quando eleita em Cristo, o culto verdadeiramente espiritual. Se mãe e feto interrelacionam-se psicologicamente; igualmente a criança inocente, filha de Deus, interage espiritualmente com seu Pai celeste, a ponto de lhe prestar desinteressada e

imaculada adoração, segundo aquele que declarou: *Deixai vir a mim os pequeninos, não os embarceis, porque dos tais é o reino de Deus (cf Mc 10. 14).*

Crianças, filhas da promessa, beneficiárias da fé dos pais.

O batismo de criança, além de se fundamentar nos princípios da eleição e da salvação pela graça, baseia-se também na fé dos pais e no pacto da graça dentro do qual Deus lhe concedeu a bênção de nascer. O carcereiro de Filipos creu em Cristo, sendo batizado com toda sua família (At 16.33). Poderão argumentar: não há prova de que havia crianças nesta família. Neste caso, adultos foram batizados sem fé pessoal, com base apenas na fé do pai de família. Há um caso em que Cristo perdoou os pecados de um deficiente por causa da fé de seus benfeitores: *Vendo-lhes a fé [a fé dos homens que o conduziram], disse Jesus ao paralítico: Filho, os teus pecados estão perdoados (Mc 2.5 cf 2.1-12).* A fé dos pais não somente influencia, mas também condiciona a vida dos filhos à crença em Cristo e à comunhão da Igreja. A maldade dos pais têm conseqüências negativas desastrosas na existência dos filhos, mas a bondade produz efeitos positivos durante gerações. O servo de Deus, ao expressar sua fé diante dos filhos, jamais deve esquecer-se do segundo mandamento que diz no final da proposição: *Eu sou o Senhor teu Deus, Deus forte e zeloso, que vingará a iniquidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, e que usa de misericórdia até mil gerações com aqueles que me amam e que guardam os meus mandamentos (Ex 20.4-6).*

As crianças, filhas de pais crentes, devem ser por eles introduzidas formalmente no pacto da graça como o recém-nascido israelita o era por circuncisão (Gn 17.12,13), pois não foi por acidente ou acaso que elas foram geradas e vieram à luz em lares de servos de Deus. Isto aconteceu por providência divina. A circuncisão era o sinal físico da aliança firmada por Deus com o seu povo eleito: *Esta é a minha aliança, que guardareis entre mim e vós e a tua descendência: Todo macho entre vós será circuncidado (Gn 17.10) O que tem oito dias será circuncidado entre vós, todo macho nas vossas gerações, tanto o escravo nascido em casa, como o comprado a qualquer estrangeiro, que não for da tua estirpe. Com efeito, será circuncidado o nascido em tua casa, e o comprado por teu dinheiro; a minha aliança estará na vossa carne e será perpétua (grifo nosso) (Gn 17. 12,13).* Toda criança judaica trazia na carne, desde o oitavo dia de vida, o sinal do pacto de Deus com o seu povo, e isto por ordenação divina. Não é sem propósito que o Salmo 127.3 diz: *Herança do Senhor são os filhos; o fruto do ventre seu galardão.* O pacto, Deus o faz com os pais e seus filhos: *Estabelecerei a minha aliança entre mim e ti e a tua descendência nos decursos das suas gerações, aliança perpétua, para ser o teu Deus, e de sua descendência (Gn 17.7). Pois para vós é a promessa, para os vossos filhos, e para todos os que ainda estão longe, isto é, para quantos o Senhor nosso Deus chamar (At 2.39).* Que a criança eleita é herdeira da vida celeste, o reformado não duvida. Jesus as recebeu e as abençoou, impondo-lhes as mãos: *Então, lhe trouxeram algumas crianças para que as tocasse, mas os discípulos os repreendiam. Jesus, porém, vendo isto, indignou-se e disse-lhes: Deixai vir a mim os pequeninos, não os embarceis, porque dos tais é o reino de Deus. Em verdade vos digo: Quem não receber o reino de Deus como uma criança, de maneira nenhuma entrará nele. Então, tomando-as nos braços e impondo-lhes as mãos, as abençoava (Mc 10.13-16).* As crianças acolhidas e abençoadas por Jesus eram filhas de israelitas, pertencentes ao povo eleito, crianças vinculadas ao pacto pela circuncisão, sinal externo de “propriedade divina”. E eram tão pequenas, que o bondoso Mestre as tomou em seus santíssimos braços.

O chamamento interno da criança

As crianças e todos os incapazes eleitos, naturalmente impossibilitados de racionalmente crerem em Cristo, considerando as evidências bíblicas, a nós nos parece, são internamente chamadas e regeneradas pelo Espírito Santo, que lhes aplica a redenção conquistada por Cristo na cruz. Este mistério da graça opera-se na interação do Espírito de Deus com o espírito humano. João Batista, no momento da saudação de Maria, “estremeceu” no ventre de Isabel, e ela ficou possuída pelo Espírito Santo (Lc 1.41). A reação do feto não se deu, certamente, por estímulo racional consciente. O Espírito divino não necessita da racionalidade humana para agir no eleito, criança ou não: *O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus* (Rm 8. 16). A testificação processa-se por iniciativa do Paráclito, não no âmbito racional, mas no espiritual, íntimo, profundo, interno do Espírito de Deus com o espírito do eleito. cremos ser por esta causa que as crianças, ainda nos seios maternos, são suscitadas por Deus a “servirem-no” (Sl 8.2). Há antipedobatistas glossolálicos; e o são por entenderem que o “verdadeiro culto” presta-se a Deus glossolalicamente, quando a razão é bloqueada e a consciência anulada, e o adorador entra no estado extático, voltando o adulto a ser mentalmente criança (Cf Mt 18.2,3). Se Deus pode dispensar o raciocínio do adulto na prestação de culto a ele; por que não pode receber adoração da criança irracional? Que motivo justo temos para desespirtualizar os infantes, imaginando-os completamente despidos da graça, pelo fato de serem privados da razão?

Deus não salva por geração ou por fé racional, mas por eleição eterna, justificação e redenção em Cristo Jesus. Por outro lado, a vida é uma dádiva de Deus, e o seu estágio na militância terrestre dá-se segundo os soberanos propósitos do Criador. Para Deus, tanto faz uma pessoa morrer nos primeiros dias de vida como aos cem anos de idade. O tempo de cada existência é determinado por Deus (Sl 139. 13-16). Certamente há não-eleitos na Igreja institucional de Cristo como os havia em Israel, o antigo povo de Deus, inclusive descendentes de filhos do pacto (I Co 10.1-5 cf Rm 9.6: leia de cap. 9. 6 a 13). Deus não elege e escolhe gerações, mas pessoas, individualmente.

Sobre os não eleitos.

X.4- *Os não-eleitos, posto que sejam chamados pelo ministério da palavra e tenham algumas das operações comuns do Espírito Santo, contudo não chegam nunca a Cristo e portanto não podem ser salvos¹; muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio os que não professam a religião cristã², por mais diligentes que sejam em conformar as suas vidas com a luz da natureza e com a lei da religião que professam; o asseverar e manter que podem é muito pernicioso e detestável³. Ref.*

1- Mt 22.14; Mt 13.20,24; Jo 6.64-66; Jo 8. 24; I Jo 2.19; Hb 6.4-6.

2- At 4. 12; Jo 14. 6; Jo 17. 3.

3- II Jo 9. 10,11; Gl 1.8.

SÍNTESE

Os não-eleitos na Igreja, embora membros, não estão salvos.

Os não- eleitos religiosos. A religiosidade não os regenera.

O Joio no meio do trigo

O eternamente reprovado não se submete ao Salvador, antes deseja submetê-lo aos seus desejos, beneficiar-se dele; usa a Igreja de Cristo, corpo ungido e dirigido pelo Espírito Santo, como meio de autopromoção, de promoção de seus negócios, de conquista da felicidade pessoal, de suposta garantia das bem-aventuranças eternas. O

joio, porém, jamais se converterá em trigo; o rejeitado por preordenação nunca alcançará a salvação. Na lavoura do Cordeiro, a Igreja, Deus coloca o trigo; o Diabo semeia o joio; este contamina o campo e prejudica o desenvolvimento da boa semente (Mt 13. 24-30, 36-43). Os réprobos, que almejam o reino dos céus como soma aos seus bens temporais, realizações pessoais egocêntricas e garantia de bênçãos temporais, procuram o que julgam o meio próprio de conquista da glória eterna: a Igreja do Filho de Deus, e nela e dela beneficiam-se. A CFW entende que o Espírito Santo, agindo no Corpo de Cristo em seu conjunto, atuando no interior do organismo eclesial, concede benefícios aos reprovados, que nela se introduzem por decisões próprias, não por ação divina. Esses, que realmente não pertencem à comunhão dos eleitos regenerados, freqüentemente apostatam da fé racional, opcional, de maneira radical e definitiva. Para eles, recrucificadores de Cristo, não há retorno. Na verdade, nunca pertenceram ao rebanho do bom Pastor: *Eles saíram de nosso meio; entretanto, não eram dos nossos; porque, se tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco; todavia, eles se foram para que ficasse manifesto que nenhum deles é dos nossos (I Jo 2.19)*. Podemos afirmar que apostasia é rebelião de réprobos aderentes contra Deus e sua Igreja. Os eleitos redimidos jamais apostatarão. Assim, podemos entender o relato de Hebreus 6. 4-6: *É impossível, pois, que aqueles que uma vez foram iluminados e provaram o dom celestial e se tornaram participantes do Espírito Santo, e provaram a boa palavra de Deus e os poderes do mundo vindouro, e caíram; sim, é impossível outra vez renová-los para arrependimento, visto que de novo estão crucificando para si mesmos o Filho de Deus, e expondo-o à ignomínia.*

Religiosidade sem eleição

As Escrituras admitem que pessoas preordenadamente reprovadas podem ser religiosas até com alguns pressupostos cristãos, mas mal interpretados, acrescentados ou distorcidos. Observem os seguintes textos: a- *Todo aquele que ultrapassa a doutrina de Cristo e nela não permanece, não tem Deus; o que permanece na doutrina, esse tem assim o Pai, como o Filho. Se alguém vem ter convosco e não traz esta doutrina, não o recevais em casa, nem lhe deis as boas-vindas. Porquanto, aquele que lhe dá boas-vindas faz-se cúmplice de suas obras más (II Jo 9.10,11)*. b- *Mas, ainda que nós, ou mesmo um anjo vindo do céu vos pregue evangelho que vá além do que vos temos pregado, seja anátema (Gl 1. 8)*.

A religiosidade polilátrica exclui formalmente o culto ao Deus único da fé cristã autêntica, o que nos leva a rejeitá-la sistematicamente. Porém, as religiosidades cristãs deformadas, algumas claramente heréticas e outras não, minam as bases do cristianismo verdadeiramente bíblico. O joio do maligno no campo de Deus prejudica, e muito, o trigo do divino Salvador, nosso Senhor Jesus Cristo. Religiosidade propalada por meio de milagrisimo, comum em nossos dias, não tem, necessariamente, fundamento escriturístico, mas pode ser manifestação anticristã. A besta que emerge do mar, representando o poder religioso, “também opera grandes sinais, de maneira que até fogo do céu faz descer à terra, diante dos homens” (Ap 13.13). Esta besta é o anticristo, Satanás.

O eleito é aquele que Deus escolhe. O réprobo religioso é aquele que escolhe seu deus.

FONTES AUXILIARES

- 1- Os Cânones de Dort, Editora Cultura Cristã, 1ª Edição, sem data, SP.
- 2- TULIP, Duane Edward Spencer, CEP, 1992, SP, 1ª Edição.
- 3- Batismo, Sinal do Pacto, Onezio Figueiredo, Publicação independente, impresso na gráfica Mackenzie, 1ª Edição, 1993.
- 4- A Soberania Banida, R. K. McGregor Wright, Editora Cultura Cristã, 1ª Ed., 1998.
- 5- Sola Gratia, R. C. Sproul, Editora Cultura Cristã, SP, 1ª Ed., 1997.
- 6- Nossa Suficiência em Cristo, John F. MacArthur, Jr, Editora Fiel, 1ª Ed., 1995.
- 7- A Eterna Predestinação, Onezio Figueiredo; obra inédita, em disquete, 2003.

DA JUSTIFICAÇÃO.

Capítulo XI

XI.1- *Os que Deus chama eficazmente, também livremente justifica¹. Esta justificação não consiste em Deus infundir nos justificados a justiça, mas em perdoar os seus pecados e em considerar e aceitar as suas pessoas como justas. Deus não os justifica em razão de qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas somente em consideração da obra de Cristo; não lhes imputando como justiça a própria fé, o ato de crer ou qualquer outro ato de obediência evangélica, mas imputando-lhes a obediência e a satisfação de Cristo², quando eles o recebem e se firmam nele pela fé, que não têm em si mesmos, mas é dom de Deus³. Ref.:*

- 1- Rm 8.30; Rm 3.24.
- 2- Rm 4.5-8; II Co 5.19,21; Tt 3.5-7; Ef 1.7; Jr 23.6; Rm 3.22,24,25,27,28; I Co 1.30-31; Rm 5. 17-19.
- 3- Fp 3.9; Ef 2.8; At 13.38,39.

SÍNTESE

Deus elege, chama e justifica o eleito.

Deus não infunde justiça no chamado nem a imputa a ele; justifica divina é preordenada e realizada em Cristo Jesus.

A única causa determinante do chamado é a eleição.

A crença procede do gracioso dom da fé salvadora.

A justificação é exclusivamente em Cristo, mediante a fé salvadora.

Deus elege, chama e justifica o eleito em Cristo Jesus

A palavra *justificação* corresponde, no grego, a *dikaiosis*, significando: absolvição, declaração de inocência, declarado livre por um juiz da imputação da culpa que pesava sobre o acusado. Trata-se, portanto, de um termo forense. Deus assumiu sua natural posição de supremo Juiz, ao condenar a humanidade infratora, incurso na pena de morte e excluída da comunhão com o Criador na pessoa corporativa de Adão (Gn 3.9-24). O homem, porém, era originalmente sublime para ser sumária, total e definitivamente eliminado da graça, pois fora criado à imagem e semelhança de seu Criador (Gn 1.26,27). Deus então, por sua infinita misericórdia e segundo os seus eternos propósitos (constatados, mas não compreendidos pelo homem) resolveu cumprir a sentença de morte imposta ao ab-rogador de sua lei em si mesmo, na Segunda Pessoa da Santíssima Trindade, Jesus Cristo, não em favor de todos infratores, mas

apenas de seus eternamente eleitos na figura corporativa e representativa do Verbo eterno encarnado. Este, a seu tempo, morreu pelos pecadores preordenados à salvação. Tudo se centraliza em Cristo: a eleição, o chamado, a justificação, a filiação e a redenção. Paulo mostra com diamantina clareza que a condenação nos veio por intermédio de Adão, mas a justificação nos atinge por meio de Cristo Jesus, o segundo Adão. O conseqüente somente foi possível por causa do antecedente: *Visto que a morte veio por um homem, também por um homem veio a ressurreição dos mortos. Porque assim como em Adão todos morrem, assim também todos são vivificados em Cristo (I Co 15. 21,22). O primeiro homem, Adão, foi feito alma vivente. O último Adão, porém, é espírito vivificante. Mas não é primeiro o espiritual, e sim, o natural; depois o espiritual. O primeiro homem, formado da terra, é terreno; o segundo homem é do céu. Como foi o primeiro homem, o terreno, tais são também os demais homens terrenos; e, como é o homem celestial, tais também os celestiais. E, assim como trouxemos a imagem do que é terreno, devemos trazer também a imagem do celestial (I Co 15.45-49).* Portanto, por eleição divina, a humanidade divide-se em *justificáveis* - os eleitos -, e *injustificáveis* - os réprobos. Para efeito de compreensão, podemos afirmar que o homem caminha do natural para o espiritual; Deus, na encarnação, movimenta-se do espiritual para o natural. Paulo desenvolve mais detalhadamente a idéia de *reprovados em Adão e justificados em Cristo* nos seguintes termos: *Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram. Porque até ao regime da lei havia pecado no mundo, mas o pecado não é levado em conta quando não há lei. Entretanto, reinou a morte desde Adão até Moisés, mesmo sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão, o qual prefigurava aquele que havia de vir. Todavia, não é assim o dom gratuito como a ofensa; porque, se, pela ofensa de um só, morreram muitos, muito mais a graça de Deus e o dom pela graça de um só homem, Jesus Cristo, foram abundantes sobre muitos. O dom, entretanto, não é como no caso em que somente um pecou; porque o julgamento derivou de uma só ofensa, para condenação; mas a graça transcorre de muitas ofensas, para a justificação. Se, pela ofensa de um e por meio de um só, reinou a morte, muito mais os que recebem a abundância da graça e o dom da justiça reinarão em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo. Pois assim como, por uma só ofensa, veio o juízo sobre todos os homens para a condenação, assim também, por um só ato de justiça, veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida. Porque, como, pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de um só, muitos se tornaram justos (Rm 5.12-19).* O Criador nos criou em Adão; e como foi ele, éramos nós; dele nos derivamos; dele não escaparíamos. O mesmo Deus recriou-nos em Cristo, o qual nos libertou da herança negativa de nosso ancestral, concedeu-nos uma nova humanidade, não por meio de transformações individuais externas, mas pela vinculação em Cristo Jesus: somos vistos por Deus, não pelo nosso retrato pessoal, mas na imagem sem pecado de Cristo, aquele que, no trono celeste e no corpo trinitário, representa-nos. Quem está em Cristo, é justificado por ele junto ao Pai. Não nos esqueçamos jamais que não *somos nem nos tornamos justos por nós mesmos; fomos e estamos sendo “justificados” pelo Filho de Deus.* O pecado atingiu todos os seres humanos, mas a graça, trazida por Cristo, contempla somente os eleitos, que não são transfigurados em “puros”, sem pecado, mas em “justos” por justificação. Deus, na eternidade, elegeu; no tempo, por meio de seu Filho, chama, regenera, justifica, salva e santifica.

Deus não infunde justiça no chamado, justifica-o

O justificado, em decorrência da justificação, não sofre modificação interna de sua natureza, tornando-se “impecável”. A natureza pecaminosa permanece nele. Deus não o recebe porque ele se tornou “bom”, mas porque seu Filho, justo por natureza, assumindo-o, morreu em seu lugar e o apresenta a Deus justificado, não “justo por si mesmo” ou “justo por alteração interior”, que o tenha tornado “aceitável” diante de Deus (ver Rm 4.5-8)⁴⁷. O justificado continua pecador, embora seja o templo do Espírito Santo, herdeiro da promessa, filho da graça, representado por Cristo junto ao Pai eterno. Certa mulher, pequena, dócil e frágil, criou um leão em sua casa. Adulto, ficou enorme, musculoso e forte. E ela brincava com ele, acariciando-lhe o dorso e a juba. O temível felino não deixou de ser leão e carnívoro, mas o seu instinto selvagem de mais poderoso dos predadores foi domado, estava sob comando. O leão perdeu sua condição de fera indomável, porque não se dominava a si mesmo. O pecador justificado é mais ou menos assim: não perde sua condição de humano caído, não se isenta do pecado original, não se livra dos pecados fatuais; mas seu instinto pecaminoso fica sob controle de Deus; o pecado não mais o domina; sua condução diretiva é assumida pelo Espírito Santo, que mantém sobre ele vigilância e guarda permanentes.

A única causa determinante do chamado é a eleição

O pecador eleito é justificado porque Deus, que permitiu a sua queda com a dos réprobos, criou-o condicionado pela preordenação à crença em Jesus Cristo, o único meio de salvação dos predestinados. Somos escolhidos na Segunda Pessoa da Trindade desde a eternidade. Nascemos destinados à justificação, à fé no Filho de Deus, à comunhão com o Salvador e à fraternidade dos redimidos. Ninguém é chamado por merecimento próprio ou por padecimentos profundos causados por enfermidade, crueldade, miserabilidade, rejeição ou acidentalidade. Em quaisquer circunstâncias, favoráveis ou desfavoráveis, a justificação se fundamenta exclusivamente na eleição eternamente antecedente em Cristo Jesus e nele efetivada no tempo determinado por Deus. Nada no homem determina ou condiciona o chamado divino: crença racional ou fé inteligente; obras sociais ou caritativas; misticismo ou dedicação mística; privações ou abstinências; flagelações ou autopunições. A escolha e o chamado de Deus processam-se conforme a sua augusta e soberana vontade, isenta de influências de quaisquer procedências, mesmo aquelas originárias das melhores intenções. Deus, o Criador, não se deixa mudar por ações ou estados de suas criaturas. Ele é imutável.

A crença procede do gracioso dom da fé salvadora

O homem não gera a fé salvadora, esta é um dom de Deus: *Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não [vem] de obras, para que ninguém se glorie (Ef 2.8,9)*. À margem da vontade de Deus ou contra ela não pode haver salvo ou salvação. A tentativa de o homem tornar-se justo pelo princípio da obediência irrestrita não funcionou. Ninguém foi salvo pela guarda perfeita da lei, porque os atos legais exteriores apenas escondiam a pecaminosidade interior, fabricando hipócritas (Mt 23. 13-29). A lei, portanto, foi incapaz de apresentar um justo sequer a Deus (Rm 3.20, 28; Gl 2. 16; Gl 3.11). Em vão o pecador luta para merecer a justiça divina (Rm 10.3). Na verdade, não é o homem que batalha para ser salvo, e se o fizer, ser-lhe-á inútil. Deus é que lutou, e venceu, em Cristo Jesus, derrotando todas as forças oponentes (o mundo, o pecado e a morte) para salvar os seus escolhidos (I Pe 4.1; I Pe

⁴⁷ - Sobre esta questão, consultar o artigo “Justificação” em O Novo Dicionário da Bíblia, Vol. II, pág. 896, Junta Editorial Cristã, Edições Vida Nova, SP, 1ª Edição, sem data. Para a Igreja Católica, a conversão torna o convertido em “santo”, no sentido de “puro”, casto. Resultam desta posição as diversas “canonizações”.

3. 18; I Pe 1.18,19). O homem somente pode ser justificado mediante a fé naquele que é o seu autor e consumidor, Cristo Jesus (Hb 12.2 cf Rm 3. 26, 28; Rm 5. 1; Gl 2.16). E Deus por meio de Cristo não justifica “puros”, mas pessoas ímpias (Rm 4.5,9,11; Gl 3.6), pois ele não veio chamar justos, mas pecadores ao arrependimento (Mt 9.13 cf Mc 2.17; Lc 5.32; Lc 15.7, 10).

A fé salvadora é um carisma da graça que Deus faz incorporar à nova natureza do regenerado. Então, ele “crê livre e espontaneamente”, pois assim como a incredulidade desponta-se livremente na consciência dos réprobos, a ponto de se julgarem libertos para a descrença, também a fé emerge do íntimo do crente eleito, pois lá foi implantada pelo Espírito de Deus, como expressão natural de sua vontade, a vontade reorientada para o Pai celeste de cuja natureza espiritual é herdeiro por Jesus Cristo (ver Ef 2.8,9).

A justificação é exclusivamente em Cristo e por ele

A encarnação, morte, ressurreição e exaltação de Cristo, cujos benefícios o Espírito Santo aplica nos eleitos vocacionados e justificados, não os isenta da contaminação do pecado, mas os livra de seus malefícios destruidores da vida espiritual e impede que sejam barreiras à reconciliação com Deus. O fato de continuarmos pecadores depois da regeneração é que nos leva ao reconhecimento de nossas fraquezas, à busca diária da misericórdia do Salvador, à necessidade permanente do perdão de pecados, à prestação de culto ao Redentor, e exclusivamente a ele. Não há justificação fora de Cristo e à margem de sua obra redentora. Somente Cristo “busca” o pecador, promove nele a conversão, a justificação e a santificação, *porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, homem (I Tm 2.5)*.

A justificação pela fé.

XI.2- *A fé, assim recebendo e assim se firmando em Cristo e na justiça dele, é o único instrumento de justificação¹; ela, contudo não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as outras graças salvadoras; não é uma fé morta, mas opera por amor². Ref.*

1- Jo 1.12; Rm 3.28; Rm 5.1.

2- Tg 2.17,22,16; Gl 5.6.

SÍNTESE

A fé que conduz a Cristo e nele se firma é um dom de Deus.

A fé associa-se à esperança e ao amor e a todos os dons carismáticos.

A fé que recebe Cristo e nele se firma é um dom de Deus

A fé cristocêntrica, aquela que se firma exclusivamente em Cristo e aquela que se expressa por meio da crença nele centralizada, do testemunho existencial e proclamatório e da comunhão com ele e com os conservedos, não é criação da mente humana, nem se enquadra na lógica racional dos seres pensantes e livres, capazes de exporem e executarem seus pensamentos ou operarem suas preferências religiosas, opções ou desejos. A fé salvadora é dom de Deus aos seus eternamente eleitos, chamados e redimidos em Cristo Jesus, tornados feitura dele, isto é, imagens do Salvador, o segundo Adão, o Deus – homem, *verdadeiro Deus e verdadeiro homem*. Tudo isto se constata no seguinte texto revelacional: *Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não [vem] de obras, para que*

ninguém se glorie. Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas (Ef 2.8-10). Recebe o dom da fé salvadora somente o predestinado desde a eternidade, posteriormente nascido em Cristo Jesus para as boas obras da graça, não da lei. A mera crença formal em um Deus criador e gerenciador do universo até o Diabo a tem (Tg 2.19) e o réprobo a pode ter. Tal crença religiosa, de natureza mística e psicológica, procede do próprio homem, de sua vontade e desejo de transcendência e perpetuidade, de sua ânsia de conquistar benesses temporais e celestiais, de sua religiosidade nata. A fé, dom da graça, não é, necessariamente, para fazer do crente em Cristo um “bendito”, mas um “servo” (*doulos*) consagrado.

Resumindo: a fé não é o carisma pelo qual conquistamos Deus e o submetemos a nós; é o dom pelo qual Deus nos conquista e nos submete a ele. Sem a fé salvadora, Cristo não será crido nem recebido. Sem Cristo não há salvação.

A fé associa-se à esperança e ao amor; liga-se a todos os dons carismáticos.

A fé não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as demais graças salvadoras (CFW, XI.2). Todos os carismas, incluindo o da fé redentora, são dádivas de Deus aos seus eleitos em Cristo Jesus. Todos eles, porém, podem ser externamente imitados, fato que tem confundido (mas não destruído) muitos crentes verdadeiros. O joio na Igreja, não raro, tem impressionantes “manifestações” carismáticas, algumas emanadas das emoções exaltadas, outras originárias da hipocrisia. Qualquer carisma que não proceder da base trina fundamental - fé, esperança e amor (*ágape*) - não pode ser genuíno. A esperança, o amor agápico e o amor diacônico são expressões visíveis e concretas de uma fé salvadora real e operante (Tg. 2. 17,22,26). O dom de línguas (glossolalia), quando divide a comunidade em *crentes perfeitos*, os que a falam, e *imperfeitos*, os que não a receberam, desmente e destrói a unidade da fé pelo privilegiamento de uns em detrimento de outros. No corpo místico real de Cristo todos os membros são absolutamente iguais. Os dons são ministérios, não privilégios discriminadores.

A salvação vem de Cristo.

XI.3- *Cristo, por meio de sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos os que são justificados, e, em lugar deles¹, fez a seu Pai uma satisfação própria, real e plena. Contudo, como Cristo foi pelo Pai dado em favor deles² e como a obediência e a satisfação dele foram aceitas em lugar deles³, ambas livremente e não por qualquer coisa neles existente, a justificação deles é só da livre graça⁴, a fim de que tanto a justiça restrita como a abundante graça de Deus sejam glorificadas na justificação dos pecadores⁵. Ref.*

- 1- Rm 5.8-10,19; I Co 15.3; II Co 5.21; I Pe 2.24; I Pe 3.18; Hb 10.10,14; Is 53.
- 2- Rm 8.32; Jo 3.16.
- 3- II Co 5.21; Is 53.6.
- 4- Rm 3.24; Rm 6.23; Ef 1.7; Ef 2.6-9.
- 5- Rm 3.26; Ef 2.7.

Síntese.

A justiça divina caiu sobre Cristo para que a graça nos fosse derramada. Quem nos justifica é Cristo, não a fé salvadora e, muito menos, a fé racional.

Tudo procede de Deus

O Criador havia estabelecido normas legais que, quebradas, trariam ao infrator condenação à morte. O homem desobedeceu, tornando-se incurso nas penalidades colimadas e efetivamente aplicadas. Cristo, incorporando todos os eleitos, assumiu-lhes a culpa e o ônus de seus pecados, expiando-os na cruz. O cutelo da morte que deveria cair sobre mim, caiu sobre ele, vitimando-o em meu lugar, garantindo-me a justificação. A justiça de Deus cumpriu-se no próprio Deus, encarnado na Segunda Pessoa da Trindade, livrando-me das penas eternas, mesmo sem isentar-me das temporais. A eleição, em si mesma, não garante a salvação dos eleitos. Porém, Cristo os redime, satisfazendo, por seu sacrifício substituto, a justiça divina. Cumprida a penalidade imposta pelo Supremo Juiz, Cristo tornou-se fiador de nova, perfeita e definitiva aliança, abrindo caminho para que o Espírito Santo opere nos predestinados à salvação os carismas da fé, da esperança e do amor, bem como a obra da regeneração (esta originária da encarnação, vida, paixão e morte do Verbo de Deus), da adoção, da justificação e da redenção. Sem a morte expiatória de Cristo a salvação dos eleitos seria impossível. Deus é quem opera tudo em todos (I Co 12. 6; II Co 5. 18; Fp 2. 13). Nada o homem faz, nem pode fazer, para a sua salvação. Todos estávamos mortos em nossos delitos e pecados e éramos, por natureza, filhos da desobediência (Ef 2. 1-3). Dependemos exclusivamente da misericórdia de Deus (Ef 2 4-6).

Quem nos justifica é Cristo, não a fé racional

Há pessoas que fazem a salvação depender da razão; não batizam seus filhos menores sob o argumento de que são “incapazes” de exercer uma “fé consciente” e, portanto, impossibilitados de “aceitarem Jesus como Salvador”. Para tais crentes, sem razão não existe fé; sem fé não há salvação. E a graça de Deus? Bem, para eles, Deus opera a graça em quem coopera com a fé racional, com a “escolha inteligente”. A criança não raciocina como um adulto; logo, não pode crer conscientemente; e sem fé madura, emanada da intelectualidade, sustentam, não pode haver salvação. Entendem que a fé não é um dom de Deus, mas uma produção intelectual, ficando os menores inocentes e os débeis mentais excluídos da bênção da redenção. Afirmemos com o apóstolo Paulo que a fé, sendo uma dádiva, não depende de obras humanas sociais, racionais, caritativas ou místicas, ficando todas as criaturas humanas igualadas diante do Salvador: adultos conscientes, deficientes mentais e crianças: *Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não vem de obras, para que ninguém se glorie (Ef 2.8, 9)*. O fato inteiro da salvação é executado pelo Salvador: A eleição, a expiação na cruz do pecado do eleito, a concessão da graça salvadora e o dom da fé (carisma eminentemente espiritual, independente da razão). Nesta linha de entendimento, o “tolo” não pode ser crente, mas Cristo admitiu que podemos ter irmãos aos quais chamemos de tolos (Mt 5.22), aqueles “bobalhões” de baixo QI, que nada ou quase nada entendem, que não estão em condições de competir intelectualmente com os “crentes racionais”. A *Chave Lingüística do Novo Testamento* assim define a palavra “tolo” da Almeida Revista e Atualizada: *Μωρος – Estúpido, tolo. Raca: Expressa desprezo pela cabeça do homem: “seu estúpido”! More: Expressa desprezo pelo seu coração: “seu salafrário”*⁴⁸. O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa assim define a palavra *estúpido*: “1- Que provoca emburrecimento e/ou tédio; que não é inteligente. 2- Que se apresenta de modo excessivo; demasiado excessivo. 3- Tomado de estupor. 4- Que denota estupidez, que revela ausência de inteligência, de bom senso, de discernimento”. Esse tipo de pessoa, Deus inclui em sua

⁴⁸ - Chave Lingüística do Novo Testamento, Fritz Rienecker e Cleon Rogers, Edição Vida Nova, SP, 1ª Edição, 1985, sobre Mt 5. 22.

Igreja, certamente por eleição. A graça não discrimina, nem as Escrituras afirmam que todos os eternamente eleitos são obrigatoriamente intelectuais ou, no mínimo, tenham um grau de racionalidade suficiente para compreender Deus e seu plano redentor e entender claramente a encarnação e a obra redentora de Jesus Cristo. E quem poderá afirmar que entende tudo isso com nitidez para, via compreensão, crer e aceitar? Temos de acreditar na suficiência do Filho de Deus, na graça e no dom da fé; e descrever da capacidade do homem de resolver o seu destino espiritual.

A justificação dos eleitos.

XI.4- Deus desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos¹; e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles²; contudo, eles não são justificados até que o Espírito Santo, no tempo próprio, não lhes aplica de fato os méritos de Cristo³. Ref.

- 1- I Pe 2. 2,19,20; Rm 8.30.
- 2- Gl 4.4; I Tm 2.6; Rm 4.25.
- 3- Jo 3.5,18,36; Gl 2.16; Tt 3.4-7.

Síntese.

Deus decretou a eleição e a justificação em Cristo Jesus.

Cristo morreu pelos eleitos do Pai.

O Espírito Santo vocaciona o escolhido de Deus e insere-o em Cristo para salvação.

Tudo foi decretado em Cristo Jesus

Deus, desde toda eternidade, planejou criar o ser humano e equipá-lo com pendores e dons diversos para cumprir sua missão específica no contexto geral da humanidade; estabelecendo, pela soma do papel e valores de cada um, o conjunto de todos, a cultura global. Deus, segundo os seus eternos propósitos, permitiu a queda de todos, mas com o projeto preordenado de justificar os seus eleitos na pessoa daquele que foi o Mediador de toda criação (Jo 1.1-3). Assim, Cristo não foi uma trágica solução emergencial para salvar rebeldes sobre os quais o Criador não teve controle, pois o “suposto” *livre arbítrio* lhes teria dado o “direito” de se oporem às determinações do Rei dos reis. A morte de Cristo pelos eternamente escolhidos estava preordenada e, por isso mesmo, com efeitos universais: retroativos, presentes e futuros. Eis algumas referências pertinentes:

Eleitos segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e a aspersão do sangue de Jesus Cristo (I Pe 1.2).

Mas pelo precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula, o sangue de Cristo, conhecido, com efeito, antes da fundação do mundo, porém manifestado no fim dos tempos, por amor de vós (I Pe 1. 19,29).

A queda da humanidade em Adão não foi um imprevisto fracasso do Criador, causando outro “vexame”, a humilhante morte do próprio Deus na figura da Segunda Pessoa trina, com a consequência de uma solução provisória, a Igreja de Cristo, a inserção de um hiato na história da redenção com a postergação do cumprimento da septuagésima semana-ano de Daniel, segundo a *escatologia premilenista*. O soberano Rei, conforme tal ensino escatológico, falhou três vezes, no mínimo: a- Na criação, quando “pretendeu” criar e manter um homem sem pecado, feito à sua imagem e semelhança; fracassou, pois Satanás derrubou sua imagem”. b- Na dádiva da lei, quando “planejou” salvar o homem pela “obediência”; também falhou. c- Em Cristo Jesus, quando “tentou” restaurar o trono de Davi e implantar seu governo no mundo; mas o Messias foi derrotado; ficando a septuagésima semana-ano de Daniel inconclusa. O

“fracassado Redentor” tentará novamente, mas, agora, para valer. Doutrina absurda! Deus, perfeitíssimo, imutável e inerrante, jamais falhou. Tudo que aconteceu e está acontecendo na história geral e na da redenção foi perfeita e eternamente planejado. A emergência dos fatos nada mais é que o afloramento de preordenações eternas do Deus trino. Portanto, nem o pecado nem a encarnação, vida, paixão e morte do Cordeiro de Deus são resultados de “desgoverno” ou “falta de autoridade” do Todo Poderoso sobre sua obra criada, o homem. Tudo estava previsto, e o previsível ou foi ordenado ou permitido. Deus é perfeito e perfeitamente ordena e executa todos os acontecimentos; principalmente os fatos e eventos redentores.

CRISTO MORREU PELOS PECADOS DOS ELEITOS

A JUSTIFICAÇÃO DOS ESCOLHIDOS REALIZOU-SE NA MORTE VICÁRIA E SUBSTITUTIVA DO ELEITO DOS ELEITOS, JESUS CRISTO. O FILHO DE DEUS DEIXOU-SE SACRIFICAR PELOS PREDESTINADOS À JUSTIFICAÇÃO; MAS, POR OUTRO LADO, PARA TORNAR-SE O JUIZ HUMANIZADO DE TODOS OS RÉPROBOS. PERANTE ELE DOBRAR-SE-ÃO TODOS OS JOELHOS: OS DOS JUSTOS EM REVERÊNCIA E ADORAÇÃO; OS DOS REJEITADOS, EM HUMILHAÇÃO E JUÍZO (FP 2. 10,11; AP 20. 11,12). JESUS CRISTO, PORTANTO, JUSTIFICA E SALVA OS ELEITOS, MAS JULGA E CONDENA OS REPROVADOS.

O Espírito Santo aplica a obra de Cristo

Conforme os eternos propósitos de Deus, a salvação dos eleitos não é automática nem compulsória, pois o Santo Espírito tem o ministério da aplicação da obra redentora do Filho de Deus no ser de cada eleito, não no tempo e na oportunidade que o beneficiário determinar, mas segundo os propósitos preordenados da divindade. O mesmo Deus que elege, também escolhe os meios e o momento para que o Espírito Santo aplique no preordenado os benefícios da redenção conquistada por Cristo na cruz. O Espírito opera no crente para a compreensão da Palavra de Deus, a aceitação de Cristo, a conversão, a justificação e a santificação. A regeneração não resulta de mera operação no ser do eleito, mas de “nova criação”, ato exclusivo de Deus. O Espírito, por outro lado, age no regenerado por alimentação, emulação e condução, visando-lhe o crescimento espiritual ou santificação. Isso ele faz, habitando o regenerado. Não há crente verdadeiro sem a habitação do Espírito Santo.

Justificados, mas pecadores.

XI. 5- DEUS CONTINUA A PERDOAR OS PECADOS DOS QUE SÃO JUSTIFICADOS¹. EMBORA ELES NUNCA PODERÃO DECAIR DO ESTADO DE JUSTIFICAÇÃO², PODERÃO, CONTUDO, INCORRER NO PATERNAL DESAGRADO DE DEUS, E FICAR PRIVADOS DA LUZ DO SEU ROSTO, ATÉ QUE SE HUMILHEM, CONFESSEM OS SEUS PECADOS, PEÇAM PERDÃO E RENOVEM A SUA FÉ E O SEU ARREPENDIMENTO³. REF.:

- 1- Mt 6.12; I Jo 1. 7-9; I Jo 2. 1,2.
- 2- Lc 22. 32; Jo 10. 28; Hb 10.14; Fp 1.6; I Jo 2.19.
- 3- Sl 89. 31-33; Sl 32. 5; Mt 26. 26.75; Sl 51. 7-12; I Co 11. 30-32.

Síntese.

Somos justificados por Cristo, não auto-justificados.

O justificado, normalmente, reconhece seus pecados e os confessa.

Deus disciplina o pecador regenerado como um pai disciplina o filho.

Justificados, não justos

Deus é impecável por natureza; nele não existe egocentricidade, cobiça, desejos sensuais, impurezas morais de quaisquer espécies. O homem, diferentemente, em virtude de sua materialidade, sensorialidade, perecibilidade e limitação, condições decorrentes de seu estado de criatura degenerada pela queda, é incapaz de se manter íntegro e incontaminável nas suas relações morais e espirituais com o semelhante e com Deus. A malignidade originária do pecado de Adão, matriz da humanidade, permanece no homem. No regenerado, a graça salvadora e santificadora impede-lhe o domínio, mantendo-o sob controle. No ímpio, desenvolve-se danosa e destruidoramente, pervertendo-lhe o senso religioso, danificando-lhe o caráter, destruindo-lhe a alma.

O homem caído, portador da herança pecaminosa de seu ancestral de origem, sendo eleito do Pai, torna-se objeto da graça redentora conquistada por Cristo na cruz, embora mantenha a sua natureza pecaminosa, que pode aflorar em forma de deslizamentos morais, desvios da fé e até rebeldias contra o seu Salvador.

O Justificado, um confessante

O redimido peca, arrepende-se, confessa seu pecado ao Redentor, recebendo dele o perdão. Mesmo fraco, mas penitente, Deus o mantém sob o pálio da graça e não o exclui da salvação: *Todo aquele que o Pai me dá, esse virá a mim; e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora* (Jo 6.37 cf Jo 6. 39; Jo 10. 27- 29). Deus não permite que o pecado, no eleito, seja fatal, destruindo-lhe a vida espiritual. O servo de Deus pode adoecer espiritualmente, mas a misericórdia do Salvador o corará.

O reprovado não tem consciência de pecado, não se atemoriza com o fato de ser pecador e, em consequência, necessitar do perdão divino. Peca, como se o pecado fosse a coisa mais natural do mundo. Chega mesmo a vangloriar-se dos delitos que comete, das blasfêmias que profere contra Deus. Os réprobos encaram os atos pecaminosos e os estados de depravação espiritual como opções de vida, como direitos humanos. O horror ao pecado, que atormenta os justificados, não se encontra na psique dos injustos reprovados.

O Pai celeste disciplina o filho rebelde

Deus cuida de seus filhos, velando-lhes a existência, protegendo-os contra os males que lhes afetam a alma, os poderes mortíferos que os assediam continuamente. Este cuidado paterno leva o supremo Genitor dos eleitos a discipliná-los, quando pecam, mas não se arrependem, não confessam suas culpas, não lhe imploram o perdão:

Ora, na vossa luta contra o pecado, ainda não tendes resistido até ao sangue e estais esquecidos da exortação que, como a filhos, discorre convosco: Filho meu, não menosprezes a correção que vem do Senhor, nem desmaies quando por ele és reprovado; porque o Senhor corrige a quem ama e açoita a todo filho a quem recebe. É para disciplina que perseverais (Deus vos trata como filhos); pois que filho há que o pai não corrige? Mas, se estais sem correção, de que todos se têm tornado participantes, logo, sois bastardos, não filhos (Hb 12. 4-8). Toda disciplina, com efeito, no momento não parece ser motivo de alegria, mas de tristeza; ao depois, entretanto, produz fruto pacífico aos que têm sido por ela exercitados, fruto de justiça. Por isso, restabelecei as mãos decaídas e os joelhos trôpegos; e fazei caminhos retos para os pés, para que não se extravie o que é manco; antes, seja curado (12.11-13).

Deus disciplina e corrige os seus eleitos redimidos em Cristo Jesus, não somente para reabilitá-los à fidelidade filial, quando rebelados ou transviados, mas também para reencaminhá-los, educá-los e santificá-los. O Pai celeste não abandona seus filhos e nem permite que eles se desviem de sua Palavra e desprezem o lar paterno. Deus é misericordioso para perdoar sempre o filho arrependido, mas é justo para castigá-lo com rigor, se, pecando, não se arrepender.

Justificação no Velho e no Novo Testamentos.

XI. 6- A justificação dos crentes sob o Velho Testamento era, em todos estes respeitos, a mesma justificação dos crentes sob o Novo Testamento¹. Ref.:

1- Hb 11.13; Jo 8.56; Gl 3. 6-8; At 15.11; Rm 3.30.

SÍNTESE

Não há separação entre lei e graça, pois em ambas Deus opera em benefício dos eleitos

Cristo é o Salvador de todos os eleitos.

Não há separação entre lei e graça

Não se deve pensar que o Deus do Velho Testamento é o da justiça implacável, da condenação sem misericórdia; enquanto o do Novo Testamento é o da misericórdia ilimitada, do perdão irrestrito. Estabelecer oposição entre graça e justiça na história da redenção é não compreender a obra divina da salvação revelada no Antigo e no Novo Testamentos, nas quais o Criador, o Rei, o Juiz e o Salvador são mesmo Deus, exercendo todas estas funções com absoluta equidade e equanimidade. Não se pode, pois, tratar isoladamente um aspecto da operação divina; isto redundaria em visões parciais e definições inadequadas do ser divino. Deus é justiça e graça na criação, na providência, na redenção e no juízo. Ele foi gracioso na criação do homem, justo no seu julgamento, quando pecou; e misericordioso na providência da salvação, da eleição de seu povo e no envio de Cristo para remissão de seus escolhidos. Condenou Caim, o fratricida e, ao mesmo tempo, protegeu-o do assassinato pressuposto (Gn 4. 11-15). Retirou o seu povo do Egito, onde se encontrava sob a escravidão faraônica, num ato de graça, mas depois, sob seus cuidados e governo, deu-lhe a lei, sistema legal e ético para relacionamento com o Supremo Governante e com os semelhantes na unidade nacional. A lei, portanto, é dádiva do Deus da graça ao seu povo eleito, depois de liberto da escravidão estrangeira. Se Deus é uno na unidade trina, que razão lógica e teológica temos de separar o Pai do Filho, inquinando o primeiro de “legalista” e qualificando o segundo de “perdoador liberal”? Além do mais, a retíssima justiça divina e sua infinita graça encontraram-se na cruz, onde Deus, na pessoa de Cristo, puniu-se a si mesmo, para justificar os pecadores eleitos. A graça só foi possível, porque a justiça foi cumprida: a morte recaiu sobre o Filho de Deus, que morreu em lugar do pecador, livrando-o da condenação eterna. Portanto, sem justiça não há graça.

Cristo é o justificador de todos os eleitos

A justificação de todos os eleitos, em todos os tempos, realiza-se no grande e eternamente Eleito, Jesus Cristo. Ninguém a si mesmo se justificou ou se justifica pelas obras da lei, mas pela crença em Cristo: os do Velho Testamento, pela fé no Messias prometido; os do Novo, porque depositaram confiança na promessa realizada no Verbo de Deus encarnado. O povo de Deus na velha e na nova dispensações originou-se em

Cristo. Somente Cristo salva e preserva o salvo. Todos foram eternamente eleitos no Filho de Deus e para ele. A lei serviu para revelar a vontade diretiva de Deus e estabelecer controle ético e espiritual sobre o eleitos de Deus, mas somente a fé salvadora no Cristo da promessa foi eficaz para redenção dos vocacionados e agrupados da Igreja de Deus (Cf Hb 11.13; Gl 3.6-8; Rm 3.30). Na verdade, ninguém chega ao Pai, a não ser pelo Filho (Jo 14. 6). No Velho Testamento não se obtinha perdão pela lei, mas por meio de sacrifícios expiatórios, que tipificavam o Cordeiro de Deus que haveria de vir; e veio, sendo sacrificado pelos pecadores preordenados à salvação. A obra de salvação realiza-se em Cristo e nele se consuma de modo perfeito, completo e permanente, pois ele é eterno e eternamente eleito para chamar, congregar e salvar os predestinados à redenção.

FONTES AUXILIARES

- 01- Eleitos de Deus, R. C. Sproul, 1ª Edição, SP, 1998, Editora Cultura Cristã.
- 02- Perseverança dos Santos, Onezio Figueiredo; Pastoral, quando pastor da Igreja Presbiteriana Ebenézer de São Paulo.
- 03- Justificação, J. I. Packer, em “ O Dicionário da Bíblia”, vol. II, Junta Editorial Cristã, SP, 1ª Edição, da pág. 896 a 900.
- 04- Justiça, Justificação, C. Brown em “Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, Edições Vida Nova, SP, 1ª Edição, 1992, vol. II, da pág. 526 a 547.
- 05- Justification, Justify, E. C. Blackman, artigo em “ The Interpreter’s Dictionary of the Bible, Abingdon Press, NY, USA, Vol., II, págs. 1027 a 1030.
- 06- Justificação, Louis Berkhof, em “Teologia Sistemática”, Luz Para o Caminho, Campinas, SP, 4ª Edição, págs. 514 a 530.

DA ADOÇÃO. **Capítulo XII**

Todos os que são justificados é Deus servido, em seu único Filho Jesus Cristo e por ele, fazer participantes da graça da adoção¹. Por essa graça eles são recebidos no número dos filhos de Deus e gozam a liberdade e privilégios deles²; têm sobre si o nome dele³, recebem o Espírito de adoção⁴, têm acesso com confiança ao trono da graça⁵ e são habilitados a clamar: Abba, Pai⁶; são tratados com comiseração⁷, protegidos⁸, providos⁹ e por ele corrigidos, como por um pai¹⁰; nunca, porém, abandonados¹¹, mas selados para o dia da redenção¹², e herdaram as promessas¹³, como herdeiros da eterna salvação¹⁴. Ref.:

- 1- Ef 1.5; Gl 4.4,5.
- 2- Jo 1.12; Rm 8.17.
- 3- Ap 3.12.
- 4- Rm 8.15.
- 5- Ef 3. 12; Hb 4.16; Rm 5.2.
- 6- Gl 4.6.
- 7- Sl 103. 13.
- 8- Pv 24.26; Sl 27. 1-3.
- 9- Mt 6. 30-32; I Pe 5.7.
- 10- Hb 12.6.
- 11- Lm 3.31; Hb 13.5.
- 12- Ef 4.30.

- 13- Hb 6.12.
14- I Pe 1.4; Hb 1.14.

SÍNTESE

Somos filhos de Deus por adoção, não por criação ou geração.

Como filhos, temos benefícios, privilégios e deveres.

O Espírito Santo testemunha internamente no eleito regenerado, atestando sua filiação ao Pai por meio do Filho.

Abba, Pai é uma exclamação filial.

Introdução:

Em Israel não havia o costume da adoção de filhos. Quando a mulher era estéril, resolvia a questão por meio do concubinato. O filho da concubina não lhe pertencia; era patrimônio filial da esposa, mãe de direito e de fato. Por esse processo, a mulher garantia seu casamento e conservava a bênção da maternidade. A reprodução ficava sob inteira responsabilidade do marido. A mulher era considerada simples veículo ou meio pelo qual o homem perpetuava a espécie. Assim sendo, a esposa jamais poderia, se o esposo fosse incapaz de fecundá-la, arranjar um “reprodutor” substituto para garantir a progênie. Não há, portanto, registro de “marido infecundo” cuja parceira tenha mantido a descendência por concubinato masculino.

Cristo é o esposo da Igreja (Ef 5. 22-32), sendo esta a mãe de todos os filhos que o Salvador adota. A Igreja não gera filhos para o Esposo, Jesus Cristo; estes são regenerados e adotados por Deus, e a ela entregues para o crescimento e domesticação cristã. No seio da Igreja recebem a alimentação, proteção, amor e o carinho maternos indispensáveis à formação e ao crescimento. Enganam-se os que pensam, ou aceitam sem pensar, que a Igreja é a mãe, a única que pode encher, por vontade e decisão próprias, a casa do Pai celeste de filhos. E se ela não os der, Deus não os terá. Por outro lado, há os que entendem que a Igreja é a “madre” pela qual Deus traz seus herdeiros ao mundo, salva-os e os santifica. A Igreja é instrumento, não agente, tanto da regeneração como da adoção: tudo é obra de Deus por meio de seu Filho, nosso Senhor Jesus Cristo. O Corpo de Cristo, a unidade eclesial, não tem duas cabeças de sexos diferentes, mas uma só: Cristo Jesus. Ela não é gerada nem dirigida por uma divindade feminina, a “deusa-mãe”, mas privativa e exclusivamente pela unidade trina: Pai, Filho e Espírito Santo. Sem a encarnação do Verbo, que introduziu na humanidade a natureza de Deus, a adoção seria impossível: somos adotados em Cristo Jesus, o eterno Filho natural de Deus. Nele e por ele tornamo-nos filhos por adoção.⁴⁹

Filhos de Deus por adoção

Os eleitos são preordenados à filiação divina por adoção: *Assim como nos escolheu nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1.4,5).* Duas questões estão implícitas na doutrina paulina da adoção pela graça:

Primeira: Israel, até o advento de Cristo, era o único povo de Deus, fato que, naturalmente, excluía outros povos. Os pactos abraâmico e mosaico foram feitos exclusivamente com Abraão e seus descendentes, respectivamente, cujos sinais de vinculação à aliança e de integração à “nação santa” foram, sucessivamente, a circuncisão e a lei. Todo israelita circunciso, que se submetesse à lei, dada

⁴⁹ - F. J. Leenhardt em Epístola aos Romanos- Comentário Exegético, 1ª Edição, ASTE, páginas 212 a 218.

privativamente à posteridade de Jacó, que fora retirada da escravidão egípcia, possuía as credenciais de “adotado por Deus” e de ser seu súdito, de poder a si mesmo denominar-se e ser por outros denominado, “filho de Deus”, o Rei dos reis”. A circuncisão não se destinava aos gentios, não se lhes aplicava; e lei não lhes concernia. Assim, de modo exclusivo, a nação de Israel (e dentro dela cada israelita) recebia o título dignitário e qualificativo de “filho de Deus”:

Dirás a Faraó: Assim diz o Senhor: Israel é meu filho, meu primogênito. Digo-te, pois: Deixa ir meu filho, para que me sirva (Ex 4.22,23).

Ouvi, ó céus, e dá ouvidos, ó terra, porque o Senhor é quem fala: Criei filhos e os engrandeci, mas eles estão revoltados contra mim (Is 1.2).

Quando Israel era menino, eu o amei; e do Egito chamei o meu filho (Os 11.1).

A circuncisão, que assinalou uma raça preferida de Javé; a lei imperativa e impositiva, que caracterizou e ordenou uma nação teocrática sem inclusão estrangeira, cederam lugar ao batismo cristão indiscriminatório e ao mandamento do amor, este, implantado nos corações regenerados. Hoje, em Cristo Jesus, judeu-gentio, pois tinha sangue da palestina Raabe e de Rute, a moabita (Mt 1.5), todas as raças incluem-se, formando um corpo uno com representantes de todas as etnias. Um brasileiro eleito, miscigenado por natureza, regenerado e justificado é, por adoção, filho de Deus.

Segunda: A adoção não é obra isolada de Deus, à margem da redenção em Cristo Jesus. Ela deriva da expiação, da reconciliação do pecador pela mediação do Cordeiro eterno. Somos adotados pelo Pai como filhos, porque ele nos vê e nos recebe em seu Filho amado, nosso Salvador. O Filho de Deus, por intermédio de quem herdamos a paternidade divina, possui filiação natural e eterna, sendo nesta condição referido na unidade trinitária, pois dela é parte integrante: Pai, Filho e Espírito Santo. Nossa filiação ao Pai celeste, mediante a graça, aconteceu por adoção; a de Cristo é por natureza, essencialidade e consubstancialidade eternas. Como o velho homem foi gerado em Adão, o novo é regenerado em Cristo Jesus, o segundo Adão. A Igreja, pois, não é uma “geração” de Deus, emanada dele; é uma “regeneração” em Cristo Jesus, uma nova criação por meio do “Verbo (Logos) divino”, substancialmente espiritual. O regenerado, no curso da existência terrena, é preparado por Deus para a vida plena no seu lugar próprio, o reino messiânico escatológico. Na peregrinação da vida física, no entanto, o justificado é “feito filho de Deus” mediante o dom da fé salvadora: *Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus; a saber: os que crêem no seu nome (Jo 1.12).*

Ninguém se faz filho de Deus. Os graciosos atos de Deus pelos quais nos tornamos seus filhos são: A eleição eterna, o nascimento do eleito no tempo predeterminado, o chamado eficaz e irresistível, a salvação em Cristo, a regeneração, a adoção, a santificação e a glorificação no reino escatológico do Cordeiro.

Como filhos, temos as bênçãos paternas

Bênção da sustentação: *Ora, se Deus veste assim a erva do campo, que hoje existe e amanhã é lançada ao forno, quanto mais a vós, homens de pequena fé? Portanto, não vos inquieteis, dizendo: Que comeremos? ou: Com que nos vestiremos? Porque os gentios é que procuram todas essas coisas; pois vosso Pai celeste sabe que necessitais de todas elas (Mt 6. 30-32, ver também Gl 4.4,5).*

Bênçãos da exaltação e do cuidado paternal: *Humilhai-vos, portanto, sob a poderosa mão de Deus, para que ele, em tempo oportuno, vos exalte, lançando sobre ele toda a vossa ansiedade, porque ele tem cuidado de vós (I Pe 5.6,7).*

Ao vencedor, fá-lo-ei coluna no santuário de meu Deus, e daí jamais sairá; gravarei também sobre ele o nome de meu Deus, o nome da cidade de meu Deus, a nova Jerusalém, que desce do céu, vinda da parte de meu Deus, e o meu novo nome (Ap 3.12 ver também Rm 8. 17).

A bênção da proteção e segurança: *Por intermédio de quem obtivemos igualmente acesso, pela fé, a esta graça, na qual estamos firmes; e gloriemo-nos na esperança da glória de Deus (Rm 5.2).*

No temor do Senhor tem o homem forte amparo, e isso é refúgio para os seus filhos (Pv 14.26).

Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo que, segundo a sua muita misericórdia, nos regenerou para uma viva esperança, mediante a ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, para uma viva herança incorruptível, sem mácula, imarcescível, reservada nos céus para vós que sois guardados pelo poder de Deus, mediante a fé, para salvação preparada para revelar-se no último tempo (I Pe 1. 3-5 cf Hb 13.5).

Porque eu estou bem certo de que nem morte, nem vida, nem os anjos, nem os principados, nem as coisas do presente, nem do porvir, nem os poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor (Rm 8.38,39). Uma vez adotado, filho para sempre, com todos os direitos concedidos e todas as bênçãos decorrentes da filiação, inclusive as da perpetuidade da condição filial e os indescritíveis e incalculáveis privilégios da paternidade divina.

A bênção da herança eterna: *Ora, se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo: se com ele sofremos, também com ele seremos glorificados (Rm 8.17 cf Ef 4. 30).*

A bênção da dádiva do Espírito Santo: *E, porque somos filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai! (Gl 4.6).*

Porque não recebestes o espírito de escravidão, para viverdes, outra vez, atemorizados, mas recebestes o espírito de adoção, baseados no qual clamamos: Aba, Pai (Rm 8. 15).

A bênção da correção paterna: *O Senhor corrige a quem ama, e açoita a todo filho a quem recebe (Hb 12.6).*

O Testemunho interno do Espírito sobre a filiação

A certeza de que somos “filhos de Deus por adoção” não procede da razão, não se origina de convicções religiosas, não emana do misticismo sentimentalizado: vem do Espírito Santo, que habita o regenerado: *O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus (Rm 8.16).* O verdadeiro “filho de Deus” não precisa “convencer-se a si mesmo”, ser convencido, convencer os outros de sua condição graciosa de filho, pois Deus opera tal convicção em seu coração e mente de maneira natural. O divino Espírito do Pai age no filho por meio de seu espírito humano, independentemente de sua idade, grau de inteligência e nível cultural. Agindo no interior do crente verdadeiro, o Pai celeste o conduz nas sendas da redenção e da santificação, além de assisti-lo em suas fraquezas, qualificando, espiritualizando e destinando adequadamente as suas orações, não conforme os desejos imperfeitos do servo falível, mas segundo a vontade do Salvador: *Também o Espírito, semelhantemente, nos assiste em nossa fraqueza; porque não sabemos orar como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nos sobremaneira, com gemidos inexprimíveis. E aquele que sonda os corações sabe qual é a mente do Espírito, porque segundo a vontade de Deus é que ele intercede pelos santos (Rm 8.26,27).*

A prova de que sou filho de José Figueiredo está indelevelmente registrada no meu ser: herdo o DNA de meu genitor. A prova de que sou filho de Deus reside no “selo” e no “penhor” do Espírito Santo com o qual Deus me assinalou e me marcou como seu filho por e em Jesus Cristo, para que pertença privativamente a ele: *Em quem também vós, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação, tendo nele também crido, fostes selados com o Santo Espírito da promessa; o qual é o penhor da nossa herança, até ao resgate da sua propriedade, em louvor da sua glória (Ef 1. 13,14 cf II Co 1.22; II Co 5.5; II Tm 2.19; Ef 4.30; Ap 7.4).*

Assim como se nasce fisicamente uma só vez; nasce-se espiritualmente (regeneração) para sempre. O Espírito Santo em nós garante-nos a eternidade da filiação. Que bênção termos recebido a graça da adoção! Deus seja perpetuamente louvado!

Abba, Pai. O regenerado não toma conhecimento de sua filiação a Deus por meio de Cristo apenas por via intelectual, pois a certeza de ser filho de Deus resulta da implantação, pelo Espírito Santo em seu novo ser, da consciência e do sentimento indiscutíveis de que sua procedência espiritual está em Cristo Jesus no qual se insere e do qual herdou a nova natureza. Eis porque, do fundo de suas emoções filiais, clama, nas horas alegres e felizes e nos momentos de tristeza e angústia, àquele que lhe deu o ser regenerado e é o regaço de sua segurança e esperança: *Abba, Pai!*⁵⁰ Foi, na verdade, a graça da adoção que nos outorgou a bênção da filiação; e esta possibilitou a dádiva do Espírito de Deus, isto é, o Espírito do Pai na vida e na direção do filho regenerado: *E, porque vós sois filhos, enviou Deus ao nosso coração o Espírito de seu Filho, que clama Aba, Pai! (Gl 4.6).* É na condição de filho que sentimental e emocionalmente clamamos evocativa e invocativamente: *Pai Nosso que estás nos céus... (Mt 6.9).*

A filiação cria no adotado os seguintes benefícios:

- a- Direitos de filho por livre e benevolente escolha do Pai.
- b- Estabelece vínculos filiais, não por meio de geração natural e elos genealógicos, mas mediante a graciosa adoção em Cristo Jesus.
- c- Garante herança na glória eterna do Pai (Gl 4.7; Rm 8.17).
- d- Como filhos de direito, mas no amor de Deus, falamos diretamente com nosso Pai, em oração, clamando: *Abba, Pai!*.

FONTES AUXILIARES

- 1- Adoção, M. A. MacLeod, em “Novo Dicionário da Bíblia”, pag. 34, Ed. Vida Nova, SP, 1ª Edição, 1966, vol. I.
- 2- Adopción, John Murray em “Diccionario de Teologia”, Grand Rapids, Michigan, USA, 1ª Ed, em espanhol, 1985, pág. 26.
- 3- Adoção, P. H. Davids em “Enciclopédia Histórico – Teológica da Igreja Cristã. Ed. Vida Nova, SP, 1ª Ed., 1988, vol. I, pág. 18”.
- 4- Adoption, C. F. D. Moule em “The Interpreter’s Dictionary of the Bible, Abingdon Press, NY, USA, vol. I, 1ª Ed. 1962, págs. 48,49.
- 5- *Huiotesia* (adoção), W.V. Martz e Schweizer em “ Theological Dictionary of the New Testament, Kittel, WM. B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan, USA, vol VIII, 1980, págs 397 a 399.
- 6- Adoção, M. Bernoulli em “Vocabulário Bíblico”, organizado por Von Almen, ASTE, SP, 1ª Ed., pág. 11.
- 7- F. J. Leenhardt, Espítola aos Romanos – Comentário , ASTE, Campinas, SP, 1ª Edição, 1969.

⁵⁰ - Ver Calvino, em Instituas, Livro III, cap. 1. § 3.

8- Calvino, Romanos, Edições Paráclitos, 1ª Edição, 1997, tradução de Valter G. Martins: comentário de Rm 8.12-14 e Rm 14.15-18.

DA SANTIFICAÇÃO

Capítulo XIII

DEUS SANTIFICA SEUS ELEITOS.

XIII.1- *Os que são eficazmente chamados e regenerados, tendo criado em si um novo coração e um novo espírito, são, além disso, santificados real e pessoalmente pela virtude da morte e ressurreição de Cristo, pela sua palavra e pelo seu Espírito, que neles habita¹; o domínio do corpo do pecado neles todo destruído², as suas várias concupiscências são mais e mais enfraquecidas e mortificadas³, e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadoras⁴, para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá a Deus⁵. Ref.*

- 1- At 20.32; Rm 6.5,6; Jo 17.17; Ef 5.26; II Ts 2.13.
- 2- Rm 6. 6,14.
- 3- Rm 8.13; Gl 5.24; Cl 3.5.
- 4- Cl 1.11; II Pe 3.13-14.
- 5- II Co 7.1; Hb 12.14.

SÍNTESE

Somente os eleitos chamados são santificados.

A santificação parte da regeneração.

Santificação é obra da graça para aperfeiçoamento dos santos e não para purificação salvadora.

Somente os santos santificam-se

Os eleitos chamados tornam-se santos, e exclusivamente eles. Os convocados, pela fato do chamamento, tornam-se santos, isto é, separados por Deus e para ele. A santificação, pois, não é um meio pelo qual o homem torna-se “puro” e, conseqüentemente, “aceitável” diante de Deus. A fé reformada sustenta a doutrina da depravação total de todos os seres humanos, inabilitando-os à beatificação e à reconciliação com Deus por meios próprios: *Não há justo, nem sequer um; não há quem entenda, não quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem; não há nem um sequer (Rm 3. 10,11)*. A santificação, sendo uma dádiva da graça divina mediante a justificação, não pode ter graduação privilegiadora: um crente menos e outro mais santificado. O céu, pelo que se deduz da revelação escriturística, não se constitui de classes espiritualmente diferenciadas, conforme o nível de santidade em que cada um morreu: santos inferiores, médios e superiores. O ladrão, parceiro de cruz do divino Mestre, estará, no reino celeste, em situação menos qualitativa do que o grande apóstolo Paulo? Certamente, não; pois tanto as almas redimidas no estado intermediário como os ressurretos no futuro domínio eterno do Cordeiro são e serão absolutamente iguais, exatamente por serem todos igualmente eleitos para serem filhos amados de Deus em Cristo Jesus sem qualquer privilegio especial. O desvelo do Pai, na terra e no céu, é o mesmo para com todas as suas “crianças”, objetos do seu amor indiscriminador para com os seus “adotados” em Cristo Jesus. A santificação é um processo, não para melhorar o estado final de glória junto ao Salvador, mas para qualificar cada vez

mais o servo de Deus: a- Aumento de sua obediência, submissão e respeito. b- Mais conhecimento da vontade de Deus expressa em sua Palavra, mediante a leitura constante e o ouvir os verdadeiros profetas de Deus. c- Maior dedicação e mais consagração aos ministérios que o Espírito lhe concedeu na união fraternal dos eleitos e na esfera secular. d- Maior domínio sobre os maus desejos, as concupiscências da carne e as tendências pecaminosas. e- Poder gradualmente acentuado para vencer o maligno e as tentações por pensamentos e variadas insinuações externas. Não nos santificamos para a salvação, mas para o testemunho cristão e o serviço cada vez mais eficiente a nosso Senhor. Mas não é a quem mais serve que Deus confere mais glória. A satisfação de servir, sem recompensa imediata ou mediata, é própria e natural de quem o faz por amor ao ser amado. Serve a Deus aquele que por ele foi adotado como *filho - servo* e agraciado com o galardão da vida, jamais por interesses pessoais aos benefícios divinos de quaisquer espécies.

Santificação, processo salvador?

Os que entendem que a santificação é um “processo progressivo” em direção a Deus ou à idealidade segundo a preferência divina, colocam o homem como responsável pela sua salvação. Mesmo que o dito “processo salvador” parta da regeneração, o conceito menospreza a obra graciosa do Espírito Santo na vida do redimido. E mais, consciente ou inconscientemente, negam a “eficácia” da graça, a justificação exclusivamente pela fé salvadora e a suficiência da regeneração. Uma vez regenerado por obra exclusiva de Deus em Cristo Jesus, nova criatura para sempre e eternamente filho de Deus: *Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão para sempre, eternamente, e ninguém as arrebatará da minha mão (Jo 10. 28)*. Tanto a salvação como a santificação incluem-se no eterno decreto eletivo de Deus. Fomos predestinados à salvação e à santificação, segundo os supremos propósitos do Salvador: “...Deus nos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade (II Ts 2. 13). Assim nos escolheu nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1. 4,5)”. Em suma: a santificação decorre da eleição, e esta provém do inescrutável amor de Deus, realizado perfeita e definitivamente em seu Filho amado, Jesus Cristo. Tanto o novo nascimento como o conseqüente crescimento, conforme a nova natureza, são operações da graça em cada regenerado, efetivadas pelo Espírito Santo que habita todos os renascidos em Cristo Jesus e os guia nas sendas da verdade revelada: *Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito se, de fato, o Espírito de Deus habita em vós. E, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele. Se, porém, Cristo está em vós, o corpo, na verdade, está morto por causa do pecado, mas o espírito é vida, por causa da justiça. Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito, que em vós habita (Rm 8. 9-11). Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus (Rm 8. 14). Se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele (Rm 8. 9)*. Deus elege; Cristo salva; o Espírito Santo habilita para a servitude; e ele o faz de dentro para fora, pois habita o redimido, efetuando nele tanto o querer como o realizar (Fp 2. 13). Deus, que santificou pela justificação e pela regeneração, continua operando no servo redimido a santificação: *Estou plenamente certo de que aquele que começou boa obra em nós há de completá-la até ao Dia de Cristo Jesus (Fp 1.6)*. O eleito

regenerado progride espiritualmente sob a orientação das Escrituras, a inclusão no corpo vivo de Cristo, a Igreja, e atuação constante nele e sobre ele do Espírito Santo.

A santificação é um “processo de crescimento” do regenerado, não para melhoria ou bem do santificando, mas para glória de Deus e eficácia ministerial do santo: separado para Deus. A divindade não é “contratada” pela Igreja ou por qualquer de seus membros para agir em seu favor; ele nos requereu para si desde a eternidade, fez-nos vir à luz, chamou-nos, justificou-nos e nos regenerou em Cristo. Jesus santifica-nos pela sua Palavra e pelo seu Espírito, que nos foi dado. Assim, nós não nos fizemos servos, nem santos, nem santificados: tudo é obra de Deus pela sua inefável graça. Por isso, o autor da Carta aos Hebreus podia dizer que “sem a santificação ninguém verá o Senhor” (Hb 12. 14).

A santificação origina-se na regeneração

Cristo garantiu a Nicodemos que aquele que não nascesse de novo não poderia ver o reino de Deus (Jo 3. 3.3) e que tal nascimento incluía: a- O ingresso na Igreja de Cristo pelo batismo (nascer da água). b- A operação interna do Espírito Santo (nascer do Espírito). Desta forma, o batismo é “o sinal visível da graça invisível”. Sem regeneração não há santificação, pois ela cria todas as condições na nova criatura para a “maturidade espiritual” (*teleotes* = maturidade ou perfeição). Essa nova criatura não se torna melhor nem pior espiritualmente (com mais ou menos graça) no processo de crescimento, que não é beatificamente progressivo, mas ministerialmente construtivo. Deus, pela regeneração, cria o novo homem e promove o seu crescimento e desenvolvimento no sentido da frutificação, não necessariamente da purificação. A “limpeza”, o próprio Regenerador a realiza tanto no indivíduo como na comunidade eclesial: *Todo ramo que, estando em mim, não der fruto, ele o corta; e todo o que dá fruto, limpa, para que produza mais fruto ainda* (Jo 15. 2).

Homem, ser psicossomático.

VIII.2- *Esta santificação é no homem todo¹, porém, imperfeita nesta vida; ainda persistem em todas as partes dele restos da corrupção, e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável: a carne lutando contra o espírito e o espírito contra a carne². Ref.*

1- I Ts 5. 23.

2- I Jo 1. 10; Fp 3. 12; Gl 5. 17; I Pe 2. 11; Rm 7. 19,23.

SÍNTESE

Santificação é do homem integral.

As oposições internas e externas à santificação.

Santificação integral

Ninguém elimina o pecado pela santificação, chegando a um estado de pureza. Toda santificação, por mais intensa que seja, é imperfeita e incompleta, pois o redimido, apesar de justificado, continua na condição de pecador.

A tendência de dicotomizar o ser humano em entidades distintas, independentes e até conflitantes – corpo e alma - pode, grosso modo, ser exposto assim:

a- A parte material é depósito e fonte de todas as “sujeiras” morais, pois tudo se deriva do sensorial, pensam os dicotomistas. O organismo humano é pura natureza e, como tal, participa, compartilhando-se, do universo biológico com toda a sua

transitoriedade, necessidades vitais, instintos, sentimentos, paixões, competições, dominações e ciclo existencial. Sendo a matéria má e perecível; localizando-se estritamente no cérebro pensamentos e sentimentos; imaginando-se que o pecado expressa-se pelos sentidos, e estes são cerebralmente produzidos e comandados; conclui-se que a malignidade é genuinamente sensória, biofísica por natureza. Neste caso, a morte, eliminando o corpo, elimina também o pecado, que nele se localiza. A herança da visão platônica do corpo humano ainda é muito forte, principalmente entre pessoas religiosamente mal formadas e nos meios espiritualistas.

b- A alma, acreditam, é limpa em si mesma, pois é essencialmente espiritual, livre das contaminações e carências próprias dos organismos vivos: sexo, alimentação, sobrevivência, defesa e prazer. O prazer obtém-se pelo uso de coisas e pessoas prazerosas. Com tal conceito de alma, conclui-se que a “espiritualidade” reside nela, nada tendo a ver com o corpo. A morte, neste caso, é a sua libertação, para que ela volte, incontaminada, ao mundo dos espíritos, depois de desagradável e penoso encarceramento na matéria corporal.

As Escrituras não vêem o homem dicotomicamente, mas como um ser pneumossomático, uma unidade indivisível, embora composto de corpo e alma, mas perfeitamente integrados. O estado final do servo de Deus no reino escatológico de Cristo Jesus é integral: corpo – espírito (pneumossoma) ressurreto, incorruptível e imortal. O homem é uma individualidade indissolúvel, constituído de corpo e alma. Ele não é uma alma habitando um corpo, nem um corpo habitado por uma alma; é “alma-corpo”, *psicossoma*. É assim que Deus o fez, e assim que o quer no seu reino. O pecado, portanto, afeta o ser humano inteiro, não parte dele. Santifica-se, portanto, o homem, cujo objetivo preestabelecido pelo Criador era ser exclusivamente seu, destinado ao seu serviço, adoração e louvor. Para cumprimento de tais finalidades, foi criado à imagem e semelhança do Criador. Ser santo, portanto, significa pertencer privativamente a Deus e servi-lo exclusivamente, quer nas funções seculares quer no exercício dos carismas eclesiais (ministeriais e litúrgicos). O corpo foi criado por Deus, e nele insuflado o espírito, completando a criação da mais extraordinária e sublime das criaturas, o homem. Se a corporalidade não fosse importante e necessária, o Filho de Deus não se encarnaria. O corpo do eleito regenerado é o templo do Espírito Santo (I Co 6. 19).

Oposições internas e externas à santificação

O regenerado enfrenta fortíssimas oposições à vida cristã autêntica; esta, segundo a vontade de Deus expressa nas Escrituras. Eis algumas barreiras à santificação:

a- **A queda.** A queda deprimiu o homem. As suas cicatrizes abertas continuam em seu espírito, de tal maneira que o fazer o bem está na sua mente e em sua consciência, mas nem sempre o realizar, porque o pecado reside em sua natureza (Rm 7. 19-23). O salvo é justificado por Deus, mas não justo por si e em si mesmo. Lutero, detectando o estado do homem regenerado, deixou-nos a famosa e corretíssima sentença: *Simul justos et peccator*⁵¹: *pecador e justo ao mesmo tempo*. Quem, sendo crente, achar-se sem pecado, faz, com tal posição e sentimento, Deus de mentiroso, ficando ausente dele a persuasão e a direção de sua Palavra (I Jo 1. 10).

b- **A pressão interna.** O santo enfrenta a sua própria natureza pecaminosa. Foi a constatação de que o mal se opõe ao bem na consciência do regenerado que levou Paulo a exclamar: *Não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço*

⁵¹ - Apud William Hulme em *Dinâmica da Santificação*, pág. 16, Editora Sinodal, Corcórdia, RS, 2ª Edição.

(Rm 8. 19). O conflito entre a tendência à malignidade e o apelo do espírito regenerado à prática do bem fica evidenciada na declaração paulina: *Porque a carne milita contra o Espírito, e o Espírito contra a carne, porque são opostos entre si; para que não façais o que porventura seja do vosso querer (Rm 5. 17)*. Cumpre ao servo de Cristo fazer, não a sua vontade, mas a de seu Senhor. Santificação é submissão absoluta a Deus, com a conseqüente eliminação do egocentrismo da vontade dominada pelos desejos corrompidos.

c- **A Pressão externa.** Esta é exercida pelo mundo e pelo maligno: influências do meio pecaminoso e das religiões heréticas que, embora usem a Bíblia, muitas delas, são antropocêntricas, imediatistas e materialistas. Os falsos cristos têm causado males imensos ao verdadeiro povo de Deus, inclusive com a divulgação de falsos conceitos de pecado, conseqüenciando defeituosos princípios de santidade. O pecado, para muitos religiosos carismáticos, origina-se em Satanás e é de sua inteira responsabilidade. Exorcizando-o, elimina-se o mal, purifica-se o possesso ou “encostado”, concerta-lhe a vida. A transferência da culpa do homem para o Diabo pode ter bom efeito psicológico, mas causa danos espirituais irreparáveis.

Os meio ambiente, na cultura pós-moderna, está ficando cada vez mais “sem pecado”. Tudo é permitido. O puritano e o puritanismo, opostos aos maus costumes e aos prazeres concupiscentes, são execrados pelos hodiernos, os “indiscriminadores”. Reconhecemos que houve exageros éticos no puritanismo fundamentalista, mas muito mais há agora, na lascívia contemporânea. Confrontar uma ética bíblica com a da sociedade promíscua e moralmente lássida é desafiador. A fé confessional e a ética evangélica batem de frente com as crenças populares e com a moralidade pública. Não será “santo”, porém, o que não enfrentar a idolatria reinante e concupiscência generalizada.

O Diabo e o mundo, de mãos dadas, atacam os servos de Deus que, embora tenham boas intenções cristãs, são interiormente fragilizados pela natureza corrompida. Só a misericórdia de Deus pode fortalecê-los e ajudá-los. O regenerado por Cristo cresce em Deus e para ele sob a direção, operação e influência do Espírito Santo.

O salvo renascido passa a ter, como seu Mestre, Salvador e Guia, dupla dimensão: a material e a espiritual. O Nazareno venceu as limitações de sua humanidade: não pecou. O seu servo, no entanto, enfrenta a batalha das dimensões conflitantes e somente triunfa sobre os opostos internos e externos pela misericórdia de Deus e a defensora e ajudadora atuação do Espírito Santo na Igreja e no servo integrado nela.

O socorro do Espírito santificador.

XIII.3- *Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que permanecem¹, contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador, o Espírito de Cristo, a parte regenerada do homem novo vence², e assim os santos crescem em graça³, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus⁴. Ref.:*

- 1- Rm 7. 23.
- 2- Rm 6. 14; I Jo 5. 4; Ef 4. 15,16.
- 3- II Pe 3. 18; II Co 3. 18.
- 4- II Co 7.1.

SÍNTESE

O Espírito garante a vitória final na guerra contra o pecado.

O Espírito aperfeiçoa o crente para melhor servir a Deus.

Santificação no Espírito e por meio dele

A PALAVRA DE DEUS.

A PALAVRA DE DEUS É O MAIS PODEROSO MEIO EXTERNO DE SANTIFICAÇÃO, MAS NENHUMA EFICÁCIA TRANSFORMADORA TEM SE O ESPÍRITO SANTO NÃO ILUMINAR O LEDOR OU OUVINTE. A BOA NOVA DO EVANGELHO DE CRISTO É IMPLANTADA NA MENTE, NO CORAÇÃO E NA VIDA DO ELEITO DE DEUS PELO MESTRE DA REVELAÇÃO ESPECIAL NEO E VETEROTESTAMENTÁRIA, O SANTO ESPÍRITO DE DEUS. ELE É O ENSINADOR REVELACIONAL POR EXCELÊNCIA E O GUIA À VERDADE SACRA: *QUANDO VIER, PORÉM, O ESPÍRITO DA VERDADE, ELE VOS GUIARÁ A TODA A VERDADE; PORQUE NÃO FALARÁ POR SI MESMO, MAS DIRÁ TUDO O QUE TIVER OUVIDO E VOS ANUNCIARÁ AS COISAS QUE HÁ DE VIR (JO 16. 13).*

O ESPÍRITO.

ELE É MESTRE DAS ESCRITURAS E REVELADOR DE CRISTO, ATUA NO SER DO ELEITO, INDEPENDENTEMENTE DE SEU GRAU DE RACIONALIDADE. A INTELIGÊNCIA HUMANA NÃO PERSCRUTA NEM CAPTA A VERDADE DIVINA: ESTA NOS É DADA POR REVELAÇÃO; E, DEPOIS DE REVELADA, SOMENTE SERÁ COMPREENDIDA, ASSIMILADA E SEGUIDA POR ILUMINAÇÃO E CONDUÇÃO DO ESPÍRITO, QUE NOS CONVINCE DO PECADO, DA JUSTIÇA E DO JUÍZO (JO 16. 8-11).

A oração.

A oração é outro forte instrumento santificador, mas somente será verdadeira e adequada à vontade de Deus se produzida pelo Espírito Santo: *Também o Espírito, semelhantemente, nos assiste em nossa fraqueza; porque não sabemos orar como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós sobremaneira, com gemidos inexprimíveis (Rm 8. 26).*

Os sacramentos.

Os sacramentos são elementos santificadores, *sinais visíveis da graça invisível*, quando o Espírito, que operou o novo nascimento (Jo 3. 5), simbolizado e assinalado pelo batismo, abre a mente do comungante para “discernir o corpo” (I Co 11. 29), isto é, entender o propósito e o conteúdo sacramental para beneficiar-se dele.

Sobre a atuação do Espírito no crescimento espiritual do eleito regenerado, William Hume tem uma ilustração pertinente. Diz ele que somos como a planta que cresce em direção ao sol. Se os raios solares não se dirigirem para a planta, ela também não crescerá em sua direção. Poderão dizer que esta é a natureza do vegetal: depender da luz. Igualmente, a natureza do regenerado é depender de Deus, e este se volta para ele na pessoa de seu Filho, promovendo-lhe não somente o renascimento, mas o crescimento em sua direção⁵². O redimido é atraído pelo Redimido, pois com ele se identifica espiritualmente. Somos santos por dois motivos: Primeiro, Deus nos escolheu e nos separou para ele (I Pe 2. 9). Segundo, Deus é santo, e, estando no Santo, “o outro”, o absolutamente separado, tornamo-nos santos (I Pe 1. 16), separados para ele e com ele, interagindo com o divino.

A Igreja na santificação dos membros.

A Igreja é mais ou menos santa, santificando-se e santificante se na comunidade existe maior ou menor número de santos: os escolhidos, regenerados e salvos. Quando a Igreja se desvia das Escrituras, também deixa de ser cristocêntrica, tornando-se antropocêntrica. A tendência é transformar-se numa empresa religiosa, administrada pelos homens, com alvos preconcebidos por eles, conforme as previsões técnicas empresariais, ou perder-se num misticismo contemplativo,

⁵² - William Hume, obra citada, pág. 113, in fine.

emocional, voltada para o imediatismo coletivo ou individualista. O resultado final tem sido: manipulação de recursos econômicos, advindos da “paixão” dos fiéis, e mediação de “bênçãos temporais” aos “necessitados” suplicantes. A Igreja alimenta os membros, quando se alimenta das Escrituras, submete-se a Cristo e se deixa conduzir pelo Espírito Santo. O membro é são, se faz parte de um corpo sadio.

A Igreja é o corpo animado e conduzido por uma única cabeça, Jesus Cristo. As ações dela são originadas em sua Cabeça e por ela comandadas. Falamos de Igreja cristocêntrica, não antropocêntrica, da verdadeira, não da falsa. A cabeça condiciona e dirige o corpo e cada um de seus membros. O organismo executa o que a cabeça determina. O inverso não ocorre. Conclui-se que a santificação do corpo, a Igreja, somente ocorre por meio da atuação diretiva e imperativa de sua Cabeça, Cristo. Eis o que, a respeito, ensina Paulo: *Maridos, amai vossa mulher, como também Cristo amou a Igreja e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse (negrito nosso), tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra, para a apresentar a si mesmo Igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito (Ef 5. 25-27)*. Cristo santifica a noiva para si mesmo.

Conclusão:

- a- Porque somos “santos”, separados para Deus, este nos santifica para ele.
- b- Santificação é o crescimento do regenerado, não para si mesmo, mas para Deus e sua Igreja. Deus nos santifica para servir, jamais para sermos servidos. Deus quer que sejamos grandes como servos, não como senhores.
- c- Santificação é o crescimento espiritual para sermos melhores ministros (diaconoi) de Deus, não para sermos servidos por ele ou colocados acima de outros conservos. A adoção nos iguala a todos perante o Pai celeste.
- d- A santificação não nos promove pessoalmente, não nos engrandece acima de outros irmãos menos santificados; promove o reino do Pai de quem somos súditos. O melhor escravo é o que mais se submete e mais trabalha para o seu senhor. Como “*douloi*” (escravos) de Cristo, e devemos servi-lo com submissão e consagração: isto é ser santificado.
- e- Santificação não se realiza nem se efetiva por operação ou cooperação humana, mas por atuação divina no eleito, regenerando-o e santificando-o. Santificar-se, portanto, não é uma subida progressiva em direção a uma suposta “salvação plena” ou a uma imaginária “plenitude beatífica”. A salvação é completa e final por natureza, não podendo sofrer graduação de espécie alguma. Santificação é crescimento ou evolução graciosa da serviçalidade. Quando mais santo, melhor servo de Deus por eficiência, dedicação e consagração. O progresso da santificação se dá na oficina diacônica sob a administração direta de Cristo e supervisão do Espírito Santo, jamais no isolamento ascético de um claustro clerical ou na cela do misticismo individualista. Deus nos faz crescer para ele, porque dele somos, não para nós mesmos. O lucro da santificação do regenerado é de Deus, de seu reino e de seu povo, não daquele que está sendo santificado.

FONTES AUXILIARES

- 1- Dinâmica da Santificação, William E. Hulme, Editora Sinodal, Concórdia, RS, 1981, 2ª Edição.
- 2- TULIP, Duane Edward Spencer, Casa Editora Presbiteriana, SP, 1ª Edição, 1992.
- 3- Vocábulo de Deus, J. I. Packer, cap. “Santidade e Santificação”, Editora Fiel, São José dos Campos, SP, 1ª Edição, 1994.

- 4- Teologia Sistemática, Herman Bavinck, cap. sobre a Santificação, SOCEP, 1ª Edição, Santa Bárbara D'Oeste, SP.
- 5- Ἁγιασμος (santificação, santidade), Erlangen Otto Procksch em Theological Dictionary of the New Testament, 6ª Edição, 1974, Vol. I da página 113 a 115.
- 6- Santo, Consagrar, Santificar, Devoto, diversos, em artigos no Dicionário Internacional do Novo Testamento, Edições Vida Nova, SP, 1ª Edição, 1983, vol. IV, da página 364 a 378.

DA FÉ SALVADORA

Capítulo XIV

Fé, dom da graça.

XIV.1- A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação das suas almas, é a obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles¹, e é ordinariamente operada pelo ministério da palavra²; por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida³. Ref.

- 1- I Co 12. 3; Ef 2.8; Hb 12. 2.
- 2- Rm 10. 14,17.
- 3- I Pe 2.2; At 2. 32; Mt 28.19; I Co 11. 23-29; II Co 12. 8-10.

SÍNTESE

A Reforma afirma que a justificação é exclusivamente pela fé, mas fé salvadora. Fé salvadora é dádiva da graça e operação de Deus nos seus escolhidos. Deus clarifica a obra da redenção na mente dos escolhidos pelo Espírito Santo. A fé, embora possa ser enfraquecida, jamais será destruída.

Justificação pela fé

A doutrina da justificação somente pela fé (*sola fide*) correlaciona-se e se unifica com outras duas: 1- A absoluta suficiência das Escrituras (*sola Scriptura*) como exposição completa e final da vontade de Deus para com os homens, especialmente os seus eleitos. 2- A consumada obra de redenção efetuada em e por Cristo Jesus (*solus Christus*). Fora de Cristo não há salvação. A doutrina da justificação pela fé foi redescoberta, quando os reformadores detiveram-se nas cartas paulinas e as interpretaram. E o postulado da justificação pela fé cresceu e frutificou em todo solo reformado, em oposição ao esquema de salvação do romanismo, firmado no trinômio: *fé – sacramentos – obras meritórias*. Sustenta o romanismo que os sacramentos, tornados eficientes pela consagração sacerdotal, operam, por virtudes próprias, a purificação do pecador (*ex opere operato*). As boas obras justificam o fiel. Se forem excedentes, ficam acumuladas no depósito celeste dos “méritos super-rogorários”, podendo ser transferidos, mediante intercessão da Igreja, para terceiros, suplicantes meritoriamente inadimplentes. A submissão romanista, assentimento e obediência aos

dogmas da Igreja, coopera eficazmente para a aquisição do perdão, mas não tem poder de, em si mesma, justificar o crente que, mesmo tendo fé assentida, carecer de boas obras para efetivar-lhe a salvação. A Reforma opôs-se a tal sistema soteriológico, pregando a suficiência da fé para a justificação do pecador (Rm 3.28), mas ensinando que tal fé, se verdadeira, produz boas obras para a glória de Deus, não para benefício de seus praticantes (Tg 2.17), pois a fé salvadora é dom de Deus, não produto da razão humana. Na *ordo salutis* reformada, a *sola fide* emana de *solus Christus*: temos o carisma da fé justificadora porque somos salvos exclusivamente em e por Cristo, compreendido e apreendido pela revelação veiculada pelas Escrituras Sagradas, e somente por elas (*sola Scriptura*).

O que o romanismo entende por obras meritórias, aquelas que conferem méritos beatíficos aos praticantes é: Guarda dos dez mandamentos bíblicos, dos dez mandamentos da Igreja, frequência às missas, recepção da hóstia, contribuição financeira à Igreja, submissão ao clero, oração, jejuns, esmolas e demais exigências do ministério eclesiástico. A submissão passiva e obediente é a maior virtude do fiel católico. No sistema soteriológico romano quem sabe o que, e em que, o leigo deve crer é o clero que, como benefício do sacramento da ordem, foi “dotado” com o Espírito Santo, que lhe outorga o múnus da comunicação de bênçãos sacramentais à massa leiga genuflexada, penitente e suplicante. O sacerdócio vaticanista é o *intermediário exclusivo* entre o professante e confessante católico e a divindade, agente redentora.

O mistério da Fé

O homem possui tendências religiosas natas, que convencionamos chamar de *fé natural*, porque decorre da natureza humana, essencialmente mística, proveniente da aspiração ao eterno e ao transcendente, mas sob a influência da queda. O homem é, mas não se conforma em ser, limitado. Além da fé natural, temos: fé racional, fé psicológica, fé eclesial e fé carismática. A fé justificadora, porém, é a única que é dom espiritual de Deus. Por ela assimilamos os benefícios da graça redentora e os concretizamos em boas obras e testemunho cristão. A fé salvadora não é mensurável; não pode ser pequena ou grande, poderosa ou fraca, pois é dom de Deus, doado a todos os eleitos, que os habilita igualmente à recepção do chamado, à crença em Cristo Jesus, à santificação. Sendo o objetivo do dom da fé redentora a redenção, não há de sofrer variações para mais ou para menos, porque a salvação não é conferida gradualmente. Imaginemos, para efeito de argumentação, que um regenerado morra no momento de “fé fortíssima”, e outro faleça no infeliz instante de “fé enfraquecida.” Terá o regenerado de “fé fortíssima” *melhor salvação* que seu irmão de “fé enfraquecida?” Certamente, não.

A fé natural ou da religiosidade inata

O homem, por causa de sua origem, é um ser religioso por excelência. Ele foi criado, e de certa maneira é mantido, com dupla dimensão: material e espiritual. Trazendo a imagem do que é terreno, deveria trazer também a de origem celeste (Cf I Co 15. 49). Em decorrência de sua condição bivalente, o ser humano não se conforma com a temporalidade e a perecibilidade. Daí o seu esforço na direção do transcendente, o seu desejo de penetrar o além ou ser penetrado por ele. O misticismo, em grau maior ou menor, está presente na alma de cada pessoa, gerando crenças, as mais diversas: monoteístas e politeístas, monolátricas e polilátricas. A tais credences, chamam de fé. Às vezes incluem no conjunto de proposições, com intuito de comprovar, fortalecer e veicular suas alegações teosóficas, esotéricas e fideístas, textos das Escrituras Sagradas.

Esse tipo de fé religiosa em uma divindade qualquer, com imensa influência na psique individual e coletiva, embora provenha da natureza espiritual do homem, é falsa e, por ser improcedente, é profundamente prejudicial. Este tipo de fé tem desvirtuado a correta compreensão do Deus supremo e único, e corrompido, religiosamente falando, a alma de milhares de adeptos, alguns incautos, outros fanáticos, e não poucos exploradores. A multiplicação de deuses “encarnados” em corpos físicos da ordem natural ou de existência incorpórea “imaginada” tem feito emergir uma promiscuidade religiosa sem precedentes e, em decorrência, o surgimento da “ética dos múltiplos valores”, da “absoluta indiscriminalidade”. Todos os deuses do “panteon” universal “unem-se”, concordemente, na mesma assembléia da promiscuidade religiosa e da moralidade concupiscente. Não há mais fronteira entre o sagrado e o profano, o moral e o imoral, o divino e o humano. Para o pensamento moderno, o mesmo Deus, adorado nos cultos mais solenes e respeitosos, é também cantado, por melodia “gospel” ou canções indutivas à concupiscência, nos pagodes mais sensuais e nos bailes privados, mais pornógrafos. O mundo da “nova era” transformou-se num gigantesco palco da prostituição em nome da liberdade de ação e de crença; tudo sob a alegação de “uma justiça igualitária sem preconceitos”. A fé natural deturpa, abafa e fragiliza a verdadeira religião, fundamentada na revelação escriturística. Semelhante fé pode converter-se em crença no Deus das Escrituras, mas sem moralidade bíblica, ou emergir como convicção monoteísta cristianizada, sendo Cristo apenas um deus dentre outros. Tal credulidade, sem regeneração e sem conformação existencial com a vontade do Deus revelado na Bíblia, sem a prática da ética cristã diferenciada da do mundo, em nada difere da devoção a outros deuses. Crer no Deus do cristianismo, vivendo na carnalidade, é, além de tremenda incongruência, uma ofensa ao Salvador. O assentimento mental sem comprometimento de vida, sem conversão, sem modificação do caráter, sem a radical separação do mundanismo e sem a vinculação do suposto crente à Igreja do Filho de Deus, não passa de falácia mística, de engodo religioso, de falsidade doutrinária. Crença monolátrica sem regeneração, os demônios também a têm (Tg 2. 19). O ateísmo da primeira metade do século passado está cedendo lugar a um fideísmo panteísta generalizado, comprometedor da fé verdadeira e estimulador de uma moralidade lássida e deprimentemente promíscua.

A fé racional

A fé racional, embora possa conter componentes místicos e proceder, de certa maneira, da religiosidade nata, congênita, do ser humano, criado à imagem e semelhança do Criador, emana, por um lado, da racionalidade do “homo sapiens” e, por outro, de sua ânsia de perpetuidade e presunção de conquista de bens espirituais como garantia de “conforto e descanso” na existência porvindoura. A crença de que o homem é capaz de, por seus próprios esforços de aperfeiçoamento e atitudes que satisfaçam e pacifiquem a divindade, adquirir a vida eterna, fez emergir os pressupostos, hoje largamente divulgados, de que: *Deus opera em quem coopera; Deus abençoa aquele que faz por merecer a sua bênção; Deus salva os que buscam a salvação; Deus justifica aquele que se santifica*. Estando a salvação na inteira dependência do homem por meio de sua capacitação de livre opção, livre escolha e livre agência, duas aberrações observam-se:

Primeira: Os racionalmente incapazes, como as crianças e os deficientes mentais, não chegarão jamais ao reino dos céus, pois não dispõem de instrumentalidade para aquisição do patrimônio espiritual tanto quanto estão inabilitados para triunfos e sucessos temporais. “Incapacidade” temporal, no racionalismo religioso, redundando em “condenação eterna”: Quem não é capaz de crer, não pode salvar-se. Então, quem não

cometeu, por incapacidade racional, nenhum pecado fatural, vai para o inferno “sem pecado”, porque não “foi capaz” de ir para o céu.

Segunda: A salvação não procede da ação privativa de Deus, da sua infinita e soberana misericórdia, mas da exclusiva decisão consciente do pecador que, mesmo estando morto em seus delitos e pecados, a ele cabe o pesado ônus de salvar-se a si mesmo. Deus, nesse caso, fica em completa passividade; apenas na “espera” dos que, merecendo, cheguem aos céus para serem por ele recebidos. Esse tipo de fé, que nada mais é que “confiança depositada em si mesmo”, não em Deus, tem levado os homens a seguirem “recomendações” de procedimentos dos quais a divindade se agrada, concedendo-lhes a recompensa do perdão: Assistência a determinado número de ofícios religiosos; contribuição generosa à Igreja; prática das determinações eclesásticas; penitências e flagelações; orações e rezas; jejuns prolongados e repetidos; pagamento de votos e promessas; comungações sistemáticas; porte de amuletos; obras caritativas e outros recursos.

A divindade da fé racional nada tem a ver com o Deus da graça. O racionalista crédulo pode concluir, observando a encantadora e misteriosa natureza, a imensidade do universo, as leis físicas e químicas que mantêm tudo em equilíbrio e harmonia, que realmente existe um criador anterior à criação e acima dela, um ser inteligente, autor de uma obra que revela extrema inteligência. Mas esse Deus, fruto de conclusões racionais, adquiridas por meio de observações, embora seja o criador do racionalista observador, não transforma nem dirige sua vida na existência terrena, pois não lhe confere as informações de sua vontade revelada. O princípio, estimadíssimo dos defensores da “maturidade” para o exercício da fé consciente é: *compreender para crer*; postura que os leva à angustiada luta para “definir a divindade” e enquadrá-la em categorias ideológicas e filosóficas, submetendo-a à lógica racional. Em busca do Deus que se enquadre na “realidade dos seres existentes” da ordem natural, os teólogos liberais esmeram-se em científicas e laboriosas pesquisas para “encontrarem” o “Cristo da história”, em quem possam, comprovada a existência real, “crer com segurança.” O Deus que o homem busca, certamente, não é o Deus que busca o homem, que o criou e o governa, que se revela a ele pelas Escrituras e pelo testemunho interno do Espírito Santo. A divindade da conclusão racional, por muito parecida que seja com o Deus da revelação bíblica, dele se diferencia por sua impessoalidade e distanciamento do homem. É um Deus ligado à criação; mas sem vínculo imediato com a providência e a redenção.

A fé psicológica

A fé psicológica, embora se ligue à racionalidade e dela dependa, possui características próprias: baseia-se na experiência e na autoridade inquestionável.

O valor da experiência para a fé psicológica:

Uma pessoa, mesmo tendo receio de viajar de avião, viaja, porque muitos o fizeram antes dele, e nada lhes aconteceu. Conclui-se, pois, que uma aeronave é um meio seguro de transporte. O passageiro confia, com base em informações e depoimentos anteriores, na “segurança do avião” e na “habilidade do piloto experiente”. Essa “necessidade” de “comprovação experiencial”, de “teste do concreto” para torná-lo “crível”, levou sacerdotes e escribas a clamarem diante do Filho de Deus encravado na cruz: *Desça agora da cruz o Cristo, rei de Israel, para que vejamos e creiamos* (Mc 15. 32). Tomé, inicialmente, tinha uma fé psicológica que, para existir, carecia de comprovação pessoal e imediata (Jo 20. 26-29). Jesus censurou-o por tal credulidade, fazendo-lhe advertência objetiva: *Porque viste, creste? Bem-aventurados*

os que não viram e creram (Jo 20. 29). A verdadeira fé, sendo revelada, e um carisma de Deus, não depende da experiência humana para existir e manifestar-se.

O milagrismo origina-se da fé psicológica.

O “religioso psicológico” precisa de prova para crer, resultando daí a necessidade de experiências concretas: visões, manifestações glossolálicas, premonições, sonhos, curas divinas, manifestações do poder espiritual, aparições de santos e outros imaginários fenômenos do além; geralmente pertencente ao aquém. Os santos aparecem, deixam-se visualizar por alguns videntes, e desaparecem, ficando nos locais das *santofanias* os respectivos ícones, expostos à adoração. A reencarnação, para o espiritismo, é, supõe-se, a indubitável comprovação da dependente ligação entre o “encarnado” e suas supostas vidas anteriores. A existência física é o meio que o espírito encontra para “purgar” seus delitos progressos. Peca-se numa vida, paga-se em outra. Por outro lado, as manifestações de espíritos por intermédio de médiuns não somente trazem os “benefícios de cirurgias espirituais”, mas “fornecem” muitas “informações consoladoras” sobre o falecido, suscitando “esperanças” para os “encarnados”. Os “benefícios” das “comunicações” mediúnicas são tremendos “malefícios” para a fé cristã, levando o crédulo a confiar, espiritualmente, em “seres humanos”, já retirados da realidade terrena, em questões sobre as quais não estão credenciados a falar, por mais nobre que tenham sido nesta vida (Lc 16. 27-31). Nenhum progresso se obteve por meio de “revelações de espíritos desencarnados. Sem “contato experiencial” palpável com a divindade, por um lado, e com o “o além da morte”, por outro, a fé psicológica perde a sustentação e fenece. Milhares de evangélicos correm atrás de milagres e milagreiros com intuito de gerar, confirmar ou fortalecer a fé, que é essencialmente psicológica, destinada, quase exclusivamente, ao atendimento das necessidades imediatas e da garantia de perpetuidade no mundo vindouro. Na verdade, a fé psicológica, aplicada à religião, pode ser chamada de “fé de mendicância” ou “fé de transações”. Eu conheci um presbítero que, invariavelmente, perguntava ao candidato à profissão de fé: *O que Cristo representa para você?* Incomodado, um dia lhe disse: Pergunte ao professando: *O que você representa para Cristo?* A relação primária, de origem e dependência, é: “Cristo > servo”; não “servo > Cristo”, pois não fomos chamados para nos apropriarmos de Cristo, mas para sermos propriedades dele, seus escravos exclusivos. A vocação do crente é “servir”, não “ser servido”.

A fé verdadeira leva o crente a “entregar-se,” sem reservas, a Deus para servi-lo e glorificá-lo. A falsa, procura caminhos que conduzam ao seu bem-estar, fazendo do divino ou do Deus dos cristãos apenas “recompensador” dos que se esforçam, sacrificam-se ou se valem de recursos pios para aquisição de favores celestes.

Fé na autoridade

A fé psicológica também se firma no “princípio da autoridade competente e confiável”. Se o enfermo, mesmo que a enfermidade seja grave, é informado que será entregue aos cuidados do melhor, mais famoso, mais eficiente e mais competente dos médicos na área específica de sua patologia, ele confia, deposita fé; o que lhe fornece esperança de cura, melhorando seu estado e sua condição psíquica. Quem fala ou faz com autoridade, merece credibilidade, e com o qual não se discute. Israel reconhecia a suprema autoridade de Javé, por isso tinha fé inquebrantável nele. Não é diferente para o cristão veraz: O Senhor falou, está falado, pois ninguém é maior, mais sábio e mais poderoso que ele. O filho de Deus repousa tranqüilo nos braços do onipotente Pai. Quando era menino no interior do Espírito Santo, em decorrência do animismo do camponês daqueles tempos, eu tinha muito medo de “assombração”, “saci-pererê”, “mula-sem-cabeça” e “lobisomem”. Sendo obrigado a andar em noites escuras nos

trilhos ínvios de lavouras e pastos, imaginava-me cercado de “espíritos” (alguns maléficos e outros zombeteiros). Vencia o medo, pensando em Deus e cantando alto, para que alguém me ouvisse na silenciosa escuridão da noite. Caminhava repetindo uma frase de meu velho pai: *Quem anda com Deus não está só*. Esta crença no “poderoso” sustentava-me nas escuras e imprevisíveis trevas noturnas, rodeado de supostos “entes do além” que, para mim, realmente existiam: seres imateriais de outros mundos, que povoavam as noites trevosas e habitavam lugares “mal-assombrados”. Nas solitárias caminhadas noturnas, procurava fixar a idéia de que *Deus é o maior e mais poderoso de todos os seres espirituais, e esta comigo*. Quando um poder maior se ergue, os menores se humilham e se submetem: assim pensava, e nisto se fundamentava minha fé, e por ela, o controle do medo. Crer numa autoridade superior, humana ou espiritual, tranqüiliza o crédulo. Daí, cremos, a importância do Papa e do clero para os católicos, que fixam a fé em “autoridades humanas”.

Fé eclesial

O fiel católico romano deposita sua fé primária e prioritariamente na Igreja. Deus lhe chega mediado pelo clero, sendo este o “ser” da Igreja: Deus fala por ele à Igreja. Pelo sacramento da ordem, o clérigo recebe o *múnus* sacerdotal para ser intermediário entre o leigo e Deus. Todas as graças são veiculadas pelos sacramentos, e estes, ministrados exclusivamente pelo clero:

a- O *Espírito Santo* é dado ao sacerdote pelo sacramento da ordenação, que o ministra aos leigos no batismo e na crisma. A Segunda Pessoa da Trindade Santa, para agir na pessoa do leigo e a favor dela, necessita da mediação sacerdotal. Por outro lado, o fiel, para ter acesso às graças espirituais, das quais o Paráclito é instrumento, carece da intermediação do clero.

b- *Cristo* é doado aos comungantes pelo sacramento da eucaristia, na qual os elementos físicos (pão e vinho) transubstanciam-se em corpo real e divindade do Filho de Deus (*Corpus Christi*). O leigo, portanto, é beneficiário do clero, que se apresenta como “representante” de Deus e agente da Igreja de Roma, depositária privativa da autoridade divina. Crer na Igreja equivale a crer no Deus da Igreja, que somente atua no mundo por intermédio de seu “representante legítimo e único”, o clero.

Para o protestante calvinista, a única regra de fé são as Escrituras. Para o católico, é a Igreja. Ela incute nas mentes de seus fiéis, de geração em geração, que é a verdadeira encarnação de Deus na terra, depositária e comunicadora de sua Palavra; e mais, geradora de revelações sacras pela tradição eclesiástica e pelo pronunciamento dos concílios e do infalível sumo pontífice. Assim, o romanismo possui três agentes soteriológicos; dois emanados do *múnus* da Igreja e um, sem qualquer prioridade, procedente das Escrituras. Eis o que, a respeito, declara o Catecismo da Igreja Católica: *Fica, portanto, claro que, segundo o sapientíssimo plano divino, a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja estão de tal modo entrelaçados e unidos, que um não tem consistência sem os outros, e que juntos, cada qual a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas*⁵³. Três aberrações: 1ª- A Escritura perde a consistência, quando tratada independente e isoladamente da Tradição e do Magistério da Igreja. 2ª- O mesmo Espírito Santo que inspirou as Escrituras, inspirou também a tradição e o magistério eclesiástico. 3ª- A Escritura somente age como Palavra inspirada por Deus, quando pregada pela Igreja, mãe da tradição e do magistério clerical. É nessa Igreja que o fiel é induzido a crer sem restrições, com assentimento pleno.

⁵³ - Catecismo da Igreja Católica, Editoras: Vozes, Paulinas, Loyola e Ave-Maria, 7ª Ed., 1957, SP, § 95, pág. 38.

O romanismo não somente requer a fé de seus filiados, como se arvora em detentora e produtora da fé requerida. Retornemos ao Catecismo citado: *Crer é um ato eclesial. A fé da Igreja precede, gera e sustenta a nossa fé.* (grifo nosso). ... *Ninguém pode ter a Deus por Pai, que não tenha a Igreja por mãe. Nós cremos tudo que está contido na Palavra de Deus, e que a Igreja propõe a crer como divinamente inspirado*⁵⁴ (grifo nosso). Os dogmas de fé criados pela Igreja devem ser aceitos como “divinamente inspirados”, isto é, Palavra de Deus, inclusive o da infalibilidade papal.

O romanismo distingue os seguintes tipos de fé:

Fides implicita: crença sem conhecimento, firmada estritamente na obediência à Igreja.

Fides explicita: Fé firmada na obediência, mas aclarada pelo conhecimento.

Fides informis: Fé como mero assentimento às doutrinas da Igreja romana.

Fides formata: A fé expressa pelo amor e consagração à Igreja. Esta fé produz o devoto e o missionário, e verdadeiramente justifica o fiel⁵⁵.

Há evangélicos que depositam sua fé em “líderes carismáticos”, confiando a eles o “direito de intercessão” por eles junto a Deus. Abrem mão da relação direta com Deus pela mediação de Cristo em favor de “pessoas poderosas”, com alegada e suposta maior comunhão com o divino, sendo mais ouvidas e mais “reveladas”. A Igreja reformada deixou o antropocentrismo clerical, mas agora, em claro desvirtuamento de seus primados, muitos estão regredindo ao passado, depositando fé, esperança e confiança em lideranças carismáticas, verdadeiros caudilhos antropocêntricos. Na Igreja de Cristo todos são iguais e igualmente recebidos, tratados, respeitados e amados por Deus.

A fé carismática

Fé carismática é aquela, dada pelo Espírito Santo, que, somada ao conjunto dos demais carismas, ajuda formar o corpo ministerial da Igreja com vistas ao aperfeiçoamento dos santos a um fim proveitoso (Cf I Co 12. 7). Deste modo, a fé carismática não é um dom geral, mas uma dádiva a alguns crentes (I Co 12. 9). Todos os eleitos são galardoados, por preordenação eterna, do *dom da fé salvadora*, mas alguns, integrados no organismo eclesial, são dotados com a “fé carismática” pela qual podem, e efetivamente o fazem, consolar, animar e fortalecer os irmãos mais fracos, que da referido carisma de fé não foram agraciados. A fé carismática não atua na justificação de quem a possui, pois esse papel cabe à fé justificadora, mas colabora consideravelmente para o equipamento da Igreja que é edificada, na sua totalidade, pelos carismas individuais ofertados por Deus. Tais carismas não visam a exaltação de pessoas nem a personalização do carismático, mas a unidade da Igreja e a glória de Deus. Paulo não nos explica como atua a *fé carismática*. Mas certamente é o dom de alguns irmãos capacitados espiritualmente a ajudarem a transportar a carga dos irmãos fragilizados espiritualmente (Rm 15. 1; Ef 4. 2; Cl 3.13).

A Fé Justificadora

A fé justificadora é um dom de Deus incluído no decreto da eleição de todos os preordenados à remissão. O predestinado à salvação já nasce com a semente da fé (*semen fidei*), que o direciona, infalivelmente, para o Salvador, nosso Senhor Jesus Cristo. Os eleitos, portanto, são, por natureza, condicionados a receberem o chamado eficaz em virtude da *semen fidei* que receberam do Criador e que os torna receptivos à

⁵⁴ - Obra citada, §§ 881 e 882, pág. 55.

⁵⁵ - Teologia Sistemática, Louis Berkhof, Luz Para o Caminho, 4ª Ed., Campinas, SP, 1996, pág. 512.

graça da aceitação de Cristo e à conseqüente redenção trazida por ele. Sendo a fé justificadora um dom eterno de Deus aos escolhidos, e somente a eles, a crença, embora se expresse por meios sensoriais, não provém da razão humana, mas da graça divina implantada no ser do preordenado, causando nele um “teotropismo” irresistível e uma consciência de Deus, que nada tem a ver com o conhecimento informativo de uma divindade qualquer, mais resultado de tradição histórica que de existência comprovado. É esta certeza interior, criada e comprovada pelo Espírito Santo, que leva o eleito à crença, à confiança e à esperança em Deus, que se encontra definida na Carta aos Hebreus: *A fé é a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não vêem (Hb 11.1)*. A fé regeneradora não é gerada no eleito de Deus pela mensagem profética, pela pregação apostólica, pelo ensino da Igreja, por experiências pessoais com o além, por contatos com anjos, por visões, revelações e sonhos: ela procede da eleição e, como esta, é um dom de Deus. As Escrituras Sagradas, veiculadas oralmente ou por escrito, encontram a “semente da fé” no escolhido e a faz germinar, crescer e frutificar. A eleição, a Palavra de Deus e o ministério do Espírito são tão indispensáveis à fé justificadora como a terra, a água e a luz o são para a semente lançada ao solo. Nenhum efeito salvador ou santificador tem a Palavra de Deus sobre a mente despida da “semente da fé remidora”; ela é a base da recepção da mensagem bíblica.

Abraão é chamado o “pai da fé”, porque creu sem ter como comprovar a razão de sua crença, quer por fatos probatórios anteriores, por experiências pessoais externamente perceptíveis, quer por promessas concretizadas no curso de sua existência (Hb 11. 8-19). Ele foi bem-aventurado porque não viu e creu (Cf Jo 20. 29). A fé salvadora, por ser implantada no eleito, incorporada à sua natureza, não depende, para existir, de precedentes beatíficos e revelacionais, de evidências e experiências concretas em forma de bênçãos ou manifestações místicas. A de Abraão de nada disso dependeu. O eleito redimido manterá sua fé num jardim florido, com saúde e sucesso pessoal, ou num tribunal injusto com a multidão clamando: crucifica-o, crucifica-o. Os apóstolos a mantiveram sob perseguição, cadeias, torturas crudelíssimas e morte.

Os israelitas tiveram demonstrações comprovadas da existência de Deus e de sua atuação salvadora, quando foram por ele libertados da escravidão faraônica e conduzidos à terra da promessa. A Lei, que lhes foi dada depois da libertação, começava com o anúncio do que o Libertador fizera em favor de seus escolhidos: *Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão (Ex 20. 2)*. Os atos visíveis e comprováveis de Deus, a ação direta de seu governo, a manifestação inquestionável de seu amor preferencial a Israel não foram suficientes para manter-lhes a fé, a submissão e a fidelidade. Nada disso teve Abraão, e encerrou a sua carreira de servo de Deus, mantendo a fé que dele recebera.

A fé por si não justifica

Paulo nos diz que somos justificados “por meio” ou “mediante” a fé (*dia piteos*) (Cf Rm 3. 25,28,30; Rm 5.1). Quando ele afirma que “o justo viverá por fé”, não quer dizer que a fé referida é de natureza racional, produção do cérebro humano, mas dádiva de Deus aos seus eleitos de geração a geração: de fé em fé. Ninguém pode confessar a Jesus como Senhor (*Kyrios*), a não ser pelo Espírito Santo (I Co 12. 3). Racionalmente não se faz confissão espiritual, do espírito do homem para o Espírito de Deus: esta procede da fé justificadora, infundida no crente por obra da graça divina. Na verdade, *somos salvos por Cristo mediante a fé*, mas esta é um dom da graça, uma dotação divina aos seus predestinados. Deus relaciona-se conosco por meio de Cristo e nós nos relacionamos com ele pela fé que nos deu: tudo vem do Salvador. Se a fé por si e em si mesma tivesse função justificadora, a salvação seria pelas obras, por méritos

humanos, não por graça divina. Paulo, no entanto, sustenta firmemente a doutrina da salvação pela graça, não pelas obras: *Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não [vem] de obras, para que ninguém se glorie* (Ef 2.8 cf Rm 3. 21, 27,28; 4. 3,4; Gl 2.16,21; 3.11).

O Espírito Santo e a fé

A Palavra de Deus desperta ou suscita a fé, mas quem a faz inteligível e aplica-a é o Espírito Santo, que nos foi dado e habita em nós (Cf Rm 8.8-11). Assim como o Espírito divino inspirou os profetas para que comunicassem a Palavra de Deus, igualmente ilumina o eleito para recebê-la, compreendê-la e assimilá-la (Cf Jo 14.26). Quem não tem o Espírito Santo não é de Cristo (Rm 8.9) e, portanto, não possui a fé salvadora.

A fraqueza da fé

A fé salvadora garante a crença em Deus, a vinculação indissolúvel a Cristo Jesus, autor e consumidor de nossa fé (Hb 12.2), mas não evita as oscilações da “confiança em Deus”, pois todos nós somos frágeis e pecadores por natureza. Por mais que cresçamos espiritualmente por meio da santificação, jamais deixaremos de ser humanos e pecadores. Deus socorre-nos com a sua Palavra e com o seu Espírito, inclusive produzindo em nós a verdadeira oração (Rm 8. 26). A fé salvadora não pode ser destruída por força ou poderes de quaisquer origens, pois não procede do homem, é dom de Deus. Abalada sim, e muitas vezes o é, mas não eliminada. Depois de cada crise, renasce mais viva e mais robusta. O abalo da fé salvadora não afeta sua essência e seu resultado final, a salvação.

Fé e boas obras

À primeira vista, a impressão que se tem é que Paulo e Tiago estão em campos opostos: o primeiro, mestre ardoroso da doutrina da *justificação somente pela fé* (*sola fide*) (Rm 4); o segundo, defensor intransigente da *justificação pelas obras* (Tg 2).

Paulo. Na verdade, Paulo nega a fé, em si mesma, como obra meritória, rejeitando a sua suficiência justificadora, em virtude da própria existência. Ele não teorizou sobre a externalização da fé, que só pode acontecer por meio da prática e do exercício do que Deus exige de seus eleitos por meio das Escrituras: a ética da revelação. O que ele fez foi demonstrar que a “fé sem obras é morta”, descrevendo a crença e o testemunho (boas obras) do “pai da fé”, Abraão e seus descendentes. Sem a vida testemunhal de fé, sem a “encarnação” comportamental da crença professada, não haverá como afirmar que se crê em Deus e se vive segundo a sua vontade (Gl 3. 6-14 cf Hb 11). Paulo ensina, pois, que a fé salvadora, dom da graça, bênção dos eleitos, obrigatoriamente produz obras manifestas agradáveis a Deus, bem como um estado interior oposto ao pecado, especialmente o da incredulidade.

Tiago, no fundo, está dizendo a mesma coisa: As obras virtuosas e de servitude dos eleitos procedem da fé e expressam, na conduta, a obediência do servo ao seu Senhor. Quem não serve, não evidencia a fé verbalmente confessada. A melhor confissão de fé é o testemunho cristão. Tiago diz que a fé se consuma nas obras, ao descrever a fé de Abraão que, não duvidando de Deus, ofereceu seu próprio filho em

holocausto, uma obra claramente demonstrativa de fé: *Não foi por obras que Abraão, o nosso pai, foi justificado, quando ofereceu sobre o altar o próprio filho, Isaque? Vês como a fé operava juntamente com as suas obras; com efeito, foi pelas obras que a fé se consumou* (Tg 2. 21,22). Portanto, Tiago, como faz Paulo, liga as boas obras, aquelas requeridas por Deus e viabilizadas pela regeneração, à fé salvadora: As obras não justificam o crente, mas justificam sua fé. Abraão, pela fé, ofereceu filho Isaque. A oferta do filho, foi uma obra de fé.

Obras da lei e obras meritórias. Paulo e Tiago falam de obras diferentes. Paulo contrapõe as obras da lei às da fé ou da graça. Tiago discute as obras meritórias, aquelas que o crente produz em razão da fé ou da regeneração. O tipo de fé paulina, dom de Deus, é exclusiva do eleito, aquela que leva a Cristo, o redimido. O tipo de fé focalizada por Tiago, não sendo um carisma divino, uma dádiva da graça, até os demônios podem tê-la (Tg 2.19), pois não passa de um assentimento mental, um reconhecimento real, ou mesmo procedimento caritativo, mas sem inserção construtiva e modificadora na existência de quem a expressa.

Resumindo: Paulo fala de “obras da lei”, tidas como meios de salvação, opondo-as à fé justificadora, que opera sem instrumentalização da obras da lei, mas instrumentaliza-as no salvo para a obediência, a fidelidade, a submissão e o serviço a Deus.

FÉ e Revelação.

XIV.2- *Por esta fé o cristão, segundo a autoridade do mesmo Deus que fala em sua palavra, crê ser verdade tudo quanto¹ nela é revelado, e age de conformidade com aquilo que cada passagem contém em particular, prestando obediência aos mandamentos, tremendo às ameaças e abraçando as promessas de Deus para esta vida e para a futura; porém, os principais atos de fé salvadora são: aceitar e receber a Cristo e firmar-se só nele para a justificação, santificação e vida eterna; isto em virtude do pacto da graça. Ref.:*

1- I Ts 2.13; I Jo 5.10; At 24.14.

Síntese

A fé salvadora leva o eleito a compreender e aceitar a revelação do Velho e do Novo Testamentos.

A fé salvadora é cristocêntrica por natureza.

A fé salvadora e a Revelação

Sem o dom da fé justificadora, que habilita o eleito à compreensão e à apreensão da vontade revelada de Deus, as Escrituras não podem ser corretamente apreendidas por duas razões: Primeira, Deus somente fala com clareza, objetividade e autoridade aos seus escolhidos. A ovelha ouve a voz de seu Pastor. Os que não são filhos de Deus por adoção em Cristo Jesus, podem ler e ouvir as Escrituras, conceituarem-nas mentalmente, avaliarem os seus ensinamentos, utilizarem-se delas em argumentações diversas, especialmente no campo religioso e ético, mas jamais a receberão como ordenanças para suas vidas comportamentais e espirituais, pois as coisas espirituais discernem-se espiritualmente. O homem natural, o não eleito, não entende as coisas espirituais, nem pode entendê-las: *Disto também falamos, não em palavras ensinadas pela sabedoria humana, mas ensinadas pelo Espírito, conferindo coisas espirituais com espirituais. Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las porque elas se discernem espiritualmente* (I Co 2. 13,14). Portanto, a revelação da vontade de Deus

para com os homens destina-se salvadoramente aos escolhidos em Cristo Jesus: é a palavra do Pai aos seus filhos. Quem é filho, possui o dom da fé e, em consequência, ouve os conselhos e as recomendações de seu Pai celeste.

O cristocentrismo da fé salvadora

O autor e o objeto da fé dos redimidos é Cristo Jesus: *Olhando firmemente para o Autor e Consumador da fé, Jesus, o qual em troca da alegria que lhe estava proposta, suportou a cruz, não fazendo caso da ignomínia, e está assentado à destra do trono de Deus (Hb 12.2)*. Na pessoa do Filho o Pai, até então oculto à percepção e à compreensão humanas, entrou no nosso universo; fez-se um de nós; identificou-se conosco, assumindo nossa humanidade; padeceu e morreu como qualquer mortal; foi sepultado à vista de muitos, mas ressurgiu dos mortos para assentar à destra do trono do Onipotente, de onde voltará visivelmente para o juízo final de todos os homens, quando separará os seus redimidos, compondo com eles o seu glorioso reino eterno. Os ímpios, ele os destinará à Geena, onde conviverão eternamente com o pai que escolheram, Satanás, acompanhado de seus anjos malignos. Pela humilhação, sacrifício vicário e exaltação, Cristo adquiriu um povo exclusivamente seu, que tem a obrigação de ser zeloso e de boas obras, depositando nele, privativamente, a fé salvadora pessoal, base e fundamento da fé coletiva, a crença da Igreja: *Aquele que crê no Filho de Deus tem em si o testemunho. Aquele que não dá crédito a Deus, o faz mentiroso, porque não crê no testemunho que Deus dá acerca de seu filho (I Jo 5.10)*. O predestinado é dotado do dom da fé salvadora para crer em Cristo Jesus, pois desde a eternidade foi eleito nele e para ele. Esta fé justificadora, portanto, não é mera crença formal ou simples assentimento mental, mas o mais estreito e inquebrável elo entre o Salvador e o salvo, vínculo estabelecido por decisão de Deus, não do pecador, incapaz de qualquer ação redidora. Somos gerados em Cristo e a ele atraídos pela fé que, depositada nele, alimenta-nos espiritualmente. A fé salvadora é mais que “acreditar”, é ser incorporado a Cristo como o ramo na videira, o órgão no organismo e a pedra no edifício; é identificar-se com o Filho de Deus, adquirir a natureza de Cristo como ele adquiriu a nossa. Sem Cristo não há fé salvadora, pois ele é seu autor. Sem ele a fé não permanece, pois a sua consumação depende dele: Minha fé em Cristo procede dele, reside nele e por ele se vitaliza. A fé que se desvia de sua fonte, Cristo Jesus, é falsa e, por isso, uma ofensa a Deus, uma idolatria bíblicamente injustificável.

A fé vitoriosa.

XIV.3- *Esta fé é de diferentes graus; é fraca ou forte¹, pode ser muitas vezes e de muitas maneiras assaltada e enfraquecida, mas sempre alcança a vitória², atingindo em muitos a uma perfeita segurança em Cristo³, que é não somente o autor, mas também o consumidor da fé⁴.*

1- Mt 6.30; Mt 8.10; Rm 4. 19,20.

2- Lc 22. 31,32; I Co 10. 13.

3- Hb 6. 11,12; Hb 10. 22; II Tm 1.12.

4- Hb 12.2.

Síntese

A fé salvadora é indestrutível, mas pode sofrer revezes acidentais e temporários, não na sua essência, mas segundo o concepção e apreensão do crente, frágil por natureza.

A fé salvadora gera a segurança e a esperança dos salvos.

A indestrutibilidade da fé

As demais fés de que falamos no comentário do primeiro item podem ser destruídas, quando o foco centralizante falha, fracassa ou fenece, provocando a queda ou morte da “confiança”. Uma devota, cujo nome omitirei por questão ética, pendurou na parede da joalheria do marido uma estampa da Virgem de Fátima com bênção e indulgência plenária de Pio XII, crendo firmemente que a “santa portuguesa” protegeria o marido, pessoalmente, contra malfetores, e o estabelecimento, contra ladrões. Um ladrão arrombou a loja, apropriou-se da imagem, usando o seu verso e, sobre a bênção, a indulgência e a assinatura do Papa, separou as jóias de boa qualidade das inferiores, colocando as preferidas de um lado; e as rejeitadas, do outro; tudo sobre a estampa sagrada. A devota ficou tão decepcionada com a “inoperância” do alvo de sua credulidade, que abandonou todos os cargos que exercia em sua Igreja (Zeladora, criadora e líder do “Culto da Sagrada Face” e da “Vigília de Nosso Senhora de Fátima”, criadora e diretora de um orfanato com o nome do Padre local) e se tornou protestante, e uma das mais zelosas que conheço. Quando o destinatário da fé, fonte autoritativa e depositária de inteira confiança falha, a fé, (desviada do centro legítimo, Jesus Cristo) entra em crise, criando no crédulo instabilidade e insegurança insuportáveis. Cristo, a origem, o sujeito, o objeto, o alvo e a base de sustentação da fé verdadeira, não falha jamais e, em consequência, a confiança e a esperança nele depositadas são indestrutíveis e imorredouras, além de segura garantia de vida eterna: *Disse Jesus: Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que morra, viverá (Jo 11.25)*.

A fé centralizada em Cristo, ao longo de sua expressividade, durante a existência do crente, pode sofrer revezes, diminuir a sua intensidade, perder parte de sua operância santificadora no interior do crente, mas jamais será destruída, pois não se firma no homem, falível por natureza, mas no Deus imutável e soberanamente poderoso, que freqüentemente, permite a fraqueza de seus eleitos, segundo seus soberanos propósitos.

A segurança da fé

O crente eleito e regenerado está sujeito a dúvidas momentâneas, a deslizes temporários; nunca, porém, a incertezas permanentes de sua redenção nem a desconfianças prolongadas da misericórdia do Redentor. A certeza da fé decorre de dois pressupostos fundamentais: a- É o Pai, Deus, que garante a permanência do filho, não este a do Pai: *Todo aquele que o Pai me dá, esse virá a mim; e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora (Jo 6. 37 cf Jo 18.9)*. b- A fé salvadora, implantada no eleito, e que o leva irrecusavelmente a Cristo, é “um firme fundamento”; e o que é “firme”, estabelecido por Deus, é inabalável, inarredável e indestrutível (Cf Hb 11. 1). Como os raios solares provocam o heliotropismo nos vegetais, a luz divina promove o teotropismo na vida dos escolhidos, pois há estreita relação de dependência entre o eleito e aquele que o elegeu, Deus. O crente está indissolivelmente ligado a Deus por meio de Cristo Jesus. É Cristo que prende o crente a si, como ramo na videira, não o crente que “se prende a Deus” ou dele se apropria. Deus não é propriedade da Igreja; esta é que é propriedade dele.

FONTES AUXILIARES

- 1- O Pensamento da Reforma, Henri Strohl, ASTE, SP, 1963, do cap. III ao VII.
- 2- As Institutas, J. Calvino, Casa Editora Presbiteriana e Luz Para o Caminho, SP, 1ª Edição, 1989, Vol. III, caps. II e XI.
- 3- Theological Dictionary of the New Testament, Vol. VI, Michigan,USA, 1973, 4ª Ed., da pág. 174 a 228.

- 4- A Fé Cristã. Gustaf Aulén, ASTE,SP, 1ª Ed., 1965, da pág. 18 a 95 e 268 a 275.
 - 5- Teologia Sistemática, Louis Berkhof, Luz Para o Caminho, Campinas, SP, 4ª Edição, 1996. Cap. VIII, da pág. 496 a 513.
 - 6- Vocabulos de Deus, J. I Packer, Editora Fiel, São José do Campos,SP, 1994, 1ª Edição, da pág. 117 a 126.
- Nossa Crença e a de Nossos Pais, David S. Schaff, Imprensa Metodista, SP, 2ª Edição, 1964, cap. XXVII, pág. 453.

DO ARREPENDIMENTO PARA A VIDA.

Capítulo XV

A graça do arrependimento

XV.1- *O arrependimento para a vida é uma graça evangélica¹, cuja doutrina deve ser tão pregada por todo ministro do Evangelho como a da fé em Cristo². Ref.*

1- At 11. 18.

2- Lc 24. 47; Mc 1.15; At 20.21.

SÍNTESE

O arrependimento é obra de Deus no eleito.

Arrependimento é o “voltar-se do pecador para Deus”, dele afastado e afastando-se.

Arrependimento é uma graça que, como a fé, deve ser proclamada.

Arrependimento, obra de Deus

O arrependimento, como “graça evangélica,” é um benefício prestado pelo Salvador aos seus preordenados à salvação, que são os alvos e os objetos da mensagem redentora. Deus predestinou à redenção, desde a eternidade, os que, tocados pela Palavra redentora, aceitariam o Redentor em quem a eleição se deu e em quem se consumou na encarnação e em quem se realiza a redenção. Desta maneira, o arrependimento, exatamente como a fé justificadora, tem a sua semente plantada no ser dos escolhidos. Não se volta para Deus quem a ele não pertence por eleição. O chamado eficaz encontra guarida somente no coração daquele que Deus determinou separar para si na eternidade, trazer à existência no tempo oportuno, e chamar eficazmente no momento exato previamente preordenado.

O arrependimento psicológico, resultado de decepção, fracasso e conseqüências negativas, não esperados ou não previstos, nenhuma relação tem com o “arrependimento evangélico”, que é atuação do Espírito de Deus no interior do eleito mediante o estímulo da mensagem redentora, também viabilizada pelo Verbo divino. O arrependimento, quando resulta da atuação do Espírito Santo no interior do escolhido, conduz: ao reconhecimento do estado pecaminoso e culpa pelos pecados cometidos, à confissão de pecados, à mudança de vida, ao impulso inapelável de atirar-se nos braços de Cristo, em quem encontra o alívio do perdão confessado e bênção da salvação. O arrependimento de natureza psicológica leva o “arrependido” ao desespero e ao desânimo de viver. Judas Iscariotes, “arrependido”, enforcou-se. Pedro, arrependido, tornou-se “pastor de seus irmãos”. Deus usa de estímulos externos para provocar o arrependimento: A luz intensa e a audição da voz de Jesus Cristo, questionando o comportamento de Saulo; o milagre comovente e convincente, caso do Carcereiro de Filipos; o toque miraculoso da pregação da Palavra de Deus (maioria dos casos); uma

situação incontrolável e irremediável, como aconteceu ao ladrão na cruz, possibilitando-o recorrer a Jesus Cristo num momento extremo. Muitos arrependimentos que levam à conversão são precedidos das seguintes situações psíquicas: a- **profunda tristeza** (tristeza segundo Deus) do arrependido, pela descoberta e reconhecimento de sua pecaminosidade, pequenez, insuficiência, alienação e grau de ofensa ao seu Criador e Salvador. Todos esses vícios afloram abruptamente de maneira dramática, trazidos à consciência pelo Espírito Santo. b- **profunda alegria**. Após a tristeza, durante a qual se efetiva o reconhecimento do estado pecaminoso e dos pecados praticados, o arrependido descobre-se e, conseqüentemente, se vê em situação de inadimplência espiritual diante do Deus santíssimo. Neste estágio do processo “*metanóico*”, o perdão de Deus lhe é conferido; a graça atua em sua alma; domina-o o sentimento de que “acaba de ser aceito” pelo Pai na pessoa do Filho mediante a atuação do Espírito Santo; invade-lhe uma alegria indescritível, inigualável. Isto ocorre exatamente no “ponto” de sua “reviravolta” (metanoia), momento em que se opera uma transformação radical em seu interior e uma definitiva mudança de direção em sua vida. Tal arrependimento é irrepitível, e constitui a base de todos os arrependimentos futuros. Cada pecado (ofensa a Deus) que, posteriormente, o “converso” venha cometer, *dele se arrepende*, pedindo, sinceramente, perdão a Deus. Qualquer “confissão” do crente que não seja precedida de arrependimento sincero, é falsa, não sendo, certamente, ouvida pelo Salvador. Nunca se deve confundir os *arrependimentos* posteriores do salvo, com aquele que o levou à salvação, que marcou o “momento” em que Cristo o “encontrou” e o “tomou” para si como propriedade peculiar, remindo os seus pecados e dando-lhe a vida eterna (Cf Lc 24.47; At 2. 38; At 3. 19; At 5. 31; At 11. 18; II Co 7. 10).

Arrependimento para a vida

O arrependimento para a vida eterna em Cristo Jesus não se confunde com os arrependimentos dos servos de Cristo, quando falham diante de seu Senhor e “necessitam” “confessar os pecados” ao divino Mestre e ouvir dele a palavra consoladora e restauradora do *perdão*. Segundo Berkhof, o arrependimento que promove a volta do servo aos braços de seu Senhor, como ocorreu ao Filho Pródigo da parábola de Lucas 15. 11-32, geralmente, mas não necessariamente, traz os seguintes elementos constitutivos:

a- **Intelectual**: conhecimento do pecado (Rm 3. 20; cf 1. 32). Tal conhecimento dar-se-á pelas Escrituras e pela iluminação do Espírito Santo.

b- **Emocional**: surgimento da tristeza por causa da constatação de infidelidade a um Deus fiel e puro, que não merece nossa ingratidão (Cf Sl 51. 2,10,14). As conseqüências reconhecidas do fracasso moral conduzem o “arrependido” ao remorso, à negação de si mesmo. A “descoberta” e conseqüente denúncia de nossos delitos, provocam “tristeza segundo o mundo” e um “arrependimento condicionado”, levando o arrependido à lamentação por não ter sido mais sagaz, mais perspicaz, mais eficiente na prática do ato delituoso. Pegos pela justiça, os injustos, normalmente, “arrependem-se”. Muitos pregadores, valendo-se de recursos psicológicos e de técnicas de comunicação e persuasão, “provocam arrependimentos induzidos”, freqüentemente com alto teor emocional, mas transitório. Aos “decididos assim”, chamam de “convertidos”. Alguns podem ser, mas poucos e raros. A “regeneração por decisão” é um legado de Charles Finney, que transferiu a soberania atribuída a Deus pelos reformados ao homem, nas questões de conversão, arrependimento e opção por Cristo.

c- **Volitivo**: Mudança de propósito, conseqüência de transformação interior, e movimento no sentido de Cristo, onde reside o perdão de que sente necessidade (Cf Sl

51. 5,7,10; Jr 25.5 > At 2. 38; Rm 2.4)⁵⁶. O arrependimento para a vida conduz o arrependido, irresistivelmente, para o Filho de Deus, Senhor e doador da vida.

A mudança de vida é um sinal externo da conversão real, mas há mudanças comportamentais para melhor sem qualquer nexos com a *metanoia* espiritual. Existem “arrependimentos” induzidos e conduzidos por pregadores persuasivos, capazes de influenciar as pessoas; são hábeis provocadores de emoções fortes e até incontroláveis, geradores de condições propícias a “conversões” perfeitamente previsíveis e planejáveis. Tais arrependidos, convertidos e regenerados, freqüentemente apresentam-se em “testemunhos” de “novas criaturas”, exibindo fotografias de “antes” e “depois” da conversão, como se as mudanças exteriores (cabelos, barbas e indumentárias) fossem provas cabais de regeneração. A mudança é interna, não necessariamente externa. Um beduíno pode converter-se realmente, sem trocar seus hábitos e costumes existenciais tradicionais. O arrependido, cujo arrependimento o inseriu em Cristo, muda de caráter, eliminando de sua vida a egolatria e a idolatria. O arrependimento, completado na conversão, produz apego, fé e confiança inabaláveis em seu Redentor e Mestre, Jesus Cristo. Cristo não eliminou a existência do pecado em nós pela sua morte, mas a sua ação mortífera. O eleito regenerado peca todos os dias, mas não pecados mortais como, por exemplo, *tomar o nome de Deus em vão e blasfemar contra o Espírito Santo*. Os pecados que comete não são de “mas estendidas”, isto é, propositalmente, mas falhas involuntárias, fracassos no cumprimento do dever para com Deus, deslizes comportamentais, posturas, gestos e atos contrários à vontade de seu Salvador. Por todos estes pecados, ele se arrepende, confessa-os e implora o perdão divino. São tropeços e desvios do peregrino no curso da peregrinação terrena.

Pregação do arrependimento

A pregação do arrependimento é papel da Igreja; o arrependimento é obra do Espírito Santo. O que está ocorrendo hoje (desde Finney, o inventor do apelo à conversão) são “evangelistas”, treinados em “evangelismo de massa” (auditórios diretos ou público telespectador) para conduzirem pessoas ao “arrependimento” e à “conversão” por meio de recursos psicológicos eliminadores da razão e suscitadores de emoções coletivas e, dentro destas, as individuais; tudo por condicionamento preconizado, com previsão até do “número de convertidos” por conferência. Nem racionalismo nem sentimentalismo, pois as polarizações radicais desequilibram as mentes, prejudicando o juízo das proposições anunciadas pelo pregador e a conseqüente opção pessoal, externamente induzida. João Batista pregou o “arrependimento” (Mt 3.1,2), um apelo para que os judeus retornassem à fidelidade a Deus; mas eles não se arrependeram, provando que realmente não existe relação direta de causa e efeito entre a pregação e o arrependimento sem a operação do Espírito Santo. À Igreja compete pregar o arrependimento; ao Paráclito cumpre a missão de aplicar a mensagem aos eleitos, convencendo-os do estado pecaminoso e dos pecados fatuais, levando-os ao arrependimento. Não é, pois, a “eficiência” da comunicação sacra que produz a conversão, mas o Espírito, que também promove sua suficiência. A Igreja prega; Deus converte os seus, os preordenados por ele à conversão, à aceitação de seu Filho, Jesus Cristo.

A tristeza segundo o mundo opera a morte (II Co 7. 10 cf Mt 27. 3-5; Hb 12.17). A tristeza segundo Deus, resultado do reconhecimento do pecado e da aversão ao mal, conduz à vida (II Co 7.9,10). Quem não é levado pelo Espírito de Deus à consciência da terrível malignidade que o pecado causa na vida do pecador, não se arrepende de

⁵⁶ Louis Berkhof, Teologia Sistemática, Luz para o Caminho, Campinas, SP, 4ª Edição, 1996, pág. 488.

suas ofensas passadas ao Pai celeste e, conseqüentemente, não se entristece, não busca socorro em Cristo Jesus, não lhe confessa os pecados.

Arrependimento e Retorno a Deus.

XV.2- *Movido pelo reconhecimento e sentimento, não só do perigo, mas também da impureza e odiosidade do pecado como contrários à santa natureza e justa lei de Deus; apreendendo a misericórdia divina manifestada em Cristo aos que são penitentes, o pecador, pelo arrependimento, de tal maneira sente e aborrece os seus pecados que, deixando-os, se volta para Deus¹, tencionando e procurando andar com ele em todos os caminhos dos seus mandamentos².* **Ref.:**

1- Ez 18.30,31; Ez 36.31; Sl 51. 4; Jr 31. 18,19; II Co 7.11.

2- Sl 119. 6, 59,106; Mt 21. 28,29; Jo 14. 23.

SÍNTESE

O pecado é uma ameaça à vida do pecador, pois seu salário é a morte.

O pecado é uma sujeira moral e espiritual, que desagrada e ofende ao Deus santíssimo.

O Pecado causa a morte

As Escrituras advertem-nos de que o salário do pecado é a morte, mas o dom da vida está em Cristo Jesus (Rm 6. 23), em quem devemos depositar nossa confiança sincera, sabendo que a fé é um dom de Deus com a qual galardoa seus escolhidos (Ef 2. 8,9). Como o ramo não tem vida própria desligado do tronco vivo; nem o órgão, função, separado do organismo; assim também o homem, cuja existência dependeu e depende do Criador, não tem vida em si mesmo e, portanto, separado da Fonte da vida, fatalmente morre. O pecado dos pecados, portanto, é a **incredulidade**, que consiste, fundamentalmente, na negação mental, consciente e comportamental da divindade. Incrédulo é aquele que eliminou radicalmente qualquer conceito de Deus, cortou todas as relações com ele, e mais, milita no exército dos que o combatem, a ele e ao seu povo. Se a fé salvadora nos leva a Cristo, a incredulidade afasta-nos dele: *Quem nele crê não é julgado; o que não crê já está julgado, porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus (Jo 3. 18). Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que morra, viverá; e todo o que vive e crê em mim, não morrerá eternamente (Jo 11. 25,26). Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado (Mc 16. 16).* Quem não crer e não for incluído no corpo dos salvos, a Igreja, pela ordenança do batismo, não se salva, pois o ambiente dos crentes é a família de Jesus. A incredulidade pode ser formal, dialeticamente declarada; ou informal, consistindo no desvio da fé do Deus único e Redentor para divindades humanamente imaginadas ou criadas: ídolos diversos. Se Deus não operar arrependimento sincero, processando a volta do pecador à Fonte da vida, agora encarnada em Cristo Jesus, a morte certamente o destruirá. A rebeldia contra Deus tem de ser destruída para que haja reconciliação; e o ponto central de eliminação da barreira que separa o pecador do Redentor e o *arrependimento para a vida*. Quando Deus nos toca, o arrependimento nos atinge, nossa alma se desperta, nosso estado de rebelião contra o Salvador se revela, nossa incredulidade manifesta-se, nossa calamitosa situação vem à tona; entramos em depressão, em tristeza profunda. Aí, Deus nos chama eficazmente, insere-nos em Cristo, o centro e a causa da vida eterna, perdoa-nos e nos consola. A tristeza transmuda-se em alegria e gozo inefáveis: é o arrependimento para a vida!

O pecado, expressando-se basicamente pela incredulidade, leva o homem a quebrar os mandamentos de Deus e a desviar-se de seus caminhos, a fazer de si mesmo

o centro, a razão e a causa de sua própria existência, esquecendo-se completamente de seu Criador. Sem Deus e fora dele somente imperam perdição e morte.

Pecado, impureza moral e espiritual

O pecado domina o interior do irregenerado, corrompendo-o moral e espiritualmente. *O que sai da boca, vem do coração, e é isso que contamina o homem. Porque do coração procedem maus desígnios, homicídios, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos, blasfêmias (Mt 15.18,19).* O pecado torna o ser humano imoral, desonesto, infiel e falso. Não há ninguém absolutamente verdadeiro, honesto e fiel. Todos somos, uns mais outros menos, hipócritas: aparentamos o que internamente não somos. Isto porque todos estamos sob o peso do pecado e, em consequência, colocamos Deus em segundo lugar nas nossas opções, atividades e lazeres. Tinha razão o profeta ao alertar: *Maldito o homem que confia no homem, faz da carne mortal o seu braço, e aparta o seu coração do Senhor (Jr 17.5).*

O pecado corrompe o homem, comprometendo seriamente o seu destino espiritual: *Porquanto, tendo conhecimento de Deus não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças, antes se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, obscurecendo-se-lhes o coração insensato. Inculcando-se por sábios, tornaram-se loucos, e mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança da imagem de homem corruptível, bem como de aves, quadrúpedes e répteis (Rm 1. 21-23). E, por haverem desprezado o conhecimento de Deus, o próprio Deus os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem coisas inconvenientes, cheios de toda injustiça, malícia, avareza e maldade; possuídos de inveja, homicídio, contenda, dolo e malignidade; sendo difamadores, caluniadores, aborrecidos de Deus, insolentes, soberbos, presunçosos, inventores de males, desobedientes aos pais, insensatos, pérfidos, sem afeição natural e sem misericórdia (Rm 1. 28-31).* Se Deus não mudar radicalmente a velha em nova criatura, se não processar nele o arrependimento que lhe promova a conversão (metanoia), mudança radical de rumo e de vida, a depravação causada pelo pecado, já instalada em sua alma, conduzi-lo-á à perdição eterna.

Do arrependimento ao perdão.

XV.3- *Ainda que não devemos confiar no arrependimento como sendo de algum modo uma satisfação pelo pecado ou em qualquer sentido a causa do perdão dele¹, o que é ato da livre graça de Deus em Cristo², contudo, ele é de tal modo necessário aos pecadores, que sem ele ninguém poderá esperar o perdão³. Rf.:*

- 1- Tt 3.5; At 5. 31.
- 2- Rm 3. 24; Ef 1. 7.
- 3- Lc 13. 3,5; At 17. 30.

Síntese

O arrependimento não é mérito salvador; não é causa imediata do perdão nem possui suficiência própria para operar a conversão *ex opere operato*.

Deus, pelo seu Santo Espírito, realiza nos eleitos o arrependimento, que conduz à confissão sincera, e a esta Deus responde com o perdão.

Tem valor soteriológico o arrependimento?

Muitas seitas arminianas entendem que sim, porque, para elas, a salvação depende da decisão humana, quando se responde afirmativamente ao apelo divino comunicado pelas Escrituras. O pecador, examinando e pesando o seu próprio estado de alienação de Deus pela pecaminosidade e, ao mesmo tempo, sentindo necessidade de

“cuidar de seu futuro”, que está além da morte, conclui, por deduções lógicas, psicológicas e espirituais, que o caminho aceitável por Deus para sua remissão é o arrependimento: então, “arrepende-se” por decisão própria e por auto-compulsão. Outros, ainda dentro de um esquema ideológico arminiano, deixam-se influenciar, entregam-se, baixando a guarda de sua defesa psíquica, para serem levados por comunicadores hábeis a uma passividade emocional profunda, quando deles se solicita o *arrependimento*, no que são correspondidos, até com lágrimas; que logo secam, passada a emoção induzida. Mas, a doutrina do arrependimento, também arminianista (semi-pelagiana), mais esquematizada e mais materializada, é a do catolicismo romano, apreendido na celebração do “sacramento da penitência” abaixo transcrito:

*Como todos os sacramentos, a Penitência é uma ação litúrgica. São esses ordinariamente os elementos da celebração: Saudação e bênção do sacerdote, leitura da Palavra de Deus para iluminar a consciência e suscitar a contrição, exortação ao arrependimento; confissão que reconhece os pecados e os declara ao padre; imposição e aceitação da penitência; absolvição do sacerdote; louvor de ação de graças e despedida com a bênção do sacerdote.*⁵⁷

Como se observa, é tudo muito cerimonial e mecânico, uma “ação litúrgica” do clérigo confessor diante de um fiel submissamente passivo. Notam-se no citado sacramento os seguintes elementos integrantes e integradores: a- **Contrição** (arrependimento), é quando o arrependimento entrega-se à disposição de amar a Deus. Se o arrependimento surge apenas da aversão ao pecado e da necessidade de perdão, denomina-se “atrição”, ou confissão imperfeita. b- **Confissão**, também chamada de “acusação”. O penitente, neste ato confessional, encara os pecados cometidos, assume a responsabilidade deles e os declara, um por um, ao confessor, principalmente os capitais. c- **Satisfação ou Penitência**, que consiste em “desfazer” o mal pecaminoso por meio de justo pagamento. A satisfação tem duas naturezas: Social e espiritual. A social prejudica o próximo; a espiritual, ofende a Deus e desajusta o pecador. Na social, se for roubo, restitui-se o roubado ou compensa o roubo com ressarcimento; se for agressão verbal ou física ao próximo, pede-se perdão ao ofendido e, se for o caso, indeniza-se; mas, em se tratando de ofensa a Deus, cumpre-se a penitência imposta pelo confessor. d- **Absolvição**. Segundo o romanismo, Cristo “confiou o exercício do poder de absolvição ao ministério apostólico, encarregado da “reconciliação” (II Co 5. 18 – 20)”⁵⁸. O confessor, cumpridas as etapas anteriores, “absolve” o pecador confesso, não exatamente em *nome de Cristo*, mas em seu lugar, como “legítimo substituto” do Filho de Deus. Rigorosamente falando, o penitente católico não confessa seus pecados diretamente a Deus, mas ao sacerdote confessor. Todo esse sistema penitencial, que acabamos de descrever, denomina-se: Sacramento da Penitência ou da Conversão, isto é, arrependimento preconizado e sistematizado em “ritualismo sacramental”, extremamente formal, prefixado em preconcebidos atos litúrgicos executados pelo penitente sob ordenanças clericais. O formalismo oblitera as verdades bíblicas, confunde as consciências e ergue barreiras entre o pecador e o Salvador. A relação do crente reformado é diretamente com Deus mediante a Palavra sacra revelada e o testemunho interno do Espírito Santo, que habita o regenerado.

O perdão vem de Deus

O arrependimento para a vida é o início do processo de efetivação da graça remidora no eternamente preordenado em Cristo Jesus. E a ordem é: a- O chamado

⁵⁷ Catecismo da Igreja Católica, 7ª Edição, Editoras: Vozes, Paulina, Loyola e Ave-Maria, SP, 1997, § 1480, Cap. XI, pág. 353.

⁵⁸ Cat. da Ig. Cat., § 1442, obra citada.

eficaz e irresistível chega à mente e ao coração do eleito pela pregação do Evangelho. b- **O impuro diante do puro.** Convocado irresistivelmente e confrontado com a vontade divina para sua vida, o pecador percebe-se, olhando para dentro de si mesmo, extremamente imundo moralmente e injusto espiritualmente, à luz da castíssima santidade e da retíssima dignidade de Deus, por quem acaba de ser convidado para ser-lhe propriedade exclusiva na comunhão dos eleitos regenerados de Cristo. É o estágio de veraz introspecção ou contrição frente ao inesperado e imerecido convite. c- **Confissão:** é o momento em que o pecador, iluminado pelo Espírito Santo, examina-se a si mesmo, verifica-se condenado por seu estado de alienação de Deus e culpado pelos seus pecados, enquanto peregrinava distanciando do Pai celeste e compromissado com o mundo e com os seus próprios desejos; sobre ele pesa toda a culpa de ab-rogação da Lei de Deus. Então, cai em tristeza, derretendo-se em lágrimas de verdadeiro arrependido, suplicando misericórdia e perdão. d- **Conversão, recepção e perdão:** Deus em Cristo Jesus o recebe, dando-lhe plena consciência do recebimento e do começo de sua nova vida. É a fase da conversão, do “voltar-se para Deus”. Todos esse passos são realizados pela divindade, mediante o Espírito Santo, na vida de seus eleitos. O Perdão, aqui referido, é aquele da aceitação (como o pai que recebeu de volta o “filho pródigo”), da reconciliação, da adoção, da regeneração, da justificação e da santificação. A mencionada obra da graça é única e irrepetível, estabelecendo uma permanente relação entre o salvo e o Salvador. Como redimido, membro do corpo de Cristo, o *reconciliado* pode pecar, e efetivamente peca; mas, sendo habitação do Espírito Santo, tem aversão ao pecado e sente remorso, quando peca; confessa, pede perdão, e o seu amorável Redentor o perdoa. O arrependimento e a conseqüente confissão de um membro do corpo de Cristo diferencia-se em essência e natureza do *arrependimento e da contrição para vida*; que ocorrem sob compulsão do chamado eficaz do eleito, promovendo a sua conversão e o conseqüente perdão do que foi e fez na vida pregressa. Os arminianos práticos e o romanismo confundem os dois tipos de *arrependimento*.

Pecados ofendem a Igreja de Cristo

Deus, pelos princípios e ordenanças de sua Palavra, estabelece sua Igreja em Cristo Jesus. Qualquer membro que pecar contra as doutrinas fundamentais, a disciplina e o governo de Igreja, esta, sempre firmada nas Escrituras, sua única regra de fé e prática, aconselha-o a retratar-se, a mudar de opinião e de vida. Emendando-se, ser-lhe á concedido o perdão eclesial. Mantendo-se rebelde contra os primados das Escrituras, defendidos e vividos pela Igreja, contra a comunidade, seu governo e disciplina, será considerado excluído do rol dos irmãos (Cf Mt 18. 15-18), mas o ministério eclesiástico não pode declará-lo excluído da salvação, pois não lhe compete julgar o íntimo das pessoas nem determinar a quem Deus deve ou não deve perdoar, deve ou não deve salvar. Excluir da Igreja militante visível é múnus concedido ao ministério liderante da comunidade; eliminar da Igreja invisível, naquela em que somente Deus inclui seus eleitos, não permitindo o ingresso de réprobos, é, na verdade, uma afronta ao Senhor e Pai do rebanho entregue ao pastoreio do Filho.

Pecado Pequeno e Pecado Grande.

XV.4- *Como não há pecado tão pequeno que não mereça a condenação¹, assim também não existe pecado tão grande que possa trazer condenação sobre os que se arrependem verdadeiramente². Ref.:*

1- Rm 6.23; Mt 12.26; Tg 2.10.

2- Is 55. 7; Rm 8. 1; Is 1. 18.

Síntese

O Pecado pode ser grande ou pequeno, leve ou grave.
Diferenciados são os pecados anteriores e os posteriores à conversão.

Pecado grande

Convencionou-se afirmar que “não existe *pecadinho e pecadão*”, porque todos os pecados são iguais. Na substância e na essência, realmente, são iguais; mas quanto a gravidade ou grau de malignidade podem ser e são diferentes. Uma coisa é atirar-se um mínimo fragmento de rocha na cabeça do próximo; outra, é arremessar-lhe no crânio uma pedra granítica de vários quilos. O móvel e a matéria do ato é o mesmo, pedra, mas as conseqüências são enormemente desproporcionais. Quem pensar assassinar o semelhante, mas ficar só na intenção, cometeu pecado leve, pois não houve dano à suposta vítima. Quem planejar um homicídio e executá-lo, além do pecado de intenção, cometeu o ato criminoso; a gravidade foi incomparavelmente maior. Quem mata e empreende fuga, é menos perigoso do que aquele que, depois de matar, esquarteja o corpo, eliminando a possibilidade de identificação do cadáver, e ainda enterra os pedaços em lugares diferentes e distantes. Nesse caso, o crime é terrivelmente escabroso, horrendo e diabolicamente perpetrado. O pecado, delito diante de Deus, também pode ser gradualmente qualificável em termos de malignidade maior ou menor, ou mais ou menos intensa quanto a ofensa ao Pai celeste santíssimo e misericordioso. As Escrituras nos informam sobre a existência de pecados gravíssimos, imperdoáveis, como: *tomar o nome de Deus em vão* (Ex 20. 7) e *Blasfemar contra o Espírito Santo* (Mc 3. 29). Que existe o *pecado mortal*, a Palavra de Deus no-lo afirma categoricamente: *Se alguém vir a seu irmão cometer pecado não para morte, pedirá, e Deus lhe dará vida, aos que não pecam para morte. Há pecado para morte e por esse não digo que rogue* (I Jo 5. 16). O pecado da apostasia radical, por exemplo, lança o apóstata num estado de imperdoabilidade e irreuperabilidade, segundo Hb 6. 4-6.

Pecados anteriores e posteriores à conversão

Os pecados anteriores à conversão, cometidos no estado de alienação completa de Deus, são todos perdoados, não importando o grau de intensidade, malignidade, perversidade e conseqüências. No ato da conversão, momento em que o “filho do Diabo” passa a ser “filho de Deus,” o velho homem é sepultado; surge em seu lugar um novo homem, regenerado (Cf Rm 6. 6; Cl 3, 9,10). O novo jamais voltará a ser velho.

Pecados posteriores à conversão

Deus não permitirá que seus eleitos regenerados e inseridos no corpo de Cristo e habitação do Espírito Santo, cometam pecados mortais, nem sejam viciados na pecaminosidade contínua: *Todo aquele que permanece nele não vive pecando; todo aquele que vive pecando não no viu, nem o conheceu* (I Jo 3. 6). *Todo aquele que é nascido de Deus não vive na prática do pecado; pois o que permanece nele é a divina semente; ora, esse não pode viver pecando, porque é nascido de Deus (**negrito nosso**)* (I Jo 3. 9). Os pecados dos eleitos regenerados nunca serão *para a morte*, porque a vida em Cristo lhes foi dada para sempre. Os pecados perdáveis do crente, permitidos por Deus, mantêm-no sempre em contrição e confissão, recebendo, conseqüentemente, para cada e para todos os seus pecados, o misericordioso perdão de Cristo, o que o alivia, consola e sustenta na graça de Deus e na comunhão da Igreja.

Arrependimento da Igreja e arrependimento pessoal.

XV.5- *Os homens não devem se contentar com um arrependimento geral, mas é dever de todos procurar arrepender-se particularmente de cada um dos seus pecados¹. Ref.:*

1- Sl 19. 13; Lc 19. 8; I Tm 1. 13,15.

XV.6- *Como todo homem é obrigado a fazer a Deus confissão particular das suas faltas, pedindo-lhe o perdão delas¹; o que, feito, achará misericórdia², se deixar os seus pecados, assim também aquele que escandaliza a seu irmão ou a Igreja de Cristo, deve estar pronto, por uma confissão particular ou pública do seu pecado e do pesar que por ele sente, a declarar o seu arrependimento aos que estão ofendidos³; isto feito, estes devem reconciliar-se com ele e recebê-lo em amor⁴. Ref.:*

1- Sl 32. 5,6; Sl 51. 4,5,9,10.

2- Pv 28. 13; I Jo 1. 9.

3- Tg 5. 18; Lc 17. 3,4; Js 7. 19.

4- II Co 2. 7,8; Gl 6. 1,2.

Síntese

Toda a Igreja é imperativamente intimada ao arrependimento.

O arrependimento de pecados pessoais está na consciência de cada regenerado.

Ofender a Igreja é ofender o seu Senhor.

Arrependimento coletivo

Daniel, no capítulo nove, confessa os pecados de Israel e apela aos seus conservos para que se arrependam. Há uma evidente conexão entre o arrependimento antecedente e a crença conseqüente na Palavra de Deus: *Arrependei-vos e crede no Evangelho (Mc 1. 15b)*. Quando a crença nas Escrituras enfraquece, o pecado da desobediência domina. Eis porque um dos mais caros postulados da fé reformada é o bibliocentrismo exclusivo (*sola Scriptura*). A Igreja foi chamada pelas Escrituras, congregada, sustentada e mantida por elas. A Igreja, portanto, não é mãe das Escrituras, mas filha submissa e dependente. Todo arrependimento verdadeiro, provocado pelas Escrituras, dirige o arrependido para Jesus Cristo, cerne, centro, base e cabeça da Igreja. O corpo eclesial, funcionando como organismo, segundo a opinião de Paulo em I Co 12, integra e harmoniza todos os seus membros, tornando-os coletivamente corresponsáveis. Se o conjunto vivo, a Igreja, peca, afeta cada um de seus integrantes, daí, a necessidade do arrependimento comunitário e da confissão coletiva. Israel, como povo de Deus, pecou muitas e diversificadas vezes. Quando reconheceu a culpa e a confessou, Deus o perdoou; quando se recusou a genuflexar-se, arrependido, aos pés de seu Senhor, foi castigado, por vezes, duramente. A Igreja tem pecado, partido em pedaços o corpo visível de Cristo, mas raramente se arrepende, confessa e pede perdão. Daí resultam suas constantes crises e a devastadora contaminação de suas doutrinas fundamentais.

Confissão individual.

Cada crente regenerado recebeu uma natureza avessa ao pecado, especialmente o da incredulidade. Porém, a semente do pecado original mantém-se nele e, por isso, embora não queira, comete pecado, sentindo-se um constante ofensor de Deus (Cf Rm 7. 14-25). Resulta daí a necessidade do arrependimento e da confissão pessoal. Esta se dará, naturalmente, na intimidade espiritual do filho regenerado e redimido com seu Salvador, em quem se insere tão profunda e dependentemente como o ramo na videira (Cf Jo 15. 1-6). Nenhum servo de Cristo pode prestar culto a Deus sem confessar-lhe, sinceramente, os pecados pessoais em atos, palavras e pensamentos.

Ofender a Igreja é ofender a Cristo

A profundidade da interação Cristo-Igreja fica evidenciada nas várias imagens da comunidade eclesial. A Videira e os Ramos (Jo 15); o Edifício e as Pedras da construção (I Pe 2); o Organismo e os Órgãos (I Co 12); o Esposo e a Esposa (Ef 5). Agredir a Cristo é ofender a Igreja; atacar a Igreja é ferir Jesus Cristo. Saulo perseguia a Igreja e, sem saber, atacava Jesus Cristo (At 9. 1-9). Pecar, pois, contra a Igreja significa atingir o seu Senhor. Desamar um irmão, membro do mesmo corpo, redundava em assassinato espiritual do desamado e menosprezado (Mt 5. 21-26). Os pecados pessoais afetam o organismo eclesial, adoecendo-o gravemente. As faltas contra os irmãos devem ser confessadas pessoalmente, se entre irmãos, ou publicamente, se públicas e contra a coletividade.

A Igreja é o corpo dos confessantes: a- Dos que confessam a fé comum: o sistema doutrinário da denominação. b- Dos que confessam a Deus os seus pecados, individual ou coletivamente. d- Dos que confessam seus erros e delitos morais e espirituais à Igreja por meio de sua liderança ministerial. Vivendo assim, a família da fé em Cristo identifica-se com seu Senhor, adquire saúde espiritual, e os fortes cooperam para cura e fortalecimento dos fracos. A comunhão solidária confessante e mutuamente perdoadora caracteriza a comunidade de cristãos verdadeiramente inserida e firmada em Cristo Jesus.

FONTES AUXILIARES

- 1- As Institutas, João Calvino, Casa Editora Presbiteriana & Luz para o Caminho, SP, 1ª Edição, 1989, Vol. III, cap, 3, da pág. 55 à 83. (Em Calvino encontram-se os pensamentos centrais expostos no cp. XV da CFW).
- 2- Teologia Sistemática, Louis Berkhof, Luz para o Caminho, Campinas, SP, 4ª Edição, da pág. 483 à 495.
- 3- Vocabulário de Deus. J. I. Packer, Editora Fiel, S. José dos Campos, SP, 1994, 1ª Edição, sobre a Mortificação, da pág. 165 à 174.
- 4- O Novo Dicionário da Bíblia, J. S. Wright, Junta Editorial Cristã, E. Vida Nova, SP, Vol. I, 1ª Ed., 1966, da pág. 140 à 141.
- 5- Vocabulário Bíblico, Jean-Jacques von Allmen, ASTE, SP, 1ª Ed. 1963, da pág. 30 à 31.
- 6- Dicionário Internacional de Teologia, Edições Vida Nova, 1ª Edição, 1981. Da pág. 496 à 504 (vários autores sob os títulos: Conversão, Penitência, Arrependimento e Prosélito).

DAS BOAS OBRAS

Capítulo XVI

Boas obras, segundo as escrituras.

XVI.1- *Boas obras são somente aquelas que Deus ordena em sua santa palavra¹, não as que, sem autoridade dela, são aconselhadas pelos homens movidos de um zelo cego ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção². Rf.:*

- 1- Dt 12.32; Sl 119.9; Mt 28.20; Lc 10.25,26; II Pe 1.19.
- 2- Mt 15.9; Is 29.13; Jo 16.2; I Sm 15. 22,23; Cl 2. 20-23.

SÍNTESE

Obras como resultados de atividades humanas são inoperantes.

Obras devem ser o cumprimento do que Deus ordena nas Escrituras, especialmente a Lei.

Obras por ordenação eclesiástica podem ser religiosas e éticas, mas não determinantes na vida espiritual do servo perante o seu Senhor.

Obras, resultado de atividades humanas

O homem foi criado por Deus com os seguintes objetivos primários: Ser imagem de seu criador na ordem criada; procriar, a partir do ninho familiar; exercer domínio sobre os seres inferiores e a natureza; cumprir o papel de administrador sob o comando do Senhor da criação; trabalhar como preservador, organizador e reprodutor das vidas naturais (vegetais e animais); ser mordomo fiel do Criador; prestar culto formal e ergológico ao Senhor da glória. Todas essas obras deveriam redundar, no processo e no fim de cada execução ou tarefa, em louvor ao Rei supremo. Toda a vida do homem, segundo os propósitos originais, seria um culto permanente ao Criador. As obras de Deus na criação, na providência e na redenção, no que concerne ao orbe terrestre, visam o bem-estar do homem, inclusive oferecendo-lhe espaço de atividades preservadoras, inventivas, criativas e imaginativas. Deus destinou o homem ao trabalho racionalizado, mas não egocêntrico e individualista. Cada um deve produzir para o bem-estar coletivo e glorificação do Senhor de todas as coisas. Um bom exemplo são as abelhas: comandadas pela rainha, todas labutam freneticamente visando um fim comum. Sob a direção divina, o labor dos homens deveria redundar em benefício de todos e unicamente visar a exaltação do Criador. Se tais propósitos fossem executados, não haveria carentes nem ateus no mundo de Deus. Segundo o que se delineou acima, as boas obras, as que são feitas sob a direção de Deus e para sublimação de seu nome, visando e bem-estar coletivo, agrupam-se nas seguintes classes:

a- Materiais:

Vão desde o lavar de um talher à construção de um edifício; do pedalar uma bicicleta ao pilotar um supersônico; da confecção de um condimento às reações químicas mais complexas; do acender uma lâmpada à construção de uma turbina. Estas obras, embora materiais, obedecem a um propósito final do Criador: fazer o mundo evoluir por meio de seus “operários”, criados e designados para isso. É papel do homem, a partir dos insumos existentes e disponíveis, e valendo-se da inteligência que Deus lhe deu, inventar, descobrir e construir, promovendo a evolução social e tecnológica. As obras do homem, no entanto, podem ser más em si mesmas ou maleficadas. A bomba atômica é obra maléfica por natureza, pois não tem outro objetivo, senão a destruição, mas a energia atômica pode ser usado para fins pacíficos. A aeronave é benéfica como meio de transporte; maléfica, como arma de guerra. Se todas as nações se curvassem diante do Criador, suas obras seriam benéficas; os cidadãos, beneficiados; Deus, engrandecido pelos feitos humanos. Tudo que o crente faz, deve fazê-lo como cristão e para sua glória de Deus e serviço ao próximo, pois ao bem social o Criador destina o labor e a produtividade de seus eleitos.

b- Sociais:

Aquelas que fazemos em benefício do semelhante, quer por ação direta (benfeitor > beneficiado), quer indiretamente, por meio de instituições sociais. Deus pode sustentar um filho, dando-lhe saúde, família, profissão e emprego; ou nutri-lo, vesti-lo, medicá-lo e agasalhá-lo por intermédio de seu próximo, a quem concede recurso abundante e amor bastante para repartir com os necessitados à sua porta ou

mesmo distantes e desconhecidos. O amor recíproco é para os iguais; a caridade é para os necessitados, não para projeção do ego de quem dá, mas dignificação da pessoa que recebe. Os ricos cristãos têm a obrigação de repartir um pouco do muito que receberam com aqueles que nada possuem.

Os governos, influenciados, certamente, pelo cristianismo, têm laborado regularmente, mas não suficientemente, para o bem-estar das populações carentes por meio de: ensino gratuito, saúde pública, habitação, merenda escolar, cestas básicas, assistência judicial e saneamento, especialmente nas favelas; além de benefícios sociais na área trabalhista: jornada de trabalho, férias remuneradas, auxílio-maternidade, auxílio-doença, seguridade social, auxílio-periculosidade e outros.

Obras da Igreja

A Igreja, como corpo de Cristo, tem de, necessariamente, ser dinâmica, atuante e consagrada no serviço aos membros, à sociedade e a Deus. O seu labor decorre de sua vinculação a Cristo, de seu compromisso para com ele e de seus deveres doutrinários e missionários. Ela serve ao seu Senhor porque o ama acima de todos os amores; serve aos seus filiados para servir-se a si mesma, pois nela reside o ágape derivado de seu Cabeça, Jesus Cristo, que a direciona para Deus e para o próximo. São os seguintes os campos agápicos da Igreja:

1- Social:

Ela tem e mantém: escolas, creches, orfanatos, ambulatórios e hospitais. Tais instituições devem promover o bem social sem visar lucros ou dividendos políticos e promocionais.

2- Coinônico:

A Igreja, existindo e atuando de conformidade com o seu desiderato, tem de ser, obrigatoriamente, uma coinônia, uma fraternidade em que todos se amem mútua e fraternalmente, e onde todos se ajudem, para que a carga comunitária não pese demasiadamente sobre alguns. Na unidade coinônica, além de cada um levar a sua própria carga, deve somar suas forças às de seus irmãos no transporte do fardo coletivo: *Levai as cargas uns dos outros, e assim cumprireis a lei de Cristo. Porque se alguém julga ser alguma coisa, não sendo nada, a si mesmo se engana. Mas prove cada um o seu labor, e então terá motivo de gloriar-se unicamente em si, e não em outro. Porque cada um levará seu próprio fardo (Gl 6. 2-5).* A interação comunitária, expressa na colaboração fraternal de cada um, fortalecendo a unidade visível em Cristo, é dos mais nobres e mais santos dos ministérios eclesiais. Na manutenção do fraternalismo, o papel dos pacificadores é importantíssimo (Mt 5.9). A Igreja, se não tem, deve almejar, e batalhar para conseguir, o padrão comunitário hierosolomita: *Todos os que creram estavam juntos, tinham tudo em comum (At 2. 44). Era um o coração e a alma da multidão dos que creram (At 4.32- trad. Livre).* A obra de coinônia deve redundar do esforço, do amor, da compreensão e da tolerância de cada um, bem como do ministério pacificador da liderança.

3- Doutrinação e discipulado:

Cada crente, à medida que cresce, vai se tornando um doutrinador e um discipulador dos inexperientes e neófitos. Esta obra é realizada tão naturalmente, que seus protagonistas nem percebem o que realmente fazem e a importância que têm no contexto comunitário. Além do ministério didático natural, espontâneo, convivencial, vitalizante, unificador e padronizador, a Igreja exerce papéis formais na doutrinação e no ensino por meio do púlpito e da Escola Bíblica Dominical e de outras atividades didáticas.

4- Liturgia:

É o serviço que a Igreja-serva presta ao seu Senhor, submetendo-se ao imperativo de Cristo (Mt 4. 10) e seguindo os parâmetros vetotestamentários do culto que se deve exclusiva e privativamente a Deus. A fonte da liturgia é a Escritura Sagrada; o sujeito é Deus; o mediador é Cristo; o iluminador e emulador é o Espírito Santo. A Igreja inteira é um conjunto litúrgico, que conta com um corpo dirigente ou, no mínimo, supervisor dos serviços sagrados, cujos preceitos fundamentais encontram-se preceituados nos escritos sacros: a- *Contemplação* da presente glória de Deus em Cristo Jesus, Senhor da Igreja. b- *Introspecção* ou auto-exame: reconhecimento do estado de pecaminosidade e da miserabilidade diante do santíssimo Redentor. c- *Confissão*: exposição da situação de pecado e declaração, silenciosa ou audível, feitas a Deus, dos pecados fatuais. d- *Consciência de Perdão*: Esta consciência de ter sido perdoado, após confissão realmente sincera, parte de duas formações convincentes vitais: Primeira, a Palavra de Deus, que o Paráclito aplica na mente e no coração do suplicante; e, segunda, o testemunho interno do Espírito Santo, que convence o pecador de que a ação perdoadora de Deus, em resposta à sua oração penitente, agiu, imediata, responsiva e perdoadoramente em sua alma. e- *Ação de graças*: O pecador, sentindo-se perdoado, agradece o Perdoador, demonstrando-lhe reconhecimento e gratidão. f- *Louvor*: Perdoado e grato, o servo de Deus o louva efusivamente com salmos, hinos e cânticos espirituais. g- *Consagração*: O impulso do servo perdoado é servir com mais dedicação e alegria ao seu Senhor. Então, ele se oferece, com tudo que é e tem, ao Salvador, inclusive, se for a sua vocação, para o serviço missionário no campo da Igreja ou fora dele. h- *Edificação*: A Igreja, para dedicar-se com eficiência a Deus, precisa ser constantemente edificada com as instruções da Palavra de Deus. Edificar o povo de Deus é papel da Igreja por intermédio de seu ministério docente.

5- Sacramentos.

Deus ordena, pelas Escrituras, à sua Igreja, dois sacramentos, e apenas dois: Batismo e Santa Ceia. Compete ao ministro docente ordenado ministrá-los, com biblicidade e simplicidade. O elemento físico do batismo é somente a água; o declaratório (palavras da instituição) deve ser: *Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo (Mt 28. 19)*; o espiritual interno, aplicação do sacramento no ser do batizando, é obra do Espírito Santo, em se tratando de um eleito de Deus. Os elementos físicos da Ceia do Senhor são: O *pão* e o *vinho*, ambos retirados do uso comum para, depois de consagrados, serem modestamente servidos à comunidade sob a autoridade das palavras institucionais: Para o pão: *Tomai e comei, isto é o meu corpo*. Para o vinho: *Bebei dele todos. Este é o cálice da nova aliança no meu sangue, derramado em favor de vós*. As palavras da instituição, tanto do pão como do vinho, podem também ser tomadas de I Co 11. 24,25: *Isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim. Este cálice é a nova aliança no meu sangue; fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim*.

Os sacramentos são meios de graça. Nenhum membro da Igreja sem a graça do batismo, sinal externo da regeneração interna, pode participar da Ceia do Senhor, o sacramento da comunhão, da integração fraternal dos filhos de Deus em Cristo Jesus. Todos os batizados devem participar da Ceia do Senhor, *sinal visível da graça invisível* da redenção em Cristo Jesus.

Obras devocionais

Colocamos na categoria de obras devocionais aquelas que podem, e devem, ser praticadas pessoal e individualmente:

Oração, que é uma maravilhosa concessão divina: o direito de exclamar, reclamar, suplicar, confessar e interceder concedido por Deus a todos regenerados. Em

oração, espírito humano dialoga com espírito divino, instrumentalizado pelo Paráclito (Rm 8. 26-30).

Leitura das Escrituras. O servo de Cristo está ciente que *toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra (II Tm 3. 16.17)*. A Escritura vitaliza o crente e o move à consagração.

Pela oração, falamos com Deus.

Pela leitura da Bíblia, Deus fala conosco.

Todo cristão reformado sabe que o crescimento espiritual depende da oração e do contato diário com a Escritura Sagrada. Também a pregação da Palavra, quando bibliocêntrica e cristocêntrica, enriquece e enrijece muitíssimo o servo do Cristo.

As obras da lei

Deus instituiu a lei para ordenar, controlar e disciplinar Israel, não, rigorosamente falando, para libertá-lo e, muito menos, para salvá-lo. Deus não concedeu um código legal ao seu povo com objetivos soteriológicos, mas disciplinares. Primeiro, ele libertou os descendentes de Abraão da escravidão egípcia; depois os constituiu em nação, prometendo-lhes território, governo estável e soberania nacional. Tudo, porém, foi precedido de uma “constituição” bem elaborada, embora sintética, produzida e promulgada pela autoridade suprema e mais do que legítima, o soberano Rei dos reis; sendo Moisés o instrumento de ligação entre o Legislador divino e seu povo escolhido. Salvo por Deus, Israel, para permanecer sob sua proteção e regência, tinha a obrigação de guardar-lhe os preceitos normativos, que estabeleciam as normas relacionais entre Deus e seus eleitos, entre cidadãos e coletividade nacional, e entre os concidadãos. Guardar a lei não se constituía em “boa obra” para com Deus, mas num dever categórico da pátria e de cada um de seus patriotas. Quando Israel perdeu a soberania nacional, e seus cidadãos foram dispersos, a lei se transformou em único fator de unidade, e a guarda dos mandamentos passou a ser entendida como “recurso de eliminação de culpa” e, conseqüentemente, de salvação. A lei de Deus é o meio pelo qual o seu servo é dirigido e presta-lhe obediência formal, segundo os parâmetros estabelecidos. Peca, portanto, quem ab-roga os mandamentos, ficando sujeito à condenação. Contudo, quem, porventura, observar estritamente a lei, não adquire o direito de justificação, mas apenas o prêmio da obediência, pois ela condena, mas não salva os seus condenados. Contra a abordagem da lei como “meio de justificação” Paulo se levantou com decisão e veemência, mostrando que o pecador é justificado pela fé em Deus, um dom da graça, jamais pelas “obras da lei”. Para ele, os que foram justificados antes da dádiva da lei, o foram pela fé (Hb 11.4-40). Eis algumas posições do inolvidável mestre dos gentios:

Visto que ninguém será justificado diante dele por obras da lei, em razão de que pela lei vem o pleno conhecimento do pecado (Rm 3. 20).

Concluimos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei (Rm 3. 28).

Todos quantos, pois, são das obras da lei, estão debaixo de maldição; porque está escrito: Maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas escritas no livro da lei, para praticá-las. E é evidente que pela lei ninguém é justificado diante de Deus, pois o justo viverá pela fé (Gl 3. 10,11).

Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus, não [vem] de obras para que ninguém se glorie (Ef 2.8,9). Obras, neste texto, significa: Guarda da lei para fins justificadores.

Todas as obras do crente são ordenações divinas; das braçais às artesanais; das simples às complexas; das empíricas às tecnológicas; das objetivas às subjetivas; das materiais às espirituais. As atividades produtivas e criativas do cristão são ordenações do Senhor, Criador e Salvador. O servo de Deus o serve em todas e quaisquer operações laboriosas. Em tudo presta culto ao seu Senhor, não para ser salvo, mas porque foi salvo, recrutado e habilitado para realização de boas obras. Louva ao Salvador tanto o servo humilde, que carpe a terra, como o intelectual que escreve um livro. A fé deve estar presente, iluminadora e gerenciadora, em todas as atividades do crente verdadeiro⁵⁹. O cristão autêntico serve a Deus com suas obras, e não se serve delas em benefício próprio: garantia de justificação pessoal.

Obras determinadas eclesiasticamente

A Igreja de Roma, além das ordenanças penitenciais, criou mandamentos eclesiásticos que, cumpridos, são aceitos como “boas obras” ou “obras pias”. Sem comentários, hei-los, segundo o Catecismo da Igreja Católica: 1º - Participar da missa inteira nos domingos e festas. 2º - Confessar ao menos uma vez por ano. 3º - Comungar ao menos pela Páscoa da ressurreição. 4º - Santificar as festas de preceito. 5º - Jejuar e abster-se de carne, conforme manda a Santa Mãe Igreja⁶⁰. O CIC acrescenta a estes mandamentos o da obrigação do fiel, segundo a sua capacidade, de atender às necessidades da Igreja.

As igrejas evangélicas também possuem ordenanças de natureza administrativa, ética e disciplinar, mas nunca ensinaram que tais preceitos, se cumpridos, redundam em benefícios beatíficos e meritórios em favor dos que a eles se submetem.

Crete para boas obras, não crete por boas obras.

XVI.2- *Estas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são o fruto e as evidências de uma fé viva e verdadeira¹; por elas os crentes manifestam a sua gratidão², robustecem a sua confiança³, edificam os seus irmãos⁴, adornam a profissão do Evangelho⁵, tapam a boca dos adversários⁶ e glorificam a Deus⁷ cuja feitura são, criados em Jesus Cristo para isso mesmo⁸, a fim de que, tendo o seu fruto em santificação, tenham no fim a vida eterna⁹. Ref.:*

- 1- Tg 2. 18,22.
- 2- Sl 116.12,13; Cl 3.17; I Cr 29.6-9.
- 3- I Jo 2.3,5; II Pe 1.5-10.
- 4- II Co 9.2; Mt 5.16.
- 5- Tt 2.5; I Tm 6.1; Tt 2. 9-12.
- 6- I Pe 2.15.
- 7- I Pe 2.12; Fp 1.11; Jo 15.8.
- 8- Ef 2.10.
- 9- Rm 6.22.

⁵⁹ - Von Allmen capta bem o labor do servo de Deus: *Portanto, só vale perante Deus a obra humana que for consequência da fé. Em procedendo da fé, faz-se ela plenamente válida e urgentemente necessária (Mt 5. 15; Ef 2.10; Tg 2. 17-23). A palavra no crente, como em Cristo, vai de mãos dadas com a ação (Rm 15.18; II Co 10.11); toda a vida, nos seus aspectos mais profanos inclusivamente, torna-se obra boa, graças à fé. A própria profissão, se for exercida na fé, coonestada maravilhosamente (I Ts 4.11; II Ts 3. 10-12; Ef 2.28). Jean-Jacques Von Allmen em Vocabulário Bíblico, ASTE, SP, 1ª Edição, 1963, pág. 234: fim do artigo sobre Obras.*

⁶⁰ - Catecismo da Igreja Católica, § § 2041 a 2043.

SÍNTESE

As boas obras da lei evidenciam a fé verdadeira.

Somos eleitos, chamados, justificados e regenerados para sermos servos de Deus.

A santificação habilita o crente para as boas obras.

Obras, evidências da fé

As boas obras do crente brotam naturalmente de uma vida regenerada e condicionada ao glorificante serviço a Deus, prestado com alegria e sem almejar qualquer recompensa. Deus não nos escolheu porque “seríamos servos bons”; eleger-nos para sermos seus mordomos, zelosos e de boas obras (Tt 2.14) . A harmonia de propósitos e correção dos salvos com o Salvador decorre da eleição eterna. Somos salvos para servir, vivendo diante do Redentor irrepreensivelmente: *Assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado (Ef 1. 4-6)*. Assim como Adão, antes de pecar, cumpria uma serviçalidade espontânea, natural e desinteressada, visando exclusivamente a glória de seu Senhor, também o servo de Cristo, reconciliado com Deus, torna-se um servidor naturalmente consagrado ao Salvador em tudo que empreende e realiza. Porque o Rei dos reis voltou-se em graça para o seu eleito; este se transformou em súdito zelosamente fiel, sendo para ele recompensa e prestígio imenso ser *doulos* do soberano Senhor: servir pelo gosto e prazer de fazê-lo. O Deus do cristão não é Mamon, a divindade das riquezas; ele não se escraviza ao lucro nem se deleita com o conforto e a falsa ilusão dos bens materiais.

A santificação que Deus opera nos regenerados é um processo de habilitação à prática, cada vez mais eficiente, das boas obras. E quem conduz o redimido à adoração e ao louvor serviçal é o Espírito Santo que nele habita e, portanto, é o próprio Deus que realiza nele tanto o querer como o realizar, conforme nos demonstram os parágrafos seguintes do capítulo em apreço:

XVI.3- *O poder de fazer boas obras não é de modo algum dos próprios fiéis, mas provém inteiramente do Espírito de Cristo¹. A fim de que sejam para isso habilitados, é necessário, além da graça que já receberam, uma influência positiva do mesmo Espírito Santo para obrar neles o querer e o perfazer segundo o seu beneplácito²; contudo, não devem por isso tornar-se negligentes, como se não fossem obrigados a cumprir qualquer dever senão quando movidos especialmente pelo Espírito, mas devem esforçar-se por estimular a graça de Deus que há neles³.*

Ref.: 1- Jo 15.5,6; Ez 36. 26,27. 2- Fp 2.13; Fp 4. 13; II Co 3.5. 3- Fp 2.12; Hb 6.11,12; Is 64.7 II Pe 1.3,5,10,11; II Tm 1.6; Jd, vs. 20 e 21.

XVI.4- *Os que alcançam, pela obediência, a maior perfeição possível nesta vida estão longe de exceder as suas obrigações e fazer mais do que Deus requer, e são deficientes em muitos dos deveres que são obrigados a fazer.*

Ref.: Lc 17.10; Gl 5.17.

Deve-se entender a “perfeição” de que fala o texto, como o grau maior possível de eficiência ministerial; jamais perfeição espiritual, que melhore seu estado no mundo vindouro. Lá, seremos todos iguais, mas sem eliminação das distinções pessoais: As três pessoas da Trindade são distintas e, ao mesmo tempo, iguais.

As boas obras não são meritórias.

XVI.5- *Não podemos, pelas nossas melhores obras, merecer da mão de Deus perdão de pecado ou a vida eterna, porque é grande e desproporção que há entre eles e a glória porvir, e infinita a distância que vai de nós a Deus, a quem não podemos ser úteis por meio delas, nem satisfazer pela dívida dos nossos pecados anteriores¹; e porque, como boas, procedem do seu Espírito² e, como nossas, são impuras e misturadas com tanta fraqueza e imperfeição, que não podem suportar a severidade do juízo de Deus³; assim, depois que tivermos feito tudo quanto podemos, temos cumprido tão somente o nosso dever, e somos servos inúteis⁴. Ref.:*

1- Rm 3.20; Rm 4. 2,4,6; Ef 2. 8,9; Tt 3.5-7; Rm 8.18.

2- Gl 5. 22,23.

3- Is 64.6; Sl 143. 2; Sl 130. 3; Gl 5. 17; Rm 7. 15,21-23.

4- Lc 17. 10; Gl 5. 17.

SÍNTESE

Deus requer boas obras dos salvos, mas não salva pecadores por elas.

A expiação faz-se por sacrifício, por derramamento de sangue do Cordeiro, não por obras meritórias.

As boas obras em nós e por nós são produzidas pelo próprio Deus por meio de seu Espírito.

Não há santificação nem salvação pelas obras

Arminianismo carismático. Os arminianos carismáticos entendem que as obras pias: oração, jejum, votos, sacrifícios restritivos, recolhimentos espirituais, devoções intensas, meditações prolongadas, êxtases, esforço para afloramento da fé mística, requerimento de bênçãos, guarda estrita da lei mosaica e busca contínua do “batismo com o Espírito Santo”, redundam em crescimento espiritual, em mais estreita aproximação de Deus. Chegado ao nível máximo de santificação, o fiel torna-se “crente perfeito”, merecedor de elevado status por conquista e por direito diante do trono de Deus. Para eles, a recepção de Cristo no ato da conversão é o primeiro passo. O recebimento do Espírito é o segundo, quando a regeneração se completa e as duas divindades encontram-se e se ajuntam no interior do crente: Cristo e o Espírito Santo. E o crente que não consegue chegar lá, em decorrência de fraqueza ou falecimento, que posição ocupará no reino celeste de Cristo? Ocupará posição inferior à do “irmão perfeito,” que deu os dois passos? Quanto mais santificado, melhor servo; não melhor salvo ou melhor santo.

Arminianismo ortodoxo. O arminiano ortodoxo acredita no poder de convencimento da fé consciente para mover Deus a aceitar a crença produzida pela razão e, conseqüentemente, justificar o pecador por meio de semelhante fé racional. Os arminianos não introduzem crianças na Igreja institucional sob a alegação de que elas são “incapazes de crer”. Para eles, a salvação é privilégio dos que são “capazes” de exercer fé racional. Descarta-se totalmente a graça, responsável pela outorga da fé, um dom de Deus.

Romanismo. O catolicismo estabelece um binômio salvador: *fé e boas obras*; as duas operam juntas para a salvação do pecador. Inclui-se no rol das obras beatíficas aquelas exercidas pela Igreja por meio de seu sistema mediatário e seu clero mediador. Sem a operosidade pia da Igreja em benefício dos devotos, as obras individuais dos leigos não poderão ser meritórias, não atingirão eficiência e suficiência justificadoras.

Reformado. Para o reformado, a justificação é exclusivamente pela fé, que gera boas obras no justificado; obras que podem ser resumidas nos mandamentos do amor:

amor incondicional a Deus e ao próximo. O crente regenerado não é bom para ser salvo; é bom porque é salvo. Deus opera no redimido tanto o querer como o realizar (Fp 2. 13).

Salvação por expiação, não por boas obras

As obras da lei, da fé racional e das práticas meritórias nenhum efeito têm na salvação dos pecadores. Estes são salvos pelo sacrifício expiatório de Cristo na cruz do Calvário, tornando o Salvador, nosso Senhor Jesus Cristo, o alvo e o centro da fé salvadora. Cristo morreu exclusivamente pelos seus eleitos que, pelo fato de serem escolhidos, são predispostos à crença em Cristo, à confiança nele, à obediência ao exposto e disposto no Evangelho da graça. Sem derramamento de sangue não há remissão de pecados; mas “derramamento” do sangue imaculado do Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo, não de vítimas animais ou humanas por morte cruenta ou martírios físicos.

Deus, autor das boas obras

Além do distanciamento existente entre nós e a divina Trindade, o ser divino não se deixa convencer por tão ínfimas criaturas humanas, em virtude de sua superioridade e imutabilidade. Deus, por outro lado, não pode receber as boas obras do regenerado, pois ele mesmo as produz por efetivação do desejar e pelo estímulo na pessoa eleita. À parte da atuação divina por meio do Espírito Santo não existem boas obras, aquelas ordenadas por Deus e satisfatórias aos propósitos e à vontade do Salvador: *Porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade* (Fp 2.13).

Deus aceita as obras dos regenerados na pessoa do Regenerador.

XVI.6- *Não obstante o que havemos dito, sendo aceitas por meio de Cristo as pessoas dos crentes, também são aceitas por ele¹ as boas obras, não como se fossem, nesta vida, inteiramente puras e irrepreensíveis à vista de Deus², mas porque Deus, considerando-as em seu filho, é servido aceitar e recompensar aquilo que é sincero, embora seja acompanhada de muitas fraquezas e imperfeições³. Ref.:*

- 1- Ef 1.6; I Pe 2.5; Gl 4.4; Hb 11.4.
- 2- I Co 4.3,4; Sl 143.2.
- 3- II Co 8.12; Hb 6.10.

SÍNTESE

As obras internas da fé, do amor, da submissão, da consagração e da reverência são virtudes naturais e, portanto, inseparáveis da pessoa do cristão verdadeiro.

As obras externas: missão, testemunho, tolerância, perdão, caridade, santidade expressa e outras, são qualidades necessárias à identificação do servo de Deus e à expressividade de sua “imago Dei” restaurada em Cristo Jesus.

As obras do crente

O bem acompanha o bom no curso da vida terrena e na eternidade. As boas obras, frutos da árvore boa, vão em nós e conosco para a eternidade como qualidades e virtudes; jamais na condição de méritos justificadores. O crente, ao morrer, não só é liberto das opressões da existência terrena, mas também é levado com sua identidade cristã, com a qual se identificou na terra como servo de Cristo: *Então ouvi uma grande voz do céu, dizendo: Escreve: Bem-aventurado os mortos que desde agora morrem no Senhor; sim, diz o Espírito, para que descansem das suas fadigas, pois as suas obras os*

acompanham (Ap 14.13). Porque Deus não é injusto para ficar esquecido do vosso trabalho e do amor que evidenciastes para com o seu nome, pois servistes e ainda servis aos santos (Hb 6.10). A coroa de glória de que fala Pedro (I Pe 5.4) é a do dever cumprido, da satisfação de ter sido servo dedicado e fiel ao generosíssimo Salvador de nossas almas, e a promoção, por meio de Cristo, ao reino final e eterno do Cordeiro. Assim como o bom e fiel escravo sente-se feliz e realizado, quando o seu trabalho beneficia e satisfaz o seu senhor, também o servo Cristo recompensa-se com a satisfação de seu Pai celeste causada pelo seu testemunho e ministério terrenos. Por outro lado, o que Paulo denomina *galardão* é a reta consciência da inarredável cristocentricidade da fé; pois o único fundamento, posto por Deus, da vida, da crença, da confiança, da esperança e do ministério da Igreja e do crente é Jesus Cristo. Se alguém se diz firmar em Cristo, mas comportar-se contra os seus preceitos e a sua ética, suas obras não passam de palha, destinadas ao fogo (Cf I Co 3. 11-17). A coroa e o galardão do servo de Deus são a alegria, o gozo, o prazer e a satisfação de ter sido servo bom e fiel de Cristo Jesus em sua Igreja militante, perseguida e sofredora. Não se pode imaginar, valendo de categorias sociais humanas distintivas, uma comunidade celeste de servos ressurretos, imortais e incorruptíveis com santos mais honrados, mais elevados, mais distintos, galardoados com *status* e posições, convivendo com servos modestos, sem coroas e sem galardões. Todos os salvos, incluídos na comunhão universal do santos de Cristo, são iguais: coroados e galardoados, posto que filhos de Deus são todos.

Obras inseparáveis

Como não se dissocia o artista de sua arte; também não se há de separar o crente de suas boas obras. Não são, porém, as boas obras que fazem o crente; este é que, por ser crente, faz boas obras; porque, como ensina Tiago, a fé sem obras é morta (Tg 2. 17). É tão natural a laranjeira produzir laranja como o é o crente fazer boas obras, pois ele foi regenerado para ser testemunha de Cristo como sal da terra, fermento e luz do mundo. Se o pecador, reconciliado com Deus por meio de Cristo, retornou à condição de *imagem de Deus*, as manifestações concretas de sua transformação são boas obras, segundo a vontade do Criador expressa nas Santas Escrituras. O salvo não é isento de pecado, mas é filho de Deus por adoção, tendo de assumir a condição e a responsabilidade de filho.

Obras dos irregenerados.

XVI.7- *As obras feitas pelos não-regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena, e úteis tanto a eles mesmos quanto aos outros¹, contudo, porque procedem de corações não justificados pela fé², não são feitas devidamente, segundo a Palavra³; nem para um fim justo- a glória de Deus⁴; são, portanto, pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus⁵; não obstante, o negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus⁶. Ref.:*

- 1- II Rs 10. 30,31; Fp 1. 15,16,18.
- 2- Hb 11.4,6; Gn 4.3-5.
- 3- I Co 13.3; Is 1.12.
- 4- Mt 6.2,5,16; Rm 14. 23.
- 5- Tt 1.15; Pv 15.8; Pv 28.9.
- 6- Mt 25.24-28, 41, 42,43,45.

Síntese

Deus usa os não-regenerados para realizações em favor da sociedade e de si mesmos.

A piedade ou religiosidade do descrente não se endereçam a Deus, mas aos ídolos.

Obras materiais dos irregenerados

Todos os seres humanos, eleitos e réprobos, são colocados no mundo com propósitos definidos. A comprovação está na constatação dos dons, pendores e vocações que cada um recebe na concepção e desenvolve no curso da existência. Deus equipa cada ser humano para tarefas específicas no conjunto da sociedade, tendo por objetivo o fim e o bem comuns. Tais obras (materiais, sociais, culturais, políticas e tecnológicas) são preconizadas e permitidas pelo Criador para crescimento e evolução da humanidade, mas sem quaisquer virtudes meritórias ou conseqüências justificadoras para efeito de salvação de seus executores. No sentido de contribuir com a humanidade, cada ser humano que desenvolve seus pendores e executa suas vocações é um servo de Deus, mas exclusivamente para servi-lo no contexto da ordem social.

Obras pias dos irregenerados

Muitos reprovados são extrema e fanaticamente religiosos, servindo e adorando deuses falsos ou até professando fé mística no Deus dos cristãos, mas de maneira errada, distorcida, herética, corrompendo as Escrituras para ensinarem, sob sua autoridade, doutrinas anticristicas como se verdade revelada fossem. Semelhantes obras são reprovadas por Deus e seus autores, rejeitados: *Nem todo que me diz: Senhor, Senhor! Entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai que está nos céus. Muitos, naquele dia, hão de dizer-me: Senhor, Senhor! Porventura, não temos nós profetizado em teu nome, e em teu nome não expelimos demônios, e em teu nome não fizemos muitos milagres? Então lhes direi explicitamente: Nunca vos conheci. Apartai-vos de mim os que praticais a iniquidade (Mt 7.21-23)*. Os ímpios utilizam-se das Escrituras e do nome de Cristo como apoio e motivação para a divulgação do erro e práticas taumatúrgicas enganosas.

As obras sociais, e são abundantes, de seitas heréticas, têm beneficiado muitos carentes e deficientes físicos, mas delas os seus promotores não devem esperar nenhum benefício justificador de seus pecados, porque não se recebe a salvação pelas obras, por melhores e mais bem intencionadas que sejam, mas pela graça: *Pela graça sois salvos, mediante a fé, e isto não vem de vós, é dom de Deus; não [vem] de obras, para que ninguém se glorie (Ef 2.8,9)*.

As obras espíritas, especialmente do espiritismo kardecista, visam acumular créditos para a próxima reencarnação. Os deficientes físicos e mentais, nasceram assim, porque em vidas anteriores cometeram muitos erros, e precisam expiá-los na atual existência, com vistas à reencarnação seguinte, quando, livres dos males provenientes dos erros da vida anterior, retornarem melhores, mais realizados e mais felizes. Neste caso, fazer-lhes bem, mitigar-lhes os justos sofrimentos prescritos, significa causar-lhes mal, pois, morrendo com “débitos”, terão de retornar ao mesmo estado, para pagarem, “tintim por tintim,” tudo que devem. No espiritismo não há perdão. A divindade espírita é cruel e implacável: Errou, tem de, irrecorrivelmente, pagar. Em tal sistema soteriológico não há lugar para “boas obras” de benefícios, tolerâncias e indultos.

FONTES AUXILIARES

- 1- O Dicionário da Bíblia, Vol. II, Edições Vida Nova, SP, 1ª Ed., pág. 1.135: Obras: Art. de J. C. Connell.

- 2- Vocabulário Bíblico, Jean Jacques Von Allmen, ASTE, SP, 1ª Ed., pág. 233/34: Art. de J. L. Leuba.
- 3- A Bíblia e o Catolicismo Romano, Dreyer e Weller, Casa Editora Evangélica. Ltda, Teresópolis, RJ, 1ª Ed.: As obras Super-Rogatórias, da pág. 105 à 107.
- 4- Nossa Crença e a de Nossos Pais, David S. Schaff, Imprensa Metodista, 1964, 2ª Ed., A Justificação pela Fé – As Boas Obras, Cap. XXVII, da pág. 453 à 467.
- 5- Teologia Concisa, J. I. Packer, Editora Cultura Cristã, SP, 1ª Ed., 1999, Obras: da pag. 149 à 151.
- 6- Institutas, João Calvino. Foram consultados, na Edição Valera de 1967: Obras cerimoniais e morais: Vol. III, cap. 11, § 19. Buenas Obras (sentido romano): Vol. II, cap. 8, § 5; Vol. III, caps. 4, §§ 27, 36ss. Obras buenas (sentido evangélico): Vol. II, cap. 11, §§ 5, 52ss; Vol. III, cap. 3, §§ 6, 21; cap. 14, §§ 5ss, 9, 16ss; Vol. II. 3, §§ 6-9; II, 5, §§ 14 ss; III.5, § 3; III. 14, §§ 12ss. II.8, §§ 39ss: Calvino trata, em grande parte, da doutrina das boas obras à luz da fé católica. A abordagem estritamente teológica sobre a justificação pela fé e boas obras, mais livre de questões apologéticas, Calvino desenvolve em seu comentário aos Romanos (1539/40 em Estrasburgo).

DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS.

Capítulo XVII

Deus não perde os seus redimidos

XVII.1- *Os que Deus aceitou em seu Filho amado, que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado da graça nem total, nem finalmente; mas, com toda certeza hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos¹. Rf.:*

- 1- Fp 1. 6; Jo 10.28,29; I Pe 1. 5,9; Jr 32. 40; I Jo 3. 9.

SÍNTESE

O redimido em e por Cristo permanece eternamente salvo.

Não é o crente que persevera, é Deus quem o mantém perseverante no seu reino.

A Irrevogabilidade da Salvação

No arminianismo, o pecador pode salvar-se ou perder-se, pois tudo depende de sua decisão consciente, de seu livre arbítrio. Livre arbítrio de condenado é contingenciado pela condenação. A liberdade de um sentenciado à prisão, depois de recolhido ao cárcere, é aquela do prisioneiro: extremamente limitada e condicionada ao regime prisional. O pecador, condenado à alienação de Deus e penalizado com a morte, perdeu inteiramente o livre arbítrio para decidir sobre sua liberdade espiritual e seu destino eterno. Para a fé reformada, solidamente firmada nas Escrituras, a salvação é um ato da livre graça de Deus que, desde a eternidade, elegeu o que seria salvo em Cristo Jesus e, no tempo oportuno, durante o curso da existência do preordenado, chamou-o eficazmente, vinculou-o ao seu Filho, regenerou-o e o adotou como filho. As ações redentoras, todas rigorosamente previstas, são irretocáveis e irreversíveis. Deixemos que a Palavra de Deus nos comprove tão sublime e extraordinária verdade:

Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão eternamente, e ninguém as arrebatará de minha mão. Aquilo que meu Pai me deu é maior do que tudo; e da mão do Pai ninguém o pode arrebatar (Jo 10. 28,29).

Todo aquele que o Pai me dá, esse vem a mim; e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora (Jo 6. 37).

Deus predestinou, antes que o universo existisse, os que seriam seus filhos, não por criação, mas por redenção em seu Filho amado, a Segunda Pessoa da unidade Trina. A semente da fé justificadora, consequência da eleição, reside em cada eleito, habilitando-o a ouvir, discernir, atender e seguir a voz do Pastor (Jo 10. 4,11,14). Os que pertencem ao Pai por decretação eletiva são eficazmente chamados e entregues aos cuidados pastorais de Jesus Cristo:

Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo. Eram teus, tu mos confiaste, e eles têm guardado a tua palavra (Jo 17. 6). O pecador não “escolhe” seu Deus; este é quem “o escolheu e o chama” em Cristo Jesus (Jo 15. 16). A perseverança dos santos é uma graça divina, não obra do esforço humano deliberado. Quem protege e segura o filho é o pai, não o contrário.

A Salvação Eterna

Não se pode pretender nem esperar que o temporal, limitado e perecível tenha poder sobre o eterno, imortal e ilimitado. A criatura, gerada em estado de subalternidade, servidão e submissão, fica eternamente subordinada ao Criador, que dela dispõe incondicionalmente. Deste modo, se é do propósito do soberano Pai eterno escolher e manter sob sua proteção e tutela uma determinada pessoa, quem dentre os finitos e limitadíssimos poderá contestar sua atitude? Os feitos de Deus ultrapassam nossa capacidade de entendimento, não se enquadram na nossa lógica humana e escapam às nossas prerrogativas racionais de apreendê-las, ajuizá-las, modificá-las ou anulá-las. Melhor é concordar com Paulo sobre a incondicional submissão às decisões divinas: Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim? (Rm 8. 20).

A salvação é eterna, porque Deus é eterno, perfeito e imutável; e perfeitos e imutáveis são todos os seus atos, realizações e escolhas. Deus planejou a existência de todas as coisas com rigorosa exatidão e eficiência. Quanto aos homens, seu cuidado de fazê-los emergir de conformidade com o eterno projeto, foi extremamente zeloso, pois se tratava da mais sublime das criaturas, criada com dupla dimensão, material e espiritual, para sublimar a natureza e ligá-la em serviço, adoração e louvor, ao Criador. Assim, o ser humano deveria ser, com perfeição, semelhante, biologicamente, aos animais e, espiritualmente, a Deus, imago Dei. A queda, prevista e permitida, derrubou a humanidade e conturbou a natureza, inclusive a fauna; mas dentre os caídos estavam seus preordenadamente escolhidos para serem reconciliados com o Criador no eternamente Eleito, nosso Senhor Jesus Cristo. Foi para e pelos predestinados à filiação divina adotiva que o Filho de Deus encarnou-se, padeceu, foi sacrificado e morreu para expiar-lhes os pecados; ressuscitando ao terceiro dia, para ser-lhes Salvador e Rei eternamente. Todos os preordenados, por pertencerem ao Pai celeste, são trazidos a ele por Jesus Cristo, o único Mediador entre os eleitos e o Deus que os elegeram. Adotando-os como filhos, concedendo-lhes a graça da semelhança com o Unigênito do Pai e primogênito da nova humanidade por meio de Maria (Jo 1. 14,18 cf Rm 8.29; Cl 1.15). Os

predestinados à salvação serão eficazmente chamados, redimidos e filiados ao Pai por meio de seu Filho:

Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou (Rm 8 29,30).

As Escrituras não nos deixam em dúvida: somos indissoluvelmente vinculados a Cristo desde a eternidade; vínculos inquebráveis que Deus estabeleceu, independente da fragilidade, da debilidade e das fraquezas naturais e contingenciais do eleito.

Nossa fortaleza é Deus.

XVII.2- Esta perseverança dos santos não depende do livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai¹, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo², da permanência do Espírito e da semente de Deus neles³, da natureza do pacto da graça⁴; de todas estas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade⁵. Ref.:

- 1- *II Tm 2. 19; Jr 31. 3; Ef 1. 4,5; Jo 13. 1; Rm 8. 35-39.*
- 2- *Hb 10. 10,14; Jo 17. 11,24; Hb 7. 25; Hb 9. 12-15; Lc 22. 32.*
- 3- *Jo 14. 16,17; I Jo 2. 29; I Jo 3. 9.*
- 4- *Jr 32. 40; Hb 8. 10-12.*
- 5- *II Ts 3. 3; I Jo 2. 19; Jo 10. 28; I Ts 5. 23,24; Hb 6. 17-20.*

Síntese

A perseverança não depende da capacidade humana nem de seu livre arbítrio. A perseverança firma-se: na eleição eterna; na imutabilidade dos feitos de Deus; no insondável amor divino; na mediação intercessória de Cristo; na permanência do Espírito Santo no eleito regenerado; na semente de Deus no redimido; na natureza da graça.

A incapacidade humana

O homem, na condição de criatura, mesmo antes de pecar, já era limitado em relação ao Criador. Depois da queda e a conseqüente corrupção de sua natureza, o seu estado piorou; suas relações com Deus, por iniciativa própria, tornaram-se impossíveis. O distanciamento moral, cognitivo, volitivo e espiritual entre ele e seu Criador ficou inimaginavelmente imenso, tornando-se a reaproximação e a reconciliação inexequíveis, se deixadas na dependência de tão fragilizada, deprimida e incapacitada criatura. Incapaz de voltar-se para Deus, este voltou-se para ele que, embora eleito, encontrava-se distante e completamente alienado de seu Criador. Morto em seus delitos e pecados, afastado e eliminado da fonte da vida, não dispendo da mínima capacidade de libertar-se da morte, de erguer-se da horrível masmorra onde se atirou por opção consciente. Então Deus, por sua infinita misericórdia, segundo o seu beneplácito, cumprindo sua própria determinação decretiva, busca-o por meio de seu Filho amado, que entra no seu mundo, no universo de sua existência sofredora, a humanidade alienada. Desta maneira, sua remissão e preservação no reino do Cordeiro dependem inteira e exclusivamente de Deus.

Em que se Firma a Perseverança?

A perseverança do salvos firma-se, como já se declarou, em Deus, que tomou medidas soteriológicas indispensáveis para que a segurança dos santos seja executada e garantida eficaz e plenamente. Ei-las:

a- Eleição decretada. *O que Deus decreta como supremo e infalível legislador cumpre-se rigorosamente. O eleito do Pai, preordenado à crença e à aceitação do Messias, uma vez por ele regenerado, isto é, nascido de novo, jamais retornará à condição de velho homem; e isto por duas razões: Primeira: Deus não conserta nem desfaz o que decreta e executa. Segunda: O redimido agora é propriedade exclusiva de Deus, não sendo mais dono de si mesmo, de sua vida e de seu destino.*

b- O eterno amor do Pai. *O eleito regenerado é alvo e objeto do inefável amor do Pai celeste, que o adotou em Cristo Jesus como filho, cuja paternidade jamais se desfará. O verdadeiro filho de Deus, por meio de Cristo Jesus, nunca apostatará e, em hipótese alguma, será rejeitado pelo Redentor: Todo aquele que o Pai me dá, esse virá a mim; e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora (Jo 6. 37 cf Jo18.9).*

c- A eficácia da obra de Cristo. *Cristo realizou um sacrifício perfeito, completo e definitivo, e ainda assumiu a aplicação de sua obra redentora como Sumo Sacerdote para sempre (Hb 7.20-28), exercendo continuamente a mediação de seus redimidos e intercedendo permanentemente por eles (Rm 8. 34). A eficácia da morte vicária do Cordeiro e sua perfeitíssima e ininterrupta intercessão asseguram ao eleito redimido permanência eterna no eficientíssimo Redentor.*

d- A permanência do Espírito Santo. *Deus dirige sua Igreja pelo Espírito Santo, que atua no seu interior, para mantê-la vinculada a Cristo, fiel às Escrituras, às ordenanças sacramentais, e firme no testemunho cristão; mas age também no ser de cada membro por atuação direta interna: habitando-o, controlando-lhe as tendências, iluminando, preservando e aumentando-lhe a fé; e por orientação externa: ensinando, guiando, amparando e vinculando-o ao corpo dos eleitos, a Igreja. O servo de Cristo, portanto, não se dirige a si mesmo, mas é conduzido pelo Espírito de Deus, e este não o deixa recalcitrar contra seu Salvador, vindo a perder a salvação: Acaso não sabeis que o vosso corpo é santuário do Espírito Santo, que está em vós, o qual tendes da parte de Deus, e que não sois de vós mesmos? (I Co 6. 19). Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus (Rm 8.14). O Espírito Santo mantém o regenerado no corpo de Cristo, sua Igreja, e lhe garante a permanência eterna no reino do Messias.*

e- O pacto da graça. *O pacto que Deus fez com cada servo eleito por meio de seu Filho amado foi de caráter irrevogável. Tal aliança eterna tem sido reavivada e reafirmada na cerimônia do batismo e em cada ritual de celebração da Ceia do Senhor. A Igreja pactuada com Deus mediante Cristo continua pactuando por intermédio dos “meios sacramentais de graça”. A permanência dos eleitos no pacto é providência divina, sendo os sacramentos e a Palavra meios e forças alimentadores e sustentadores indispensáveis.*

f- A semente de Deus. *Deus, segundo sua inescrutável vontade e eternos propósitos, elegeu todos e cada um de seus servos na pessoa do grande Eleito, nosso Senhor Jesus Cristo. Esses escolhidos nascem condicionados à fé salvadora, pois neles, por preordenação, o Criador implantou a semente da espiritualidade que, no devido tempo, o próprio Deus, pelo seu Espírito, faz germinar e desenvolver.*

Em suma: Deus salva os seus eleitos, santifica-os e os preserva na graça para sempre. O Espírito Santo, que neles habita, dá-lhes a certeza de que jamais serão menosprezados e abandonados pelo amorosíssimo Pai celeste: Quem tentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará? É Cristo Jesus quem morreu ou, antes, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus e também intercede por nós. Quem nos separará do amor de Cristo? Será tribulação, ou angústia, ou perseguição, ou fome, ou nudez, ou perigo, ou espada? (Rm 8. 33-35). Porque eu estou bem certo de que nem morte, nem vida, nem anjos, nem principados, nem as coisas do presente, nem do porvir, nem os poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor (Rm 8. 38,39). A segurança em Cristo é total e absoluta, mesmo com o germe do pecado permanecendo em nós e o maligno a tentar-nos insistentemente. Uma vez salvo; salvo para sempre, pois Deus jamais se desfará de seu filho ou perderá seu escravo. O servo de Deus traz o indelével signo de propriedade divina.

A possível queda temporária do salvo.

XVII.3- Eles [os santos], porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados e por algum tempo continuar neles¹; e assim incorrerem no desagrado de Deus², entristecerem o seu Santo Espírito³ e, de algum modo, venham a ser privados das suas graças e confortos⁴; tenham os corações endurecidos⁵ e as suas consciências feridas⁶; prejudiquem e escandalizem os outros,⁷ e atraiam sobre si juízos temporais⁸. Ref.:

1- Mt 26. 70,72,74; II Sm 12. 9,13.

2- Is 64. 7,9; II Sm 11. 27.

3- Ef 4. 30.

4- Sl 51. 8,10,12; Ap 2. 4.

5- Mc 6. 52; Sl 95. 8.

6- Sl 32. 3,4; Sl 51. 8.

7- II Sm 12. 14; Ez 16. 54.

8- II Sm 12. 10; Sl 89. 31,32.

Síntese

A salvação não livra o salvo dos problemas naturais da vida nem das tentações, mas o livra da deserção irremediável da graça salvadora.

O eleito regenerado, quando peca insistentemente, é disciplinado e até castigado por Deus. Deus permite o fracasso do justo para discipliná-lo, não para destruí-lo.

A possível queda temporária do salvo. *A permissão divina de deslizos dos eleitos redimidos realiza-se por razões que estão acima e além do nosso entendimento. Pelo que nos foi revelado e pelo que constatamos, o eleito regenerado, embora não perca a salvação, pode ter desvios, escorregões e até queda, porque:*

a- O vírus do pecado original permanece nele. Os anticorpos da graça atuam contra ele, impedindo-lhe a contaminação, mas os descuidos no uso dos meios de graça, o esfriamento na Igreja, o isolamento dos irmãos, a reaproximação do mundo, podem despertá-lo e reativá-lo por algum tempo, causando danos espirituais imensos e dolorosos. O crente jamais deve esquecer que a salvação

lhe garante a reconciliação com Deus e a filiação divina, mas não o isenta da influência do mal, da tendência pecaminosa, das fraquezas naturais e das pressões externas. Somos impulsionados constantemente ao pecado e atraídos por ele, que apela aos nossos sentidos com sonoridade atraente e beleza sedutora. Temos de, ajudados pelo Espírito Santo, vencer os impulsos internos e os atrativos externos.

b- As hostes satânicas assediam e tentam os eleitos de Deus. Dia e noite, sem um minuto de trégua, as potências do mal procuram, minando-lhes a resistência, derrubá-los e destruí-los. Os meios tentadores são muitos: apego aos bens materiais, lazeres carnais, sexualidade, vícios diversos, narcóticos e outros. Os dois extremos são perigosos: Nos tempos de sucesso, saúde, juventude, dinheiro e fama, geralmente se esquece de Deus, por considerá-lo desnecessário. Nos momentos difíceis, calamitosos: na falta de saúde, emprego, habitação e alimento para a família; quando a velhice chega e a fragilidade orgânica impera; quando a esperança de viver, lutar e vencer chegam ao fim. A derrota pessoal na atual existência pode levar o eleito sofredor a um “estado de decepção”, especialmente se o Deus que se lhe prega é o da “bênção” temporal, da bonança, da prosperidade e das vitórias materiais. O Deus da redenção é o da cruz, da renúncia, do desapego ao material, ao econômico e à própria felicidade na vida física. Quedas passageiras podem acontecer na peregrinação terrena do filho de Deus, mas ele, certamente, será erguido pelo seu Redentor e retornará mais enrijecido, fortalecido e santificado. Vejam o que Paulo diz sobre o irmão que cometeu pecado grave em Corinto, a ponto de merecer exclusão da comunidade: Eu, na verdade, ainda que ausente em pessoa, mas presente em espírito, já sentenciei, como se estivesse presente, que o autor de tal infâmia seja, em nome do Senhor Jesus, reunidos vós e o meu espírito, com o poder de Jesus, nosso Senhor, entregue a Satanás para destruição da carne, a fim de que o espírito seja salvo no Dia do Senhor [Jesus] (I Co 5. 3-5)⁶¹. Paulo entende que o membro faltoso, entregue ao mundo, onde Satanás domina sobre os filhos da desobediência (Cf Ef 2. 2,3; Ef 2. 12; Cl 1.13; I Jo 5. 19), será submetido ao sofrimento, com destruição da carnalidade e eliminação da concupiscência pelo dismantelamento das energias sexuais depravadas, resultado da degradação e enfermização biofísicas. Martirizada a carne, o espírito, devidamente disciplinado, salvar-se-á, pois um eleito não perde, mesmo em tais circunstâncias, a salvação; admitindo que o disciplinado seja um eleito. Se não for eleito, não será restaurado; perder-se-á no mundo. O servo de Deus pode pecar, mas certamente será castigado (Cf Hb 12. 4-13). O lugar do salvo é no corpo de Cristo, a Igreja. Ofendendo-a e poluindo-a, como aconteceu com o incestuoso referido, sendo expulso da comunidade, caindo no mundo hostil de Satanás, no meio dos réprobos, num ambiente que não é o seu, será submetido a padecimentos inomináveis na “carne”, por ter cometido pecado no “corpo” (Cf I Co 6. 18). Quem é filho de Deus não convive com o Demônio e seus comandados. Deus permite ao filho rebelde, semelhante ao figurado na parábola do Filho Pródigo, que o abandone, seja humilhado e quebrado, venha a misturar-se com os porcos para sentir o quanto o mundo é falso e como o Diabo é terrível. O herdeiro de Cristo desobediente pode esperar a disciplina do Pai (Hb 12. 4-13). Não pertencendo a Deus por eleição, vocação, redenção e justificação em Cristo Jesus, sua rebeldia não será punida nesta mundo, mas no vindouro e de maneira dolorosamente pior, mais intensa e eternamente extensa.

⁶¹ Ver comentário de Leon Morris em “I Coríntios - Introdução e Comentário”, série Cultura Cristã, Edições Vida Nova, 1ª Edição, SP, 1981, pág. 70, especialmente no que se refere a “ser entregue a Satanás”.

O livre arbítrio

O homem foi criado para ser servo de Deus; colocado num espaço geográfico restrito, o Jardim do Éden; com liberdade limitada por ordenança irrevogável, subordinado aos princípios vitais da biofísica: alimentação, preservação e procriação. Quanto à relação com o Criador, era de subordinação absoluta. Ele, ser criado, não teve auto-existência nem determinou seus objetivos e propósitos; tudo procedeu de Deus, inclusive o privilégio de ter sido feito à imagem de seu Criador. Pela queda, o homem passou de “servo de Deus” a servo do tentador, da carne, do mundo e da morte. Todas essas potências assumiram domínio senhorial sobre o homem, piorando-lhe a situação. O seu livre arbítrio, que já era limitado, passou a ser limitadíssimo, pois além de escravo de suas próprias tendências desajustadas, desorientadas e corrompidas, o homem também se escraviza às tentações malignas, às pressões internas e externas, às influências do meio, à incapacidade de discernir com clareza e precisão o justo do injusto e o bem do mal. Manteve certa liberdade, embora condicional, de optar sobre questões concernentes à sua vida social e ao seu bem-estar físico, mas nenhum livre arbítrio para decidir sobre: sua relação com Deus; sua filiação ao Pai celeste mediante Jesus Cristo; sua salvação; seu ingresso no reino eterno do Cordeiro. Em questões soteriológicas e espirituais, o pecador é inteiramente inabilitado porque, espiritualmente, está morto em seus delitos e pecados (Ef 2. 1), e um morto nada pode decidir, especialmente em favor de si mesmo. Deus, pela sua infinita misericórdia, ressuscita-nos em Cristo Jesus, concede-nos a vida eterna e nos preserva no seu regaço sacrossanto e bendito, mantendo-nos no seio de sua Igreja.

FONTES AUXILIARES

- 1- *La Libre Gracia en Contra Del Libre Albedrio*, W. E. Best, W. E. Best Book Missionary, Houston, Texas, USA, 1992, 1ª Edição.
- 2- *Eleitos de Deus*, R. C. Sproul, Editora Cultura Cristã, SP, 1ª Edição, 1998.
- 3- *Sola Gratia*, R.C. Sproul, Editora Cultura Cristã, SP, 1997, 1ª Edição.
- 4- *A Soberania Banida*, R. K. Mc Gregor Wright, Editora Cultura Cristã, SP, 1ª Edição, 1998.
- 5- *Perseverança dos Santos - Certeza da Salvação*, Onezio Figueiredo, Pastoral em apostila.
- 6- *A Eterna Predestinação*, O. Figueiredo; Obra inédita.

DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO.

Capítulo XVIII

XVIII.1- *Ainda que os hipócritas e outros não regenerados podem iludir-se vãmente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de Salvação¹, esperança essa que perecerá²; contudo, os que verdadeiramente crêem no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, procurando andar diante dele em toda a boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça³ e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, nessa esperança que nunca os envergonhará⁴. Ref.:*

- 1- Dt 29. 19; Jo 8. 41.
- 2- Mt 7. 22,23.
- 3- II Tm 1. 12; I Jo 2. 3; I Jo 5. 13; I Jo 3. 14,18,19,21,24.
- 4- Rm 5. 2,7.

SÍNTESE

Há consciências falsas de salvação, induzidas por pregação sistemática e ensino persistente.

Ao predestinado Deus concede a certeza e a esperança verdadeiras da redenção.

Certezas Falsas de Salvação

As falsas convicções de salvação e as certezas da vida eterna, quando confrontadas com a pergunta direta e contundente: ***Se você morrer agora, para onde vai?***, transformam-se em grandes dúvidas, todas oriundas das duvidosas doutrinas professas. Sigo aqui a linha de pensamento de minha pastoral: *Perseverança dos Santos – Certeza da Salvação*, onde levanto as naturais e lógicas respostas dos diversos supostos “convictos”:

a- **Do católico romano.** *Vou para o purgatório, pois não cometi pecados capitais, e os veniais, não havendo tempo de confessá-los ao santo padre, creio que a intercessão da Igreja por meio de “sacrifícios incruentos de Cristo” (as missas), os méritos de Cristo, da Virgem e dos santos, tirar-me-ão de lá e me introduzirão no céu. Confio a minha salvação ao ministério sacerdotal da Igreja, que possui o múnus intercessor e os mistérios eucarísticos. Além do mais, apego-me devotadamente à Nossa Senhora, na certeza de que ela transferirá para a minha alma um pouquinho de seus infinitos méritos. Não abandono minha Igreja, não desprezo meu santo de devoção. Espero que minhas boas obras pias e o clero, que vela por minha redenção, conduzam-me à pátria celestial (obra citada).*

Sem a Igreja, os santos e as boas obras, o fiel católico não se salva. E onde ficam sua “convicção” pessoal e sua fé? Reafirmemos com as Escrituras: Não há salvação fora de Jesus Cristo. Ele mesmo afirmou: *Ninguém vem ao Pai senão por mim* (Jo 14.6b). Outros textos que reafirmam a exclusividade da salvação em Cristo Jesus: *E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos* (At 4. 12). *Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem* (I Tm 2. 5).

Na verdade, o católico não tem, nem pode ter, certeza de sua salvação, porque esta depende de suas boas obras, de sua boa relação com o clero intercessor e mediatório e de sua inteira submissão ao romanismo, o pretenso mediador de sua salvação.

b- **A do reencarnacionista.** Bem, se me desencarnar hoje, não sei exatamente o que acontecerá. A salvação é questão de tempo e de reencarnações sucessivas. Estou pagando débitos da vida anterior. Creio não ter, ainda, quitado a dívida para, a partir daí, “acrescentar méritos” ao meu espírito, melhorando minha situação nas existências posteriores. De uma coisa a doutrina espírita me informa: após a morte, meu espírito ficará vagando, até reencarnar-se num novo corpo, pelo qual e no qual pagarei os erros de minha atual existência, que não serão, certamente, poucos.

A caridade descaridosa. O espírita faz muita caridade, porque acredita que os méritos caritativos reverter-se-ão em créditos a seu favor, mas, por outro lado, serão desfavoráveis às pessoas supostamente beneficiadas, porque, se voltaram a este mundo com a missão de “purgar”, pelo sofrimento, pecados da vida antecedente, seus padecimentos não podem ser interrompidos. Se o reencarnacionista tira um pobre da sarjeta ou ameniza a situação de uma criança deficiente, eles, morrendo, terão de retornar e recomeçar tudo de novo para pagarem, rigorosamente, todos os delitos

cometidos; é a lei de talião: *olho por olho e dente por dente*. Então, o pobre retorna à mesma sarjeta e a criança ao mesmo estado de deficiência. A caridade que beneficia o caridoso, prejudica a quem a recebe.

Duas questões são difíceis de serem explicadas pelo espiritismo:

Primeira: A questão do *mal* que, para o reencarnacionista, é um *bem*, pois é pagamento de dívidas da vida anterior. Se a caridade espiritualista impedir-lhe ou interromper-lhe o processo purgativo, o devedor terá de retornar para quitar o débito, o que lhe será terrivelmente desastroso, descaridoso. A caridade redundante em descaridade ao beneficiário, pois sua missão é sofrer purgatorialmente: sem padecimento penal não há purificação e, em consequência, o bem próprio da libertação não será conquistado. O perdão, no sistema salvador espírita, não existe. O deus cardecista não perdoa: pune rigorosa e implacavelmente.

Segunda: A humanidade passou de *um par humano* a bilhões de pessoas (encarnadas e desencarnadas). Quem criou, onde estavam e o que faziam tantas almas, que progressivamente encarnam-se, desencarnam-se e se reencarnam? Se foram criadas perfeitas, porque “se sujaram nas reencarnações sucessivas”? Se foram criadas imperfeitas, provenientes de mundos inferiores, como explicar tal criação e como o “imperfeito” “aperfeiçoa-se” na rudeza da matéria imunda? Como se explica a “punição”, no corpo físico, de um espírito, que não tem culpa de ter sido criado imperfeito, maculado?

O espírita não sabe o que acontecerá com ele depois da morte, nem como lidar com a sujidade de sua alma desencarnada, ansiosa para “pagar” pelos seus erros em novo corpo. O universo está repleto de espíritos sujos, aguardando reencarnação. O interlocutor dialético será mais um? Incerteza atroz..., dúvida cruel!⁶²

c- **A do arminiano.** Eu não estou *preparado* para morrer agora, de surpresa. Espero não partir de repente, antes de me preparar para o encontro com Cristo no além. Deus me deu a graça e a oportunidade de crer no Filho de Deus e aceitá-lo como meu Salvador, mas a minha salvação e preservação dependem de mim, do esforço pessoal, de minha fidelidade e consagração: *A graça opera em quem coopera*. Tenho sido um “razoável” servo de Deus, mas não me sinto em condições, neste momento, de ser levado para a eternidade. Tenho orado muito para que a morte não me pegue despreparado. Esforço-me no caminho da santificação, mas não tenho “progredido” muito. O meu medo é o de “perder a salvação”, pois estou no mesmo estado de Paulo: Não faço o bem que prefiro, mas pratico o mal que não desejo (Rm 7. 14-25). Apesar de minha fraqueza, tenho lutado (e espero vencer) para alcançar em Cristo Jesus a vida eterna. Apenas suplico a Deus para que não me tire a vida física sem aviso prévio ou antes que esteja em condições de me despedir deste mundo. Creio que sem colaboração do pecador pelo correto exercício da fé e efetiva santificação, a graça salvadora torna-se ineficaz. Deus agracia com a bênção da justificação os que “querem” ser salvos, os que “desejam” a espiritualização e os que batalham por ela.

O arminiano, fazendo a salvação depender de sua “cooperação” pessoal com a graça salvadora em Cristo Jesus, não pode mesmo ter “certeza da redenção”.

d- **A do psicopânico**⁶³: Se eu morrer hoje, meu corpo vai para a sepultura e minha alma ficará ligada a ele em estado de dormência ou letargia até a ressurreição do último dia. Estou convicto de que a alma não tem cognição, volição e consciência fora do cérebro. Por isso, ficará, inconscientemente, em profundo sono, ao lado do organismo físico que a sustentou, até que este seja ressuscitado e ela reassuma suas funções cerebrais e volte à sua consciência com mais clareza e perfeição, pois a

⁶² - Consultar: O Espiritismo, uma Avaliação, de J. A. Ferreira, Casa Editora Presbiteriana, SP, 1959, 1ª Edição. Especialmente sobre a reencarnação, pág. 113ss.

⁶³ - Vem de psychopannychia: doutrina do “sono da alma” ou “da letargia da alma”.

qualidade do corpo ressurreto será infinitamente superior, comparado ao anterior, mortal e corruptível.

Para os defensores do “sono da alma”, esta, em todo período do estado intermediário, fica com os restos mortais, a eles aprisionada, a espera da ressurreição final. O corpo deteriora, apodrece, decompõe-se, dissolve-se na terra, desaparece, mas a alma fica lá em estado de letargia: sono profundo ou dormência comatosa. É terrível imaginar o espírito do psicopânico em tal situação, em semelhante depressão.

e- A do Reformado Calvinista: Morrendo agora ou em qualquer momento, na qualidade de eleito regenerado, concessão exclusiva de Deus, serei levado para o céu, onde estarei eternamente com Jesus. Disso estou absolutamente convicto, pois a salvação não foi opção pessoal, nem a mantenho por esforço próprio; o Redentor me concedeu, incondicionalmente, por sua inefável e infinita graça. A sentença de morte que pesava sobre mim e sob a qual minha alma angustiava, o Pai celeste a fez recair em seu Filho amado, nosso Senhor Jesus Cristo. Até a fé, que me leva à firme crença naquele que por mim morreu, é dádiva de Deus. A graça atua no eleito para orientá-lo e dirigi-lo na direção do Salvador: *Pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie (Ef 2.8,9). Os que Deus predestinou, a esses chamou, regenerou, justificou, salvou, concedeu-lhes a vida eterna e glorificou (Rm 8.30).*

Não tenho certeza da minha salvação por confiar em mim; tenho-a porque confio no Deus que me salvou, e este é infalível, sendo seus atos imutáveis e irrevogáveis: *Todo que o Pai me dá, esse virá a mim; e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora (Jo 6.37).* Quem não tem certeza de sua salvação, é porque não deposita sua confiança e esperança exclusivamente em Deus. A fé inabalável é sinal de eleição e redenção eterna em Cristo Jesus. O eleito redimido não crê para ser de Deus; crê, porque é de Deus, não por escolha acidental e condicional, mas por eleição eterna incondicional. Duvido sempre de mim; mas não tenho direito nem motivo de duvidar de Deus.

A fé, a certeza e a esperança são dádivas da graça divina aos escolhidos.

Sinais de nossa Eleição.

XVIII.2- *Esta certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança, mas uma segurança infalível da fé¹, fundada na divina verdade das promessas de salvação², na evidência interna daquelas graças a que são feitas essas promessas³, no testemunho do Espírito de adoção, que testifica com nossos espíritos sermos filhos de Deus⁴, testemunho desse Espírito, que é o penhor de nossa herança e por quem somos selados para o dia da redenção⁵. Ref.:*

- 1- Hb 6. 11,12.
- 2- Hb 6. 17-20; II Pe 1. 4,5.
- 3- II Pe 1. 10,11; I Jo 3. 14.
- 4- Rm 8. 1. 5,16.
- 5- Ef 1. 13,14; II Co 1. 21,22.

SÍNTESE

A certeza, como segurança infalível, é produto da fé.

É confiança nas promessas de Deus exaradas nas Escrituras.

Resulta do fortalecimento da fé e da edificação pelos meios de graça da Igreja bem como do amor fraternal da família de Cristo.

Vem do testemunho interno do Espírito Santo, que nos garante sermos filhos de Deus.

A Certeza da fé

Deve-se repetir reiteradamente que a fé é um dom de Deus (Ef. 2. 8,9), pela qual o eleito é habilitado à crença em Cristo Jesus e à conseqüente submissão incondicional a ele. Esta fé com que Deus agracia, exclusivamente, os seus escolhidos, é que dá ao predestinado à salvação a predisposição inicial de aceitar a mensagem da redenção e crer no Redentor. Depois de convertido, é ela que mantém na consciência regenerada a certeza do que Deus realizou, e realiza, nele e por ele, pelo ministério miraculoso de seu Filho, nosso Senhor Jesus Cristo. De nenhuma prova externa palpável e concreta o crente renascido necessita para a manutenção da firme convicção de que é filho de Deus e de que a paternidade divina jamais lhe será tirada. O autor da Carta aos Hebreus, certamente inspirado pelo Espírito Santo, definiu bem a natureza psicológica e espiritual da fé: *Ora, a fé é a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não vêem (Hb 11. 1)*. A segurança do crente vem de Deus, não de si mesmo. A infalibilidade de Deus, o autor e consumidor de nossa fé (Hb 12. 2), é a garantia da nossa permanência em Cristo Jesus. A verdadeira fé, por ser dádiva do Criador, é inerente ao preordenado à redenção no Remidor, o Filho de Deus; sendo, conseqüentemente, de natureza interna, espiritual, imaterial e incondicional, sobrevivendo em quaisquer situações do regenerado: na fartura e na miséria, na saúde e na enfermidade, na vitória e na derrota, na juventude e na velhice. A fé que procede e depende do crente é falível e destrutível; a que vem de Deus, embora possa ser abalada, é indestrutível. A fé salvadora pode sofrer abalo, segundo a vontade permissiva de Deus, mas pode ser aumentada ou diminuída pelo crente. Deus, o seu autor, pode fazer isso, mas o homem, não.

A certeza das promessas

A Palavra de Deus produz no crente sólida firmeza. Há entre o homem, imagem de Deus, e seu Criador uma relação unilateral de dependência. O ser criado depende de quem o criou; sendo capacitado, por criação e eleição, a entender o Pai celeste, a submeter-se a ele, a ser-lhe servo, a viver factualmente com ele. Deus, segundo as Escrituras, estabeleceu vínculos com os seus escolhidos por intermédio de pactos unilaterais, pelos quais foram convocados à submissão, à servitude, à adoração e ao testemunho. Pelo *decreto eterno*, segundo o livre propósito de Deus, fomos eleitos, chamados e salvos em Cristo Jesus. O pacto da graça, como o próprio nome indica, não depende de obras, isto é, de escolhas, feitos, atitudes e méritos humanos. A certeza do regenerado de que foi, permanece e permanecerá salvo, procede de sua nova natureza (obra divina da regeneração do eleito), conformada com a vontade do Criador e com ele identificada essencial e espiritualmente, não de merecimentos do pecador. Sendo Deus o proponente e realizador exclusivo, em si mesmo, do pacto; e considerando que aqueles, em favor dos quais os benefícios factuais se efetivam, são privativamente os seus eleitos desde a eternidade, tem de se chegar à conclusão de que o pacto é, por parte do homem, irrevogável, resultando daí a certeza que o crente deve ter de que a sua salvação é **inderrogável**, posto que de origem divina e de dimensão eterna.

Fortalecimento da certeza pelos meios de graça

A esperança da posse definitiva da redenção no reino consumado do Cordeiro nasce da certeza da fé e se consolida na convicção de que a Igreja militante é o corpo antevisivo e antecipador da triunfante. O crente verdadeiro, alimentado pela Palavra de Deus, pela participação consciente na Mesa do Senhor, pelo constante diálogo com

Deus mediante a oração e pela integração na comunidade dos redimidos, tem a certeza da filiação divina continuamente fortalecida, aumentada e consolidada. A dúvida assalta os que se afastam dos meios eclesiais edificadores: a renovação da mensagem escriturística pela pregação, ensino e testemunho da Igreja; a recepção do batismo e sua manutenção pela permanência no corpo de Cristo; a participação zelosa e consciente na Ceia do Senhor; a prática da oração (individual e comunitária); a presença participativa no culto comunitário; a cooperação com a Igreja em suas atividades múltiplas. Tudo isso faz aumentar o amor a Deus, aos irmãos, à comunidade; e reafirmar, dia a dia, a certeza de que somos servos de Deus e de que ele nos usa no presente estágio de nossa vida para galardoar-nos e nos glorificar, posteriormente, no reino porvir de Cristo Jesus.

Testemunho interno do Espírito Santo

O Espírito Santo habita o regenerado: *Acaso não sabeis que o vosso corpo é santuário do Espírito Santo que está em vós, o qual tendes da parte de Deus, e que não sois de vós mesmos? (I Co 6.19 cf I Co 3. 16; II Co 6. 16)*. O Espírito que habita o remido lhe dá certeza de que é filho de Deus, cuja filiação é inarredável, porque o onipotente Pai celeste é quem a garante. O agente interno, promotor da convicção segura e inabalável de que estamos e permaneceremos salvos, é o Espírito Santo:

O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus (Rm 8. 16).

Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus (Rm 8. 14).

Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito, se de fato o Espírito de Deus habita em vós. E se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele (Rm 8. 9).

Tanto a esperança como a certeza da salvação procedem do Espírito de Deus que habita o crente regenerado e o leva a sustentar, na consciência e na expressão, tais convicções. Além do mais, o Espírito Santo em nós é o penhor de nossa herança e o selo ou garantia de nossa redenção eterna em Cristo Jesus (Ef 1. 13,14 cf II Co 1. 21,22). Pelo convencimento do Espírito, agindo no seu interior regenerado, e pelo testemunho da revelação bíblica, o salvo é levado à consciência de filiação verdadeira e à firme certeza da justificação. Tal certeza é implantada e mantida nele pelo Espírito Santo.

A Certeza leva o Salvo a atitudes confirmadoras.

XVIII.3- *Esta segurança infalível não pertence de tal modo à essência da fé, que um verdadeiro crente, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades¹; contudo, sendo pelo Espírito Santo habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode alcançá-la sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários². É, pois, dever de todo o fiel fazer toda a diligência para tornar certas a sua vocação e eleição, a fim de que por esse modo seja o seu coração, no Espírito Santo, confirmado em paz e gozo, em amor e gratidão para com Deus, em firmeza e alegria nos deveres da obediência, que são os frutos próprios desta segurança. Este privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência³.*

Ref.:

- 1- Is 1. 10; I Jo 5. 13 (cf o Sl 73).
- 2- I Co 2. 12; I Jo 4. 13; Sl 77.10-20.
- 3- II Pe 1. 10; Rm 6. 1,2; Tt 2. 11,12,14.

Síntese.

A certeza tem suas raízes na eleição, brota do chamado eficaz, cresce com a santificação.

Deus usa os meios ordinários para santificar o seu redimido e consolidar sua confiança em Cristo Jesus.

Deus dá e consolida a certeza da salvação

A certeza da salvação somente existe na mente e na consciência do eleito regenerado, isto é, daquele que, sendo escolhido desde a eternidade, foi chamado no tempo oportuno, salvo e regenerado; tudo por ações graciosas de Deus. A partir do novo nascimento, Deus opera no salvo o crescimento espiritual, habilitando-o à servitude, à consagração e à eficiência do que realiza para a glória de seu Senhor; firmando nele a convicção, cada vez mais forte, de que não somente é filho de Deus, mas exerce a filiação com humildade, dedicação e fidelidade, recebendo em troca o consolo, o conforto e a garantia da graça mediante o Espírito Santo que nele habita. A santificação, que culmina na certeza inabalável da promessa, é trabalhada por Deus no interior renovado do crente e manifesta pelo beneficiário da graça em atos de fidelidade, em procedimentos morais e espirituais e em feitos beatíficos, todos segundo a vontade de Deus impressa, potencialmente, naquele de quem fez templo de seu Santo Espírito. Os atos santificadores são realmente do servo de Cristo, mas somente viabilizados pela regeneração e o misterioso dom da fé salvadora. O mesmo Deus que faz nascer de novo (regenera), condiciona, estimula e orienta o crescimento em santificação, cujo escopo não é a salvação, que já foi recebida, mas a consagração cada vez mais próxima do ideal, embora nunca chegue lá. A salvação é um ato perfeito de Deus, operado em e por Cristo Jesus. A santificação é um processo de aperfeiçoamento ministerial realizado pelo Espírito Santo na vida, com a vida e pela vida do servo (doulos) do Senhor Jesus. Em suma: é Deus que salva e santifica o salvo, não para que seja “perfeitamente salvo”, mas para que seja “perfeitamente servo”.

Meios de santificação

Deus santifica o crente, aumentando-lhe, progressivamente, a certeza da herança eterna, usando meios ordinários, tais como:

a- **Inserção do salvo** no meio social irregenerado para que ele seja desafiado ao testemunho cristão pela enunciação da fé que professa, pela demonstração de fidelidade a Cristo e às Escrituras, e pela honestidade com que trata os companheiros de militância profissional e os colegas sociais, pela lisura com que, até com prejuízos próprios, exerce a sua profissão, obedecendo antes aos princípios de moralidade que aos da lucratividade sem moralidade.

b- **O crente na Igreja.** A colocação do servo no corpo de Cristo, a Igreja, onde se lhe dá oportunidade de aprender e ensinar a Palavra de Deus; participar dos sacramentos e outros meios de graça; prestar culto a Deus; conviver com os irmãos; compartilhar a fé com outros, alguns mais fortes e outros mais fracos; ser caridoso, compreensivo e compassivo com todos; colaborar para a unidade, santidade e progresso comunitários.

Pelos meios ordinários acima, no embate da vida no mundo e na Igreja, Deus santifica o crente, aumentando-lhe a consagração e a certeza de que foi recrutado por Cristo para ser-lhe servo e herdeiro da herança eterna, reservada para os

eleitos regenerados, que se mantiverem fiéis até o fim, segundo a misericórdia de Deus.

O possível abalo da certeza

XVIII.4- *Por diversos modos podem os crentes ter a sua segurança de salvação abalada, diminuída e interrompida: negligenciando a conservação dela, caindo em algum pecado especial, que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo, cedendo a fortes e repentinas tentações, retirando Deus a luz do seu rosto e permitindo que andem em trevas e não tenham luz, mesmo os que temem¹; contudo, eles nunca ficam inteiramente privados daquela semente de Deus e da vida da fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever; dessas bênçãos a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser restaurada pela operação do Espírito², e por meio delas eles são, no entanto, suportados para não caírem no desespero absoluto³. Ref.:*

- 1- Sl 51. 8,12,14; Ef 4. 30; Sl 77. 1-10.
- 2- Jo 3. 9; Lc 22. 32; Sl 51. 8,12.
- 3- Mq 7. 7,8,9.

Síntese

A *segurança da salvação* o crente não perde nunca, pois ela é garantida por Deus, mas a *certeza* da salvação pode sofrer abalos, diminuir e até desaparecer temporariamente.

O salvo não perde a segurança, mas pode perder a certeza da salvação

A *segurança* do eleito redimido reside e firma-se em Deus, o Salvador dos seus escolhidos, e este não *perde* os que elegeu e salvou em Cristo Jesus (Jo 6. 37 cf Jo 6. 39; Jo 10. 29; Ef 1. 4,5; Rm 8. 29,30). Porém, a *certeza*, embora originária da fé, dom da graça, e da presença do Espírito Santo no interior de cada regenerado, insere-se num ser sujeito a fraquezas, fragilizado física, mental, psicológica e espiritualmente; resultando na possibilidade de enfraquecimento, perda temporária ou eliminação provisória da convicção de que foi e permanece salvo. Além do mais, o eleito submete-se ao sacrifício coadunado por exigência de seu Senhor e à disciplina, quando falha em sua missão ou erra em sua obediência e fidelidade.

A fraqueza humana. A *certeza* pode ser perdida porque, muitas vezes, depende da estrutura psicológica do salvo, de seu estado de saúde emocional, do equilíbrio neuropsíquico, da tensão interna ou externa em que se encontra. No estado de dúvida mental causado por fatores desagregadores do estado de normalidade consciente e desequilibradores da harmonia entre a fé e a razão, o crente regenerado não se torna desprotegido de seu Redentor, não deixa de ser templo do Espírito Santo, não é excluído da Igreja invisível do Cordeiro. A segurança da salvação não se condiciona às circunstâncias próprias da natureza humana: medo, dúvida, pavor, incertezas, inseguranças, fragilidade biopsíquica e patologias diversas. Deus é quem concede a salvação eterna e a mantém sob sua proteção, misericórdia e graça.

Disciplina e provações. O Pai pode, e freqüentemente o faz, disciplinar os seus filhos, quando se desviam do caminho traçado por ele (Hb 12. 4-13 cf Pv 3. 11). Israel, todas as vezes que desobedecia, era castigado, e até duramente, mas nunca deixou de ser o *povo de Deus*. O crente está sob o infinito amor de Deus que, muitas vezes se expressa em forma de disciplina. Quem não é filho, o Pai

não corrige. O autor da Carta aos Hebreus alerta o disciplinado a não enfraquecer, significando que enfraquecimento pode ocorrer em tais situações: *Por isso, restabelecei as mãos descaídas e os joelhos trôpegos; e fazei caminhos retos para os vossos pés, para que não se extravie o que é manco, antes seja curado (Hb 12. 12,13).*

Deus, preparando seus servos, pode submetê-los a provações e até permitir que sejam tentados, mas nunca além da capacidade de resistência (I Co 10. 13). Jó é um exemplo veterotestamentário de que o Criador pode valer-se da tentação e do tentador para provar os seus verdadeiros servos (Jó, caps. 1 e 2). Paulo sofreu uma enfermidade pertinaz, para que chegasse à conclusão de que *a graça é suficiente, porque o poder de Deus se aperfeiçoa na fraqueza (II Co 12. 9 cf II Co 12. 7-10)*. Cristo permitiu que o Diabo tentasse Pedro, mas rogou ao Pai, para que sua fé não desfalecesse (Lc 22. 32). Sabendo que o crente é tentado, como o foi o seu Senhor, o divino Mestre ensinou-nos a orar para que, quando submetidos à tentação, não caiamos (Mt 6. 13). Os eleitos de Deus, portanto, podem passar por crises aparentemente insuportáveis (Hb 11.36; Tg 1. 2,3,12; I Pe 1. 6; Ap 3.10). No bojo de sofrimentos, decepções, provações e tentações, o crente autêntico freqüentemente experimenta, o que lhe é muitíssimo desagradável, dúvidas momentâneas de sua filiação espiritual, de sua salvação, mas precisa certificar-se do que as Escrituras revelam, que a salvação é absolutamente garantida, pois Deus não revoga nem renega sua promessa. A dúvida não tem poder para eliminar a segurança. A ação interna do Espírito de Deus e o sólido apego às Escrituras, à Igreja e aos meios de graça impedem a queda do regenerado e recompõem-lhe ou lhe restauram a certeza abalada. A incerteza, suscitada por condições desfavoráveis na vida do crente, não dura para sempre, porque o Espírito consolador não o permitirá, além de, no tempo de Deus, levantar o caído, rejuvenescendo-lhe a firmeza da fé e a convicção de que está, para sempre, justificado e filiado eternamente em Cristo Jesus. Duvidar da salvação é possível: perdê-la, impossível.

FONTES AUXILIARES

Observação: As Fontes Auxiliares são as mesmas do Cap. XVII, com o acréscimo de:

- 1- TULIP- Os Cinco Pontos do Calvinismo à Luz das Escrituras de Duane Edward Spencer, Casa Editora Presbiteriana, SP, 1ª Edição, 1992.
- 2- Os Cânones de Dorth – Os Cinco Artigos de Fé sobre o Arminianismo, Editora Cultura Cristã, 1ª Edição, SP.

DA LEI DE DEUS

Capítulo XIX

O Pacto de Obras

XIX.1- *Deus deu a Adão uma lei como um pacto de obras. Por este pacto, Deus o obrigou, bem como toda sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; promete-lhe a vida sob a condição dele cumprir a lei e o ameaçou com a morte no caso dele violá-la; e dotou-o com o poder e capacidade de guardá-la. Ref.:*

Gl 3.12; Os 6. 7; Gn 2. 16,17; Rm 5. 12-14; Lc 10. 25-28; Gn 1. 26; Dt 30. 19; Jo 7. 17; Ap. 22. 17; Tg 1. 14; Tg 1. 25; Tg 2. 8,10; Rm 3. 19; Dt 5. 32; Dt 10. 4; Ex 34. 1.

Síntese

O Pacto de Obras serviu para demonstrar que o homem é incapaz de manter fidelidade absoluta a Deus, embora tivesse recebido capacidade e poder para sustentá-la.

O Pacto de Obras foi feito com a humanidade representada e corporificada em Adão e Eva, o casal original, base de todas as etnias.

A fragilidade humana

Deus deixou a preservação da vida eterna, dada no ato da criação, sob a responsabilidade do próprio homem. Para mantê-la, bastava a obediência a um mandamento simples e direto: não comer o fruto da árvore, que Deus reservou para ser exclusivamente sua. Todas as demais foram liberadas ao uso do primeiro homem (Gn 2. 16,17), criado com altíssimo grau de inteligência, percepção e racionalidade, pois o Criador o fez adulto, à sua imagem e semelhança (Gn 1. 26,27). Diante do Criador a “sua semelhança” não poderia alegar ignorância ou inocência. Assim, conscientemente, desobedeceu, quebrando o termo pactual, o mandamento divino. A quebra da lei de Deus enquadrou o infrator na pena cominada: *No dia em que dela comeres, certamente morrerás* (Gn 2. 17). A morte foi-lhe aplicada duplamente: a física e a espiritual. Pela primeira, o espírito sofreu o castigo de separar-se do corpo, sua honrosa habitação e meio de contato com o mundo natural sensível. Pela segunda, o espírito do homem separou do Espírito de Deus de onde recebia a vida eterna. O resultado, pois, da ab-rogação da ordenança divina foi a queda do casal original, expulso do Jardim do Éden, onde vivia e convivia com seu Pai celeste e Rei supremo. O pecado, conseqüência da desobediência, depravou totalmente o par original, alienando-o da fonte criadora: foi a morte espiritual imediata, vindo, posteriormente, a física, quando se deu a desencarnação do espírito: castigo duplo.

O primeiro pacto, estabelecido sob base legal, não preconizava a salvação, pois Adão e Eva estavam salvos, sem pecado, mas a preservação do servo mordomo nos domínios e proteção de seu Senhor. Rompido o pacto por infidelidade do ser humano, as relações entre criatura e Criador foram cortadas. Adão recebeu de graça a vida eterna e a perdeu por incapacidade de cumprir os termos pactuals da obediência, do respeito e da submissão incondicionais. Em suma: a quebra da lei de Deus, cujos postulados estabelecem o pacto entre Deus e o homem, é pecado. O primeiro homem era a base genética e espiritual da humanidade. Caindo o tronco; caíram com ele todos os seus ramos. Toda a humanidade, no instante da desobediência, resumia-se e se corporificava em Adão e Eva. Portanto, todos os pósteros desobedeceram, quebraram o pacto nos seus ancestrais, herdando a semente da culpa, o pecado original. Notem bem, os descendentes do primeiro casal não “herdaram a culpa;” “herdaram a semente da culpa”, a tendência pecaminosa.

Adão, pessoa representativa

Adão e Eva, nossos genitores originais, não só representavam, mas de fato eram a humanidade. Todos nós estávamos genética, moral, cultural e espiritualmente neles; tudo de modo originalíssimo. O que eles foram, nós somos; pecamos com eles e neles. Procediam e tomavam atitudes em nome e em lugar da posteridade. Um casal que compra uma fazenda, seus descendentes, antes de virem à luz, já são herdeiros. Se, por má administração, perde os bens patrimoniais, deserdam os filhos nascidos e por nascerem. Nossos atos envolvem e comprometem nossos filhos. Adão, que agia por ele e pelos seus pósteros, rompendo a relação com Deus pela ab-rogação do pacto de obras, afetou todos os que estavam potencialmente nele, pois dele descenderam, jogando-os na

mesma situação em que se atirou. Toda a humanidade procedente caiu na antecedente. A queda, pois, não foi, rigorosamente falando, de um homem isolado, mas da humanidade nele sintetizada e consubstancializada. Como pecamos, originalmente, em Adão, também em Cristo, o segundo Adão, fomos restaurados, pela reconciliação à comunhão com Deus. O primeiro Adão foi cúmplice do pecado da raça; o Segundo, responsável pela restauração de todos os eleitos do Pai.

A *Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal* era o símbolo de provação, o *objeto proibido*; não contendo, em si mesma, qualquer malignidade, contaminável ou não. O pecado não residia potencialmente nela, mas no homem, em termos de propensão ou tendência inconsciente. Também não se pode imaginar, no contexto da cultura primitiva da humanidade, a existência do mal subjetivo, mentalizado e ideológico. A mente do homem primevo ainda não estava preparada para o pensamento abstrato, para conceitos filosóficos; atinha-se ao concreto, ao palpável, ao visível e ao experienciável. Todos os conceitos emanavam do pragmático, do vivencial, do perceptível pelos sentidos. O conhecimento, portanto, provinha do visível, do concreto, do fenomenal observável ou realmente vivido. Desta maneira, o mal só passou a existir, quando o homem experimentou os seus efeitos práticos em si mesmo (vendo que estava nu) e na sua vida relacional com Deus (sendo expulso do Éden). “Conhecer”, para o homem primitivo, era “experimentar”, e cada experimento incorporava-se ao seu patrimônio pessoal de modo permanente. Assim, o homem somente “conhecia” a mulher, quando tinha relações sexuais com ela, com resultados e conseqüências duradouras: um só corpo com a “conhecida” e “geração de filhos”, frutos do “conhecimento” real, existencial, entre um homem e uma mulher. O mal tornou-se existente na vida do homem e da humanidade, a partir do momento em que ele, livre e conscientemente, o praticou pela desobediência ou quebra da lei de Deus. Então a morte decretada penalizou-o e nele a posteridade. A pena capital, imputada à humanidade na pessoa de Adão, recaiu sobre o Filho de Deus que, incorporando todos os eleitos, morreu em lugar deles e por eles. O sentido, porém, é mais profundo: *Os eternamente escolhidos morreram em Cristo Jesus e nele ressuscitaram para a vida eterna*. No Segundo Adão, o Filho de Deus, estão todos os predestinados à salvação, como todos estávamos no primeiro Adão para a perdição. Adão derrubou-nos pela desobediência; Cristo salva-nos para a obediência incondicional ao Pai e submissão irrestrita à lei.

A permanência da Lei.

XIX.2- *Essa lei, depois da queda do homem, continuou a ser uma perfeita regra de justiça. Como tal, foi por Deus entregue no monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas; os primeiros quatro mandamentos ensinam os nossos deveres para com Deus, e os seis, os nossos deveres para com o homem.*
Ref.:

Mt 22. 37-40; Ex 20. 1-17.

Síntese.

A lei de Deus não foi nem pode ser revogada.

Elas nos comandam nos relacionamentos com Deus e com o próximo.

A Lei de Deus é perfeita e permanente

Deus é absolutamente perfeito e imutável. Suas ordenanças, procedendo de mente perfeitíssima e dotada de imutabilidade, trazem as marcas do Supremo Legislador: incorrigibilidade, irrevogabilidade e imutabilidade. Estas são as causas primárias sobre as quais se assentam as conseqüências permanentes e gerais da ab-rogação do primeiro mandamento proibitivo: *Dela [do fruto da árvore] não comerás;*

comendo, *morrerás* (cf Gn 2. 17). Adão matou-se pela desobediência, arrastando para o fosso da morte todos os que dele procederam e procedem. Assim, a cominação penal da lei quebrada continua irrevogavelmente vigente de geração em geração, pois todos os seres humanos são pecadores. Ninguém pode quebrar impunemente uma lei divina. O próprio Filho de Deus, embora sem pecado individual, veio para cumpri-la, não abrogá-la. Ele nasceu de mulher, isto é, humano, e submisso à lei, quer dizer: sob o juízo dos termos pactuais do pacto que Deus estabeleceu com o seu povo escolhido (Cf Gl 4. 4).

A graça nos salva para a obediência

Em Cristo Jesus nasceu uma nova humanidade proveniente da velha, de natureza adâmica, da qual herda a semente do pecado original, que a leva a pecados fatuais constantes. Esses, que representam verdadeiras intromissões na nova criatura, causam-lhe dissabores mas que, confessados a Deus, são por ele perdoados, se a confissão for realmente sincera e partir de um eleito regenerado. Todos os redimidos, exatamente por serem regenerados filhos de Deus, estão submissos às leis do Pai eterno. A graça, pois, viabiliza a lei, não só em decorrência do rigoroso cumprimento no e do Homem representativo, Jesus Cristo, mas da capacitação do redimido à submissão a Deus e às suas ordenanças, bem como da eficácia do perdão divino aos confessantes, levados pelo Espírito ao arrependimento real e sincero de seus delitos contra o Salvador. Somos salvos por Cristo para uma vida de submissão e obediência, apesar de nossa pecaminosidade. O amor de Deus, concedido a nós em e por Cristo Jesus, habilita-nos à obediência que, quando não realizada, temos os recursos, concessões da graça, da confissão, do perdão e da intercessão mediatória de Cristo (I Jo 2. 2. 1,2). Cristo, pela mote expiatória, eliminou a “ação mortal do pecado” sobre os redimidos, mas não retirou dos salvos a propensão para a desobediência, a malignidade pecaminosa. Por outro lado, deu aos seus servos regenerados o recurso da confissão e a bênção do perdão. O Espírito Santo diagnostica o pecado do filho de Deus, e o leva ao constrangimento e à tristeza. Este, pressionado internamente pelo sentimento de culpa, confessa seus pecados, recebendo o perdão de Deus. Tal graça é privativa dos eleitos de Deus em Cristo Jesus.

Leis Cerimoniais.

XIX.3- *Além dessa lei, geralmente chamada lei moral, foi Deus servido dar ao seu povo de Israel, considerando uma Igreja sob tutela, leis cerimoniais que contêm diversas ordenanças típicas. Essas leis, que em parte se referem ao culto e prefiguram Cristo, as suas graças, os seus atos, os seus sofrimentos e os seus benefícios¹, e em parte representam várias instruções de deveres morais², estão todas ab-rogadas sob o Novo Testamento³. Ref.:*

- 1- Hb 10.1; Gl 4. 1-3; Cl 2. 17.
- 2- Lv 5. 1-6; Lv 6. 1-7.
- 3- Mc 7. 18,19; Gl 2. 4; Cl 2.17; Ef 2. 15,16.

Síntese.

As ordenanças cerimoniais, tipificavam ou simbolizavam o que se realizaria definitivamente em Cristo Jesus.

As leis regulamentadoras dos comportamentos morais do velho povo de Deus.

Deus governa sua Igreja e os que estão nela pela lei do amor implantada nos corações regenerados pelo Espírito Santo.

Tipologia Veterotestamentária

As leis litúrgicas ou rituais do Velho Testamento foram geradas, promulgadas e executadas por Deus. Por elas o Redentor criou, organizou e colocou em funcionamento o culto a ser-lhe prestado, sendo, por um lado, um sacrifício de livramento das sentenças judiciais sobre os delitos preconizados pelo código moral sinaítico e, por outro, um sistema riquíssimo de sinais, símbolos e tipos do que o Filho do Homem, Deus encarnado, faria, livrando do domínio do pecado os eternamente escolhidos do Pai. No cerimonialismo litúrgico do antigo Israel foram tipos de Cristo ou de sua obra: O sacerdócio mediatário, especialmente o Sumo Sacerdote; o altar dos holocaustos; o imaculado cordeiro substituto e seu sacrifício vicário; a transferência dos pecados confessados para a vítima sacrificial; a exclusiva ação de Deus no provimento da salvação do homem; o derramamento do sangue inocente (entrega da vida) em lugar do pecador; o Santo dos Santos privativo do Sumo Sacerdote, posto a serviço dos pecadores; a voz de Deus ouvida por meio do sacerdote. A estes protótipos, acrescentam-se: A Páscoa; a circuncisão; o dia de descanso (Sabath). Tudo isto, sendo sombras, tipos e símbolos, realizaram-se e se consumaram plenamente em Cristo Jesus: *Ora, visto que a lei tem sombra dos bens vindouros, não a imagem real das coisas, nunca jamais pode tornar perfeitos os ofertantes, com os mesmos sacrifícios que, ano após ano, perpetuamente, eles oferecem (Hb 10.1 cf com o cap 9). Porque tudo isso tem sido sombra das coisas que haviam de vir; porém, o corpo é de Cristo (Cl 2. 17).* O sábado definitivo, ou descanso da alma, realiza-se em Cristo Jesus, já na presente vida, plenificando-se na existência vindoura.

Regulamentos morais

As leis morais derivadas, com as cabíveis cominações de penas, foram proclamadas por Deus e dadas ao povo que elegera e separara para ser-lhe de propriedade exclusiva. Sobre os seus eleitos, com os quais constituiu a nação santa, exercia domínio real e soberania absoluta. Para cidadãos reduzidos a servos, e dentro do contexto histórico e cultural daqueles tempos, Deus legislou com autoridade inquestionável e irrecorrível (Cf Lv 5. 1-6: Lv 6. 1-7). Foi essa legislação de procedência divina, aplicada a seres humanos falíveis, que diferenciou Israel dos demais povos: o povo de Deus governado por Deus.

A lei do amor

No Novo Testamento, estando a lei de Deus implantada nos corações pelo Espírito Santo, o cumprimento não obedece a sistemas externos estereotipados, mas ao imperativo da ética cristã escrita nas consciências regeneradas. Tudo que implica em desamor a Deus e ao próximo é quebra da lei de Deus (Cf Mt 22. 37-40). O regenerado em Cristo Jesus não é *coagido* a guardar a lei como seus antepassados israelitas, mas compungido por sua própria natureza renovada à obediência irrestrita e ao respeito absoluto ao seu Senhor e Salvador. A ordem de comando de sua vida parte de seu interior, produzida pelo Espírito Santo, que nele habita, também responsável pela iluminação que o leva à compreensão e apreensão da Palavra de Deus, tanto quanto de sua submissão a ela. O crente é dirigido pelo Espírito de Deus, intérprete de Cristo e aplicador das determinações divinas por meio das Escrituras Sagradas.

Conteúdo teocrático da lei mosaica.

XIX.4- *A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus deu leis civis que terminaram com aquela nacionalidade, e que agora não obrigam além do que exige a sua equidade geral. Ref.:*

Mt 5. 38,39; I Co 9. 8-10: caps. 21 e 22 de Ex.

Síntese.

Deus estabeleceu um governo teocrático para o seu povo, em que todas as leis possuíam conteúdo e efeitos civis e religiosos concomitantemente.

A Teocracia de Israel

Deus retirou o seu povo do Egito, dirigiu-o no Êxodo, preservou-lhe a identidade política, deu-lhe um governo extremamente organizado por meio de normas legais, que lhe regulavam a vida civil, política e religiosa. A autoridade central era o próprio Deus, que exigia à sua augusta pessoa submissão, e respeito, acatamento e fidelidade e às suas determinações, tanto para as ordenanças morais do relacionamento social quanto para as regras litúrgicas do culto rigorosamente teolátrico. Israel jamais legislou para Javé, este é que o fez, e com extremado zelo, para que os seus, externa ou internamente escolhidos, fossem governados com equidade, justiça e ordem. Por outro lado, Deus escolheu seus adoradores para que o adorassem em espírito e em verdade, estabelecendo-lhes, com riquezas de detalhes, o *modo*, o *como* e o *quando* lhe prestariam culto. Estas informações revestem-se de qualificadíssimo e importantíssimo conteúdo teológico, pois nos indica o absoluto teocentrismo tanto do governo como da liturgia de Israel: Deus escolheu e designou os seus adoradores, prescrevendo-lhes também os modos e os meios de adoração; restando ao homem a obediência, o acolhimento e a fidelidade. O Deus do antigo concerto é supremamente Rei, Legislador e organizador do culto a ser-lhe prestado. Ele é que estabeleceu as regras, os parâmetros, os meios e os instrumentos do culto, que desejava receber de seus escolhidos. Conclusão: o Deus do Pacto é o que escolhe os adoradores e a maneira como deve ser adorado; diferente dos deuses pagãos, que eram escolhidos, e a adoração seguia normas humanas estabelecidas e praticadas pelos seus fiéis. No teocentrismo de Israel, o rei, o sacerdote e o profeta templário eram “ungidos”, isto é, dotados de autoridade messiânica, conforme o contexto do teocentrismo vigente. O palácio e o templo integravam-se e se interagiam, pois o limite entre o religioso e o civil era estreitíssimo, embora houvesse distância enorme entre o sagrado e o profano. As leis, portanto, tanto as morais como as cerimoniais, aplicavam-se, indistintamente, a todos os cidadãos, regulamentando-lhes o civismo, o patriotismo, a moralidade e a religiosidade, especialmente no que concernia ao ritualismo sacro.

Hoje, os estados, especialmente os democráticos, são inteiramente laicos, deixando o múnus espiritual para a religião com suas numerosas e divergentes seitas, algumas delas ainda beneficiárias do poder público. O estado é um poder executivo, legislativo, imperativo, governamental, social, coercitivo e punitivo. A Igreja é um poder de natureza espiritual e moral, agindo por persuasão, influência, testemunho cristão, pregação e ensino. Os conflitos éticos entre Igreja e Estado têm sido frequentes, o que é natural, pois um encarna o materialismo, outro, o espiritualismo.

A universalidade da Lei Moral.

XIX.5- *A lei moral obriga para sempre a todos a prestar-lhe obediência, tanto as pessoas justificadas como as outras, e isto não somente quanto à matéria nela contida, mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu¹. Cristo, no Evangelho, não desfaz de modo algum esta obrigação, antes a confirma². Ref.:*

- 1- Rm 13. 8,9; I Jo 2. 3,4,7; Rm 3. 31; Rm 6. 15.
- 2- Mt 5. 18,19; Tg 2. 8.

Síntese

O comportamento preconizado na legislação e a autoridade do Legislador exigem obediência irrestrita e respeito incondicional.

Cristo confirma e cumpre a lei.

A lei e o Legislador

A autoridade da lei decorre da autoridade do Legislador, que é sempre superior àquilo que ordena ao homem pecador. No universo jurídico humano, o autor da lei submete-se ao objeto de sua autoria como cidadão entre os seus pares. Deus não legislou para si mesmo, mas para os seus escolhidos. Deus em si mesmo é perfeito, não precisando de regulamentos ou normas para, segundo os quais, atuar e ter os seus feitos ajuizados conforme princípios legais preestabelecidos. Deus não é dirigido nem disciplinado por meio de parâmetros legais externos. Ele é soberano para interromper, dependendo de seus propósitos, qualquer lei ou regra, tanto na ordem natural como na social. Quando isso acontece, temos o milagre, inexplicável à luz da lógica empírica e das leis naturais.

Deus se vale da lei para julgar-nos, estabelecendo a justiça de nossas obras e a correção de nossos atos. O decálogo permanece atual, como atual tem sido o seu Legislador. Os preceitos: Não matarás, não furtarás, não cobiçarás, entre outros, são universais, pois válidos para todos os indivíduos e povos de todos os tempos, culturas e raças.

Cristo e a lei

Cristo, como verdadeiro homem, esteve submisso à lei de Deus, cumpriu-a fiel e rigorosamente, deixando para nós a sapientíssima e autoritativa sentença: *Até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da lei (Cf Mt 5.18)*. A lei, para o servo do Cordeiro, tem o papel de indicar o pecado, para que o crente o confesse e obtenha o perdão em Cristo Jesus. A consciência de que somos desobedientes é suscitada ou despertada pela lei de Deus que, aplicada em nós pelo Espírito Santo, convence-nos do pecado, da justiça e do juízo. Sem lei, não saberíamos exatamente o que é pecado, nem Cristo teria morrido por nós, pois sua morte aconteceu por causa de sua fidelidade em nosso lugar. Pelo Filho de Deus e nele a lei cumpriu-se rigorosamente, possibilitando a justificação de todos os que nele estão.

Israel, nos tempos da soberania nacional, quando a lei e o culto funcionavam normalmente, era *hierocêntrico*, isto é, tinha no templo o polo centralizador da unidade teocrática nacional. O Monte Sião funcionava como centro convergente dinamizador da vida social, política e religiosa do povo de Deus. A Casa de Deus (espaço sagrado) abrigava ao altar, a tribuna, o fórum e o trono. Nela pulsava o coração de Israel e por ela atuava a mão de Deus por intermédio de seus ungidos. Com a perda da nacionalidade, e estando os israelitas dispersos, o poder centrípeto transferiu-se para a lei, que passou a atuar sozinha, sem o auxílio complementar do trono e do altar, dando origem à nomocentría e à nomolatria. No fundamentalismo sinaítico, o importante não era o homem perante Deus, mas diante da lei, como se a divindade não pudesse atuar senão por um único meio, o código mosaico. Dentro do legalismo geral estava o sabatismo exacerbado, base condenatória de muitos atos divinos, livres e humanos do Filho de Deus.

Com o advento de Cristo, reformulador da lei (cf Sermão da Montanha – Mt 5 a 7), o novo Israel, a Igreja, tornou-se cristocêntrico. Centralizando-se em uma pessoa real, humana e divinamente perfeita, possibilitou a fundamentação do sacratíssimo princípio: *o importante é o homem diante de Cristo, não o legalista perante a lei* com seus impraticáveis estereótipos morais e religiosos. Relacionamo-nos com Deus por intermédio de Cristo. Entre nós e o Pai celeste está o Filho sem a interposição fria, acusadora e condenadora da lei. Do Salvador o crente pode ouvir: Quem **crer** será salvo (Jo 3. 15 cf Mc 16. 16), e não quem **guarda** a lei. A nossa lei é Cristo, a pessoa em quem estamos, de quem recebemos a vida e a maneira de vivê-la corretamente nele.

A Lei condena; Cristo resgata.

XIX.6- *Embora os verdadeiros crentes não estejam sob a lei como um pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados¹, contudo ela serve de grande proveito, tanto a eles como aos demais. Como regra de vida, ela lhes informa da vontade de Deus e do dever que eles têm; ela os dirige e os obriga a andar segundo a retidão²; descobre-lhes também as pecaminosas poluições da sua natureza, dos seus corações e das suas vidas³, de maneira que eles, examinando-se por meio dela, alcançam mais profundas convicções do pecado, maior humilhação por causa deles e maior aversão a eles⁴, e ao mesmo tempo lhes dá uma melhor apreciação da necessidade que têm de Cristo e da perfeição da obediência a ele⁵. Ela é também de utilidade aos regenerados, a fim de conter a sua corrupção, pois proíbe o pecado⁶; as suas ameaças servem para mostrar o que merecem os seus pecados e quais as aflições que por causa deles devem esperar nesta vida, ainda que sejam livres da maldição ameaçada da lei⁷. Do mesmo modo as suas promessas mostram que Deus aprova a obediência deles e que bênção podem esperar, obedecendo⁸, ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela lei considerada como pacto das obras – assim o fazer um homem o bem ou o evitar ele o mal, porque a lei anima aquilo e proíbe isto, não é prova de estar ele debaixo da lei e não debaixo da graça⁹. Ref.:*

- 1- Rm 6.14; Gl 4. 4,5; At 13. 39.
- 2- Rm 7. 12; Sl 119. 5; Gl 5. 14,28,22,23; I Co 7. 19.
- 3- Rm 7.7; Rm 3.20;.
- 4- Rm 7. 9,14,24;.
- 5- Gl 3. 24; Rm 8.3,4; Rm 7. 24,25.
- 6- Tg 2. 11; Sl 119. 128.
- 7- Ed 9. 13,14; Sl 89. 30-34.
- 8- Sl 36. 11; Sl 19. 11; Ef 6. 2; Mt 5. 5;
- 9- Rm 6. 12,14; Hb 12. 28,29; I Pe4 3. 8-12.

Síntese.

A lei é um código da graça, não um código penal.

O eleito é regenerado para guardar a lei, escrita no seu interior e constantemente reavivada pelo Espírito Santo. O Pai gravou a lei em tábuas de pedra; o Filho transportou-a para os corações redimidos.

A Lei é um código da graça

Há uma considerável ala do cristianismo que contrasta a lei com a graça e, em conseqüência, classifica o Deus do Velho Testamento como o da justiça pura, sem perdão e sem amor; em oposição ao Deus do Novo Testamento encarnado em Jesus Cristo, como sendo ágape genuíno e imaculado, disposto a perdoar sempre e nunca condenar. Neste caso, ou Cristo é um Deus diferente ou a divindade veterotestamentária mudou. A primeira hipótese destrói a Trindade; a segunda, elimina a imutabilidade. O

Deus da criação é o mesmo da redenção: indissolúvelmente trino. A lei foi concedida ao povo que Javé libertou da escravidão egípcia com mão forte e braço estendido, de maneira misericordiosa. Constituído em nação santa, de propriedade exclusiva do Libertador, este outorgou-lhe um código de princípios normativos para o relacionamento adequado com o Soberano Senhor e com os concidadãos ou compatriotas, bem como as regras litúrgicas do culto devido somente a Ele. Só os judeus possuíam a bênção da “lei de Deus,” uma divina graça, exclusiva dos eleitos. A lei foi dada aos salvos da escravidão, jamais para salvá-los. Foram libertos sem lei pelo exclusivo e inefável amor de Deus. As normas comportamentais e litúrgicas vieram depois, para que o Pai amoroso pudesse comandar o seu povo, e este obedecê-lo corretamente. A lei foi uma dádiva do Salvador aos seus servos, libertos das garras de Faraó.

Deus é amor perfeito, mas é também justiça plena, tanto no Velho como no Novo Testamentos.

Eleitos e salvos para obedecer

Não somos salvos pela lei, que nunca foi posta como meio de salvação, mas pela graça em Cristo Jesus. A redenção habilita-nos ao cumprimento do que o Salvador preceitua na sua lei. Primeiro, Deus salva; depois, exige obediência incondicional dos salvos. A lei, portanto, é para os redimidos, não para redimi-los. A Igreja, povo de Cristo, chamada das trevas para a sua maravilhosa luz, submete-se à lei, isto é, à vontade de Deus expressa em sua Palavra. Ela aponta o que devemos fazer e o que precisamos evitar.

No Velho Testamento, a lei condenava, indicando o delito cometido (Rm 7. 7), mas a oferta de uma vida animal em holocausto, depois de o ofertante ter confessado seus pecados sobre ela, trazia o perdão do pecador por transferência da culpa e substituição da vítima real, o pecador, que deveria morrer para cumprir a sentença divina: *Quem pecar, morrerá*. Portanto, a lei apenas condenava; o sacrifício expiatório isentava o culpado da culpa pecaminosa. Nem na velha dispensação a lei tinha múnus salvador, função exercida tipologicamente pelos sacrifícios expiatórios, que foram sumariados e consumados no sacrifício único do Cordeiro. Cristo cumpriu a lei, morrendo, embora sem pecado pessoal, por nossas culpas. A graça nos beneficia porque a nossa maldição, imputada a nós pela a lei de Deus ab-rogada, quando pacto de obras, recaiu pesadamente sobre o nosso substituto no Calvário, Cristo Jesus. Não foi de graça para Cristo o que é de graça para os escolhidos. É inadequado e até injusto dividir a atuação redentora de Deus em pactos antitéticos e até opostos: o da lei e o da graça. Há um só pacto, com modos diferentes de execução, o da *redenção* ou da graça. Deus operou graciosamente em todas as suas formulações pactuais a favor do pecador, jamais contra ele.

O crente guarda a lei por compulsão natural, por ter sido implantada em sua essência a semente da obediência, em virtude de sua natureza de filho de Deus por regeneração e adoção.

FONTES AUXILIARES

- 1- O Novo Dicionário da Bíblia, Edições Vida Nova, SP, Vol. II, 1ª Ed., da pág. 914 a 921, em artigo assinado por J. Murrey.
- 2- Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, Edições Vida Nova, Vol. III, 1ª Ed., 1983, SP, da página 32 a 47, em artigos assinados por H. H. Esser sobre Lei, Costume e Elementos.

- 3- Teologia Concisa de J. I. Packer, 1ª Ed., 1999, Editora Cultura Cristã e LPC, Campinas, SP. : A Lei, da pág. 86 a 89.
- 4- The Interpreter's Dictionary of the Bible, Vol. de K a Q, Abingdon Press, N.Y, USA, 1ª Ed., 1962, da pág. 77 a 102, em artigo escrito por W. D. Davies.
- 5- Institutas, João Calvino: Livro II, cap. VIII cf livro III, cap. XI, ítems 4-10,17.
- 6- La Confesión de la Iglesia, J. C. Janse, Asociación Cultural de Estudios de la Literatura Reformada, 1970, Rijswijk (Z. H.), Países Bajos, perg. 2ss (Trata-se do Catecismo de Heidelberg, o que mais explana a lei).

DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA. Capítulo XX

XX.1- *A liberdade que Cristo, sob o Evangelho, comprou para os crentes consiste em serem eles libertos do delito do pecado, da ira condenatória de Deus, da maldição da lei moral¹; e em serem livres do poder deste mundo, do cativo de Satanás, do domínio do pecado², do mal das aflições, do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna³; como também em terem livre acesso a Deus⁴, em lhe prestarem obediência, não motivados de um medo servil, mas de amor filial e espírito voluntário⁵. Todos estes privilégios eram comuns também aos crentes debaixo da lei⁶, mas sob o Evangelho, a liberdade dos cristãos está mais ampliada, achando-se eles isentos do jugo da lei cerimonial a que estava sujeita a Igreja judaica⁷, e tendo maior confiança de acesso ao trono da graça⁸ e mais abundantes comunicações do Espírito de Deus, do que os crentes debaixo da lei ordinariamente alcançavam⁹. Ref.*

1. Tt 2.14; 1 Ts 1.10.
2. Gl 1.4; At 26.18; Cl 1.13; Rm 6.4.
3. Sl 119.17; 1 Co 15.56,57.
4. Rm 5.6.
5. Rm 8.14,15; Ef 2.18; Gl 4.6; Hb 10.19; 1 Jo 4.18.
6. Gl 3.9,14.
7. Gl 5.1; At 15.10; Gl 4.1-3,6.
8. Hb 4.14,16; Hb 10.19.
9. Jo 7.38, 39; 2 Co 3.13,17,18.

Síntese.

A liberdade cristã e a liberdade secular não são idênticas.

A liberdade da lei e a do pecado são conflitantes.

A liberdade do mundo, a da morte e a das tentações são destruidoras.

A liberdade de comunhão direta com Deus é a do Espírito.

Liberdade secular

No tempo de Cristo ainda prevalecia o conceito estóico de liberdade, que entendia que liberdade é a auto-suficiência gerencial tanto do indivíduo como do estado. Homem livre é aquele que é mestre e governador de si mesmo, não se deixando

escravizar pelas circunstâncias⁶⁴. Liberdade, no conceito secular, é a independência absoluta de vontade, opção e ação tanto para a prática do bem como do mal⁶⁵. Qualquer restrição ao desejo representa, para o homem secularizado, limitação ou impedimento da liberdade. Para o cristão, liberdade é a capacitação, por atuação divina no seu ser, para rejeitar o pecaminoso e exercitar o bem, segundo a expressa vontade de Deus. O cristão é livre para crer em Deus e submeter-se à sua vontade expressa nas Escrituras Sagradas; é livre para lutar contra o pecado, mas não o é para livrar-se dele. A libertação do pecado e o condicionamento para arrepender-se e confessar, são obras de Deus realizadas por Jesus Cristo e aplicadas pelo Espírito Santo. Deus opera tudo em todos os seus eleitos. Tudo isto o Redentor faz, sublimando a vontade do escolhido, não a eliminando. O Salvador atua de tal maneira na nova criatura, que sua vontade e propósitos para ela encontram guarida e consonância na sua consciência. Assim, a criatura age dirigida pelo Criador, mas as ações são pessoais, autônomas e autênticas, pois Deus em Cristo Jesus participa da natureza dos seus regenerados, interagindo com eles moral e espiritualmente.

Libertos da Lei

A lei, sendo restritiva, coercitiva e punitiva, atua em uma direção única: a criminalização do pecado e a punição do pecador. Diante do servo de Deus, integrado na comunhão nacional dos eleitos, estava sempre a temível espada do código mosaico, pronta para reprimir, castigar e ferir os infratores. A justiça legal é implacável. E todos se submetiam ao controle, à repressão e às penalidades da lei, pois a fragilidade é a marca generalizante dos mortais: o pecado nos domina. A lei de Deus, porém, endereçava-se somente aos escolhidos e congregados em um povo especial, aos quais o Rei eterno dirigia e orientava, mas também disciplinava e até punia severamente. Não consta da lei o princípio do perdão, mas o da punição. Agora, em Cristo Jesus nossos pecados são expiados, fugindo ao arbítrio da lei. Quando erramos, não mais procuramos saber em que dispositivo legal estamos incurso, pois, arrependidos, confessamos o delito a Deus, e este, pela mediação do seu Filho, perdoa-nos. No velho concerto não havia o caminho da confissão e o da resposta perdoadora do Salvador, mas apenas o dos sacrifícios: era vida por vida. As ordenanças apontavam para o pecado e condenavam o pecador, mas não lhe proviam nem lhe executavam a salvação. Somos, na vigência do pacto renovado, libertos do jugo da lei por e em Cristo Jesus: *Porque o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, e, sim, da graça (Rm 6. 4). Vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos (Gl 4. 4,5).* Fomos retirados da escravidão da lei para a liberdade dos filhos de Deus.

Libertos do pecado

A lei submetia-nos ao rigor da obediência por meio de mandamentos e princípios legais estereotipados, ordenados de fora para dentro. Quanto mais nos curvássemos aos imperativos mandamentais, mais pecadores e impotentes sentíamos. O jugo era excessivamente pesado e o pecado avultava-se diante de nós como muralha intransponível e preste a esmagar-nos. Os céus, para nós, não passava de uma utopia,

⁶⁴ - J. Marsh: Liberty, em The Interpreter's Dictionary of de Bible, Abingdon Press, NY, USA, 1957, vol. III, pág. 122.

⁶⁵ - Sobre a liberdade política, à luz da fé cristã, consultar: Theological Dictionary of the New Testament, vol. II, sobre o título: Eleutheros.

mas o inferno estava à nossa porta. Em situação desesperadora encontrávamos, quando Deus, por meio de Cristo Jesus, retirou a lei das tábuas de pedra, onde petrificadas estavam, e as escreveu, pelas mãos do Espírito Santo, no coração de seus redimidos. Isso foi possível por meio da regeneração, que condicionou o homem, internamente, para conformar-se à vontade de Deus. Mudando a natureza, mudaram-se as condições internas, eliminando as indisposições contra a divindade e criando predisposições à obediência, à reverência e à adoração. Nossas relações não são mais de cidadãos diante do império da lei, mas de filhos genuflexos aos pés do Pai celeste; estando este disposto sempre a perdoar-nos e a corrigir-nos, quando necessário, mas nunca nos excluir de sua divina paternidade. A graça, não mais a lei, mantém-nos na casa paterna como herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo. Deus vence o pecado em nós, pois não fomos capazes de vencê-lo pela lei.

Libertos de todas as potências

Um filhote de leão, perdendo os pais ou perdendo-se deles, embora tenha a natureza e potencialidade de vir a ser o rei dos animais, nunca o conseguirá por dois motivos: Primeiro, é incapaz de sobreviver por si mesmo, pois carece do leite materno e ainda não adquiriu habilidade nem força para capturar as presas. Certamente morrerá de fome. Segundo, o maior dos predadores, privado da proteção dos pais, não passa de presa fácil; dificilmente escapará, inclusive da predação canibal de representantes da própria espécie. Também o homem, sem a paternidade divina, fica privado do alimento espiritual e da defesa contra os inimigos, morais e espirituais, que ameaçam a sua vida eterna. Deus, nosso Pai, é *nosso escudo e fortaleza, socorro bem presente nas tribulações* (cf Sl 46. 1). O servo de Deus está livre das potências do mal; todas vencidas pelo *Christus victor*: o Diabo, a carne, o mundo e a morte.

O IMPERATIVO DA CONSCIÊNCIA.

XX.2- *Só Deus é Senhor da consciência, e a deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que, em qualquer coisa, sejam contrários à sua Palavra, ou que, em matéria de fé ou de culto, estejam fora dela¹. Assim, crer em tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos, por motivo de consciência, é trair a verdadeira liberdade de consciência²; é requerer para eles fé implícita e obediência cega e absoluta; é destruir a liberdade de consciência e a própria razão³. Ref.*

1. Rm 14.4; At 4.19; At 5. 29; I Co 7. 23; Mt 23. N8-10; II Co 1.24; Mt 15.9.

2. Gl 2.3,4; Cl 2.20-23; Gl 5.1.

3. Os 5.11; Ap 13.12,16,17.

Síntese.

Deus é Senhor das consciências regeneradas.

Quem dirige o filho dependente é o Pai.

Deus é Senhor das consciências

A verdadeira liberdade é aquela que nos permite optar pelo bem e realizá-lo sem óbices e desvios. A liberdade de praticar o mal é nadar a favor da corrente incontrolável, que conduz ao abismo. A consciência malignificada repulsa o bem e adere ao mal, até inconscientemente, resultando em depravação progressiva do caráter, em escravidão ao maligno, em dependência da malignidade. A tese de que “liberdade é agir conforme a consciência” é inteiramente falsa, pois uma consciência cultural e religiosamente mal

formada, exteriormente influenciada e internamente agredida por recalques, complexos, frustrações, decepções, sonhos desfeitos e ideais não atingidos, não possui a mínima condição de autenticidade, independência e isenção. A queda depravou o homem, corrompendo-lhe a consciência e estabelecendo um conflito permanente entre o bem idealizado e desejado e o mal praticado, embora não preferido (Cf Rm 7).

A consciência do eleito verdadeiramente regenerado é influenciada pelas Escrituras e orientada pelo Espírito Santo, que realiza nos filhos de Deus tanto o “desejar como o realizar” (Cf Fp 2. 13). Enquanto o pecado é uma presença natural e até exaltado pelos réprobos, no eleito é antinatural, indesejável, e um incômodo permanente no atual estágio da existência. O crente veraz peca, mas não se sente feliz em ser pecador e pecar constantemente; recrimina a pecaminosidade, confessa seus pecados a Deus, esperando dele o perdão prometido. O constrangimento do pecado é a causa do permanente estado de contrição em que vive o verdadeiro servo de Deus, mas também o motivo de sua luta sem tréguas contra a perversão interna e a perversidade social, cada vez mais acirrada, depravante e degradante do ser humano, criado para ser a imagem e semelhança do Criador. A liberdade de praticar o bem, embora sob resistência do mal, encontra-se exclusivamente no eleito regenerado, templo do Espírito Santo. Muito mais nobre e autêntica é a liberdade de remar contra a corrente, que a de deixar-se levar por ela. A verdadeira liberdade, a que Cristo confere aos seus eleitos, não é aquela que permite os livres movimentos físicos; a de conquistar o que se deseja; a de fazer o que se pensa; a de pensar e falar o que a mente produz; é, porém, aquela do filho que se atira nos braços do Pai celeste; do que rejeita a corrupção de sua consciência; do que resiste o tentador e as tentações; do que reprime em si e nos outros os viciamentos diversos; do que exorciza de sua mente a malignidade; do que crê, contra tudo e contra todos, em Jesus Cristo como seu único Salvador e adota a Escritura Sagrada como sua exclusiva regra de fé e norma de conduta; do que repele a mentira e se adere à verdade; do que coloca em primeira plana de sua vida o culto ao Deus trino. Esta é a liberdade construtiva; a outra é destrutiva do corpo e da alma.

Deus dirige os seus filhos

Os filhos de Deus são protegidos e conduzidos pelo maravilhoso, caridoso e longânimo Pai celeste, que os elegeu, chamou, regenerou, justificou e galardoou com a adoção filial. A filiação garante-nos a inclusão não somente na herança eterna de glória e vida, mas também, já no curso da atual existência, a participação na própria natureza de Deus, pois o seu Espírito habita em nós de maneira absolutamente inclusiva, a ponto de o apóstolo Paulo excluir: *Já não sou eu mais quem vive, mas Cristo vive em mim (Gl 2. 20 cf I Co 6. 17; I Co 6. 19; I Co 3. 16; Rm 8.9-11)*. Há, portanto, uma afinidade de existência e de natureza entre o Pai regenerador e o filho regenerado cujo corpo passou a ser animado, não pela alma pessoal ou pelo espírito do mundo, mas pelo Espírito de Deus, que produz em nós tanto a vontade, o desejo, como a realização do que se deseja: *Porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segunda a sua vontade (Fp 2.13)*. A consciência do filho regenerado é controlada pelo Pai regenerador. A glória do Pai realiza-se no Filho Amado: A glória do Filho realiza-se nos seus redimidos, libertos do pecado e da consciência pecaminosa para a liberdade dos filhos de Deus (Gl 5.1). O pecador sem remissão é escravo do pecado. O pecador remido é liberto, justificado e escolhido por Deus para ser livre do domínio do pecado que o escravizava: *Em verdade, em verdade vos digo: Todo o que comete pecado é escravo do pecado (Jo 8. 34). Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres (Jo 8. 36)*. A consciência, pois, do regenerado está condicionada ao bem e habilitada à submissão a Deus que, pelo Espírito Santo, habita o redimido.

Liberdade para obedecer e servir.

XX.3- *Aqueles que, sob pretexto de liberdade cristã, cometem qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, destroem, por isso mesmo, o fim da liberdade cristã; o fim da liberdade é que, sendo livres das mãos dos nossos inimigos, sem medo sirvamos ao Senhor em santidade e justiça diante dele todos os dias da nossa vida. Ref.:*

1- Lc 7. 74,75; Rm 6. 15; Gl 5. 13; I Pe 2. 16; II Pe 3. 15; Jo 8.34.

Síntese.

Libertos para o serviço cristão.

O servo de Cristo é mais livre que o “liberto” para o mundo.

O Propósito da libertação

Cristo nos libertou da escravidão de nossa própria natureza alienada de Deus, da servidão do mundo, do jugo do pecado e da submissão a Satanás, não para sermos pessoas sem paternidade, sem limites e sem princípios, mas para a responsabilidade filial, para o desenvolvimento do caráter cristão, para o testemunho de que Deus tem representantes sinceros na humanidade, que lhe obedecem as determinações, testemunham o seu nome, vivem em santidade de vida e em comunhão uns com os outros. A liberdade concedida por Deus e por ele alimentada em nós dá-nos poder, força e disposição para a luta contra nossas tendências pecaminosas internas e contra todas as potências externas, a ponto de cada crente regenerado poder afirmar com o conserto Paulo: *Combati o bom combate, completei a carreira, guardei a fé (II Tm 4. 7)*. Nós, na verdade, fomos redimidos por Cristo da servidão da carne, do mundo e do Maligno para sermos feitos servos (*douloi*) de Deus, e o servirmos com alegria, sem qualquer coação patronal, sem nenhum constrangimento de natureza sentimental, sem alienação, submissão, opressão ou eliminação da vontade, da razão e da livre agência. Somos livres das algemas do pecado para realizarmos, não a nossa, mas a vontade de Deus. O réprobo, que tem a vontade escravizada por Satanás, está sendo dirigido inapelavelmente para o mal, que mais e mais o afasta de Deus, sem que tome consciência de seu estado de privação escravizante. A liberdade para a perdição é a pior das escravidões. O filho de Deus, no entanto, age conforme a natureza, as propensões, as orientações, a vontade, a conformação e a formação provenientes de seu Pai celeste por herança, por direcionamento das Escrituras e por ação interna diretiva do Espírito Santo.

Liberdade para submissão às ordenanças.

XX.4- Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou, não foram por Deus designados para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros; resistem à ordenação de Deus os que, sob pretexto de liberdade cristã, opõem-se a qualquer poder legítimo, civil ou religioso, ou ao exercício dele¹. Se publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do cristianismo concernentes à fé, ao culto ou ao procedimento; se publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias ao poder da piedade ou que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e mantê-las, são destrutivas da paz eterna da Igreja e

da ordem que Cristo estabeleceu nela, podem, legalmente, ser processados e visitados com as censuras eclesiásticas². Ref.:

1- I Pe 2. 13,14,16; Hb 13. 17.

2- I Co 5. 1-5,11,13; Tt 1. 13. II Ts 3. 14; Tt 3. 10; Mt 28. 17,18.

Síntese.

A liberdade para a obediência civil é concessão divina.

Temos liberdade para a obediência religiosa.

Deus nos libertou para uma vida correta na comunidade.

Liberdade para a obediência civil

O eleito de Deus, salvo em e por Cristo Jesus, possui dupla cidadania: a civil e a espiritual. O súdito fiel do Rei eterno é, conseqüentemente, bom cidadão de seu país, onde Deus o colocou como sua testemunha. O mesmo Senhor do reino dos céus, para o qual elegeu, chamou e salvou os seus regenerados, é também o criador e o gerente da história, que escolhe governantes e os tira do poder; cria nações e as destrói, conforme seus propósitos. Cristo governa os seus por meio das Escrituras Sagradas, a Palavra de Deus, pelo ministério do Espírito Santo no interior de cada redimido e por meio de sua Igreja, por ele e nele estabelecida, na qual constituiu ministros docentes e regentes, profetas e administradores. O crente, portanto, sujeita-se às leis concedidas por Deus às nações e se submete aos mandamentos do Salvador. Legítimas são as penalidades que o Estado impõe aos infratores; justas, as disciplinas que a Igreja aplica aos ofensores de Deus, aos corruptores de sua palavra e aos detratores do corpo de Cristo. Eis porque ao servo de Deus impõem-se submissão e obediência às autoridades civis e eclesiásticas:

Sujeitai-vos a toda instituição humana por causa do Senhor, quer seja ao rei, como soberano, quer às autoridades, como enviadas por ele, tanto para castigo dos malfetores como para louvor dos que praticam o bem (I Pe 2. 13,14). Como livres que sois, não usando, todavia, a liberdade por pretexto da malícia, mas vivendo como servos de Deus (I Pe 2. 16).

As liberdades de ação, locomoção, expressão e propriedade estão sob códigos e regulamentos oficiais. A quebra ou ab-rogação de tais institutos legais traz conseqüências penais de privação da liberdade permitida. A liberdade civil do crente restringe-se aos limites estabelecidos pela legislação de seu país.

Liberdade para a obediência a Deus

Cristo é a autoridade suprema (Mt 28.17,18), sobre os seus súditos e o universo inteiro (Mt 28. 17,18). Ele, o Rei dos reis, ao salvar-nos e congregar-nos em si mesmo, fez-se cabeça de seu povo e o dirige por impulsão interna mediante o Espírito Santo e mediante as Escrituras Sagradas pelas quais Deus revela sua vontade aos escolhidos. O servo de Deus está inserido no corpo de Cristo, onde milita e serve, guiado pelo Espírito Santo (Rm 8. 14) e disciplinado pela Palavra de Deus (I Tm 3. 14-17). Contra as Escrituras e o Santo Espírito de Deus ninguém pode ser membro da Igreja de Cristo, na qual estão somente os filhos da liberdade para a estrita obediência.

Liberdade para submissão à Igreja

Deus possui um povo específico e especial no meio de outros povos; todos sob seu governo geral. Os súditos da divindade, que militam neste mundo, freqüentemente

em conflito ideológico e moral com a sociedade secularizada, congregam-se, atraídos por Cristo e nele inseridos, em um corpo universal, a Igreja. Esta foi organizada e é mantida pelo Salvador, cujos membros submetem-se, espontânea e livremente, ao seu governo, à sua doutrina e à sua disciplina: tudo conforme estabelece a Palavra de Deus consumada em Cristo e registrada nas Escrituras Sagradas. Quem desrespeita a Igreja de Cristo e desobedece as suas autoridades constituídas, desobedece e desrespeita o seu Cabeça, seu líder absoluto. Cristo governa os eleitos (aos quais chamou e incluiu na Igreja) por intermédio de seus ministros, presbíteros regentes e docentes. A obediência sem opressão e sem constrangimento nasce da nova natureza dos filhos de Deus por regeneração e adoção. O verdadeiro crente respeita e recebe o líder espiritual como se respeitasse e recebesse o próprio Cristo: *Em verdade em verdade vos digo: quem recebe aquele que eu enviar, a mim me recebe; e quem me recebe, recebe aquele que me enviou (Jo 13. 20). Quem vos der ouvidos, ouve-me a mim; e quem vos rejeitar, a mim me rejeita; quem, porém, me rejeitar, rejeita aquele que em enviou (Lc 10.16 cf Mt 10. 40).* O filho de Deus, necessariamente, pertence à família de seu Pai celeste, a Igreja, obedecendo a seus ministros não como autoridades coatoras, mas como a pais espirituais, a guias paternais, pois são elementos instrumentais vocacionados, eleitos pela comunidade e ordenados por seus pares para o múnus gerencial, segundo determinam as Santas Escrituras. O crente é chamado à liberdade de servir a Deus e aos seus irmãos na comunidade dos redimidos, sob a liderança de ministros consagrados e comprometidos com Cristo e as Escrituras Sagradas: *Obedecei aos vossos guias, e sede submissos a eles; pois velam por vossas almas como quem deve prestar contas, para que façam isto com alegria e não gemendo; porque isto não aproveita a vós outros (Hb 13. 17).*

Conclusão: O Servo de Deus possui dupla cidadania, a celeste e a terrestre. A ênfase na cidadania celestial não desqualifica nem elimina a cívica; pelo contrário, qualifica-a e a intensifica. O bom cristão é, por vias consequenciais, melhor cidadão que o mau cristão. Quem obedece e serve a Deus com humildade e fidelidade, obedece e serve ao seu país com honestidade e honrada civilidade.

Somos libertos para o exercício do bem, não para a prática do mal.

Somos livres para servir a Deus, não a nós mesmos, ao mundo e ao mal.

FONTES AUXILIARES:

- 1- João Calvino, Institutas, Livro III, cap. XIX.
- 2- Paul L. Lehmann, La Etica en el Contexto Cristiano, Editora Alfa, Cidadela, 1389, Montevideo, Uruguai.
- 3- Heinz – Dietrich Wendland, Ética no Novo Testamento, Editora Sinodal, São Leopoldo, RS, 1974.
- 4- J. I. Packer, Liberdade: artigo em “O Novo Dicionário da Bíblia, Vol. II, Edições Vida Nova, SP, 1ª Edição, 1966”.
- 5- Jean – Jacques von Allmen: Liberdade: Vocabulário Bíblico, ASTE, SP, 1963.

DO CULTO RELIGIOSO E DO DOMINGO. Capítulo XXI

O Culto como Deus o Requer.

XXI.1- *A luz da natureza mostra que há um Deus que tem domínio e soberania sobre tudo; que é bom e faz bem todas a todos; e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo coração, de toda a alma e de toda a força¹; mas o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo e tão limitado pela sua vontade revelada, que não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás, nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras². Ref.*

1- Rm 1. 19,20; Jr 10.7; Sl 19. 1-6.

2- Dt 12. 32; Mt 15.9; At 17. 24,25; Ex 20. 4-6; Cl 2. 2-23.

Síntese.

Culto ao Deus que se revela pela obra da criação.

Cultuar é servir consagradamente a Deus.

Deus instituiu o culto e predetermina a maneira correta de executá-lo.

Ao Deus que se revela na criação

O cristão compreende o Deus da criação porque o recebeu por revelação mediante as Escrituras Sagradas. A natureza imediata, biológica e física, e a mediata, o cosmo, indicam-nos uma inteligência geral e universal, que agiu na criação e age no governo, mas sem personalidade definida, sem indicação real de personalidade, individualidade, moralidade e espiritualidade. O Deus pessoal que escolhe e relaciona-se com seus escolhidos, revelando-lhe os seus atributos, a sua vontade, e exercendo sobre eles o seu governo e lhes preordenando os princípios e as regras do culto a ser-lhe prestado é o das Escrituras. *Percebemos*, pela natureza, uma divindade, uma inteligência superior; porém, exclusivamente pelas revelação, veto e neotestamentária, apreendemo-lo, como ele deseja que o conheçamos, e até onde nos é permitido penetrar os mistérios de sua existência que, em virtude de sua absoluta espiritualidade e impenetrável essencialidade é, por isso mesmo, inescrutável. Compreendemos a obra da criação e o seu Criador, a partir do Salvador revelado e de sua obra redentora. Entendemos, pois, o autor da criação por meio do Salvador e da salvação, especialmente quando a revelação se consumou em Cristo Jesus, por intermédio de quem Deus se tornou um de nós, partícipe de nossa natureza. A encarnação do Verbo ampliou e clarificou-nos a cosmovisão da natureza e do universo, dando-nos melhor entendimento da ordem criada e mais perfeita compreensão do Criador. Do Salvador, que habita conosco em Cristo Jesus, chegamos ao Criador do micro e do macrocosmo, mas especial e especificamente a criação do homem. Cristo restaurou a dignidade e a proeminência do ser humano. Esta visão amplificada, completada pela obra do Espírito Santo no interior de cada eleito, é que nos leva ao louvor, à reverência, ao respeito, à submissão e à adoração ao supremo Criador de todas as coisas e Redentor de nossas almas.

O Deus que se manifesta na criação é o que se revela nas Escrituras, o que se encarnou em Jesus Cristo, o que habita conosco pelo seu Santo Espírito. A Igreja não cultua o deus da natureza ou aquele que com ela se confunde (pois não é panteísta nem deísta), mas o da revelação escriturística: uma divindade pessoal, soberana, criadora de tudo que existe na ordem natural e espiritual, mantenedora do universo, juiz dos seres humanos e salvador dos perdidos, quando eleitos desde a eternidade. O Deus das Escrituras é um ser inteligentíssimo, que fez emergir do nada tudo que existe, que deixa sua marca na obra criada, que criou o homem dotado de inteligência e espiritualidade para relacionar-se com ele; relacionamento efetivado pela liturgia de sua vida, por meio de submissão e serviçalidade, e pelo culto pessoal de adoração e louvor. O filho de Deus

não foi criado para viver longe de seu Pai eterno em pecado e perdição, mas para estar com ele, beneficiar-se de sua paternidade protetora e abençoadora.

Cultuar é servir a Deus

O homem foi criado para servir ao Criador (existência litúrgica) como mordomo, administrador da obra criada circundante, e como adorador permanente, quer por meio de expressão oral quer por demonstração de apreço, dedicação, reverência e adoração. Feito à imagem de seu Criador, destinava-se, e ainda se destina, ao papel de servo com dedicação exclusiva. O centro vital do casal das origens era Deus (teocentrismo), pois como *doulos* não pertencia nem servia a si mesmo (antropocentrismo ou egocentrismo); sendo propriedade de seu augusto Senhor, de quem recebia tudo e a quem tudo dedicava. O Éden era um lugar sagrado, um tipo de “Santo dos Santos”, onde o homem vivia em comunhão ininterrupta com seu supremo Rei. O pecado retirou-o desse santíssimo espaço, colocando-o sob o governo de si mesmo, orientado (e até dominado) pela Diabo, para cujas propostas endereçou sua vontade e desejos. Fora do Éden, alienado, Deus estabeleceu-lhe um novo espaço sagrado, o templo, com a “presença formal” da divindade no “Santos dos Santos” para reassumir o diálogo com o homem, tendo a contrapartida do juízo nas mortes das vítimas sacrificiais substitutas em lugar dos pecadores condenados à pena capital. Assim, Deus, por sua exclusiva vontade, reassume as relações com sua “imagem”, prometendo estreitá-las no Messias prometido, o recriador da nova humanidade recentralizada no Criador: o que, efetivamente, aconteceu. Deus está conosco em Cristo Jesus, e nós estamos nele por regeneração espiritual. Nosso culto centraliza-se, pois, em Deus na Segunda Pessoa da Santíssima Trindade, o amado Filho do Pai celeste. O espírito de adoração do crente verdadeiro é inerente ao seu ser, pois nele habita o Espírito Santo, que estabelece o vínculo permanente entre o Senhor da glória e o seu servo adorador. O quadro espiritual do Jardim do Éden repete-se na relação interativa e vital de Cristo com seu servo redimido e regenerado. O culto está, pois, na essência da nova criatura restaurada pelo Salvador, que é Emanuel, Deus conosco; exatamente como o Criador estava com o velho Adão diuturnamente no seu estado original.

Culto, instituição divina

O culto ao Deus revelado pelas Escrituras não é produto de invenção humana, como acontecia com a idolatria ou iconolatria dos povos pagãos, polilátricos por natureza. O Deus que elegeu, também chamou um povo para ser-lhe de propriedade exclusiva, dando-lhe uma legislação especial; criou e organizou o culto que lhe era devido. A lei possuía princípios gerais de comportamento, sem especificar particularidades e circunstâncias. O culto, porém, foi dado com minuciosidade de detalhes tanto na forma física do templo, na escolha e especificação dos objetos sacros, na qualificação e indumentária dos ministrantes sacerdotais, na seleção dos animais destinados aos sacrifícios, como na operação dos ofícios litúrgicos (Ex, caps. 25 a 30). Deus não quis que o culto ficasse à mercê de preferências, desejos, escolhas e projetos humanos. Deus não deve ser adorado com um culto segundo a vontade do adorador, mas conforme o que ele unilateralmente preordenou e estabeleceu. O culto, portanto, não pode fugir aos parâmetros estatuídos na Palavra de Deus, pois não é realização humana, mas divina. Deus o instituiu, organizou-o e o ordenou. Ele (o culto) não pode ser como o cultuador deseja prestá-lo, mas como Deus quer recebê-lo. Também não se destina à satisfação humana, mas à divina (Rm 12. 1). Quem deve ficar satisfeito com o culto é Deus, único sujeito e objeto da adoração, não o homem. A emoção e a paixão

espirituais devem pervadir o culto, não o passionismo e o sentimentalismo sensoriais expressos em coreografias, romantismos beatíficos e danças em ritmos populares: samba, trevo, forró, bolero, roque e outros. A distância entre o sensorial e o espiritual é imensa, mas somente perceptível pelos eleitos em cujo interior o Espírito de Deus habita. O espírito que atua nos filhos da desobediência cega-os espiritualmente (Cf Ef 2. 1-6).

Os princípios norteadores do culto, segunda as Escrituras Sagradas, são:

- a- Deus, sujeito e objeto do culto: teolatria monolátrica.
- b- Deus está presente no meio de seu povo, que se reúne no templo, espaço e construção reservados e consagrados à adoração. A invocação da presença de Deus, que muitos fazem, é uma incongruência: não se invoca quem está presente, e ainda mais quando se trata do próprio autor do culto.
- c- Todo adorador tem de tomar consciência de que é pecador, sentenciado à morte, o salário do pecado. Tomando consciência de seu estado pecaminoso diante do Deus perdoador, humilha-se em confissão sincera de pecados, colocando-os sobre a vítima substituta, o Cordeiro. Os pecados confessados dos cristãos, Jesus Cristo os crava na cruz.
- d- Os pecados confessados dos servos eleitos de Deus são por ele perdoados; fato que as Escrituras declaram e o Espírito Santo atesta no interior do confessando.
- e- Perdoados, o crente manifesta gratidão em louvor e ação de graças: é a felicidade de continuar sob a graça do Redentor.
- f- Depois da gratidão, vem a consagração: o servo coloca-se à disposição de Deus para o testemunho, a missão e a proclamação.
- g- Para a maior eficiência da ação da Igreja-serva e de cada um de seus membros, vem a *edificação*, firmada sempre e exclusivamente na Palavra de Deus. A única mensagem que realmente edifica o crente é a da revelação bíblica.
- h- Bênção Apostólica para a dispersão do povo de Deus.

O culto sacrificial do Velho Testamento permanece no Novo Testamento no ritual de celebração da Ceia do Senhor, lembrando o Cordeiro abatido em lugar do pecador eleito e arrependido, e o seu sangue derramado, estabelecendo ou consumando o pacto da graça no Filho de Deus, agora em caráter definitivo. A Santa Ceia é o mais profundo e solene ato litúrgico da Igreja de Cristo.

A hilaridade, a sensualidade e o ritmismo do culto hodierno têm sido defendidos com citações do Velho Testamento como, por exemplo, a “dança” de Davi no traslado da Arca, as palmas e a percussão de alguns salmos. No culto que Deus instituiu e autorizou não há palmas, ritmos percutíveis e danças. Nas festas, todas cívico-religiosas, próprias de um teocrático, tudo isso era permitido e executado. Na adoração solene, efetivada na Casa do Senhor, segundo o mandato divino, nada de hilarismo, coreografia, instrumentos musicais, percussão, palmas e danças. A Igreja deve ater-se ao culto que Deus instituiu e ordenou, não à religiosidade das festas hilárias e lúdicas, não permitidas e não praticadas no templo, o local preparado por Deus para o culto e a ele exclusivamente dedicado. A preferência ao culto festivo decorre do distanciamento das Escrituras, da antropocentrização da liturgia, da irreverência generalizada ao Rei supremo, Senhor dos céus e da terra. A reverência do culto solene, segundo o estabelecimento de Deus na ordem sacra do Velho Testamento, não desprezada na nova dispensação, cedeu lugar à irreverência das supostas celebrações espirituais festivas, muito ao gosto da juventude de nosso tempo, por causa da semelhança com as melodias e ritmos das baladas sensualíssimas e danças pornográficas dos bailes sensuais.

Culto somente a Deus.

XXI.2- *O culto religioso deve ser prestado a Deus - Pai, Filho e Espírito Santo – e somente a ele¹; não deve ser prestado nem aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outro criatura²; nem, depois da queda, deve ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro, senão Cristo³. Ref.:*

- 1- Jo 5. 23; II Co 13.13; Mt 4.10; Ap 5.11-13.
- 2- Cl 2.18; Ap 19. 10; Rm 1.25.
- 3- I Tm 2.5; Ef 2.18.

Síntese.

O Culto deve ser prestado exclusivamente a Deus.

O Mediador do culto é somente Cristo, que é também sujeito e objeto de adoração.

Culto, somente a Deus

A afirmação confessional de que *o culto deve ser prestado exclusivamente a Deus* procedeu da necessidade, nos tempos da reforma, de estabelecer nítida diferença entre o protestantismo emergente e o catolicismo dominante, não somente quanto ao endereçamento da adoração, mas também, e principalmente, ao teocentrismo monolátrico da fé reformada. Há um só Deus subsistente em três pessoas igualmente divinas: Pai, Filho e Espírito Santo, em quem cremos e a quem adoramos em espírito e em verdade. A teologia litúrgica do romanismo doutrina sobre três cultos: O de *latria*, prestado às pessoas trinitárias e ao Cristo transubstanciado na hóstia (*Corpus Christi*); o de *Hiperdulia*, prestado à Virgem; e o de *dulia*, prestado aos santos. Modernamente, existem mariólogos que defendem a equiparação de Maria às pessoas trinitárias, merecendo a Virgem, portanto, o *culto de latria*. Tal corrente mariolátrica não é pequena nem insignificante nos meios teológicos, clericais e leigos da religião do Papa. O marianismo conseguiu predominância no seio do romanismo, tendência que foi aumentada, acentuadamente, no pontificado de João Paulo II. A santolatria, por outro lado, acrescida e estimulada com sucessivas beatificações e canonizações, divide os fiéis romanos desencarnados em dois grupos distintos: Os *privilegiados* beneficentes, portadores de méritos super-rogoratórios, guindados a posições de proeminência nos céus, intercessores e mediadores; e os *beneficiários* humildes, *favorecidos*, inferiores e inferiorizados, eternamente gratos aos seus *irmãos santos* pela bênção da intermediação, sem a qual permaneceriam no ostracismo purgatorial para sempre. Este céu romano de privilegiados privilegiadores e beneficiários é bem o retrato da Igreja a que pertenceram: Clérigos ordenados (sacramentados), batizados com o Espírito Santo, “autoridades” sobre crentes leigos; e a massa de fiéis, mendigando favores beatíficos, graças e perdões dos padres, seus mediadores. Em princípio, o sacerdote é pai dos leigos; sendo Deus, Pai dos sacerdotes.

A Reforma fez a Igreja retornar às suas bases doutrinárias, à afirmação de que existe um só povo de Deus, reunido em um só corpo, no qual cada um é membro com seu ministério pessoal e papel específico, sem nenhuma diferenciação de dignidade ou *status*. A diferença do ministro ordenado é apenas de conhecimento e habilitação para o pastoreio e o ensino, *um primus inter pares*. Assim, o culto não é função privativa do clero, mas ministério de toda Igreja que, corporificada em Cristo, presta a Deus, e exclusivamente a ele, a adoração devida.

Cristo, o Mediador

A Segunda Pessoa da Trindade encarnou-se para se tornar o nosso Salvador e o nosso Mediador entre Deus e os homens: *Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem (I Tm 2. 5 cf Ef 2. 18)*. Não são, pois, a Virgem e os santos que intermediam nosso culto a Deus, mas Jesus Cristo, e exclusivamente ele: *Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim (Jo 14. 6)*. Sendo Jesus o nosso Mediador, o culto que prestamos a Deus é mediado por ele (Mt 18.20). Esta é a razão pela qual João recomenda que a oração deve ser feita em nome de Cristo (Jo 14. 13,14; Jo 15. 16; Jo 16.24-26). Nas Escrituras nada consta sobre suposta transferência da prerrogativa de mediação do Filho de Deus para quaisquer pessoas, nem o credenciamento da Virgem e dos santos como mediadores autorizados. O ministério da mediação é privativo de Cristo, pois somente ele é o cabeça de sua Igreja e nela habita pelo Espírito Santo. Toda oração verdadeira, portanto, somente chega ao Pai pela intermediação do Filho. O crente não recebe bênção do Pai pelos méritos do Filho, mas por sua mediação pessoal direta, eficaz e permanente, exatamente porque ele se tornou um de nós pela encarnação e está à direita do Pai no trono celeste, intercedendo pelos seus redimidos na terra dia e noite.

A Oração que Deus produz em nós.

XXI.3- *A oração com ação de graças, sendo uma parte especial do culto religioso¹, é por Deus exigida de todos os homens²; e, para que seja aceita, deve ser feita em nome do Filho³, pelo auxílio do seu Espírito⁴, segundo a sua vontade⁵, e isto com inteligência, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança⁶. Se for vocal, deve ser proferida em uma língua conhecida dos circunstantes⁷. Ref.:*

- 1- Fp 4.6; Lc 18.1; I Tm 2.8.
- 2- Lc 18.1; I Tm 2.8
- 3- Jo 14.13,14.
- 4- Rm 8. 26.
- 5- I Jo 5.14.
- 6- Sl 47. 7; Hb 12.28; Gn 18.27; Tg 5.16; Ef 6.18.
- 7- I Co 14. 14-17.

Síntese.

Oração, parte essencial do culto verdadeiro, aquele prestado somente a Deus.

Em culto a Deus, comunitário ou doméstico, a mediação é sempre de Cristo.

Oração submetida à vontade de Deus.

Oração feita em língua inteligível.

Oração, parte do Culto verdadeiro

A Igreja, durante o culto, ora em voz uníssona, pronunciando com a alma, o coração e a mente a Oração Dominical, lembrando que as suas palavras estão sendo colocadas nos lábios da comunidade pelo Divino Mestre. Quando a Igreja não recita apenas, mas ora a oração que Jesus ensinou, o Espírito vitaliza e sentimentaliza cada petição, inserindo-as na realidade vital do povo de Deus e de cada um de seus membros. A Igreja, na liturgia comunitária, ora pelo pronunciamento de um de seus membros; ele, no momento da prece, é a “boca” da comunidade, que responde com o assentimento e a aprovação do “Amém” coletivo. A oração comunitária, diferentemente da individual, enquadra-se nas partes do culto: Adoração, confissão, perdão, gratidão, louvor, consagração, intercessão ou súplica. Além das orais, há também orações cantadas. Uma das marcas da oração reformada é a profunda reverência postural de quem ora e de quem acompanha, bem como dos termos e linguagem oracionais da pessoa que a

pronuncia. Conversar com Deus, o Pai celeste, requer mais respeito e solenidade que falar com um Ministro do Supremo Tribunal.

Oração por meio de Jesus Cristo

O culto somente é teocêntrico quando Jesus Cristo é o seu único mediador na condição e qualidade de nosso Sumo Sacerdote. A nossa ligação com Deus se faz exclusivamente por meio de Cristo Jesus. Cada crente real, por ser membro do corpo eclesial do Cordeiro, está ligado a ele e aos seus irmãos em comunhão direta, íntima e pessoal, não precisando recorrer a nenhum sacerdote ou santo mediador. Na qualidade de filho incluso na família da fé, suas relações com o Pai são as mais estreitas possíveis, tanto no campo racional como no emocional. Quem, porém, nos legou o privilégio e a bênção da filiação e quem faz o Deus eterno relacionar-se com seus eleitos é Jesus Cristo, o Unigênito do Pai e o Primogênito da nova humanidade nele e por ele criada.

Oração e a vontade de Deus

Filhos eternamente dependentes, como somos, jamais poderemos ter vontade própria em tudo que se refere ao universo espiritual, às coisas da eternidade, para onde o Redentor nos leva. Quem sabe o que é melhor para nós é nosso Pai, mesmo que no ato de doação ou aplicação pareça-nos prejudicial ou nos seja doloroso. Na dependência do Pai eterno, qualquer iniciativa própria, sem o seu consentimento ou à revelia de sua vontade, configurar-se-á como rebeldia e, certamente, redundará em prejuízo para o desobediente. A vontade de Deus controla e gera a nossa. Não se pode pedir a Deus nada que seja contra o seu querer em relação ao filho suplicante ou reclamante: *E esta é a confiança que temos para com ele, que, se pedirmos alguma coisa segundo a sua vontade, ele nos ouve (I Jo 5.14)*. O próprio Filho submeteu o seu desejo, expresso em petição, à vontade do Pai: *Pai, se queres, passa de mim este cálice; contudo, não se faça a minha vontade, e, sim, a tua (Lc 22. 42)*. A vontade do Criador prevalece sobre a da criatura; a do Senhor sobre a do servo. À Deus, a direção e o comando; a nós, a submissão e a obediência.

A oração não é uma força humana capaz de mudar a vontade de Deus; é uma concessão da graça do Salvador aos seus redimidos. A oração muda o crente, quando ele ora submissamente, na condição de filho necessitado, ao seu boníssimo Pai, quer reconhecendo a bênção da divina paternidade quer implorando-lhe proteção e misericórdia.

Oração, feita em língua inteligível

A oração comunitária deve ser em linguagem clara, inteligível, para que toda Igreja possa dizer “amém”. Sobre esta questão, passemos a palavra ao apóstolo dos gentios:

É assim que instrumentos inanimados, como a flauta, ou a cítara, quando emitem sons, se não os derem bem distintos, como se reconhecerá o que se toca na flauta ou na cítara? Pois também se a trombeta der som incerto, quem se preparará para a batalha? Assim vós, se, com a língua, não disserdes palavra compreensível, como se entenderá o que dizeis? Porque estareis como se falásseis ao ar. Há, sem dúvida, muitos tipos de vozes no mundo, nenhum delas, contudo, sem sentido. Se eu, pois, ignorar a significação da voz, serei estrangeiro para aquele que fala; e ele, estrangeiro para mim. Assim também vós, visto que desejais dons espirituais, procurai

progredir, para a edificação da Igreja. Pelo que, o que fala em outra língua, ore para que a possa interpretar. Porque, se eu orar em outra língua, o meu espírito ora de fato, mas a minha mente fica infrutífera. Que farei, pois? Orarei com o espírito, mas também orarei com a mente; cantarei com o espírito, mas também cantarei com a mente. E se tu bendisseres apenas em espírito, como dirá o indouto o amém depois da tua ação de graças? Visto que não entende o que dizes; porque tu, de fato, dás bem as graças, mas o outro não é edificado. Dou graças a Deus, porque falo em outras línguas mais do que todos vós. Contudo, prefiro falar na Igreja cinco palavras com o meu entendimento, para instruir outros, a falar dez mil palavras em outra língua (I Co 14. 7-19).

Na oração individual e em comunhão privativa com Deus, o crente pode orar em espírito, inclusive glossolalicamente; mas na comunidade, sendo a “boca de seus irmãos”, não deve fazê-lo, pois a Igreja somente orará com ele em prece inteligível. Quem quiser orar em línguas ininteligíveis, que o faça secretamente, a sós com Deus.

A licitude da oração.

XXI.4- *A oração deve ser feita por coisas lícitas¹ e por todas as classes de homens que existem atualmente ou que existirão no futuro²; mas não pelos mortos³, nem por aqueles que se saiba terem cometido o pecado para a morte⁴. Rf.:*

- 1- I Jo 5.14.
- 2- I Tm 2. 1,2; Jo 17.20; II Sm 7. 29.
- 3- I Jo 5.14.
- 4- I Jo 5. 16.

Síntese:

Oração por coisas lícitas moral e espiritualmente.

Classes que merecem as orações dos crentes.

Não se deve orar pelos mortos.

Não se deve orar pelos que cometem pecados mortais.

Oração por coisas lícitas

A oração não pode ser feita por coisas ilícitas, porque ela, obrigatoriamente, tem de coadunar-se com a vontade de Deus, e este é absolutamente justo e correto em todos os seus atos, conceitos, avaliações, atitudes e expressões. O homem, pecador por natureza, pode, eventualmente, orar por objetivos, dádivas, instituições e pessoas ilícitas ou que desagradam ao Criador. Não é justo, por exemplo, numa igreja de pobres, com moradias humildes ou sem nenhuma, um irmão colocar-se de joelhos para suplicar casa luxuosa, carro do ano, eletrodomésticos e eletro-eletrônicos modernamente sofisticados. Tal atitude caracterizaria egoísmo, individualismo e desamor aos irmãos. Deus não é o Pai de todos? Por que privilegiaria alguns em detrimento de outros filhos? Não somos todos iguais? Todos herdeiros das mesmas promessas e do mesmo reino? Se cada um luta honestamente para angariar recursos, valendo-se dos dons profissionais que o Criador lhe deu; o elevar-se, economicamente acima da média é bênção natural; porém, pedir a Deus benesses pessoais, desconsiderando os conselhos, é injusto. Tal oração seria egocêntrica.

Classes pelas quais devemos orar

Existem classes em nosso mundo pós-moderno pelas quais não devemos orar gratulatória ou intercessoriamente. Não podemos pedir a Deus que as mantenha e lhes

conceda sucessos, classes ou movimentos tais como: Sociedade Gay, Igreja do Demônio, Associação dos Tabaquistas, Movimento Pró Casamento Homossexual e outros, inclusive em favor de estados materialistas. É papel ministerial da Igreja orar por governos e governantes para que sejam leais ao povo e tementes a Deus. É mister interceder pela sociedade e as instituições sociais honestas, que se orientem por princípios cristãos na estrutura organizacional e execução de tarefas, sejam sociais, políticas ou econômicas.

Não se deve orar pelos mortos

Todos os mortos já caíram no estado de definição final. O estágio transitório é a vida terrena. Após a morte há somente dois destinos definitivos: Céu para os justos, e inferno para os ímpios. Quem está no inferno não transmigra para o céu de forma alguma. Os vivos, sob o altar (Ap 6. 9-11), com situação definida, podem interceder por nós, mas não devemos suplicar por eles, pois nada, de nossa parte, lhes mudará a condição. A transitoriedade é a marca do estágio terreno, onde reinam forças opressoras como o Diabo, a morte, o pecado e o mundo. Tudo aqui é corrompível e mutável. Somente a misericórdia de Deus nos sustenta, sendo a oração uma graça de extraordinário benefício, o sinal de comunhão do salvo com o Salvador.

Não acreditamos em purgatório, local onde as almas, portadoras de pecados veniais, segundo o romanismo, aguardam as intercessões mediatárias da Igreja para se transferirem para o céu. O tempo da oportunidade é a vida terrena. Nela Cristo nos encontra, salva-nos e nos regenera. Do outro lado do túmulo, os espíritos desencarnados aguardam o juízo final, depois da retomada de seus corpos: os justos para o reino glorioso do Cordeiro; os ímpios para a prisão eterna na Geena. A Igreja tem o dever, por ordenação divina, de orar pelos vivos, não pelos mortos.

Não se deve orar por aqueles que cometem pecados mortais

Há pecados perdoáveis e também imperdoáveis. Pelos pecados mortais, declarados imperdoáveis por Deus, não se deve orar:

Se alguém vir a seu irmão cometer pecado não para morte, pedirá, e Deus lhe dará vida, aos que não pecam para morte. Há pecado para morte, e por esse não digo que rogue (I Jo 5. 16).

Não se deve pedir, em oração, perdão a Deus pelos seguintes pecados mortais:

a- Tomar o nome de Deus em vão:

Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão, porque o Senhor não terá por inocente (negrito nosso) o que tomar o seu nome em vão (Ex 20. 7). Fazer um pacto, selado, confirmado ou testemunhado por Deus, e quebrá-lo injustificavelmente, é tomar o nome do Senhor em vão. Deus não admite leviandade com seu sacratíssimo nome.

b- Blasfemar contra o Espírito Santo:

O Espírito é Deus habitando em nós, dirigindo nossa vida cristã, gerando na nossa mente e no nosso coração a prece verdadeira e conveniente (Rm 8. 26,27). Quem não tem o Espírito Santo, nem por ele é dirigido, não é filho de Deus (Rm 8. 9,10; Rm 8.14-17). Ora, aquele que blasfema contra o Espírito Santo, rebela-se tenazmente contra Deus, quebrando o elo de filiação divina. Eis o que, a respeito, declara o Mestre dos mestres:

Em verdade vos digo que tudo será perdoado aos filhos dos homens: os pecados, e as blasfêmias que proferirem. Mas aquele que blasfemar contra o Espírito Santo não tem perdão para sempre, visto que é réu de pecado eterno (Mc 9.28,29). A

blasfêmia, no caso, consistiu em atribuir ao Demônio os atos divinos de Cristo pela ação interna do Espírito Santo. Diziam os blasfemadores: *Ele está possesso de Belzebu, e: É pelo maioral dos demônios que expelle os demônios (Mc 9.22 cf Mc 9.35)*. Dizer que a Segunda Pessoa da Trindade estava endemoninhada foi uma blasfêmia terrível, imperdoável.]

Cultuar o demônio é uma blasfêmia contra o Santo Espírito.

c- Apostasia.

Apóstata é o rebelde consciente, o que se beneficiou da comunicação das Santas Escrituras, recebendo por elas o chamado externo, ingressou na comunidade visível dos eleitos, participou das bênçãos gerais e especiais de membro da Igreja militante, chegou a exercer ministério no meio do povo de Deus, à semelhança de Judas Iscariotes (Jo 17. 12), para depois voltar à carnalidade anterior, e ainda fazer oposição a Cristo e aos seus redimidos no meio dos quais esteve. A apostasia é o maior escândalo que a Igreja tem experimentado ao longo de sua peregrinação. Um apóstata é espiritualmente irrecuperável e, portanto, não se deve rogar por ele. Eis o que, sobre a apostasia, doutrina a Carta aos Hebreus:

É impossível, pois, que aqueles que uma vez foram iluminados e provaram o dom celestial e se tornaram participantes do Espírito Santo, e provaram a boa Palavra de Deus e os poderes do mundo vindouro, e caíram, sim, é impossível outra vez renová-los para arrependimento, visto que de novo estão crucificando para si mesmos o Filho de Deus, e expondo-o à ignomínia (Hb 6. 4-6).

O último estado do apóstata é pior do que o primeiro, assim pensa o apóstolo Pedro: *Portanto, se, depois de terem escapado das contaminações do mundo mediante o conhecimento do Senhor e Salvador Jesus Cristo, se deixam enredar de novo e são vencidos, tornou-se o seu último estado pior que o primeiro. Pois, melhor lhes fora nunca tivessem conhecido o caminho da justiça, do que, após conhecê-lo, volverem para trás, apartando-se do santo mandamento que lhes fora dado. Com eles aconteceu o que se diz certo adágio verdadeiro: O cão voltou ao seu próprio vômito; e: a porca lavada voltou a revolver-se no lamaçal (II Pe 2.20 -22)*.

Não roguemos, pois, por aqueles que tomam o santíssimo nome de nosso Deus em vão, pelos que blasfemam contra o Espírito Santo e pelos apóstatas. Devemos, no entanto, orar pela conversão das pessoas sem Cristo, em quaisquer seguimentos da humanidade alienada de Deus. Não oramos por sociedades ou instituições atérias, ou corruptas, ou imorais, mas pelas pessoas que estão dentro delas, algumas inocentes e outras escravizadas, vítimas indefesas de situações que as envolveram no curso da caminhada terrena. Não cabe ação intercessória pela prostituição; mas se uma prostituta, por exemplo, procura socorro moral e espiritual, temos a obrigação cristã de socorrê-la e lutar pela sua recuperação, orando com ela e por ela. Orar por organizações criminosas como o PCC (Primeiro Comando da Capital) é inimaginável, mas interceder por um criminoso julgado, condenado e encarcerado é possível e, em certos casos, recomendável.

Do culto e dos votos.

XXI.5- *A leitura das Escrituras com o temor devido¹, a sã pregação² da palavra e a consciente atenção a ela em obediência a Deus, com inteligência, fé e reverência³; o cantar salmos com agradecido coração⁴, bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo – são partes do ordinário culto de Deus⁵, além dos juramentos religiosos⁶; votos⁷, jejuns solenes⁸ e ação de graças em ocasiões especiais⁹, tudo o que, em seus vários tempos e ocasiões próprias, deve ser usado de um modo santo e religioso¹⁰. Ref.:*

1- At 15. 21; At 17. 11; Ap 1.3.

- 2- II Tm 4.2.
- 3- Tg 1. 22; At 10.33; Hb 4,2; Mt 13. 19; Is 66. 2.
- 4- Cl 3. 16; Ef 5.19; Tg 5. 13.
- 5- Mt 28. 19; At 2. 42; I Co 11. 23-29.
- 6- Dt 6. 13.
- 7- Sl 116. 14; Is 19. 21; Ne 10. 29.
- 8- Jl 2. 12; Mt 9. 15; I Co 7. 5; Ef 4. 16.
- 9- Sl 107.
- 10- Jo 4. 24; Hb 10. 22.

Síntese.

Partes essenciais do culto: Leitura bíblica, oração, cântico de hinos, pregação, ministração dos sacramentos.

Dos votos ou juramentos.

Partes do culto

As partes integrantes e integradoras do culto, segundo a sua instituição divina, são: Leitura da Palavra de Deus, oração, pregação, cânticos de hinos religiosos e ministração dos sacramentos.

a- Leitura das Escrituras. A Bíblia, selecionados os textos adequados a cada momento da liturgia, deverá ser lida de três maneiras: a- Pelo dirigente, quando se tratar de textos proclamatórios, imperativos ou exortativos. b- Alternadamente: um versículo pelo dirigente e o seguinte pela comunidade; e assim, sucessivamente. c- Leitura responsiva: O dirigente lê um texto (com um ou vários versículos), e a comunidade responde com outro. Pode, por exemplo, o dirigente ler um salmo e a congregação responder com a leitura de outro. Esta leitura responsiva pode ser também do mesmo texto em que uma parte pergunta ou afirma e a outra responde. Exemplos: Salmo 136, em que o dirigente lê a primeira parte do versículo e a comunidade responde com a segunda. O mesmo se pode fazer com Mt 5. 1-12. Não se deve confundir “leitura responsiva” com “leitura alternada”, que ocorre com versículos consecutivos ou sucessivos. d- Leitura uníssona: leitura feita pelo dirigente e a comunidade concomitantemente. Neste caso, e para que a comunidade inteira participe, e a leitura seja realmente uníssona, deve-se adotar uma única versão das Escrituras para a Igreja toda. Nessa leitura, cada um deve ler, ouvindo os outros, para harmonização e unissonidade da leitura.

b- Oração. As orações comunitárias são de: adoração, contrição, confissão, ação de graças pelo perdão de Deus, louvor ao Salvador, consagração e intercessão. Para não quebrar a ordem do culto, a oração deve enquadrar-se no momento litúrgico. Exemplo: se o momento é de “confissão”, confessemos. Mas há irmãos que “intercedem” e “louvam” na hora da “confissão”. Tal mistura desorganiza e desarmoniza o culto.

c- Pregação. A pregação tem de ser estritamente da Palavra de Deus, conformada com a teologia bibliocêntrica dos nossos símbolos de fé. A mensagem bíblica é cristocêntrica por natureza, pois Cristo é o centro das Escrituras. A pregação não deve ser alegórica nem recheada de frases humorísticas, historietas inverídicas, lendas e mitologias. Analogias e comparações com fatos da vida real são permissíveis, desde que usadas com critério e bom senso. O pregador precisa ser um bom hermeneuta e um eficiente exegeta da sacra revelação.

d- Salmos e Hinos. A Igreja louva o seu Senhor por meio de cânticos sacros pelo coral e pela comunidade. Foi assim na Igreja primitiva e nas comunidades protestantes do tempo da reforma. Hoje, além dos hinos corais e comunitários (cada vez

mais raros), instaurou-se na Igreja o “louvor jovem” em “Equipes de Louvor”, geralmente com melodias inspiradas no cancionário popular ou na música “gospel” norte-americana. São, com raras exceções, músicas pobres e extremamente modistas, isto é, “entram nas paradas” e delas saem rapidamente, para não mais serem lembradas. O mesmo se pode dizer das letras: fracas, refletindo teologias interdenominacionais do neopentecostismo. Um grupo de jovens comanda os cânticos, mandando a Igreja ficar de pé por longo tempo, constringendo e prejudicando as pessoas idosas e as mulheres grávidas. Frequentemente, um deles “prega um sermãozinho” antes do canto, explicando-lhe a letra e fazendo sua “aplicação”, ocupando o lugar de “doutrinador” da Igreja. Tais louvores têm sido verdadeiros *hiatos* no interior do corpo litúrgico ou *apêndices* independentes no início ou no fim do culto. Dar espaço destacado aos moços na liturgia é considerá-los fora do corpo comunitário dos adoradores, é dicotomizar o aprisco em: “ovelhas velhas”, com velhas expressões, e “ovelhas jovens”, com linguagens e ideologias jovens, modernas. Atualmente, as comunidades locais estão divididas em “pensamento jovem”, “contextualizado”, e “pensamento antigo”, “conservador” e “retrógrado”, segundo a concepção de muitos, que se julgam atualizados. A tradicional unidade do corpo não mais existe. Em algumas comunidades “mais moderninhas”, o espírito de juventude predomina; então, eliminaram os hinários e excluíram o coral, introduzindo instrumentos da preferência jovem: instrumentos eletro-eletrônicos, eletrônicos e de percussão. Os *ritmos quentes* levaram naturalmente às danças e às coreografias, que se alastram em nossas igrejas. O ludinismo, que satisfaz os “adoradores”, que os deixa “exaltados e felizes”, ocupou o lugar do culto solene, da adoração respeitosa. Não sei onde vamos parar. Quem viver, verá.

e- Ministração dos sacramentos. O sacramento do batismo ainda não sofreu muita alteração, mas o da Ceia do Senhor tem sido celebrado festivamente e, em alguns casos, até levemente em auditórios ecléticos da Igreja Eletrônica, em que o suposto comungante pode, em sua residência, diante do vídeo, ao comando de um “carismático da mídia”, tomar a sua “tele-Ceia”. O aspecto familiar e comunitário da eucaristia tem sido olvidado, e o exame introspectivo, exigido por Paulo, para discernir o corpo, fica completamente esquecido. Há pastores que usam um cálice grande, para erguê-lo diante da comunidade, mas distribui os pequenos e deles toma. Há necessidade de tal “cálice fantasia”? Também, exibem um “pão grande”, inteiro: partindo-o perante os comungantes, que dele não recebem; nem o ministrante dele come. O pastor e os presbíteros comem o mesmo pão da comunidade e tomam o mesmo vinho, pois se trata de um corpo do qual o ministério ordenado é parte integrante. Continuemos com a simplicidade institucional da celebração, ensinada e praticada pelo Senhor da Igreja e legada por ele aos nossos pais, tudo conforme a instituição neotestamentária. O pão e o vinho, ministrados ao povo de Deus, são símbolos e sinais eficientes, expressivos e suficientes, em si mesmos, para significarem o que Cristo determinou que significassem. Nada de acréscimos ou adendos.

f- Dos votos e dos juramentos. O que jurarmos e o que votarmos diante de Deus, ou pela invocação de seu testemunho e sanção, como são os casos de Profissão de Fé e de Casamento, quando pactuamos com Deus, com sua Igreja e com o cônjuge, respectivamente, agimos com profunda seriedade e responsabilidade. Tais votos não podem ser quebrados por um eleito regenerado de Deus. Não somos obrigados a votar, mas se votarmos, temos a obrigação de cumprir. Com Deus não se brinca! Casar-se na Igreja de Cristo, por exemplo, já pensando em separação ou divórcio, é uma ofensa a nosso Senhor, uma brincadeira de mau gosto com coisas sagradas, um “tomar o nome de Deus em vão”, pecado que ele não perdoa, porque não considera inocente quem tal leviandade comete.

Tem-se ensinado, até em seminários, o “culto temático”, centralizado ou em datas litúrgicas e sociais ou ao tema do sermão. No meu entendimento, o “temismo” é uma forma de distorção do culto instituído por Deus no Velho Testamento, não abrogado no Novo, que não conduzia a adoração à restrição de um determinado assunto de proposição humana, mas levava o pecador a um estado de espírito, que pode ser resumido assim: 1- Visão da glória de Deus, ressaltando a majestade do ser adorado e a insignificância do adorador. 2- Confissão de pecado, para que Deus pudesse expiar suas culpas por meio da vítima substituta. 3- Intercessão ou mediação litúrgica do sacerdote em favor do adorador confessante. 4- A declaração de que Deus perdoa ou retira o pecado de quem o confessa sinceramente, transferindo-o para a vítima vicária. 5- O oráculo profético sacerdotal ou edificação. 6- A gratidão por louvor e adoração por tão imerecida graça do perdão 7- A dedicação do pecador perdoado ao generoso e compassivo Perdoador. 8- A edificação ou habilitação do perdoado para o serviço, na condição de servo, ao Soberano Rei. Vê-se um “conjunto” “uma unidade” de partes integradas, mas independentes entre si. Qualquer das partes extraídas, evidenciadas ou colocadas como centro catalizador das outras, destruiria a essência e o andamento natural e psicológico do culto. Imaginemos, para ilustrar, uma laranja. Ela se compõe de casca, polpa, gomos e sementes: tudo ligado a uma nervura fibrosa central praticamente imperceptível, que vira bagaço. Uma coisa é a casca; outra, a polpa; outra, a semente; outra, a nervura, quando destacadas e tratadas individualmente. Reunidas, temos a laranja. Assim é o culto: uma unidade de partes diferentes, mas unificadas no todo. Não sei como os *temistas* subordinam, por exemplo, a confissão e a intercessão ao temas. Culto é culto: serviço prestado a Deus, não “comprovante”, “reforçador” ou “preparador” de “tema”. Ele deve conduzir o adorador à adoração a Deus, não à compreensão de um “tema.” O “temismo” quebra a unidade do verdadeiro culto, estabelecendo a unidade de “conferência” religiosa, onde o pregador é mais importante que a Palavra de Deus, por si mesma motivadora do culto bíblico, não acadêmico. A bibliocentricidade do culto verifica-se em todas as suas partes; e não podia ser diferente.

A universalidade do culto.

XXI.6- *Agora, sob o Evangelho, nem a oração, nem qualquer outro ato do culto religioso é restrito a um certo lugar, nem se torna mais aceito por causa do lugar em que se ofereça ou para o qual se dirija¹, mas, Deus deve ser adorado em todo o lugar², em espírito e verdade³ – tanto em famílias⁴, diariamente⁵ e em secreto, estando cada um sozinho⁶, como também mais solenemente em assembleias públicas, que não devem ser descuidadas, nem voluntariamente desprezadas nem abandonadas, sempre que Deus, pela sua providência, proporcionar ocasião⁷. Ref.:*

- 1- Jo 4. 21.
- 2- Mt 1. 11; I Tm 2. 8.
- 3- Jo 4. 23,24.
- 4- Dt 6.7; Jó 1. 5; At 10.2.
- 5- Mt 6. 11; Js 24. 15.
- 6- Mt 6. 6; Ef 6. 16.
- 7- Is 56.7; Hb 10.25; At 2. 42; Lc 4. 16; At 13. 42.

SÍNTESE

A topofania que provocava o topocentrismo cessou na dispensação da graça. A Igreja, corpo de Cristo, reúne-se em locais distintos e qualificados.

A geografia e a etnologia da graça são universais

Deus, no Velho Testamento, por questões que escapam à nossa compreensão, elegeu bases temporais e históricas para início e expansão dos fatos e preceitos revelados como: um povo de entre os povos; uma raça de entre as raças; um dia de entre os dias; sacerdotes de entre os homens; animais sagrados de entre outros animais; objetos sagrados de entre objetos profanos; um local de culto de entre outros locais. O que foi necessário no Velho Testamento, tornou-se não somente dispensável no Novo, mas desnecessário e até prejudicial. A “pátria sagrada” do Vaticano e seu “sacerdócio santo”, diferenciados religiosamente de outras nações e do universo leigo, são resquícios da velha dispensação, teologicamente insustentável no regime da graça em que a Igreja, geograficamente universal, é um corpo constituído de membros corresponsáveis de todas as raças, absolutamente iguais diante do Salvador, cabeça de todos. As localidades sagradas, em decorrência de teofanias ou indicação divina, privilegiadas em detrimento de outras áreas da mesma circunscrição geográfica ou de outras além de seus limites, não mais existem. Deus, sob a graça, escolhe pessoas de entre todos os povos e de quaisquer espaços territoriais para reuni-las em Cristo, o centro aglutinador de todos os eleitos de Deus. O mesmo Deus, porém, que congrega redimidos no Remidor, também divide o corpo em unidades locais, onde o “povo sagrado” ajunta-se para a adoração. Este “ninho” dos filhos de Deus torna-se sacratíssimo, pois é retirado do geral para o serviço especial de culto ao Criador e Salvador. A santificação do espaço destinado ao culto dá-se, pois, por “separação” e “consagração”, não por meio de pureza intrínseca ou imacularidade, pois a matéria é moral e espiritualmente neutra.

Locais distintos e qualificados de adoração

Deus não restringe a adoração a determinados locais, nem privilegia raça, pessoas e dias.

Todos os dias são santos; nenhum deles é profano. O Domingo foi escolhido como memorial da ressurreição de Cristo e comemoração do nascimento da Igreja, o novo povo de Deus. O cristão consciente não guarda o Domingo, pensando que ele seja mais santo que os outros, mas como um dia comemorativo da libertação do pecado e conseqüente regeneração conquistada por Cristo. O Sábado está relacionado com o judaísmo e com Moisés; o Domingo relaciona-se com o cristianismo e com Cristo, o autor e consumidor de nossa fé. Dedicamos o primeiro dia da semana à memória do Cristo encarnado, de seu sacrifício vicário e de sua ressurreição vitoriosa e gloriosa para ele e para sua Igreja. No primeiro dia da semana Deus começou a criação; Cristo ressuscitou; a Igreja nasceu; a nova humanidade surge na pessoa do Segundo Adão; a Igreja primitiva cultuava Cristo no primeiro dia semanal, o Domingo. Este, portanto, é o dia da nova dispensação, pois se fez novo em Cristo Jesus.

Deus, Senhor de todos os locais e povos. Javé, o Deus revelado a Moisés, tinha somente um povo: o judeu. A Segunda Pessoa da Trindade, revelada em Cristo Jesus, é o Senhor e Salvador de seus eleitos introduzidos na humanidade tanto na velha como na nova dispensação. A geografia da Igreja é o mundo inteiro, onde o Redentor pode eleger locais de adoração em quaisquer regiões; e efetivamente o tem feito. Ele, como Criador do universo, soberano Senhor de todas as coisas, distribui as sociedades geograficamente e coloca seus templos nos sítios que lhe aprouver colocar. Nada existe por acaso ou sem planejamento do Criador. A Igreja de Cristo é realmente ecumênica, sem nenhuma discriminação racial. A unidade do corpo de Cristo elimina as diversidades étnicas e as contradições culturais. Todos somos diretamente submissos ao nosso Rei, Cristo Jesus, sem privilegiamento e sem mediação de religiosos supostamente superiores aos seus irmãos, membros do mesmo organismo eclesial.

Os locais sagrados. Os locais onde se reúnem comunidades dos eleitos de Cristo tornam-se sagrados. O espaço, dentre outros espaços, no qual o povo do Cordeiro congrega, é santificado, porque é separado do uso comum para o sagrado. Não há como reunir-se permanentemente, a não ser em uma determinada área geográfica especificada, definida e publicamente reconhecida. E onde dois ou três se ajuntam em nome de Cristo, aí ele está, qualificando espiritualmente o encontro e configurando a cristocentricidade congregacional. Devemos, pois, valorizar e respeitar o local da reunião dos redimidos. O templo fornece um ambiente adequado à adoração comunitária e acomodações para outras atividades serviçais, visando a divulgação das Escrituras, o testemunho da Igreja, o preparo dos crentes e o acolhimento dos visitantes. Louvado seja Deus, que nos dá, a nós, brasileiros, espaços reservados, consagrados aos ofícios litúrgicos, em que erguemos templos nos quais cultuamos o Salvador e pelos quais nos identificamos perante a sociedade como povo de Cristo, segundo a denominação credenciada biblicamente e reconhecida juridicamente. A legalidade é a base de nossas relações oficiais com os poderes constituídos. O culto que prestamos a Deus nos nossos templos, além de públicos, é a força testemunhal de nossa fé, nossa voz uníssona de adoração e nosso meio oracular de proclamação da Palavra de Deus.

Deus separou um dia.

XXI.7- *Como é lei da natureza que, em geral, uma devida proporção do tempo seja destinada ao culto de Deus, assim também em sua palavra, por um preceito positivo, moral e perpétuo, preceito que obriga a todos os homens em todos os tempos, Deus designou particularmente um dia em sete para ser um sábado (descanso) santificado por ele¹; desde o princípio do mundo, até a ressurreição de Cristo, esse dia foi o último da semana; desde a ressurreição de Cristo foi mudado para o primeiro dia da semana, dia que na Escritura é chamado Domingo, ou Dia do Senhor, e que há de continuar até ao fim do mundo como o sábado cristão². Ref.*

1- Ex 20. 8-11; Is 56. 2,4,6.

2- I Co 16. 1,2; At 20. 7.

SÍNTESE

O Dia de Deus pertence a Deus.

O sábado cristão é o primeiro dia da semana.

O Dia de Deus

Para nós, reformados, o primeiro dia da semana não possui em si mesmo nenhuma sacralidade maior que a de outros dias, porque a Igreja continua, inserida no mundo, como sal, fermento e luz. A Igreja-serva e cada membro de seu corpo são cultos permanentes ao Salvador pela própria existência, pelo testemunho cristão, pela ação missionária e pelo exercício de funções formadoras e construtivas da sociedade e dos indivíduos. O culto da Igreja não cessa, pois sua natureza e missão é servir a Deus.

Deus concedeu ao homem seis dias para trabalhar e produzir, utilizando, em seu benefício, aquilo que ele não criou: a terra, a fauna, a flora, a água, o ar, o vento, os minerais, o oxigênio, a luz..., requerendo de sua produção apenas o dízimo. O Criador separou um dia para que os seus servos nele se unificassem para dois objetivos essenciais: o *descanso* e a *adoração*. Deixando as fadigas das tarefas funcionais e profissionais, muitas delas repetitivas, cansativas e extressantes, possam os servos de Deus, mudando de atividades, descansar das obras semanais para servirem cultural e comunitariamente ao Senhor dos senhores. O dia de descanso serve: a- Para ressocializar o povo de Deus, irmanando os conservos, incorporificando-os para melhor consagração coletiva. b- Recuperar as energias gastas nas ocupações semanais. c-

Prestar culto coletivo e individual ao divino Salvador, proclamar a salvação, divulgar as Escrituras, cuidar da vida espiritual.

Não somos *domingólatras*. Cremos num Senhor de todos os dias, todos os espaços e todos os povos: cremos num Criador de todas as coisas, inclusive do tempo e da eternidade. Entendemos que o servo de Cristo a quem Deus concede um trabalho que lhe exija tarefa ou turno dominical, com *folga* em outro dia da semana, guarda perfeitamente o mandamento sabático, se, no seu sábado pessoal, dedica-se ao seu Redentor e consagra seu descanso à obra de sua Igreja, além da fidelidade dizimal.

O sábado cristão

Deus começou a criação no primeiro dia da semana criacional, terminando-a no sétimo dia (Gn 2. 2), não no sexto, às dezoito horas. A recriação da nova humanidade aconteceu também no primeiro dia da semana, quando o velho homem, sepultado em e com o Cordeiro de Deus, ressuscitou para uma nova vida na presente existência e na eternidade. O dia da ressurreição de Cristo é o do nascimento da Igreja. Esta, desde o seu início, comemorou o seu natalício e a vitória do Filho de Deus sobre a morte, o Diabo e os poderes tartáricos, no primeiro dia da semana, como o atestam os seguintes textos:

No primeiro dia da semana cada um de vós ponha de parte, em casa, conforme a sua prosperidade, e vá juntando, para que se não façam coletas quando eu for (I Co 16. 2).

No primeiro dia da semana, estando nós reunidos com o fim de partir o pão, Paulo, que devia seguir viagem no dia imediato, exortava-os, e prolongou o discurso até à meia noite (At 20. 7).

Na velha dispensação, dos símbolos e imagens do que aconteceria na realização do simbolizado e imaginado, prevalecia o sábado no sétimo dia semanal. Na nova dispensação, as sombras tornaram-se realidades concretas, dando lugar ao cumprimento com o mesmo conteúdo proposto, mas com símbolos diferentes: A Páscoa transformou-se em Santa Ceia, não com cordeiro assado, pães sem fermento e ervas amargas, mas pão comum e vinho; a circuncisão transmudou-se em Batismo, não com mutilação do prepúcio, mas com água derramada em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, servindo de selo externo da graça invisível outorgada por Deus ao batizando eleito e preordenado à salvação; o Sábado cedeu lugar ao domingo (Dia do Senhor), não como ordenação particular aos judeus retirados do Edito, mas um memorial da ressurreição de Cristo, do nascimento da Igreja, da regeneração de cada escolhido. O cristão tem a obrigação de guardar o Domingo, não para refestelar-se, mas para cultuar a Deus em Cristo Jesus e confraternizar-se com seus irmãos nas assembléias comunitárias.

Aproveitamento do dia sabático.

XXI.8- *Este sábado é santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado os seus corações e de antemão ordenado os seus negócios ordinários, não só guardam, durante todo o dia, um santo descanso das suas obras, palavras e pensamentos a respeito de seus empregos seculares e de suas recreações¹, mas também ocupam todo o tempo em exercícios públicos e particulares de culto e nos deveres de necessidade e de misericórdia². Ref.:*

1- Ex 16. 23,25,26,29,30; Ex 31. 16,17; Lc 23. 56.

2- Is 58. 13; Mt 12. 1-13.

Síntese.

Cumprimento dos deveres semanais e consagração a Deus.

Oportunidade de dedicação ao culto a Deus e à caridade.

Deveres cumpridos e consagração a Deus

Somente guardam o Dia do Senhor os que cumprem seus deveres profissionais com integridade e honestidade. Aqueles que, no exercício de suas funções, visam somente lucros em desconsideração ao Criador, ao Salvador; bem como, direta ou indiretamente, prejudicam o semelhante, contribuindo para a riqueza de poucos e miséria de muitos, ao guardarem o Domingo, supondo respeitar um mandamento de Deus, enganam-se completamente. O Deus dos cristãos não é o de um único dia, mas o do tempo inteiro do servo e o de sua vida integral. No Velho Testamento, Deus cumpriu primeiro o seu dever de Criador, fazendo tudo muito bom, isto é, bem feito, para depois “descansar” da obra da criação e começar a do governo, da providência e da redenção. Quem não cumpre bem a sua tarefa semanal, não guarda, verdadeiramente, o Dia do Senhor.

Dedicação ao culto e à caridade

Depois de cumprir nossos deveres nos seis dias que nos foram outorgados, capacitamo-nos aos trabalhos dominicais na Igreja: ensino, aprendizado da Palavra de Deus, participação no culto comunitário, visitação aos irmãos sofredores e angustiados da família cristã, orando com eles e por eles, socorrendo-os, se for o caso, financeiramente. Um servo de Deus não pode permitir que conservos passem necessidades, sendo membros da prole de Cristo Jesus, que nos ama indiscriminada e profundamente. O Dia do Senhor existe para que o crente deixe de pensar nos seus negócios e em si mesmo para pensar em seu Redentor e nos seus irmãos em Cristo Jesus.

O *Shabbat* segundo a posição de Calvino

Calvino entendia, em princípio, que o Sábado significava:

1- Um símbolo judaico. Não resultou de um mandamento imperativo de caráter final e normativo, mas de uma ordenança com conteúdo simbólico, com vigência estrita ao povo judeu eleito e limitado ao período da velha dispensação. Com o fim dos propósitos vetotestamentários, consumados na nova aliança, perdeu o objetivo simbólico e significativo, mesmo sendo o mais candente signo do velho pacto. Teve como consequência uma transitória mensagem espiritual, não alterada com a inclusão do objetivo social, pois se destinava à separação de um tempo para reflexão sobre Deus e sua relação com o seu povo, que esteve, sem descanso, sob a dura escravidão faraônica. O Senhor (*Adonai*), o libertador, exige servidão, mas concede a liberdade do descanso semanal a seu povo. O dia reservado, contudo, pertencia a Deus, e a ele devia ser dedicado integralmente, para a memória da libertação do cativo egípcio, consagração mordômica e prestação de culto sincero.

2- Sábado, tempo escatológico de Deus. Calvino via no número sete o símbolo do tempo perfeito do Criador, tempo de conclusão da velha e boa criação de Deus. Porém, a antiga ordem concluiu-se em Jesus Cristo, o Criador do novo tempo, o da Igreja, que está em marcha para o reino consumado e final do grande Rei, o “shabbat” ideal, previsto e simbolizado no sábado judaico, símbolo da criação e das recriações: material e humana (Gêneses 1 e 2 criação de Israel (Ex 1-20); criação do novo Israel, a Igreja (Novo Testamento), começada no primeiro dia da semana, e em processo de implantação; criação do reino eterno de Cristo, somente com o povo eleito, agora incluindo pessoas escolhidas de todas as raças, nações e tribos. Este “shabbat” final é

chamado de “o grande descanso” ou “descanso eterno”, o sábado do tempo perfeito simbolizado no número sete. No último dia da ordem atual, instaurar-se-á o tempo da incessabilidade do descanso, a cessabilidade dos nossos labores e a conclusão da obra do Criador, Redentor e Governador.

3- A velha ordem consumada em Cristo. Calvino entendia que na vinda de Cristo, o consumidor da velha ordem, o primeiro Adão da nova criação, tudo que era símbolo, tipo e figura cerimonial do que haveria de acontecer, inclusive o Sábado, e principalmente ele, signo do tempo do antigo concerto, cessou. O Messias estabeleceu um novo começo: *Ceia em lugar da Páscoa; Batismo em lugar da circuncisão; sacrifício pessoal em lugar do cordeiro substitut; lei do amor em lugar da lei estereotipada (de princípios externos) e proibitiva; justificação pela graça em lugar da justificação pela lei; Domingo em lugar do Sábado.* Vejam que tudo mudou. Para provar que estamos no tempo de Cristo, o reformador de Genebra cita Cl 2. 17: *Porque tudo isso tem sido sombra das coisas que haviam de vir; porém, o corpo é de Cristo.*

Dentre as muitas sombras tipológicas estavam os diversos sábados, incluindo o semanal (Cl 2. 16).⁶⁶

Conforme A. Gozalez, por influência puritana, a Confissão de Westminster substituiu o *sabatismo* radical do farisaísmo por um *dominguismo* exagerado, afastando, neste ponto, do calvinismo genebrino (Justo L. Gonzalez, em “Uma História do Pensamento Cristão”, vol. 3, ECC, 1ª Edição, 2004, pág. 295ss). Para Calvino, assim como o sábado foi símbolo do tempo ideal e do descanso, que se realizariam no governo de Cristo sobre sua Igreja; o Domingo é símbolo do tempo e do repouso eterno, que se efetivarão no reinado escatológico do Messias. Todo o domínio do Cordeiro com seus eleitos acontecerá no “Dia do Senhor”, o Domingo da consumação conclusiva da vitória do Filho de Deus sobre as potências do mal e do pecado, estabelecendo o reino eterno com seus eleitos; estes, livres do tentador, das tentações e dos réprobos. O Sábado foi figura do Israel vindouro: o Domingo o é da Igreja escatológica.

FONTES AUXILIARES.

- 1- Culto, Apostila do autor, 3ª edição, 1992.
- 2- Culto, Apostila do Autor, 1ª edição, 1997.
- 3- El Culto Cristiano, William D. Maxwell, Biblioteca de Estudios Teologicos. Methopress Editorial y Grafica, Buenos Aires, Arg., 1ª edição, 1993.
- 4- A Liturgia Reformada, Ensaio Histórico, Charles W. Baird, SOCEP, 1ª edição, 2001, Santa Bárbara d'Oeste, SP.
- 5- O Culto Cristão, J. J. von Allmen, ASTE, Campinas, SP, 1ª edição, 1968.
- 6- Adoração na Igreja Primitiva, Ralph P. Martin, Edições Vida Nova, SP, 1ª edição, 1982.
- 7- *Latreuo, latreia* (Λατρευω – Λτρεία), H. Strathmann, em “Theological Dictionary of the New Testament, Gerhard Kittel, vol. IV, WM. B. Eerdmans Publishing, Michigan, USA.
- 8- Adventismo do Sétimo Dia, obra do autor, inédita: sobre o Domingo.
- 9- Institutas, João Calvino, CEP, SP, 1985, 1ª Edição, Vol. II, Cap. 8, §§ 29 a 31.

DOS JURAMENTOS LEGAIS E DOS VOTOS **Capítulo XXII**

⁶⁶ João Calvino, Institutas; CEP, SP, 1ª Edição, 1985, Vol II, Capítulo 8, §§ 29 a 31

Juramento litúrgico.

XXII.1- *O juramento, quando lícito, é uma parte do culto religioso¹ pelo qual o crente, em ocasiões necessárias e com toda a solenidade, toma Deus por testemunha do que assevera ou promete; pelo juramento ele invoca a Deus para julgá-lo segundo a verdade ou falsidade do que jura². Ref.:*

- 1- Dt 10.20.
- 2- II Co 1. 23; II Cr 6. 22,23; Ex 20. 20. 7.

Síntese.

Juramento no mundo antigo era indispensável.

Não se deve jurar levemente em nome de Deus.

Jura-se na confissão e na consagração.

Jura-se na profissão de fé e nos matrimônios.

Juramento nos tempos antigos

Nas sociedades primitivas, quando não havia documentos escritos, não existiam autenticações de textos nem reconhecimento de firmas, os contratos firmavam-se exclusivamente em três bases de confiabilidade e segurança: A palavra dos contratantes; o testemunho de duas ou mais pessoas; o aval da divindade invocada, que era muito temida e respeitada, pois se acreditava na existência de seres anímicos, incorporados à natureza, que controlavam a vida e os atos dos seres humanos. Ao deus requisitado competia: testemunhar o juramento contratual; castigar, se fosse o caso, o responsável pela quebra do pacto; conceder a bênção requerida, quando se tratasse de promessa ou voto.

O Deus de Israel, que é o mesmo dos cristãos, não somente assegurava e garantia os pactos bi ou multilaterais de seus eleitos nas relações interpessoais, quando os votos, promessas e juramentos eram feitos em seu nome, mas ele mesmo pactuou com o seu povo, gerando, por meio da aliança, benefícios como: constituição de uma nação teocrática, filiação divina, proteção da graça, bênção da redenção, dependência dos escolhidos e submissão ao Rei dos reis. Os testamentos de Deus consubstanciam-se no pacto da graça, firmado conosco na pessoa de Cristo Jesus, segundo os seus eternos propósitos, ao qual é rigorosamente fiel, requerendo também fidelidade de sua Igreja por meio de ordenanças, leis, ensinamentos e orientações das Escrituras Sagradas, onde sua vontade se expressa com clareza e objetividade.

Juramento leviano

Há pessoas, até cristãos, que juram em nome de Deus; e o fazem, cremos, impensadamente, por mero hábito. Frequentemente se ouve: “juro por Deus que não falei isso”; “quero que Deus me castigue se fiz tal coisa”; “quero que Deus me mate se não fizer o que prometi”. Por tais juramentos, geralmente não cumpridos, convoca-se Deus como testemunha, sem levar a sério a gravidade do prometido. Lembrem-se do mandamento: *Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão, porque o Senhor não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão (Ex 20. 7).* Um filho de Deus, que respeite realmente o seu Pai, não lhe toma o nome em vão, especialmente em alocações de juramentos como as mencionadas, porque Deus não inocenta aquele que toma o seu santo nome em vão.

Juramentos oracionais

Na confissão. Quando confessamos nossos pecados estamos, implícita e explicitamente, jurando que nossa confissão é plena e sincera, que não estamos omitindo de Deus, deliberadamente, nenhum ato pecaminoso. Ao confessarmos um pecado, firmamos diante do Salvador o propósito de não repeti-lo. Voltando-se à prática do mesmo delito confessado, tomamos o nome de Deus em vão, o que não deve acontecer com um servo realmente sincero.

Na consagração. Na liturgia do culto, mesmo à ordem do dirigente litúrgico, se o crente promete consagração no serviço, no testemunho e na dizimação, sem levar a sério o juramento, sem real propósito de cumpri-lo, tomou o nome de Deus em vão. A Deus, e em seu nome, prometeu; tem de cumprir, para não incorrer em ofensa a Deus, sujeitando-se à justiça divina.

Juramentos sacramentais

No Batismo. Os votos pactuais com Cristo e com sua Igreja, que o candidato ao batismo faz por ocasião da profissão de fé, se descumprido, o batizando jurou falso, vindo a tomar o nome de Deus em vão, pois prometeu fidelidade ao Redentor, mas não deu cumprimento ao prometido. Profissão de fé não é brincadeira. Com Deus não se brinca.

Na Santa Ceia. Pelo ato de participação na Ceia do Senhor o comungante reafirma diante de Deus e de sua Igreja o pacto da graça pelo qual prometeu ser fiel a Cristo até a morte, aceitar e obedecer a Palavra Deus, acatar e respeitar as autoridades constituídas da Igreja, enquanto estas se mantiverem submissas ao testamento do Cordeiro e aos nossos símbolos de fé. Especialmente o vinho, rememora a nova aliança firmada por Deus com seus eleitos mediante o seu Filho Amado, nosso Senhor Jesus Cristo, solenemente aceita, confirmada confessionalmente e estabelecida por ocasião do batismo do comungante. Quem toma a Ceia do Senhor, renova o pacto, que não pode ser quebrado. Portanto, não se comunga sem acurado exame introspectiva, sem nítido discernimento do corpo de Cristo: sua união mística com seus redimidos (I Co 10. 16,17; I Co 11.27-29). A Ceia do Senhor não é uma formalidade litúrgica; é restabelecimento do pacto da graça, uma renovação mais que memorativa, em nossa alma e mente, da operação vicária de Cristo em favor do comungante regenerado e nele aplicada sem solução de continuidade pelo Espírito Santo. Portanto, o momento de comunhão eucarística é o mais sério, mais profundo, mais solene e mais beatificante na vida do membro da Igreja de Cristo. Quem não toma a Ceia com piedade, contrição, reverência e honesta consagração, toma o nome de Deus em vão.

Juramentos ministeriais

Presbíteros e diáconos, na ordenação, juram, diante da Igreja, fidelidade a Cristo, às Escrituras Sagradas, às doutrinas contidas nos símbolos de fé, às autoridades eclesiais locais e nacionais, além de prometerem zelo e consagração ministeriais. Quando esses ministros se afastam da linha eclesial de sua Igreja, desconsiderando, ou mesmo renegando, seus princípios doutrinários, disciplinares, éticos, governamentais e litúrgicos, ab-rogam os juramentos, incorrendo no pecado do juramento não cumprido.

Pastores, ao serem ordenados, fazem o mesmo juramento dos ministros regentes, prometendo ainda: a- Fidelidade absoluta às Escrituras Sagradas na pregação e no ensino. b- Dedicção exclusiva ao ministério pastoral. c- Consagração, amor, compreensão, tolerância e entrega de si mesmo no pastoreio das ovelhas de Cristo entregues aos seus cuidados pastorais. Tudo isso ele promete com a mão direita sobre a Bíblia, e muitas vezes não cumpre. Os juramentos ministeriais estão se transformando

em rituais litúrgicos formais, vazios, inteiramente despidos de conteúdos sacros e responsabilização permanente dos ordenandos. Estamos brincando com Deus; transformando em festa ordenatória um responsabilíssimo mandato divino, um juramento seríssimo.

Juramentos matrimoniais

O casamento, para os reformados, não é um sacramento, no sentido estrito do termo, mas um ato sagrado, realizado por um ministro ordenado, conforme estatui a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil no seu Artigo 31, letras “b” e “c”. A família é uma instituição divina, especialmente para os filhos de Deus em Cristo Jesus, confraternizados na prole de Cristo, a Igreja. Jesus diz que os cônjuges que Deus ajunta o homem não separa (Cf Mt 19. 4-6). A união conjugal dos filhos da promessa é uma determinação divina, efetivada pela Igreja de Cristo por meio do ritual solene e respeitoso do matrimônio, oportunidade em que o casal promete, tendo Deus por testemunha, mútua fidelidade até que a morte os separe, selando o pacto nupcial com as alianças nos respectivos anulares das mãos esquerdas. Este juramento, devidamente selado, feito perante o instituidor da família por servos e filhos seus, não pode ser quebrado, pois implicaria em anulação do juramento, que Deus não tolera e, portanto, não perdoa. Casamento de filhos da graça é coisa seríssima, devendo ser permanente com base no amor, no perdão, na compreensão, na consideração recíproca, no respeito mútuo. Deus mantém o matrimônio, pois os que ele ajunta o homem não separa, isto é, decisões humanas não prevalecem sobre as de Deus. O casamento dos filhos de Deus é indissolúvel.

Juramentos judiciais

Nas reuniões disciplinares (tribunal), o acusado, sob mandato do Conselho, coloca a mão sobre a Bíblia, fazendo o seguinte juramento: *Juro dizer somente a verdade, nada além da verdade*. Muitas vezes o indiciado ou réu, depois de jurar com a destra sobre a Palavra de Deus, mente descaradamente, e sem nenhum remorso. Um pastor, cujo nome omitirei, foi flagrado, à noite, aos abraços e beijos com uma ovelha casada, que confessou espontaneamente, oral e por escrito, que mantinha relações sexuais com o referido ministro. Este, depois do juramento solene com a destra sobre as Escrituras, negou tudo. O presidente do tribunal, diante da negação do fato irrecusavelmente comprovado nos autos, perguntou-lhe: O senhor jura por Deus estar dizendo a verdade? -Resposta: JURO. A manutenção do “emprego” pastoral foi mais forte que a fidelidade a Deus. O crente verdadeiro, no entanto, quando apanhado em falta, mesmo com dano próprio, cumpre o juramento perante o Conselho. Tenho presenciado casos assim. Louvado seja Deus pelos pecadores sinceros!

Juramento em nome de Deus.

XXII.2- *O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, nome que se pronunciará com todo o santo temor e reverência¹; jurar, pois, falsa ou temerariamente por este glorioso e tremendo nome ou jurar por qualquer outra coisa é pecaminoso e abominável²; contudo, como em assuntos de gravidade e importância o juramento é autorizado pela Palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento como sob o Velho; o juramento, sendo exigido pela autoridade legal, deve ser prestado com referência a tais assuntos³. Ref.:*

1- Dt 6.13.

2- Jr 5.7; Tg 5. 12; Mt 5. 37.

- 3- I Rs 8. 31,32; Ed 10.5; Mt 26. 63,64.

SÍNTESE

Juramento do servo em nome de seu Senhor.

Juramento diante da justiça eclesiástica.

Juramento diante da justiça secular.

Juramento em nome de Deus

Deus é o único absolutamente confiável, essência da verdade, da justiça e da retidão. O homem, em contrapartida, é falho por natureza e limitado em conhecimento e percepção das coisas, dos fatos e dos seres; sendo, conseqüentemente, incapaz de ver e perceber a realidade com precisão e veracidade. Deus, como onisciente testemunha do acontecimento, e conhecendo o interior e a intenção do servo jurador, as palavras deste podem não traduzir exatamente o ocorrido, mas o Senhor confirmará o seu depoimento, prestado sob juramento, porque presenciou não somente o feito, a sua circunstancialidade, mas viu com nitidez os antecedentes e os conseqüentes, quando gerados e efetivados nas consciências e nas conseqüências. Ninguém é melhor testemunha do filho da graça que seu Pai celeste. Por esta causa, as Escrituras recomendam que o crente, quando instado, e for imprescindível, jure, mas exclusivamente em nome de Deus (Dt 6. 13); em nenhum outro nome ou por qualquer outra coisa (Tg 5. 12).

Juramento diante do mundo

Na Igreja primitiva muitos cristãos foram condenados à morte, depois de instados a confessarem a fé em Cristo diante dos poderes estatais. Não negaram, pagando com a vida a fidelidade ao Salvador. Nos sombrios tempos da inquisição, judeus e cristãos foram queimados, mas não renegaram suas crenças. Os poucos que se acovardaram; uns foram reduzidos a cristãos novos, outros humilhados e deserdados da crença e dos bens. Hoje, não somos levados aos tribunais por causa de nossa fé, mas, para mantermos empregos e amizades, ocultamos, e até negamos, aquele em quem, no círculo privado da Igreja, afirmamos crer e a quem obedecer em quaisquer situações; entretanto, quebramos, vergonhosamente, o juramento confessional. Uma ovelha de Cristo, freqüentemente, para não ficar desempregada, submetendo a família a privações financeiras seríssimas, executa ou oculta mentiras de conveniências comerciais do patrão ou os “truques” desonestos da empresa. E alguns ainda têm a desfaçatez de dizerem que “são mentiras necessárias”, “indispensáveis à sobrevivência”.

O mais difícil juramento é aquele prestado por testemunha cristã nos tribunais contra ladrões, homicidas, latrocidias, seqüestradores, estupradores, traficantes e falsificadores. Sua vida, num país em que a testemunha não tem proteção do Estado, fica à mercê dos “vingadores” do bandido que, geralmente, se julga “prejudicado”. Em tais situações, o crente precisa ter muita coragem, determinação, desprendimento e confiança em Deus. Estamos vivendo, especialmente nos bairros violentos, “a lei do silêncio.” Premidos pelo medo, as pessoas, ao ocultarem um crime, tornam-se coniventes por omissão . Em defesa da própria vida e da família, até os servos de Deus silenciam-se diante das injustiças, permitindo que criminosos, que assassinaram pessoas inocentes e honradas, fiquem em liberdade; e pior, cometendo outros assassinatos. Quando arrolado como testemunha, e tendo, realmente, presenciado o delito, o crente não pode mentir. Mentindo, peca duas vezes: usa o instrumento do Diabo, a mentira; e ainda pratica juramento falso.

O juramento honesto

XXII.3- *Quem vai prestar um juramento deve considerar refletidamente a gravidade de ato tão solene e nada afirmar de cuja verdade não esteja plenamente persuadido, obrigando-se declarar tão somente o de que está convencido ser a verdade, justo e bom, e aquilo que pode e está resolvido a cumprir. É, porém, pecado recusar a prestar juramento concernente a qualquer coisa justa e boa, sendo ele exigido pela autoridade legal¹. Ref.:*

1- Jr 4. 2; Gn 24. 2,3,9; Ne 5. 12.

Síntese.

Omissão de testemunho, um mal moral.

Testemunho despido de interesses.

Omissão de testemunho

O servo de Deus que, sendo testemunha ocular ou auditiva de um crime, e, por receio, medo ou comodidade, não querendo envolver-se em questão alheia ou não desejando envolver-se em complicações, permitindo que o criminoso fique impune, torna-se participante, conscientemente ou não, da injustiça imposta aos familiares da vítima em virtude da não penalização do assassino. O criminoso, pela omissão da testemunha, pode permanecer em liberdade, pronto para praticar outros delitos do mesmo jaez ou até piores, de conseqüências mais graves. O ocultamento da verdade, neste e em outros casos, é pecaminoso. Não denunciar um crime ou não depor, honestamente, contra um homicida, significa cometer delito de omissão, o que um crente não deve fazer. Quem omite denúncia ou testemunho contra um assassino, colabora com ele no ato criminoso.

Em suma: quando convocado para depor perante o delegado ou juiz, o servo de Cristo tem o dever de dizer a verdade. Não sendo convocado, mas conhecendo o crime e sabendo identificar o seu autor, o crente pode usar o recurso legal da “denúncia anônima”, preservando sua integridade física, mas sem deixar de denunciar o criminoso.

Testemunho verdadeiro

Não se pode nem imaginar um cristão sincero, que oculte crime ou preste testemunho falso para livrar do cárcere parentes e amigos ou para ser pessoalmente beneficiado por homicidas, ladrões ou traficantes de maior ou menor periculosidade. O falso testemunho jamais deve estar na mente e nos lábios de um servo de Cristo: “fazer justiça ao semelhante” é fácil; o difícil, mas necessário, “é cortar a própria carne”.

Juramento sob os ditames da consciência cristã.

XXII.4- *O juramento deve ser prestado conforme o sentido comum e claro das palavras, sem equívoco ou reserva mental¹. Não obrigar a pecar; mas, sendo prestado com referência a qualquer coisa não pecaminosa, obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura². Não deve ser violado, ainda que feito a hereges ou infiéis³. Ref.:*

1- Sl 24. 4; Jr 4. 2.

2- Sl 15. 4.

3- Ez 17. 16,18.

Síntese.

O juramento deve ser claro, sem subterfúgios.

Não deve ser por coação.

Não pode ser violado.

Juramento claro

Quem presta juramento de quaisquer naturezas (profissionais, conjugais, confessionais) deve ter a consciência limpa diante da graça de que jura sobre coisa, fato ou profissão não ofensivos a Deus, não contradizentes da vontade revelada do Salvador, não comprovantes falsos de inverdades e injustiças. Um cristão, mesmo formalmente, não deve prestar juramento em nome de deuses mitológicos como, por exemplo, Esculápio, a divindade ícônica e simbólica da medicina. Um crente, sendo fiel a Deus e às Escrituras, não pode, a não ser que traia o seu Senhor e a sua consciência cristã, jurar fidelidade e submissão a uma organização ou partido, que seja incompatível com os pressupostos bíblicos e os princípios cristãos.

Juramento sob coação

Um cristão não deve jurar falso, mesmo estando prisioneiro, sob coação, pressão e tortura. Soube de um irmão presbiteriano que, voltando da cidade para sua residência rural, foi visto, em horas avançadas da noite, nas proximidades de um local, onde, no mesmo dia e horário, houvera um assassinato. Foi detido como suspeito e, porque negava o crime ou participação nele, submeteram-no a torturas incríveis. Ele, porém, não jurou falso, mesmo sofrendo horrores injustamente; enquadrando-se no que diz a Palavra de Deus: *O que, a seus olhos, tem por desprezível ao réprobo, mas honra aos que temem ao Senhor; o que jura com dano próprio, e não se retrata (Sl 15. 4).*

Juramento inviolável

Um juramento, quer prestado a um pastor do rebanho ou diante de um tribunal eclesiástico, não pode ser violado tanto por aquele jurou como por quem ouviu o juramento. A violação, em alguns casos, pode converter-se em execração da pessoa atingida, o que não deve acontecer na comunhão fraternal dos filhos de Deus.

Juramento promissório.

XXII.5- *O voto é da mesma natureza que o juramento promissório; deve ser feito com o mesmo cuidado religioso e cumprido com igual fidelidade¹. Ref.*

1- Ec 5. 4-6; Sl 66. 13,14; Sl 61, 8; Dt 23. 21,23.

Síntese.

O voto feito a Deus tem de ser cumprido.

O voto do servo de Deus

O crente não deve prometer nada a Deus que não possa cumprir, pois o prometido tem de, rigorosamente, ser realizado: *Quando a Deus fizeres algum voto, não tardes a cumpri-lo; porque ele não se agrada de tolos. Cumpre o voto que fizeres. Melhor é que não votes do que votes e não cumpras. Não consintas que a tua boca te faça culpado nem digas diante do mensageiro de Deus que foi inadvertência; por que razão se iraria Deus por causa da tua palavra, a ponto de destruir as obras das tuas mãos? (Ec 5. 4-6).*

Quando fizeres algum voto ao Senhor teu Deus, não tardarás em cumpri-lo; porque o Senhor teu Deus certamente o requererá de ti, e em ti haverá pecado. O que

proferiram os teus lábios, isso guardarás, e o farás, porque votaste livremente ao Senhor teu Deus o que falaste com a tua boca (Dt 23. 21,23).

Todas as promessas de Deus a nosso favor são cumpridas. Por que, sendo filhos, não cumprimos os votos feitos ao nosso Pai? É melhor não votar do que, votando, não cumprir fielmente o que votou.

Em nome do Justo Senhor e a ele não se prometem coisas injustas, não se jura sobre fatos iníquos, atos criminosos pretendidos. A retidão é a base do relacionamento com o retíssimo Rei dos reis. Deus é verdade, justiça e amor, jamais podendo ser protagonista de promessas pecaminosas, moral e espiritualmente ofensivas ao seu caráter e à sua dignidade.

Voto exclusivamente a Deus.

XXII.6- *O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas somente a Deus¹; para que seja aceitável, deve ser feito voluntariamente, com fé e consciência de dever, em reconhecimento de misericórdias recebidas ou para obter o que desejamos. Pelo voto obrigamo-nos mais restritamente aos deveres necessários ou a outras coisas, até onde ou quando elas conduzirem a esses deveres². Ref.:*

1- Sl 76. 11.

2- Sl 50. 14; Gn 28. 20-22.

SÍNTESE

O voto exclusivamente a Deus mostra a dependência do promitente.

O voto pode ser de gratidão, petição ou conquista.

Voto exclusivamente a Deus

O servo, quando inteiramente dependente, não possui outra base de apoio e de apelação, senão o seu Senhor de quem é escravo, nada possuindo para si mesmo, nem sequer o direito à própria vida. Na condição de absoluta dependência e de exclusiva servitude, o *doulos* de Deus não pode socorrer-se de outro senhor, a quem não deve submissão irrestrita. Semelhante atitude seria traição a Deus, desvio de caráter e rebeldia da parte de quem é “propriedade privativa” de um único Senhor, Jesus Cristo. Portanto, não se admite um filho de Deus, um servo do Messias, votar, isto é, jurar ou fazer promessa a outras pessoas ou poderes. O filho de Deus tem somente o seu Pai celeste como autoridade absoluta e específica sobre ele, seu fórum de apelação nos casos difíceis; alguns podendo ser até humanamente insolúveis. Quem está sob a estrita autoridade de Deus, somente a ele pode prometer, por ele jurar ou a ele fazer voto. Por outro lado, O Criador, além de onipotente, é dono de sua obra criada, dela dispendo sempre como bem lhe aprouver; sendo, portanto, credenciado, mais que outro qualquer, para ser o sujeito, o objeto, o alvo e a testemunha de nossos juramentos, promessas e votos. Deus é Senhor de tudo e de todos; nós, os redimidos de seu Filho, somos dele, não apenas nominalmente, mas realmente.

Voto de gratidão

O servo de Deus, ao reconhecer o recebimento de uma grande bênção, seja no campo espiritual, moral, físico ou financeiro, pode demonstrar tal gratidão, prometendo fazer algo pela obra do Evangelho, da Igreja ou dos carentes da comunidade. O prometido pode ser de doação especificada ou dedicação permanente como, por exemplo, consagração ao ministério da edificação ou da evangelização. Cumprindo a promessa, o crente estará servindo ao próprio Deus. Não se faz voto para servir-se a si

mesmo nem para benefícios egoístas do votante ou de sua família. O voto é um compromisso cúltico, visando o serviço glorificador de nosso Pai celeste.

Voto de petição e de conquista

O voto de petição, no fundo, encerra gratidão preanunciada. Pedimos alguma coisa a Deus, especialmente quando o objeto da petição foge à capacidade humana de provimento ou solução. Por exemplo, em caso de doença grave, o servo de Deus pede-lhe a cura, prometendo cultuar-lhe com alguma doação à Igreja, dedicação ou consagração pessoal a um determinado ministério. Vindo acontecer a cura, o servo promitente não pode deixar de cumprir o voto promissivo. Eis o registro escriturístico de um voto peditório: *Fez também Jacó um voto, dizendo: Se Deus for comigo, e me guardar nesta jornada que empreendo, e me der pão para comer e roupa que me vista, de maneira que eu volte em paz para casa de meus pais, então o Senhor será o meu Deus; e a pedra, que erigi por coluna, será casa de Deus; e de tudo quanto me concederes, certamente eu te darei o dízimo (Gn 28. 20-22).* Tudo que Jacó pediu, Deus concedeu. Tudo que ele prometeu no voto promissivo, cumpriu. Assim deve proceder todo servo de Deus, quando realmente fiel.

O voto de conquista, que pode ser de naturezas diversas, revela o reconhecimento da fragilidade humana diante dos desafios propostos e os obstáculos, alguns humanamente intransponíveis, na estrada a ser percorrida para se chegar aos objetivos almejados, ao ideal concebido no projeto de luta para a vitória final. Diante de tais barreiras, todas com graus imensos de dificuldades, o crente pede a Deus para socorrê-lo, prometendo recompensar a bênção da conquista, se recebida, com algo oferecido à divindade, que glorifique e santifique seu nome diante das pessoas de seu relacionamento: universo relacional do promitente. Não se votam coisas absurdas, moral e espiritualmente injustificáveis, mas as que agradem ao Redentor por causa da veracidade, honestidade, bom senso e propósitos do prometido mediante voto.

Nenhum juramento contra os preceitos bíblicos.

XXII.6- *Ninguém deve prometer fazer coisa alguma que seja proibida na Palavra de Deus ou que embarace o cumprimento de qualquer dever nela ordenado, nem o que não está em seu poder cumprir e para cuja execução não tenha promessa ou poder de Deus¹; por isso, os votos monásticos, que os papistas fazem, de celibato perpétuo, pobreza voluntária e obediência regular, em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de laços supersticiosos e iníquos com os quais nenhum cristão deve embaraçar-se. Ref.:*

1- At 23. 12; Mc 6.26; I Co 2. 9; Ef 4. 28; I Ts 4. 11,12; I Co 7. 23.

Síntese.

O que a Palavra de Deus proíbe, o cristão não pode prometer.

A Igreja não pode gerar juramentos incompatíveis com as Escrituras e com a ordem natural.

Votos contra a Palavra de Deus

As Escrituras Sagradas são, para os servos de Cristo, regras exclusivas de fé e normas de conduta espiritual, moral e social. O crente, portanto, fica impedido, em razão de sua fidelidade aos ensinamentos escriturísticos, de fazer quaisquer juramentos que firam as verdades reveladas ou a elas se oponham. Por exemplo, a Bíblia condena radicalmente a idolatria iconificada em imagens ou idealizada, a adoração da criatura

em lugar do Criador. Fazer, portanto, promessas, algumas absurdas e até ridículas, a santos figurados materialmente em ícones bentos ou não, é pecaminoso, por ferirem frontalmente a vontade de Deus revelada nos escritos sagrados: *Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima no céu, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra; não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu, o Senhor teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos (Dt 5.7-10).*

Guardai, pois, cuidadosamente vossas almas, pois aparência nenhuma vistes no dia em que o Senhor vosso Deus vos falou em Horebe, no meio do fogo; para que não vos corrompais, e vos façais alguma imagem esculpida na forma de ídolo, semelhança de homem ou de mulher (Dt 4. 15,16).

Guardai-vos; não vos esqueçais da aliança do Senhor vosso Deus, feita convosco, e vos façais alguma imagem esculpida, semelhança de alguma coisa que o Senhor vosso Deus vos proibiu (Dt 4. 23).

O que Deus proíbe, o seu servo (escravo) não pode fazer.

Votos criados e impostos pela Igreja

Nenhum juramento deve ser feito contra a revelação divina expressa nas Escrituras ou contra a ordem natural estabelecida por Deus no ato da criação. Deus criou os sexos, masculino e feminino, e instituiu o casamento entre um homem e uma mulher. Fere o mandato matrimonial de Deus a deliberação da romanismo, contra o imperativo divino do matrimônio, que estabeleceu o voto clerical monástico do celibato. As decisões pessoais e individuais de não se casarem, respeita-se, podendo até mesmo serem tomadas como votos privativos, restritivos e limitativos, para maior e melhor liberação missionária. O que não se toleram são os dogmas impositivos, firmados na autoridade legalista da Igreja, impingindo, com anuência condicionada, ao clero ordenado e às ordens monásticas votos como o do celibato, da castidade permanente, da pobreza e da obediência absoluta às ordenanças da Igreja, mesmo que esta labore contra os pressupostos pertinentes das Escrituras Sagradas. O pior, talvez o mais grave, é que a mesma Igreja que impõe o voto de pobreza aos seus ministros ordenados e religiosas leigas, amealha fortunas, sendo proprietária de bancos e até de um Estado, com rendimentos próprios, cujas reais prestações de contas o mundo desconhece. E mais, cobra as missas celebradas, isto é, sacrificam Cristo incruentamente por dinheiro; e ainda se aproveita da “generosidade do Estado” para reformar e construir templos. O mesmo dinheiro público que levantou o Palácio da Alvorada, as casas congressuais, os edifícios ministeriais e judiciais, levantou também a Catedral de Brasília, posta a serviço de uma só fé religiosa, menosprezando as outras.

Pobreza e humildade do clero; riqueza e fausto da Igreja!.

As Escrituras não ordenam claramente o celibato, a castidade permanente e a pobreza do clero. Também não determina, em caráter de obrigação eclesiástica, a existência de ordens religiosas mendicantes. Tudo isso é muito estranho à Palavra de Deus. Tais votos, que aberram da natureza e contrariam princípios revelacionais, os cristãos evangélicos não devem fazer nem a eles submeterem-se.

Nada de juramentos, promessas e votos absurdos, contrários às Escrituras e aos primados da natureza como, por exemplo, o celibato.

FONTES AUXILIARES

- 1- Juramentos, J. G. S. S. Thomson, O Dicionário da Bíblia, Junta Editorial Cristã, Edições Vida Nova, SP, vol. II.
- 2- Voto, E. E. Ellis, O Dicionário de Teologia, Junta Editorial Cristã, Edições Vida Nova, SP, vol. III.
- 3- Jurar, Juramento, H. G. Link, Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, Edições Vida Nova, SP, vol.II, 1ª Edição, 1982.
- 4- Juramento, P. Van Imschoot, Dicionário Enciclopédico da Bíblia, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1992 (Vol. Único).
- 5- Oaths, M. H. Pote, The Interpreter's Dictionary of the Bible, K a Q, Abingdon Press, N, York, 1957.
- 6- Ευχομαι – ευχη, Greifswad Heinrich Greeven, Theological Dictionary of the New Testament, Kittel, vol. II, Eerdmans Publishing Company, Michigan, USA, 10ª Edição, 1980.

DO MAGISTRADO CIVIL

Capítulo XXIII

O Duplo Governo de Deus.

XXIII.1- *Deus, o Senhor supremo e Rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis que lhe são sujeitos, e a este fim, os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfetores. Ref.:*

- 1- Rm 13. 1-4; I Pe 2. 13,14.

Síntese.

O duplo governo de Deus: o geral, sobre o mundo; o especial, sobre a Igreja.

Segurança pública e defesa estatal.

Promoção dos bons e castigo dos maus.

O Governo Geral de Deus

Deus não somente é o Criador de todas as coisas, mas também, e eficientemente, governa a humanidade, a natureza e o universo. Nenhuma autoridade assume o poder, senão pela vontade imperativa, diretiva ou permissiva de Deus. Pilatos, diante do Filho de Deus, temporariamente submetido ao seu poder e arbítrio, pensou que o poder que exercia emanava dele mesmo ou provinha do magistrado superior de Roma, mas o Divino Mestre mostrou-lhe que sua autoridade era, na verdade, uma concessão de Deus:

Então Pilatos o advertiu: Não me respondes? Não sabes que tenho autoridade para te soltar, e autoridade para te crucificar? Respondeu Jesus: Nenhuma autoridade teria sobre mim, se de cima não te fosse dada; por isso, quem me entregou a ti, maior pecado tem (Jo 19. 10,11). O mesmo princípio defende Paulo:

Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas (Rm 13. 1 cf I Pe 2. 13,14). Não são, portanto, as vontades humanas que elevam e derrubam governantes; constituem e destituem governos; levantam e fazem desaparecer povos, nações e civilizações. A mão de Deus, que dirige a história da humanidade, faz tudo isso.

Governo Especial de Deus

Neste mundo, Deus introduziu o seu povo, congregado na Igreja; salvo, separado e governado por Cristo Jesus. O cristão, em decorrência da dupla cidadania, a terrestre e a celeste, está sob jurisdição das autoridades civis e sob controle do Criador. Cada país tem sua constituição federal, mas a Igreja deixa-se gerir pelas Escrituras Sagradas, sua regra de fé e norma de comportamento. Além das normas estabelecidas pela revelação dos estatutos bíblicos, o cristão é dirigido diretamente por Cristo mediante o Espírito Santo, que nele habita, mas o Espírito não age contra os postulados da revelação bíblica nem leva o crente, por ele dirigido, a fazê-lo.

Defesa Estatal e Segurança Pública

O mal, a maldade e a malignidade estão inseridos na sociedade, fazendo parte da vida de cada cidadão. Por causa disso, Deus permite a “espada”, isto é, um poder armado, capaz de conter ou reprimir o crime, e um exército suficientemente forte, poderoso o bastante para prevenir invasões, rechaçá-las, se ocorrerem, e intimidar agressões esporádicas ou sistemáticas. Paulo justifica as forças armadas, argumentando que elas foram instituídas por Deus para que as pessoas de bem não sejam destruídas:

Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e, sim, quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem, e terás louvor dela; visto que a autoridade é ministro de Deus para o teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ele traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal (Rm 13.3-5).

O servo de Deus, portanto, pode alistar-se nas instituições policiais e nas forças armadas. No exercício de suas funções, e em defesa da sociedade ou da pátria, pode andar armado, mas não deve, jamais, valer-se do poder militar para humilhar as pessoas ou praticar injustiças.

Promoção dos Bons e Castigo dos Maus

A justiça deve estar a serviço dos cidadãos honestos e honrados, mas agir com rigor contra os perversos, os indignos e os indesejáveis à sociedade em virtude da corrupção e da depravação sociais que causam. Tão necessários são à sociedade as casas de detenções, as delegacias e os tribunais como os hospitais, as escolas e as igrejas. Os conturbadores e perversos da ordem social devem ser retirados da sociedade pelo tempo que a justiça determinar, segundo a gravidade do delito que cometerem, mas ela deve também trabalhar para recuperá-los moralmente, profissionalizá-los e ressocializá-los. Os irrecuperáveis, aqueles de absoluta periculosidade, devem ser mantidos fora da sociedade, mas humanamente tratados e preservados. Não se pode pagar o mal com o mal. Prisão não pode ser a “vingança” do Estado, mas a forma, embora dolorosa, de preservação da ordem social e das vidas humanas. Os que são “ameaças” à integridade física, à moral, à liberdade, à dignidade, à família e ao patrimônio, devem ser retirados temporária ou definitivamente, se são ou não recuperáveis. A cadeia deve redundar em bem para o próprio preso, jamais para o seu mal, a sua degradação.

O Cristão na Magistratura

XXIII.II- *Aos cristãos é lícito aceitar e exercer o ofício de magistrado, sendo para ele chamados¹; e em sua administração, como devem especialmente manter a piedade, a justiça, e a paz, segundo as leis salutaras de cada Estado², eles, sob a dispensação do*

Novo Testamento e para conseguir esse fim, podem licitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias³. Ref.:

- 1- Pv 8. 15,16.
- 2- Sl 82.3,4.
- 3- Rm 13. 1-4; Lc 3. 14; Mt 8.9; At 10.1,2.

Síntese.

Ao cristão Deus permite o exercício da magistratura.

Um magistrado cristão pode declarar guerra justa, tanto de defesa como de ataque.

O cristão no poder

Magistratura, no entendimento da Confissão de Fé, é o múnus público, o poder individual ou coletivo, de governar, de formular a Constituição Federal, de fazer e executar leis, compendiadas em códigos, segundo o objetivo e a natureza de cada sistema legal e seguimento social. Desta maneira, temos na magistratura de cada país: governantes, legisladores e juizes, atuando nos tronos reais, nas tribunas judiciais, nas câmaras (de deputados e senadores) e nos tribunais de instâncias hierarquizadas. Os poderes de defesa nacional e de segurança pública (militar e policial), derivam da magistratura central e a ela subordinam-se.

Deus, no Velho Testamento, constituiu para si uma nação, dando-lhe governantes; primeiramente juizes, que eram ministradores da justiça; depois, reis com poderes absolutos. Hoje, na dispensação da graça, Deus não tem um povo específico, mas possui uma Igreja composta de membros de todos os povos e nações. Estes, como parte da humanidade e no exercício da cidadania civil, têm o dever de, quando se lhes oferecerem oportunidades, assumirem o poder público em quaisquer níveis e especificações, levando para o coração da magistratura a ética cristã, que se caracteriza pela honestidade, honorabilidade e fidelidade à verdade e à justiça que, por natureza, é indiscriminatória, equilibrada e sempre posta a serviço do bem comum e à defesa dos fracos e injustiçados. O crente no poder tem de servir a Deus, servindo com lisura e eficiência a sua pátria.

O caminho para se chegar à magistratura, no que se refere ao cristão, não pode ser o do suborno, o do engodo, o da influência monetária, o do ataque, sem motivo justificável, aos concorrentes, nem o da negação, renúncia, distorção ou apostasia de sua fé evangélica. A Igreja é separada do Estado, e esta separação deve ser mantida em virtude da salubridade democrática. O governante crente não pode priorizar o seu credo em detrimento de outros e dos não-cristãos. A nação é um corpo de eleitos e réprobos, mas que pode e deve ser governada, em seus múltiplos aspectos magistraturais, por autênticos servos de Deus, que coloquem o poder e a justiça a serviço de todos, sem discriminação, exatamente como faz o seu Senhor, o *Pai celeste, que faz nascer o seu sol sobre maus e bons, e vir chuvas sobre justos e injustos (Mt 5. 45)*.

A nação é leiga. Algumas, porém, professam, oficialmente, determinada fé, impondo-a, direta ou indiretamente, aos seus cidadãos. Este tem sido o procedimento do Brasil, legalizando “dias santos” de padroeiros e padroeiras, fazendo um país religiosamente multicredal, parar as suas atividades com prejuízos econômicos incalculáveis para a nação: Feriado nacional de N. S. Aparecida e feriados estaduais e municipais santolátras; além do “feriado nacional” de Corpus Christi, o Cristo transubstanciado. Todas essas paralizações idólatras são todos estabelecidos por lei, ferindo frontalmente nossa constituição. O Estado brasileiro é falsamente leigo.

A guerra justa

Deus permitiu que seu povo, Israel, empreendesse guerras, tanto as de conquista, começando pela dominação da Terra da Promissão, como as de defesa contra vários invasores. Um magistrado cristão tem a obrigação cívica de defender sua pátria, de proteger o seu povo. Precisa, no entanto, ser prudente para não envolver seu país em conflitos internacionais de objetivos ilícitos ou cujas razões sejam inconfessáveis.

O mundo confederou-se por meio de tratados internacionais de não-agressão ou de defesa comum das soberanias e das integridades dos povos. As duas questões pelas quais as beligerâncias têm acontecido no seio das nações, e as intromissões dos mais potentes em soberanias nacionais impotentes são: Religião e economia. Motivos religiosos provocaram conflitos bélicos crudelíssimos ao longo da história. Objetivos econômicos têm provocado invasões, colonizações e dominações injustas de pátrias belicosamente indefesas e financeiramente fragilizadas. Um governante cristão não deve prestar-se a tais injustiças, superfortalecendo os mais fortes e miserabilizando os que já eram fracos. As ditaduras despóticas não podem ressurgir. Ressurgindo, têm de ser combatidas em benefício da paz, da igualdade social, do bem estar dos povos e dos indivíduos.

Para o cristão não existe guerra santa, mas há guerra justa. Todos os esforços devem ser feitos para evitar a guerra. Porém, se for inevitável, e o alvo for a preservação da soberania nacional ou a manutenção da paz mundial, que se envolva em confronto bélico. Cumpre ao Estado estabelecer e defender os direitos fundamentais do homem: Direito à vida, ao trabalho, à saúde, à educação, à moradia; à liberdade de expressão, de locomoção e de religião, bem como a igualdade perante a lei.

A Igreja de Cristo num Estado leigo.

XXIII.3- *Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do Reino do Céu, nem de modo algum intervir em matéria de fé¹; contudo, como pais solícitos, devem proteger a Igreja do nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação cristã sobre as outras, para que todos os eclesiásticos sem distinção gozem plena, livre e indisputada liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo. Como Jesus Cristo constituiu em sua Igreja um governo regular e uma disciplina, nenhuma lei de qualquer Estado deve proibir, impedir ou embaraçar o seu devido exercício entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, segundo a profissão e crença de cada uma. E é dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de cada um dos seus jurisdicionados, de modo que a ninguém seja permitido, sob pretexto de religião ou de incredulidade, ofender, perseguir, maltratar ou injuriar qualquer outra pessoa; e bem assim providenciar para que todas as assembleias religiosas e eclesiásticas possam reunir-se sem ser perturbadas ou molestadas. Ref.:*

1- Mt 16. 19; I Co 4. 1; Jo 18. 36; Ef 4. 11,12; II Cr 26. 18.

Síntese.

- O Estado tem de ser estritamente leigo.
- O Estado deve proteger a Igreja.
- O estado deve respeitar o governo eclesiástico.

O Estado Leigo

O Estado tem de ser obrigatoriamente leigo, em virtude da pluralidade conceitual e credal da população. A unidade nacional não é de consenso ideológico geral, como acontece com a Igreja denominacional. A nação se constrói sobre quatro bases, existentes sem a intervenção de conceitos pessoais ou grupais: O espaço geográfico, a identidade populacional (mesmo sob variedades étnicas), língua oficial e o governo central. A

população nacional, unida sob a bandeira pátria, vivendo no mesmo solo, falando oficialmente a mesma língua e submissa ao mesmo governo, congrega-se em sociedades diversas, conforme as ideologias, os credos e os interesses: partidos políticos, igrejas ou seitas, grupos comerciais e industriais, instituições educacionais e culturais, clubes beneficentes e sociais; todos amparados e supervisionados pelo Estado, para que a harmonia do país se mantenha e se consolide. As igrejas são parcelas do todo e, portanto, não devem ser dominadoras nem dominadas. O certo, o normal e o prudente, é uma Igreja eclesial e teocêntrica num Estado laico e nomocêntrico.

O ESTADO DEVE PROTEGER A IGREJA

O Estado tem a obrigação de proteger as confissões credais, do mesmo modo como lhe compete a proteção de todas as instituições sociais, políticas, culturais e econômicas, que compõem a nação. Afinal de contas, os credos religiosos são, devem ser e continuam, submissos ao poder estatal, respeitando suas leis, acatando seu governo e gerando, como é de seu dever, os melhores cidadãos. Os grupos confessionais não podem sofrer discriminação, venha de onde vier, nem restrições à sua liberdade religiosa, desde que esta seja compatível com as demais liberdades, e não se choque com os direitos públicos e privados. A Igreja respeita o Estado para ser respeitada por ele. A relação da Igreja com o Estado é de submissão e respeito, mas não de subserviência ou escravidão.

O governo eclesial

A Igrejas, de modo geral, têm governos próprios, mas especificamente falarei do governo presbiteriano. Tendo dupla dimensão, a material e a espiritual, a administração da Igreja cuida dos seguintes setores:

a- **O físico:** Construção, reforma e manutenção do imóvel ou imóveis; móveis necessários ao seu bom funcionamento; utensílios comuns e utensílios consagrados especialmente à realização do culto.

b- **O monetário:** Recebimentos de dízimos, contribuições e ofertas; conferências, por meio da Junta Diaconal, dos emolumentos recolhidos; planejamento anual de distribuição e aplicação dos recursos monetários da Igreja; constituição de um tesoureiro, responsável pelo recebimento e pagamento das despesas previstas, mantendo conta bancária em nome da Igreja; nomeação de uma comissão de exame de contas para examinar as contas da tesouraria de três em três meses.

c- **Religioso:** Administrar a vida espiritual da Igreja para evitar desvios doutrinários, afastamento das Escrituras, desvirtuamento da ordem litúrgica, quebra da unidade eclesial, contaminação moral e ética dos membros ou sociedades internas; manutenção e aprimoramento da espiritualidade do corpo eclesial; criação de um ambiente social sadio para substituir o hedonismo secular por alegrias compatíveis com a fé professada. O crente também pode rir, divertir-se, recrear-se e viver alegre e feliz na comunhão de seus consensos.

Conselho: O governo eclesial é exercido, na comunidade, por um Conselho eleito pelos membros da Igreja em assembleia legítima. Cada presbítero recebe um mandato de cinco anos. Anualmente o Conselho elege sua diretoria, composta de vice-presidente, secretário e tesoureiro. O presidente é o Pastor, indicado pelo Presbitério, se evangelista, por um ano; ou eleito pela Igreja com mandato de dois a cinco anos. A diretoria anual é registrada em cartório, validando, juridicamente, seus atos. O Conselho é jurisdicionado pelo Presbitério: o Presbitério, pelo Sínodo; o Sínodo e os presbitérios, pelo Supremo Concílio. Todas as instâncias superiores ao Conselho são formadas por representantes dos concílios imediatamente inferiores. Suas respectivas diretorias são

democraticamente eleitas por mandatos de um, dois e quatro anos respectivamente. Toda a vida da Igreja rege-se por uma Constituição, um Código de Disciplina e Princípios de Liturgia, um Manual de Culto: Tudo legitimamente constituído e legalmente reconhecido. O governo estatal respeita o governo eclesiástico, enquanto legítimo e restrito ao universo religioso proposto e executado. Até agora, o diálogo entre Igreja e Estado, no que tange à regência religiosa e ao múnus espiritual, tem sido satisfatório. O conflito tem sido no campo de prioridades do romanismo com reconhecimento oficial de dias santos e investimentos em construções e reformas de templos, fatos discriminatórios das outras e várias denominações.

Os cânones da Igreja orientam-se, no campo civil, pela Constituição Federal e pelas leis ordinárias do país. As penas eclesiásticas são restritas aos direitos e deveres morais e espirituais dos membros de cada comunidade, não competindo à Igreja aplicar penalidades que restrinjam ou afetem o patrimônio físico, a liberdade de locomoção, de expressão e de consciência. A disciplina não pode ferir o foro íntimo da consciência, mas visa educar e controlar os atos externos, conforme os princípios éticos e doutrinários do corpo eclesial (cf Código de Disciplina da IPB, capítulo I, Arts. 1 e 2).

Respeito às autoridades constituídas.

XXIII.4- *É dever do povo [de Deus] orar pelos magistrados¹, honrar as suas pessoas², pagar-lhes tributos e outros impostos³, obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, e tudo isto por amor da consciência⁴. Incredulidade ou indiferença religiosa não anula a justa e legal autoridade do magistrado, nem absorve o povo da obediência que lhe deve, obediência de que não estão isentos os eclesiásticos⁵. O papa não tem nenhum poder ou jurisdição sobre os magistrados dentro dos domínios deles ou sobre qualquer um do seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los dos seus domínios ou vidas, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto. Ref.*

- 1- I Tm 2. 1,2.
- 2- I Pe 2. 17.
- 3- Rm 13. 6,7.
- 4- Rm 13.5; Tt 3.1.
- 5- At 25. 10,11.

Síntese.

É dever do cristão orar pelas autoridades.

É dever do cristão recolher os tributos devidos.

É dever do cristão acatar, respeitar e obedecer às autoridades.

O governo é religiosamente neutro; por isso, respeitamos a autoridade de que está investido o governante, não a sua pessoa com suas preferências e opiniões pessoais.

Orar pelas autoridades

Sabendo que todas as autoridades são constituídas ou permitidas por Deus, tendo ainda a recomendação bíblica de se interceder junto a Deus em favor dos que governam; é dever do servo de Deus orar pelos seus governantes e por todos aqueles que detêm parcelas do poder sobre o povo:

Antes de tudo, pois, exorto que se use a prática de súplicas, orações, intercessões, ação de graças, em favor de todos os homens, em favor dos reis e de todos os que se acham investidos de autoridade, para que vivamos vida tranqüila e mansa, com toda piedade e respeito (I Tm 2. 1,2).

Recolher impostos devidos

A sonegação em nosso país é generalizada, o que tem levado membros de igrejas evangélicas, que fizeram votos de fidelidade às Escrituras, quando professaram a fé em Cristo, a participarem dos ilícitos recursos de ocultação de rendas ou de fraudes comerciais, documentárias e contábeis, com objetivos sonegadores. Tais procedimentos pecaminosos não são admissíveis a um servo de Deus.

Respeito às autoridades

Além do poder regencial proceder de Deus, a quem reverenciamos submissamente, o desrespeito às autoridades gera anarquia e conturbação da ordem social. Somos cidadãos dos céus, mas vivemos na terra, sujeitos ao potentes, aos quais devemos subordinação respeitosa. O governo é exercido sobre o povo, de modo geral. Sendo a Igreja parcela da população nacional, igualmente sobre ela e sobre cada um de seus membros, por leis municipais, estaduais e federais, recai o controle do poder estatal. A quebra de qualquer lei ou regulamento traz conseqüências proporcionais de aplicação de penalidades em forma de multas, prestação de serviços à sociedade, perda de privilégios e direitos, chegando mesmo à reclusão, dependendo da gravidade do ilícito. O cristão tem sido, normalmente, submisso às leis e respeitoso às autoridades, mais por dever de consciência do que por temor às sanções previstas em nossos códigos civil, penal, tributário e trabalhista.

O governo é neutro

O governo, como sistema, é religiosamente neutro e, como tal, pode ter eventual e transitoriamente, governantes despóticos, que levem para o exercício do poder público seu credo pessoal, confundindo a filosofia e a ética do Estado, em si mesmas isentas de conteúdo religioso confessional. Tais mandatários passam, mas o Estado e o governo permanecem. Entretanto, mesmo os dirigentes ditatoriais e discriminadores, devem ser respeitados e pelos quais devemos orar, pois o poder lhes foi concedido por Deus, mesmo o exercido contra o seu povo.

A Igreja, ainda que seja maioria, assumindo o poder nos vários escalões governamentais pelo voto de seus membros e por sua influência política, não pode impor o seu credo à minoria, pois o governo, no sistema democrático, tem de primar pelo princípio salutaríssimo de que *todos são iguais perante a lei*. Uma religião no poder não pode esmagar, em nome de Deus, as outras expressões nacionais de credulidade e incredulidade, religiosidade e neutralidade, indiferença religiosa e ateísmo radical. A massa nacional é multiforme e polivalente.

Fontes auxiliares

- 1- Institutas, João Calvino, volume IV (s/ magistrados), Casa Editora Presbiteriana, SP, 1ª Edição, 1989.
- 2- O Humanismo Social de Calvino, A. Biéler com prefácio de Visser't Hooft, Oikoumene, SP, 1ª Edição, 1961.
- 3- Influencia Social del Cristianismo, A. Lopes Munhoz, Casa Bautista de Publicaciones, Buenos Aires, Arg., 1ª Edição, 1972.
- 4- Fé Bíblica e Ética Social, E. C. Gardner, ASTE, SP, 1ª Ed., 1969.
- 5- Ética do Novo Testamento, Heinz – Dietrich Wendland, Editora Sinodal, RS, 1974.
- 6- Administração do Tempo, Ted W Engstrom R. Alec Mackenzie, Editora Vida, Miami, Flórida, USA, 1975.
- 7- Governo da Igreja Local, Onezio Figueiredo.

DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO. Capítulo XXIV

O princípio da monogamia.

XXIV.1- *O casamento deve ser entre um homem e uma mulher. Ao homem não é lícito ter mais de uma mulher nem à mulher, mais de um marido, ao mesmo tempo.*

Ref.:

1- I Co 7.2; Mc 10. 6-9; Rm 7.3; Gn 2. 24.

Síntese.

A monogamia bíblica é a base institucional da família cristã.

O que era permitido no Velho Testamento, é proibido no Novo.

O casamento monogâmico

Deus instituiu, no ato da criação, a relação social, emocional, sexual e interativa entre os dois primeiros seres humanos criados: Adão e Eva, o casal ancestral pelo qual a humanidade iniciou-se. O par humano primevo, originário das mãos do Criador, constituiu-se em modelo de todos os núcleos familiares posteriores. Deus, ao estabelecer a unidade essencial e integradora, *homem-mulher*, quis que todos os seres humanos fossem gerados num lar firmado no amor recíproco, na colaboração mútua, na compreensão, apreensão, tolerância e aceitação dos desiguais sexual, sentimental, cultural, biofísica e psicologicamente. A cosmovisão do homem; da mulher é outra. Ambos vêem e sentem o mundo, os seres e as coisas diferentemente, mas os dois completam-se na conjugação unitária. Disse o primeiro marido à primeira esposa: *Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne; chamar-se-á varoa (ishsha = mulher, fêmea), porquanto do varão (ish = homem, macho) foi tomada (Gn 2. 23).* O fato de a mulher ser parte do corpo do homem e partícipe da mesma natureza e das mesmas virtudes fundamentais, levou a Escritura a ordenar ao descendente (ordenação divina) a deixar a unidade paterno-maternal para unir-se à sua esposa: *Por isso deixa o homem pai e mãe, e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne (Gn 2, 24),* à semelhança de seus pais. O que está implícito na ordenança do Criador é que para o homem, e especificamente para ele, seria criada uma mulher. Um seria atraído apaixonadamente pelo outro, formando ambos um casal consubstancial ou, na linguagem bíblica, *uma só carne*. A atração pelos mutuamente eleitos, e o conseqüente casamento, faz parte do processo natural de seleção estabelecido pelo Criador, sem, no entanto, anular a intervenção divina direta. A união entre nubentes, servos de Cristo, é obra do Pai eterno: *Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem (Mc 10. 9).*

Paulo estabeleceu analogia estreitíssima entre a união Cristo-Igreja e esposo-esposa (Ef 5.22-33). Assim, pois, como Cristo não tem mais de uma Igreja, o marido não pode ter mais de uma mulher. Do mesmo modo como Cristo não trai a sua esposa, a Igreja, esta não pode ser infiel ao seu esposo, Jesus Cristo. Os laços que unem o Salvador ao povo salvo (sua *eclesia*) são indissolúveis; igualmente os vínculos matrimoniais, quando gerados por Deus, são indestrutíveis.

O que o Velho Testamento permitia, o Novo proíbe

Moisés permitiu o divórcio, diz Jesus Cristo, por causa da dureza dos corações masculinos, isto é, em decorrência do pecado da infidelidade conjugal e da promiscuidade sexual. O divórcio foi um paliativo legal, que beneficiava o marido infiel e castigava a esposa. Por motivos fúteis, justificados por interpretações casuísticas da lei, o esposo podia dar *carta de divórcio* à sua esposa, mas a esta não se lhe dava o

mesmo direito. O estado de subordinação da mulher privava-a das prerrogativas da liberdade e do direito concedidos ao homem. No Novo Testamento, não somente à mulher se lhe concedeu o direito de divorciar-se do marido adúltero (Mc 10.12), mas se restaurou o princípio, estabelecido na criação, da indissolubilidade do matrimônio: *Por causa da dureza do vosso coração ele vos deixou escrito esse mandamento; porém, desde o princípio da criação, Deus os fez homem e mulher. Por isso, deixará o homem a seu pai e mãe [e se unirá à sua mulher], e, com a sua mulher, serão os dois uma só carne. De modo que já não são dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem (Mc 10. 5-9).* O casamento cristão é, pois, indissolúvel.

Permitia-se no Velho Testamento a poliginia, priorizando o homem, permitindo-lhe viver com duas ou mais mulheres, o que acontecia com a anuência da esposa por submissão irrestrita e por aculturação sedimentada. Na dispensação da graça, a poligamia (poliginia e poliandria) não mais se permitem dentro da Igreja de Cristo.

A hoje propalada “união civil estável” entre pessoas do mesmo sexo, para as Escrituras Sagradas, tanto no Velho como no Novo Testamentos, é aberração, além de ser profanação do casamento como instituição divina (Cf Lv 18. 19ss: Rm 1. 25-27). O ministro que celebrar tal união praticará, segundo as normas escriturísticas do matrimônio, uma ação anti-Igreja e anticristica. A constatação da existência do homossexualismo não nos deve induzir à legalização de união promíscua e a sacralização de “casamento” entre homossexuais. Que a sociedade mundana faça isso, pois é liberal e alienada de Deus, tolera-se; mas não se há de tolerar, na Igreja de Cristo, tal procedimento desautorizado pelas Escrituras. A comunidade cristã não deve permitir que seus pastores ministrem cerimônias concupiscentes em nome de Deus. A Igreja e o mundo são separados e antagônicos entre si.

Objetivos originais do matrimônio.

XXIV.2- *O matrimônio foi ordenado para o mútuo auxílio de marido e mulher¹, para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima e da Igreja por uma semente santa², e para impedir a impureza³. Ref.:*

- 1- Gn 2. 18.
- 2- Mt 2. 15; Gn 9.1.
- 3- I Co 7. 2,9.

Síntese.

Cooperação natural dos cônjuges.
Propagação e perpetuação da espécie.
Descendência legítima.

Cooperação mútua do casal

O casamento, segundo a vontade de Deus, é uma união interativa consubstancial, um entrelaçamento de emoções, sentimentos, paixões, objetivos e ideais entre um homem e uma mulher. Não se trata, pois, como se pensa e se age modernamente, de ser o casamento apenas um contrato de convivência entre pessoas do mesmo sexo (ou até de sexos diferentes). Deus, pelo enlace matrimonial, realiza uma “união permanente”, mantendo o amor no coração de ambos. A Palavra de Deus não admite coabitação, senão entre um homem e uma mulher. Para as Escrituras Sagradas, marido e esposa, pelo vínculo conjugal efetivado pelo Criador por instrumentalidade de sua Igreja, tornam-se “*uma só carne*”, uma só unidade social e espiritual, e isto, de tal maneira, que o amor que um dedica ao outro é também dedicado a si mesmo: *Quem ama a sua esposa, a si mesmo se ama (Ef 5. 28b).* O marido se completa na esposa; a esposa completa-se no marido, na mais perfeita e extraordinária interação, exatamente como

acontece com Cristo e sua Igreja (Ef 5. 22-33). Estamos falando, entendam-nos, do casamento de servos eleitos de Jesus Cristo, não de acasalamentos quaisquer, movidos por impulsos eróticos e interesses argentários.

O sexo é importante na união conjugal como componente natural do prazer e meio de reprodução, mas o que sustenta o casamento, gera e preserva a fidelidade, é o companheirismo, a solidariedade recíproca, a cooperação mútua em todas as áreas da vida e em todos os transes da existência: *Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea (Gn 2.18)*. O homem precisa de uma mulher que esteja ao seu lado em quaisquer circunstâncias; a mulher carece de um companheiro sincero, que lhe sirva de apoio e consolo nos momentos difíceis. A reciprocidade existencial autêntica é o fundamento da vida matrimonial.

Propagação e perpetuação

O casamento, conforme a sacra revelação, visa a criação, a conservação, a estruturação e a perpetuação da família: base do casal, leito dos filhos, ninho dos cônjuges. O lar sadio e bem constituído gera lares sadios; lares sadios, formam uma sociedade sadia. As raízes do clã, quando profundas, sustentam, inabalável e incorruptível, a árvore genealógica da posteridade por muitas gerações. A honra e o respeito dos descendentes aos ancestrais prolongam a unidade tribal, preservando-lhe o sedentarismo e a sucessão familiar: *Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te dá*. A dissolução da família produz o caos social, a degradação moral das pessoas, a degeneração da unidade pátria, a corrupção dos lares (passam apenas a ser residências), a promiscuidade moral e o ecletismo místico (religiosidade polilátrica sem qualquer santificação das pessoas). Sem lares verdadeiramente cristãos a Igreja não se unifica; e uma igreja desunida não edifica as pessoas e os núcleos familiares. A família, pois, é a base social e espiritual da Igreja, mas ambas se beneficiam mutuamente, multiplicando e preservando, ao mesmo tempo, uma e outra: as duas crescem juntas ou juntas se debilitam.

Descendência legítima

Deus tem na terra os seus filhos e deles cuida zelosamente, mantendo-os unidos a si na pessoa do Primogênito da nova criação e Unigênito do Pai, Jesus Cristo. Também quer que os pais os tenham agregados ao sólio familiar, aconchegados aos seus genitores e sob a proteção deles, até que tenham condições (viabilizadas pelos pais) de independência e autodeterminação. Os perdidos espiritualmente, o são porque não têm a filiação divina. Igualmente, as ausências da paternidade e da maternidade produzem *filhos bastardos*, sem vínculos familiares, que são problemas para si mesmos e para a sociedade. São frutos de uma geração concupiscente, sexualmente promíscua. Seus genitores naturais são irresponsáveis. Deus, o instituidor da família, não nos criou para a irresponsabilidade. Sua vontade é que geremos nossos filhos legitimamente em união conjugal monogâmica, que mantenhamos nossas famílias, que criemos, protejamos e eduquemos nossos filhos para serem cidadãos dos céus e da terra. É muito triste ver tantos filhos abandonados, sem as bênçãos estruturadoras da paternidade e da maternidade. O caráter do filho forma-se e se consolida no crisol do lar monogâmico e harmônico.

Casamento misto.

XXIII.3- *A todos os que são capazes de dar um consentimento ajuizado, é lícito casar¹; mas é dever dos cristãos casar somente no Senhor; portanto, os que professam*

a verdadeira religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se desigualmente pelo jugo do casamento aos que são notoriamente ímpios em suas vidas ou que mantêm heresias perniciosas².

Ref.:

- 1- Hb 13.4; I Tm 4. 3.
- 2- I Co 7.39; II Co 6.14; Gn 24.14; Ex 34.16; I Rs 11.4; Ne 13. 25-27.

Síntese.

Casamento dos capazes de assumirem responsabilidade.

Casamento somente no Senhor, em se tratando de servos de Deus.

Os jugos desiguais prejudicam a consensualidade conjugal.

Casamento dos capazes

O trinômio do casamento é: companheirismo, amor, reprodução. Para boa e perfeita realização destes três aspectos fatoriais são necessárias as seguintes capacitações:

a- **Sanidade mental e equilíbrio psicológico** para viver em relações íntimas e coparcipativas com outra pessoa. Os desequilibrados não se socializam perfeita e continuamente, passando, alguns deles, por momentos explosivos, podendo até, em muitos casos, serem agressivos.

b- **Sanidade física**, que confira ao cônjuge satisfatório desempenho sexual tanto na ação como na recepção. A boa interação conubial depende, em grande parte, do sexo harmônico, com reciprocidade prazerosa. A saúde é também fator preponderante no desempenho das tarefas domésticas e profissionais e na geração de filhos sadios.

c- **Antecedentes familiares.** Há raras exceções, mas os bons consortes nupciais procedem de lares consolidados, de famílias cristãmente bem estruturadas. Os melhores pais e as melhores mães são aqueles que, geralmente, se originaram de ancestrais dignos, de genitores que foram exemplos de fidelidade e respeito mútuos, formadores de lares que nasceram no casamento e somente se desfizeram, ou se desfarão, com a morte: *Tal pai, tal filho; tal mãe, tal filha*; assim se expressa a sabedoria popular. As ordens familiares antecedentes devem servir de referência, em virtude da continuidade, para previsão positiva do tipo de pais e mães que serão os filhos e as filhas. A qualidade do futuro lar dos noivos dependerá, em princípio, dos lares de seus pais.

Quando Deus realiza o matrimônio

Modernamente, o aspecto festivo das núpcias e a satisfação social prevalecem sobre o conteúdo moral e espiritual do *casamento religioso*. Não é a festa suntuosa e bonita que realiza e qualifica o enlace matrimonial, mas a ação divina, realizada pelo ministério autorizado do rebanho de Cristo. Em princípio, Deus ajunta por instrumentalidade de sua Igreja. As bodas requintadas são justificáveis, se, acima delas, o casal tomar conhecimento do conteúdo religioso e da sacralidade da união conjugal, sabendo que o casamento é instituição divina, e somente o instituidor pode realizá-lo perfeita e santamente. A Igreja, na elaboração do feito matrimonial, não ministra um sacramento, mas pratica um ato em nome de Deus, levando os noivos a firmarem, um com o outro, um pacto de convivência permanente e fidelidade mútua diante de Deus, sob sua Palavra, tomando a Igreja e seus convidados como testemunhas. Desta maneira, e sendo uma aliança sob o Criador, o casamento reveste-se de indissolubilidade e, no sentido religioso, de compromisso com Deus, em primeiro lugar; somente secundariamente os nubentes comprometem-se mutuamente numa aliança bilateral. Isto significa *casar-se no Senhor*.

Os jugos desiguais

Os jugos desiguais podem ser:

a- *De diferença de idade*: um velho ou velha casar-se com uma nova ou novo, especialmente se a diferença for acima de vinte e cinco anos. Não se trata de conflito libidinoso ou desencontro de sensibilidade sexual (que pode haver), mas de incompatibilidade de gerações, de cultura e de interesses. São diferenças demasiadamente grandes e fortes para o ajustamento no convívio íntimo diário. As idades dos noivos devem ser aproximadas.

b- *De diferença cultural*: O casamento de uma pessoa de graduação superior (bacharelado, mestrado e doutorado) com outra sem nível cultural. O diálogo entre tais cônjuges, fora das relações íntimas, onde se fala a linguagem da paixão orgástica, será muito difícil. Pela lógica e pela constatação, o amor sensual não sobrevive por muito tempo, sem interação dialógica nivelada, compartilhada e intercambiável.

c- *Diferença de salário*: Quando a mulher ganha mais do que o marido, não sendo ela de boa formação cristã, o seu dinheiro pode dar maior conforto à família, mas pode também gerar problemas sérios de relacionamentos. Na vida moderna, quem tem recursos monetários, possui maior poder de decisão e mais capacidade de opção. A preponderância econômica de um em detrimento do outro desnivela os cônjuges, perturba a convivência e pode destruir a unidade conjugal, bilateral e paritária por natureza e por ordenação divina. A palavra *conjugal* significa: estar no mesmo jugo, lutar juntos com as mesmas forças, os mesmos esforços e o mesmo objetivo.

d- *Diferença social*: Um cônjuge criado na zona rural ou numa favela, sem traquejo, com hábitos e costumes próprios dos humildes, não pode sentir-se confortável na companhia de outro rico, socialmente traquejado, habituado a ambientes sofisticados, luxuosos, nos quais as etiquetas sociais são requeridas. Mais uma vez a sabedoria popular acerta: *Cada macaco no seu galho*.

e- *Diferença religiosa*: Em Israel, a questão não era tanto de religião, mas de raça. Um judeu estava impedido de casar-se com uma gentia; também uma judia não podia convolar núpcias com um estrangeiro. Como o governo era teocrático, tal impedimento significava: Um circunciso não pode ter comunhão com um incircunciso, nem por meio de sua filha, mediante casamento. Uma judia podia casar-se com um circunciso, mesmo que não fosse fiel à religião de seu Estado, o judaísmo. Hoje, chama-se de *casamento misto* o realizado dentro do próprio cristianismo. Chamo de *mistos de terceiro grau* os consórcios matrimoniais entre presbiterianos e batistas, luteranos, pentecostais ou neopentecostais. Considero *mistos de segundo grau* os efetivados entre presbiterianos e romanos, adventistas do sétimo dia, testemunhas de Jeová, mórmons, cristãos do Brasil e outros do mesmo nível. Entendemos ser *casamento misto de primeiro grau* o efetivado entre presbiterianos e espíritas, muçulmanos, budistas, confucionistas e semelhantes. Estes últimos são terrivelmente mistos, pois redundam em negação da crença reformada e apostasia da fé cristã.

Nos casamentos mistos, a manutenção do credo original fica muito difícil, senão impossível em numerosos casos. A educação espiritual dos filhos torna-se altamente prejudicada. Quando a família se divide religiosamente, os filhos perdem o rumo religioso e o próprio conceito de Deus, da Igreja e das Escrituras Sagradas.

O jugo conjugal tipicamente desigual é, na concepção vulgar, o religioso, especialmente entre cristãos e ateus ou não-cristãos.

Separação por questão religiosa

Na Igreja Primitiva, em decorrência da expansão rápida do Evangelho, freqüentemente um dos cônjuges convertia-se. Se o não converso “tolerava” o crente, consentindo em continuar o matrimônio, a parte cristã não deveria separar-se. Se o incrédulo (ou de outra religião) separasse, o casamento ficava desfeito, mas, segundo Paulo, sem liberação para novas núpcias: *Mas, se o descrente quiser apartar-se, que se aparte; em tais casos, não fica sujeito à servidão nem o irmão, nem a irmã; Deus vos tem chamado à paz (I Co 7. 15.)*. Não se deve confundir os casos da Igreja Primitiva com os casamentos mistos, isto é, rapazes e moças evangélicos casarem-se com incrédulos ou incrédulas, criando uma situação difícil para a manutenção da fé e da fidelidade à Igreja de que fazem parte.

Casamentos consangüíneos.

XXIV.4- *Não devem casar-se as pessoas entre as quais existem os graus de consangüinidade ou afinidade proibidas na palavra de Deus¹; tais casamentos incestuosos jamais poderão tornar-se lícitos pelas leis humanas ou consentimento das partes, de modo a poderem coabitar como marido e mulher². Ref.:*

- 1- I Co 5.1.
- 2- Mc 6.18: Lv 18.24-28; Lv 20. 19-21.

Síntese.

As conseqüências do casamento consangüíneo podem ser indesejáveis.
A consangüinidade é incestuosa, quando o parentesco é muito próximo.

Casamentos consangüíneos

Na origem da raça humana a consangüinidade era permitida, mas, certamente, controlada pelo Criador para que as conseqüências fossem benéficas, não malélicas. Com a multiplicação e o conseqüente distanciamento das gerações, não há necessidade de casamento entre parentes próximos. São duas as conseqüências, uma imediata e de resultados danosos imediatamente manifestos, e outra mediata, com possíveis aparecimentos de defeitos orgânicos e mentais. Os casamentos consangüíneos de parentes próximos (com vínculos de sangue ou de afinidade) são considerados pecaminosos pelas Escrituras Sagradas e, embora com o consentimento das partes e da família, estabelecem promiscuidade religiosamente intolerável (Cf Lv 20. 19-21), além de impedirem a expansão da cultura e das ideologias tribais. A miscigenação é, no fundo, uma necessidade social e até um benefício religioso. Matrimônios consangüíneos podem trazer problemas de natureza psicofísica: deformidades físicas ou distúrbios mentais. Evitemo-mos em obediência às determinações bíblicas e em respeito às normas científicas e aos preceitos estatais e sociais.

Unões incestuosas

Quando o conúbio acontece entre pais e filhas, irmãos e irmãs, tios e sobrinhas, segundo as Escrituras, é incesto, pecado intolerável no meio do povo de Deus (Cf I Co 5.1). Perante as leis de nosso Código Civil é crime de *atentado violento ao pudor*. A Igreja não pode admitir entre seus membros o incesto e o atentado ao pudor, violento ou não.

Justo motivo de dissolução do contrato matrimonial.

XXIV.5- *O adultério ou a fornicação, cometido depois de um contrato, sendo descoberto antes do casamento, dá à parte inocente justo motivo de dissolver o contrato¹; no caso de adultério depois do casamento, à parte inocente é lícito propor*

divórcio², e depois de obter o divórcio, casa-se com outrem, como se a parte infiel fosse morta³. Ref.:

1 Dt 22. 23,24.

2 Mt 5. 31,32

3 Mt 19. 9.

Síntese.

Requer-se fidelidade aos noivos.

À parte inocente, no caso de adultério, dá-se o direito de separação e novo casamento.

Fidelidade dos noivos

A Confissão de Fé não admite infidelidade de qualquer das partes dos compromissados mutuamente por meio do noivado, que é um tipo de penhor pré-matrimonial, quando os dois prometem-se um ao outro por intermédio de um “contrato”, que os destina e os obriga ao casamento. Tal “acordo”, na nossa tradição, é selado internamente, tendo um símbolo externo, um anel de ouro, colocado no anular direito. Se um dos noivos descobrir adultério ou fornicação no outro, não somente tem direito de dissolver o noivado, mas também a obrigação de fazê-lo. Se não o fizer, estará cometendo o pecado da conivência, mesmo que isso seja em nome do perdão oferecido sob a suposta confissão de arrependimento. Todo delituoso “arrepende-se”, quando descoberto e punido. Noivado, para um calvinista, é coisa séria.

Adultério de pessoas casadas; parte inocente

O adultério de um cônjuge cristão é tremendamente pecaminoso por algumas razões. Ei-las:

a- O casamento é uma instituição divina. Ofende o seu instituidor aquele que, casado em seu nome e sob sua bênção, trai o consorte ou a consorte, manchando, adulterinamente, o sacratíssimo tálamo conjugal.

b- Marido e mulher, quando unidos por Deus, tornam-se uma só carne, e esta unidade, firmada na consensualidade e na consubstancialidade, não somente por meio da união carnal mas, e principalmente, por intermédio da unidade estabelecida pela interação misteriosa de espíritos, sentimentos, emoções, paixões, amores e ideais compartilhados.

c- O casamento de servos de Deus é feito por Deus, o Senhor deles, e o que o divino Pai ajunta, o homem não separa (Mt 19. 6), porque o finito e limitado não pode desfazer o que faz o Eterno e Onipotente. A criatura não pode desmanchar o que o Criador constrói. Os pactuados são os noivos e os nubentes, respectivamente; o realizador do contrato, porém, é o Pai celeste de todos os filhos regenerados e adotados.

d- O casamento é símbolo, segundo o registro em Efésios (Ef 5. 22-33), da união de Cristo com seu corpo eclesial, a Igreja. A inseparabilidade dos cônjuges mira-se e se fundamenta na indissolubilidade do casamento de Cristo com sua Igreja. Esta, nem sempre, a esposa ideal e fiel, mas dela o divino Noivo não se separa.

e- O crente em Cristo não pode ser polígamo, pois ele é representante da nova humanidade em Cristo Jesus, que deve ser o mais próximo possível daquela anteriormente concebida e posteriormente vindo à luz por meio do Criador no ato da criação, mas que o pecado desintegrou e corrompeu. Deus, por meio de seu Filho amado, restaurou o homem, reconstruiu a família que a “dureza de coração” dos pecadores perverteu, levando Moisés a permitir o divórcio na tentativa de minorar os efeitos danosos da pecaminosidade. O novo homem em Cristo forma um novo lar e cria

uma família para a glória de Deus e para o bem da sociedade. Somos a semente santa no meio de sementes corrompidas.

A parte inocente não pode ser duplamente penalizada:

a- Com a pena da traição e separação, que dói muito, fere o brio, o amor próprio, e desajusta a vida, já conformada ao estado de domesticidade.

b- Com a incompreensão de sua Igreja, que não lhe dá o devido apoio numa hora de crise, indecisão e até angústia. A parte inocente, como estatui o capítulo XXIV.IV.5, fica livre, efetivada a separação, para convolar novas núpcias com a “Bênção Matrimonial” da Igreja e, se for o caso, requerer que seu casamento seja “Religioso com Efeito Civil”, nos termos do Art. 31.c da CI/IPB. Quem não pecou, não pode pagar pelo que não fez.

Causas morais de separação conjugal.

XXIV.6- *Posto que a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos a fim de indevidamente separar aqueles que Deus uniu em matrimônio, contudo, nada, senão o adultério, é causa suficiente para dissolver os laços do matrimônio, a não ser que haja deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil¹. Para a dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular, não se devendo deixar ao arbítrio e discricção das partes o decidir em seu próprio caso². Ref.:*

1- Mt 19. 8; I Co 7. 15; Mt 19. 3.

2- Ed 10. 3.

Síntese.

O adultério e a disciplina eclesiástica: o adúltero fica sujeito à disciplina.

A parte inocente na deserção irremediável não pode ser penalizada.

Descobre a parte inocente, no caso de separação consensual, por criteriosa apuração.

A parte inocente, no caso de separação litigiosa, emerge-se pela investigação das causas da separação e do litígio.

A inclusão (ou reinclusão) do divorciado na Igreja depende de seu estado religioso anterior.

Adultério e disciplina eclesiástica

a- **A questão dos jovens.** O sexo pré-matrimonial, quer entre os noivos quer de um deles com outra pessoa, tem sido julgado com extremo rigor, embora se trate de delito de jovens inexperientes, imaturos e sem forças para suportar o fortíssimo impulso sexual, próprio da juventude. O moço e a moça crentes, sem terem onde descarregar a tensão da libido, podem cair no erro do sexo antes do casamento; especialmente no namoro moderno, que permite, com anuência da sociedade, da Igreja e da família, contatos e toques físicos excitantes. Lembremos que o homem jovem está no auge de sua virilidade, e que a moça, no de sua sensibilidade sexual, pois, ou está entrando ou acabou de entrar na plenitude de sua capacidade reprodutiva. Tais situações não justificam o coito antecipado, mas são atenuantes, que devem ser considerados pela Igreja na aplicação da disciplina.

b- **Adultério de adultos.** O adultério deve ser tratado com muito mais rigor pela Igreja em virtude das seguintes razões:

a- O cônjuge cristão, em princípio, tem muito mais maturidade social, psíquica, mental, emocional e religiosa que um jovem. Das pessoas maduras mais se deve exigir, principalmente em se tratando de líderes comunitários (mulher ou homem) e de oficiais da Igreja: pastores, presbíteros e diáconos.

b- Os casados satisfazem-se sexualmente na mutualidade das relações amorosas, não se justificando, de maneira alguma, o sexo extramatrimonial. O homem cristão, quando escolhe uma mulher para ser sua esposa, e se casa com ela diante do povo da promessa e em nome de Deus, fica sabendo, por instrução bíblica e por alerta do oficiante matrimonial, que o casamento é indissolúvel e a infidelidade, intolerável. Nenhum motivo sério o casado ou casada tem para trair o consorte; nenhuma pressão irresistível, pois ambos estão livres e liberados socialmente para a relação sexual no tálamo conjugal. Por isso, o pecado do adultério entre eles é muitíssimo mais grave. Nem sempre, porém, a Igreja enxerga assim, punindo com mais rigor os jovens que adulteram que os casados, especialmente porque esses, justificando-se, alegam uma série de motivos pelos quais adulterou. Eis alguns, que o autor já ouviu em inquirições declarações e depoimentos em procedimentos processuais de atos adúlteros:

b.a- “Minha mulher é frígida, e eu sou sexualmente vigoroso e quente. Entre nós não havia correspondência prazeroso.”

b.b- “Minha mulher não me satisfazia. Então, me tornei um marido sexualmente insatisfeito. Ela é boa em tudo, menos de cama; especialmente nos antecedentes preparatórios do ato sexual.”

b.c- “Minha mulher é muito porca. Não suporto gente suja. Ela não se limpava e não limpava a nossa casa.”

b.d- “Minha mulher é boa; nada tenho a reclamar dela; mas a carne é fraca; caí nos braços de uma sedutora muito hábil e sagaz: realmente adúlterei, mas me arrependo.”

b.e- “Meu marido imaginava que sou apenas uma caixa de prazer para ele; relacionava-se comigo como um bruto, um cavalo. Em cada relação, sentia-me “objeto”, “dominada por um macho” sem carinho, sem consideração, sem apreço à sua mulher.”

b.f- “Meu marido queria ter prazer comigo, mas nunca pensou em dar-me prazer. Com ele, na verdade, nunca tive orgasmo. Ele ejaculava; virava-se de costas para mim, e dormia como um porco.”

b.g- “Meu marido é bom; como homem e como pessoa, satisfazia-me, mas cedi à tentação, aos galanteios, de outro com o qual convivía (na Igreja ou no trabalho). Realmente traí meu marido.”

b.h- “Meu marido tem ejaculação precoce, e eu sonhava com um homem que me desse prazer; e encontrei.”

b.i- “Enojei-me de meu marido. Meu maior martírio era ter de ceder aos seus arroubos sexuais nojentos.”

b.j- “Descobrimos que somos incompatíveis; nossos gênios não se combinam: ele pensa uma coisa; eu, outra; ele tem suas opiniões; eu, as minhas.”

b.k- “A esposa do meu marido é o trabalho; ele dá todo o tempo à sua profissão; apenas as migalhas sobram para mim. Não agüentei: sou de carne e osso!”

b.l- Uma esposa, com quem me defrontei no Conselho, quando inquirida sobre as razões que a levaram a abandonar o marido, voltando para a casa da mãe, respondeu: “Não suportei mais a contínua e persistente interferência de sua mãe nas nossas relações. Para o meu marido, o “amor de sua vida” é a “mamãe”: comida boa é a da mamãe; roupa bem passada é da mamãe; o melhor carinho é o da mamãe: *mamãe pra cá e mamãe pra lá*. Então, decidi: Fique com sua mamãe; eu vou cuidar da minha vida.” É lamentável que alegações tão fúteis sejam suficientes para dissolver um casamento.

Nenhuma destas desculpas deve ser aceita, quando partir de servos de Cristo, pois todas são solucionáveis pelo diálogo, pela ajuda pastoral, por orientação de casais mais experientes.

Incompatibilidade de gênios é falta de amor cristão, de compreensão, de tolerância, de perdão, de capacidade de ceder em favor do outro. Mais racionalmente

incompatíveis do que nós e nosso Deus não pode haver, no entanto somos um nele em Cristo Jesus na base do perdão incondicional.

As desculpas acima elencadas, e outras, têm levado conselhos à injusta comiseração com adúlteros culpados, atores adúlteros, perdoando-lhes o pecado, mantendo-os, com o novo cônjuge, na comunhão da Igreja em flagrante injustiça à parte ofendida. Semelhante “amor cristão” tem contaminado o Corpo de Cristo com membros divorciados cujo parceiro (a) anterior foi traído (a) deslealmente, ficando ainda, em muitos casos, com o ônus da criação dos filhos.

Divórcio de pastor

Levando em conta o que representa o marido na condição de símbolo de Cristo, esposo e cabeça da Igreja; considerando ainda o testemunho e o exemplo que deve ser a família do Ministro para a comunidade; minha opinião é: o pastor não pode divorciar-se; e, divorciado, não deve continuar no exercício do pastorado. Nem tudo que é legal para a sociedade secular o é para a Igreja de Cristo, constituída de “novas criaturas”. Quando o pastor se uniu à sua noiva em casamento, tornou-se uma só carne com ela. E como ficou o estado de “**uma só carne**” com a separação e novo casamento? Pode um pastor divorciado e em segundas núpcias pregar a verdade bíblica da indissolubilidade do casamento, nos termos de Mt 19. 6?

Deserção irremediável

No caso de adultério, a parte inocente, efetivada judicialmente a separação, segundo a CFW, fica livre para casar-se novamente. No caso de deserção irremediável, motivo alegado pela parte inocente diante da Vara de Família para a competente ação de divórcio, compete à Igreja o exame acurado das verdadeiras causas da deserção, porque tem acontecido repulsão, expulsão, exotamento do cônjuge indesejado para depois alegar-se “deserção irremediável”. Conheci um caso em que a suposta desertora do lar era, na verdade, vítima; mas o marido, alegando a tese da deserção, divorciou-se de sua esposa, casou-se de novo, recebeu a Bênção Matrimonial de sua Igreja, da qual nunca foi afastado. A suposta “desertora”, no entanto, foi *afastada da comunhão* por tempo indeterminado. É mais fácil, pois, comprovar o adultério, especialmente quando a amante ou o amante é revelado ou se revela. Provar, porém, a culpabilidade do desertor ou desertora com o objetivo de inocentar o cônjuge isento de culpa é, em muitas situações, extremamente complicado. Quem “deserta” sob pressão irresistível não pode ser, efetivamente, a parte mais culpada ou exclusivamente culpada. Por isso, a Igreja tem de ser muito criteriosa na investigação e na aplicação da disciplina eclesiástica.

Separação judicial

a- Separação litigiosa acontece, geralmente, quando o casal possui patrimônio econômico suficiente para suscitar a cobiça de quem propõe a ação judicial, que pode ser a parte inocente ou não. A Igreja, em tais situações, precisa agir com prudência, investigando criteriosamente para conseguir as informações exatas dos fatos contenciosos alegados, pois não pode ter acesso aos autos processuais legais nem usar dados da justiça secular para o processo eclesiástico.

b- Separação consensual. No processo jurídico de dissolvência matrimonial por consenso mútuo, o casal concorda com todos os procedimentos acordatários da dissolução dos laços conjugais, feitos perante um juiz de família, não podendo haver imputação de culpa a qualquer das partes envolvidas. E tudo corre em segredo de

justiça. Quando isso acontece, cabe à Igreja, em se tratando de membros, apurar a veracidade dos fatos, disciplinar o culpado e inocentar aquele que não tiver culpa., se esta for pública e notória, ferindo preceitos bíblicos e a ordem eclesiástica (Art 4º do CD/IPB). Averiguar a culpabilidade em *separação consensual*, pode não ser tarefa fácil para a Igreja, porque ambas as partes ocultam a realidade dos fatos, até mesmo por *palavra empenhada de não acusação*. A verificação da realidade e a apuração da verdade tornam-se difíceis. O consenso evita briga judicial, mas oculta, freqüentemente, as verdadeiras causas da separação.

Membro divorciado

A parte inocente continua na Igreja, se a ela pertencer antes do divórcio. Se a sua conversão for posterior, nenhum óbice haverá para a sua aceitação e inclusão na Igreja, pois nenhuma culpa lhe foi imputada e, além disso, tudo começa de novo para ela em Cristo Jesus.

Parte culposa. Se o divorciado e casado novamente não for membro da Igreja, mesmo sendo culpado pela dissolução do casamento anterior; depois de constatada a sua conversão por testemunho de fé e comportamento e por exame do Conselho, deve ser admitido por pública profissão de sua fé e conseqüente batismo. O passado morreu com a morte do homem velho. Vivendo, porém, em condição de concubinato (divorciado ou não), a Igreja somente poderá recebê-lo(a) depois de legalizada a situação conjugal perante as leis de nosso país. A Igreja prima pela família porque ambas são instituições divinas; razão porque se interagem e completam-se. Quem alega o passado para impedir a recepção do pecador arrependido, menospreza a obra de Cristo, que regenera os mais vis pecadores, quando preordenados à regeneração. Tenhamos em mente a situação da mulher pecadora (Jo 8. 1-11). A Igreja digna de Cristo é a soma de famílias dignas, cuja dignidade mede-se pela fidelidade a Deus e aos parceiros conjugais.

Concubinatos na Igreja. Os casos de pessoas em situação de concubinato, que freqüentam a Igreja há mais de cinco anos, provando, socialmente, terem estabelecido *união estável* e demonstrando, perante o povo de Deus, bom testemunho cristão, mas sendo o casamento impossível por impedimentos irremovíveis, cabe ao Conselho, auscultada informalmente a comunidade, recebê-los ou não, conforme orientação do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, e batizar os seus filhos, se houver. Antes da instituição da lei do divórcio, os casos de concubinato eram mais numerosos. Hoje são mais raros, mas ainda existem, especialmente nas regiões de maior carência econômica e de menor educação geral e social.

O culpado arrependido

Conheço caso de homens, membros da Igreja, e até de oficiais, que, depois de anos de casamento, com filhos adolescentes e adultos, abandonaram as esposas para se ajuntarem com mulheres novas das quais geraram filhos e com as quais, depois de divorciados, casaram-se. Aí, como filhos pródigos, retornam à Igreja, alegando arrependimento ou apresentando ao Conselho o argumento da *legalidade conjugal*. E os prejuízos causados às esposas anteriores e aos filhos do primeiro matrimônio? Se não foi justo ontem um crente, “casado no Senhor”, proceder indignamente com sua mulher e filhos, será justo hoje? O pecado prescreveu? Pode a Igreja sancionar semelhante procedimento? Será verdadeiro o arrependimento do faltoso? São questões que o Conselho precisa levantar, em cada caso, para efeito de restauração à comunhão da Igreja ou não, sem macular a santidade comunitária, especialmente a Igreja contemporânea, mais agenciadora de bênçãos celestes que comunidade de servos (

douloi) de Cristo. O arrependimento de pecado lesivo ao próximo, normalmente, é acompanhado de reparação. Nos casos, não houve reparação e a impossibilidade de haver, depois de concretizado e legalizado o feito pecaminoso, é matéria de fato.

O casamento não é, rigorosamente falando, meio de felicidade sensorial por meio da realização do prazer libidinoso; é um ato de entrega mútua de caráter indissolúvel em que o prazer sexual é um componente de unidade, realização e satisfação, mas não o único nem o principal. O homem e mulher foram unidos por Deus para serem companheiros e mútuos cooperadores:

Não é bom que o homem esteja só: Far-lhe-ei uma auxiliadora, que lhe seja idônea (Gn 2.18). Deus não disse: para que cada um seja feliz e faça a felicidade do outro, mas para que não haja solidão nem ausência de mútua cooperação. O amor verdadeiro (ágape conjugal) não cai na rotina; mas o sexual (sexo por sexo) cai, e pode tornar-se insuportável. Tal sexualismo concupiscente, no entanto, é próprio dos carnais, dos réprobos, não dos filhos de Deus, que são humanos e estão no mundo, mas não são mundanos por não serem escravos da carne.

FONTES AUXILIARES

- 1- El Evangelio Según San Mateo, Guillermo Hendriksen, Subcomisión Literatura Cristiana, Grand Rapids, USA, 1986. (ver comentário ao cap. 19. 1-12).
- 2- Marcos, William Hendriksen, Editora Cultura Cristã, 1ª Edição em Português, São Paulo, 2003 (ver comentário ao cap. 10.1-12).
- 3- Mulher e Homem, Erhard S. Gerstenberger e Wolfgang Schrage, Editora Sinodal, S. Leopoldo, RS, 1ª Ed., 1981.
- 4- El Ministerio Docente de la Iglesia, James D. Smart, Biblioteca de Estudios Teologicos, Methopress, B. Aires, Arg., 1963.
- 5- Antropologia do Antigo Testamento, Hans W. Wolff, Edições Loyola, SP, 1975.
- 6- Theological Dictionary of the New Testament, Gerhard Kittel, Vol. I, Grand Rapids, Michigan, USA, 1974, 6ª Edição. (Ver art. sobre casamento – marriage - Γαμεω > γαμος).
- 7- I Coríntios, João Calvino, Edições Paráclitos, 1ª Edição em Português, 1996, SP (Ver comentário ao capítulo 7).
- 8- A Graça que Vem do Lar, Susan Hunt, Editora Cultura Cristã, 1ª Edição, SP, 2002.

DA IGREJA. CAPÍTULO XXV

XXV.1- *A Igreja Católica ou Universal, que é invisível, consta do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, seu cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas. Ref.:*

- 1- Ef 1. 10,22,23; Cl 1. 18; Ef. 5. 23,27,32.

Síntese.

Nenhuma denominação (ou seita) pode pretender ser a Igreja universal.
A Igreja universal compõe-se de todos os eleitos em todos os tempos.

A Igreja Universal

Não é racial. A Igreja universal é aquela que Deus gerou em Cristo Jesus, seu Filho Amado, e a mantém. Ela, na verdade, não se identifica com qualquer raça, pois se forma de representantes de todas as etnias (Cf Ap 5.9: Ap 7.9). Os que antes não eram povo de Deus pela fato de não serem judeus, agora, em Cristo Jesus, o são, e com absoluta igualdade fraterna, sem nenhum grau de inferioridade pelo fato de serem gentios: *Vós, sim, que antes não éreis povo, mas agora sois povo de Deus, que não tínheis alcançado misericórdia, mas agora alcançastes misericórdia (I Pe 2. 10)*. A universalidade da Igreja inclui pessoas retiradas de todas as formações étnicas sem descaracterizá-las e sem eliminar a cultura peculiar e tradicional de cada uma, menos a cultura religiosa idólatra. Esta igreja de catolicidade abrangente e inclusiva, é, em Cristo Jesus, a “menina dos olhos de Deus”, não o judaísmo. A este povo corporificado em Cristo Jesus, o seu Cabeça, Mentor e Guia, Deus arrebatá-lo-a do mundo e da morte para viver com ele eternamente no seu reino consumado.

Não se identifica com determinada cultura. O judaísmo identifica-se com a cultura judaica, pois suas raízes são comuns: teocracia, lei, sacerdotalismo e exclusivismo. O romanismo liga-se a Roma, ao Vaticano e ao cristianismo vaticanista, que espalhou e espalha sua cultura religiosa a todos os cantos da terra. O protestantismo vincula-se ao luteranismo e ao calvinismo, que mantêm ligações culturais com a Alemanha, a Suíça, a Holanda e a Escócia. O pentecostalismo, como o temos hoje, procedeu dos Estados Unidos com quem mantêm muita identidade cultural, principalmente por meio da música gospel e dos interesses pragmáticos e imediatistas. Toda religião que se vincula a culturas (judaísmo, catolicismo, luteranismo e calvinismo), mesmo sendo corretamente bíblica, não pode ser chamada de universal no estrito significado do termo. O fato de haver judeus em todas as nações do orbe terrestre, não significa que o judaísmo seja universal, mas apenas universalizado, mantendo sua raça e sua cultura no meio de todas as raças e culturas. A Igreja de Cristo está em qualquer cultura, mas sua identidade é com Cristo e sua ética é bíblica.

Não se confunde com seita. Nenhuma Igreja com qualificativos pode pretender a universalidade, mesmo que traga no seu nome a palavra “universal”. A própria definição identificadora restringe seu universo de atuação qualificativa e de ministério. Afirmar, como fazem alguns, que determinada seita é a “verdadeira Igreja de Deus” é descabida pretensão, resultando em disputa entre muitas “verdadeiras Igrejas”. A Igreja Universal de Cristo não se prende a denominações, nem a culturas nacionais; isto porque ela não emergiu da história, não nasceu da religiosidade humana; é uma criação divina, fruto da revelação, um patrimônio de Deus entre os homens, cujo objetivo é manifestar a vontade salvadora da divindade trina.

A Igreja Universal é Invisível

A Igreja Universal de Cristo, embora esteja contida em várias denominações cristãs realmente bíblicas, não se especifica nem se determina por meio de nenhuma delas particularmente. Nas igrejas institucionais, de maior ou menor historicidade, há muito joio: em umas, mais; em outras, menos. Na verdadeira Igreja Católica do Cordeiro não existe réprobo vestido de servo de Deus, bode com pele de ovelha. Ela se compõe exclusivamente de eleitos chamados, regenerados e justificados por Cristo Jesus. A Igreja autêntica de Deus é racionalmente invisível e imperceptível. No rol preordenado de seus membros não constam reprovados, como acontece com as igrejas denominacionais visíveis; ela é a exclusiva soma dos eleitos do Pai eterno, vinculados a Cristo Jesus: a Igreja que Deus elegeu para si e a chamou por intermédio de seu Filho para ser sua esposa, seu corpo e *a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas*. A Igreja invisível não se volta para si mesma, não se direciona ao sensível, ao

material, ao lucrativo e ao poder temporal, pois é radicalmente teotrópica e teocêntrica, firme em Cristo Jesus e fortemente atraída para aquele que a elegeu, vocacionou-a para a filiação divina e a chama continuamente à servitude: Ela é de Deus, vive dele e para ele na condição de filha e serva.

A internacionalidade da Igreja visível.

XXV.2- *A Igreja visível, que também é católica ou universal sob o Evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a Lei) consta de todos aqueles que pelo mundo inteiro professam a verdadeira religião¹, juntamente com seus filhos²; é o reino do Senhor Jesus³, a casa e família de Deus⁴, fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação⁵. Ref.:*

- 1- I Co 1.2; I Co 12. 12,13; Rm 15. 9-12.
- 2- Gn 17.7; Gl 3. 7,9,14 cf Rm 4; At 2.39; I Co 7. 14; Mc 10. 13-16.
- 3- Mt 13. 47; Cl 1. 13; Is 9. 7.
- 4- Ef 2. 19.
- 5- Mt 28.19; At 2.38; I Co 12.13; Mt 26. 26-28.

Síntese.

A pluralidade da Igreja visível é fato constatado.

Soma dos batizados ou dos verdadeiros professantes da fé cristã.

Fora da Igreja visível de Cristo não há salvos.

A pluralidade da Igreja visível

Israel compunha-se de várias tribos culturalmente diferenciadas e várias escolas rabínicas, cada uma com sua interpretação do código mosaico, da “Torah” e dos profetas. A igreja visível também se constitui de múltiplas denominações, cada uma com seu governo e suas doutrinas. A real Igreja de Cristo, no entanto, continua harmônica e sintônica nas afirmações doutrinárias essenciais, divergindo nos conceitos teológicos periféricos. Consideramos como base da essencialidade da Igreja a aceitação: a-

- a- Da Escritura Sagrada como única regra de fé e norma de comportamento.
- b- Da Trindade como Deus uno, sendo igualmente divinas, coessenciais, consubstanciais e coiguais as pessoas trinitárias: Pai, Filho e Espírito Santo.
- c- Da morte vicária de Cristo para salvação de todos aqueles que nele crêem, sendo o seu sumo-sacerdócio universal, eterno, completo e plenamente suficiente.
- d- Da justificação pela graça, mediante a fé em Cristo Jesus, dispensando qualquer cooperação humana na obra de redenção.
- e- Da ressurreição do corpo e da vida eterna em e com Cristo Jesus, eliminando mediadores secundários por inoperância e inutilidade.
- f- Da Igreja universal como reino de Cristo na terra, apesar da introdução e intromissão de reprovados no seu corpo militante multiforme.
- g- Finalmente, a aceitação dos doze artigos confessionais do Credo Apostólico, a profissão de fé histórica da Igreja.

As diferenças à margem desta essencialidade fundamental são, no nosso entendimento, secundárias, e não devem ter prioridade, a ponto de levar os apegados a doutrinas secundárias a separarem-se das outras famílias cristãs ou delas se isolarem. Infelizmente, muitas divisões da Igreja visível acontecem por influências de líderes carismáticos, que tornam proeminentes aspectos não essenciais da fé cristã para conseguirem adesões aos seus objetivos cismáticos e aos seus inconfessáveis ideais de liderança e de benefício próprio. Não defendemos a fusão em um corpo eclético de todas as denominações, criando uma “super-Igreja” doutrinariamente descaracterizada,

mas propugnamos pela convivência respeitosa das várias famílias cristãs, que professem as doutrinas básicas do cristianismo procedente do movimento reformador do século XVI.

Igreja visível, soma dos batizados

A porta pela qual se entra na Igreja visível é o batismo. Muitos batizados, no entanto, nela penetram, valendo-se de confissão formal de fé perante seu ministério ordenado. Tal confissão racional dos irregenerados, embora doutrinariamente correta, não parte de consciências transformadas e de corações arrependidos, mas apenas de mentes conformadas aos pressupostos teológicos, sociais e éticos da denominação escolhida. São pessoas que Deus não escolheu para pertencerem à sua Igreja; elas, sim, escolheram uma facção religiosa para, supostamente, terem acesso à divindade, conseguirem bênçãos materiais e espirituais e salvarem suas almas. Tais intrusos almejam beneficiarem-se de Deus, e não propriamente serem bênçãos em suas mãos como servos do Filho e conservos dos irmãos. A Igreja visível, pois, contém trigo e joio. A invisível, somente trigo.

Todos os membros da Igreja visível, em quaisquer denominações verdadeiramente cristãs, são exteriormente “professantes”, isto é, professam a mesma fé. No meio desses, porém, há os que são realmente crentes regenerados, que formam a razão de ser e de existir da Igreja aos olhos do Salvador. Deus tem filhos reais, legítimos, no meio de falsos filhos no corpo universal de sua família, na comunhão institucionalizada de seu povo. Muitas instituições eclesiásticas apresentam-se como Igrejas, mas nem sempre se identificam com o verdadeiro “Corpo de Cristo”, não somente em razão de uma moralidade não cristã, mas, sobretudo, em virtude de afastamento, e até rejeição, do conjunto das ordenanças bíblicas. Assim como o organismo humano possui células cancerosas, também a Igreja contém crentes falsos que, quando predominam, numérica e politicamente, contaminam-na e a fragilizam grave e danosamente, causando-lhe males, freqüentemente de conseqüências destruidoras.

Fora da Igreja não há salvos

A Igreja, pelo que nos ensinam as Escrituras, é o Corpo de Cristo, a Videira Verdadeira, o Edifício Sagrado de Deus, a Família da Fé, a Comunhão dos Santos, a Esposa de Cristo. Todos estes conjuntos são constituídos de partes individualizadas, que são os membros, isto é, os crentes realmente regenerados e integrados à coínonia comunitária. Portanto, *fora da Igreja invisível*, que parcialmente se visualiza nas comunidades visíveis, *não há salvos*. Na Igreja militante pode haver, e tem havido, penetração de irregenerados, o que não ocorre na Igreja invisível, onde o Salvador não inclui irremissos. A Igreja protestante afirma que *fora de Cristo não há salvação, mas que todos os salvos são incluídos do “Corpo dos Eleitos”, a Comunhão Universal dos Santos do Cordeiro*.

XXV.3- *A esta Igreja Católica Visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para congregamento e aperfeiçoamento dos santos nesta vida, até o fim do mundo, e pela sua própria presença e pelo seu Espírito, os torna eficazes para esse fim, segundo a sua promessa¹. Ref.:*

1- Ef 4. 11-13; Is 59. 21; Mt 28. 19,20.

Síntese.

Deus equipa sua Igreja com ministros ordenados.
Deus deu à Igreja os meios de graças: Batismo, Santa Ceia, Palavra e Oração.
Deus concedeu à Igreja os ministérios da pregação e do ensino.
Os ministérios existem para a edificação da Igreja.

Os ministérios ordenados da Igreja

Os ministérios específicos ou ordenados da Igreja, quando a invisibilidade predomina sobre a visibilidade, são providências divinas: *E ele mesmo concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas, e outros para pastores e mestres (Ef 4. 11).*

O apóstolo foi aquele que conviveu com o Filho de Deus, apreendendo diretamente dele a revelação neotestamentária. A Palavra de Deus estava viva e existencialmente presente diante dele no Verbo encarnado (Jo 1.1-3). O apóstolo foi o primeiro receptor tanto do ensino oral como do mediado por símbolos e signos como a Ceia e o Batismo. O sacramento da Ceia do Senhor foi ministrado por Cristo pessoalmente aos seus discípulos imediatos (Mt 26. 17-30), e foi *concedido* ao apóstolo Paulo, posteriormente chamado ao apostolado e preparado por meio de estreitíssimas experiências com o Verbo encarnado (Cf At 9.1-19 e II Co 12. 1-6). O intelectual apóstolo dos gentios comunica-nos ter recebido de Cristo o ministério apostólico e a autorização para comunicar a palavra de Deus e para ministrar, originalmente, os sacramentos. Seu apostolado, portanto, não procedeu dos apóstolos, mas diretamente de Jesus Cristo. Vejam os seguintes textos:

a- *Porque eu não recebi, nem o aprendi de homem algum, mas mediante revelação de Jesus Cristo... (Gl 1.12).*

b- *Quando, porém, ao que me separou antes de eu nascer e me chamou pela sua graça, aprovou revelar seu Filho em mim, para que eu o pregasse entre os gentios, sem detença; não consultei carne e sangue, nem subi a Jerusalém para os que já eram apóstolos antes de mim (1.15-17).*

c- *Porque eu recebi do Senhor o que também vos entreguei: que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão; e, tendo dado graças, o partiu e disse: Isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim. Por semelhante modo, depois de haver ceado, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é a nova aliança no meu sangue; fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim (I Co 11. 23-25).*

Resumindo: Cristo, quando instituiu a Ceia, ministrou-a pessoal e diretamente aos seus apóstolos, ordenando-lhes a sua ministração à Igreja. Paulo, porém, embora não a tenha recebido das mãos físicas do Mestre no ato da instituição, recebeu-a por ordenação e comissão, sendo-lhe conferido a mesmíssima autoridade dos demais.

O profeta é o comunicador da Palavra de Deus à Igreja. Esta Palavra, por intervenção e autorização divinas, foi registrada nas Escrituras de onde o verdadeiro profeta a extrai, iluminado pelo Espírito Santo, e a transmite ao povo de Deus com autoridade e fidelidade, cumprindo sua vocação e seu mandato. Pregadores há muitos, mas profetas vocacionados existem poucos. Calvino, certamente, foi um deles. Profeta, portanto, é o intérprete, esclarecido pelo Espírito Santo, das Santas Escrituras. Deus clareia a mente do profeta para o entendimento da revelação bíblica; este a faz compreensível ao rebanho de Cristo. Pregar a Palavra de Deus não é fazer discurso religioso, mas interpretar para os crentes e não-crentes a vontade de Deus revelada nas Escrituras.

O evangelista é o servo de Cristo vocacionado para dizer aos preordenados à salvação que eles são eleitos em Cristo Jesus e destinados à vida eterna, mas que a

redenção não é automática em virtude da eleição, pois os eleitos o são para serem salvos em e por Cristo Jesus, mediante sua morte vicária (Ef 1. 4,5). A pregação do Evangelho salvador encontra guarida e resposta no coração do predestinado, mas não do rejeitado. Deus elege os fins redentores e os meios de redenção. Os evangelistas são escolhidos de Deus para, ordinariamente, comunicarem o chamado divino aos eleitos: eles são o meio pelo qual a convocação de Deus chega aos predestinados à vida eterna; por eles Cristo é anunciado de maneira convincente a todos os que Deus preordenou à salvação. A Igreja toda é evangelista por estar no mundo, por seu testemunho convivencial, testemunhal e proclamatório, mas há dentro dela aqueles que Deus vocaciona especificamente para o ministério da evangelização. Paulo foi um evangelista primoroso e também um teólogo de primeira linha.

O pastor é o que pastoreia, cuida do rebanho, alimentando, defendendo, ensinando, unificando e orientando. Hoje se confunde o *bom pastor* com o *bom orador* que, nem sempre é pregador consciente e eficiente. Discurso religioso e pregação são coisas diferentes. Pregador é um dever pastoral, mas não o principal nem o exclusivo. O mandato do pastor é o *pastoreio*, nos termos da comissão original de Cristo a Pedro:

Perguntou Jesus a Simão Pedro: Simão, filho de João, amas-me mais do que estes outros? Ele respondeu: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Ele lhe disse: Apascenta os meus cordeiros. Tornou-lhe a perguntar pela segunda vez: Simão, filho de João, tu me amas? Ele lhe respondeu: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Pastoreia as minhas ovelhas. Pela terceira vez Jesus lhe perguntou: Simão, Filho de João, tu me amas? Pedro, entristeceu-se por ele lhe ter dito pela terceira vez: Tu me amas? E respondeu-lhe: Senhor, tu sabes todas as coisas, sabes que te amo. Jesus lhe disse: Apascenta as minhas ovelhas (Jo 21. 15-17).

O pastor que Deus escolheu para pastorear o rebanho de Cristo devota profundo e incondicional amor ao Pai eterno e, em conseqüência, dedica amor sincero à ovelhas do Cordeiro, entregues aos seus cuidados pastorais.

O mestre é aquele que o Senhor da Igreja chama e habilita para o conhecimento das línguas originais e pesquisas exegéticas, teológicas (especialmente no campo da soteriologia), bíblicas, históricas, sociológicas e eclesiológicas, produzindo dicionários, comentários e tratados doutrinários com os quais os pastores são equipados para o ministério do proclamação, do ensino e da edificação. Habilitados pelos mestres que militam nos seminários e enriquecem as bibliotecas pastorais, os pastores, quando estudiosos e aplicados, tornam-se eficientes como pregadores, professores e escritores de obras didáticas para os crentes. Os mestres, portanto, são aqueles que municiam os ministros dos instrumentos necessários ao pastoreio. Eles garimpam, descobrem as pedras brutas, lapidam-nas e as entregam aos pastores, que receberam formação necessária para apreenderem as pesquisas dos especialistas, assimilarem-nas e as transmitirem às suas ovelhas. O mestre, portanto, é o pesquisador, o cientista que descobre e manipula o medicamento, cabendo ao pastor a função de conhecer o produto e receitá-lo, conforme as necessidades carenciais dos pacientes. Tão importante é o médico que receita com precisão o remédio como o cientista que o descobriu. Um depende do outro.

Dádiva dos Meios de Graças

Deus equipou a sua Igreja, tanto a do Velho Testamento como a do Novo, com meios de graça necessários à sua formação, crescimento, preservação, edificação e santificação. Esses meios de graça são: As Escrituras, os sacramentos e a oração. Nenhum desses meios é produto da vontade humana: são todas doações divinas, sendo o homem apenas receptor, comunicador e beneficiário. Não foi a Igreja que instituiu

o Batismo e a Ceia do Senhor, nem é ela a autora da revelação. Não é o crente que “produz” a oração ao Salvador, mas é o próprio Deus, pelo seu Santo Espírito, que a gera na mente regenerada de seus eleitos (Rm 8. 26). A Igreja é uma criação divina, o “povo de Deus”. O seu alimento espiritual, os meios de graça, são graciosamente providos pelo seu Criador.

Igreja, agente magisterial de Deus

Deus outorgou à Igreja a revelação (a Escritura Sagrada), ordenando-lhe que a pregasse aos pecadores e a ensinasse aos convertidos, discipulando-os:

Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até a consumação do século (Mt 28.19,20).

Os ministérios didáticos e querigmáticos da Igreja são parte de sua natureza, constituição e vocação.

Ministros, edificadores da Igreja. Os ministros, embora vivam do rebanho (I Co 9. 7), não podem fazer do ministério uma profissão, visando rendimentos, pois exercem apostolado que, por natureza, não se prende ao financeiro e nem depende dele para a qualificação de seu ministério. Como os levitas no Velho Testamento, os pastores, no Novo, não devem possuir empresas econômicas mercantis, industriais, bancárias ou agrárias. A norma é a recomendação do divino Redentor:

Não vos provereis de ouro, nem de prata, nem de cobre nos vossos cintos; nem alforje para o caminho, nem de duas túnicas, nem de duas sandálias, nem de bordão; porque digno é o trabalhador do seu alimento (Mt 10. 9,10 cf Mc 6.7-11; I Co 9.14 e I Tm 5.18). O alimento do pastor é provido pelo rebanho, mas não seu enriquecimento (Cf Mt 10.41,42). O ministro de Deus não pode ter dupla ocupação, uma eclesiástica e outra secular. Seu ministério, conforme as ordenanças divinas, deve ser de dedicação exclusiva e tempo integral. A sua vida, nas vinte e quatro horas diárias, fica à disposição do Sumo Pastor, Jesus Cristo; pois responde pela edificação da Igreja e por sua vitalidade espiritual tanto na reunião como na dispersão. Ele cuida do corpo e de cada um de seus membros.

A maior ou menor visibilidade da Igreja

XXV.4- *Esta Igreja católica tem sido ora mais ora menos visível¹. As igrejas particulares, que são membros dela, são mais ou menos puras conforme nelas é, com mais ou menos pureza, ensinado e abraçado o Evangelho, administradas as ordenanças e celebrado o culto público⁹. Ref.:*

- 1- Rm 11. 3,4; At 9. 31.
- 2- I Co 5. 6,7 cf Ap., caps. 2 e 3).

Síntese.

A maior ou menor visibilidade da Igreja depende da maior ou menor porcentagem de eleitos em seu conjunto.

Os sinais da visibilidade ou da veracidade da Igreja são: Evangelho autêntico, sacramentos corretos, culto teolátrico e bibliocêntrico, disciplina.

Os eleitos e a visibilidade da Igreja

Para os reformados, a Igreja invisível constitui-se de todos os eleitos em todos os tempos. É a Igreja que Deus chamou, preserva e santifica. Todos os que foram salvos, os que estão sendo, e os que serão, fazem e farão parte, por eleição e por

inclusão, da Igreja invisível, que se oculta na multiplicidade de igrejas denominacionais. A Igreja visível compõe-se de igrejas particulares, quer da mesma denominação quer de denominações diferentes, cada uma delas com características próprias de governo, de doutrina, de disciplina e de liturgia. Tal diversidade já se verificava na Igreja primitiva neotestamentária: *Jerusalém*, mais voltada à ortodoxia vetotestamentária, com sistema democrático de governo, pastorado fixo e ação de Deus mediante a Palavra revelada. *Coríntios*, comunidade em que o governo e a doutrina, acreditava-se, eram providos ou dados diretamente pelo Espírito Santo. Em Jerusalém, cremos, a manifestação da visibilidade da *communio electorum*, a Igreja dos eleitos, era maior, porque a visão missionária era mais intensa; a pregação do Evangelho, mais genuína; os interesses imediatos e materialistas, muito menores.

Em suma: Quanto maior o número de eleitos em uma igreja particular, mais autêntica ela será e mais próxima da Igreja invisível.

Sinais da autenticidade da Igreja

Classificar-se-á a Igreja mais ou menos próxima da idealidade, existente na Igreja Invisível, pelos seguintes signos teológicos e ministeriais:

a- *Escrituras como única regra de fé e norma de conduta.* A Bíblia não pode ser adulterada nem acrescentada; não deve ser mal interpretada nem servir de sustentação a heresias retiradas de textos isolados, descontextualizados da revelação geral e da matéria focalizada. O Evangelho, pois, tem de ser corretamente ensinado e pregado. Para isso são indispensáveis os verdadeiros profetas, bem preparados em eficientes “escolas de profetas”, nas quais a Escritura seja a principal matéria e o fim da educação teológica.

b- *Os sacramentos, corretamente ministrados.* Nossos sacramentos, segundo as Escrituras, são apenas dois: Batismo e Ceia do Senhor. O Batismo deve ser ministrado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, conforme a ordenança de Cristo em Mateus 28.19. O elemento material aplicado deve ser exclusivamente a água, independentemente da forma: aspersão ou imersão. A Igreja romana acrescenta ao batismo: sal, saliva do padre, óleo bento, vela acesa, padrinhos e *sinal da cruz*. Semelhantes acréscimos não são bíblicos e, portanto, os verdadeiros reformados os rejeitam.

d- *O Culto bibliocêntrico e teolátrico.* A Escritura Sagrada é o manual litúrgico da Igreja; e mais, é a geradora do culto na condição de verdade revelada. Ela é o poder de Deus para o chamado e à salvação, tanto quanto o é para a comunhão e a adoração. Toda a vontade de Deus, necessária à condução do homem no caminho da redenção, da santificação e do serviço coinônico e litúrgico, encontra-se revelada e registrada nas Santas Escrituras. A Palavra de Deus cria o processo redentor e todos os meios soteriológicos instrumentais indispensáveis à sua efetivação. Onde a Escritura não opera, a graça não frutifica e o culto verdadeiro não se realiza, pois é ela que convoca o povo, reúne-o em adoração, instrumentaliza o adorador e o edifica eficazmente a cada adoração, santificando-o continuamente.

O culto é uma criação divina e se destina privativa e exclusivamente ao seu Criador: *Ao Senhor, teu Deus, adorarás, e só a ele darás culto (Mt 4. 10b cf Dt 6. 13)*. A santolatria é desautorizada nas Escrituras, tanto o “santo” sem ícone como o iconizado. A eliminação das imagens nos templos não elimina a idolatria, se os santos continuarem sendo invocados, reverenciados e adorados. Cada “aparição” da Virgem, provoca o surgimento de um novo ícone, que se torna “famoso” e miraculoso, sendo conduzido em procissões ao som de cânticos laudatórios e aclamações pias. Deus quer adoradores que o adorem, não por meio de representações objetivas, mas em espírito e

em verdade (Jo 4. 23,24). Quanto mais se materializa o culto, menos espiritualizado fica, chegando ao ponto de paganizar-se. O neopentecostismo lentamente está introduzindo ícones no culto: fogueira santa, água benta, óleo consagrado e outros. Ter e manter o culto bibliocentrizado é desiderato da Igreja de Cristo. Os sacramentos, devemos dizer, são memoriais de nossa fé e, como tais, poderosos meios de graça. Não podem ser confundidos com ídolos, nem como tais considerados ou transformados. O pão da Ceia do Senhor não se transubstancia em corpo real de Cristo, recrucificado incruentamente na missa, do qual o fiel apropria-se. Deus apropria-se de seus eleitos, não o contrário. O Pai deu-se a nós em seu Filho; o Filho dá-nos o Espírito, que nos alimenta com o pão espiritual da Palavra, do sacramento eucarístico e da oração.

A impureza da Igreja.

XXV.5- *As igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro¹; algumas têm degenerado ao ponto de não serem mais igrejas de Cristo, mas sinagogas de Satanás²; não obstante, haverá sempre sobre a terra uma igreja para adorar a Deus segundo a vontade dele mesmo³. Ref.:*

- 1- Mt 13. 24-30,47,48.
- 2- Rm 11. 18-22; Ap 18.2.
- 3- Mt 16.18; Sl 102. 28; Mt 28. 19,20.

Síntese.

A Igreja visível universal é a soma de igrejas denominacionais e locais.

O Diabo coloca seus filhos na Igreja visível universalizada com o intuito de corrompê-la e interromper-lhe o progresso.

Deus terá sempre uma igreja no mundo, que lhe seja o mais fiel possível.

Igreja universal, soma das particulares

A Igreja visível universal, por ser a soma de igrejas particulares da mesma denominação e de denominações diferentes, fica muito mais vulnerável aos desvios bíblicos, às contaminações heretizantes e às corrupções pecaminosas. Há crentes falsos dentro das melhores e mais evangélicas igrejas; há igrejas falsas, que distorcem os ensinamentos bíblicos por interpretações tendenciosas e corrupções textuais, mas nos seus róis pode haver crentes verdadeiros. As diferenças denominacionais doutrinárias, geralmente periféricas, quando levadas ao fanatismo, provocam o sectarismo e promovem proselitismos interdenominacionais, geradores de descontentamentos, conflitos apologéticos e até inimizades. Nada disso se justifica, mas é o quadro cristão real e presente, que as atuais e as emergentes seitas sectárias criaram e criam. O cristianismo, longe de ser a família cristã, tem sido um ringue de violentas lutas aos olhos estupefatos do mundo.

O Diabo coloca seus filhos na Igreja de Deus

Jesus, na explicação da parábola do trigo e do joio, literalmente declara: *O que semeia a boa semente é o Filho do Homem; o campo é o mundo; a boa semente são os filhos do reino; o joio são os filhos do maligno; o inimigo que o semeou é o Diabo; a ceifa é a consumação dos séculos, e os ceifeiros são os anjos (Mt 13. 37-39).* Podemos, sem qualquer ofensa exegética ao texto, afirmar que o campo de Deus no mundo é a sua Igreja universal, contida nas várias instituições eclesiásticas, onde o Maligno tem o joio, que são seus filhos, causa de danos imensos ao rebanho do Cordeiro. Sendo filiados ao Diabo e não a Cristo, tornam-se verdadeiros anticristos no

interior da Igreja visível, já fragilizada pela natural presença dos pecados individuais e coletivos. Somente a misericórdia de Deus preservará os seus eleitos.

A Igreja remanescente

Com base na experiência de Israel, no qual Deus sempre manteve um remanescente fiel, e apoiado na história da Igreja, onde o fio de ouro da graça jamais se rompeu, a Confissão de Westminster sustenta o princípio da continuidade da Igreja de Cristo, mesmo nas situações mais críticas: *Haverá sempre sobre a terra uma Igreja para adorar a Deus segundo a vontade dele mesmo*. Nesta linha de pensamento, pode-se invocar a declaração de Cristo de que *as portas do inferno não prevalecerão contra sua Igreja* (Mt 16. 18- citação referencial), pois os poderes menores jamais superarão o maior, que é Deus. Nada e ninguém separará o eleito de Deus de Cristo Jesus, nosso Salvador (Rm 8. 31-39). Como Israel, a Igreja pode ter épocas de grande entusiasmo, vibração e consagração, mas também passar por períodos de esfriamento, de mau testemunho e de comprometimento com o mundo. Deus, porém, não permitirá a liquidação de seu reino sobre a terra, a morte de sua Igreja. Ela é dele; o seu Cabeça é Cristo; seu guardador, guia e instrutor é o Espírito Santo.

O Cabeça da Igreja, Cristo.

XXV.6-Não há outro Cabeça da Igreja senão o Senhor Jesus Cristo¹; em sentido algum pode ser o Papa de Roma o seu cabeça, mas ele é aquele anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição que se exalta na Igreja contra Cristo e contra tudo o que se chama Deus. Ref.:

1- Cl 1.18; Ef 1. 22,23; Mt 23. 8-10; I Pe 5. 2-4; II Ts 2. 3,4.

Síntese.

O Cabeça da Igreja de Cristo é o próprio Cristo.

O Papa não é o cabeça da Igreja universal, mas apenas chefe de uma denominação ou ramo do cristianismo.

Cristo é o Cabeça da Igreja

Nós, reformados, não acreditamos em um Cristo submetido ao clero, preso em ostiários e em vasos de vinho consagrado. Ele governa a Igreja, sendo sua Cabeça, outorgando-lhe o Espírito Santo, habitante do Corpo eclesial e de cada regenerado. O Senhor de todos os eleitos convoca ministros para os ministérios da pregação, do ensino, da administração e do pastoreio, arregimentando-os sob o seu gerenciamento. A ninguém constituiu sucessor ou sucessores, com múnus apostólico sucessório, na qualidade e condição de “substitutos”, para agirem em seu lugar como “mestres divinos”. O Pai dos eleitos regenerados é exclusivamente Deus. Os seus filhos o reconhecem e o respeitam, e de maneira absoluta, como Guia e Mestre, segunda a recomendação de Cristo: *Vós, porém, não sereis chamados mestres, porque um só é o vosso Mestre, e vós todos sois irmãos. A ninguém sobre a terra chamareis vosso pai, porque um só é o vosso Pai, aquele que está no céu. Nem sereis chamados guias, porque um só é o vosso Guia, o Cristo* (Mt 23. 8-10). O mesmo Espírito divino que inspirou as Escrituras Sagradas, ilumina o mensageiro das boas novas para compreendê-las e comunicá-las e cada eleito, que também iluminados, assimila-as e as incorpora aos seus pensamentos e às suas ações diárias. Não somos guiados e convencidos pelo clero de qualquer igreja, mas pelo Espírito Santo, que em nós habita:

Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus, são filhos de Deus (Rm 8.14). O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus (Rm 8. 16).

Todo poder está nas mãos do Filho de Deus, nos céus e na terra (Mt 28. 18), e ele não o delegou a nenhum chefe religioso, pois continua no comando de seu Corpo, a Igreja, com autoridade direta e absoluta: *E pôs todas as coisas debaixo de seus pés, e para ser o Cabeça sobre todas as coisas, o deu à Igreja, a qual é o seu Corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as coisas (Ef 1. 22,23). Ele é o Cabeça do Corpo, da Igreja. Ele é o princípio, o primogênito de entre os mortos, para em todas as coisas ter a primazia (Cl 1. 18).* A onipotência de Cristo não é uma força geradora de poderes localizados, particulares e temporais, mas a potência criadora, preservadora, sustentadora e redentora de ação direta sobre o mundo e, particularmente, sobre a Igreja. No campo da soteriologia, Deus tem feito tudo, independentemente do concurso humano. Os homens são mais obstáculos e opositores que receptores e cooperadores. Não é Deus que depende da anuência e da aceitação do homem; este que carece da escolha e da ação redentora do Salvador.

A liderança do Papa

A Confissão de Fé foi escrita em uma época de beligerância religiosa bipolarizada: Protestantismo e Catolicismo; uma facção atribuindo à outra o anticristismo. Hoje, distante das apologias radicais e, não raro, impiedosas, a Igreja continua combatendo o clericalismo romano, seu sacramentalismo, seu eclesiocentrismo, sua santolatria, especialmente a mariolatria, mas sem negar as virtudes cristãs da Igreja romana: sua fidelidade na tradução das Escrituras; sua adoção da doutrina da Trindade; sua crença na ressurreição final e universal de todos os seres humanos; sua aceitação da morte vicária de Cristo; sua esperança no juízo final e conseqüente implantação do reino escatológico do Cordeiro. São-lhe também reconhecidas as atitudes benéficas, como a defesa da família; da indissolubilidade do casamento; a recomendação do sexo somente no contexto da união conjugal; a rejeição de *uniões civis estáveis* (casamento?) entre homossexuais. A Igreja romana tem muitos erros, à luz das Escrituras, mas não ousamos chamar seu líder máximo de anticristo ou “homem da iniquidade”. Respeitamos os clérigos romanos e seu sumo pontífice, embora discordemos do sacerdotalismo clerical em detrimento do “sacerdócio universal de todos os crentes.” Todos somos “um” em Cristo Jesus, o nosso único Mediador.

SÍNTESE CONCLUSIVA:

I- O QUE É A IGREJA:

- I.1-União dos que Deus separa e convoca: Una, santa, universal e apostólica.
- I.2-É o Reino de Cristo e, conseqüentemente, o Reino da Graça: *Regnum Christi e Regnum Gratiae* (Jo 17. 16,21).
- I.3-É mais que o Reino de Cristo; é seu Corpo: *Corpus Christi* (Ef 1.13; Cl 1. 18). Cristo não reina pelo exercício de poder externa sobre a Igreja; dirige-a por ação interna.
- I.4-Como Corpo de Cristo, ela é o Templo do Espírito Santo ou Santuário de Deus (I Co 3.16; Ef 2.21,22; I Pe 2.5).
- I.5-Ela é a Capital Espiritual do Reino de Cristo, a Jerusalém de Deus (Gl 4.26; Hb 12. 22; Ap 21.2).

II- A NATUREZA DA IGREJA:

II.1- Ela se identifica externamente como Religião Cristã; sendo, neste caso, a soma de todos os batizados (eleitos e não eleitos); dividida em múltiplas denominações: Igreja Visível e Militante.

II.2-Comunhão de Todos os Santos (*Communio Sanctorum*); área ministerial de todos os servos regenerados, que militam na atual existência, e dos que já estão sob proteção e cuidados de Cristo no estado intermediário (*Regnum Gloriam*): Igreja Invisível Militante e Igreja Invisível Triunfante.

Obs.: Para os reformados, sem Cristo não há Igreja. Para o romanismo, sem clero a Igreja não existe. O clero é o ser da Igreja, a habitação do Espírito Santo.

II.3-A Igreja como organismo (*Coetus Fidelium*) em que cada eleito nela incluso é um membro, aí colocado por Deus com e para uma função específica (Cf I Co 12. 12-27).

II.4-Igreja, mãe dos fiéis: berço que acolhe todos os irmãos de e em Cristo Jesus com igual carinho, consideração e amor (*Mater Fidelium*).

III- DEFINIÇÕES CONDICIONAIS DA IGREJA:

III.1-O Corpo dos Eleitos (*Coetus Electorum*) do presente, do passado e do porvir (Jo 15. 16; Ef 1.4, 11-14).

III.2-Reunião de todos os chamados (*Coetus Vocatorum*); aqueles que Deus eleger desde a eternidade e os chamou em Cristo Jesus (Jo 17. 18,19).

III.3-Comunhão de todos os santos (*Coetus Sanctorum*) (Rm 1.7; Ef 1.4; Cl 1.2,22; I Pe 1. 15,16).

IV- AS MARCAS DA IGREJA.

IV.1-Fiel comunicação da Palavra de Deus (Jo 8.31,32,47 I Jo 4.1-3; II Jo 9).

IV.2-Correta administração dos sacramentos (Mt 28. 18; Mc 16. 15,16; At 2.42; I Co 11. 23-30).

IV.3-Correta aplicação da disciplina (Mt 18. 18; I Co 5.1-5,13; I Co 14.33,40; Ap 2. 14,15,20).

V- O PODER DA IGREJA:

V.1- Derivado de Deus e de sua Palavra. A Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil define assim o poder da Igreja:

O poder da Igreja é espiritual e administrativo, residindo na corporação, isto é, nos que governam e nos que são governados (CI/IPB; Cap. I. Art. 3º, capite). Este poder emanado da assembleia, onde o voto do presbítero, Ministro Regente, iguala-se ao de todos os membros, é conferido ou delegado ao Concílio imediato, que o exerce, na condição de mandatário, em nome da Igreja. Trata-se do poder da Igreja local no sistema presbiteriano que, por sua vez, origina-se do poder do Cabeça da Igreja Universal, Jesus Cristo. Os pressupostos autoritativos de doutrina, disciplina e governo encontram-se registrados nas *Escrituras Sagradas, nossa norma de fé e de conduta*. As ordenanças normativas, que regem uma nação, são imperativas e compendiadas em um código substantivo de leis, a Constituição Federal. Paralelamente, Deus governa o seu povo por meio de ordenanças, doutrinas, normas éticas e litúrgicas registradas nas *Escrituras Sagradas, a Palavra do Rei a todos os seus súditos*. Submeter-se à Bíblia é, em última instância, submeter-se a Deus. Conclui-se, pois, que a autoridade máxima da Igreja é Deus na pessoa de seu Filho. O governo do Rei dos reis, Senhor da Igreja, autor e consumados de nossa fé, é exercido pela sua Palavra, a das *Escrituras Sagradas, implantada na Igreja pelo Espírito Santo; por ação direta, pois o Soberano é onipresente; por ministros fiéis a Ele e à sua Palavra revelada*.

V.2- Autoridade dos apóstolos. Cristo convocou doze homens, segundo o critério eletivo e seletivo de Deus, para serem os transmissores de seu ensino e os continuadores de seu ministério; mas não sucessores nem substitutos, pois ele não se afastou de seus remidos, nem podia fazê-lo na condição de Cabeça (Mt 28.20). Ele, na pessoa do Espírito Santo, está presente na vida de seu Corpo eclesial. A realidade existencial de Cristo (vida paixão, morte e ressurreição), bem como os seus ensinamentos, chegaram até nós pelo testemunho e ministério apostólico. A Igreja é apostólica, não porque tem apóstolos, sucessores ou não, mas porque recebeu e recebe, a revelação da nova aliança pelos apóstolos (os doze, mais Paulo). O que se diz da Igreja Primitiva, origem de todas, Jerusalém, diga-se da Igreja hoje, que é fundamentalmente a mesma: *E perseveravam na doutrina dos apóstolos, na comunhão, no partir do pão e nas orações (At 2. 42)*. As questões administrativas poderiam ser resolvidas por consenso (I Co 5. 1-10; II Co 10.6; I Pe 5. 1-4; At 15. 6-35 (destaque dos vs. 6 e 22)), ou por decisão pessoal (At 5. 1-14; I Co 4.18,21; II Co 10. 11; II 13. 2,3).

V.3- Autoridade das Escrituras. A Reforma defendeu arduamente a autoridade das Escrituras em matéria de fé, de culto e de moral, colocando-a acima da Igreja, do clero, da tradição e das profecias emergenciais e marginais ao texto sagrado. A Palavra de Deus tem força de comando, poder de direcionamento e capacidade ímpar de instrução em tudo o que é indispensável à salvação e à santificação do pecador eleito: *Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra (II Tm 3, 16,17)*. As Escrituras são, no conceito reformado, a autoridade máxima para a Igreja, que ouve e acata as ordenanças do Pai por meio de sua Palavra registrada, por sua própria ordenação, no Velho e no Novo Testamentos. Fora da Bíblia Deus não fala à Igreja, nem pelo clero, que a si mesmo se reveste de autoridade ou é revestido por sua denominação, nem por profetas vinculados a qualquer seita ou independentes. Os calvinistas firmam-se no preceito reformado salutaríssimo da *Sola Scriptura* – somente as Escrituras. Sobre o poder de comunicação, conversão, redenção e santificação da Palavra de Deus, ouçamos, mais uma vez, o apóstolo Paulo: *Pois não me envergonho do Evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, primeiro do judeu e também do grego (gentio); visto que a justiça de Deus se revela no Evangelho, de fé em fé, como está escrito: O justo viverá pela fé (Rm 1. 16,17)*. A palavra de Deus, mais que a de qualquer rei, reveste-se de extrema autoridade e de incrível poder (Cf Is 55. 11; Hb 4. 12).

Pela Palavra, Deus criou o universo; encarnou-se em Cristo; habita conosco; está em nós; fala-nos pelas Escrituras. A Palavra criadora é também salvadora. Nossa autoridade suprema, em última instância, é Deus, que nos comanda pelo seu Verbo Eterno, seu imediato revelador, nosso Senhor Jesus Cristo. A vontade do Salvador, expressa nos sacros documentos testamentários, é implantada em nós pelo Espírito Santo na pregação autêntica, no ensino correto e na leitura pessoal ou por meio de terceiros das Santas Escrituras.

FONTES AUXILIARES

- 1- As Institutas ou tratado da Religião Cristã, João Calvino, IV Volume, Casa Editora Presbiteriana e Luz Para o Caminho, 1ª Edição, 1989, São Paulo, SP.
- 2- Theological Dictionary of the New Testament, Kittel, edição de 1984 Vol. III, Cf o termo Εκκλησία.
- 3- Teologia Sistemática, Louis Berkhof, Luz Para o Caminho, 4ª Edição, 1996, Campinas, SP, Cf doutrina sobre a Igreja.

- 4- Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã, Editor Walter A. Elwell, Edições Vida Nova, 1ª Edição, 1990. Cf Igreja.
- 5- O Pensamento da Reforma, Henri Strohl. ASTE, São Paulo, SP, 1ª Edição, 1963. Cf Cap. VIII: Igrejas, Criação da fé e Criadora da fé.
- 6- A Natureza Missionária da Igreja, Johannes Blauw, ASTE, São Paulo, SP, 1ª Edição, 1966.

DA COMUNHÃO DOS SANTOS.

Capítulo XXVI

O Corpo Universal dos Santos

XXVI.1- *Todos os santos que, pelo Espírito e pela fé, estão unidos a Jesus Cristo, seu Cabeça, têm com ele comunhão nas suas graças, nos seus sofrimentos, na sua morte, na sua ressurreição e na sua glória¹, e, estando unidos uns aos outros no amor, participam dos mesmos dons e graças² e estão obrigados ao cumprimento dos deveres públicos e particulares que contribuem para o seu mútuo proveito, tanto no homem interior como no exterior³. Ref.:*

- 1- IJO 1.3; EF 3.16-19; JO 1.16; Fp 3.10; Rm 6. 5,6; Rm 8.1.17.
- 2- Ef 4. 15,16; I Jo 1.7.
- 3- I Ts 5. 11,14; Gl 6.10; I Jo 3. 16-18.

SÍNTESE

A verdadeira comunhão universal, nos termos da Confissão, é da Igreja invisível.

Os que comungam com Cristo, comungam uns com os outros.

A Verdadeira Comunhão Universal dos Santos.

Comungam realmente com Deus os que, eleitos e chamados, estão unidos a Cristo pelo Espírito Santo e pela fé. Na verdade, a congregação local de qualquer seita ou religião possui dois pólos de agregação, que se confundem na Igreja militante, embora sejam de naturezas diversas. Ei-los:

I- Da Opção humana:

1.a- A adesão a uma Igreja da preferência ou dos interesses do optante. Os motivos de opção podem ser, dentre outros: festividades litúrgicas, com apelo forte e insistente à hilaridade e ao prazer sensorial.

1.b- Motivos econômicos, sob a promessa de prosperidade. Quem, sendo membro da Igreja prosperista, não prospera financeiramente, é porque não crê convictamente no “deus da prosperidade”. “Filho de pai rico”, dizem, “tem de ser necessariamente rico”, a não ser que faça como o príncipe da parábola, abandone o pai e esbanje os bens herdados.

1.c- A busca de milagres ou bênçãos. Tal procura de milagres pode dar-se por: desejo de conhecer o desconhecido, a ânsia natural de penetração no além do histórico; a crença de que todos os males são causados por espíritos malignos, que “encostam” nas pessoas; e a solução é o exorcista “credenciado;” a necessidade de livrar-se de doenças, algumas deformadoras e incuráveis, crendo que a “cura divina”, veiculada pelo taumaturgo carismático é a solução final.

1.d- Escolha por familiaridade: é a Igreja dos pais; por consideração e afinidade, nela nasceu e nela permanece. É a comunidade de tradição familiar, geralmente com

muitas barreiras sociais aos que não são do “parentesco”. Os predominantes, até inconscientemente, dificultam o entrosamento dos “aderentes” eventuais.

II- Da Opção divina.

A Igreja visível existe por causa da invisível. É a presença dos eleitos, mantidos no Corpo de Cristo pelo Espírito, pela fé e pela Palavra, a razão de ser da *communio sanctorum* universal de todos os batizados professantes. Os não-eleitos agregam-se à Igreja militante institucional, cujo núcleo agregador e causa de sua existência são os predestinados, na tentativa, sincera ou não, de conseguirem benefícios materiais e sociais imediatos ou benesses espirituais no além. Deus planta a boa semente, o trigo; o Diabo semeia no trigal divino o joio (Mt 13. 24-30, 36-43). Assim, o Soberano eterno permite que sua Igreja seja, até a consumação dos séculos, o povo de Cristo, que se expressa historicamente como tal, mas contaminado por sementes, que não as da graça.

Comunhão bilateral: com Cristo e com os irmãos.

Não somos nós que nos unimos a Cristo; ele é que, soberanamente, nos une a ele por sua infinita misericórdia. Esta vinculação a Cristo, nos meios reformados, é designada de “união mística”. Como o ímã imanta os fragmentos metálicos que atrai e agrega, provocando imantação em cada um deles, a ponto de se unirem entre si; Cristo vincula-nos a ele unilateralmente; vinculação que provoca e promove adesão multilateral de seus redimidos.

Os verdadeiros membros do Corpo de Cristo, ligados na terra, depois de terem sido ligados nos céus¹ - pois a eleição antecede e fundamenta a redenção² - estão indissolúvelmente vinculados ao Salvador³, que efetua neles tanto o querer como o realizar⁴, bem como unificados com seus conservos⁵, como comprovam os respectivos textos:

1- *Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra, terá sido ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra, terá sido desligado no céu (Mt 18.18).*

2- *Assim como nos escolheu nele [Cristo] antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1. 4,5).*

3- *Eu lhes tenho transmitido a glória que me tens dado, para que sejam um, como nós o somos; eu neles e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviaste, e os amaste como amaste a mim (Jo 17. 22,23).*

4- *Porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade (Fp 2. 13).*

5- *Para que não haja divisão no corpo; pelo contrário, cooperem os membros com igual cuidado em favor uns dos outros. De maneira que, se um membro sofre, todos sofrem com ele; e, se um deles é honrado, com ele todos se regozijam. Ora, vós sois Corpo de Cristo; e, individualmente, membros desse corpo (I Co 12. 26,27).*

Aí está um demonstrativo bíblico da Igreja real e ideal, aquela que Deus criou, preserva-a, embora contaminada de joio, e a destina à glória celeste, onde não haverá nenhuma contaminação nem possibilidade de existir, pois o bem triunfará absolutamente sobre o mal. Enquanto, porém, militarmos na terra, enfrentaremos problemas, mas Deus nos preservará da perdição, pois somos dele, patrimônio seu, entregues aos cuidados do Bom Pastor, nosso Senhor Jesus Cristo.

Ministérios naturais da Igreja.

XXVI.2- *Os santos são, pela sua profissão, obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto de Deus e na observância de outros serviços espirituais, que tendam à sua mútua edificação¹, bem como a socorrer uns aos outros*

em coisas materiais, segundo as suas respectivas necessidades e meios; esta comunhão, conforme Deus oferecer a ocasião, deve estender-se a todos aqueles que em qualquer lugar invoquem o nome do Senhor Jesus^{2}. Ref.:*

1- Hb 10.24,25; At 2. 42,46; I Co 11. 20.

2- I Jo 3.17; At 11. 29,30.

*Recomenda-se a leitura de II Coríntios, capítulos 8 e 9.

Síntese.

A santa sociedade dos servos de Cristo é preservada por Deus para preservar-se e unificar-se.

A Igreja, comunidade cúlrica por natureza, é chamada à adoração por seu Senhor.

A Igreja tem de ser comunidade solidária, igualitária e fraternal.

Igreja, sociedade santa.

A Igreja é uma sociedade santa, não exatamente no sentido de absoluta pureza moral, pois todos os seres humanos são pecadores, sem exclusão dos regenerados. Ela é santa porque Deus, pela sua infinita misericórdia, escolheu-a e a separou do mundo para ser seu povo exclusivo. Ela não se defende nem se mantém pela espada própria ou pelo poder material e, muito menos, pelas armas do Estado em que se insere ou pelos cofres públicos. O Deus que a criou, sustenta-a com o pão espiritual de sua Palavra, com a proteção do Espírito Santo e a *guarda miliciana* de seus anjos a serviço de Jesus Cristo, o Senhor da glória. Por outro lado, Deus providenciou-lhe ministros, não somente como pregadores, administradores sacramentais, pastores de ovelhas, mas também defensores de sua espiritualidade, integridade, unidade e doutrina, arriscando por ela a vida física, se necessário. Concedeu-lhe, de outra parte, uma fraternidade intrínseca extremamente rígida, impenetrável à malignidade e indestrutível, a tal ponto de nem *as portas do inferno* serem suficientemente fortes e poderosas para destruí-la. O Corpo dos Eleitos, por ser criação divina, propriedade de Deus e família de Cristo, é permanente. Não há no mundo uma sociedade mais interagida e, conseqüentemente, mais duradoura que a Igreja do Cordeiro. Ela é preservada pelo seu Criador e habilitada a preservar-se, inclusive contra as potências do mal.

Na Igreja, antevisão, embora precária, do que seremos no reino consumado do Cordeiro, a comunhão com Cristo e a fraternidade espiritual dos conservos promovem a igualdade agápica sem destruir as desigualdades físicas, econômicas, sociais, culturais, sexuais e raciais: *Destarte não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus (Gl 20. 28). Há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos (Ef 4. 4-6).* O senhorio e a paternidade de Deus geram a unidade fraternal da Igreja, unindo, pelos vínculos do Espírito, os desiguais: o intelectual com o analfabeto; o milionário com o paupérrimo; o poderoso com o fraco; o negro com o branco; o sexo masculino com o feminino; o nacional com o estrangeiro. Todos são um em Cristo, mesmo com a manutenção das diversidades contrastantes. A Igreja, finalmente, é o estágio terreno necessário. O Criador e Salvador cria-a e salva-a no curso da peregrinação biofísica. O pão material e o espiritual nos são dados aqui. O corpo com o qual ressuscitaremos, à semelhança de Cristo, procede da matéria; mas será eternizado, depois de despido da mortalidade e da corruptibilidade pela ressurreição final no Dia do Senhor. Os espíritos dos mortos, que aguardam a volta do Senhor da vida, encontram-se conscientes sob a proteção do Pai celeste (Cf I Co 15. 20-58; I Ts 4. 13-18; Lc 16. 22, 25; Ap 6.9, 10; Ap 20.4).

Igreja, comunidade litúrgica.

A Igreja de Cristo na terra, à semelhança dos anjos no céu, é uma comunidade de adoradores tanto em reuniões litúrgicas, quando congregados, como na dispersão. No culto comunitário, os redimidos, a uma só voz, em um só propósito e um só coração, cultuam o Salvador em espírito e em verdade. Mas o culto prestado a Deus pelo seu povo não pode ser da escolha ou do desejo dos adoradores, pois quem estabeleceu o modo pelo qual a adoração deve realizar-se é o próprio Redentor; ele quem diz como quer e como deve ser adorado. A liturgia comunitária, pois, obrigatoriamente, tem de seguir os parâmetros litúrgicos estabelecidos na Palavra de Deus. Também, que fique bem claro, que o objetivo do culto não é a satisfação da Igreja nem do adorador, mas daquele a quem se dirige, o Salvador de nossas almas. O louvor não pode ter outro objetivo senão o de cultuar o Criador. Hoje, infelizmente, o púlpito, local de comunicação da Palavra de Deus, tem servido de “oportunidade” mercadológica de supostos “ministros do louvor”. Já presenciei, várias vezes, solistas e conjuntos anunciarem para o “público auditório”: *Agora vamos cantar, para glória de Deus, o hino da faixa X, lado Yl de nosso CD*. Isto, no meu entendimento, é profanação do culto, é venalização do louvor. Culto não é show em que a divindade invocada é aplaudida ostensivamente e os pregadores e cantores são ovacionados, até delirantemente, em alguns casos. A Igreja, não nos esqueçamos, é uma comunidade de adoradores a serviço de Deus, não de si mesmos. O culto é o meio de graça que Deus nos concedeu para que o sirvamos com alegria, sempre na união indissolúvel com Cristo e na unidade fraterna dos irmãos.

Igreja, comunidade caritativa.

Na Igreja de Cristo, o pão de cada dia não pode faltar na mesa de cada irmão. Não se admite um membro da comunidade solidária passar fome, enquanto outros consomem alimentos caríssimos, desnecessários à nutrição orgânica, somente para satisfazer o paladar no requinte social dos banquetes onerosos. Um verdadeiro servo de Deus não se sentirá bem à mesa, sabendo que seu irmão em Cristo está faminto. Não pode haver unidade santa onde não haja a santa caridade, onde o amor não se expresse em atos de socorro aos necessitados da família da fé. Fraternidade cristã sem caridade não existe. Eis um texto contundente sobre o dever caritativo interfraterno: *Então dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo; porque tive fome e me destes de comer; tive sede e me destes de beber; era forasteiro e me hospedastes; estava nu e me vestistes; preso e fostes ver-me. Então perguntarão os justos: Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer? Ou com sede e te demos de beber? E quando te vimos forasteiro e te hospedamos? Ou nu e te vestimos? E quando te vimos enfermo ou preso e te fomos visitar? O Rei então lhes dirá: Em verdade vos afirmo que sempre que o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes (Mt 25.34-40).* O que fazemos aos filhos de Deus, nossos irmãos, ao Senhor celeste o fazemos. Às vezes, o irmão necessitado precisa mais do anzol e da isca, do que do peixe congelado.

Comunhão, não consubstancialidade.

XXVI. 3- *Esta comunhão que os santos têm com Cristo não os torna, de modo algum, participantes da substância da sua divindade, nem iguais a Cristo em qualquer sentido; afirmar uma ou outra coisa é blasfemo¹. A comunhão de uns com os outros não destrói, nem de modo algum enfraquece, o título ou domínio que cada homem tem sobre os seus bens e possessões². Ref.:*

- 1- Cl 1. 18; I Co 8.6; Sl 45. 7; I Tm 6. 15,16.
- 2- At 5. 4.

Síntese.

O homem não perde a sua humanidade na íntima comunhão com Cristo.

A intensidade e santidade da comunhão não leva o homem a nivelar-se a Deus.

A comunhão com os irmãos não significa perder o direito de propriedade em favor da comunidade.

O homem não ganha divindade na comunhão.

Ao tornar-se “um” com Cristo, ao transformar-se em “filho de Deus” pela adoção, ao mudar de natureza pela regeneração, o redimido não perde sua humanidade, não se transmuda em divindade, adquirindo a substância de Deus para ser igual a Cristo. O mistério da encarnação fez com que Deus se humanizasse, tomando integralmente a natureza humana, tornando-se, em Cristo Jesus, *verdadeiramente humano*; mas, ao mesmo tempo e na mesma individualidade, conserva a *plena divindade*. O regenerado, no entanto, pela regeneração, jamais se converterá em divindade, embora, pela comunhão, torne-se “um com Cristo”. Tal unidade é obra da graça de Deus, uma concessão divina ao *filho por adoção*, recebido pelas mãos do Messias. O homem jamais deixará de ser humano, mesmo quando receber seu corpo incorruptível na ressurreição do último dia. Deus pode nivelar-se ao homem em Cristo Jesus para salvá-lo; mas o homem não se nivela a Deus. Os universos são diferentes: Deus é Deus; homem é homem (Is 55. 8,9). A comunhão do crente com o Salvador é íntima e profunda, mas não igualitária, pois um é criatura e o outro é Criador.

O homem não se iguala a Cristo na comunhão.

A comunhão com Cristo Jesus, obra da graça divina, só é possível porque ele se tornou um de nós. Porém, ao nos tornarmos *um com ele e nele*, não nos divinizamos nem nos igualamos ao Ser divino. Quanto mais estreita é nossa relação com Deus em Cristo Jesus mais humanos ficaremos, mais próximos à idealidade prevista pelo Criador e o Salvador ficam as mais nobres criaturas, as eleitas. A comunhão com o Redentor é facultada somente ao redimido, que ganha o privilégio de estar nos braços do Pai celeste, mas como adotado, regenerado, não gerado. Esta distância permanecerá para sempre. O fato de gozar da intimidade espiritual com o Salvador não nos confere o direito de nos igualarmos a ele, de o chamarmos, como alguns fazem, de “amigão”, “meu chapa”, “o Jesus da galera”, “o maioral da patota” e outros epítetos de quem se julga socialmente igual ao divino Mestre. O culto desrespeitoso vem de tal concepção da augusta e divina pessoa de Cristo. Por mais que, pela comunhão, nos tornemos achegados ao Filho de Deus, nunca nos igualaremos a ele: Deus se fez homem; mas o homem não se faz Deus; porque não deixará, em hipótese alguma, de ser criatura humana.

Comunhão, não cooperativa.

A Igreja de Jerusalém entendeu que a comunidade cristã deveria ser uma sociedade igualitária; igualdades sociais, econômicas e espirituais: *Da multidão dos que creram era um o coração e a alma. Ninguém considerava exclusivamente sua nem uma das coisas que possuía; tudo, porém, lhes era comum... Pois nenhum necessitado havia entre eles, porquanto os que possuíam terras ou casas, vendendo-as, traziam os valores correspondentes, e os depositavam aos pés dos apóstolos; então se distribuía a qualquer um à medida que alguém tinha necessidade (At 4.32, 34,35).* A Igreja, retirando a capacidade produtiva de seus membros, retirou também a possibilidade de viver de seus dízimos e contribuições. E, sendo uma sociedade de consumo, logo se

empobreceu, não podendo mais socorrer os seus membros necessitados; agora, em maior número. A Igreja local não pode transformar-se em empresa, escravizada ao poder econômico, nem converter-se em organização caritativa, captora de recursos de seus membros ou de alheios para o cumprimento de seus propósitos beneficentes. Ela é, fundamentalmente, uma instituição espiritual, que se serve do mundo e serve a ele, mas não se estrutura nem se pereniza com o que os bens materiais possam oferecer: dinheiro, imóveis, produção alimentícia e outros. A sobrevivência física não constitui seu objetivo final; ela existe para servir a Deus e, servindo-o, pregar o Evangelho da redenção, receber no seu regaço os convertidos, cuidar espiritual e moralmente deles, prioritariamente, e socorrer-lhes, quando realmente necessitarem. A Igreja, por sua natureza, não pode ter um clero dirigente rico às custas de membros pobres; não se subordina ao poder econômico dos abastados. Ela não é uma instituição financeira. Sua comunhão com Deus e a sua comunhão intermembros ficam prejudicadas com a interferência do empresarismo e a ingerência do deus das riquezas. Os membros da Igreja são, por mandato bíblico, dizimistas, mas não sócios de uma empresa religiosa, pois cada um tem o meio de vida social que Deus lhe concedeu. O Criador destina cada uma de suas criaturas a uma função, papel ou ofício, abençoando as suas atividades profissionais.

FONTES AUXILIARES

- 1- As Institutas, João Calvino, Vol. IV, CEP e Luz Para o Caminho, São Paulo, 1989, 1ª Edição; especialmente o cap. I.
- 2- Communion, G.H. H. Lampe, Artigo em The Interpreter's Dictionary of the Bible, vol. I,
- 3- The Christian Doctrine of the Church, Faith and Consummation, Emil Brunner, Dogmatics, vol. III, Lutterworth Press, London, 3ª Edição, 1996.
- 4- Teologia Sistemática, Louis Berkhof, Luz Para o Caminho, Campinas, SP, 4ª Edição, 1996; consultar "União Mística" e "A Doutrina da Igreja e dos Meios de Graça".
- 5- Introdução À Teologia do Novo Testamento, Alan Richardson, ASTE, SP, 1ª Edição, 1996. Consultar: Cap. XI- Totus Christus; Cap. XII – Israel de Deus.
- 6- A Fé Cristã, ASTE, SP, 1965, 1ª Edição. Consultas a Parte Terceira: A Igreja de Deus.

DOS SACRAMENTOS CAPÍTULO XXVII

Sacramentos, sinais do pacto da graça.

XXVII.1- Os sacramentos são sinais e selos do pacto da graça, imediatamente instituídos por Deus¹ para representar Cristo e os seus benefícios e confirmar o nosso interesse nele², bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à Igreja e o resto do mundo³, e solenemente obrigá-los ao serviço de Deus em Cristo, segundo a sua palavra⁴ Ref.:

- 1- Gn 17. 9-11; Ex 13. 9,10; Rm 4.11; Ex 12. 3-20.
- 2- I Co 10.16; I Co 11. 25,26; Gl 3.27.
- 3- Ex 12. 48; Hb 13. 10; I Co 11. 27-29.
- 4- Rm 6.3,4; I Co 10.14-16.

Síntese.

Sacramentos, sinais e selos do pacto da graça.

Os sacramentos diferenciam os servos de Cristo.

Os sacramentos comprometem com Cristo os seus servos.

Os sacramentos como sinais e selos do pacto da graça

A graça comunicada é implantada e fixada no interior do eleito pela persuasão da Palavra de Deus e pelo poder do Espírito Santo. Depois de constatada externamente pela Igreja e professada oralmente pelo convertido, é externa e publicamente assinalada pelos sacramentos ordenados por Cristo Jesus. A partir de sua aplicação, o professante passa a ser membro do Corpo visível de Cristo e comungante, respectivamente, sendo identificado como cristão, responsável diante de sua comunidade e, pelo testemunho evangélico, engajado nas atividades litúrgicas, missionárias e administrativas da Igreja. A fé professada no batismo é continuamente reafirmada em cada celebração eucarística. O sacramento de ingresso na Igreja tem efeito permanente, mas tem de ser reafirmado, alimentado e reavivado nas ministrações da Ceia do Senhor, um sacramento destinado aos batizados.

Os filhos menores dos membros da Igreja de Cristo são, obviamente, incluídos, por nascimento, no povo da nova aliança, à semelhança do que acontecia no velho concerto. Eles recebem o selo batismal não por declaração própria de fé, mas pelo fato de serem descendentes de herdeiros da promessa. Um filho não nasce num lar cristão por acaso, nem por decisão humana, mas por ato divino, pois nada acontece sem planejamento e eleição do Criador. A criança, descendente de pais crentes, vem à luz no contexto da comunidade dos eleitos e, conseqüentemente, a Deus pertence. O filho do eleito fica sob responsabilidade espiritual dos pais até que possa confirmar, ou não, sua filiação pessoal na comunidade da fé, dentro da qual veio ao mundo. No Velho Testamento, a criança, filha da promessa, era incluída na família dos escolhidos de Deus pela circuncisão. No Novo, ela o é pelo batismo. Os modos de operação são diferentes, mas os objetivos e significados são os mesmos.

O sacramento do batismo somente é *sinal interior, invisível, da graça exterior, visível*, quando se trata de pessoa eternamente eleita, chamada eficazmente, regenerada e salva. No caso de criança eleita como, por exemplo, Jacó, o sinal externo corresponde à bênção interna, e possui caráter e efeito permanentes; isto é, o eleito batizado na infância seguramente professará sua fé, quando adulto. Se morrer antes de adquirir a

idade da razão, certamente será salva em e por Cristo Jesus, porque um eleito, embora não se salve a si mesmo, também não se perde, pois é predestinado à salvação em Cristo Jesus (ver CFW, cap. X. 3). Fora de Cristo não há redenção.

Os sacramentos distinguem os servos de Cristo

Os selos físicos, literais, do Velho Testamento, cederam lugar aos simbólicos e espirituais do Novo. Cada judeu do sexo masculino portava o sinal secreto, no órgão reprodutor, da filiação ao povo de Deus, não necessariamente da salvação. O sinal externo do pacto garantia a inclusão na raça judaica e colocava o circunciso sob o comando do Rei de Israel, enquanto cidadão. Todos os eleitos eram circuncidados, mas nem todos os circuncisos eram eleitos; exatamente como acontece na Igreja: todos os batizados são cristãos, mas nem todos os cristãos são salvos por preordenação e redenção em Cristo Jesus, Senhor da Igreja. Uma vez batizado, não se pode mais escapar do estigma e da responsabilidade de cristão, mesmo sendo joio dentro da Igreja, a não ser que renegue a fé aparente e, em consequência, seja dela excluído. O sinal externo, portanto, impõe deveres eclesiais e testemunhais, conforme a doutrina e a ética da Igreja ministrante, tanto a eleitos como a não-eleitos. Os eleitos, no entanto, são incluídos na Igreja invisível, sendo neles os sinais sacramentais visíveis a Deus, o autor e instituidor dos referidos signos. As marcas ou selos de Cristo nos redimidos acompanharão seus servos eternamente como credenciais diante do Rei dos reis.

Os sacramentos comprometem com Cristo os seus redimidos

O batismo não é, rigorosamente falando, um sinal de proteção individual ou um passaporte para o reino dos céus, mas a marca da submissão a Cristo, da servitude, do ingresso e integração na Igreja. Somos batizados para servirmos ao Filho de Deus no seu corpo eclesial. Os eleitos são, por meio do batismo, assinalados como *douloi* de Deus, engajados no serviço do reino do Cordeiro. Em cada *Ceia do Senhor* lembram que: a- São propriedades de Cristo; a ele devem obediência e consagração. b- Recordam que, para resgatá-los do pecado, entregou sua vida na ignominiosa cruz. c- Firmou com seus redimidos uma aliança eterna, estabelecendo, com cada servo, um vínculo pactual indissolúvel, garantindo a sua permanência em nós e conosco, e a nossa nele e com ele para sempre.

Interação Sacramental.

XXVII.2- *Em cada sacramento há uma relação espiritual ou união sacramental entre o sinal e a coisa significada, e por isso, os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro. Ref.:*

1- Gn 17.10; Mt 16. 27,28; Tt 3.5.

Síntese.

Batismo e ingresso no Corpo de Cristo.

Relação entre a Santa Ceia e o pacto batismal.

O Batismo e o pacto da graça

Deus fez com Abraão um pacto pelo qual ele se tornou o ancestral de um povo escolhido, propriedade exclusiva do proponente e efetivador da aliança. O selo ou sinal do referido pacto foi a circuncisão. Não se trata de um concerto legal, como o mosaico; mas uma aliança de comunhão, preservada pela crença em Deus e submissão a ele.

Abraão, em decorrência da aliança com Deus e absoluta demonstração de lealdade e fidelidade ao seu Senhor, passou a ser chamado de *o pai da fé*, isto é, o beneficiário ancestral da graça. Em conexão com o gracioso pacto abraâmico, Cristo estabelece o da graça no Novo Testamento, recriando por ele um novo povo, *zeloso e de boas obras*, conferindo-lhe um sinal externo, o Batismo, com o mesmo sentido e os mesmos objetivos do signo vetotestamentário, a circuncisão: sinal de inclusão no povo da promessa e selo de propriedade divina dos servos incluídos. Não havia judeu incircunciso; não há cristão sem batismo. O Batismo, como a circuncisão, é um sinal visível de identidade do servo de Cristo, mas é também uma marca invisível, de natureza espiritual, com a qual se apresentará diante do trono de Deus devidamente identificado com Cristo, tanto no estado intermediário como no definitivo, após o juízo final. Somos aceitos em Cristo e identificados pelo signo do batismo tanto diante dos homens como aos olhos de Deus.

Conexão entre Batismo e Ceia do Senhor.

A Páscoa judaica marcou a fronteira entre o domínio de Faraó e o de Deus sobre os israelitas, que eram todos circuncisos. A marca anterior da circuncisão credenciava o judeu à Páscoa. Igualmente, sem o sinal pactual do *Batismo*, o crente não pode ter acesso à comunhão eucarística. A *Ceia do Senhor*, sucedânea da Páscoa judaica, assinala o limite entre o velho e o novo Israel e, por outro lado, estabelece o ponto de partida e a jornada de esperança do êxodo cristão rumo à pátria escatológica: *E digo-vos que, desta hora em diante, não beberei deste fruto da videira, até aquele dia em que o hei de beber, novo, convosco no reino de meu Pai (Mt 26.29)*. E Paulo acrescenta: *Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciais a morte do Senhor, até que ele venha (I Co 11.26)*.

Pelo *Batismo*, que nos é aplicado pela Igreja, Deus nos recebe na comunhão pactual: *Dar-te-ei as chaves do reino dos céus: o que ligares na terra, terá sido ligado nos céus; o que desligares na terra, terá sido desligado nos céus (Mt 16. 19 cf Mt 18.18; Jo 20.23)*. Pela *Ceia*, reavivamos a pacto batismal, validado pela morte vicária do Cordeiro, e renovamos a nova aliança, firmada conosco por Cristo Jesus e selada com seu imaculado sangue. A conexão, pois, entre batismo e Ceia é estreitíssima e consequencial. A graça do Batismo garante-nos a da Santa Ceia, e esta confirma sempre e aprofunda o pacto batismal.

Os sacramentos não operam a graça.

XXVII.3- *A graça significada nos sacramentos, ou por meio deles, quando devidamente usados, não é conferida por qualquer poder neles existentes; nem a eficácia deles depende da piedade ou intenção de quem os administra, mas da obra do Espírito¹ e da palavra da instituição, a qual, juntamente com o preceito que autoriza o uso deles, contém uma promessa de benefício aos que dignamente o recebem². Ref.:*

- 1- Rm 2.28,29; I Co 3. 7; I Co 6. 11; Jo 3. 5; At 8.13-23.
- 2- Jo 6. 63.

Síntese.

Os sacramentos não operam, por si mesmos, a graça salvadora.

O ministrante não qualifica espiritualmente o sacramento nem lhe confere poder.

Sacramento: meio, não sujeito da graça

a- **Os sacramentos e a fé racional.** Para os que defendem e aplicam o princípio da fé racional, a eficácia do sacramento reside na fé de quem o recebe. O valor e os efeitos benéficos do sacramento são conferidos ao receptor de fé consciente, gerada da apreensão racional e conceitual dos ensinamentos escriturísticos. Aquele que bem compreende os sacramentos, certamente, imaginam, recebem-nos corretamente e, ao recebê-los, adquirem com eles e por eles as bênçãos correspondentes, preconizadas na instituição e na ministração. A ausência de fé no ato da recepção, no caso de adultos, acreditam, invalida o sacramento. Em se tratando de crianças irracionais, não devem ser sobre eles aplicados de maneira alguma. Os que o fazem, ensinam, negam as Escrituras e desconsideram a fé como poder justificador. A fé racional, para tais cristãos, é absolutamente necessária para a crença verdadeira e, conseqüentemente, para a salvação. Os débeis mentais e os infantes, por serem desprovidos de fé consciente, estão automaticamente excluídos da graça. A divindade que privilegia a razão e os racionais pertence ao arminianismo. O Deus soberano das Escrituras, detectado pelo calvinismo, não depende da opção receptiva inteligente e consciente do homem para salvá-lo. A fé salvadora, que lhes confere é dom da graça, procedente de sua infinita misericórdia (Ef 2. 8,9), é outorgada exclusivamente aos eleitos, que o foram desde a eternidade, sendo chamados por e em Cristo Jesus.

b- **O sacramento regenerador.** Para o romanismo o sacramento tem poder em si mesmo, *ex opere operato*, isto é, opera, por si mesmo, a graça nele proposta. O batismo liberta o batizado do pecado original e apaga-lhe os pecados fatuais, além de conferir-lhe o Espírito Santo e protegê-lo contra os poderes do maligno. O elemento eucarístico, depois de transubstanciado em Cristo, é deglutido pelo fiel, conferindo-lhe a bênção da purificação e a proteção contra o mal. As funções privativas de Cristo são, antibíblicamente, transferidas para os sacramentos: O batismo recebe o múnus regenerador, usurpando o mistério da expiação em Cristo e o soberano ministério do Espírito Santo, que atua na regeneração (cf Jo 3.5—8). À Santa Ceia atribui-se o múnus salvador. Todas estas transferências atribuídas são processadas por intervenção sacerdotal, portadores do sacramento da ordem. Tudo fazem sem fundamentação bíblica, apenas estribados no “ministério eclesiástico”.

O ministrante

Para o romanismo, o *munus sacerdotal*, também conferido por um sacramento, o da ordem, é indispensável, especialmente na consagração eucarística, “mistério” que somente pode ser executado por um sacerdote, suposto representante de Cristo na terra. Sem o concurso sacerdotal o sacramento não se viabiliza e, viabilizando-se, não tem poder carismático algum de ação *ex opere operato*. O sacerdote, no sistema romano, é o “ser” (esse) da Igreja, o mediador de todas as graças, inclusive a do perdão de Deus.

Os sacramentos bíblicos.

XXVII.4- *Há apenas dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho: O Batismo e a Ceia do Senhor¹. Nenhum dos quais pode ser administrado senão por um ministro da Palavra, legalmente ordenado². Ref.:*

- 1- Mt 28. 19; I Co 11. 20, 23-24;
- 2- Hb 5.4.

Síntese.

Os dois sacramentos neotestamentários: Batismo e Ceia do Senhor.
Ao Ministro ordenado compete administrar os sacramentos.

Os sacramentos neotestamentários

As igrejas reformadas reconhecem, aceitam e praticam somente dois sacramentos, segundo as ordenanças do Senhor Jesus:

O **Batismo**: *Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo (Mt 28. 19)*. O elemento físico e externo do batismo deve ser exclusivamente *água* no seu estado natural, isto é, limpa, potável, sem aquecimento e sem acréscimo de odores. O modo de aplicação da água pode ser por *aspersão* (sistema de purificação vetotestamentário adotado por Deus: Ez 36. 25; Hb 9. 19); *afusão* (ato de borrifar água pura sobre o corpo do impuro: Sl 51. 7); *imersão* (ato de imergir em água ou qualquer outro líquido). A Igreja Presbiteriana usa a *aspersão* por ser prática e bíblica. O batismo de João, o batista, mesmo que tenha sido por imersão, não foi cristão, não incluiu o batizando em igreja alguma (a Igreja cristã não existia), não foi feito em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. O Espírito ainda não havia sido dado (Jo 7. 39). Foi exatamente por isso que os batizados por João, foram rebatizados na Igreja com o batismo cristão (At 19. 2-7). A imersão joanina, se é que existiu, não serviu de modelo para o batismo cristão em virtude de sua inoperância e de seu claro judaísmo.

O batismo, sendo inclusão no povo do pacto, deve ser administrado às crianças, à semelhança do sacramento do qual herdou o simbolismo, a circuncisão. O batismo não possui efeito regenerador, mas é sinal do pacto e meio formador da Igreja visível, onde estão os adultos e devem estar as crianças. A Igreja histórica, perceptível, é a soma dos batizados, eleitos e não eleitos, maiores e menores. O batismo, enquanto sinal aplicado pela Igreja, inclui os batizados na instituição eclesiástica. Quando, porém, ministrado pelo corpo eclesial, por meio de um ministro, sobre o eleito de Deus (adulto ou criança), torna-se *sinal visível da graça invisível*.

O romanismo acrescenta ao elemento único e simples da água os seguintes adendos complementários não bíblicos: *Padrinho* (pai substituto); *saliva* do padre; *sal consagrado*; *óleo bento*; *vela*; *sinal da cruz*. Além dos acréscimos ao batismo e da heresia da transubstanciação dos elementos eucarísticos (conversão em corpo real e divindade de Cristo), a Igreja de Roma tem mais cinco sacramentos, somados ao Batismo e à Eucaristia: *Ordem* (ordenação clerical); *Matrimônio*; *Confirmação* (habilita o batizado à primeira comunhão); *Penitência* (contrição e atrição); *Extrema – unção* (Óleo bento aplicado nos olhos, nos ouvidos, na boca, no nariz, nas mãos, nos pés e nas costas dos moribundos). Este último sacramento recebeu, no Vaticano Segundo, a designação de “Unção dos Enfermos”⁶⁷. Amenizou, mas não modificou, pois continuou com seu propósito “viático” (passagem desta para outra vida).

A doutrina romana da regeneração batismal é radical. Por exemplo: uma criança, filha de católicos romanos, que morre sem o sacramento batismal, não herda o céu, mas vai para o “ limbus infantum”, lugar de neutralidade: nem sofrimento nem gozo. Dessa destinação, tristemente neutra, ela somente sairá, depois de receber o “batismo dos mortos”, que é efetuado pelo sacerdote sobre o túmulo do infante.

A Ceia do Senhor. A Ceia deve ser ministrada exclusivamente com os elementos físicos: *pão* e *vinho naturais*, retirados da utilização comum e consagrados ao uso litúrgico. Depois da oração de ação de graças, tais elementos são distribuídos à comunidade, individualmente, mas no contexto da união comunitária, com as palavras da instituição, proferidas por nosso Senhor Jesus Cristo. Ofertando o pão: *Isto é o meu corpo oferecido por vós; fazei isto em memória de mim (Lc 22. 19)*. Oferecendo o vinho: *Este é o cálice da nova aliança no meu sangue derramado em favor de vós (Lc*

⁶⁷ - Catecismo da Igreja Católica, 7ª Edição (Popular), Editora Vozes e outras, 1997, Artigo 5, pág. 355s, §§ 1499 a 1532.

22. 20). O pão e o vinho não se transubstanciam em Cristo, pois a transformação não é operada nos elementos físicos visíveis, mas no comungante, ao qual o sacramento comunica a graça efetivada pelo Espírito Santo no seu interior. A memória da expiação na cruz é recapitulada, reconstituída e avivada na mente do comungante por ocasião de sua participação na Ceia do Senhor. Tudo, porém, realizado pelo Espírito Santo, que nele habita e nele opera os mistérios da graça.

Os celebrantes

A ministração dos sacramentos, seguindo a tradição apostólica, compete aos ministros ordenados, presbíteros docentes, e deve ocorrer sempre em reuniões públicas da Igreja. Não é o múnus ordenatório do celebrante que qualifica e dinamiza carismaticamente a eucaristia, mas o Espírito Santo, que age, pela Palavra de Deus, na Igreja e atua no interior de cada comungante. O Pastor é apenas o credenciado eclesiástico para o rito sacramental.

A Ceia não é uma refeição simbólica individualizada, mas comunitária. O ministrante deve enfatizar bem este aspecto, pois ela tem o objetivo de agregar os familiares de Cristo em um só corpo, consolidar a união e aumentar a fraternidade, além da reafirmação coletiva do pacto messiânico.

Santa Ceia aos enfermos

Aos enfermos e idosos, impedidos de irem à Igreja para comungarem com os irmãos, o Pastor deve levar-lhes o sacramento, explicando-lhes que o tomam como membros da comunidade, nela integrados, mesmo temporariamente afastados por motivos justos. A unidade da Igreja não se quebra pelo impedimento involuntário de quaisquer de seus membros. Eles não puderam locomover-se até a Igreja; esta, na pessoa do Pastor e de alguns de seus oficiais, deslocou-se até eles, restabelecendo o nexó fraternal e solidário do corpo de Cristo. Eles, portanto, não comungam como indivíduos, mas como membros da Igreja na qual estão inseridos por Deus mediante o batismo.

Os enfermos e idosos, que puderem ser deslocados de suas residências, devem ser transportados pelos diáconos para a comunhão eucarística comunitária. Tal procedimento lhes trará um grande conforto espiritual, deixando-lhes a impressão de que suas presenças são necessárias, indispensáveis e prazerosas aos seus conservos comungantes. Sendo possível, a Junta Diaconal deve proceder assim, e muito conforto, certamente, proporcionará aos irmãos sofredores.

Santa Ceia aos membros menores

A Santa Ceia não deve ser ministrada aos membros menores, especialmente às criancinhas, por dois motivos:

Primeiro: eles não estão na Igreja por iniciativa própria, mas de seus pais, que professaram a fé em lugar deles e por eles tomam a comunhão.

Segundo: O membro menor não tem maturidade para entender o significado da Ceia do Senhor, para fazer um exame de si mesmo (introspectivo) e para “discernir o Corpo” (I Co 11. 28, 29). Há crentes que são “crianças em Cristo”, devendo ser alimentados com nutrição própria aos infantes (I Co 3.1, 2). Na Páscoa judaica certamente as crianças, embora envolvidas, como membros familiares, nos problemas do Êxodo, não tinham condições de ficarem a noite toda em pé, comerem carne assada e

ervas amargas. Os menores, quando se independem de seus pais e professarem a fé, terão acesso à Ceia do Senhor.

Santa Ceia aos Disciplinados?

Os que ensinam que se deve ministra Santa Ceia aos enfermos espirituais usam os seguintes argumentos:

1-Os são não necessitam de médicos. Eles fazem imprópria analogia entre enfermos físicos e enfermos espirituais, repetindo a sentença de Jesus Cristo: “Os são não precisam de médico, e sim os doentes”(Mt 9.12). Este texto Jesus o coloca no contexto da salvação dos gentios, ou “pecadores, na linguagem dos judeus”, com os quais se relacionava. Portanto, sem nexos com um crente desrespeitador das ordenanças bíblicas ou apóstata da fé (Cf Hb 6.4-6 e 10.26-31; Mt 18.15-18). Não é de boa exegese tirar texto fora de seu contexto, especialmente com fins doutrinários. Vamos, porém à analogia do “enfermo físico”. Um enfermo físico não tem o direito de rebelar-se contra os procedimentos hospitalares a seu respeito nem recusar os medicamentos: Ele é “paciente”. Imaginemos agora, que ele abandone o hospital, assumindo o risco de aceleração de sua enfermidade e conseqüente óbito. Ele tem liberdade para proceder assim, contra si mesmo e contra os benefícios hospitalares. O hospital registrará no seu prontuário sua teimosa resistência às terapias clínicas e aos medicamentos curativos, bem como sua fuga irracional e, conseqüentemente, com efeitos danosos à sua vida biológica. Para quem não quer, nada se pode fazer. Analogicamente falando, coisa semelhante acontece com “batizado” que, em persistente contumácia, fere a disciplina, a doutrina, o governo e a liturgia da Igreja, contaminando, não raro, pelo seu mau testemunho e influência maléfica, os irmãos frágeis por neofidade ou má formação teológica e eclesiológica. A Igreja tem de confrontá-lo, e, persistindo na afirmação dos erros e conseqüente negação da fé, afastá-lo, temporária e preventivamente do contato íntimo com seus irmãos; e a esses alertar sobre o comportamento anticristão do conservo. Muitos são recuperados; outros, por contumácia, irrecuperáveis; renegam a Igreja, voltando à putrefação moral e espiritual do mundo. Sobre sua soberana vontade pecaminosa, recalcitrante e ofensiva ao Senhor da Igreja e herética em relação à Palavra de Deus, a Igreja nada pode fazer: Ele recusa terminantemente ouvir a Igreja conforme preconizou Jesus Cristo em Mateus 18.

Qualquer enfermo espiritual que recuse o tratamento do Médico dos médicos, a Igreja não pode aceita-lo na Mesa do Senhor recusado, desrespeitado, desobedecido: Estará fora da comunhão, isto é, convívio com os irmãos da fraternidade cristã com os quais, enquanto digno, partiu o pão. A Igreja é o hospital daqueles que se internam nela sob os cuidados médicos

de Jesus Cristo, não abrigo de rebeldes contra Deus, a sua Palavra e o seu povo.

Jeus foi censurado porque comia com publicanos e pecadores, os renegados pelos judaísmo, marginalizados do então “Povo de Deus”. O Mestre dos mestres estava tirando povo de Deus da redoma judaica, colocando-o em contado com os eleitos de Deus do mundo gentílico e sua tolerância com os odiados publicanos. Nenhuma relação, portando, tem o texto citado com disciplina eclesiástica aos membros desobedientes das Igreja e aos renegadores da fé.

3- Jesus nunca disciplinou ninguém.

Circuncisão e Páscoa, antecedentes do Batismo e da Ceia do Senhor.

XVII. 5- *Os sacramentos do Velho Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significadas e representadas, eram, em substância, os mesmos que os do Novo Testamento¹. Ref.:*

1- I Co 10. 1-4; Cl 2. 11, 12; I Co 5. 7, 8.

Síntese.

Mudaram-se as formas dos sacramentos no Novo Testamento, mas sem alteração de significado, conteúdo, substância e propósitos. O mesmo que realizavam no Velho Testamento, realizam no Novo.

Circuncisão > Batismo

A **circuncisão** foi o sinal do pacto da promessa ou da fé, que Deus fez com Abraão (Gn 17. 9-14) cujos efeitos e resultados constatam-se hoje na universal Igreja de Cristo. Ela foi marca privativa dos descendentes de Abraão, uma identidade oculta aos olhos humanos, mas não aos de Deus, Senhor de todos os verdadeiros circuncisos. Ela não tinha propósito salvador, mas apenas o de identificação dos judeus, procedentes do patriarca ancestral e da linhagem dos professantes da mesma fé no Deus da promessa. A salvação é bênção individual dos eleitos, e nem todos os circuncisos eram eleitos, mas todos pertenciam ao Povo de Deus no Velho Testamento.

O **batismo** possui as mesmas características: É sinal da nova aliança; acontece por meio de uma cerimônia externa e pública; é visível, como signo da graça, apenas por Deus, seu instituidor; inclui os batizados no povo de Deus; não tem poder regenerador, mas identificador dos que pertencem à Igreja visível, onde há batizados eleitos e não eleitos, isto é, salvos e não salvos. Como não havia judeu incircunciso, não há cristão sem batismo. A circuncisão foi aplicada aos filhos recém-nascidos da promessa, não como meio redentor, mas identificador da raça eleita, exatamente como procedem os reformados.

Páscoa > Ceia do Senhor

A **Páscoa** foi, originalmente, um cerimonial de despedida ou de retirada de uma nação estrangeira escravizante, adoradora de deuses estranhos. Foi um cerimonial doloroso em noite de profunda agonia, pouco antes da morte dos primogênitos egípcios

(Ex 12). Foi uma refeição privativa das famílias judaicas. Posteriormente, tornou-se o memorial da libertação, celebrado com elementos das mesmas naturezas e espécies, que eram ingeridos com o mesmo espírito de quem saiu, mas não concluiu a jornada.

A **Ceia do Senhor**, também chamada de Páscoa (Mt 26. 2, 17-19) foi uma refeição celebrativa da despedida do Filho de Deus deste mundo (Mt 26.18), mas o Cristo que levaria nossos pecados e a lei que nos escravizava ele a encravar na cruz; o que, de fato, aconteceu. E mais, todo o novo Israel estava nele e com ele, e sob sua direção, partiu para a Mansão celestial, a verdadeira terra de paz, que mana leite e mel, isto é, de delícias abundantes e completas. A Ceia do Senhor, portanto, é o memorial da morte redentora de Cristo, de nossa libertação, de nossa partida para o Reino consumado de Cristo, de nossa aliança com Deus por intermédio de seu Filho amado.

A *Circuncisão* transmudou-se em *Batismo*, pois a primeira era sombra, tipo e símbolo do segundo, que representa a realidade do que era apenas previsto. O Batismo é a circuncisão aprofundada, objetivada, generalizada e plenamente realizada. A circuncisão deixou de ser judaica e masculina para, no Batismo, tornar-se universal, abrangendo ambos os sexos e a humanidade inteira: todas as nações (Mt 28. 19).

A *Páscoa* converteu-se em *Ceia*, sem sacrifício de animais e sem amarguras humanas, pois Cristo foi o nosso sacrifício, *o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo*. Cristo morreu pelos eleitos de Deus, firmando com eles um pacto de vida eterna pelo derramamento de seu sangue inocente e imaculado.

No Batismo o crente nasce, simbolicamente, para a vida eterna; na Ceia ele é alimentado para o crescimento na graça e consagração, visando o serviço a Deus e à Igreja.

FONTES AUXILIARES

- 1- Batismo, Sinal do Pacto, Onezio Figueiredo, em Apostila da Gráfica Mackenzie.
- 2- Isto é o Meu Corpo, Joachim Jeremias, Edições Paulinas, SP, 1ª Ed., 1978.
- 3- El Bautismo, Sacramento del Pacto de Gracia, Pierre CH. Marcel, Fundación Editorial de Literatura Reformada, Angel Estrada, Rabassa, Espanha, 1968.
- 4- A Fé Cristã Através dos Tempos, Bernhard Lohse, Editora Sinodal, RS, 2ª Edição, 1981 (Quinto Capítulo; Palavra e Sacramento).
- 5- A Bíblia e o Catolicismo Romano, Dreyer e Weller, Casa Editora Evangélica Ltda, 1ª Edição, sem data.
- 6- A Fé Cristã, Gustaf Aulén, ASTE, SP, 1965, ver capítulo VI, Fatores Constitutivos da Igreja.

DO BATISMO

Capítulo XXVIII

Batismo, um meio de graça.

XXVIII.1- *O batismo, sacramento do Novo Testamento, foi instituído por Jesus Cristo¹, não só para solenemente admitir na Igreja a pessoa batizada², mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça³, de sua união com Cristo⁴, da regeneração⁵, da remissão dos pecados⁶ e também da sua consagração a Deus por Jesus Cristo a fim de andar em novidade de vida⁷. Este sacramento, segundo a ordenação de Cristo, há de continuar em sua Igreja até ao fim do mundo⁸. Ref.*

1- Mt 28. 19.

2- At 2.41; At 10.47.

- 3- Rm 4.11;Gl 3. 29; Cl 2. 11,12.
- 4- Gl 3. 27; Rm 6. 3,4.
- 5- Tt 3. 5
- 6- At 2. 38; Mc 1.4; At 22. 16.
- 7- Rm 6.3,4.
- 8- Mt 28. 19.

Síntese.

O Pai instituiu a Circuncisão para marcar Israel; o Filho, o Batismo, para assinalar a Igreja.

O batismo é a porta de ingresso na Igreja visível e o sinal de Deus da graça invisível nos seus eleitos regenerados.

O batismo simboliza, mas não opera, as seguintes graças: união com Cristo, regeneração, adoção e remissão de pecados.

O sinal do batismo é indelével: acompanhará a Igreja eternamente como sinal coletivo do Corpo Místico de Cristo e marca de cada membro.

A Circuncisão vem do Pai; o batismo, do Filho

As ovelhas do Pai, que são todos os eleitos, foram dadas ao Filho, formando com ele um só corpo místico, a Igreja real: *Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo. Eram teus, tu mos confiaste, e eles têm guardado a tua palavra (Jo 17. 6). É por eles que eu rogo; não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus (Jo 17. 9). ... A fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós (Jo 17.21).* O Pai tinha o sinal próprio de suas ovelhas no velho pacto, a *circuncisão*. Cristo, que as recebeu para salvá-las e delas cuidar, deu-lhe novo sinal, o *batismo*, signo de vinculação à Igreja do Cordeiro. O povo de Deus é o mesmo. No Velho Testamento era propriedade direta do Pai, o Rei de Israel. No Novo, passou, por doação do Pai, ao Filho. Então, a Igreja, conseqüentemente, é o *Povo de Cristo*, indissolivelmente vinculado a ele. Não há contradição nem separação: o mesmo Deus trino que elegeu Israel também vocacionou a Igreja, não como povo paralelo, mas sucessor. Não há, pois, dicotomia de símbolos nem mudança de propósitos, mas apenas modificação de elementos, de aplicação e de formas. A universalização do *batismo* é indiscutível; ele abrange todas as etnias e ambos os sexos. Enquanto a circuncisão era um sinal judaico, restrito ao judaísmo; o batismo é um sinal cristão, privativo do cristianismo, que é universal. Yahweh é o EU SOU do Velho Testamento; Jesus, o EU SOU do Novo. O povo de Yahweh era circunciso; o de Jesus é batizado, mas sem qualquer solução de continuidade, pois tanto o Pai como o Filho são pessoas trinitárias consubstanciais.

Batismo, rito de iniciação

O batismo iniciático. O batismo, enquanto rito formal de iniciação no cristianismo, atua apenas externamente como identificação religiosa do iniciado e meio de responsabilização cristã diante de uma comunidade local e qualificação perante o cristianismo universal.

O batismo do predestinado. O predestinado, mediante decreto eterno do Criador, foi planejado e criado para ser de Cristo. O conteúdo interno do batismo, como instrumento contínuo da graça no ser do batizado e como identidade permanente do regenerado aos olhos do Salvador, existirá somente quando o batismo for ministrado pela Igreja aos verdadeiros eleitos, chamados à regeneração em Cristo Jesus. Neste

caso, o sacramento batismal é, efetivamente, *senal visível da graça invisível*, e seu signo jamais será retirado do servo autêntico de Cristo, pois sua iniciação não se deu apenas na Igreja visível, institucional, mas também, e principalmente, na invisível: legação a Cristo na terra e no céu (Mt 18. 18).

Batismo, signo da graça

O batismo assinala ou simboliza as seguintes graças internas e externas: a- Ingresso na comunidade institucional dos eleitos, sendo ou não regenerado. Tal iniciação social e religiosa no povo visível de Deus dar-se-á com base em confissão formal da fé cristã e demonstração comprovada de comportamento compatível com a crença professada. Mas tudo isso pode ser enganoso, tanto para o confessante como para a Igreja, em se tratando de não eleito, embora psicologicamente religioso. b- Acesso à Ceia do Senhor. Ao eleito e chamado, o Espírito Santo concederá a iluminação necessária à compreensão e à apreensão do conteúdo sacramental da Santa Ceia. O réprobo, que a si mesmo se colocou na Igreja, não se capacita ao entendimento espiritualmente correto do sacramento e dele não se beneficia carismaticamente. No caso da Ceia, não discerne o corpo. c- Quanto à remissão de pecados, simbolizada tanto no Batismo como na Ceia, em se tratando de reprovados, o signo simbólico não corresponde ao estado real interno da regeneração e à aplicação dos benefícios expiatórios de Cristo. O pecado da descrença em Deus, eliminado pela morte redentora de Cristo, capacita o crente à luta contínua contra os pecados morais e espirituais, o que não acontece aos não eleitos batizados e comungantes.

Batismo, sinal indelével

O batismo assinala o batizado em dois sentidos: a- historicamente, pois o batizado jamais se livrará, mesmo por renegação ou apostasia, do estigma da lustração batismal. Ele morrerá como batizado ou ex-batizado na condição de fiel às promessas do pacto batismal ou de infiel e apóstata. b- Espiritualmente, pois o batismo do eleito acompanhá-lo-á e permanecerá com ele eternamente, pois o sinal de propriedade, com o qual Deus assinala os seus, é de caráter eterno. A Igreja invisível dos batizados é de dupla dimensão: terrestre ou militante, e celeste ou triunfante. Dupla dimensão, mas não de dupla natureza. A diferença é que, na militância terrena, o eleito é pecador salvo; no reino celeste, ele salvo sem pecado.

Legitimidade do Batismo.

XXVIII.2- *O elemento exterior usado neste sacramento é água, com a qual um ministro do Evangelho, legalmente ordenado, deve batizar o candidato em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo¹. Ref.:*

1 At 10. 47; At 8. 36-38; Mt 28. 19.

2

Síntese.

O elemento externo do batismo é somente água.

Ministrante: Pastor legalmente ordenado.

O batismo deve ser em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Elemento externo: somente água

Símbolo externo: água. O elemento físico e concreto do batismo, segundo a ordenação de Cristo, é somente água. Entendemos que o condicionamento e a quantidade da água pura e natural não altera o simbolismo. Quer a água limpa, não suja ou poluída, esteja em tanque batismal, em rio, em lago, em fonte, em pia batismal, em taça batismal, em hissopo, é sempre água, permanecendo inalterável o símbolo exigido. Tanto fica batizado quem recebe água aspergida sobre a cabeça como aquele que nela é mergulhado.

A forma. Permanecendo o símbolo, as formas, mesmo com variações exageradas, não alterarão o simbolismo, não modificarão os significados. Há batismos válidos, reconhecidos pelo cristianismo, por: aspersão, efusão e imersão; imersão em tanques, piscinas, rios ou lagos. Os meios utilizados também não importam: tanques, piscinas, jarros, taças, pias e hissopos (Sl 51. 7), desde que a denominação que esteja recebendo o batizando seja bíblica e engajada no cristianismo mundial e por ele aceita.

Validações do Batismo

a- **Ministrante.** O ministrante tem de ser legalmente ordenado. Quais as denominações que consideramos cristãs e bíblicas para terem autoridade ordenatória de seus ministros? As que: a- Vivem e pregam corretamente as Escrituras. b- Ministram corretamente os sacramentos. c- Aplicam corretamente a disciplina. Acrescentaríamos as que cultuam corretamente a Deus com liturgia cujos fundamentos sejam ordenados ou prescritos nas e pelas Escrituras. Uma denominação fora destes padrões não se credencia diante da fé reformada para o múnus da ordenação.

b- **Em nome de quem se ministra.** O batismo, no entendimento reformada, firma-se na ordenação do Cristo ressurreto, contida em Mt 28. 19. Este mandato do Salvador é de abrangência mundial e, no conceito calvinista, é a forma estabelecida para a Igreja universal: *Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo*. Isto quer dizer que se batiza para a Trindade, isto é, para Deus. Há seitas que batizam somente em nome de Jesus Cristo, firmadas em textos como At 19.5; At 10. 48. Tais textos explicitam práticas batismais, mas sem poder ordenatório, como acontece com Mt 28.19. Se a ordenação proceder de seita herética, não deverá ser aceita pela fé reformada.

Forma batismal prescrita pela Confissão: aspersão.

XXVIII.3- *Não é necessário imergir na água o candidato, mas o batismo é devidamente administrado por efusão ou aspersão¹.* **Ref.:**

1- Mc 7. 4; At 1.5; At 11. 15,16; Hb 9. 10, 19-21.

Síntese.

Praticidade e higiene da aspersão.

A biblicidade da aspersão é muito clara e sólida.

Houve batismos que, certamente, não foram por imersão.

O batismo de João, o batista, não era cristão, mas apenas preparatório para o batismo cristão, que seria instituído posteriormente por Cristo Jesus.

Aspersão, prática e higiênica

A aspersão, preservando os elementos simbolizantes, a água e as palavras de ordenação do divino Mestre: “Batismo *em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo*” (Mt 28. 19), o ministro reformado, seguindo as normas da CFW, aplica correta e validamente o batismo por aspersão. Esta forma é higiênica e prática, sem qualquer esvaziamento de conteúdo ou de solenidade cerimonial. Batizar em rios, córregos, lagos

ou tanques é sempre um risco de contaminação para o batizador e o batizando. O tanque, depois de alguns batismos, mesmo em água clorada, torna-se anti-higiênico, podendo até veicular enfermidades transmissíveis. Por um processo simples e seguro, a aspensão, o ministro reformado batiza os candidatos professantes da fé cristã, incluindo-os na Igreja visível.

Biblicidade do batismo por Aspensão

Não nos compete negar ou comprovar a biblicidade da imersão; esta tarefa cabe aos apologistas da referida forma batismal. Alinharemos os argumentos bíblicos probatórios da aspensão. Ei-los:

1- **Derramamento do Espírito Santo:** No ato batismal do eleito, a regeneração e a dádiva do Espírito Santo aparecem correlacionados: *Em verdade em verdade te digo: Quem não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus (Jo 3, 5). E três os que testificam na terra: o Espírito, a água e o sangue, e os três são unânimes num só propósito (I Jo 5.8).* Na velha criação, o Espírito de Deus pairava sobre as águas (Gn 1. 2). Uma das graças simbolizadas no batismo é o *derramamento do Espírito*, tipificado no derramamento da água batismal pelo processo de aspensão. Efetivamente, ao recebermos o batismo, não fomos imersos no Espírito, mas este sobre nós foi derramado: At 2. 17, 18, 32, 33; Tt 3. 5 cf Jo 20. 22. Não nos mergulharam no Espírito Santo, isto é, batizados nele por imersão, mas ele *caiu* sobre a Igreja (foi derramado) no dia de Pentecostes (At 2. 17, 18, 32,33). O Espírito “desceu” sobre a Igreja toda, não sobre alguns privilegiados, que, por esforços beatíficos, “mereceram-no”. Não há cristão verdadeiro, ordinariamente falando, sem o batismo com o Espírito Santo, como também não há sem o batismo com água. O derramamento da água simboliza o do Espírito, bênção interna e antecedente.

2- **Batismo de Paulo.** Paulo, efetivamente, foi batizado em pé; e o modo não poderia ser outro, senão o da aspensão (Cf At 9. 18; 22. 16). A expressão grega *ανασταξ βαπτιστη* deve ser traduzida: *Levantando-se [tendo se levantado], foi batizado*, estabelecendo a concomitância dos atos de levantar-se e ser batizado. Paulo, efetivamente, não foi imerso por Ananias.

3- **Aspensões, símbolos de purificações.** As purificações no Velho Testamento eram por aspensões (Nm 19. 13, 22 cf Sl 51, 7), preconizantes tanto do derramamento do sangue redimidor de Cristo como da dádiva do Espírito Santo (Cf Hb 9. 18-22). Jamais a imersão, nas Escrituras, foi prática costumeira de purificações cerimoniais. Sendo o batismo um símbolo da purificação de pecados, não poderia ser por imersão, como de fato não é: *Sem derramamento de sangue não há remissão de pecado (Hb 9. 22).* **Aspensão**, pois, simboliza purificação.

4- **Batismo pelo mar e pela nuvem.** Paulo afirma que os judeus foram batizados pelo mar e pela nuvem, mas não se mergulharam em um ou em outro (I Co 10. 1, 2 cf Ex 14. 27). Atravessaram o mar sem mergulho e andaram sob a nuvem (*hipó ten nephélen*). Tais batismos, seguramente, não foram por imersão.

5- **Quase três mil batizados.** Sem qualquer previsão, quase três mil foram batizados, num só dia, em Jerusalém (At 2. 41), onde não havia tanque batismal nem rio. Certamente tais batismos, seguindo a tradição judaica de purificações, certamente foram efetuados por aspensão. Mesmo em fontes potáveis, pressupondo que as houvesse, os apóstolos não teriam permissão de “imersão” os adeptos da nova fé, que não era aceita pelas autoridades judaicas.

Jerusalém tinha talhas para depósito de águas destinadas às purificações, não tanques (Jo 2. 6).

Além do mais, as purificações eram feitas com “águas vivas”, correntes ou derramadas, não depositadas, estagnadas.

6- **Batismo do Carcereiro de Filipos.** O carcereiro, imediatamente após sua conversão, foi batizado nas dependências do cárcere e à noite (At 16. 32,34). Depois do batismo, é que o carcereiro levou Paulo e Silas para sua casa: *Naquela mesma hora da noite, cuidando deles, lavou-lhes os vergões dos açoitados. A seguir foi batizado, e todos os seus. Então, levando-os para a sua própria casa, lhes pôs a mesa; e, com todos os seus, manifestava grande alegria por terem crido em Deus (At 16. 33,34)*. Próximo aos alojamentos do cárcere não havia rio nem se menciona presença de tanques. Logo, o batismo do carcereiro e de sua família não pode ter sido por imersão, mas, com certeza, o foi por aspersão.

7- **O batismo de Cornélio.** O batismo de Cornélio também não pode ter sido por imersão (At 10. 47), pois ocorreu em sua casa (Cf At 10.22). Com segurança, foi batizado por derramamento de água, como sobre ele havia sido derramado o Espírito Santo; sobre ele e todos os de sua casa, isto é, os que estavam ligados a ele (At 10. 47,48).

8- **O Batismo de João.** O batismo de João, o Batista, não podia ser por imersão pelas seguintes evidências: a- Os judeus desconheciam a imersão como ritual de purificação cerimonial e ele era judeu e encerrava o judaísmo (Lc 16. 16). Como último profeta da ordem judaica, não podia ser inovador. b- Os judeus não faziam purificações cerimoniais em rios, mas no templo, utilizando-se de águas em reservas adequadas (Jo 2. 6). c- João batizou judeus em massa, sem menção de auxiliares; o que não suportaria, individualmente, realizar; seria extremamente estafante e mesmo impraticável (Mt 3. 5-7; cf Lc 3. 7; Jo 3. 23). d- João batizou saduceus, que não acreditavam em ressurreição (Mt 3. 7 cf Mt 22. 23; Lc 20. 27; Mc 12. 18) e, portanto, seu batismo não podia ser imersão, significando *sepultamento e ressurreição*, doutrina batismal que os saduceus não aceitariam. e- João disse que ao seu batismo sucederia o de Cristo, que seria com o Espírito Santo e com fogo (Mt 3. 11). Não se mergulha no Espírito nem no fogo. f- João Batista, com seu batismo judaico, certamente por aspersão, não incluiu os batizados em nenhuma igreja cristã, imercionista ou não, pois ainda a Igreja de Cristo não havia sido organizada. g- Ele não batizou em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, porque não recebeu tal ordenação (Mt 28. 19), e o Espírito Santo ainda não havia sido dado (Jo 7. 39). h- João não batizou os que confessaram fé racional em Cristo, mas os que foram a ele receber o cerimonial de arrependimento, e exclusivamente isto. Alguns batizados por ele tornaram-se seus discípulos, mas não discípulos de Cristo. Estes, para se transformarem em cristãos, foram rebatizados (At 19. 1- 7). i- Para sermos joaninos e cristãos ao mesmo tempo, em sentido literal, teríamos de ser “imerso” (hipótese improvável) na água, no Espírito e no fogo (Lc 3. 16). j- Os batismos efetuados pelos discípulos de Cristo antes de sua morte e ressurreição (Cf Jo 3.22; 4.1,2); portanto, anteriores ao nascimento da Igreja, não podiam ser, seguramente, *batismo cristão*. Por analogia com o batismo de João, deduzimos que eram também “ritos cerimoniais preparatórios”, símbolos de purificação e sinais de arrependimento promissivo, mas jamais um **sacramento**, isto é, uma ordenação divina com os propósitos do *batismo cristão: Meio de graça, e sinal visível da bênção invisível da regeneração*. O batismo cristão é signo e selo reais do regenerado, não apenas símbolo previsivo de arrependimento.

Batizamos por aspersão fundamentados nas Escrituras, pelo que se demonstrou.

Pedobatismo

XXVIII.4- *Não só os que professam a sua fé em Cristo¹ e obediência a ele², mas os filhos de pais crentes (ainda que um só deles seja crente) devem ser batizados. Rf.:*

- 1- Mt 28,19; At 2. 41; A 10.47; Rm 4. 11; Al 3. 29; Cl 2. 11,12; Gl 3. 27; Rm 6. 3,4; Tt 3.5; At 2. 28; Mc 1. 4; At 22. 16 Rm 6. 3,4.
- 2- Gn 17. 7,9,10; Gl 3.9,14; Rm 4. 11; At 2. 28; At 16. 14,15, 33; Cl 2. 11,12; I Co 7.14; Mc 10.13-16; Lc 18. 15,16.

SÍNTESE

Os filhos da promessa nascem sob a promessa, pertencendo ao povo visível de Deus.

Não podemos impedir que as crianças sejam da Igreja de Cristo.

Pais santos santificam os filhos.

Filhos da promessa

Quem aceita a doutrina da preordenação eterna, claramente ensinada nas Escrituras, como afirmam aceitar muitos antipedobatistas, não pode negar a salvação em Cristo de todos os eleitos, adultos e crianças (cf CFW, cap. X, 3,4). Todos os eternamente escolhidos, ao ingressarem na vida pelas mãos de Deus, são incluídos no povo da promessa, devendo receber o sinal do pacto da graça, o batismo. No Velho Testamento o signo da eleição era a circuncisão, marca privativa dos nascidos de pais inclusos na raça eleita. No Novo Testamento, o sinal do pacto do mesmo povo, instituído pelo Deus de ambas as dispensações na pessoa de Jesus Cristo, é o batismo. Se Deus incluía os recém-nascidos no rol de seu antigo povo, recriado em Abraão, o ancestral da aliança da graça, o pai da fé, (Rm 4. 7-12), por que não inclui-los no seu novo povo, herdeiro das promessas? Deus mudou? Certamente, não. Ismael, antes de Isaque nascer, era, além de filho biológico de Abraão, também o legítimo herdeiro, sendo, por isso, circuncidado (Gn 17.23). Ele perdeu a condição de herdeiro, mas não a misericórdia de Deus (Gn 17. 18-21). Sua marca circuncisória comprova que a circuncisão não salvava, nem o batismo salva, mas como a anterior incluía na raça externamente chamada, o posterior, o batismo, inclui na Igreja visível.

Os descendentes de pais israelitas, filhos da promessa, nascidos por ordenação divina no contexto do povo eleito, atravessaram, no colo de seus pais ou sob a proteção deles, o Mar Vermelho e foram batizados (não por imersão) no mar e na nuvem (I Co 10. 1-4). A decisão de aceitar o desafio de Deus, partindo do Egito, foi dos pais, fé que incluiu os filhos no Êxodo, que os submeteu à direção divina. A Igreja caminha o êxodo do novo Moisés, o Filho de Deus, que, comissionado pelo Pai, chamou seu povo do domínio e escravidão do mundo e o colocou em marcha à Canaã celestial. Como no velho Israel, saímos para seguir Jesus Cristo com nossos filhos menores, dádivas de Deus, pelos quais o Salvador requer que respondamos. Que os filhos dos crentes são heranças de Deus, o Salmo 127 o declara: *Herança do Senhor são os filhos; o fruto do ventre seu galardão (v.3)*.

Deus chamou Abraão com seus descendentes; retirou do Egito os pais com seus filhos, que responderam com fé pessoal à convocação divina, mas foram incluídos pela fé dos genitores.

Cristo e as crianças da promessa

Um texto importante, fundamental:

Então lhe trouxeram algumas crianças para que as tocasse, mas os discípulos os repreendiam. Jesus, porém, vendo isto, indignou-se e disse-lhes: Deixai vir a mim os pequeninos [Παιδια = βρεφη –feto, recém-nascido, criancinha, conforme Lc 18. 15], não os embarceis, porque dos tais é o reino de Deus. Em verdade vos digo: Quem não receber o reino de Deus como uma criança, de maneira nenhuma entrará nele. Então, tomando-as nos braços e impondo-lhes as mãos, as abençoava (Mc 10. 13-16).

Jesus recebeu os infantes com a conclusiva declaração: *Deixai vir a mim os pequeninos (παιδια), não os embarceis, porque dos tais é o reino de Deus (Mc 10. 14).* Dizem que Jesus as recebeu, mas não as batizou. Este argumento é inconsistente pelas seguintes fortíssimas razões: a- Eram crianças judias, circuncidadas em tenra idade, filhas do povo da promessa e, portanto, incluídas por ordenação divina no pacto. b- O batismo cristão, ritualizado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, que arrolava o batizando na Igreja, não havia sido ordenado, fato que se deu após a ressurreição de Cristo (Mt 28. 19). O batismo de João Batista não era pactual, mas apenas de arrependimento. d- O Espírito Santo não havia sido dado (Jo 7. 39) e, portanto, não se podia batizar em seu nome. Em suma, Jesus não podia aplicar um batismo cristão inexistente a filhos de pais judaicos circuncidados na infância, assinalados com o signo do pacto seletivo. A declaração mais contundente e conclusiva de Jesus é a de que as criancinhas, παιδια, em Marcos, e βρεφη, em Lucas (Lc 18. 15), que ele colocou no colo, *recebem* o reino de Deus (Mc 10. 15 cf Sl 8. 2; Mt 21. 16), e que o adulto que não receber o reino como o faz a criança eleita, de maneira nenhuma entrará nele. Cristo, seguramente, não fala da *fé racional, mas do dom de Deus*, que não exclui a criança. O mistério da graça é insondável! Ora, se os infantes da promessa têm o Reino de Deus, por que negar-lhes o sinal externo deste Reino, o batismo?

Filhos de pais crentes

A promessa é para nós e para os nossos filhos (At 2. 39 cf Rm 4. 16; Gl 4.28). Os que Deus chamou, salvou e santificou, também os uniu em matrimônio e lhes deu filhos; tudo dentro do contexto do pacto e segundo a soberana vontade do Redentor. Assim, pode-se entender a declaração paulina de que o cônjuge santo santifica o descrente, isto é, qualifica espiritualmente a união para que os filhos sejam santos: *Porque o marido incrédulo é santificado no convívio da esposa e a esposa incrédula é santificada no convívio do marido crente. Doutra sorte os vossos filhos seriam impuros; porém, agora, são santos (I Co 7. 14).* Ora, se o batismo, sendo sinal do pacto e da purificação, logicamente a criança, filha de pais crentes, deve ser batizada, pelos fatos da eleição, do pacto e da geração na família da fé. Filhos de crentes verdadeiros, qualificados como puros e santos pela Palavra de Deus (a autoritativa revelação), devem ser batizados. Eles são santos por nossa causa e porque estão em nós como partes de nós mesmos e do corpo familiar (Cf Js 24. 15; At 16. 31-33). Nas Escrituras o chefe do lar responde perante Deus por sua família. Todos os descendentes e agregados uniam-se a ele, o sacerdote do clã. Isto explica a circuncisão de toda a grande família de Abraão, eleito de Deus, inclusive seus escravos (Gn 17.10-13). Aqueles pelos quais o ancestral era responsável recebiam o sinal da aliança. O princípio da autoridade do

patriarca levou Josué a declarar, respondendo por sua casa: *Eu e a minha casa serviremos ao Senhor* (Js 24.15, in fine). No Novo Testamento, famílias inteiras foram batizadas pela declaração de fé do líder do clã, como aconteceu com o carcereiro de Filipos (At 16. 33,34), com Lídia (At 16. 14-16), com Crispo (At 18.8) e com Cornélio (At 10. 2).

Batismo não regenera.

XXVIII.5- *Posto que seja grande pecado desprezar ou negligenciar esta ordenança¹, contudo, a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente ligadas com ela, que sem ela ninguém possa ser regenerado² e salvo, ou que indubitavelmente regenerados tornam-se todos os batizados³. Ref.:*

- 1- Lc 7. 30; Gn 17. 14.
- 2- Rm 4. 11, 12; Lc 23. 40-43; At 10. 45-47.
- 3- At 8. 13,23.

Síntese.

Não há membro da Igreja visível sem batismo, mas há batizados sem regeneração.

O batismo não regenera nem é selo da fé racional.

A totalidade dos batizados e a totalidade dos salvos

A Igreja visível, em suas várias denominações, é a totalidade dos batizados, daqueles que professam formalmente a fé cristã. Nesta Igreja visível estão os eleitos de Deus, no meio dos irregenerados igualmente professos e externamente identificados como “servos de Cristo”. Os escolhidos do Pai entregues ao pastoreio do Filho, mesmo social e religiosamente ofuscados pelos falsos crentes, são assinalados internamente pela graça invisível da redenção e, como tais, plenamente reconhecidos por Deus. Então, o batismo é, para o irregenerado, apenas *senal externo de filiação à Igreja visível*. Para o eleito regenerado, ele é *senal visível da graça invisível*.

O Batismo não regenera, nem é selo da fé racional

Como já se afirmou, a Igreja de Roma doutrina que o batismo regenera o batizando, eliminando-lhe o pecado original e perdoando-lhe os fatuais. As Igrejas da fé racional sustentam que a validação do batismo reside na crença cognitiva, não na graça em Cristo, originária da preordenação eterna. Para tais grupos eclesiais o pecador é mentalmente hábil, mediante o exercício da fé racional, para “aceitar” ou “rejeitar” o Salvador e a proposta de salvação. Para eles, Deus oferta a redenção; o pecador aceita ou não, respondendo pelo seu destino eterno. Sem culpa pela situação e inabilidade mental, que os incapacita à fé racional, perdem-se os filhos de Deus, que estejam no estado de inocência ou de incapacitação mental: as crianças e os débeis mentais. Além disso, o Criador deles perde a soberania, em termos de salvação e juízo, diante de suas míseras e pecadoras criaturas: O homem é *capaz* de salvar-se ou perder-se; Deus é *incapaz* de interferir. A fé racional pressupõe um Deus limitado, despido de soberania e sem comando sobre o homem. Lembremos, para não nos esquecermos jamais, que *a salvação é pela graça, mediante a fé salvadora, não por obras da fé racional* (Cf Ef 2.8,9). Não é o eleito que escolhe Deus; é Deus quem elege, chama, salva em Cristo e preserva o seu escolhido. A fé racional, que responde pela opção salvadora, elimina totalmente a graça e menospreza a eleição eterna.

Necessidade e eficácia do batismo.

XXVIII.6- *A eficácia do batismo não se limita ao momento em que é administrado¹; contudo, pelo devido uso desta ordenança, a graça prometida é não somente oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ele pertence, adultos ou crianças, segundo o conselho da vontade de Deus, em seu tempo apropriado². Ref.:*

- 1- Jo 3. 5,8.
- 2- Gl 3. 27; Ef 1. 4,5; Ef 5. 25,26.

Síntese.

A importância da ordenação batismal na formação da Igreja.

Batismo, sacramento de iniciação no reino eterno de Cristo.

Importância do Batismo

O sinal externo aplicado em público, antecedido de confissão de fé diante do povo de Deus, juramento de fidelidade e submissão a Cristo, compromisso de acatamento e respeitosa submissão às autoridades do ministério ordenado, e à Igreja. Tudo se realiza mediante ritual solene, com resposta de aceitação do novo membro pela comunidade. O cerimonial comunica profundo senso de seriedade e responsabilidade ao batizando, marcando, psicológica, sociológica e religiosamente a sua vida para sempre. O fato de se ingressar numa instituição religiosa, em si mesmo, causa grande impacto comportamental no iniciado, mesmo não sendo um eleito de Deus. A dimensão temporal do batismo é importante, pois as conseqüências são amplas, imediatas e mediatas.

O batismo aplicado ao preordenado à salvação em Cristo possui dupla dimensão: a social e temporal; a espiritual e eterna. No momento do batismo, fronteira entre o mundano e o sagrado, o crente ingressa no reino do Cordeiro, arrola-se no povo exclusivo de Deus, passa a pertencer à Igreja de Cristo que, embora peregrina e pecadora, é herdeira de Deus e co-herdeira com Cristo na graça da eternidade e na bênção da ressurreição. No corpo de Cristo o batizado recebe a dádiva do Espírito Santo e o acesso, mediante iluminação, ao entendimento da Palavra de Deus. Também pelas mãos divinas se lhes outorgam os meios de graça, a unidade fraternal e a destinação eterna. Todos os eleitos, ligados na terra por ordenação batismal à Igreja, o foram por eleição divina, porque a eles o reino de Cristo foi destinado desde a fundação do mundo. Aos predestinados o batismo confere bênçãos sociais e religiosas incalculáveis e inimagináveis. Quem é retirado do domínio de si mesmo, do maligno, do pecado e do mundo para entrar no domínio de Deus, torna-se vitorioso e bidimensional: terreno e celeste ao mesmo tempo.

Batismo, alistamento no reino de Cristo

Somos batizados para Cristo. Até os membros da igreja visível não regenerados servem-no tanto por ação como por engrossamento, politicamente fortalecedor, dos que lhe são favoráveis: os que são por Cristo não podem ser contra ele. As adesões, mesmo

sem conversões, de certa maneira, contribuem para a defesa e expansão da causa cristã. O crescimento do cristianismo formal tem causado a penetração social do pensamento cristão e de sua ética, e também lhe possibilita a divulgação da fé e a atuação, cada vez maior, nos diversos seguimentos da sociedade, inclusive na área política. Quando a invisibilidade, que lhe garante a qualidade e a autenticidade espirituais, enfraquece pelo decréscimo, seu testemunho fica comprometido e os escândalos aparecem, mas o benefício final, apesar da degeneração religiosa, supera os malefícios dos freqüentes maus testemunhos. A Igreja, fortalecida por adesões numerosas e constantes, tem podido atuar na área da educação, da beneficência geral, da saúde, da prevenção de drogas e tratamento de drogados. Por outro lado, tem colocado nos parlamentos e nos executivos vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores, prefeitos, e governadores. Ainda que fragilizado testemunhalmente, o cristianismo tem estado presente nos vários e múltiplos setores da sociedade. É necessário, no entanto, ter mais cuidado e zelo nas recepções batismais, para não superlotarmos a Igreja de membros, que não são escolhidos e chamados por Deus, mas apenas atraídos por apelos emocionais e ofertas de bênçãos materiais.

A obrigação da Igreja é pregar o Evangelho do Filho de Deus a tempo e fora de tempo, a nacionais e estrangeiros, batizando os convertidos que realmente professarem a fé cristã bíblica. O joio que entrar pelas portas batismais, Deus o arrancará na ocasião oportuna.

A irrepitibilidade do batismo.

XXVIII.7- *O sacramento do batismo deve ser administrado uma só vez a uma mesma pessoa¹. Ref.:*

1- Tt 3. 5 cf Ef 4. 5.

Síntese.

O batismo é irrepitível porque simboliza graças, ou dádivas divinas, que uma vez concedidas, jamais serão retiradas.

Porque o batismo não deve ser repetido

O batismo, como já ficou exaustivamente exposto, não lava pecados, não regenera o batizando. E quando externamente aplicado, sem correspondência interna de conversão verdadeira, faz membros formais da Igreja, mas não reais. O que valida o batismo não é a forma de aplicação, nem o ministro que o aplica, nem a Igreja que o ordena, mas a graça invisível no ser do batizando, um carisma de Deus eternamente preordenado para cada um de seus eleitos, infundido pelo Espírito Santo na alma do professante mediante a penetração eficaz da Palavra de Deus. Quem recebeu a graça interna, recebe o batismo verdadeiro, tanto do ponto de vista do ritual prescrito pelo divino Mestre, como do sinal interno, visualizado somente por Deus com o qual o eleito apresentar-se-á diante do trono eterno do Rei dos reis. Como a regeneração é irrepitível, o sinal que o simboliza, o batismo, também deve ser. As rebatizações denominacionais são totalmente improcedentes e inócuas pelas seguintes razões: a- Se o rebatizado, por duas ou múltiplas vezes, não for eleito para a salvação em Cristo, de nada valerão seus rebatismos. b- Se ele é eleito, e foi salvo por Cristo Jesus, sua regeneração é irrepitível e, portanto, rebatizá-lo em nada alterará seu estado de graça. O batismo, pois, sendo o sinal visível da graça regeneradora invisível, não pode repetir-se, pois a regeneração,

isto é, o novo nascimento é um ato de Deus na vida do seu escolhido de natureza espiritual e permanente.

Os rebatismos são produtos dos sectarismos, e são feridas dolorosas no organismo universal da Igreja de Cristo.

Sínteses conclusivas

a- O batismo, em si mesmo, não vincula o batizando a Deus; o que o faz é a graça salvadora e regeneradora que o batismo representa, tipifica e simboliza.

b- A circuncisão era signo e selo da justiça divina recebida pela fé (Cf Rm 4.11), protótipo do que seria o batismo a ser ordenado por Cristo.

c- O batismo, sendo sucessor da circuncisão, tomou-lhe o lugar, não na forma, mas no significado e no conteúdo (Cl 2. 11,12).

d- O batismo é sinal e selo da justiça de Cristo recebida pela fé salvadora, um dom de Deus.

e- Sendo a salvação uma obra da exclusiva graça de Deus, sem o concurso cooperativo do homem, não se justifica negar o batismo à criança, filha de pais batizados e professantes da fé cristã; ela, como os adultos, não é salva por decisão própria e racional, mas pela misericórdia do Criador, que a escolheu desde a eternidade, decretando a data de seu nascimento, os veículos de sua introdução no mundo, os pais, e o povo de Deus como berço de sua chegada, de seu contato com Jesus Cristo e seu ingresso na Igreja mediante o batismo, sucessor da circuncisão.

f- O batismo é importante, mas a graça por ele simbolizada é maior. Aquele que a possui, mesmo que morra sem batismo, herda a vida eterna, que lhe foi preordenada por eleição e efetivada, também, por preordenação, em e por Cristo Jesus.

g- Os pais que não submetem seus filhinhos ao batismo, quebram o pacto com Deus, que instituiu o casamento para que seus servos lhe dêem filhos por graciosas heranças e preciosos galardões (Sl 127. 3). Os que se casam no Senhor, geram filhos para a Igreja do Senhor, onde são por Deus recebidos pelo batismo, conforme a ordenança de Cristo.

Unidade na diversificação

* A fé reformada vê o cristianismo, com suas várias famílias denominacionais, como a Igreja universal de Cristo, excluindo, naturalmente as seitas heréticas. Há

grupos mais bíblicos, outros menos; todos, porém, contêm membros da Igreja invisível. Esta visão eclesiológica reflete-se na teologia batismal: Cada professante torna-se membro da Igreja universal de Cristo ao ser batizado em quaisquer denominações centralmente fundamentadas nas Escrituras. O batismo, pois, não deve ser repetido. O rebatismo, que sofreu violenta oposição de protestantes e católicos, começou, oficialmente, no dia 25 de janeiro de 1525, quando George Blaurock foi rebatizado por Conrad Grebel⁶⁸, estabelecendo, definitivamente, o que o anabatismo vinha pregando. Todos os ensinamentos e práticas do cristianismo anterior perderam a validade diante da “renovação geral” anabatista, um movimento supostamente gerado, processado e vulgarizado pelo Espírito Santo, independentemente da Bíblia e da Igreja, segundo acreditavam. O movimento anabatista implantou o rebatismo e, conseqüentemente, fortaleceu o sectarismo denominacional.

O antipedobatismo, filho natural do anabatismo, depois de firmar-se no racionalismo arminiano, tornou-se prática geral entre os grupos rebatizadores. Cada seita anabatista, consciente ou inconscientemente, considerava a Igreja um patrimônio exclusiva seu, excluindo todas as demais denominações. A fé pessoal, uma virtude individual, e a imaginária possessão do Espírito Santo eram elementos validadores do batismo, não a eleição eterna e a graça salvadora, concretizadas em Cristo Jesus.

FONTES AUXILIARES.

- 1- As mesmas do cap. XXVII e mais:
- 2- Cartas sobre o Batismo, E. B. Fairfield, Imprensa Metodista, SP, 1937, 1ª Edição.
- 3- Batismo Bíblico, William Carey Taylor, Casa Publicadora Batista, 1967, 2ª Edição.

DA CEIA DO SENHOR

Capítulo XXIX

Instituição da Santa Ceia

XXIX.1- *Na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus instituiu o sacramento do seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado em sua Igreja até ao fim do mundo, a fim de lembrar perpetuamente o sacrifício que em sua morte ele fez de si mesmo; selar aos verdadeiros crentes os benefícios provenientes desse sacrifício para o seu nutrimento espiritual e crescimento nele e a sua obrigação de cumprir todos os seus deveres para com ele; e ser um vínculo e penhor da sua comunhão com ele e de uns com os outros, como membros do seu corpo místico¹.*

Ref.:

- 1- I Co 11. 23-26; Mt 26. 26,27; Lc 22. 19,20; I Co 10. 16,17,21; I Co 12. 13.

Síntese.

Na noite em que foi traído, Cristo instituiu a Santa Ceia.

Ceia do Senhor, memorial do sacrifício vicário de Cristo.

Ceia do Senhor, selo dos verdadeiros redimidos em Cristo.

Ceia do Senhor, nutrição espiritual dos crentes verdadeiros.

⁶⁸ - Uma História do Pensamento Cristão, Justo L. Gonzalez, Editora Cultura Cristã, SP, 1ª Edição em Português, 2004, vol. 3, pág. 90.

Ceia do Senhor na noite da traição

Cristo não foi traído pelo mundo, que naturalmente se opunha a ele e ao reino que implantava, mas por um representante do grupo original, convocado para ser testemunha dele, do que ensinou e do que realizou. Os apóstolos, de cujo corpo Judas participava, eram comissionados ao ministério básico dos ministérios da Igreja que, em consequência, tornou-se *Igreja cristã apostólica*, isto é, fundamentada em Cristo, a pedra angular, e firmada nos apóstolos. O duplo qualificativo designa a origem e os propósitos do novo povo de Deus. Traído por um dos seus, os inimigos perseguidores prenderam-no, conduziram-no às barras dos tribunais judaicos e romanos, levaram-no ao Calvário, sacrificaram-no. Lembremos, no entanto, que ele foi traído e negado por dois apóstolos, que comungaram com ela na primeira Ceia: Iscariotes e Pedro; este, posteriormente, arrependido e restaurado ao ministério apostólico. A Ceia original da comunidade nascente da qual deriva a que celebramos hoje, forneceu-nos um quadro representativo da Igreja futura, composta de trigo e joio, de crentes firmes e maduros e frágeis e imaturos. Dentro dela uns são como Judas, outros, como Pedro; outros como João e Paulo; alguns são joios; outros instáveis, passíveis de fracassos; outros fortes na fé, inabaláveis nos momentos de crise. A Igreja não tem sido corrompida ou destruída pelos adversários externos, mas pelos internos, os falsos cristos e falsos profetas, lobos vestidos com peles de cordeiros. Os oponentes velados de Cristo e de sua verdadeira Igreja encontram-se, camuflados de servos, no seio das instituições eclesiais e até nos comandos ministeriais. Há crentes falsos e verdadeiros na comunidade visível; e há até igrejas falsas, mas existindo em nome de Cristo e sob sua autoridade religiosa (Mt 7. 15-23). A noite da traição repete-se, com maior ou menor intensidade e veracidade, em cada celebração eucarística, pois dela participam, certamente, trigo e joio.

A própria Igreja entregou Cristo para morrer por ela.

Ceia do Senhor, Memorial de Cristo

Assim como a páscoa judaica lembrava a saída do Egito e a morte dos primogênitos incircuncisos, a Ceia do Senhor tem por finalidade fazer a Igreja lembrar: a- A partida de Cristo, traído por nós, para a mansão celestial, reocupando seu lugar à destra de Deus o Pai, para assumir, definitivamente, o domínio gerencial dos céus, do universo e, particularmente, da terra, onde milita seu povo: *Toda autoridade me foi dada no céu e na terra (Mt 28. 18 cf Dn 7. 14)*. Cristo é Rei, e reina; seu reinado é universal sobre o cosmo, a humanidade e, especificamente, sobre a Igreja.

Israel, a partir da Páscoa, passou definitivamente ao domínio e ao comando de Yahweh, empreendendo a peregrinação terrena, sob o comando de Moisés, rumo à terra da promessa.

A Igreja, a partir da Ceia pascal, empreende a marcha, sob a direção de Cristo, para o reino escatológico, a Canaã celestial. Este fato tem de ser lembrado e conscientizado pela Igreja em cada celebração eucarística, pois o Senhor Jesus está, efetivamente, na condução dos forasteiros congregados na caravana dos peregrinos retirados do mundo e, por causa disso, odiados por ele. Cristo é o Moisés do nosso êxodo cujo destino final é a pátria celeste, onde estaremos para sempre sob o reinado do Messias. Para ser nosso guia e ter direito de propriedade e suserania sobre nós, os seus eleitos, ele aniquilou o pecado na cruz e “matou” a morte na ressurreição, abrindo-nos o caminho e as portas do reino eterno, consumado e glorioso.

Santa Ceia, selo dos redimidos

A identidade espiritual dos servos de Cristo reaviva-se e se conserva na comunhão eucarística, quando a unidade comunitária e a consensualidade evidenciam-

se e se redefinem no sacramento confraternizante e duplamente bidimensional: humano e espiritual, temporal e eterno. Na Ceia o Cristo encarnado manifesta-se como tal, cabendo ao Espírito Santo a iluminação da Igreja e de cada *comungante* para percebê-lo e senti-lo realmente como o instituidor do “banquete eucarístico” e seu “administrador” direto pelas mãos de seus ministros ordenados. As marcas sacramentais são perceptíveis pela Igreja e pelo mundo, que têm visões periféricas das coisas e dos fatos, mas são nítidas e indeléveis à vista do Salvador, que vê o interior, sonda o recôndito dos seres e dos fenômenos, penetra o segredo dos acontecimentos e sonda todos os mistérios. O conteúdo dos signos sacramentais, semi-revelado aos comungantes ou participantes do corpo e do sangue de Cristo, é plenamente conhecido do instituidor, Jesus Cristo, cuja percepção penetra o insondável universo espiritual. Os sacramentos, pois, identificam o verdadeiro crente perante a Igreja, diante do mundo e, especialmente, aos olhos de Deus. A Igreja, na celebração da Ceia, revive o Calvário; Cristo, por meio da eucaristia, é rememorizado na unidade bipolar e biúna: Cabeça - Corpo. Quem não comunga com o supremo Guia ao longo do percurso para o reino eterno, foge à sua direção, enfraquece, desvia-se, perde-se; e o sinal do batismo, renovável em cada Santa Ceia, esmaece-se, encobre-se, deixando de caracterizar o *doulos* de Cristo, aquele que tem a obrigação de servi-lo dia e noite.

Ceia do Senhor, nutrição espiritual

Assim como o corpo não vive sem a nutrição orgânica, o espírito regenerado não vive sem o alimento espiritual, que é providenciado por Cristo na partição de seu corpo e no derramamento de seu sangue. A apropriação do sustento do espírito somente pode ser conseguido por oferta do Salvador e assimilação espiritual do salvo. Eis o que Cristo ensinou sobre a nutrição espiritual figurada na eucaristia: *Eu sou o pão vivo que desceu do céu; se alguém dele comer, viverá eternamente; e o pão que eu darei pela vida do mundo é a minha carne (Jo 6. 51). - Quem comer a minha carne e beber o meu sangue tem a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia. Pois a minha carne é verdadeira comida, e o meu sangue é verdadeira bebida . Quem comer a minha carne e beber o meu sangue, permanece em mim e eu nele (Jo 6.54-56).* Que se trata de alimentação espiritual, não de cristofagia, o Mestre deixa claro: *O Espírito é o que vivifica; a carne para nada aproveita; as palavras que eu vos tenho dito são espírito e são vida (Jo 6. 63).* Portanto, o comungante eleito e regenerado apropria-se espiritualmente de Cristo, porque Cristo se apropriou dele primeiro e o incorporou na unidade orgânica de seu corpo, a Igreja. A Santa Ceia fortalece e aprofunda a inter-relação solidária do Salvador com o salvo. O crente não “come” Cristo com a substância material dos elementos eucarísticos (consubstanciação), nem ingere a sua substância nas substâncias físicas do pão e do vinho transubstanciadas em Cristo (transubstanciação). O crente reformado não deglute Cristo **com** as substâncias físicas (Cristo consubstanciado), nem o ingere **na** hóstia (Cristo transubstanciado); mas se alimenta espiritualmente do corpo vicário do Cordeiro e do seu sangue derramado em cada celebração eucarística. Pela fé o crente beneficia-se de Cristo ao apropriar-se dos elementos eucarísticos. Quem nutre o seu espírito com o pão do céu é o Espírito Santo. Crente que não comunga, fica faminto espiritualmente, podendo chegar ao estado de depauperação.

Na Ceia, Cristo oferta-se aos seus eleitos.

XXIX.2- *Neste sacramento não se oferece Cristo a seu Pai, nem de modo algum se faz um sacrifício pela remissão dos pecados dos vivos ou dos mortos, mas se faz uma comemoração daquele único sacrifício que ele fez de si mesmo na cruz, uma só vez, e por meio dele uma oblação de todo o louvor a Deus; assim o chamado sacrifício de Cristo, o qual é a única propiciação por todos os pecados dos eleitos¹. Ref.:*

- 1- Hb 9. 22, 25, 26, 28; Mt 26. 26, 27; Lc 22. 19, 20; Hb 7. 23,24,27; Hb 10. 11,12,14, 18.

Síntese.

A Santa Ceia é memorial do sacrifício, não sacrifício real.

A Santa Ceia não é a Igreja oferecendo Cristo ao Pai, mas Cristo ofertando-se à Igreja.

A Santa Ceia não é sacrifício expiatório de pecados, mas reavivamento da justificação do pecador pela morte de Cristo.

Santa Ceia não é reencarnação de Cristo

A Igreja romana entende que os elementos eucarísticos, depois de transubstanciados em Cristo, transfigurados em corpo de Cristo (*Corpus Christi*), é reencarnado no altar da Igreja, em sacrifício incruento, pelo sacerdote oficiante. Portanto, para o romanismo, Cristo é reencarnado milhares de vezes nos numerosos altares romanos espalhados no mundo, em contradição ao que expressa a Carta aos Hebreus: *Porque fez isto uma vez por todas, quando a si mesmo se ofereceu (Hb 7. 27b cf Hb 9.11-15, 2,28; Hb 10.12)*. Os efeitos do sacrifício único de Cristo são: a existência da Igreja; a comunhão dos santos; a alimentação espiritual dos salvos pela celebração eucarística, pela Palavra de Deus e pela oração; a presença de Cristo no e com o seu povo eleito. O que era símbolo premonitório no Velho Testamento, tornou-se realidade consumada no Novo. O sacrifício de Cristo, figurado na Santa Ceia, é irrepetível, pois seu valor é eterno, posto que realizado pelo Cordeiro sem mácula e sem pecado, embora tivesse assumido as nossas culpas pecaminosas.

Eucaristia não é oferta de Cristo ao Pai

O romanismo, segundo sua doutrina eucarística, pensa oferecer Cristo em oferta, nos altares católicos, a Deus o Pai em cada celebração da missa. Ora, não é a Igreja que oferece Cristo ao Pai eterno, mas este ofereceu o seu Filho em sacrifício ao mundo, para que todo aquele que nele crer, não pereça, mas tenha a vida eterna (Jo 3. 16). Por outro lado, o próprio Cristo, consentâneo com o Pai, a si mesmo se ofereceu uma vez por todas. Cristo, portanto, não é o Cordeiro passivo nas mãos dos sacerdotes romanos para ser por eles sacrificado no altar eclesiástico e ofertado ao Pai. A Igreja romana sacrifica Cristo beneficiando-se do Cordeiro sacrificado. A ação ativa pertence à Igreja; Deus é inteiramente passivo, uma passividade beneficente. No conceito reformado, a obra redentora é exclusiva do Deus eterno e soberano, sendo a Igreja apenas serva beneficiária da graça, a escrava de Cristo. Em cada missa, no romanismo, Cristo é oferecido ao Pai em sacrifício incruento com objetivo expiator ou vicariante. Transfere-se a eficácia da realidade, do Cristo vivo e atuante em seu corpo, a Igreja, para a imagem do real, o símbolo da expiação, a eucaristia. Dá-se ao continente o valor devido ao conteúdo. A Igreja reformada continua sustentando a doutrina do *solus Christus* e de sua presença real na Igreja e em cada membro por meio do Espírito Santo, não nos elementos eucarísticos transubstanciados.

A Santa Ceia não expia pecados

Quem redime o pecador é Cristo, o Redentor, que tem os mistérios da redenção nos elementos sacramentais. Nossos pecados são perdoados, porque o Pai os cobrou no Filho, fazendo recair sobre ele a sentença de morte que pesava sobre nós. Os ferimentos de seu corpo humano, mas sem pecado, e o derramamento de seu imaculado sangue, por causa da sublimidade de seu ser, da verdadeira “imagem de Deus” que é, na qualidade e condição de verdadeiro homem e verdadeiro Deus, foram, na verdade, nossas chagas e o

verter de nosso sangue substitutivamente, restabelecendo nossa comunhão com Deus, expiando-nos os pecados em sua pessoa, declarando-nos justificados e reconciliados com o Criador. Esta obra do inescrutável amor de Deus o magno Redentor quis que ficasse memorizada no signo da Santa Ceia, que a reaviva na mente e a regrava no coração dos eleitos redimidos. A Ceia do Senhor é, pois, um meio de graça, não de salvação, como ensina e pratica o romanismo.

Santa Ceia, ato pastoral.

XXIX.3- *Nesta ordenança o Senhor constituiu seus ministros para declarar ao povo a sua palavra de instituição, orar, abençoar os elementos, pão e vinho, e assim separá-los do comum para um uso sagrado, tomar e partir o pão, tomar o cálice, dele participando também, e dar ambos os elementos aos comungantes e tão somente aos que se acharem presentes na congregação¹. Ref.:*

1- Mc 14. 22-24; At 20.7; I Co 11. 20.

Síntese.

Santa Ceia, uma responsabilidade do ministério ordenado.

O pão e o vinho são dados ao povo de Deus em reunião, sendo uma ceia comunitária.

Santa Ceia aos enfermos no contexto da Igreja.

Santa Ceia, um ato pastoral

Na liturgia reformada, cabe ao pastor, devidamente ordenado para tal mister, celebrar a Ceia do Senhor. Cristo, ao instituir o sacramento eucarístico e ordenar a sua ministração na Igreja, fê-lo exclusivamente aos apóstolos, ficando compreendido que o divino Mestre queria que eles fossem os ministradores ao povo de Deus, pelo qual seriam responsáveis. Eles ministraram a palavra de Cristo pela pregação e pelo ensino, e também ensinaram e celebraram a Ceia do Senhor. Paulo é claro ao dizer que ele recebeu do Senhor o sacramento para entregá-lo aos servos do Cordeiro: *Porque eu recebi do Senhor o que também vos entreguei...* (cf I Co 11. 23). O pastor, no ato eucarístico, representa Cristo (não o substitui), o Senhor e sustentador da Igreja. Um leigo, portanto, segundo a nossa Confissão, não pode ministrar a Ceia, pois ele, como membro do corpo, precisa receber o alimento espiritual, não oferecer. Os ministros fazem parte do corpo vivo da Igreja, da sua existência e expressão. No ato, porém, da celebração sacramental, Batismo e Ceia, quando a comunidade local está reunida liturgicamente, os ministros ocupam o posto de dirigentes e celebrantes, para dirigirem a liturgia e ministrarem os sacramentos aos conservos. Na condição de dirigentes e celebrantes, eles exercem, simbolicamente, atos devidos ao Cabeça do Corpo, Jesus e ao seu Ministro, o Espírito Santo; funções que de fato exercem como Senhor e Instrutor de seu povo.

Oração de consagração.

A nossa Confissão de Fé determina que o pastor consagre os elementos da Ceia, pedindo a Deus que os retire do uso comum e os transforme em meios de graça para o povo de Cristo. O texto confessional é claro: *“Nesta ordenança, o Senhor Jesus constituiu os seus ministros para declarar ao povo a sua palavra de instituição, orar, abençoar os elementos, pão e vinho, e assim separá-los do uso comum para um uso sagrado”*. Quem ensinar que o pastor não deve orar, consagrando os elementos eucarísticos, nega a Confissão de Fé da Igreja e quebra a sua promessa no ato de ordenação, quando prometeu crença nas Escrituras e lealdade à Confissão de Fé e aos

catecismos Maior e Breve (cf Art. 33 de PL). Fidelidade aos compromissos assumidos é o mínimo que se requer de um ministro da Palavra de Deus.

O limite de conversão entre o religioso e o profano, ou entre o comum e o sagrado está exatamente no instante da oração consagratória do ministro ordenado celebrante, conforme determina o Divino Mestre. Sem o pedido súplice a Deus para que ele consagre ao uso sagrado os elementos materiais destinados à celebração da Ceia do Senhor Jesus, de que maneira se dará a transferência do comum para o sagrado? Não havendo oração consagratória, não haverá consagração. Então, a Santa Ceia será celebra com elementos físicos naturais não retirados do uso comum para o sagrado.. Se a consagração não foi requerida a Deus mediante oração, os elementos continuaram profanos ou “não-religiosos”, sem qualquer conteúdo espiritual e, portanto, despidos dos do munus da graça. Não orar significa: não consagrar; não consagrar significa não celebrar efetivamente o sacramento.

Ceia do Senhor, refeição comunitária

A Ceia foi instituída por Cristo para a sua família. Além dos objetivos simbólicos e memorativos, o Senhor deseja que o seu povo reúna-se comunitariamente em torno do centro de atração, a sua própria pessoa, comungando com ele e uns com os outros. A Santa Ceia, portanto, tem sentido agregador dos salvos ao Salvador pelos vínculos da fé em Cristo, do amor a Deus e aos irmãos, da fraternidade cristã e da cooperação mútua e solidária. A Ceia somente é uma bênção individual se o indivíduo a tomar no seio da união fraterna, na unidade da família de Cristo, na companhia dos irmãos. A eucaristia somente é alimento espiritual em quem é templo do Espírito Santo, pois este aplica no redimido todos os benefícios da redenção.

Santa Ceia aos enfermos e velhos

A enfermidade e a idade não excluem os irmãos enfermos e idosos da união comunitária. Eles continuam membros do corpo, a Igreja, e esta, não podendo recebê-los por absoluta impossibilidade, deve ser recebida por eles representativamente na pessoa do pastor, de alguns presbíteros e diáconos, ocasião em que lhes ministrarão a Santa Ceia, fazendo-os lembrar de que a recebem como membros da Igreja, ligados a seus irmãos, não como pessoas isoladas ou individualizadas. Toda a Igreja deve compreender que a Ceia é comunitária, refeição da família de Cristo, e que cada componente do clã espiritual é agraciado e beneficiado no contexto da unidade fraternal do povo de Cristo. Os enfermos e os idosos estão incluídos; a Igreja não pode esquecer-se deles no ato da celebração eucarística.

Eucaristia como sacramento individualizado e idolatrado.

XXIX.4- A MISSA OU RECEPÇÃO DO SACRAMENTO POR UM SÓ SACERDOTE OU POR UMA SÓ PESSOA, BEM COMO A NEGAÇÃO DO CÁLICE AO POVO, A ADORAÇÃO DOS ELEMENTOS, A ELEVAÇÃO DO CÁLICE AO POVO, A ELEVAÇÃO OU PROCISSÃO DELES PARA SEREM ADORADOS, E A SUA CONSERVAÇÃO PARA QUALQUER USO RELIGIOSO, SÃO COISAS CONTRÁRIAS À

NATUREZA DESTE SACRAMENTO, E À INSTITUIÇÃO DE CRISTO¹. REF.

1- I Tm 1. 3,4; I Co 11. 25-29; Mt 15. 9.

Síntese.

A missa ou sacrifício particular nega o sentido comunitário do sacramento.

A negação do cálice ao povo dicotomiza a Igreja.

Não devem ser adorados os elementos eucarísticos.

Missa particular

A Igreja de Roma, entendendo que o sacramento opera em si mesmo a regeneração, celebra a missa, isto é, sacrifica sacramentalmente o Cristo, e o oferece a Deus em propiciação pelos pecados de pessoas especificadas, vivas ou mortas. Os textos institucionais da Ceia do Senhor não autorizam, nem de leve, tal interpretação. Quando Cristo partiu o pão e o deu aos seus apóstolos, dizendo: *Isto é o meu corpo*, ele estava corporalmente presente, e sua mão, que ministrava o elemento pascal, era fisicamente real. Portanto, o corpo que oferecia era de natureza espiritual e simbólica, não material. Ele, naquele momento, não possuía dois corpos reais, um físico e outro sacramental, mas um só, com o qual está à destra do Pai, de onde voltará para julgar vivos e mortos. A expressão verbal, *será partido*, usada no futuro, indica que ele falava de sua morte vicária na cruz, que os apóstolos, e posteriormente os pastores, deveriam fazer a Igreja reviver em cada celebração da Ceia. Cristo está presente realmente no ato da instituição e está realmente na e com sua Igreja em cada ministração eucarística. Ele é o cabeça da Igreja e dela não se separa para servir a individualidades. A individualidade é abençoada na corporalidade eclesial, a árvore da vida. Fora dela o indivíduo desliga-se de Cristo e morre.

Se a missa por vivos, individual ou coletiva, foge à fundamentação bíblica, não devendo ser praticada; a celebrada pelos mortos é de maior gravidade por duas razões: *Primeira*, a eucaristia é uma celebração destinada à Igreja militante e peregrina até o dia em que o Salvador tomará o vinho da graça com seu povo no reino do Pai (Mc 14. 25). *Segunda*, no estado eterno, tanto no intermediário como no consumado e final, o crente já estará com Jesus, sob seus cuidados, gozando a vida que Deus lhe concedeu em Cristo aqui no mundo, livre do pecado, da morte e do maligno. Nos céus, o fiel não necessita de “regeneração eucarística”, não precisa de “corpo transubstanciado” do Salvador. Os réprobos jamais se beneficiarão dos meios de graça dos eleitos, ainda que os tomem formalmente como intrusos na Igreja do Messias. No tempo, os reprovados estão excluídos da comunidade dos eleitos. Na eternidade, ficam definitiva e eternamente alijados da graça redentora de Deus em Cristo Jesus, de nada lhes valendo as missas expiatórias (ver Parábola do Rico e Lázaro em Lc 16. 19-31).

Ao povo de Deus o pão e o vinho

O **pão** representa o corpo de Cristo partido por nós, isto é, seu sacrifício expiatório, que foi prefigurado no Velho Testamento pela oferta, em holocausto, do cordeiro imaculado, substituto do ofertante. Este cordeiro morria em lugar do pecador. A sentença de morte caía sobre ele. Cristo, o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo, foi sacrificado em lugar de todos aqueles que crêem nele e a ele confessam os pecados fatuais e perante ele reconhecem que estão em estado pecaminoso: pecado original, fonte dos fatuais.

O **cálice**, conforme o próprio Cristo declarou, é o selo da novo aliança, o novo pacto, que Deus fez com seus eleitos em Cristo Jesus. Todos os pactuados com Deus, por meio de seu Filho amado, devem renovar, reviver e reafirmar o pacto em cada

participação no cálice da aliança. Portanto, o pão e o vinho significam coisas e fatos diferentes, e somente se complementam e se completam no rito da Ceia total: pão e vinho. Por estes elementos, a expiação e a aliança são comunicadas simbolicamente aos comungantes. Dar o pão à comunidade e negar-lhe o vinho significa simbolizar a expiação, mas não o pacto ou aliança, deixando o simbolismo incompleto. Cristo morreu por seu povo e por ele derramou o seu sangue neotestamentariamente. Por isso, o sacramento da Ceia, embora seja uma unidade, possui duplo significado: a expiação e a aliança. O bíblicamente correto é, pois, ministrar à Igreja toda o pão e o vinho; mesmo porque se trata de Ceia completa, não parcial. Ao povo de Deus, o pão e o vinho, segundo a instituição e a ordenação do divino Mestre.

A Ceia do Senhor não é ídolo

A Igreja romana, na verdade, tem dois cristos: um real, corporificado no céu; e outro eucarístico, transubstanciado na hóstia, o *Corpus Christi*, que é adorado, processionado em vias públicas, exaltado e fixado nas mentes por meio de congressos eucarísticos, merecendo a dedicação de um dia especial, o dez de junho, em que o país pára oficialmente, para a eucaristolatria. As hóstias não consagradas, futuros Cristos transubstanciados, são reservadas nos hostiários para consagração e deglutição nos tempos missais oportunos. Come-se o *Cristo* armazenado como se vivo e real fosse. À hóstia os hostiôlatras prestam culto de *latría* com prostrações, genuflexões, oferendas e votos piedosíssimos. O sacramento deixou de ser símbolo e selo para tornar-se ídolo, fato que a Igreja reformada rejeita.

Os elementos eucarísticos não se transubstanciam.

XXIX.5- *Os elementos exteriores deste sacramento, devidamente consagrados aos usos ordenados por Cristo, têm tal relação com Cristo crucificado, que verdadeira, mas sacramentalmente, são às vezes chamados pelos nomes das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo¹; porém, em substância e natureza conservam-se verdadeira e somente pão e vinho, como eram antes². Ref.:*

- 1- Mt 26. 26-28.
- 2- I Co 11. 26-28.

Síntese.

Os elementos eucarísticos não se convertem em corpo e sangue de Cristo ao serem consagrados.

Os símbolos tomam o nome das coisas simbolizadas.

Os elementos eucarísticos não se transubstanciam.

A Santa Ceia é celebrada com elementos comuns, mas consagrados ao uso religioso.

Elementos não transubstanciados

Como o Senhor da Igreja fez, fazemos nós: usamos elementos do uso comum. O pão do consumo diário de nossa gente, e o vinho de boa qualidade ou o suco natural da uva servem-nos depois de preparados e condicionados em vasilhame próprio, devidamente consagrados, para o ritual de ministração da eucaristia aos comungantes. Uma vez retirados para a utilização no mistério da comunhão, tais ingredientes tornam-se “santos”, isto é, “separados” para Deus, e constituem-se meios simbólicos de alimentação espiritual dos fiéis; tudo isso sem mudança de acidentes, essência e substância: o pão continua pão, e o vinho continua vinho.

O simbolismo do universal

Sendo a água elemento encontrado em toda natureza, e necessária à sobrevivência de todos os povos, foi utilizada por Cristo para o signo da purificação, o batismo. O Mestre tomou também dois elementos universais da nutrição humana, o pão e o vinho, para instituição da eucaristia. Todos os seres humanos lavam-se com água limpa; todos se alimentam, em maior ou menor quantidade, de pão e vinho. Desta maneira, Jesus não poderia ter encontrado melhor símbolo de purificação nem mais adequados signos do alimento espiritual para universalizar a graça por meio de signos universais.

Ainda sobre a transubstanciação.

XXIX.6- *A doutrina geralmente chamada transubstanciação, que ensina a mudança da substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Cristo, mediante a consagração de um sacerdote ou por qualquer outro meio, é contrária, não só às Escrituras, mas também ao senso comum e à razão; destrói a natureza do sacramento e tem sido a causa de muitas superstições e até de crassa idolatria¹. Ref.:*

1- At 3. 21; I Co 11. 24-26; Lc 24. 6,39.

Síntese.

A transubstanciação não é real. O material não se transmuda em espiritual.

O sacerdote não tem poder de mudar a natureza dos elementos.

O elemento sacramental deixa de ser símbolo para tornar-se ídolo.

Irrealidade transubstancial

A transubstanciação não se comprova. A tese transubstancionista não resiste aos testes comprobatórios de verificação física (sabor, tato, coloração e visão) e da análise química. Não há como comprovar que as substâncias do pão e do vinho transmudam-se em substância de Cristo com sua dupla natureza: divina e humana. O Cristo real, cujo corpo ressurreto foi submetido à prova da visão e do toque por Tomé, podia aparecer, materialmente verificável, diante de nossos olhos; desaparecer, transpor paredes e portas ou levitar, subindo aos céus à vista dos discípulos. Ora, se ele tem a faculdade e o poder de manter a realidade do corpo ressurreto, rompendo todas as barreiras do tempo, do espaço e da matéria, estando presente de maneira objetiva e concreta com seu povo, na sua Igreja e no interior de cada servo, tabernáculo do Espírito, que necessidade tem de fazer pão e vinho transubstanciar-se em seu corpo e divindade? Se Cristo está conosco e em nós na realidade do Espírito Santo, que necessidade há de se fazer real e presente em uma partícula de pão, a hóstia? Sobre a presença real de Cristo conosco, leia Mt 28.20; Jo 14. 18, 20, 23, 28; Rm 8. 10. Sobre a presença de Cristo pelo Espírito Santo, consulte Jo 7-10; I Co 6. 19; I Co 3. 16; II Co 6. 16; Rm 8. 8,11. Quando, pois, a Igreja cumpre a ordenação do Filho de Deus, celebrando a Santa Ceia; ele, que instituiu e ministrou a primeira Ceia, também está presente no corpo comunitário e em cada um de seus eleitos, vitalizando-lhes a fé, a comunhão com Deus e a esperança da vitória final. Pela Ceia, Cristo revitaliza sua Igreja por meio da atuação direta da Palavra de Deus, da atuação do Paráclito e da oração gerada no crente pelo Espírito Santo (Rm 8. 26). Portanto, o ato sacramental é obra de Cristo no seu Corpo, a Igreja, e todo comungante regenerado, em cujo corpo o Espírito habita, percebe e sente a presença espiritual de Deus na comunhão eucarística.

Sacerdote transubstanciador? O sacerdote não tem poder de, ao elevar a hóstia e o pão, transformá-los em Cristo. Nosso Deus não é panteísta, não habita em

coisas e seres naturais, não faz a conversão de elementos químicos e físicos da natureza em substâncias divinas.

Ceia convertida em ídolo. Símbolos, os mais nobres do universo religioso, não podem ser convertidos em ídolos, submetidos à honra dos altares e à adoração das massas, transferindo o culto que deve ser prestado somente a Deus a ícones sacramentais divinizados: *Corpus Christi* sacramental, a hóstia iconizada.

O alimento espiritual da Ceia do Senhor.

XXIX.7- *Os que comungam dignamente, participando exteriormente dos elementos visíveis deste sacramento, também recebem intimamente, pela fé, a Cristo crucificado e todos os benefícios da sua morte, e nele se alimentam, não carnal ou corporalmente, mas real, verdadeira e espiritualmente, não estando o corpo e o sangue de Cristo, corporal ou carnalmente nos elementos pão e vinho, nem com eles ou sob eles, mas espiritual e realmente presentes à fé dos crentes nessa ordenança, como estão os próprios elementos aos seus sentidos corporais¹. Ref.:*

1- I Co 11. 28; I Co 10. 16; Jo 6. 53-58.

Síntese.

Somente os comungantes dignos são alimentados espiritualmente.

O Espírito nos convence da presença real de Cristo na comunhão eucarística.

Quem recebe o alimento espiritual?

A Santa Ceia é ministrada a todos os membros da Igreja visível, como também o foi a Judas Iscariotes, mas somente os eleitos regenerados, filhos de Deus por adoção, percebem, pela fé, a presença real de Cristo no piedosíssimo ritual da Santa Ceia, o mais rico, edificante e evocativo momento litúrgico da Igreja. Cristo não é hóstia transubstanciada, não está nos elementos eucarísticos, com eles ou sob eles, mas no corpo eclesial e no interior de cada crente verdadeiro. Somente o escolhido de Deus e integrado no corpo de Cristo, a Igreja, apropria-se dignamente dos elementos eucarísticos, sendo alimentado e fortalecido espiritualmente.

Quem nos convence de que Cristo, pelos signos eucarísticos, está presente, rejuvenescendo sua Igreja e nutrindo espiritualmente cada comungante verdadeiro, é o Espírito Santo, que nos transporta do material e visível para o espiritual e invisível pelas asas da fé. O Deus soberano e universal, onipresente e onipotente, não se limita nem se deixa limitar, a ponto de ser engolido, a minúsculos fragmentos de pão ou a poucos mililitros de vinho.

Santa Ceia, bênção para os regenerados, maldição para os réprobos.

XXIX.8- *Ainda que os ignorantes e os ímpios recebam os elementos visíveis desde sacramento, não recebem a coisa por eles significada, mas, pela sua indigna participação tornam-se réus do corpo e do sangue do Senhor, para sua própria condenação. Portanto, eles como são indignos da sua mesa, e não podem, sem grande pecado contra Cristo, participar destes santos mistérios nem a eles ser admitidos, enquanto permanecerem nesse estado¹. Ref.:*

1- I Co 11. 27-29; I Co 10. 21; II Co 6. 14-16; I Co 5. 6,7; II Ts 3. 6,14,15; Mt 7.6.

Síntese.

A Ceia do Senhor é privativa dos eleitos regenerados e salvos por Cristo.

Os reprovados não têm direito à Mesa do Senhor por não serem filhos, não pertencerem à família de Deus.

A Ceia, bênção dos Eleitos

Como a Páscoa era privativa de Israel, a Ceia do Senhor o é dos redimidos do Cordeiro, dos que realmente peregrinam com ele o êxodo cristão. O divino Mestre privilegiou os seus escolhidos com o banquete espiritual por meio de símbolos materiais. A ovelha de Deus entregue ao pastoreio de Cristo tem direito à comunhão eucarística, sendo beneficiários das bênçãos inerentes ao ato sacramental e das graças por ele comunicadas e interiorizadas pelo Espírito Santo em cada comungante. O verdadeiro filho de Deus sente necessidade de estar à mesa de seu Senhor e carência espiritual do alimento da alma, fornecido pela celebração eucarística e pela Palavra de Deus.

A Ceia, maldição aos réprobos

Os que não são filhos de Deus, irreconciliados com o Pai, não têm direito à Mesa do Senhor. Os bastardos espirituais que comungam, o fazem indignamente, aumentando o grau de reprovação e de juízo por apropriação indébita do sacramento. Paulo é claro ao prescrever condenação aos comungantes indignos: *Por isso, aquele que comer o pão ou beber o cálice indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor (I Co 11. 27). Pois quem come e bebe, sem discernir o corpo, come e bebe juízo para si (I Co 11. 29).* Deus exige exclusividade de serviço e adoração, não aceitando culto daquele que tenta viver em movimento pendular entre a Igreja e o mundo, entre o comando de Deus e a direção do maligno: *Não podeis beber o cálice do Senhor e o cálice dos demônios; não podeis ser participantes da mesa do Senhor e da mesa dos demônios (I Co 10. 21).* Pela Ceia do Senhor o crente recebe bênçãos; o réprobo, maldição e condenação, inclusive tornando-se réu do corpo e do sangue de Cristo, à semelhança de Judas, o traidor. O reprovado não tem condições de discernir o Corpo (de Cristo), tanto o corpo real, sacrificado por nós, percebido e apreendido por meio dos elementos eucarísticos, como o corpo místico ou eclesial, retratado na unidade corporativa da Igreja, da qual Cristo é a cabeça. O alienado da família de Deus não recebe iluminação do Espírito para entender as coisas espirituais, especialmente as comunicadas pela celebração eucarística.

Conclusão: O Espírito Santo usa os elementos físicos e externos dos sacramentos, especialmente os da Ceia do Senhor, para suscitar e manter na mente do regenerado a viva lembrança da morte expiatória de Cristo, da sua aliança definitiva com seu povo, a Igreja, e da sua presença real conosco no Corpo eclesial. O divino revelador de Cristo opera tudo isto emulando e estimulando o carisma da fé salvadora no interior de cada comungante. Sem a objetiva presença de Cristo a Igreja deixa de existir e de agir, pois um corpo não existe nem age sem a Cabeça.

TEXTOS COMPLEMENTARES.

1- Santa Ceia para crianças.

Há um movimento atual em defesa da ministração da Ceia para crianças batizadas. Argumentam que, sendo a nova eucaristia sucedânea da Páscoa, que foi uma instituição familiar, celebrada na família integral; o seu sacramento substituto deveria, obrigatoriamente, ser ministrada a toda a clã familiar, incluindo os infantes.

Concordamos com o argumento de que a criança, a partir do batismo, seja, de fato, membro da Igreja, como o era o recém-nascido em Israel, circuncidado ao oitavo dia de vida. Porém, não concordamos com a ministração da Ceia às crianças pelas razões expostas a seguir:

a-- A partir da circuncisão, ao oitavo dia do nascimento, o infante israelita passava, efetivamente, a ser membro de seu povo, participante das bênçãos do pacto. Porém, com oito

dias de vida, embora membro de Israel, eclesiasticamente falando, não podia comer ovelha assada com ervas amargas. Os seus pais comiam por ele, ficando o pacto válido para a família toda. Imaginemos que a criança recém-circuncidada, fosse a primogênita da família; ficaria livre do Anjo Exterminador, mesmo sem participar pessoalmente da refeição pascal. O sangue do cordeiro pascal, aspergido nos umbrais de sua casa, seria eficiente para ela, mesmo sem ingestão alguma da carne assada e das ervas amargas. Coisa semelhante se aplica ao batizado na tenra infância que, embora membro da Igreja, não esteja organicamente preparado para ingestão de pão e vinho.

b- Se Jesus tivesse a intenção de estender os elementos da Ceia às crianças, das quais havia declarado ser o reino dos céus, as teria convidado para serem partícipes da instituição inicial. Não o fez como também não incluiu as mulheres. Poderia tê-lo feito na pessoa de sua mãe. O Mestre instituiu a Ceia com círculo estrito de seus apóstolos.

c- A Santa Ceia foi instituída como memorial de Cristo: “Fazei isto em memória de mim” (Lc 22.19). O “fazei” inclui tanto o apropriar-se dos elementos como ministrá-los.

De que maneira uma criança irracional pode “apropriar-se dos elementos eucarísticos, se não tem nenhuma consciência memorativa do fato-fidei?

d- Paulo exige exame introspectivo dos comungantes: *Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e, assim, como do pão, e beba do cálice (I Co 11.28)*. Primeiro, fica claro que Paulo dirige-se a adultos. Por que omitiu as crianças, se estas eram participantes em igualdade de condições com seus pais? Segundo, uma criança inconsciente não pode examinar-se a si mesma para, então, condicionar-se à participação eucarística. O examinar-se a si mesmo é condição indispensável, segundo Paulo, para o acesso à comunhão. Se, pois, a criança não tem condições de examinar-se a si mesma, e também não tem consciência de culpa, nem da obra redentora de Cristo, lembrada e revivida na celebração eucarística, como participar? O batismo do infante é um ato consciente dos pais; a Ceia é um ato consciente do indivíduo, membro do corpo de Cristo.

e- Discernimento do corpo. Paulo diz que “quem come e bebe sem discernir o corpo, come e bebe juízo para si. A criança não tem condições de discernir o corpo. Nem os teólogos discernem o “corpo” com clareza a unanimidade: Uns dizem: É corpo físico transubstanciado. Outros: É corpo físico ressurreto consubstanciado. Outros: É corpo místico, a Igreja, que deve ser distinguido. Outros: É o Cristo espiritualmente presente no ato memorativo da celebração da Ceia. Outros: É a transespiritualização pela qual os elementos físicos transformam-se em meios de graças e, portanto, espiritualizados. Outros: Este corpo é simples memória; nada além disso. Como uma criança, na idade pré-racional, faria tão complicado discernimento? É melhor poupá-la de tamanha responsabilidade.

2- **Ceia para disciplinados.**

Há, nesses tumultuados tempos modernos, quem defenda a ministração da Santa Ceia do Senhor aos disciplinados: afastados da comunhão ou excluídos. Entendemos que o joio dentro da Igreja visível (e certamente os há), tomam a Ceia do Senhor indignamente, pois são membros de direito, mas não os são de fato. O crente que erra, a Igreja concede-lhe um tempo para que demonstre arrependimento real, testemunhal. Demonstrado, será restaurado à comunhão da Igreja. Se persistir no erro, ser-lhe-á aplicado ou aumento da suspensão ou exclusão, conforme o grau de contumácia. Suspensão, pois da comunhão, representa “oportunidade” de arrependimento. O eleito, que pode, eventualmente, cair, não somente faz confissão sincera diante do Conselho como a confirma, praticamente, durante a suspensão, voltando mais seguro de sua fé e mais submisso a Jesus Cristo. Porém, quem, recebendo a disciplina, continua na prática do mesmo pecado; esse evidencia claramente desrespeito à Palavra de Deus, desconsideração à Igreja local e rebeldia contra os princípios éticos e doutrinários de sua grei; sendo, portando, indigno de participar da Santa Ceia com seus irmãos aos quais escandalizou; pois, como a porca lavada, voltou à lama ou como cão, ao vômito (cf II Pe 2.22). O apóstolo fala dos que, estando na Igreja, depois de, certamente, falsa conversão, voltam ao mundo. Eis o seu pronunciamento: “Portanto, se, depois de terem

escapado das contaminações do mundo mediante o conhecimento do Senhor e Salvador Jesus Cristo, se deixam enredar de novo e são vencidos, tornou-se o seu último estado pior que o primeiro. Pois melhor se lhes fora nunca tivessem conhecido o caminho da justiça do que, após conhecê-lo, volverem para trás, apartando-se do santo mandamento que lhes fora dado. Com eles aconteceu o que diz certo adágio verdadeiro: “O cão voltou ao próprio vômito”; e “A porca lavada voltou a revolver-se no lamaçal” (II Pe 2. 20-22 cf Hb 6. 4-8). Quem agride o Corpo de Cristo, a Igreja, por meio de comportamentos pecaminosos, quebra a comunhão familiar dos eleitos, afastando-se por decisão própria, da Mesa dos filhos de Deus, caindo na sentença paulina: “Por isso, aquele que comer o pão ou beber do cálice do Senhor, indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor” (I Co 11.27). No contexto (v. 26) Paulo diz que a participação na Ceia do Senhor é uma forma viva de anúncio escatológico, o da volta do Messias. Quem, pois, se fastia da comunhão dos que esperam o Senhor, cujo símbolo memorial é a Ceia, não se lhe deve ministrar o sacramento dos escatófilos em comunhão. Ele, por conta e risco, exclui-se da comunhão da Igreja esperançosa. Se o excluído disciplinarmente tomar a Ceia, o faz indignamente, atraindo justiça e juízo sobre si, além de desrespeitar princípios estatuídos de sua Igreja (cf CFW, Cap. 30, itens 3 e 4).

Os que defendem a Ceia aos disciplinados argumentam:

1- **Santa Ceia não é comunhão.** A eles respondemos com Paulo em I Co 10.16: “Porventura o cálice da bênção que abençoamos não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos não é a comunhão do corpo de Cristo?” Cf Mt 26.27,28; Mc 14. 22-24; Lc 22. 19,20. Cristo credencia assentar-se à sua Mesa o regenerado, aquele feito por ele filho de Deus. Esse, à Mesa do Senhor, comunga com o Pai-redentor e com seus irmãos em Cristo. Portanto, a Ceia é uma interação sócio-cristã profunda e uma integração indissolúvel de natureza pátrio-filial com o Salvador. Somente os membros do corpo invisível de Cristo comungam realmente com ele por intermédio do meio de graça, a Santa Ceia – refeição espiritual dos santos. Quem se exclui do corpo, perde a bênção da comunhão eucarística. O Conselho, de modo geral, exclui o que a si mesmo já se excluiu. A disciplina pressupõe pecado antecedente sem confissão real. Todo contexto do capítulo dez da Primeira Carta de Paulo aos Coríntios mostra-nos o cotejamento da rebeldia dos judeus com a possível desobediência dos cristãos, e com penalidades idênticas. Israel quebrou a comunhão pascal com Deus; o cristão, igualmente fraco, pode cometer falta idêntica. Quebra de relacionamento com Deus resulta em perda de comunhão, isto é, afastamento, definitivo ou não, do Meio de Graça”. Santa Ceia não se restringe a mera interação social por meio da refeição comum (ágape ou não), mas a “estar em Cristo” como o ramo na videira. Assim como o ramo fora da videira não recebe seiva do tronco, o crente, que se afasta de Cristo por queda voluntária do pacto da graça, de Cristo deixa de alimentar-se. Os pecadores involuntários, mesmo que sejam privados da Ceia por algum tempo, arrependidos, voltam à comunhão, à reconsagração. Muitos deles se tornam mais firmes na fé, mais zelosos de si mesmos e mais dedicados à Igreja.

Se tomarmos o termo comunhão para designar o “corpus electorum” ou a “communion sanctorum”, então o disciplinado, enquanto durar a disciplina, não pode fazer parte do corpo de Cristo, conforme a definição do capítulo XXVI. I da CFW: “Todos os santos que, pelo Espírito de Deus e pela fé, estão unidos a Jesus Cristo, seu cabeça, têm comunhão com ele nas suas graças, nos seus sofrimentos, na sua morte, na sua ressurreição e na sua glória; e, estando unidos uns aos outros em amor, participam dos mesmos dons e graças e estão obrigados ao cumprimento dos deveres públicos e particulares que contribuem para o seu mútuo proveito, tanto no homem interior como no exterior”. A Mesa do Senhor é a do ágape dos redimidos que, em decorrência da

remissão, todos se tornaram filhos Deus, irmãos uns dos outros. Quem rompe o elo comunitário, afasta-se, de fato, da comunhão dos eleitos. Se, sendo ofensor da família de Cristo, assenta-se à mesa dos ofendidos por seu pecado, certamente comerá e beberá indignamente.

2- **Cristo não disciplinou ninguém.** Levamos tais altercadores ao Cristo purificador do templo em Jo 2.14-16: “E encontrou no templo os que vendiam bois, ovelhas e pombas e também os cambistas assentados; tendo feito um azorrague de cordas, expulsou todos do templo, bem como as ovelhas e bois, derramou pelo chão o dinheiro dos cambistas, virou as mesas e disse aos que vendiam as pombas: Tirai daqui estas coisas; não façais da casa de meu Pai casa de negócio”. Os que o divino Mestre expulsou não eram gentios, gente à margem do reino, mas judeus supostamente religiosos, inclusos no povo visível de Deus. A Igreja deve seguir o exemplo de Cristo, não permitindo que falsos crentes ou membros delituosos profanem a casa de Deus e escandalizem a família da fé. Cristo não só disciplinou, mas também determinou a disciplina, inclusive com exclusão da Igreja (Cf Mr 18. 15-18). Paulo, por outro lado, inspirado pelo Espírito Santo, igualmente ordenou a disciplina (Cf 1 Co 5.1-7 com destaque do v.3).

3-A Igreja não pode impedir a graça. Sendo a Ceia um meio de graça, dizem, a gratuidade de Deus deve atingir todos os pecadores no corpo dos redimidos. Retrucamos com o poder da chave: (Mt 18.18 cf Mt 16. 19; Jo 20.23); e ainda com o ensino de Paulo em I Co 5.11): “Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra terá sido ligado nos céus, e tudo o que desligardes na terra terá sido desligado nos céus”, (cf Mt 16.19; Jo 20.23). Esta afirmação de Cristo está exatamente em um contexto disciplinar, isto é, o que a Igreja de Cristo ligar na terra, Deus já teria ligado nos céus; o que ela desligar da Igreja militante, o Senhor já teria desligado da Igreja triunfante celeste. Entre a Igreja visível real, que milita neste mundo, e a celestial não há solução de continuidade, é a mesma Igreja, o mesmo corpo de Cristo. Os que nela entram falsamente e falsamente vivem dentro dela são joios no meio do trigo, são ramos infrutíferos, são hipócritas, que só causam danos ao organismo eclesial dos eleitos. Se a graça não pode ser impedida aos pecadores, por que Deus expulsou Adão e Eva do Jardim do Éden, não lhes permitindo a volta (Gn 3. 23,24)? Por que Jesus ordenou que o pecador contumaz, recalcitrante, desrespeitoso da Igreja, fosse expulso, sendo considerado gentio, isto é, fora do corpo dos redimidos (Mt 18.17)?.

4- **Incriminação indevida.** Todos são pecadores. Como a Igreja pode fazer juízo de valor, incriminando supostos pecadores? Se a Igreja é um hospital espiritual, onde os doentes da alma são tratados, como expulsar um enfermo espiritual, exatamente o que mais precisa de socorro espiritualmente terapêutico? Respondo-lhes com Mt 7.15,16 cf 17.20; Mt 3.10; 12.33; Jô 15.2): “Acautelai-vos dos falsos profetas, que se vos apresentam disfarçados em ovelhas, mas por dentro são lobos roubadores. Pelos seus frutos os conhecereis. Colhem-se, porventura, uvas dos espinheiros ou figos dos abrolhos?” A Igreja não está livre de contaminação; nela entram e dela surgem falsos profetas, que devem ser detectados e combatidos por seus ministros, que têm a incumbência da vigilância e do zelo permanentes. O Conselho, quando iluminado pelo Espírito Santo, não incrimina inocente ou justo, mas réprobos travestidos de cristãos. A disciplina é a mão da justiça, preservando os membros fracos em quedas acidentais e excluindo os pecadores contumazes, os danificadores do Corpo de Cristo. Uma igreja sem disciplina fica de portas abertas para à penetração do mundanismo com seu acervo imenso de pecaminosidade.

5- **O vinho da Ceia.** O vinho da Ceia do Senhor era o “fruto da vide”, expressão usada nos sinóticos:. Citemo-los: “ Digo-vos que, desta hora em diante, não beberei

deste **fruto da videira**, até aquele dia em que hei de beber,novo, convosco no reino de meu pai” (MT 16.29). “Em verdade vos digo que jamais beberei do **fruto da videira**, até àquele dia em que hei de beber, novo, no reino de Deus”. ...Pois vos digo que, de agora em diante, não mais beberei do **fruto da videira**, até que venha o reino de Deus”. (negritos meus). Repeti os textos sinóticos da instituição da Ceia para deixar claro que, em nenhum deles a palavra “vinho” aparece. O vidente e previdente Senhor, certamente, quis evitar a futura etilização do sacratíssimo memorial, que estava criando, em substituição da páscoa cruenta, como aconteceu em Corinto, onde o santo sacramento foi profanado com embriaguês de alguns imoderados, que confundiam o ágape fraternal com a celebração cerimonial da Ceia. Depois de recriminar os incontinente e individualistas na participação do ágape, Paulo passa doutrinar sobre a maneira correta da ministração eucarística (ler os respectivos textos de I Co. 11. 17-22 e I Co 11.23-30). Quando, pois, celebramos a Ceia com suco natural de uva, como se faz majoritariamente hoje, usamos, rigorosamente falando, o **fruto da videira**.

O vinho, no tempo de Jesus, era de fermentação natural, diferentemente do de hoje, que é produzido industrialmente, com acréscimos de açúcares e até, em alguns casos, conservantes. É melhor o suco natural que o vinho artificial de má qualidade, de alto teor alcoólico. Repetindo: O suco enquadra-se perfeitamente no texto da instituição, que fala de **fruto da videira**, sem qualquer menção a vinho fermentado. Pode-se usar, na celebração, vinho de boa qualidade, de preferência com adicionamento de água; porém, os vinhos nobres são caríssimos, estando acima do poder aquisitivo da maioria de nossas igrejas.

Conclusão: O Espírito Santo usa os elementos físicos e externos dos sacramentos, especialmente os da Ceia do Senhor, para suscitar e manter na mente do regenerado a viva lembrança da morte expiatória de Cristo, da sua aliança definitiva com seu povo, a Igreja, e da sua presença real conosco no Corpo eclesial. O divino revelador de Cristo opera tudo isto emulando e estimulando o carisma da fé salvadora no interior de cada comungante. Sem a objetiva presença de Cristo a Igreja deixa de existir e de agir, pois um corpo não existe nem age sem a Cabeça. Dentro da Igreja visível, no entanto, há irregenerados, pessoas não eleitas, que se homiziam na Casa do Senhor por motivos pessoais, não por chamamento de Deus e redenção por Cristo.

Santa Ceia é para adultos redimidos, não para crianças e disciplinados.

FONTES AUXILIARES

- 1- Isto é o Meu Corpo, Joachim Jeremias, Edições Paulinas, SP, 1ª Edição, 1978.
- 4- I Coríntios- Introdução e Comentário, Canon Leon Morris, Série Cultura Bíblica, Mundo Cristão, Edições Vida Nova, SP, 1ª Edição, 1981.
- 5- I Coríntios, João Calvino, Edições Paráclitos, SP, 1996, 1ª Edição,
- 6- El Evangelio Según San Mateo- Comentario del Nuevo Testamento, Guillermo Hendriksen, Subcomisión Literatura Cristiana, Grand Rapids, Michigan, USA, 1979.
- 7- El Evangelio Según San Juan, Guillermo Hendriksen, ídem anterior.
- 8- Teologia Sistemática, Louis Berkhof, Luz Para o Caminho, Campinas, SP, 4ª Edição, 1996.
- 9- Catecismo da Igreja Católica, Documento Oficial, 7ª Edição, Editoras: Vozes, Paulinas, Loyola e Ave-Maria, SP, 1997.
- 10- O Pensamento da Reforma, Henri Strohl. ASTE, SP, 1963.
- 11- O Novo Catecismo- Fé Para Adultos- (Catecismo Holandês), Edições Loyola, SP, 1996 (obra corrigida e modificada pela Comissão Cardinalícia da Santa Sé em 1970. Consultar o cap. VI da referida correção, pág. 47 do Suplemento).

12- Uma História do Pensamento cristão, Justo L. Gonzalez, Editora Cultura Cristã, 1ª Edição, 2004.

DAS CENSURAS ECLESIASTICAS.

Capítulo XXX

Igreja e Estado, separados, mas mutuamente cooperativos.

XXX.1- *O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça da sua Igreja, nela instituiu um governo nas mãos dos oficiais dela; governo distinto da magistratura civil¹. Ref.*

1- Is 9.6,7; I Tm 5. 17; I Ts 5. 12; At 20. 17,28; I Co 12. 28; Jo 18.36.

SÍNTESE

O governo da Igreja foi instituído e constituído por Deus.

O gerenciamento da Igreja é de natureza espiritual, diferentemente do governo estatal, eminentemente judicial, administrativo e político.

O Governo da Igreja

Deus estabeleceu, no Velho Testamento, uma realza eclesiástica na qual o poder político e o religioso interagiam-se na bipolaridade do palácio e do templo. O rei e o sumo-sacerdote eram ungidos para serem os mais destacados servos de Javé que, por meio deles governava os seus escolhidos e congregados em uma nação de súditos recrutados à obediência e ao serviço real. Para que essa biunidade gerencial se efetivasse sem conflitos jurisdicionais, o soberano Senhor regia os seus governados por meio de dois códigos específicos e de aplicação geral: o código legal e o código sacerdotal. O primeiro regulamentava as relações legais com Deus, com a nação e com o próximo. O segundo estabelecia normas litúrgicas e cerimoniais para o culto e seu sacerdócio. O Estado e a Igreja fundiam-se no mesmo sistema regencial, ambos sob o comando de Javé.

A visão atual é que Deus governa o mundo por intermédio de instituições separadas, diversas e distintas: o Estado e a Igreja. Nem o Estado pode ter uma Igreja, nem a Igreja pode ter um estado ou estados; são esferas diferentes, de poderes diferentes. Ao Estado compete: as questões políticas, o bem público, a defesa da pátria e dos cidadãos, a ordem social, a saúde do povo, a educação, a defesa nacional, a segurança pública e as garantias individuais. À Igreja cabe manter: a edificação dos membros, a ordem comunitária, a disciplina coletiva e individual, a fidelidade doutrinária e a ação missionária. O comportamento religioso e o moral são fundamentais na identificação do servo de Deus e na sua qualificação para a cidadania civil. O bom cristão é, conseqüentemente, bom cidadão.

No novo Testamento, o sacerdócio foi substituído por um corpo gerencial de apóstolos, profetas, evangelistas, pastores (presbíteros) e mestres (Ef 4. 11). Os apóstolos, as doze colunas da Igreja, comunicaram o Evangelho e transmitiram os ministérios a judeus e gentios; fortaleceram a Igreja nascente e a expandiram universalmente. O governo do povo de Cristo continua, no caso reformado, com presbíteros docentes e regentes, que o Senhor da Igreja, certamente, institui e a Igreja constitui por meio de assembleias legítimas da comunidade local, formada de membros comungantes. Como acontecia no Velho Israel, deve acontecer no Novo: o povo de

Deus tem o dever de acatar e respeitar as autoridades eclesiásticas das respectivas denominações, pois a vontade do Cabeça da Igreja, Jesus Cristo, é que seu povo seja governado por oficiais emergentes da comunidade e devidamente ordenados para os ministérios regencial e pastoral. A forma de governo não importa, desde que a Igreja tenha ministros ordenados, docentes e regentes; que governem a comunidade conforme determinações das Santas Escrituras; apliquem a disciplina diretiva e corretiva para o bem do pecador; administrem corretamente os sacramentos; ministrem ao povo de Deus os ensinamentos bíblicos; orientem a liturgia, para que o culto seja em espírito e em verdade, tudo fundamentado na revelação vetero e neotestamentária.

As leis eclesiásticas

As leis que regem a Igreja emanam das Escrituras Sagradas, tanto as que controlam a vida moral e religiosa dos crentes como as que lhes prescrevem a maneira adequada de prestar culto a Deus. Elas não tratam, rigorosamente falando, de delitos e crimes contra o Estado, a ordem pública e os cidadãos, mas de pecados contra o Criador, Salvador dos eleitos e Governador do universo e da humanidade.

Sempre um crime é pecado, mas nem sempre um pecado é crime. Esta é a causa de um cidadão *correto* perante o Estado e *bom* para a sociedade ser considerado um “pecador” diante da Igreja por quebras de princípios bíblicos cujas infligências são intoleráveis, religiosamente falando. Um exemplo dentre muitos: Um marido (a recíproca é verdadeira) pode separar-se de sua esposa sem motivos justos, depois de anos de casamento, e casar-se com outra, segundo as normas legais vigentes, não cometendo nenhum crime. Perante a Igreja, ele cometeu os seguintes pecados: a- Quebrou o princípio bíblico da indissolubilidade do matrimônio. b- Cometeu o pecado da infidelidade. c- Rompeu o pacto nupcial, que ele firmou com sua noiva perante Deus, suas testemunhas e a Igreja. Na qualidade e condição de servo de Deus, requereu de seu Salvador a realização do matrimônio pelas mãos do ministério ordenado da Igreja. Desfazendo o que pediu a Deus que fizesse, mesmo sabendo que os que *Deus ajunta o homem não separa*, descumpriu um voto, tomou o nome de Deus em vão. O casamento na Igreja é, antes de tudo, um pacto com Deus, para ser uma aliança com o cônjuge. Neste caso, o que é legal perante o Estado, é pecaminoso diante da Igreja. Somente o adultério e a separação irremediável são razões de dissolução dos laços matrimoniais. A Igreja e a família são ambas instituições divinas, devendo ser preservadas com o máximo de imaculabilidade possível, sendo papel da Igreja defender a instituição do matrimônio, preservar a família, lutar pela honra do tálamo conjugal.

As Chaves do Reino dos Céus.

XXX.2- *A esses oficiais estão entregues as chaves do Reino do Céu. Em virtude disso eles têm respectivamente o poder de reter ou remitir pecados; fechar esse reino a impenitentes, tanto pela palavra como pelas censuras; abri-lo aos pecadores penitentes pelo ministério do Evangelho e pela absolvição das censuras, quando as circunstâncias o exigirem¹. Ref.:*

1- Mt 16. 19; Mt 18. 17,18; Jo 20. 21-23; II Co 2. 6-8.

Síntese

O ingresso na Igreja visível se dá por meio de ministros ordenados.

As autoridades governamentais eclesiásticas é que avaliam os que devem ou não ingressar na Igreja de Cristo.

São elas que aplicam a disciplina ou retiram as penalidades dos faltosos.

Responsáveis pelo ingresso na Igreja

Ao governo da Igreja compete a avaliação dos que se apresentam ao batismo, verificar-lhes a correção de entendimento das verdades reveladas e da fé professada, bem como a autenticidade e cristianidade comportamentais ou testemunhais de novas criaturas em Cristo Jesus. As autoridades eclesiásticas não têm poder de penetrar o foro íntimo dos catecúmenos, mas devem avaliar-lhes a conduta geral, as relações com a Igreja, a submissão a Cristo e o apego às Escrituras. Somente depois de ajuizados mediante exame direto e observação prática, deve o Conselho aceitar e encaminhar ao batismo os professantes por ele examinados. Esta é a chave que abre o reino do céu, expresso visivelmente na Igreja militante, aos penitentes. A rigorosa triagem dos candidatos ao batismo é papel concedido pelo Senhor da Igreja aos seus ministros, para a sua melhor qualificação e autenticidade, embora erros de avaliação sejam possíveis e até verificáveis.

A disciplina eclesiástica

Deus coloca, pelas mãos de seus ministros, no corpo de Cristo, a Igreja, os que são eternamente preordenados à salvação. Estes jamais dela sairão ou dela serão retirados porque a ela pertencem por eleição e por redenção; são filhos de Deus, gozam e gozarão o inefável e misericordioso amor do Pai. Eles, pelo batismo, passam a pertencer à Igreja visível como todos os batizados, mas real e essencialmente são membros da Igreja invisível, na qual ingressam somente os eleitos de Deus.

Os que entram na Igreja por meio batismal, não sendo regenerados, poderão ser dela desligados pelas autoridades eclesiásticas (Cf Mt 18. 17,18), conforme preceitua o divino Mestre, ou arrancados de seu seio no juízo final pelos anjos ministros (Mt 13. 40-42). Estes são réprobos extremamente hipócritas, que conseguem permanecer no “trigo de Deus” até a morte ou a ceifa escatológica. A regra, porém, é: *quem se recusa ouvir a Igreja e a ela submeter-se, tem de ser dela excluído* (Mt 18. 17,18). Deste modo, é competência e dever da autoridade eclesiástica perdoar o faltoso arrependido e penitente (remitir-lhe as culpas), mas eliminar do rol o pecador impenitente e recalcitrante (não lhe remitir os pecados). Este poder, o das chaves do reino, é dado às autoridades da Igreja visível com os objetivos de, no máximo possível, impedir o ingresso de irregenerados ou retirar do corpo visível de Cristo os réprobos que nela, porventura, entrarem, contaminando-a com falsos crentes que, geralmente, dão maus testemunhos.

Os eleitos que, eventualmente, cometem faltas, quando são disciplinados, reconhecem e confessam os pecados cometidos, submetem-se à Igreja, cumprem as penas impostas e, submissos e arrependidos, retornam, sendo readmitidos à comunhão e aos demais privilégios de membros. A disciplina da Igreja, quando equilibrada e justa, redundando em bem ao faltoso eleito de Deus.

A chave pela qual o ministério da Igreja abre o reino do céu aos escolhidos e chamados por Cristo é exclusivamente a Palavra de Deus verbalizada ou tipificada nos sacramentos. O poder da Palavra encarnada gerou a Igreja e a mantém ao longo dos séculos, apesar das circunstâncias diversas e adversas. Pela Palavra de Cristo o converso é batizado; pela mesma Palavra é excluído, quando recalcitrante e contumaz em seus pecados contra Deus e sua Igreja.

A necessidade da disciplina

XXX.3- *As censuras eclesiásticas são necessárias para chamar e ganhar para Cristo os irmãos ofensores, para impedir que os outros pratiquem ofensas*

semelhantes, para purgar o velho fermento que poderia corromper a massa inteira, para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do Evangelho e para evitar a ira de Deus, a qual com justiça poderia cair sobre a Igreja, se ela permitisse que o pacto divino e os selos dele fossem profanados por ofensores notórios e obstinados¹. Ref.:

1- I Tm 5.20; I Tm 1. 20; Jd 22,23; I Co 11. 27-34; I Co 5.

Síntese

A disciplina deve ser em benefício do ofensor, por amor a ele.

A Igreja que disciplina com retidão, justiça e amor, estabelece o princípio da autoridade.

Deus não quer uma Igreja permissiva, sem zelo moral e espiritual.

A Igreja é filha do amor de Deus, e deve ser a mãe do amor para os seus membros.

A disciplina benéfica

A disciplina eclesiástica não deve ser movida por ressentimentos, vinditas, rancores e invejas; não pode ser aplicada com despotismo e desamor. Ela tem de ser exercida, visando, por um lado, a santidade e a unidade do corpo comunitário e, por outro, o reparo da ofensa e a recuperação do ofensor. O Conselho, quando realmente composto de ministros de Cristo, prima por uma Igreja limpa, fraternal e sinceramente bíblica, na qual os irmãos sejam mutuamente cooperadores, para que os fracos sejam ajudados a vencer suas fraquezas e a crescerem espiritualmente. A disciplina não pode servir para “limpar” a Igreja de crenças frágeis, mas para “limpá-la” de incredulidades, heresias e comportamentos imorais e antibíblicos. Os princípios da espiritualidade e da moralidade devem ser implantados e mantidos para a glória de Deus e santidade da Igreja. Deus pode usar a disciplina em favor de seus servos debilitados, fortalecendo-os na fé, santificando-os, integrando-os no conjunto eclesial dos eleitos. Disciplina não é castigo, é ato de amor paternal do Conselho. Ao sinceramente arrependido não negará o perdão em nome da “lei”, da justiça vindicativa, do moralismo implacável. A mão da Igreja é de pastor, humana, de carne; nunca mão de ferro, fria, insensível, desumana.

Disciplina e autoridade

A ética da Igreja é dada por Deus nas Escrituras Sagradas, visando a cidadania celeste. Por ela Deus prepara seus servos para servirem melhor a ele e aos seus conservos. O ministério dirigente da Igreja, que permite o relaxamento moral, os desvios comportamentais e os desvirtuamentos confessionais, não somente comete o pecado da conivência mas, o mais grave, o da compactuação com os erros, que tinha a responsabilidade de corrigir com firmeza, discrição e amor. A permissividade leva à carnalidade, à indisciplina e à contaminação do corpo eclesial. A aplicação correta, com objetivos restauradores, da disciplina, firma e confirma a autoridade do ministério regente, não somente sobre o membro disciplinado, mas sobre toda Igreja, que passa a ver no Conselho o guardião da santidade externa do comunidade pela qual é responsável.

Regulamentos divinos para o povo eleito

Deus, ao constituir seu povo, submeteu-o a normas legais e espirituais nítidas: as Leis Morais, o Código de Santidade, os Regulamentos Cerimoniais. Tudo estava

legalmente controlado: as relações interpessoais, as relações do súdito com o soberano Rei, a conduta social do cidadão do reino, a moralidade comportamental e a maneira de se prestar culto ao Redentor. Os aplicadores das diferentes leis e fiscalizadores de seus estritos cumprimentos eram as autoridades ungidas: sacerdotes e governantes (juizes e reis). Hoje, no novo povo de Deus, sob o comando de Cristo, os ministros, devidamente ordenados, são revestidos de autoridade para a aplicação da disciplina, retirada da censura ou anulação da sentença, se for o caso. O fato é que Deus dotou a sua Igreja de leis, normas e regulamentos, e credenciou os que a devem aplicar, quando necessário, mas sempre para o bem do faltoso, com vistas à sua recuperação ou restauração à comunhão da Igreja.

Ao aplicar a disciplina, o Conselho deve verificar: a condição em que o erro foi cometido; a maturidade ou imaturidade do faltoso; seu grau de responsabilidade na Igreja; sua experiência religiosa; seu estado psicológico e mental. Os erros podem ser parecidos, mas nunca iguais; as circunstâncias são diferentes em cada caso; as pessoas não são padronizadas. O princípio da padronização pode levar à injustiça, prejudicando e destruindo o faltoso, em vez de ajudá-lo e restaurá-lo.

Deus age por meio da pregação, do ensino, do direcionamento, do aconselhamento, da ordem e da disciplina. Como conduziu Israel do Egito à Terra da Promissão por meio de Moisés, Josué e os anciãos; assim também conduz a Igreja de Cristo por meio de pastores, presbíteros e diáconos. Acatar as autoridades, quando estas são fiéis às Escrituras Sagradas, é acatar o Senhor da Igreja que a estabeleceu, constituiu-lhe autoridades e nela está presente pelo Espírito Santo. Os ministros jamais poderão esquecer de que são pecadores; quando julgam seus irmãos, também estão sob o juízo de Deus.

Objetivos da disciplina

São objetivos imediatos e finais da disciplina, à luz do item em apreço:

- a- Restabelecer o irmão faltoso e reintegrá-lo na comunhão da Igreja (Mt 18. 15; I Co 5.5; Gl 6.1).
- b- Manter a pureza moral e doutrinária da comunidade (I Co 5. 6-8).
- c- Dissuadir outros a não errarem contra o Senhor da Igreja, as Santas Escrituras e o Corpo dos eleitos (I Tm 5. 20).

Todos os propósitos disciplinares indicam ação pastoral, sempre no sentido de recuperar o faltoso, preservar a Igreja de contaminações morais e doutrinárias, manter a unidade fraternal e a sua santificação. Compete aos pastores do reino de Cristo, no exercício do pastoreio: a alimentação do rebanho; a recuperação da ovelha tresmalhada; o tratamento das feridas decorrentes dos embates da sobrevivência; a disciplina das rebeladas e inadaptadas ao conjunto do aprisco. O cajado do pastor é para guiar, conduzir e proteger, disciplinar; jamais para castigar, excluir ou eliminar ovelhas de seu rebanho. O perdão é o mais evidente instrumento da graça. Todos somos filhos do perdão de Deus, e temos o dever de perdoar.

As disciplinas permitidas

XXX.4- *Para a melhor obtenção destes fins, os oficiais da Igreja devem proceder dentro da seguinte ordem, segundo a natureza da falta e demérito da pessoa: repreensão, suspensão do sacramento da Ceia do Senhor por algum tempo e exclusão da Igreja¹. Ref. :*

- 1- Mt 18. 17; I Ts 5. 12; II Ts 3. 6, 14, 15; I Co 5. 3,4,13; Tt 3.10.

Síntese.

Méritos e deméritos que influenciam na disciplina?

Penalidades eclesiásticas, não civis.

O faltoso deve ser tratado como ovelha, não como indiciado ou réu.

Méritos e deméritos

Os que acumulam méritos na Igreja pela cultura, pela riqueza, pelos ministérios que exercem, por tempo de conversão, pelo grau de liderança, pela condição de oficiais, pela senectude, quando erram, o escândalo é maior, as repercussões são mais intensas, extensas e graves; o bom nome da Igreja fica muito mais comprometido. Diante de tais agravantes, as penas disciplinares devem ser mais rigorosas. O Conselho deve evitar, a todo custo, privilegiar os “eminentes”, os supostamente “grandes”. Não se pode seguir o exemplo da justiça secular: branda e tolerante com os poderosos; intolerante e implacável com os humildes, pequenos e pobres. A discriminação é pecado. Todos os filhos de Deus em Cristo Jesus são iguais diante do Pai celeste. Na jurisprudência do mundo a lei tem sido cega e injusta para com os ricos e togados, mas rigorosamente forte para com os emudecidos e desqualificados pela miséria. Extensão da justiça divina, a eclesiástica tem de ser reta e justa, a despeito da pecaminosidade de seus aplicadores. A discriminação, no contexto comunitário e familiar, é injustificável, sendo, na verdade, uma aberração.

Penalidades eclesiásticas, não civis

A Igreja não pode aplicar sanções de natureza civil aos seus membros. Ela, por exemplo, não pode obrigar o crente devedor a pagar a dívida, mas deve discipliná-lo com uma das penas previstas neste capítulo (XXX.4): Repreensão, suspensão da comunhão, exclusão da Igreja, depois de examinar criteriosamente o grau de culpabilidade do denunciado e a natureza do débito. A Igreja considera o pecado da desonestidade, não o delito do débito em si mesmo, especialmente se o devedor estiver no estado de inadimplência. A cobrança judicial é da competência exclusiva da justiça, que poderá executar o devedor, mesmo que a Igreja o julgue isento do pecado atribuído. O pecado e o crime podem ter pontos de concordância, contato e convergência, mas são, por natureza, diferentes e distintos. Ouvei dizer, quando pastor de uma igreja do interior de Minas Gerais, que um conselho “tomou” o porco de um dos membros da igreja para entregar a outro em pagamento de dívida. Errou, impondo sanção de natureza civil, que não era de sua competência. Ele podia disciplinar o devedor, não atuar como “agência executora de cobrança”, especialmente no seqüestro de bens. O Conselho cometeu um crime ao tentar eliminar um ato pecaminoso.

A ovelha faltosa

O crente faltoso deve ser tratado, não com o rigor da lei, mas com o espírito pastoral, constituído sob o beneplácito da graça. Devemos evitar a terminologia das leis civis e penais seculares: tribunal, juiz, indiciado, réu. A ovelha que erra, é convidada a comparecer perante os pastores de sua igreja, que agirão, em relação a ela, como tais. No meu entendimento, não há fundamentação bíblica, nem apoio na ética pastoral e cristã para o conselho transformar-se em tribunal e os presbíteros transmudarem-se em juizes para julgarem uma ovelha do rebanho, convertida em ré. Confunde-se a justiça secular com a religiosa, a pena judicial com a disciplina eclesiástica, que tem por objetivo o “pastoreio” da ovelha em conflito com Deus, com a Igreja, com as Escrituras

ou com os líderes pastorais. O crente faltoso (não criminoso) deve ser instado a comparecer diante do conselho, não perante um tribunal, onde pastores passam a ser juizes de seus irmãos, não mais conselheiros, ajudadores e pais espirituais que, como tais, disciplinam por amor e para o bem os seus filhos. Para mim, na qualidade e condição de pastor, a coisa mais triste e constrangedora, foi atuar em tribunais eclesiásticos, ser convertido em juiz de minhas ovelhas, algumas delas atiradas ao erro por descuido e incúria do próprio Conselho e até por minhas falhas pastorais, muitas delas geradas por inabilidades e inconsciência, outras por amor próprio, moralismo exacerbado e espírito judicial. Por minhas ineficiências pastorais, peço perdão ao Sumo Pastor!

Às vezes, o pastor é tratado como “empregado do conselho” para prestação de serviços pastorais, não a uma igreja, mas a uma empresa eclesiástica na qual o “resultado” tem de corresponder ao “investimento”: a lei econômica do “custo > benefício. O conceito de relação disciplinar em semelhantes igrejas é parecido com o existente entre empresa e empregados: não serviu, dispensa ou demite sem nenhum amor, consideração e respeito ao demitido e à sua família. Quando, pois, a pena disciplinar contribui para a separação de esposo e esposa, pais e filhos, deve ser cuidadosamente avaliada, ponderada ou mesmo revisada, pois o bem do faltoso e o de sua família devem ser objeto de consideração da parte do Conselho que, antes de tudo, pastoreia o aprisco que Cristo lhe concedeu. Somente os recalcitrantes contumazes, os irrecuperáveis, devem ser punidos com a exclusão.

Lembremos que o princípio da proporcionalidade deve estar presente em todo ato disciplinar do Conselho, embora lhe seja difícil proporcionalizar a culpabilidade para a justa adequação da pena; mas o máximo que se puder fazer, deve ser feito, visando, prioritariamente, o pastoreio do ofensor, jamais o castigo em si mesmo.

Sobre o Poder das Chaves

Deus criou o seu povo, congregou-o, inicialmente, por meio de uma linhagem racial e um signo, a circuncisão. Manteve-o, mas ampliou seus limites pela inclusão dos gentios, e também transformou o seu sinal original em batismo. Para inclusão na Igreja por meio do batismo chamou e autorizou ministros especiais que, com a autoridade de fazer ingressar no corpo de Cristo por meio da palavra revelada e do sacramento batismal, são portadores das “chaves do reino”; também com elas podem, pela disciplina, retirar da comunidade dos regenerados os rebeldes contumazes, os que se voltam, por atitudes e atos, contra Deus e sua Igreja. Por meio das Escrituras e do testemunho interno do Espírito Santo, Deus chama os seus eleitos para Cristo em sua Igreja, credenciando os ministros ordenados a recebê-los no corpo dos redimidos, a Igreja visível (Mt 16.19; Mt 18.18). Jesus reconhecia que a autoridade eclesiástica tinha poder de incluir fiéis no reino histórico de Deus ou dele excluir os infiéis. Os escribas, ministros ungidos, mas indignos do ofício sacerdotal, transformaram-se, pelo uso indevido do poder das chaves, em obstáculos do reino palpável de Deus: *Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! Porque fechais o reino dos céus diante dos homens; pois, vós não entrais, nem deixais entrar os que estão entrando (Mt 23. 13)*. A chave do reino é um poder divinamente concedido ao ministério ordenado da Igreja. Deus colocou a “chave de Davi” no ombro do sacerdote Eliaquim (Is 22. 22)⁶⁹, isto é, deu-lhe autoridade para “fechar e abrir”. A imensa responsabilidade, pois, dos ministros ordenados não lhes permite leviandade ou irresponsabilidade no exercício do múnus de governar, admitir no reino ou dele demitir. O ingresso formal na Igreja militante

⁶⁹ - Introdução à Teologia do Novo Testamento, Alan Richardson, ASTE, SP, 1966, “O Poder das Chaves”, pág. 314.

somente se dará por meio do batismo; aplicado por ministro devidamente ordenado e credenciado para tal mister, tudo segundo a vontade expressa do Senhor da Igreja, Jesus Cristo. A autoridade de incluir e excluir procede de Deus, devendo ser exercida com honestidade, sinceridade, submissão ao Salvador, amor, bom senso, visão eclesial, tendo em vista o crescimento espiritual do ingressando ou bem estar e recuperação do disciplinando. Jamais o pastor e o conselho podem entender que, ao introduzirem um confessante na Igreja visível de Cristo, estão lhe concedendo a bênção da salvação eterna. Quem tem a chave da salvação ou do reino escatológico é Jesus Cristo, e somente ele (Ap 3. 7 cf Ap 1. 18).

FONTES AUXILIARES

- 1- As Institutas, ou Tratado da Religião Cristã, João Calvino, CEP e Luz para o Caminho, SP, 1ª Edição, 1989, Vol. IV, Cap. XII: *Da Disciplina Eclesiástica, o precípua uso da qual está nas Censuras e na Excomunhão (pág.211ss).*
- 2- Disciplina na Igreja, Valdeci da Silva Santos, em artigo na Fides Reformata de janeiro-junho de 1998, Vol. III, nº 1, pág. 149ss, revista teológica sob a responsabilidade do Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição.
- 3- Introdução à Teologia do Novo Testamento, Alan Richardson, ASTE, SP, 1ª Edição, 1966. Cf Cap. XIV: Os Ministérios da Igreja.

DOS SÍNODOS E DOS CONCÍLIOS

Capítulo XXXI

Sistema Conciliar.

XXXI.1- *Para melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver as assembleias comumente chamadas sínodos ou concílios. Em virtude do seu cargo e do poder que Cristo lhes deu para edificação e não para destruição, pertence aos pastores e outros presbíteros das igrejas particulares, criar assembleias e reunir-se nelas quantas vezes julgarem útil para o bem da Igreja. Ref.:*

- 1- At 15.2,4,6; 20.17,28; Ap 2.1-6.

Síntese.

Hierarquia conciliar: Conselho, Presbitério, Sínodo e Supremo Concílio. Somos, pois, uma federação de concílios mais que de igrejas.

Composição dos concílios: Presbíteros docentes e regentes. Dois concílios originais: Conselho e Presbitério.

Federação conciliar.

A Igreja no Presbitério. A Igreja Presbiteriana, rigorosamente falando, não é uma federação imediata de igrejas locais, mas de concílios, nos quais as comunidades são relativamente representadas. Tais representações são diretas nos conselhos e nos presbitérios, mas cada vez mais diluídas e indiretas nos sínodos e no Supremo Concílio. A comunidade, por meio de sua assembleia, compõe o Conselho, um poder delegado, portanto, constituído de presbíteros regentes. Estes são ordenados publicamente pelo

Conselho, investidos em seus ofícios e empossados nos cargos. Cessa aí a participação da igreja em assembléia. O Conselho se faz representar no Presbitério por um delegado, cujo poder de falar e votar não se limita às questões de sua comunidade, de que é legítimo representante, mas de interferir nas comissões e no plenário, argumentando e votando questões de todas as igrejas do concílio, das quais passa a ser “representante indireto.” E mais, o delegado, em plenário, pode emitir opiniões pessoais e até convencer o plenário a aprová-las, sem que para isso tenha autorização de seu Conselho. Conheço um caso em que um presbítero propôs, e o Presbitério aprovou, a transferência de uma congregação de sua igreja, com terreno próprio, templo construído e equipado, para outra, alegando que esta não possuía nenhuma congregação. O seu conselho protestou, mas o presbitério manteve a decisão. Outro caso: Por uma proposta da comissão executiva, o presbitério resolveu aumentar o percentual da contribuição presbiterial das igrejas de maior número de membros, e conseqüentemente, melhor arrecadação. Na referida CE as duas maiores Igrejas não tinham representantes. A matéria foi submetida à votação e aprovada com votos das igrejas menores, mais numerosas. Os representantes das igrejas prejudicadas votaram contra, mas, diante da votação majoritária, submeteram-se. A representação democrática não atuou em favor das representadas, pois a vontade externa da CE e das comunidades pequenas prevaleceu. As igrejas “democraticamente penalizadas” possuíam, na época, um terço da membresia do concílio, mas a representação não é proporcional ao número de membros: um presbítero por igreja. Observem que, já no segundo nível de representatividade, a representação real não se efetiva, pois funciona o poder da maioria, nem sempre condizente com os interesses da igreja local. Uma igreja ortodoxa num plenário conciliar de igrejas heterodoxas certamente sofrerá “restrições democráticas”, até litúrgica e doutrinariamente. O sistema democrático é bom, quando a “maioria” não impõe, “democraticamente,” sua vontade própria à minoria conservadora e preservadora das tradições reformadas.

Temos de registrar que, embora seja omitida na CFW, a assembléia da igreja local é a fonte instituidora, leiga, de todas as assembléias conciliares superiores.

A Igreja no Sínodo e no Supremo Concílio.

Nem todas as igrejas têm representantes nos sínodos e, muito menos, no Supremo Concílio, pois ambos são compostos por delegados dos presbitérios, cujos representantes são retirados, por eleição presbiterial, de algumas igrejas, não de todas. E mais, os plenários, tanto o dos presbitérios como os dos concílios superiores a ele, são constituídos de representantes das igrejas e de pastores, que não representam igrejas, mas seus concílios bases dos quais são membros, os presbitérios. Então, como se vê, as representações leigas comunitárias ficam reduzidas, praticamente, à metade. Quando o presbitério é constituído de igrejas grandes e economicamente fortes, o seu plenário é mais clerical que leigo, pois “um” presbítero “representa” a igreja, enquanto todos os seus pastores, titulares e auxiliares, são membros natos do concílio imediatamente superior. Conheci um presbitério com sete igrejas (sete representantes comunitários) e doze pastores. A democracia representativa, nesse caso, ficou muito prejudicada. Acrescenta-se a isso o fato de os pastores serem mais preparados, os que mais e melhor argumentam, impondo, “embora democraticamente,” suas opiniões. Muitos presbíteros somente votam, às vezes por recomendação de seus pastores, não conscientemente. Tudo, no campo social, é relativo, mas a relatividade de nossas representações é demasiada. Acrescenta-se à fragilidade representativa das corporações eclesiais locais o fato de “todos os representantes serem clérigos”: docentes e regentes, com priorização dos regentes, que são membros do presbitério, não das igrejas.

ConcÍlios clericais e masculinos

Quando afirmamos que não somos, na acepção exata da expressão, uma federação de igrejas, pensamos não somente na hierarquia conciliar, nem sempre representativa de todas as igrejas, mas também num governo eminentemente clerical, que não está errado, mas não representa diretamente o laicato, muito mais numeroso. Mesmo porque, no sistema presbiteriano, os poderes da assembléia da igreja local, leiga por natureza, são constitucionalmente limitados pelo arbÍtrio do Conselho, que somente convoca a assembléia se for de seu interesse e, em alguns casos, a matéria será delimitada por meio de “parecer prévio” (Cf Art. 9º e seus itens, do Cap. II - Organização das Comunidades Locais - da CI/IPB). A assembléia não tem poderes para autoconvocar-se; quer dizer: o poder leigo limita-se ao voto direcionado ou recomendado pelo Conselho, um concÍlio de clérigos ordenados. Mesmo sendo do interesse da Igreja, se não da conveniência do Conselho, a assembléia não será convocada. Em uma determinada igreja, mais de um terço de seus membros requereu, por meio de abaixo-assinado, a convocação da assembléia para deposição, ou não, de três presbíteros. O Conselho, num quorum de nove, rejeitou o pedido por oito a um, significando que os presbíteros questionados votaram em causa própria, calando a voz da Igreja. Abaixo-assinado, um “instrumento democrático”, é “inconstitucional” na nossa democracia. Então o Conselho, mesmo contando com o voto antiético dos “atingidos”, estava “legalmente certo.” Nenhum de seus pares julgou de suspeição os votantes em causa própria, convalidando seus votos.

A Igreja é hierarquizada clericalmente, onde o poder masculino impera administrativamente. Não estamos pensando em mudar nada, apenas constatando um fato concreto. A ordenação feminina, além de lhe faltar suporte bíblico, não eliminaria o clericalismo administrativo da Igreja, apenas o rechearia de mulheres ordenadas.

O contingente feminino é maioria na maior parte das igrejas, mas não há voz feminina nos concÍlios, fato que desqualifica a representatividade comunitária. Pode haver democracia autêntica com exclusão da maioria? Precisamos conceder mais poderes às assembléias locais, inclusive o de autoconvocação, para dar mais espaço ao corpo leigo da comunidade, que tem sido maioria relativamente silenciada.

Uma federação eclesiástica de clérigos masculinos, com representatividade relativÍssima, não chega a ser, no rigor do conceito, uma verdadeira federação de igrejas.

Federalização da Igreja. Cremos que poderíamos federalizar a Igreja por meio de congressos: A assembléia da igreja local elegeria representantes (masculinos e femininos, indistintamente) ao congresso presbiterial. Este elegeria delegados ao congresso sinodal. O sinodal, ao nacional, sucessivamente. Desta maneira, integrariamos à Igreja institucional leigos e clérigos, unificando a Igreja nacional, isto sem prejuízo do federalismo conciliar puramente administrativo. Tais congressos eclesiais estudariam temas sociais, científicos e doutrinários, sempre sob a supervisão dos concÍlios competentes. Estes congressos seriam maiores ou menores, conforme o número estabelecido de representantes nas origens. Só assim, então, poderíamos dizer que somos uma igreja realmente federativa no governo e na integração corporativa. Tais congressos não precisariam ser anuais. Os presbiteriais poderiam ser de três em três anos. Os sinodais, de seis em seis. Os nacionais, de oito em oito. Semelhante processo integraria a Igreja nacionalmente, levando-nos a falar a mesma língua eclesiástica, a termos o mesmo pensamento doutrinário, a unificação nacional da liturgia. O asoerboamento administrativo impede os concÍlios de tratar de assuntos doutrinários, o que nos tem sido prejudicial.

Os congressos departamentais suprem, em parte, a ausência de real federalismo, mas fragmentam a Igreja em grupos distintos, congressualmente independentes: Mulheres (SAF), homens (UPH), jovens (UMP), adolescentes (UPA), todos com seus congressos específicos. O Secretário conciliar é mais um assessor jurídico, administrativo e, às vezes, pastoral, que representante da Igreja.

Entendemos que a Igreja necessita, para integração e interação doutrinária e litúrgica regionais e nacional, de congressos eclesiais. O conciliarismo integram-nos administrativamente, mas não fraternal e doutrinariamente.

Concílios natos.

O sistema presbiteriano tem dois concílios natos: o *Conselho*, onde o presbítero tem assento natural, pois lhe é o concílio de origem; e o *Presbitério*, que é o concílio original do pastor, no qual tem assento efetivo e permanente. O presbítero não precisa de credencial para ter “assento” no Conselho, seu concílio básico. Igualmente o Pastor não necessita de credencial para ter “assento” no Presbitério, seu concílio próprio. Sua credencial permanente é a Carteira de Ministro, que é apenas apresentada para registro de presença e de participações conciliares, pois o assento é de direito por ordenação e arrolamento, quando foi excluído da igreja local e filiado ao Presbitério, na condição de “membro”. Quando o pastor for eleito representante a concílios superiores, aí sim, deverá levar sua carteira com a declaração de que foi devida e regularmente eleito delegado ao referido concílio.

Competência dos concílios.

XXXI.2- *Aos sínodos e concílios compete decidir ministerialmente controvérsias quanto à fé e casos de consciência, determinar regras e disposições para a melhor direção do culto público de Deus e governo da sua Igreja, receber queixas em caso de má administração e autoritativamente decidi-las. Os seus decretos e decisões, sendo consoantes com a Palavra de Deus, devem ser recebidos com reverência e submissão, não só pelo seu acordo com a Palavra, mas também pela autoridade com que são feitos, visto que essa autoridade é uma ordenação de Deus, designada para isso em sua palavra¹.Ref.:*

1- At 16.4; 15.19,24,27-31; Mt 18.17,20.

Síntese.

Os concílios devem:

Manter os postulados confessionais das igrejas sob sua jurisdição;

Evitar que conceitos heréticos germinem e cresçam entre seus membros;

Adotar e preservar os parâmetros bíblicos doutrinários, codificados na Confissão de Fé de Westminster e seus catecismos Maior e Breve, intérpretes normativos das Escrituras.

Zelar pela correta administração dos bens patrimoniais, morais e espirituais das igrejas.

Ter autoridade moral e espiritual para o justo exercício do direito sagrado do múnus regencial.

Executar os seus direitos e deveres como cabido de pastores, como pais espirituais e morais dos jurisdicionados.

Doutrinar o rebanho na fé reformada, mantendo a unidade e continuidade da Igreja sob o Deus absolutamente soberano.

Aplicar a disciplina, sempre para o bem do faltoso e santidade da Igreja.

Concílios fiéis às Escrituras.

Deus delegou autoridade aos concílios, não para agirem à margem das Escrituras ou contra elas, mas, segundo seus princípios. O que a Bíblia claramente não autoriza o concílio não deve autorizar, tanto em matéria institucional como doutrinária e disciplinar. Deus dirige sua Igreja por meio de sua Palavra, cuja interpretação efetiva-se por intermédio da iluminação de seus profetas e do testemunho interno do Espírito Santo. A liberdade decisória do concílio emana da Escritura e a ela se submete irrestritamente. Nenhum concílio pode impor ao povo o que Deus não permite em sua revelação final e consumada, a Bíblia. Por exemplo: Deus, que é o Senhor de sua Igreja, não instituiu nela o ministério ordenado feminino, nem no Velho, nem no Novo Testamento. Ora, o que Deus não fez, em termos de organização ministerial, os concílios não podem fazer. Não há nas Escrituras nenhum texto verdadeiramente autoritativo da ordenação feminina. Os concílios devem ater-se ao princípio reformado: *A Escritura é a nossa única regra de fé e norma de conduta*. O dia em que fugirem desta regra diretiva, passarão a determinar regras, normas e doutrinas como “deuses” para uma igreja que não criaram nem lhes pertence. Nenhum argumento sociológico ou psicológico justifica alteração no que Deus determinou e mantém pelas normas claríssimas das Escrituras. O conceito da *sola scriptura* tem de ser mantido. Os concílios que estão modificando, à revelia da Bíblia, a estrutura e a natureza da Igreja, estão voltando ao que a Reforma combateu: a tríplice autoridade revelacional (*a Bíblia, a tradição e a Igreja*), deixando nítido o conceito da insuficiência da Revelação divina, atribuindo autoridade definidora ao clero, que agora se centraliza nos concílios, a Igreja retornará aos tempos pré-reforma. O que o concílio resolve passa a ser matéria de fé e prática, mesmo sem apoio bíblico, como por exemplo, o caso da ordenação de mulheres. O concílio é servo, para governar o rebanho de Deus, jamais para alterar o que o Senhor da Igreja, para o seu governo, instituiu e ordenou. Hoje, temos uma igreja conforme a sociologia moderna, os interesses humanos, a suposta igualdade dos sexos, a isonomia de direitos, tudo nos pressupostos de que ou Deus precisa de auxílios modernizantes de homens mais inteligentes do que ele, ou é um Deus discriminador, preconceituoso e *machista*, eliminando injustamente a mulher do processo ministerial. Para mim, o que Deus fez, está feito; o que revelou, está revelado; o que determinou, está determinado. Com o supremo e soberano Criador de todas as coisas, inclusive da Igreja, não se discute: respeita-se, submete-se, acata-se.

Nossos parâmetros de fé.

Cada denominação tem suas normas doutrinárias rigidamente estabelecidas quer por meio de textos confessionais históricos quer por intermédio de doutrinas firmadas em sua didática costumeira ou mantidas por tradição, quer por meio de seus seminários teológicos e compêndios de teologia. Não há igreja sem roteiro confessional e fundamento doutrinário sólido. Desprovida de base firme e clara nenhuma denominação resistirá ao desgaste do tempo, ao assédio de outros credos e às influências da cultura circundante. O dia em que os concílios menosprezarem os nossos parâmetros confessionais de fé, cada igreja criará e seguirá suas próprias doutrinas (bíblicas ou não) ou se deixará levar por ensinamentos estranhos e orientações heréticas. Os concílios, pois, têm o dever de manter, nos seus limites jurisdicionais, os nossos modelos históricos de fé, nossos símbolos confessionais: Confissão e catecismos. Os conselhos devem orientar-se pela Confissão de Fé e pelos catecismos Maior e Breve, pois assim fazendo, estarão em sintonia com a tradição reformada e em harmonia com a Igreja nacional.

Respeito devido aos concílios.

A Igreja deve ajuizar os concílios pela sua fidelidade às Escrituras, seu apego aos símbolos de fé, seu zelo reformado, seu cuidado com as igrejas sob seu pastoreio,

seus vínculos harmônicos com a Igreja nacional. Então, suas decisões devem ser respeitadas, acatadas e executadas. No sistema presbiteriano, hierarquizado conciliarmente, a harmonia interconciliar e a sintonia das igrejas locais com seus concílios superiores são fundamentais para a manutenção da consensualidade e da unidade do corpo eclesial geral. A união na normalidade é fácil, o difícil é mantê-la em situação de crise, especialmente a de natureza doutrinária. Quando as conturbações teológicas atingem igrejas locais de concílios firmes, os problemas tornam-se localizados e aí contidos, sendo resolvidos sem grandes danos, ferimentos e ressentimentos. Quando os concílios erram, os erros repercutem nas comunidades e se projetam, ascendente e descendentemente, e dificilmente a questão será solucionada sem cicatrizes imensas e permanentes. A fidelidade conciliar é importante para a sustentação do sistema eclesial, pois suas resoluções, normalmente, são equilibradas, sensatas e justas; razão porque são respeitáveis e respeitadas. O que é certo e justo não se contesta. O concílio que respeita as Escrituras adquire o respeito das igrejas.

Os Concílios são falíveis.

XXXI.3- *Todos os sínodos e concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado; eles, portanto, não devem constituir regra de fé e prática, mas podem ser usados como auxílio em uma e outra coisa¹. Ref.*

1- At 17.11; I Co 2.5; II Co 1. 24.

Síntese.

A Reforma colocou a autoridade das Escrituras acima da autoridade da Igreja e de seus concílios.

]

As Escrituras acima da Igreja.

A Reforma estabeleceu o princípio da inerrância e da autoridade absoluta, em matéria de fé e de moral, das Escrituras Sagradas, contra a tese, do cristianismo dominante daqueles tempos, de que a Igreja, na pessoa do Papa e na figura dos concílios, receberam autoridade divina, por meio da sucessão apostólica, não só para gerir o povo de Deus, mas também, quando necessário, gerar fatos sagrados, receber e comunicar novas revelações, impetrar bênçãos e impor maldições ou anátemas; tudo em caráter incontestável e irrevogável. A voz da Igreja era a voz de Deus; a palavra do clero (cerne da eclesia, como se acreditava), deveria ser crida como palavra divina. A Reforma negou tal autoridade, rejeitando o clero divinizado e imperativo, supostamente “representante de Cristo na terra”, e sustentou o primado da *sola Scriptura*, como fonte da autoridade governamental e do múnus profético (interpretação das Escrituras) e missionário da Igreja. A Palavra de Deus criou a Igreja, alimenta-a e a habilita pela pregação das Escrituras, fortalece-a pelo ensino e pelos sacramentos, prepara-a para o testemunho cristão ao mundo. Toda autoridade emana da Bíblia, não do clero ou dos concílios.

Os concílios podem estabelecer regras comportamentais e regenciais, desde que firmadas e sedimentadas na Escrituras. O que a Bíblia não autoriza, o concílio não pode autorizar. A palavra autoritativa de nossa fé não é a da Igreja por meio de seu clero, mas a de Deus por intermédio das Escrituras. A Igreja é doutrinada e governada pela Palavra de Deus revelada nos registros sagrados. Nada fora e além da Bíblia pode nortear o povo de Cristo. A Igreja é filha e serva das Escrituras, convocada por Deus para vivê-las e pregá-las sem alterações textuais ou interpretações convenientes e circunstanciais. Os

seus intérpretes e aplicadores autênticos são iluminados pelo Espírito Santo para entendê-las e comunicá-las corretamente ao rebanho e pregá-las verazmente ao mundo.

Os concílios erram, têm errado e errarão; as Escrituras, porém, permanecem intocáveis, inalteráveis e inerrantes em matéria de fé e de moral, pois é, seguramente, a revelação divina aos eleitos do Criador. A mensagem revelada do Deus eterno e imutável reveste-se, conseqüentemente, de eterna imutabilidade. Deus não muda; sua vontade revelada, igualmente, não pode mudar. A Igreja deixa-se reger exclusivamente por ela, e por meio dela dirige os seus membros, clérigos e leigos.

Quem possui e retém a Palavra de Deus impressa na existência e expressa na pregação é o Corpo de Cristo, a Igreja, não um grupo de privilegiados dentro dela, os sacerdotes. Cristo não deixou sucessores; ele comanda diretamente o seu Corpo eclesial como ser divino presente e reinante. Os dirigentes eclesiásticos são instrumentos nas mãos de Cristo, não senhores, pais, guias e reis, como pretendem ser o Papa e seus ordenados (Cf Mt 23. 8-10; Mt 28. 18-20; Jo 7-15; Jo 14. 18,26). Cristo, pois, por meio da Palavra de Deus e do Espírito Santo, governa sua Igreja, o corpo (o organismo) da qual ele é a cabeça (I Co 12. 12- 27; Ef 5. 23).

O clero romano entendia, e entende, que recebera autoridade de Cristo para falar em seu nome, controlar a consciência moral dos cristãos e criar dogmas sem nenhuma base nas Escrituras como, por exemplo: a perpétua virgindade de Maria; a assunção da Virgem; a transubstanciação; a infalibilidade papal, além do poder de beatificar e entronizar nos altares os seus santos por meio de ícones representativos, que passam a receber a adoração dos fiéis. A reforma, pois, estabeleceu o primado das Escrituras sobre o do Clero romano; o de Cristo sobre o Papa e os padres; o da comunhão universal de todos os santos sobre a instituição eclesiástica da sé romana.

Igreja num Estado leigo

XXXI.4- *Os sínodos e concílios não devem discutir, nem determinar coisa alguma que não seja eclesiástica; não devem imiscuir-se nos negócios civis do Estado, a não ser por humilde petição em casos extraordinários ou por conselhos em satisfação de consciência, se o magistrado civil os convidar a fazê-lo¹.Ref.:*

1- Lc 12. 13,14; Jo 18. 36; Mt 22. 21.

Síntese.

Igreja e Estado são instituições diversas com objetivos diferentes.

A teocracia funde os poderes e confunde as áreas e os fins colimados de cada instituição.

A Igreja no Estado

A Igreja é peregrina sobre a terra, o corpo universal dos eleitos de Deus. Ela está no mundo, mas a ele não pertence (Jo 18. 36). Serve-o, serve-se dele; os seus membros são cidadãos dos respectivos países, mas a *cidade-estado* dos cristãos verdadeiros é a Jerusalém celeste. O servo de Cristo, neste mundo, está sob dupla regência: a dos governantes políticos e a do soberano Rei, Jesus Cristo. As leis do Estado, autoritário por natureza, aplicam-se à Igreja, mas as da Igreja não se aplicam ao Estado, pois este rege as coisas e os fatos religiosamente neutros, enquanto a Igreja submete-se aos decretos de Deus, vive-os e os divulga. Por outro lado, a ética cristã freqüentemente conflita ou não coaduna com a do poder público.

O Estado legisla para a Igreja, mas esta não pode legislar para o Estado, nem aplicar sanções civis a seus membros. O cristão é governado pela Palavra de Deus; pelo

Espírito Santo, que age internamente nele; pelo ministério ordenado da Igreja submisso às Escrituras. A Igreja vela pelo correto exercício da fé, pela fidelidade a Deus e à sua Palavra, pela fraternidade cristã, pela unidade dos fiéis, pela cristocentricidade da pregação, pela correta administração dos sacramentos e da disciplina eclesiástica. Ela não pode interferir na esfera do Estado, pois a ele, civilmente, se submete, até onde a sua consciência religiosa não seja ferida e sua liberdade de culto não sofra restrições ou proibições. Nos casos de fé e de moral, as ordenanças divinas contidas nas Escrituras são prioritárias: Primeiro Deus, depois o Estado.

FONTES AUXILIARES

- 1- As Institutas – ou Tratado da Religião Cristã , Casa Editora Presbiteriana e Luz para o Caminho, SP, 1ª Edição, 1989, cap. IX.
- 2- Governo da Igreja Local, Onezio Figueiredo, Apostila.
- 3- Teologia Sistemática, Louis Berkhof, Luz para o Caminho, Campinas, SP, 4ª Edição, 1996, cap. III, “O Governo da Igreja” e o “Poder da Igreja” da pág. 583 a 597 e 598 a 608, respectivamente.
- 4- Porque Somos Presbiterianos, Manoel B. de Souza, 2ª Edição, Edições Princeps, Camilo C. Chada, Editor, RJ, 1963.
- 5- Nossa Crença e a de Nossos Pais, David S. Schaff, 2ª Edição. Imprensa Metodista, SP, 1964, Caps. XVI e XXIX: “O Ministério e o Sacerdócio” e “A Igreja e o Estado”, págs. 270 a 288 e 489 a 512, respectivamente.
- 6- Governo, O Testemunho Bíblico, J. W Skillen, em artigo na Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã, Edições Vida Nova, 1ª Edição, 1990, vol. II, ps. 209 a 212.
- 7- Governo Eclesiástico, L. Morris, em art. Na Enc. Hist.-Teol. Da Ig. Cristã, retro citada, págs. 213 a 216.

DO ESTADO DO HOMEM DEPOIS DA MORTE; DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS. Capítulo XXXII

O ESTADO INTERMEDIÁRIO.

XXXII.1- *Os corpos humanos, depois da morte, convertem-se em pó e vêm a corrupção¹; mas as suas almas – que nem morem nem dormem – tendo uma substância imortal, voltam imediatamente para Deus que as deu². As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas na santidade, são recebidas no mais alto dos céus, onde vêm a face de Deus em luz e glória, esperando a plena redenção dos seus corpos³; e as almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde ficarão em tormentos e em trevas espessas, reservadas para o juízo do grande dia final⁴. Além destes dois lugares, destinados às almas separadas de seus respectivos corpos, as Escrituras não reconhecem nenhum outro lugar. Ref.:*

- 1- Gn 3. 19; At 13.36.
- 2- Lc 23.43; Fp 1. 23; II Co 5.6-8.
- 3- Lc 16. 23; Rm 8. 23.
- 4- Lc 16. 23,14; II Pe 2.9.

SÍNTESE

A corrupção do corpo do justo é temporária.

A alma, retirada do corpo, aguarda recebê-lo de volta, mas sem mortalidade e corrupção.

Não há terceira opção para os seres humanos depois da morte.

A morte física.

O Criador do homem, revelado nas Escrituras Sagradas, impôs a morte como sentença punitiva, prevista no pacto de obras, caso o homem o quebrasse. Tal pacto, embora firmado com Adão, incluía nele a humanidade, pois se tratava do tronco original de todos os seres humanos de todas as raças (Gn 2. 16,17 ; Gn 3. 17-19). Como o Criador retirou da terra o homem, fá-lo retornar a ela pela morte; porém, a promessa da graça é a de retirá-lo do domínio dos poderes mortais por meio da ressurreição; bênção que será concedida somente ao eleito e justificado em e por Cristo Jesus. Todos os seres humanos, até o fim da presente ordem, experimentarão a morte física. Os justos, porém, cujas almas são levadas para o *seio de Abraão*, isto é, para a proteção de Deus, aguardam em conforto e relativa glória o juízo final. Os injustos, sobre os quais as Escrituras silenciam quase completamente, também ressuscitarão, mas para o juízo eterno. A morte vence-os, já no estado intermediário, e suas almas destinam-se ao Hades (Lc 16. 19-31), lugar em que as ausências da luz, da vida, da paz, da graça e da misericórdia divinas, submetem-nos a uma condição permanente de angústia inenarrável (Lc 16. 23,24).

As Escrituras desconhecem lugares intermediários, criados pela dogmática romana, como o “**Limbo**”, para as crianças que morrem sem batismo; “**Purgatório**”, para as almas que, em vida, cometeram apenas pecados veniais.

Ao partirem desta vida, dizimados pela morte, os **justos** têm dois destinos: seus corpos retornam ao pó e seus espíritos voltam para Deus (Ec 12. 7). Os **ímpios** também estão sob dupla destinação: seus físicos vão para a sepultura e suas almas são lançadas no Hades (Lc 16. 19-31). O estado intermediário, de justos e injustos desencarnados, durará até a ressurreição geral e o juízo final, quando então se definirá a situação de cada seguimento da raça humana: os que creram em Cristo e os que dele descreeram. A fé e a incredulidade determinam o estado do homem na vida além-túmulo: Os crentes em Cristo gozarão as bênçãos da vida eterna; os ateus, as maldições eternas.

Vivos e mortos no Dia do Juízo.

XXXII.2- *No último dia, os que estiverem vivos não morrerão, mas serão mudados¹; todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos e não outros, posto que com qualidades diferentes, e ficarão reunidos às suas almas para sempre². Ref.*

1- I Ts 4. 17; I Co 15. 51,52.

2- I Co 15. 42-44.

Síntese.

Os vivos, no dia do juízo, não morrerão fisicamente, mas serão transformados (I Ts 4. 17).

Os justos ressuscitarão com seus próprios corpos, mas aperfeiçoados, conforme deseja o Criador (I Co 15.42-44).

O estado ressurreto é definitivo, tanto para justos como para injustos.

Os vivos no dia do juízo.

Deus determinou *um dia* de juízo para toda a humanidade, os mortos e os vivos. Os que estiverem sob o domínio da morte, serão ressuscitados; os vivos justos terão seus corpos transformados, igualando-se aos santos ressurretos, revestidos de imortalidade e de incorruptibilidade. As cicatrizes causadas pelo pecado no corpo, na mente e na alma serão eliminadas; tornar-nos-emos seres perfeitos, definitivos e completos: nem crianças, nem jovens, nem velhos; faixas etárias características da transitoriedade e da perecibilidade. Seremos como os anjos, que nem evoluem nem degeneram, mas são permanentemente estáveis, puros e perfeitos. E assim, reconstituída a humanidade idealizada por Deus com a soma total de seus eleitos e salvos por Jesus Cristo, chega-se ao final do plano eterno do Criador para as suas mais nobres criaturas, os seres humanos. As Escrituras não falam da transformação dos ímpios, mas os descrevem como portadores dos castigos decorrentes de seus pecados irremissos. Portanto, eles não se libertarão da corrupção decorrente das conseqüências da queda e dos atos pecaminosos pessoais, que não foram eliminados pela regeneração e pela justificação; eles levarão para o estado eterno o terrível peso da culpabilidade e da cumplicidade de suas atitudes indignas de incredulidade e de rebeldia contra o Redentor. A dor, a angústia e o remorso do pecado acompanham os réprobos e neles permanecem eternamente na Geena (Ap 20. 10,14).

A ressurreição dos justos.

Os justos ressuscitarão em corpos perfeitos, almas limpas e mentes despoluídas das contaminações da queda e dos pecados fatuais. O corpo sepultado será retirado do túmulo com a mesma natureza, a mesma personalidade, a mesma racionalidade e a mesma identidade do anterior; porém, levado ao máximo de perfeição, tornando-se, realmente, “imagem e semelhança do Filho”, o modelo do homem perfeito, “imago Dei”. Como Cristo é a imagem do Pai, tornar-nos-emos imagens do Filho ressurreto: corporal sim, mas corpo espiritual, isto é, sem nenhuma carência de matéria e com eternos vínculos com o Senhor da vida. Eis como Paulo descreve o justo ressurreto no “Último Dia”:

Pois assim também é a ressurreição dos mortos. Semeia-se corpo na corrupção, ressuscita na incorrupção. Semeia-se em desonra, ressuscita em glória. Semeia-se em fraqueza, ressuscita em poder. Semeia-se corpo natural, ressuscita espiritual. Se há corpo natural, há também corpo espiritual (I Co 15.42-44).

O Estado definitivo.

Os novos corpos dos servos de Cristo não mais sofrerão modificações ou transformações, nem estarão sujeitos mais à queda, não porque sejam perfeitos e imutáveis, mas porque o Rei e Senhor deles, Jesus Cristo, preservá-los-á sob sua proteção, graça e misericórdia para todo sempre, pois, o que era promessa, tornou-se realidade absoluta: Cristo e os seus, pela identidade espiritual, são verdadeiramente “um,” real e permanentemente; pois “nele” todos estão inseridos e com ele unificados. Estaremos em Cristo tanto quanto ele estará em nós, cumprindo o desiderato de sua petição na oração sacerdotal: *Eu neles e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade (Jo 17.23)*.

Os injustos também terão seu estado definitivo na eternidade, carregando eternamente o peso de seus pecados, que lhes trará punição eterna, acarretando angústias e sofrimentos inomináveis, tudo sob condição de desesperança irremediável. A ausência de Deus lhes será insuportável!

O Dia de Juízo.

XXXII.3- Os corpos dos injustos serão, pelo poder de Cristo, ressuscitados para desonra; os corpos dos justos serão, pelo seu Espírito, ressuscitados para honra e para serem semelhantes ao próprio corpo glorioso de Cristo¹ Ref.:

1- At 24.15; Jo 5. 28,29; Fp 3. 21.

Síntese.

A Igreja espera o *Dia do Fim* para honra dos justos e desonra dos injustos.

Os justos terão corpos semelhantes ao do Cristo ressurreto.

O Dia do Juízo.

A escatologia da CFW (consequentemente a da Igreja, que a adota como parâmetro de interpretação das Escrituras) estabelece o princípio de “um dia” para a volta de Cristo, a ressurreição geral de eleitos e rejeitados, o juízo final, quando os servos de Deus serão “declarados justos” em Cristo Jesus e introduzidos no reino do Cordeiro como súditos privilegiados, onde viverão em gozo eterno. Neste mesmo dia, os injustos humanos e os anjos rebelados, juntamente com o líder satânico da rebeldia contra Deus e seus comandados, receberão a sentença de condenação eterna, sendo lançados na Geena para os padecimentos infintos (cf Ap 20. 10, 12-15; Mt 25. 41,46).

O Catecismo Maior, acompanhando a CFW, afirma e confirma a mesma doutrina escatológica de um **único dia** de ressurreição geral e julgamento de justos e injustos, quando haverá também a transformação dos justos que estiverem vivos na ocasião:

Pergunta 87: Que devemos crer a respeito da ressurreição?

Resposta: Devemos crer que no último dia haverá uma ressurreição geral dos mortos, dos justos e dos injustos; então os que se acharem vivos serão mudados num momento; e os mesmos corpos dos mortos, que têm permanecido na sepultura, sendo, pois, novamente unidos às suas almas para sempre, serão ressuscitados pelo poder de Cristo. Os corpos dos justos, pelo Espírito de Cristo, e em virtude de sua ressurreição, como Cabeça deles, serão ressuscitados em poder, espirituais e incorruptíveis, e feitos semelhantes ao corpo glorioso de Cristo; e os corpos dos ímpios serão por ele ressuscitados para desonra, como por um juiz ofendido. Ref: At 24.15; I Co 15.51-53; I Ts 4. 15-17; I Co 15. 21-23,42-44; Fp 3.21; Jo 5. 28,29; Dn 12.2; Mt 25. 33.

Sobre o que vai acontecer com os injustos e com os justos no grande dia do juízo final, consultar as perguntas 89 e 90 do Catecismo Maior.

Não sendo objetos de nossa fé, conforme os ensinamentos da CFW e do Catecismo Maior, não discutiremos aqui o *milenismo* com as teses do *amilenismo*, *pós-milenismo* e *pré-milenismo*; este, em princípio, dispensacionista e tribulacionista, pregando dois retornos de Cristo, duas ou mais ressurreições, dois ou mais juízos; duas batalhas sangrentas (Armagedom, Gogue e Magogue), arrebatamento secreto da Igreja, recuperação do mosaísmo e do sacerdotalismo de Israel, e implantação de um reino mundial visível, material e político do Messias no palácio salomônico e no templo restaurado de Jerusalém. O que para nós era símbolo e sombra, para o pré-milenismo é realidade eterna. Tudo, na interpretação reformada, cumpriu-se total e finalmente na pessoa de Cristo e na criação de sua Igreja, que é de caráter eterno. A escatologia pré-milenista dispensacionista e tribulacionista baseia-se no “fracasso de Cristo,” por incapacidade de implantar a septuagésima semana de Daniel, estabelecendo o fim da velha era e inaugurando o reino messiânico.

Creemos que Cristo reina de maneira geral sobre as nações, e de modo especial sobre a Igreja, que será seu único domínio no reino escatológico. O tempo de Israel, que foi promissivo e preparatório, passou. A Igreja, reunião em Cristo de todos os

escolhidos do passado, do presente e do porvir, é o novo povo de Deus, tendo como Rei eterno, Cabeça do Corpo, a Segunda Pessoa da Trindade.

A introdução da idéia de milênio, com fragílissima fundamentação bíblica em Apocalipse 20. 4-7, interpretado literalmente, embora não sendo literal, tem trazido seríssimas complicações escatológicas. Os pós-milenistas acham que a volta de Cristo se dará depois do milênio, que será implantado progressivamente. Os pré-milenistas entendem que Cristo voltará antes do milênio, e depois de retirar a Igreja do processo por arrebatamento secreto. Os amilenistas não crêem num milênio literal. Nós, como se observa nos nossos símbolos confessionais, cremos que Cristo, o Rei messiânico, inaugurou e consumou o seu reinado na Igreja, que está em marcha para o reino escatológico, já conquistado e estabelecido pelo Leão da tribo de Judá. A partir da ressurreição de Cristo, quando todo o poder lhe for dado no céu e na terra (Mt 28.18), o Reino de Cristo será criado e estabelecido, a Igreja, da qual e na qual o Cordeiro é Rei e reina objetivamente, embora sem pátria neste mundo. O seu povo está aqui sob dupla regência, a dele e a dos governantes. A partir do juízo final, haverá um só rei, Jesus Cristo, e um só povo, o ressurreto e glorificado nele e por ele. Vivemos, portanto, os tempos do fim, o ínterim entre a primeira vinda do Messias e a sua volta gloriosa. Podemos chamar o período terreno da Igreja militante de “tempo milenário”, não cronológica e literalmente, mas em termos de “tempo perfeito de Deus” para a existência da Igreja e de seu ministério junto aos homens.

Cremos, pois, na volta de Cristo, em um dia determinado, para julgar vivos e mortos; para separar os bodes das ovelhas; para inaugurar o reino escatológico; para eliminar definitivamente a ação das hostes satânicas, da morte e do pecado; para ser o Rei único de seu povo exclusivo, eleito nele e para ele desde a eternidade.

Como será a volta de Cristo.

Segundo as Escrituras, a volta de Cristo será:

- a- **Pessoal** : At 1. 11 cf At 3.20,21; Mt 24.44; I Co 15. 22; Fp 3.20; Cl 3.4; I Ts 2.19; I Ts 3.13; I Ts 4. 15-17; II Tm 4.8; Tt 2. 13; Hb 9.28.
- b- **Física**: At 1.11; At 3.20; Hb 9.28; Ap 1.7.
- c- **Visível**: Mt 24.30; Mt 26.64; Lc 21.27; At 1.11; Cl 3.4; Tt 2.13; Hb 9.28; Ap 1.7.
- d- **Repentina e inesperada**: Mt 24. 36-44; Mt 25. 1-12; Mc 13. 33-37; I Ts 5.2,3; Ap 3.3; Ap 6.15.
- e- **Gloriosa e triunfal**: Hb 9.28; Mt 24. 30; II Ts 1.7; I Ts 1.10; I Co 15. 25; Ap 19. 11-16.

O testemunho indiscutível das Escrituras, visto contextualmente, não nos autoriza a crer em um *arrebatamento secreto* da Igreja, para retirá-la do processo de restauração do reino messiânico judaico. O judaísmo não mais retornará. Cumpriu o seu papel de “aio”. Agora a Igreja é universal, inclusiva e indiscriminadora.

Cremos, como manda a Bíblia, em um único retorno de Cristo; em um dia determinado por Deus, mas não revelado aos homens, para a volta de Cristo; em um juízo final de justos e injustos; na concretização do reino final do Cordeiro com seus redimidos ressurretos, revestidos de imortalidade e incorruptibilidade, mas sem perderem a humanidade e a condição de criaturas, embora sublimados e exaltados.

FONTES AUXILIARES

- 1- Escatologia, Onezio Figueiredo, obra não publicada, em disquete e CD.
- 2- O Maior de Todos os Acontecimentos – Análise do que Ensinam as Escrituras acerca da Segunda Vinda de Cristo- W. J. Grier, Imprensa Metodista, SP, 1ª Edição, 1972.

- 3- O Pré-Milenismo Dispensacionalista à Luz do Amilenismo, Harald Schaly, JUERP, RJ, 1ª Edição, 1984.
- 4- A Bíblia e o Futuro, Anthony Hoekema, Cultura Cristã, CEP, SP, 1ª Edição, 1989.
- 5- A Vida no Além, Ray Sammers, JUERP, RJ, 2ª Edição, 1979.
- 6- A Vida Futura, Segundo a Bíblia, William Hendriksen, Casa Editora Presbiteriana, SP, 1ª edição 1988.
- 7- Mais que Vencedores, William Hendriksen, Cultura Cristã, SP, CEP, 1ª, Edição, 1987.

DO JUÍZO FINAL. Capítulo XXXIII

Juízo, não juízos.

XXXIII.1- *Deus já determinou um dia em que, segundo a justiça, há de julgar o mundo por Jesus Cristo¹, a quem foram pelo Pai entregues o poder e o juízo². Neste dia, não somente serão julgados os anjos apóstatas, mas também todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra, comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta dos seus pensamentos, palavras e obras, e receberem o galardão segundo o que tiverem feito, bom ou mau, estando no corpo³. Ref.:*

- 1- At 17.31; Mt 25. 31-34.
- 2- Jo 5. 22-27.
- 3- Jd 6; II Pe 2. 4; II Co 5. 10; Ec 12. 14; Rm 2. 16; Rm 14. 10,12; Mt 12. 36,37; I Co 3. 13-15.

Síntese.

O Dia do Juízo já está preordenado nos eternos planos de Deus.
O Juiz de todos os seres, angélicos e humanos, é Jesus Cristo.
O galardão é de natureza espiritual, não social.

O Juízo preordenado.

Deus por sua perfeição, sabedoria, soberania e natureza eterna, não improvisa nada. O que existe ou existiu; os eventos e fenômenos; seres vivos irracionais e as criaturas humanas do passado, do presente e do porvir, foram planejados com rigorosidade de objetivos e tempos de emergência no universo físico. Deus criou a humanidade a partir de um casal, permitiu a sua queda, mas responsabilizou os rebelados, imputando-lhes o pecado da desobediência e entregando-os ao egocentrismo, à tentação demoníaca e ao castigo da morte, tanto a física como a espiritual. Dentre os caídos estavam os seus eleitos em e para Jesus Cristo, o Filho da promessa, que efetivamente veio, conforme o previsto, morreu pelos escolhidos, regenerou-os, filiou-os ao Pai e os justificou. O plano eterno de Deus, que previu a vinda da Segunda Pessoa da Trindade e sua encarnação entre os homens e como verdadeiro ser humano, também preconizou o seu retorno em data prefixada - depois do longo tempo da oportunidade, a era de Cristo em e com sua Igreja militante e peregrina - para colocar um fim na ordem histórica da velha criação, julgar todos os homens, justificados e reprovados, recolher os justificados com seus corpos ressurretos e glorificados no seu reino e destinar à Geena os humanos reprovados e os anjos pervertidos; tudo em um único tribunal e numa única data: o Dia do Juízo. O Cordeiro vicário livrará os eleitos regenerados da condenação para sempre, mas os ímpios, menosprezadores de Cristo, sofrerão as penas eternas. Haverá, pois, um só dia de julgamento, um só Juiz, um só juízo para todos os seres humanos, sendo os eleitos justificados diante do Pai por Jesus Cristo, que os redimiu. Os réprobos, porém, sem substituto vicário que os justifique, serão condenados às penalidades eternas. Cristo sacrificado em lugar dos eleitos, livra-os da condenação final do Dia do Juízo.

Os premilenistas crêem, no mínimo, em três juízos:

O *primeiro juízo* acontecerá na primeira etapa da segunda vinda, no início da implantação da septuagésima semana de Daniel, e se destina aos *santos vivos*. A este juízo chamam de *parousia*.

O *segundo juízo* terá curso no fim da septuagésima semana, sete anos depois, na segunda etapa do retorno de Cristo. Este juízo será sobre as nações que maltrataram os judeus. Tal juízo é chamado por eles de revelação, pois Cristo se manifestará corporalmente para os exercícios de juiz e governador.

O terceiro juízo, mil anos depois do segundo, verificar-se-á na terceira etapa da vinda do Messias, destinando-se estritamente aos ímpios, que serão ressuscitados no final do milênio, para sofrerem a condenação eterna na Geena.

As Escrituras não falam de juízos, mas de *juízo final*, que acontecerá em *um dia determinado*. Consultem os textos: Jo 5. 28,29; At 17. 31; II Pe 3.7; II Ts 1. 7-10; Ap 20. 11-15.

Para tantos juízos e tantos retornos do Messias, os premilenistas têm de sustentar a tese de três ressurreições:

Primeira, a dos membros salvos da Igreja, incluindo os vivos transformados, que subirão secretamente para o encontro com Cristo nos ares. Nessa ressurreição, Cristo não descerá pessoalmente à terra, não sendo visível aos que ficarem: judeus e réprobos.

Segunda, a ressurreição dos santos mártires da grande tribulação, que acontecerá no fim da segunda metade da septuagésima semana de anos de Daniel (sete anos, dividido em duas metades de três anos e meio cada). Estarão incluídos nessa ressurreição os santos de Israel, os judeus redimidos, os que foram fiéis a Javé.

TERCEIRA, A RESSURREIÇÃO DOS SANTOS DO REINO MESSIÂNICO, QUE MORREREM DURANTE O MILÊNIO, BEM COMO A TRANSFORMAÇÃO DOS QUE ESTIVEREM VIVOS NA OCASIÃO. ALGUNS INCLUEM OS RÉPROBOS DE TODOS OS TEMPOS (TEMPOS MILENISTAS E PREMILENISTAS) NESSA RESSURREIÇÃO. OUTROS DEFENDEM UMA RESSURREIÇÃO SEPARADA E INDEPENDENTE (A QUARTA) PARA OS REPROVADOS MILENISTAS. TUDO ISSO OS PREMILENISTAS ENCONTRAM EM I CO 15. 23 CF I TS 4.16, E I TS 3.12,13; SENDO TAIS INTERPRETAÇÕES INCRÍVEIS PRECONCEPÇÕES EXEGÉTICAS.

Um só Juiz, Jesus Cristo.

Cristo foi preordenado para ser nosso Salvador no tempo da oportunidade, o período da vida física, e também tornar-se Juiz de todos os seres humanos no Dia do Juízo: *Porquanto (Deus) estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio de um varão (Jesus Cristo), que destinou e acreditou diante de todos, ressuscitando-o de entre os mortos (At 17. 31)*. Nesse dia, glorioso para os redimidos do Cordeiro e terrível para os injustos (Cf II Ts 1. 7-10), o Juiz credenciado, o Cordeiro de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, agindo na consensualidade trinitária, assentar-se-á no tribunal (antropomórfica e figurativamente) para julgar *vivos transformados, ressurretos incorruptíveis, anjos rebeldes e ímpios (Cf Dn 7. 13; Mt 25. 31,32; Mt 26. 64; Mt 28. 18; Jo 5. 27; Fp 2. 9,10)*. Os ímpios vivos, no dia da ressurreição geral, serão adaptados à eternidade desqualificada, carregando a mortalidade e a corrupção da vida anterior. As Escrituras silenciam sobre o estado dos réprobos (vivos e mortos), a partir da ressurreição, mas sabemos que não ressuscitarão sem corrupção e sem mortalidade, posto que irregenerados. Cristo contará com a colaboração dos anjos, seus milicianos, para ajuntá-los e levá-los a julgamento; depois de julgados, lançá-los na fornalha ardente (Cf Mt 13. 41,42; Mt 24. 31; Mt 25. 31; II Ts 1. 7,8; Ap 14. 17-20).

Os santos, livres do julgamento por justificação, glorificarão o supremo Juiz por causa de sua corretíssima justiça (Ap 20. 11-15).

Quem será Julgado?

a- Todos os anjos caídos serão julgados e condenados (Mt 8. 29; II Pe 2.4; Jd 6). No julgamento diante do trono branco, o trono da justiça limpa e perfeita do santíssimo Juiz, comparecerão Satanás e todos os seus seguidores, os demônios. Nesta oportunidade, o mal e os maus do universo espiritual serão separados do bem e dos bons e confinados na Geena.

b- Todos os seres humanos submeter-se-ão ao julgamento final, justos e injustos (Mt 25. 32; Rm 14.10; II Co 5. 10). Os justos receberão a absolvição do Juiz, o mesmo que os salvou, justificou-os e os incluiu na fraternidade de sua Igreja. Os ateus, os falsos religiosos, os hipócritas e os apóstatas, depois de julgados, serão também aprisionados na Geena com o príncipe da perversidade e da mentira.

O Galardão dos justos.

No reino espiritual por excelência, onde o material e o sensorial inexistem, não se pode imaginar quaisquer desnivelamentos entre os santos ressurretos, todos igualmente filhos de Deus e herdeiros de Cristo. Não podemos levar para o universo espiritual consumado do além as estratificações e valores da presente existência física e sensorial. O maior no reino dos céus não é o que tem títulos, comendas, brasões e coroas, mas o que mais humildemente serve (Mt 23.11,12; Mt 20. 26-28). A glória do justo, portanto, não é de estar acima de seus irmãos, mas a de ter servido o seu Senhor com desprendimento, consagração, dedicação e humildade. A grandeza reside no servir, não no ser servido, no destacar o Rei dos reis, não em ser destaque no seu reino. O galardão de que fala a CFW (Cf Mt 5.12; Mt 6.1; Mt 10. 41,42; Mc 9.41; Lc 6.23,35; I Co 3.8,14; I Co 9.17,18; Hb 10. 35; Hb 11. 26; II Jo 8; Ap 11.18; Ap 22. 12) é de natureza íntima, realização pessoal do dever cumprido, a consciência de que, na condição de servo, fez-se o máximo que as forças e condições permitiram. É um salvo com os mesmos privilégios de todos no reino consumado do Cordeiro, mas intimamente realizado no serviço do Mestre, quando na militância terrena. Galardão é um dom da graça, não um prêmio, e a graça não discrimina, não privilegia. O servo consagrado, que recusou todas as glórias do mundo para ser glória para Deus, que não quis o primeiro lugar no corpo de Cristo, pois este pertence ao Rei dos reis, o Cabeça de todos, certamente não almejava posto de proeminência no céu, se porventura o houvesse. O servo fiel é o primeiro na ordem dos servidores, não na dos servidos, dos privilegiados.

Juízo, manifestação da glória de Deus.

XXXIII.2- *O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é manifestar a sua glória, glória da sua misericórdia na salvação dos eleitos¹ e a glória da sua justiça na condenação dos réprobos, que são injustos e desobedientes². Os justos irão então para a vida eterna e receberão aquela plenitude de gozo e alegria procedente da presença do Senhor³; mas os ímpios, que nem conhecem a Deus nem obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos eternos tormentos e punidos com a destruição eterna proveniente da presença e da glória do seu poder⁴ Ref.:*

- 1- Rm 9.23; Ef 2.4-7.
- 2- Rm 2. 5,6; II Ts 1.7,8.
- 3- Mt 25. 31-34; At 3. 19; Sl 16. 11.
- 4- Mt 24. 41,46; II Ts 1.9; Mc 9. 47,48.

Síntese.

Deus, no dia do juízo, manifestará a sua glória na misericórdia e na justiça.
A justiça e o amor terão aplicação absoluta no dia do juízo.

Juízo, manifestação da glória de Deus.

A manifestação da glória de Deus dar-se-á:

a- Pela aplicação de sua misericórdia, cobrando a dívida de seus eleitos em seu Filho amado, nosso Senhor Jesus Cristo e, como resultado, declarando-os justos por justificação no último dia.

b- Pela ressurreição dos justos, reconstituindo e restaurando o que a queda danificou. O santo ressurreto torna-se a imagem de Deus, o Filho, como este é a imagem de Deus o Pai. A restauração do pecador eleito converter-se-á em extraordinária manifestação da glória de Deus.

c- A restauração do universo criado, transformado em novo céu e nova terra, livre dos malefícios do tentador, do pecado e da morte. A natureza aguarda o dia de sua recuperação (Rm 8.19-21). Como será a nova natureza e para que servirá, em um universo espiritualizado, não nos foi revelado.

d- O acolhimento dos regenerados na comunhão eterna dos redimidos em Cristo Jesus para viverem indefinidamente a bênção da paz, da segurança e da comunhão com Salvador na companhia dos conservos, e isto em seus corpos imortais e incorruptíveis.

e- O julgamento e condenação do maligno e seus anjos, dos seres humanos corrompidos, o afastamento deles do convívio dos eleitos.

f- O ajuntamento de todos os filhos de Deus (passado e presente, no dia do juízo), estabelecendo a comunhão geral e universal de todos os santos.

Quando tudo isso acontecer, todos exaltarão o nome do Deus trino: Pai, Filho e Espírito Santo, por tamanha graça em benefício de tão ínfimas criaturas.

Amor e justiça plenos.

Em um universo de forças e poderes opostos (bem e mal, justo e injusto, amor e ódio ...) difícil se torna entender a existência, no mesmo ser divino, dos atributos da justiça perfeita e implacável e do amor perdoador irrestrito. Somente quando os contraditórios não mais existirem no reino igualitário, harmônico e livre do tentador e das tentações, do pecado e dos pecadores; quando a mente humana for liberta das restrições e das limitações naturais, é que compreenderemos como somos compreendidos,

veremos como somos vistos: *Porque agora vemos como em espelho, obscuramente, então veremos face a face; agora conheço em parte, então conhecerei como também sou conhecido (I Co 13. 12)*. Somente saberemos quem é Deus e o que são os seus atos, quando soubermos quem somos, para que fomos criados. Isto será possível quando formos aperfeiçoados em glória por Cristo no mundo perfeito e de pessoas perfeitas do reino eterno e consumado do Cordeiro. Agora, pela fé (certeza das coisas que não se vêem) afirmamos que Deus é plenamente amor e justiça. O ser de Deus, portanto, revelar-se-á plenamente a nós no reino eterno do Cordeiro, pois conheceremos como somos conhecidos.

Surpresa necessária.

XXXIII.3- *Assim como Cristo, para afastar os homens do pecado e para maior consolação dos justos nas suas adversidades¹, quer que estejamos firmemente convencidos de que haverá um dia de juízo, assim também quer que esse dia não seja conhecido dos homens, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal, sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e estejam prontos para dizer: Vem logo, Senhor Jesus². Ref.:*

- 1- II Pe 3. 11,14; II Co 5.11; II Ts 1. 5-7; Lc 21.27,28; Mt 24. 36, 42-44.
- 2- Mc 13. 35-37; Lc 12. 35,36; Ap 22. 20.

Síntese.

Deus mantém a surpresa, mas dá sinais antecedentes, da vinda de Cristo.
Deus quer manter a vigilância permanente e evitar especulações.

Surpresa para vigilância.

Deus não revela o dia exato da volta de Cristo, pois não deseja manifestações hipócritas de última hora, “preparações humanas” na suposição de “criar condições” para a salvação por meio de obras meritórias e comportamentos piedosos e místicos. Os eleitos, herdeiros das promessas redentoras em Cristo Jesus desde a eternidade, não necessitam de “preparo prévio” de última hora para serem salvos, pois já o são, e de maneira segura e definitiva. O crente salvo por Jesus Cristo, instruído pela Palavra de Deus e iluminado pelo Espírito Santo, sabe que está no “caminho do reino,” e dele não será retirado. Sua marcha, sob a condução da Terceira Pessoa da Trindade, é contínua e progressiva em direção ao reino escatológico do Filho de Deus. Ele não é do mundo, não tem aqui morada fixa e permanente, sua vida não pertence ao império carnal da existência física, pois seu corpo destina-se, embora temporariamente, ao pó, e sua alma, em condição não idealizada e definitiva, será reservada por Deus no estado intermediário até o dia da consumação final. O ideal realizar-se-á, quando seu espírito, por misericórdia de Deus, for reunido ao seu corpo ressurreto transformado, espiritualizado e imortal. O servo de Cristo vive a “certeza” da esperança e da fé, a convicção do porvir em Cristo em cada momento de sua vida. O eleito redimido vive diuturnamente a vigilância, não se descuida da fidelidade ao Salvador em momento algum. O atalaia de Deus não pode dormir ou abandonar o posto de vigilância.

Cristo não marcou a data de sua volta, mas anunciou sinais antecedentes, para que a vigilância seja cada vez mais intensa, tanto a pessoal como a coletiva. A Igreja não pode descuidar do zelo à fé, à oração, às Escrituras, à santificação, ao testemunho e à pregação (Cf II Pe 3. 11,14; II Co 5.11; II Ts 1.5-7). O Redentor quis evitar especulações sobre sua volta, não permitindo que se marquem datas de seu retorno, provocando comoções descabidas e decepções traumatizantes: Eis a claríssima e contundente declaração do divino Mestre: *Mas a respeito daquele dia e hora ninguém sabe, nem mesmo os anjos dos céus, nem o Filho, senão somente o Pai (Mt 24. 36)*. E acrescenta: *Portanto, vigiai, porque não sabeis em que dia vem o vosso Senhor (Mt 24. 42)*.

A Igreja e cada um de seus membros estão na torre de vigia, sempre em estado de alerta espiritual, pois a qualquer momento pode-se ouvir a voz do arcanjo e o som da trombeta de Deus anunciando a volta do Rei (I Ts 4.16).

FONTES AUXILIARES.

- 1- As bibliografia do Cap. XXXII.
- 2- The Christian Doctrine of the Church and the Consummation, Dogmatics, vol. III, Lutterworth Press, London, 3ª Edição, 1966.
- 3- A Mensagem do Apocalipse: Digno é o Cordeiro, Ray Summers, Casa Publicadora Batista, SP, 3ª Edição, 1978.
- 4- A Escatologia do Novo Testamento, Russel Shedd, Edições Vida Nova, SP, 2ª Edição, 1985.

Leitura recomendada: Confissão de Fé de Westminster,
Comentada por A. A. Hodge,
Editora: Os Puritanos, 2ª Edição, 1999,
São Paulo, SP.

APÊNDICE

O ESPÍRITO SANTO NA CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

INTRODUÇÃO

Os teólogos da Confissão de Fé de Westminster foram coerentes, ao tratarem da doutrina do Espírito Santo, com a afirmação confessional histórica de que a Terceira Pessoa da Trindade eternamente procede da Primeira e da Segunda, sendo Ministro de ambas, embora consubstancial e consensual com o Pai e o Filho. A Confissão, pois, fala do Espírito, não separadamente, mas em conexão com as outras pessoas trinitárias. A vinculação da obra do Espírito à do Pai e à do Filho, sempre em termos de procedência e dependência, é tão íntima que os doutrinadores americanos reformistas, em 1903, entenderam que a Confissão de Fé de Westminster era omissa quanto ao Paráclito, adicionando ao texto original uma declaração repetitiva desnecessária (1). E o pouco que acrescentou foi com tendência, bem ao gosto do pneumatismo, de tratar o Espírito Santo de maneira autônoma, enviado do Pai como verdadeiro “sucessor” do Filho; o que pressupõe a obra divina em três estágios distintos, separados e independentes: a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo. A Confissão de Fé de Westminster, porém, vê as ações criadoras, regeneradoras, preservadoras e redentoras de Deus como atividades integradas da Trindade, tudo conforme estabelecido no seu decreto eterno. Eis porque, nela e na Bíblia, o Paráclito é chamado de Espírito de Deus, Espírito de Cristo, Espírito Santo, sem qualquer diferenciação. A Igreja deve submissão e adoração ao Deus trino. O Pai, o Filho e o Espírito Santo são adorados na Trindade, unidade consubstancial das três pessoas, e não em “devoção especial e específica” a cada divindade trina. O culto a Deus, porém, é mediado por Jesus Cristo em cujo nome devemos orar, por ser ele o único Mediador entre nós e o Pai, além de nosso Sumo Sacerdote. A prece, mediada por Cristo, é produzida em nós pelo Espírito Santo.

O item primeiro do capítulo XXXIV do “acréscimo americano” pode induzir o crente leigo a uma adoração isolada e separada do Espírito Santo; indução que o texto original de Westminster não faz. Ei-lo: “*O Espírito Santo é a terceira pessoa da Trindade, procedente do Pai e do Filho, da mesma substância e igual em poder e glória, e deve-se crer nele, amá-lo, obedecê-lo e adorá-lo, juntamente com o Pai e o*

Filho, por todos os séculos". A ordenança do "remendo" confessional: "*deve-se crer nele, amá-lo, obedecê-lo e adorá-lo, juntamente com o Pai e o Filho, por todos os séculos*", abre caminho ao pneumocentrismo em detrimento do cristocentrismo. Tal proposição de fé, descontextualizada do documento original, pode justificar perante o corpo laico da Igreja não somente a ênfase exagerada e bíblicamente insustentável da "devoção" ao Espírito como um Deus separado da ordem trina e independente, mais "presente" no culto invocativo que o Pai e o Filho, mas também tornar confessionalmente defensável a heresia da "Segunda bênção", aquela que sustenta a existência de "**meio** crente" ou servo de "segunda classe", pelo "decepcionante e frustrante" fato de possuir "somente" Cristo, e "**crente completo**", aquele "abençoado" de "primeira classe", privilegiado porque, além de Cristo, conseguiu "o melhor", o Espírito Santo, pelo batismo espiritual, não antes de muito esforço místico, consagração, sacrifício e busca. Na prática, tem-se isolado o Espírito, desligando-o da Trindade, para devotar-se a ele, como se independente fosse, adoração pneumolátrica, tratando-o mais como "substituto de Cristo" que seu missionário enviado, mestre da Palavra de Deus e guia dos súditos do Rei. A Confissão de Fé de Westminster evita o centralismo pneumático na doutrina e na liturgia, pois considera o Espírito Santo sempre em termos de procedência, mas da mesma substância do Pai e do Filho, igual a eles em poder e glória. O "pneumocentrismo" hoje é uma realidade, e em sua defesa teológica tem-se invocado o "acréscimo" da antiga Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos.

Outra declaração confessional da referida Igreja, adicionada à Confissão de Westminster, que nos preocupa e merece esclarecimento é a seguinte: "*É ele o Senhor e doador da vida, presente em toda parte na natureza*" (XXXIV, II). Tal adendo nos parece exagerado, despropositado e com cheiro de panteísmo. Analisemo-lo: a - O "Senhor e doador da vida" é Cristo: "*Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância*". "*E o testemunho é este: que Deus nos deu a vida eterna; e esta vida está no Filho. Aquele que tem o Filho, tem a vida; aquele que não tem o Filho de Deus, não tem a vida*" (Jo 10. 10b e I Jo 5. 11, 12 cf Jo 3. 15, 36; Jo 6. 27, 33, 35, 40, 47, 48; Jo 11. 25; At 3. 15; Rm 2. 7; Cl 3. 4; I Tm 1. 10). O Espírito é o Revelador, Rabino nosso, Missionário de Cristo. Ele revela o Salvador pela iluminação da Palavra; abre a mente e o coração do revelado para compreender e aceitar o Messias; conduz o pecador, como pedagogo, a Cristo Jesus; atua, na qualidade de pessoa trinitária e na unidade trina, na regeneração dos eleitos chamados e recebidos por Cristo. Ele é, portanto, o comunicador da vida doada por Cristo. b - "*Presente na natureza*"? Como pessoa integrada na triunidade, ele é onipresente. Não se confundirá, porém, "onipresença no mundo" com "*presença na natureza*". O Espírito Santo não é o "espírito das coisas naturais", contido ou infuso em tudo, e muito menos um "fluido" "presente em toda parte na natureza".

Também não achamos prudente a separação de um clero "ungido com o Espírito" dos "demais" membros da Igreja (XXXIV, IV), pois a reforma sustenta a doutrina do sacerdócio universal de todos os crentes. Um "clero unguído" na comunidade laica, embora cheio de dons carismáticos, representa um episcopalismo, tipo romano, incompatível com a eclesiologia reformada. Concordamos com a afirmação de que o Espírito Santo concede "vários dons" aos membros da Igreja, incluindo o de línguas; mas a prática do aludido carisma no culto público não pode ser autorizada por um mero "acréscimo confessional" contra o procedimento geral da Igreja Presbiteriana histórica. A glossolalia, como diz Paulo, não edifica a Igreja. A tradição presbiteriana favorece a exclusão de "língua estranha" de sua praxe litúrgica. O pentecostismo a tem como "o dom" característico do "Batismo com o Espírito Santo" e, portanto, estimula sua "busca" e "conquista". Paulo ensina, no entanto, que

os carismas do Espírito são individuais, não gerais, com exceção da fé salvadora, da esperança e do amor (ver I Co 12 e I Co 13).

Sobre a doutrina do Espírito Santo, pois, o texto original da Confissão de Fé de Westminster é suficiente para os presbiterianos reformadas, o que demonstraremos, creio, com bastante clareza. Somos trinitários, não triteístas; cristocêntricos, não pneumocêntricos, como aqueles que isolam o Espírito e individualizam a sua obra na Igreja de Jesus Cristo, este sim: Cabeça, Salvador e Rei.

A Confissão de Fé de Westminster não possui um “tratado” independente sobre o Espírito Santo, mas expõe uma doutrina pneumatológica indiscutivelmente harmonizada com o pensamento calvinista da soberania do Deus trinitário, com a interdependência das três pessoas absolutamente consensuais e consubstanciais, coiguais e cooperantes. Desta maneira, ela nos mostra o Espírito Santo em todas as atividades de Deus: na criação, na eleição, no governo, na redenção em Cristo Jesus e na consumação. O cuidado da Confissão é não tricotomizar a Trindade, abrindo portas ao triteísmo e, especialmente, ao pneumatismo.

Um estudo, mesmo superficial, da Confissão de Fé de Westminster demonstrará o equívoco da tese, há tanto tempo e por tantos sustentada, de que ela é omissa sobre a doutrina do Espírito Santo. O sintetismo próprio de um documento confessional, como é o caso, não lhe permite pormenorizar a pneumatologia, mas o fundamentalmente necessário foi expresso. A concisão não lhe compromete a precisão, especialmente no essencial. Ela demonstra que a Terceira Pessoa da Trindade, como eternamente procedente da Primeira e da Segunda, e por ambos enviada à Igreja, só pode ser vista à luz da obra do Pai e do Filho, especialmente no que se refere à revelação, à redenção, à regeneração e à santificação. Examinem comigo o realce que a CFW (assim, e daqui para frente, referida) confere ao Espírito Santo lugar ativo na Trindade, na criação e na redenção, mas como procedente do Pai e do Filho. Ressaltemos o papel do Espírito Santo no textos da CFW:

01- PROCEDÊNCIA DO ESPÍRITO:

“Na unidade da divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade: Deus, o Pai; Deus, o Filho; e Deus, o Espírito Santo. O Pai não é de ninguém, não é nem gerado nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho” (CFW,II, 3).

Referências: Jo 15. 26; Rm 8. 9; Gl 4. 6 cf Jo Mt 3. 16, 17; II Co 13. 14; Jo 1. 14, 18; Jo 15. 26.

A doutrina da processão do Espírito, também chamada de espiração, vincula-o ao Pai e ao Filho. A substância, a essência e a natureza da Terceira Pessoa procedem eternamente do Pai e do Filho de tal modo que se pode afirmar confessionalmente que o Pai e o Filho são originalmente consubstanciais desde toda a eternidade, e que a consubstancialidade do Espírito é eternamente procedente de ambos. A afirmação de que o Pai e o Filho são consubstanciais é diferente da que sustenta que o Espírito é consubstancial com o Pai e o Filho, pois se trata de consubstancialidade procedente, segundo a CFW e os credos históricos da Igreja. O Pai e o Filho, portanto, são a base da substância pessoal do Espírito, estabelecendo a conseqüente igualdade trinitária. O Espírito iguala-se ao Pai e ao Filho por processão eterna. Ele é a Terceira pessoa da Trindade porque procede tanto do Pai como do Filho(filioque); e na qualidade de procedente é enviado tanto do Pai como do Filho.

A doutrina da processão do Espírito norteia todos os postulados da pneumatologia reformada expressa na CFW. Eis porque nela não se encontra um capítulo especial sobre o Paráclito, à parte da teologia e da cristologia.

02- O ESPÍRITO, CO-AGENTE DA CRIAÇÃO:

“Ao princípio aprouve a Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para manifestação da glória do seu poder e sabedoria, criar ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bem, o mundo e tudo o que nele há, visíveis e invisíveis” (CFW, IV, 1).

Todas as coisas foram criadas pelo Pai por intermédio do Filho (Jo 1. 3; Cl 1. 15- 17) com a participação óbvia do Espírito Santo, integrado na unidade essencial da divindade e eternamente engajado na obra trinitária da criação, do governo, da preservação e da redenção. O Espírito Santo, no nosso entendimento, pode ser personalizado, mas não individualizado. Como procedente da Primeira e da Segunda pessoas da divindade, o Espírito completa a unidade trina e, pela mesma razão, cremos, complementa a obra do Pai e do Filho, especialmente em se tratando do homem em geral e do eleito em particular. Ele age sobre o escolhido e nele, aplicando-lhe os benefícios da eleição e da redenção. Quando se individualiza o Espírito, separando sua obra das obras do Pai e do Filho, cria-se um misticismo incontrolável e fixa-se um triteísmo incompatível com o pensamento reformado. O resultado final é um pneumatismo que exalta, ressalta e prioriza o Espírito em detrimento do Pai e do Filho, como se a Primeira e a Segunda pessoas da ordem trina é que procedessem da Terceira e por ela fossem enviadas; o inverso do que nos ensina a CFW.

Na economia da criação, o Espírito exerce papel fundamental na função de mediador da vida. Lembremos que o Pai e o Filho são as eternas fontes de processão do Espírito. A vida do Espírito, pela doutrina da procedência, procede do Pai e do Filho. Assim, a vida está fundamental e essencialmente no Pai e no Filho. O Espírito a tem por procedência eterna. Na qualidade de eternamente originário do Pai e do Filho é que ele é ministro de ambos, principalmente como mediador da vida eterna conferida aos regenerados pela vicariedade de Cristo (Cf Gn 1. 3; Jó 26. 13; Sl 104. 30). A CFW ressalta o primado da processão para viabilizar uma pneumatologia firmada na unidade trina da divindade.

03- EDIFICAÇÃO DO ESPÍRITO POR MEIO DO PACTO DA LEI:

“Este pacto no tempo da lei não foi administrado como no tempo do Evangelho. Sob a lei foi administrado por promessas, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo, tudo prefigurando Cristo, que havia de vir; por aquele tempo essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tinham pela remissão dos pecados e a vida eterna: Essa dispensação chama-se Velho Testamento” (CFW, VII, 5).

A CFW ensina que a remissão dos pecados, no regime da lei, e a doação da vida eterna são obras do Messias prometido e esperado, mas o entendimento, a aceitação e a eficácia dos “tipos cristológicos” dependiam da “operação do Espírito Santo”. No Velho Testamento a palavra de Deus e o culto prefigurativo tornavam-se significativos e eficientes para salvação e edificação do fiel mediante a

vitalizante atuação do Espírito Santo. A redenção, porém, ainda que por meio de símbolos, efetivava-se por intervenção redimidora do Cristo da promessa. A CFW ressalta a cristocentricidade da redenção tanto na Velha como na nova dispensação. De ambas se deduz o princípio ministerial da Trindade: O Mediador do Pai é o Filho tanto nos atos como na palavra (Verbo). O Mediador do Filho é o Espírito Santo, no que se refere à compreensão do Evangelho e à aceitação do Salvador. O Pai e o Filho geram os meios de redenção; o Espírito os torna eficazes e os aplica redentoramente. Além do papel didático na veiculação dos preceitos divinos, o Espírito Santo, segundo evidências textuais do VT, qualifica os homens por meio de dons naturais para o exercício de profissões, tarefas especiais, ciências e artes (Ex 28. 3; Ex 31. 2, 3, 6; Ex 35. 35; I Sm 11. 6; I Sm 16. 13, 14). Todos os pactos são mediados e instrumentalizados pelo Espírito Santo. Ele anima, isto é, dá vida à Palavra de Deus escrita e a faz inteligível aos eleitos.

04- O ESPÍRITO, INTÉRPRETE DAS ESCRITURAS

“ O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo, falando na Escritura” (CFW, I, 10).

Ref.: Mt 22. 29, 31; At 28. 25; Gl 1. 10.

O Juiz Supremo para dirimir todas as dúvidas, resolver todas as questões de ordem doutrinária, inclusive as provenientes de decretos conciliares, é o Espírito Santo falando na Escritura. Isto significa que o instrumento do Espírito é a Escritura, e exclusivamente ela, Sola Scriptura. A Palavra de Deus torna-se eficiente e suficiente pelo ministério do Espírito Santo, que a imprime no coração do crente. Pela Palavra de Deus o Espírito leva-nos a Cristo e nele nos mantém, promovendo o nosso crescimento espiritual, a santificação. Foi ele, o Espírito, quem inspirou os escritores sacros, sendo, deste modo, o veículo da revelação (I Co 2. 13; II Pe 1. 21); e é ele o instrumento de formação e unificação do povo de Deus bem como seu grande Mestre, “especialista” na revelação e na comunicação dos fatos revelados (Jo 14. 26; Jo 15. 26; Jo 16. 13, 14; At 5. 32; Hb 10. 15; I Jo 2. 27). Em decorrência do ministério didático-pedagógico do Espírito, a Escritura torna-se inteligível e acessível a todas as criaturas humanas, independente do grau de cultura e do nível de racionalidade. Ninguém pode entender e aceitar a Palavra de Deus nas Escrituras senão pelo Espírito. Necessário, contudo, entendermos bem o postulado confessional: O Espírito fala na Escritura. Ele não a produz: isso é missão do Verbo. Seu ministério é o da interpretação; também não gera revelação: comunica o fato revelado. Quem quiser ouvir Cristo mediante o Espírito, ouça as Escrituras, a revelação completa da vontade de Deus, que pessoalmente se encarnou no Homem Jesus para manifestar-se definitivamente aos homens. Há evangélicos procurando novas revelações além das bíblicas para sua doutrinação e comportamento. Tal postura, à luz da CFW, nosso parâmetro doutrinário, é herética, pois menospreza a consumação da obra redentora de Cristo, o registro desta obra, as Escrituras, além de tricotomizar a Trindade, ressaltando e evidenciando a Terceira Pessoa, ministra da Primeira e da Segunda que, como tal, cumpre os eternos mandatos de ambas. Podemos afirmar, firmados na CFW: O Filho é o arauto do Pai; o Espírito é o arauto do Filho.

Quem dirime as dúvidas e resolve questões doutrinárias é a Escritura Sagrada interpretada pelo Espírito Santo. Qualquer postulado de fé, que não proceda da Palavra de Deus e nela não se fundamente, é nulo de fato e deve ser rejeitado pela Igreja de Cristo, mesmo procedendo de seu concílio geral. As “profecias” alheias às Escrituras, supostamente transmitidas pelo Espírito Santo, são inválidas por natureza, pois o Espírito não age à margem da revelação estabelecida na Bíblia. A Palavra de Deus é o seu instrumento de ação para instruir e edificar os salvos.

O5- OPERAÇÃO INTERNA DO ESPÍRITO SANTO:

“Persuasão(da Escritura) e certeza de sua infalível verdade e divina autoridade provêm da operação interna do Espírito Santo, que pela Palavra e com a Palavra testifica em nossos corações”.

“À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito Santo, nem por tradições dos homens; reconhecemos, entretanto, ser necessária a íntima iluminação do Espírito Santo, para a salvadora compreensão das coisas reveladas na Palavra” (Textos retirados da CFW, I, 5 e I, 6).

O Espírito Santo opera no coração e na mente do eleito para que a Palavra de Deus, ao atingi-lo, promova a sua transformação pela conversão e exerça sobre ele o poder condutor de sua vida. A mensagem evangélica, vitalizada pelo Espírito, é como espada bigúmea, capaz de, no primeiro momento, desestruturar o pecador, reduzir o seu ego a nada, para depois reconstruí-lo em uma nova criatura. É o Espírito que fertiliza o solo individual para que a Palavra produza frutos. Sem a operação interna do Paráclito a veracidade, a autoridade, a operosidade e a eficácia das Escrituras não se efetivam na vida do regenerado, não atua sobre a racionalidade, a emotividade e o comportamento do escolhido. São, pois, o testemunho interno do Espírito Santo e sua iluminação que nos habilitam para o entendimento e a aceitação das Escrituras e para submissão a elas. Afirmar conceitos, princípios e doutrinas com base em textos isolados das Escrituras, desconsiderando e até menosprezando os demais do contexto imediato e mediato, não é procedimento resultante da operação do Espírito: ele não tem e não transmite preceitos parciais, desvinculados da revelação e alheios ao escrito sagrado. Sua visão e compreensão da vontade de Deus é perfeita e profunda. Toda Escritura é inspirada; logo, o Espírito Santo não pode selecionar algumas porções bíblicas para lhes atribuir a verdade absoluta, desqualificando o restante das Escrituras, como se uma pequena parte do complexo revelado contivesse o universo total da revelação.

O regenerado torna-se templo do Espírito Santo. Habitando o servo de Cristo, ele o ilumina para receber, compreender e aceitar as Escrituras e, testemunhando em seu ser, gera em seu coração e mente os carismas essenciais: fé, esperança e amor; concede-lhe dons espirituais; guia-lhe os passos nas sendas da jornada cristã; produz nele a oração adequada, segundo a vontade de Deus; convence-o sempre de seus pecados e da justiça divina. Sem a intervenção do Espírito, as Escrituras não são convenientemente compreendidas, pois o véu permanece entre o pecador e o Libertador, como acontecia, e ainda acontece com os judeus (II Co 3. 12- 18 cf Mc 12. 24; Jo 5. 37-47; At 8. 30, 31). A Escritura inspirada pelo Espírito somente se torna clara, inteligível e eficaz, quando por ele

iluminada e transferida para o ser do crente por seu testemunho e operação internos.

A doutrina da autoridade do Espírito na interpretação, comunicação e eficácia das Escrituras surgiu em oposição à pretensão da Igreja dominante de ser a única autorizada por Deus para interpretar a revelação bíblica. Semelhante outorga de poder da parte de Deus, ensinava o romanismo, procede dos dogmas de fé: a- Os sacerdotes católicos são sucessores dos apóstolos e, portanto, credenciados intérpretes das Escrituras. b- O clérigo, pela ordenação, recebe o Espírito Santo, tornando-se representante e vigário de Cristo na terra.

Na verdade, o postulado reformado de “somente a Escritura” atrelava-se ao de “somente o Espírito Santo é o legítimo intérprete da Bíblia”, agindo por iluminação, por testemunho interna e pelo dom da fé salvadora. O catolicismo estabelece e ensina que ninguém pode entender as Escrituras e ter acesso ao sacrifício vicário e às demais bênçãos sacramentais senão por seu magistério eclesial e sua mediação sacerdotal.

É o Espírito que fala à Igreja como intérprete do Verbo e, ao mesmo tempo, concede “ouvido” a cada um de seus verdadeiros membros para ouvir a voz do Redentor por meio da leitura, do ensino e dos oráculos revelados: “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas” (Ap 2. 7 cf Ap 2. 11; 2. 17; 2. 29; 3. 6; 3. 13; 3. 22). A capacitação de ouvir resulta da operação do Espírito em nós. Os incrédulos são incapazes de ouvir a Palavra viva, transformadora e regeneradora das Escrituras, pelo fato de não possuírem o “ouvido espiritual”, doação do Espírito, para receberem as revelações divinas.

06- O ESPÍRITO NA ENCARNAÇÃO DO VERBO:

“Concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria e da substância dela” (CFW, VIII, 2, em parte).

Observem o cuidado expresso na afirmação: “Pelo poder do Espírito”, evitando a interpretação absurda da “paternidade do Espírito”, pois o Filho é eternamente gerado do Pai e o Espírito é eternamente procedente do Pai e do Filho. Nem fisicamente o Filho foi gerado pelo Espírito; mesmo porque, no contexto trinitário de existência eterna, sem qualquer modificação, variação, transformação e mudança, Cristo, juntamente com o Pai, é a fonte substancial do Espírito por meio do mistério da processão. Em síntese: o Filho não procede do Espírito; este, sim, procede do Pai. Além do mais, o poder do Espírito emana do Pai e do Filho, não de si mesmo. Mateus diz que Maria “achou-se grávida pelo Espírito Santo” (Mt 1. 18), fato confirmado pelo Anjo do Senhor, em sonho, a José (Mt 1. 20). Lucas, porém, escreve: “Descerá sobre ti o Espírito Santo e o poder do Altíssimo (grifo nosso) te envolverá com a sua sombra; por isso também o ente santo que há de nascer, será chamado Filho de Deus” (Lc 1. 35). Considerando que o Espírito Santo é também designado Espírito do Pai e Espírito do Filho (Gl 4. 6; At 16. 7; Fp 1. 19 cf Rm 8. 9- 11), foi a própria divindade trina, que Lucas chama de “poder do Altíssimo”, que se encarnou, iniciando o processo de encarnação pela fecundação no ventre da Virgem, caminho natural para a emergência de todos os seres humanos. Não é demais lembrar que Cristo “envia o Espírito”(João 15. 26; Jo 16. 7). Nesta linha de raciocínio, podemos dizer, sem medo de cometer heresia, que a perícope: “Gerado do Espírito Santo” pode ser substituída por frases sinônimas como: “Gerado pelo Espírito de Deus” ou “gerado pelo Espírito de Cristo”. Prudentes foram os teólogos de Westminster, não

transformando o Espírito em “pai de Cristo”. A doutrina da processão evita falsos conceitos e falsas conclusões. Cristo não “dependeu” do Espírito para encarnar-se, como também não “dependeu” da Virgem Maria; ela foi o instrumento da encarnação, não a origem. Cristo é eternamente Filho de Deus, mas não eternamente Filho de Maria.

07- O ESPÍRITO NA UNÇÃO E SANTIFICAÇÃO DE CRISTO:

“O Senhor Jesus, em sua natureza humana unida à divina, foi santificado e sem medida unguído com o Espírito Santo, tendo em si todos os tesouros de sabedoria e ciência” (CFW, VIII, 3).

Na humanização, o Filho não se isolou do Pai e do Espírito; isto é, a encarnação não dissolveu a unidade trina: “Aproveu ao Pai que nele habitasse toda a plenitude”, pois “ele é a imagem do Deus invisível” (Cl 1. 19, cf 1.15). E o próprio Cristo disse: “Quem me vê, vê o Pai”. “Eu estou no Pai e o Pai está em mim” (Jo 14. 9, 10). O Espírito está tanto no Pai como no Filho, nos quais existe e dos quais procede. O Espírito santificador vincula-se ao Cristo Redentor, que assumiu o homem protótipo da nova humanidade recriada nele, e também desceu sobre a Igreja no Pentecostes, e nela permanece, para vitalizá-la, ungi-la, santificá-la e potencializá-la como testemunha e missionária do Messias. Cristo, em si mesmo, não precisava de “santificação” como não necessitava do “batismo de arrependimento” do Batista, mas, como Segundo Adão, pessoa corporativa, representativa e substituta, incorporava e representava todos os eleitos por ele salvos antes e depois de sua encarnação. Exatamente assim entende CFW ao dizer: “Em sua natureza humana unida à divina foi santificado”. A profundidade, a atualidade e a extensão da doutrina aqui delineada são impressionantes pelo fato de sustentar a integração das pessoas da Trindade na encarnação do Verbo. O item seguinte melhor discorrerá sobre matéria.

08- CRISTO OFERECE AO PAI, PELO ESPÍRITO, SACRIFÍCIO VICÁRIO:

“O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que, pelo Eterno Espírito, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfaz plenamente a justiça do Pai, e para todos aqueles que o Pai lhe deu adquiriu não só reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos céus” (CFW, VIII, 5).

O Espírito estava presente no altar da cruz, mediando a oferta sacrificial vicária do Filho do Homem ao Pai celeste. No altar do templo, representado pela chama que ardia ininterruptamente, simbolizava e figurava sua presença constante nos atos sacrificiais, tipos do Cristo que a si mesmo se ofereceu a Deus pelo mundo. Como pessoa trinitária, o Espírito opera e coopera com o ser divino em todas as obras, inclusive na da redenção. O Espírito funcionou como sacerdote no ato do oferecimento de Cristo ao Pai como “Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo”, porque “a Ovelha muda perante os seus tosquiadores”, no momento de seu abatimento como Vítima substituta, carregava o peso dos pecados de todos os pecadores eleitos pelos quais morria e os quais morriam nele. O sacrifício vicário do Filho de Deus, sob o auxílio mediatorial do Espírito, atua expiadoramente sobre

todos os escolhidos. Vivem aqueles que falecem com Cristo na cruz e ressurgem para a vida eterna.

Alguns poderão dizer: O “Eterno Espírito” de que fala a CFW neste texto é o próprio “Espírito de Cristo” ou “Espírito de Deus”. E qual a diferença? Então o Espírito Santo, porventura, não é o Espírito de Deus? O Espírito do Pai? Espírito de Cristo? o Espírito Eterno? A Primeira, a Segunda e Terceira pessoas trinas são um só Deus; o Filho se encarnou, viveu entre nós, morreu em nosso lugar e por nós ressuscitou. Se a CFW entendesse que se tratava do “Espírito” de Jesus, teria grafado: “Pelo seu espírito eterno”, e não como está: “Pelo Eterno Espírito”. Cristo, na súplica final do Gólgota, diz: “Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito” (Lc 23. 46). Aqui, evidentemente, ele se refere à sua alma, ao seu alento vital, à sua vida terrena e sacrificial, que ele, como Cordeiro de Deus, oferta ao Pai em favor dos homens. O Espírito Santo, que tem o ministério de assistir-nos em nossas fraquezas (Rm 8. 26), assistiu o Filho do Homem quando suportava o peso de nossas debilidades e, como extremamente fraco em nosso lugar, sofreu o castigo da morte, sentença lavrada contra os pecadores, não contra o Justo, o imaculado Filho de Deus. Nesse momento terrível, o mesmo Espírito que desceu sobre ele no batismo, com ele estava para que sua vida vicária não tivesse solução de continuidade, mas fosse uma oferenda em benefício da humanidade.

09- A DÁDIVA DO ESPÍRITO SANTO:

“Prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida o seu Santo Espírito para dispo-los e habilitá-los a crer” (CFW, VII, 3, parte).

Aos eleitos regenerados, beneficiários do pacto da graça, o Pai e o Filho dão o Santo Espírito. A dádiva do Espírito é um ato soberano de Deus, e teve um momento simbólico e visível de sua realização inaugural por ocasião do nascimento efetivo, objetivo e histórico da Igreja, o Pentecostes. Foi a partir da descida do Paráclito sobre a totalidade do corpo original de Cristo, seu novo Israel, mas atingindo cada membro particular, que a comunidade eclesial tornou-se firme na fé, disposta ao testemunho e dinamicamente missionária. A CFW é clara ao declarar que o Espírito é uma dádiva graciosa a “todos os que estão ordenados para vida”, isto é, os redimidos por Cristo. O Filho dá à Igreja, e nela a cada um de seus membros reais, o Espírito Santo; e este, habitando-a, equipa a totalidade de seus membros com carismas individuais: “A manifestação do Espírito é concedida a cada um, visando um fim proveitoso. Porque a um é dada, mediante o Espírito, a palavra da sabedoria; e a outro, segundo o mesmo Espírito, a palavra do conhecimento; a outro, no mesmo Espírito, fé; a outro, no mesmo Espírito, dons de curar; a outro, operações de milagres; a outro, profecia; a outro, discernimento de espíritos; a um, variedade de línguas; e a outro, capacidade de interpretá-las” (I Co 12. 7- 10).

Retenhamos bem isto: Cristo dá o Espírito Santo à sua Igreja; O Espírito Santo concede a cada um de seus membros os dons espirituais, “visando um fim proveitoso”. Portanto, uma coisa é o “batismo com o Espírito”, sinônimo de “dádiva do Espírito”, que o crente verdadeiro recebe por ser membro da Igreja de Cristo, e outra coisa é o “dom espiritual”, que o Espírito, soberanamente, dá a cada regenerado no Corpo do Cordeiro, a “família Dei”. Tomar um carisma isolado e individual (o dom de línguas, por exemplo) como sinal externo do “batismo com o Espírito” é um absurdo teológico e negação confessional, pois os carismas, quaisquer deles, são evidências indiscutíveis da dádiva do Espírito, uma graça

geral, bênção da comunidade da qual Cristo é a cabeça. E o carisma, no meu entendimento, quanto mais espetacular, menos edificante. O Espírito, segundo a CFW, não é privilégio de alguns, é bênção de todos; os carismas são bênção de alguns, não privilégios, para edificação de todos. Cristo, ao dar à Igreja o Espírito Santo, a si mesmo se doa a ela para que com os seus eleitos esteja até a consumação dos séculos.

10- O ESPÍRITO DA CRENÇA E DA OBEDIÊNCIA:

“Cristo, com toda certeza e eficazmente, aplica e comunica a salvação a todos aqueles para os quais ele a adquiriu. Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles e revelando-lhes na Palavra e pela Palavra os mistérios da salvação, persuadindo-os eficazmente pelo Espírito a crer e a obedecer, dirigindo os corações deles pela Palavra e pelo seu onipotente poder e sabedoria, da maneira e pelos meios mais conformes com a sua admirável e inescrutável dispensação” (CFW, VIII, 9).

Cristo aplica a salvação aos eleitos mediante o indispensável, segundo os propósitos divinos, ministério de convencimento, esclarecimento e iluminação do Espírito santo. Somos trazidos ao Filho de Deus, cremos nele, submetemo-nos ao seu reinado, transforma-nos em militantes do seu reino e permanecemos aos seus pés por obra, em nós, do Espírito Santo, o único capaz de transformar a letra das Escrituras, em si mesma neutra, em palavra viva, vivificante e transformadora, uma vez implantada na nossa mente pelo mesmo Espírito. Os reprovados podem ler os escritos sagrados, admirá-los e até aproveitarem, conforme as conveniências, algumas de suas máximas, mas eles não lhes transformarão a vida, pois a eficácia espiritual da Palavra de Deus depende da eleição e da atuação do Espírito, que inspira o texto e ilumina quem o lê e o ouve; se tal leitor e ouvinte for preordenado à justificação e à redenção em Cristo Jesus. Ainda seguindo a CFW, a crença, a obediência, a fé salvadora, a regeneração e a santificação dependem da Terceira Pessoa da Trindade, pois Deus chama os eleitos através da Palavra instrumentalizada pelo Espírito (CFW, X, 1). O texto confessional seguinte é elucidativo e convincente:

“Na vocação o homem é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo, fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada” (CFW, X, 2).

Vivificação e renovação são obras da livre graça de Deus, conforme a CFW, não decorrendo de nenhum resultado conseqüente da vontade humana.

11- O ESPÍRITO NOS APLICA OS MÉRITOS DE CRISTO:

“Deus, deste toda eternidade, decretou justificar todos os eleitos, e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles; contudo, eles não são justificados enquanto o Espírito Santo, no tempo próprio, não lhes aplica de fato os méritos de Cristo” (CFW, XI, 6).

Nossa justificação estava preordenada pelo Pai para realizar-se no Filho e ser aplicada em nós pelo Espírito Santo; isso tudo conforme o beneplácito do Redentor e no “tempo oportuno”. O fato redentor, e quando ele se efetivará na pessoa de cada eleito, é da inteira economia de Deus. Não há salvação e não existe salvo sem a operação Trinitária: Pai, Filho e Espírito Santo. Deus envia o Filho preordenado para vencer o pecado, cumprir o pacto e salvar os eleitos. O Filho,

realizada a obra redentora, envia o Espírito para infundir nos escolhidos vocacionados os mistérios da graça e as conquistas do Eleito dos eleitos, Jesus Cristo, por sua encarnação, ministério, paixão, morte, ressurreição e exaltação.

A declaração confessional: “O Espírito Santo lhes aplica os méritos de Cristo”, deve ser entendida por nós, à luz do contexto geral da fé reformada, como: o Espírito aplica em nós a obra redentora, regeneradora e santificadora do Filho de Deus. Cristo, na verdade, não nos salva, transferindo-nos os seus indiscutíveis méritos por meio do Espírito Santo, mas por sua morte vicária, substitutiva e expiatória na cruz, e nos edifica e santifica pela Palavra de Deus sempre inspirada e iluminada pelo Espírito. A doutrina da “salvação pelos méritos”, caríssima ao catolicismo medieval e ainda vigente no moderno, pode, sinteticamente, ser resumida assim: a- O romanismo do tempo da Reforma acreditava que o homem não era salvo pela graça, mas por suas obras meritórias ou virtudes pias. O catolicismo moderno sustenta um sistema híbrido: A graça gera o mérito; este credencia o fiel diante de Deus para a salvação de si mesmo e para benefício de outros. b- Há servos de Deus com méritos além do necessário ao merecimento do perdão divino. São pessoas com muitas virtudes e poucos pecados. O superávit meritório é contabilizado por Deus e colocado à disposição dos pecadores mediante intercessão da Igreja e mediação de seus santos. c- Cristo e a Virgem Maria não cometeram pecados atuais e nem experimentaram o pecado original, mas ambos foram supervirtuosos. Seus infinitos e virtuosíssimos méritos, depositados no banco celeste, são utilizados em favor dos pecadores penitentes pela mediação sacerdotal, o sacrifício da Missa e as súplicas dos santos.

Rejeitamos semelhante doutrina, pois cremos e confessamos que a salvação é exclusivamente pela graça mediante a fé. E esta graça redentora não nos vem pelos méritos de Cristo, que são indiscutíveis e inegáveis, mas por seu sacrifício expiator e sua vitória sobre a morte, o pecado e o tentador, ao ressurgir de entre os mortos. Tudo que o Filho de Deus fez por nós é implantado em nossa mente e inserido no centro de nossas emoções pelo Espírito Santo. A eficácia da graça em nós depende do ministério do Paráclito. Regenerados e transformados, o Espírito promove em nós a santificação para que o nosso ser aproxime-se, o máximo que permita a natureza humana, da santíssima pessoa de Cristo. Pelo ministério da conformação de nosso caráter ao de nosso Salvador e Rei mediante o crescimento espiritual, podemos dizer que “o Espírito aplica-nos os méritos do Filho de Deus”, criando em nós o impulso, o desejo e o esforço da obediência e do amor a Cristo Jesus. Somos capazes, respeitados os limites de nossa humanidade, de fazermos as mesmas obras de Cristo, não por transferência de méritos, mas em decorrência da regeneração e da santificação, conquistas do Salvador, viabilizadas em nós pelo Espírito.

Há crentes que oram a Deus pelos méritos de Cristo. O que faz a mediação de nossas preces é o próprio Filho de Deus na qualidade de Sumo Sacerdote e único Mediador. Os méritos de Cristo não têm poderes mediatários.

12- ESPÍRITO DE DOAÇÃO:

“Têm sobre si o nome dele, recebem o Espírito de doação (Rm 8 15), têm acesso com confiança ao trono da graça e são habilitados a clamar: ‘Abba, Pai’”(CFW, XII, parte).

Não há filho de Deus sem o Espírito de Deus. O sentimento de filiação divina existente no regenerado é obra do Espírito Santo, que nele habita e o leva a

clamar: “Abba, Pai”. O novo nascimento e a filiação por adoção são realizações da livre e graciosa misericórdia de Deus. Assim como não pedimos a paternidade humana, também não requeremos a divina, mas somos gratos, felizes e realizados por tão majestoso Pai. Fomos, na verdade, concebidos por Deus em Cristo Jesus e nele nascemos dotados do Espírito Santo e para sempre. Em outras palavras: no ato da regeneração, o Espírito Santo toma conta do regenerado, habita nele e dirige seus passos morais, sociais, éticos e espirituais: “Todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. Porque não recebestes o espírito de escravidão para viverdes outra vez atemorizados, mas recebestes o Espírito de adoção, baseados no qual clamamos: “Abba. Pai”. O próprio Espírito testifica com o nosso Espírito que somos filhos de Deus” (Rm 8. 14- 16). O Paráclito, habitando em nós, conforma a nossa vida à de Cristo, nossa fonte de origem espiritual, e nos leva a viver segundo a vontade de Deus expressa na sua Palavra. Não nos tornamos filhos de Deus por geração, nem podíamos ser; mas por adoção; entretanto, não somos filhos adotivos no sentido social e psicológico do termo, pois o Criador e Redentor fez-nos seus filhos por regeneração. O velho homem morreu. No seu lugar surgiu, por intervenção divina, um novo homem conduzido pelo Espírito, imagem e semelhança de Cristo.

13- O ESPÍRITO SANTIFICADOR:

“Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que ficam, contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada do homem novo vence, e assim os santos crescem em graça, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus” (CFW XIII, 3 conferido com XIII, 1).

O arminianismo deixou, até mesmo entre alguns calvinistas, a doutrina da santificação pessoal por méritos próprios, a “busca da perfeição moral e beatífica, objetivando a recepção do Espírito Santo”. É tempo de recorrermos à CFW, que nos ensina que o crescimento espiritual do regenerado é obra do Espírito Santo em nós; o que significa, na verdade, que não promovemos a santificação, pois é o próprio Deus que, por meio do Espírito, potencializa-nos, promove-nos e nos move à santificação. Eis porque a CFW cognomina o Paráclito de “Espírito santificador”. Atendem para a clareza do seguinte postulado confessional: “Os que Deus aceitou em seu Bem-amado, os que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado de graça, nem total nem finalmente: mas, com toda a certeza hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos” (CFW, XIII, 1). A santificação, pois, é consequência da eleição, que habilita o eleito à regeneração em Cristo, e a regeneração, novo nascimento, é o resultado da dádiva do Espírito Santo, a mais profunda graça de Cristo em nós, e o Espírito, habitando o regenerado, santifica-o dia a dia. Santificação é a conformação de nosso caráter ao de nosso Senhor Jesus Cristo, é comunhão cada vez mais intensa e mais íntima do salvo com o Salvador, é submissão continuada do servo ao Senhor. Há pessoas que “buscam” o Espírito para serem “santas”; há outras que se esforçam e se esmeram em boas obras para merecerem a graça da santidade; outras ainda se entregam a um misticismo alienante de orações intermináveis, novenas, abstinências, jejuns, votos e sacrifícios para “receberem” o Espírito Santo. Tudo isso está errado. Deus não nos elege nem nos aceita com base nos nossos merecimentos, mas exclusivamente por sua graça. A nossa santificação, induzida e conduzida pelo Espírito, não nos leva a um estágio de perfeição moral e espiritual absoluta, a um grau de

impecabilidade. Continuamos pecadores, sujeitos ao pecado. O que o Espírito desperta em nós, santificando-nos, são: mais obediência a Deus e à sua Palavra; mais consagração a Cristo; mais integração na sua Igreja; mais serviçalidade ao Salvador e ao próximo; mais consciência de culpa pecaminosa, de insuficiência e fragilidade diante do Onipotente; mais horror ao pecado e mais desejo de contínua confissão; mais necessidade de oração e adoração; mais carência de convívio fraternal com os irmãos. A Escritura apresenta-nos o redimido como transformado na sua totalidade, um ser, antes da regeneração, apenas natural, de estrutura psicossomática, mas, regenerado, acrescentada à sua natureza humana a divina, tornou-se pneumossomático, um ente espiritual, não somente espiritualizado. Não se pode, no nosso entendimento, dicotomizar o salvo em Cristo, em “parte vencedora do regenerado”, e parte derrotada. Deus redime o homem integral, não apenas parte dele. A salvação transforma-nos em “novas criaturas” destinadas ao crescimento, sempre promoção do Espírito Santo em nós, sem, contudo, jamais chegarmos ao endeusamento. Na consumação final, compareceremos diante do eterno Rei como Deus quer que sejamos: seres completos, exatamente como fomos idealizados e criados: corpo-alma ou corpo-espírito, sem qualquer dicotomia da unidade ou sublimação de uma das partes, pois santo é o homem ressurreto na sua composição pneumossomática.

14- ESPÍRITO, APLICADOR DA FÉ:

“A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação, é a obra que o Espírito Santo faz nos corações deles, e é ordinariamente operada pelo ministério da Palavra; por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida” (CFW, XIV, 1).

O Espírito Santo implanta em nós a fé salvadora centralizada em Cristo Jesus. Porém, o seu autor e consumidor é o Filho de Deus: “Olhando firmemente para o Autor e Consumador da fé, Jesus Cristo” (Hb 12. 2). A Terceira Pessoa trinitária, habitando o regenerado, imprime-lhe a fé real, dom universal e indispensável à salvação e ao exercício da moral, da ética, da piedade e do testemunho cristãos: “De fato, sem fé é impossível agradar a Deus” (Hb 11. 6); e mais: “O justo viverá por fé” (Rm 1. 17). O instrumento de comunicação da fé é a Palavra de Deus, registrada por inspiração da Terceira Pessoa da unidade trina e devidamente iluminada por ela, possibilitando a compreensão do eleito, independentemente de sua racionalidade, grau de instrução ou capacidade perceptiva. Não cremos para recebermos o Espírito; cremos porque o recebemos. Sem a possessão do Espírito Santo não há regeneração, não existe fé salvadora. Podemos dizer: Deus nos deu o seu Filho; o Filho nos deu o Espírito ou dizer: Deus se deu a nós em seu Filho; o Filho entrega-se a nós em seu Espírito ou, se preferirmos: Deus está presente conosco em seu Filho; o Filho está presente conosco e em nós, pelo Espírito Santo. A presença do Deus trino no corpo eclesial e em cada um de seus membros gera-lhes as virtudes capitais e essenciais: A fé, a esperança e o amor. O ministério instrutor, condutor, santificador, edificador e unificador do Espírito consiste em sua atuação: na geração, confirmação e manutenção da fé em Cristo Jesus; na leitura e pregação da Palavra de Deus; na ministração dos sacramentos; na oração comunitária e individual dos fiéis.

15- ESPÍRITO, GERADOR DE TESTEMUNHO E FRUTIFICAÇÃO:

“O poder de fazer boas obras não é de modo algum dos próprios fiéis, mas provém inteiramente do Espírito Santo. Afim de que sejam para isso habilitados, é necessário, além da graça que já receberam, uma influência positiva do mesmo Espírito Santo para obrar neles o querer e o realizar segundo o seu beneplácito; contudo, não devem por isso tornar-se negligentes, como se não fossem obrigados a cumprir qualquer dever senão quando movidos especialmente pelo Espírito, mas devem esforçar-se por estimular a graça de Deus que há neles” (CFW, XVI, 3).

O crente produz, em tese, as obras de Deus, não as suas próprias, pois nele habita a divindade na pessoa do Espírito Santo, que lhe opera o “querer e o realizar”: “Porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2. 13). Além do mais, sendo o redimido doulos de Cristo, a si mesmo não se pertence. O escravo é propriedade de seu possuidor. O mal que o doulos de Cristo pratica é ofensa grave ao seu Amo. O bem que produz é para a exclusiva glória de seu Senhor. No caso do doulos de Cristo, o “servir” é mais que um dever decorrente de sua situação servil: é uma bênção, pelo honroso fato de ser diácono do Rei, que não o trata como subordinado ou inferior, mas como amigo (Jo 15. 14, 15). O servo cristão presta serviço diacônico (culto) não a um dominador, mas a um Senhor libertador e compassivo. E mais, o servo tem o mesmo Espírito do Senhor, o Paráclito que nele habita e, portanto, possui a mesma natureza de seu possuidor, integra-se, não em uma empresa, mas numa família; não trabalha e nem vive para a glória alheia, mas para o engrandecimento de seu corpo fraternal. A identificação interativa entre o Senhor e o servo se dá por meio do Espírito Santo no seu interior, no centro de seu ser, que o move, de maneira natural, espontânea e feliz à prática das boas obras, não para o seu próprio galardão, mas para exaltação de seu Salvador. As boas obras do cristão autêntico originam-se, conforme a CFW, em Deus, agindo nele pelo Espírito Santo, e são de dois tipos globais: naturais e espirituais. As boas obras do irregenerado, que também, em certo sentido e em certa medida, existem, são provenientes, de modo geral, da aculturação pessoal e da ética social do grupo em que se insere, e são apenas naturais. As do servo de Deus emanam do próprio Deus, agente e estimulante do bem no seu interior por meio do “Pneuma” Santo. As dos reprovados procedem das leis morais do meio social em que vivem.

16- ESPÍRITO E PERSEVERANÇA DOS SANTOS:

“Esta perseverança dos santos (aludindo-se ao declarado no item anterior), (parênteses nossos) não depende do livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, da permanência do Espírito Santo e da semente de Deus neles, e da natureza do pacto da graça; de todas essas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade” (CFW, XVII, 2 conferido com XVII, 1).

O conjunto de obras divinas, segundo a CFW, que gera no crente a certeza da salvação compõe-se de : a- Imutabilidade do decreto eletivo. Como Deus é imutável por causa de sua irretocável e absoluta perfeição, seus decretos, conseqüentemente, são irretocáveis. b- Livre, imutável e perfeito amor de Deus. O amor de Deus não se expressa por estímulos externos nem por sentimentos românticos, caritativos ou paternais. Não se aplicam ao soberano Criador

categorias humanas, mesmo as virtuosas. O supremo Senhor não tem carência de nada. Ele é auto-suficiente em tudo, especialmente no que concerne ao ágape divino: Deus é amor. c- Eficácia do mérito e intercessão de Cristo. Cristo, além de ser verdadeiro Deus, é o Humano sem pecado e sem demérito, portador de todas as virtudes, que se assenta à destra do Pai e, como nosso substituto e representante, intercede contínua e permanentemente por nós. d- Permanência do Espírito Santo no crente eleito. Na verdade, é a permanência do Espírito divino no eleito que lhe confere o conhecimento de Deus, a revelação do decreto eletivo, a eficácia da intercessão de Cristo, nosso Sumo Sacerdote, e a eleição, segundo os eternos propósitos do Rei supremo e conforme o seu insondável amor. Somente com a posse do Espírito Santo é que nos tornamos filhos de Deus, nascidos de novo. E o que Deus realiza em nós é para sempre; sendo infalível e eterna, sua obra redentora traz as marcas indelévels da infalibilidade e da eternidade. Uma vez regenerado e transformado em filho de Deus, o servo de Cristo jamais retornará ao estado anterior. O que Deus realiza, realiza para sempre. Uma vez filho do Pai celeste; filho eternamente. Tal segurança é obra do Espírito Santo no crente, pois tanto a redenção como a perseverança dependem exclusivamente do Salvador, jamais do salvo. O homem pode falhar, e freqüentemente falha, mas Deus é infalível em seus planos e inerrante em suas obras. E ele não está fora da vida do eleito regenerado, mas ocupa o centro de seu ser por meio do Espírito Santo. Deus tem certeza de que cada eleito salvo é seu filho, pois ele mesmo o gerou em Cristo e nele habita pelo seu Espírito.

17- ENTRISTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO:

“Eles (os eleitos), porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles existente e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados e por algum tempo continuar neles; incorrem assim no desagrado de Deus, entristecem o seu Santo Espírito e de algum modo vêm a ser privados das suas graças e confortos; têm os seus corações endurecidos e as suas consciências feridas; prejudicam e escandalizam os outros e atraem sobre si juízos temporais” (CFW XVII, 3 cf XVIII, 4).

O crente, embora escolhido, eleito e salvo, pode, certamente por decreto permissivo de Deus, pecar e, ao fazê-lo, entristece o Espírito Santo que nele habita. Este, dele não se retira, mas o “diálogo interativo” entre o Condutor e o conduzido fica prejudicado. No entanto, o próprio Espírito convence o faltoso, filho da graça, a retomar o caminho da santidade, pois seu destino final, a vida eterna, está preordenado por seu Salvador e lá um dia chegará por determinação e vontade divinas. O crente pode cair por si mesmo, mas Deus o reerguerá, restaurando-o à plena comunhão de Cristo. As quedas temporárias ou recaídas dos eleitos lhes trarão correções disciplinares impostas por necessidade corretiva do Pai celeste, movido por zelo e amor aos seus filhos eleitos, embora temporariamente rebeldes (ver Hb 12. 4- 13). Os desvios de percurso não comprometem o destino final, último, dos predestinados. O decreto eletivo da soberana liberdade de Deus pelo qual são escolhidos alguns para serem redimidos por Jesus Cristo, o Eleito dos eleitos, também permite, dentro dos limites de ação de um filho sob a proteção e a direção de seu Pai eterno, um certo grau de liberdade e de responsabilidade. Na verdade, o regenerado possui o autêntico livre arbítrio próprio do herdeiro, não do escravo: “Se o Filho vos libertar, disse Jesus, verdadeiramente sereis livres” (Jo 9. 36). Sem liberdade e despido da faculdade de escolha entre o bem e o mal e do

direito de opção entre um e outro, os pactos entre Deus e o homem seriam inviáveis e até absurdos. Exigir de um pactuado, submetido a um pré-determinismo absoluto, obediência aos termos do pacto sob as penas nele previstas não faz sentido, à luz da nossa racionalidade. Deus, contudo, fez isso, especialmente com Adão e com o seu povo no Sinai por meio de Moisés. É difícil conciliar a preordenação com o livre arbítrio do homem, mas Deus a realiza, mantendo sua fidelidade pactual e lançando sobre o homem a culpabilidade por seus pecados. É bom, para melhor clareza da conciliação, embora paradoxal, do decreto eletivo com a vontade humana e seu livre arbítrio, a transcrição do que diz a nossa CFW em outra parte: “ Desde toda eternidade e pelo mui sábio e santo conselho de sua vontade, Deus ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém, de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou a contingência das coisas secundárias, antes estabelecidas” (CFW, III, 1). A vontade e a liberdade humanas estão, portanto, incluídas no decreto eletivo de Deus. O Espírito Santo no eleito redimido decorre da preordenação eterna da redenção pessoal e garante a proteção, a segurança e a perseverança do eleito. Incomum não é, todavia, o salvo, por sua liberdade permitida, entristecer o Espírito com seus erros, omissões e recalitrações. O Espírito, entretanto, depois das conseqüências corretivas do recaído, recoloca-o no caminho da justiça da graça. Geralmente o crente provado torna-se mais experiente e mais habilitado a ajudar os mais fracos. “Todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito” (Rm 8. 28). Somente o salvo pode entristecer o Espírito, pois a relação Pneuma-Regenerado é indissoluvelmente interativa e intimamente associativa.

18- TESTEMUNHO DO ESPÍRITO:

“Esta certeza (a da salvação), não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança, mas uma infalível segurança da fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação, na evidência interna daquelas graças a que são feitas essas promessas, no testemunho do Espírito de adoção que testifica com os nossos sermos filhos de Deus, no testemunho desse Espírito que é penhor de nossa herança e por quem somos selados para o dia da redenção” (CFW, XVIII, 2 cf XVIII, 3).

O Espírito Santo testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus. A certeza da salvação, pois, vem do testemunho do Espírito Santo em nós, não de conclusões racionais, induções emocionais e sentimentais, autoconfiança ou fiança em pessoas místicas ou carismáticas. Também a convicção de que estamos salvos não procede do falso juízo de impecabilidade (que muitos alegam), nem do medieval poder de “indulgência plena” ou penitências cumpridas.

O testemunho interno do Espírito Santo responsabiliza o crente diante de Deus e instrumentaliza nele o testemunho pessoal externo. Ao ocupar o ser do redimido por Cristo, o Espírito Santo interage com o espírito humano de tal forma que o regenerado age por si mesmo, expressa sua própria vontade, não como uma pessoa alienada ou bastarda, mas como filho de Deus, portador da mesma natureza do Pai celeste: “O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus” (Rm 8. 16). O eleito salvo, templo do Espírito Santo, é dinamizado, pelo mesmo Espírito, à fé, à santificação, à fraternidade, ao testemunho cristão. Eis o que, a respeito, declara o CFW: “É, pois, dever de todo o fiel fazer toda a

diligência para tornar certas a sua vocação e eleição, a fim de que por esse modo seja o seu coração no Espírito Santo confirmado em paz e gozo, em amor e retidão para com Deus, em firmeza e alegria nos deveres da obediência que são os frutos próprios desta segurança. Este privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência” (CFW, XVIII, 3 in fine). *A operação interna do Espírito Santo no crente (CFW, XVIII, 4) é a garantia de sua permanência em Cristo e o convencimento de sua segurança. A certeza pode ser momentaneamente abalada, mas jamais eliminada. Escorregar e cair é possível; morrer, porém, em consequência da queda, jamais. Adão caiu, arrastando a humanidade inteira. Da massa reprovada desobediente Deus recria nova humanidade de maneira definitiva. No homem primevo, caímos; em Cristo renascidos, não cairemos. A perseverança do velho homem, fragilizado, dependia de si mesmo. A nossa perseverança depende exclusivamente do Filho de Deus e da aplicação de sua obra regeneradora em nós por meio do Espírito Santo. O Deus que nos salva e nos sustenta no seu reino é soberano, onipotente, infalível, fiel e imutável. O Salvador concede aos seus salvos graças inefáveis como a da filiação e conseqüente herança destinada exclusivamente aos filhos; a do penhor do Espírito, garantia antecipada da possessão eterna; a do selo do Paráclito, sinal de que pertencemos ao Pai celeste e nenhuma potência nos deserdará.*

19- *MINISTÉRIO INTEGRADOR DO ESPÍRITO*

“Os supracitados usos da lei não são contrários à graça do Evangelho, mas suavemente condizem com ela, pois o Espírito de Cristo submete e habilita a vontade do homem a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer se faça” (CFW, XIX, 7).

O Espírito Santo conforma a vontade do servo de Cristo à de seu Senhor, estabelecendo, desta maneira, a unidade espiritual e a conformidade de natureza entre o Salvador e o salvo: “Eu neles e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade” (Jo 17. 23). A corporalidade da Igreja em Cristo, no Novo Testamento, e para os apóstolos, não é uma hipótese ou uma teoria, mas realidade existencial, defendida e proclamada: “Porque, assim como o corpo é um, e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo, assim também com respeito a Cristo. Pois, em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado beber de um só Espírito”. “Ora, vós sois corpo de Cristo; e, individualmente, membros desse corpo” (I Co 12. 12, 13 e I Co 12. 27). A unidade da Igreja não se estabelece pela submissão de todos a uma lei comum, à semelhança do velho Israel sob as ordenanças do pacto mosaico, mas pela conformação e harmonização que o Espírito de Cristo estabelece, no interior do crente, entre a vontade de Deus contida em sua Palavra e a do salvo que a toma, não como ordens externas impositivas, mas como expressão de seu natural querer. O redimido, portanto, ensinado, induzido e conduzido pelo Espírito Santo, submete-se aos ensinamentos, mandamentos, preceitos e ordenanças divinos espontânea, livre e alegremente, pois o seu código ético-doutrinário não está mais estereotipado em tábuas de pedra, mas gravado em seu coração. O cristão, embora reconheça que Deus é Rei supremo e soberano, trata-o respeitosamente como Pai, não por mera formalidade, porém, em decorrência de sua regeneração e conseqüente adoção como filho verdadeiro, irmão do Primogênito Jesus Cristo. Ele, portanto, não é servo por obrigação, é-o por eleição e serve por vocação emulado pelo

Paráclito. O Espírito realmente capacita e habilita o eleito regenerado para o cumprimento da lei de Deus e efetiva integração no corpo de Cristo. Sem o ministério do Espírito na Igreja e no crente a palavra de Deus torna-se ininteligível e inaplicável. O pactuado mosaico era obrigado guardar a Lei do pacto por compromisso legal; o servo de Cristo submete-se à nova aliança, que inclui os mandamentos pactuais do Sinai, na condição de Filho de Deus emulado, estimulado, convencido e dirigido pelo Espírito Santo.

20- A ORAÇÃO, OBRA DO ESPÍRITO:

“A oração com ação de graças, sendo uma parte especial do culto religioso, é por Deus exigida de todos os homens; e, para que seja aceita, deve ser feita em nome do Filho (Jo 14. 13, 14) pelo auxílio do Espírito (Rm 8. 26), segundo a sua vontade, e isto com inteligência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança. Se for vocal, deve ser proferida em uma língua conhecida dos circunstantes (I Co 14. 14-17)”; (CFW, XXI, 3).

A CFW, firmada nas escrituras neotestamentárias, estabelece os fundamentos e as normas da oração cristã verdadeira, que não existe à margem do auxílio do Espírito. O crente é o altar do Espírito. Definir a oração lastimosa e sentimental, pronunciada com voz mística impostada, misturada com sussurros, gemidos e suspiros emocionais inautênticos ou gritada em tom apelativo, imperativo e impositivo, como fazem alguns de nossos leigos, de: “Oração no Espírito” ou “Oração poderosa”, significa ignorar:

a- A doutrina confessional, que não qualifica a prece pelas formas externas, pois seu conteúdo e eficácia é obra do Espírito. A oração pode ser: escrita, inspirada pelo Espírito Santo; verbalizada em voz audível; balbuciada, silenciosa. Não importa a forma e o modo de orar; importante é que ela seja produzida no salvo pelo Espírito Santo.

b- Que a condição para Deus ouvir a nossa oração não reside rigorosamente em nós, mas na obra do Espírito em nosso interior e por nós: “Também o Espírito, semelhantemente, nos assiste em nossa fraqueza; porque não sabemos orar como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós sobremaneira com gemidos inexprimíveis. E aquele que sonda os corações sabe qual é a mente do Espírito, porque segundo a vontade de Deus é que ele intercede pelos santos” (Rm 8. 26, 27). Portanto, não são a nossa piedade, a nossa emoção, a nossa concentração mística, o imperativo da nossa fé pessoal, o nosso carisma individual e a nossa santidade, os meios ou os caminhos de nossas súplicas a Deus, mas o Espírito Santo.

c- Que o Mediador de nossas orações ao Pai é Jesus Cristo (CFW, XXI, 2). Em seu nome as nossas preces devem ser feitas. Destaquemos o preceito confessional: “Para que seja aceita, deve ser feita em nome do Filho, pelo auxílio do Espírito”. A oração em nome do Filho é posta diante de Deus, canalizada pelo Espírito. Sem o acessoramento e auxílio dele nossa prece não chega a Deus. Quem não tem o Espírito Santo não tem acesso a Cristo; quem não está em Cristo pelo Espírito não tem acesso ao trono celeste por meio da prece.

d- Que o Espírito é o Revelador de Cristo e da Palavra de Deus e, portanto, o único intérprete credenciado tanto para o claro entendimento das Escrituras como para o estabelecimento em nós das verdadeiras intenções e propósitos de nossas orações a Deus. Ele inspirou os profetas e os sacerdotes e posteriormente os apóstolos a profetizarem e a orarem, oralmente e por escrito, na

língua usual inteligível do povo. Não há registro em língua estranha de profecia ou prece nas Escrituras. Agiu conforme as normas e os exemplos escriturísticos a CFW ao preceituar: “Se vocal [a oração], deve ser proferida em uma língua conhecida dos circunstantes”. A CFW não somente desautoriza o uso do latim, língua oficial da liturgia romana até 1961, como também a língua estranha, como é popularmente conhecido o fenômeno glossolálico. E este com muito mais razão por ser um balbuciar desconexo, linguisticamente inclassificável, logicamente indecifrável, absolutamente ininteligível. O estranho da “língua estranha” é o fato de o divino Espírito, inspirador e intérprete da Palavra de Deus, depender de um ser humano, limitadíssimo e falível, para comunicar-se. Em suma, A CFW rejeita o latim, língua estrangeira, que alguns podem entendê-la, mas também a glossolalia, que ninguém entende, como instrumentos de expressão pública de nossas preces. Uma forma mística de oração que edifica o indivíduo privativamente, deve ficar somente entre ele e seu Senhor: “O que fala em outra língua edifica-se a si mesmo” (I Co 14. 4). “Porque, se eu orar em outra língua, o meu espírito ora de fato, mas a minha mente fica infrutífera. Que farei, pois? Orarei com o espírito, mas também orarei com a mente” (I Co 14. 15). Paulo entende que na oração há uma dimensão interna de natureza espiritual, certamente obra do Espírito Santo, que aquele que ora não compreende. Mas, ao vocalizar a prece, deve, mesmo conservando a interioridade espiritual, fazê-la inteligível e racionalmente clara. Quem publicamente ora, o faz em nome da comunidade, e esta, para dizer o “Amém”, precisa compreendê-la. O ensino da CFW sobre a matéria segue corretamente a opção paulina: “Prefiro falar na Igreja cinco palavras com o meu entendimento, para instruir outros, a falar dez mil palavras em outra língua” (I Co 14. 19). Não se diga, pois, que, sobre o “Dom de Línguas” ou glossolalia, a CFW é omissa. Nós é que fazemos dela apenas um símbolo confessional e não um parâmetro doutrinário, especialmente no campo da pneumatologia.

21- O ESPÍRITO E OS MINISTÉRIOS DA IGREJA:

“A esta Igreja católica(universal) visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para congregamento e aperfeiçoamento dos santos nesta vida, até o fim do mundo, e pela sua própria presença e pelo seu Espírito os torna eficazes para esse fim, segundo a sua promessa” (CFW, XXV, 3).

A presença de Deus na Igreja pelo seu Santo Espírito possibilita, cria, ordena e sustenta todos os seus ministérios: didático, querigmático, diacônico, litúrgico, administrativo, disciplinar e pastoral, além dos carismas gerais e individuais como, por exemplo, a fé salvadora, a fé mística ou carismática, a profecia (pregação), o dom de curar, o de falar em outras línguas, o da liberalidade. Tudo, porém, para edificação do corpo eclesial primordialmente e também, como consequência, o crescimento espiritual do membro individualizadamente; este se beneficia da sanidade e da produtividade do corpo como o ramo beneficia-se do tronco. O que eu devo ser e fazer na Igreja de Cristo é decisão e operação de Deus. Em mente devemos ter e conservar a verdade: A Igreja é criada, preservada e dirigida por Deus. As portas do inferno não prevalecerão contra ela, isto é, os poderes tartáricos e demoníacos não a destruirão. Não é a espada do guerreiro religioso que defende a Igreja do Cordeiro ou amplia-lhe os domínios territoriais e políticos; quem a protege, defende-a e lhe conquista campos inimigos é o poderosíssimo gládio bigúmeo da Palavra de Deus manejado pelo Espírito Santo. O sucesso da Igreja não depende do ser humano, mas do seu

Cabeça, nosso Senhor Jesus Cristo. À vista do exposto, ninguém pode gloriar-se do que é, faz e produz na Igreja do Filho de Deus.

Muitos, ao se pronunciarem sobre os dons espirituais, esquecem, omitem ou desconsideram carismas essenciais à vida e à existência da Igreja como os de: pastor, mestre, evangelista, pregador, presbítero, diácono, exortador, líder: “Se profecia, seja segundo a proporção da fé; se ministério, dediquemo-nos ao ministério; o que ensina, esmere-se no fazê-lo; ou o que exorta, faça-o com dedicação; o que contribui, com liberalidade; o que preside, com diligência; quem exerce misericórdia, com alegria” (Rm 12. 6- 8 cf Ef 4. 4. 11-14).

22- UNIDADE EM CRISTO PELO ESPÍRITO:

“Todos os santos que pelo seu Espírito e pela fé estão unidos a Jesus Cristo, seu cabeça, têm com ele comunhão nas suas graças, nos seus sofrimentos, na sua morte, na sua ressurreição e na sua glória” (CFW, XXVI,1).

O Espírito Santo, no crente, instrumentaliza a regeneração e produz a fé, o amor, a esperança, a santificação e o testemunho. Tais obras transformadoras são conquistadas e colocadas à disposição do eleito por Jesus Cristo, que as realiza e disponibiliza por intermédio do Santo Espírito: “Quem crer em mim, como diz a Escritura, do seu interior fluirão rios de água viva” (Jo 7.38). “Digo-vos a verdade: Convém que eu vá, porque se eu não for, o Consolador não virá para vós; se, porém, eu for, vo-lo enviarei” (Jo 16. 7). A dádiva do Espírito efetivou-se plena e definitivamente por obra do Cristo ressurreto (Jo 20. 22; 24. 49; At 1. 8). Finalmente o Paráclito, conforme a promessa, desceu sobre a Igreja total no Pentecostes (At 2. 1- 13). A salvação, que inclui o conjunto transformador: arrependimento, conversão e regeneração, é operação de Cristo por nós e em nós, competindo ao Espírito Santo, enviado do Pai e do Filho, viabilizá-la e aplicá-la. O seu ministério estabelece um elo interativo do salvo com o Salvador. E esta comunhão integral incorpora as graças de Cristo, os seus sofrimentos, a sua morte, a sua ressurreição e a sua glória. O crente é, hoje, exatamente o que Cristo foi na sua militância terrestre: ministro de Deus, cheio do Espírito Santo para viver no mundo e testemunhar o Evangelho, realizar a vontade de Deus, sacrificar-se pelos seus semelhantes, anunciar a vida eterna como realidade presente e como dom escatológico.

O Espírito Santo congrega-nos em Cristo; cria em nós o senso de fraternidade; aprofunda e intensifica o amor filial ao Pai celeste e o fraternal aos irmãos; ilumina a nossa mente para compreendermos os mistérios da revelação, da graça e da fé; convence-nos do pecado, da justiça e do juízo; infunde e implanta em nós a esperança, que produz e sustenta a perseverança. Sem o ministério do Espírito a unidade da Igreja em Cristo não seria uma realidade mística inserida na sociedade secular.

23- O ESPÍRITO E OS MEIOS DE GRAÇA:

“A graça significada nos sacramentos ou por meio deles, quando devidamente usados, não é conferida por qualquer poder neles existente; nem a eficácia deles depende da piedade ou intenção de quem os administra, mas da obra do Espírito e da palavra da instituição, a qual, juntamente com o preceito que autoriza o uso deles, contém uma promessa de benefício aos que dignamente o recebem” (CFW, XXII, 3).

“O elemento exterior neste sacramento(batismo), é água com a qual um ministro do Evangelho, legalmente ordenado, deve batizar o candidato em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (CFW XXIII,2). “A eficácia do batismo não se limita ao momento em que é administrado; contudo, pelo devido uso desta ordenança, a graça prometida é não somente oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ele pertence, adultos ou crianças, segundo o conselho da vontade de Deus, em seu tempo apropriado” (CFW, XXVIII, 6).

Os sacramentos, Ceia do Senhor e Batismo, são ordenanças de Cristo, e ele não ordenaria o ineficiente, o simplesmente formal, o meramente simbólico, o beatificamente inútil. A eficiência sacramental, porém, é obra do Espírito Santo. Os elementos materiais e o ato cerimonial são sinais visíveis do que invisivelmente o Espírito opera no interior do fiel no momento da recepção do sacramento e posteriormente. Nem o ministrador nem os elementos possuem quaisquer poderes, em si mesmos, de regeneração, de santificação, de edificação ou de perdão de pecados. O sacramento somente se converte em meio de graça, quando nele opera o Espírito, atuando por intermédio da Palavra sacramental da instituição, pronunciada por nosso Senhor Jesus Cristo e pelos elementos físicos, “sinais externos da graça interna”. O batismo formalmente introduz o batizando na Igreja visível de Cristo, mas é o Espírito que o sacraliza, sanciona, pereniza e lhe confere objetiva eficácia no ser do batizado, unindo-o a Cristo Jesus, ligando-o à comunhão universal e eterna dos redimidos: “Tudo o que ligardes na terra terá sido ligado nos céus” (Mt 18.18). A graça não reside na água, no pão ou no vinho, mas em Cristo, canalizada para o salvo pelo Espírito. Deus usa os elementos sacramentais memorativos para ligar o redimido ao sacrifício de seu Filho na cruz e renovar-lhe o pacto da Nova Aliança.

O fato de sermos batizados em nome da Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo, significa que o somos para o Deus trino. A inclusão do nome do Espírito ao lado dos nomes do Pai e do Filho fornece-nos a idéia de que o batizando, no momento do rito sacramental do batismo, é entregue tanto ao Pai como ao Filho e ao Espírito. Os componentes batismais: a água, o Espírito e os nomes trinitários, todos por ordenação de Cristo, concedem-lhe a sacralidade e a eficiência, que a Igreja reconhece e proclama; e mais, tais componentes, no conjunto, estatuem a marca externa e o simbolismo profundo do ato regenerador de Deus internamente operado no crente batizado: “Quem não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus” (Jo 3.16). Como não há cristão sem o batismo da água, também não o há sem o batismo do Espírito: “Em um só Espírito todos nós fomos batizados em um corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado beber de um só Espírito” (I Co 12. 13).

Cristo ordenou os sacramentos; em decorrência de tal ordenação, as palavras ordenatórias são revestidas do mesmo poder espiritual de todas as ordenanças e de toda a Palavra de Deus, que é como espada de dois gumes, e nunca volta vazia. O poder que a Palavra de Cristo exerce sobre os seus regenerados é incalculável. E esse poder emerge e atua sobre o receptor do sacramento, operando nele a graça da edificação, da confirmação da fé, da esperança e do amor a Deus e aos irmãos. E ele, então, iluminado pelo Espírito, discerne o corpo de Cristo: a comunhão dos santos. Cristo confere ao regenerado, e exclusivamente a ele, a sensibilidade espiritual para distinguir a voz do verdadeiro Pastor da dos inumeráveis falsos e vociferantes pastores.

No romanismo, o Sacerdote é central e fundamental, pois, por sua intervenção, os elementos eucarísticos transubstanciam-se em Cristo real, e o

batismo opera a lavagem do pecado original e a dos atuais. Na Igreja de fé reformada os poderes sacramentais e os meios de graça que os comunicam residem na Palavra de Deus e no Espírito Santo e, em segundo lugar, na fé de quem recebe o sacramento, mas esta fé é dom de Deus: “Pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus” (Ef 2. 8).

O ESPÍRITO NA RESSURREIÇÃO DOS JUSTOS:

24- “Os corpos dos justos serão pelo seu Espírito(Espírito de Cristo ou Espírito Santo) ressuscitados para honra e para serem semelhantes ao próprio corpo glorioso de Cristo” (CFW, XXXII, 3 cf com a resposta à perg. 87 do Catecismo Maior).

O Espírito Santo esteve em todos os eventos decisivos e conclusivos da criação e da redenção, e está na consumação como ministro de Cristo, cooperando na efetivação do milagre da ressurreição dos justos. Ele, o Espírito, participou: a- Do ato criador e ordenador do universo natural: “ E o Espírito de Deus pairava sobre as águas” (Gn 1. 2). b- Da criação e sublimação do homem: “Façamos o homem à nossa imagem; conforme a nossa semelhança” (Gn 1. 26). O plural “façamos” deixa implícito o fato de que o homem é obra do Deus trino: Pai, Filho e Espírito Santo. c- Da encarnação de Jesus Cristo: “José, filho de Davi, não temas receber Maria, tua mulher, porque o que nela foi gerado é do Espírito Santo” (Mt 1. 20). d- Do batismo do divino Mestre: Batizado Jesus, saiu logo da água, e eis que se lhe abriram os céus, e viu o Espírito de Deus descendo como bomba, vindo sobre ele”(Mt 3. 16). e- Da instituição e dinamização da Igreja: “Ao cumprir-se o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar; de repente veio do céu um som, como de um vento impetuoso, e encheu toda casa onde estavam assentados. E apareceram, distribuídas entre eles, línguas como de fogo, e pousou uma sobre cada um deles, Todos ficaram cheios do Espírito Santo, e passaram a falar em outras línguas, segundo o Espírito lhes concedia que falassem” (At 2. 1- 4). O Espírito, pois, que esteve no “alfa” da criação, está no processo redentor, também estará no seu “ômega”, quando tudo se consumir e a eternidade tornar-se realidade objetiva e definitiva para o povo de Cristo. Sua participação não se resumirá ao clamor súplice da Igreja (Ap 22. 17), mas atuará cooperantemente, como Espírito vivificante, na ressurreição dos justos, como atuou na regeneração dos eleitos. É ele quem manda o vidente de Patmos escrever: “Escreve: Bem-aventurados os mortos que desde agora morrem no Senhor. Sim, diz o Espírito, para que descansem das suas fadigas, pois as suas obras os acompanham” (Ap 14. 13).

CONCLUSÃO:

A Igreja, por sua Profissão de Fé, professa uma doutrina do Espírito Santo consistente, coerente e condizente com sua eclesiologia, sua teologia e sua liturgia. A doutrina pneumatológica da Confissão apresenta um Espírito Santo soberano, mas integrado indissoluvelmente no conjunto trinitário, agindo consensualmente com o Pai e o Filho, não se deixando mover ou influenciar pelas obras místicas ou sentimentalismos pios de adoradores carregados de emoções e, não raro, em estado extático. Os teólogos de Westminster, doutrinariamente calvinistas puritanos, sabiam que é o Deus trino que efetua em nós tanto o desejar como o realizar. Rigorosamente, não se pode imaginar a existência de três latias tricotomizantes da

unidade trina: Paterlatria - adoração somente ao Pai (Testemunha de Jeová); cristolatria - adoração somente a Cristo (Igreja de Jesus Cristo); pneumolatria - adoração privativa ao Espírito ou exagerada ênfase pneumática (neo pentecostismo ou carismatismo de resultado). As pessoas trinitárias são inseparáveis porque, na natureza, na essência, na substância e nas obras, são absolutamente iguais e operam consensualmente. Ainda mais, sendo procedente do Pai e do Filho, a obra do Espírito tem de ser vista como a de um Missionário enviado por ambos. A CFW, pois, não tem um “tratado” específico e independente sobre o Espírito Santo, como a Bíblia também não o tem. O Paráclito aparece, na Confissão e nas Escrituras, conectado com o Pai, o Filho e suas obras, inclusive a da criação e manutenção da Igreja. Assim como o Filho submete-se ao Pai, o Espírito submete-se ao Filho, e só entra em ação por ordenação deste, e depois de concluída a obra da redenção. O Filho é enviado pelo Pai; o Espírito é enviado pelo Filho, e tudo conforme o pacto da graça; nada de operação ou cooperação humanas.

Resumindo: a CFW tem uma boa e equilibrada doutrina do Espírito, focalizando todos os seus ministérios. A sua teologia, aqui apresentada esquematicamente, é profunda e suficiente, bem embasada nas Escrituras, embora concisa e temática, como deve ser toda doutrina confessional.

OBSERVAÇÕES:

(1)- *Todos os grifos são nossos.*

(2)- **SOBRE REFORMAS AMERICANAS:**

Em 1788, por ocasião de sua organização, a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América do Norte, omitiu a seção da CFW, que tratava da vinculação da Igreja ao Estado.

Em 1887, a Igreja do Norte dos Estados Unidos da América suprimiu a seção IV do Cap. XXIV, que estabelecia a proibição de casamento do viúvo ou viúva com parente consanguíneo do ou da consorte falecido(a) no mesmo grau correspondente ao proibido na consangüinidade natural ou parentesco direto. O presbiterianismo brasileiro, ao organizar seu primeiro sínodo em 1888, fez as mesmas supressões.

Tais supressões foram necessárias, pois Deus havia desvinculado a Igreja do Estado e mudado a sua ética social. Também obvio se nos afigura que parente do outro cônjuge pertence, de modo geral, a outra linhagem familiar, não tendo, normalmente, consangüinidade com ele. Além do mais, a lei do levirato estabelecia que o irmão mais novo se casasse com a viúva do mais velho (Dt 25.5-10), falecido sem herdeiro primogênito.

Em 1903, porém, a Igreja do Norte dos Estados Unidos emendou a CFW, acrescentando itens sobre a obra dos irregenerados, sobre a primazia de Cristo como Cabeça da Igreja, e acrescentou um capítulo sobre Missões, arminianizando nitidamente a evangelização, fazendo a conversão depender exclusivamente da atuação da Igreja e da decisão do pecador, não da eleição, da vocação eficaz e da soberana ação de Deus, Senhor da Igreja. Fez ainda acréscimos sobre o amor de Deus e sobre o Espírito Santo. A parte sobre a Terceira Pessoa da Trindade foi objeto de nosso estudo no presente trabalho. Tal emenda firmava-se no pressuposto de que a CFW não expunha com clareza a doutrina do Espírito Santo. Demonstramos que a premissa alegada não era verdadeira e que o acréscimo foi desnecessário e, em alguns aspectos, ambíguo.

FONTES:

- 1- *Catecismo de Westminster, 10ª Ed., 1987, CEP, SP.*
- 2- *Escritura Sagrada, Edição Revista e Atualizada, 1969, SBB.*
- 3- *Conhecimentos do autor, mais práticos que teóricos, adquiridos ao longo da militância pastoral e conservados em sua memória.*

Onezio Figueiredo

